

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

**As sociedades de socorros mútuos:
estratégias privadas e públicas**
(estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940)

por Adhemar Lourenço da Silva Jr.

Porto Alegre
2004
Adhemar Lourenço da Silva Jr.

**As sociedades de socorros mútuos:
estratégias privadas e públicas**
(estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Porto Alegre
2004

Adhemar Lourenço da Silva Jr.

**As sociedades de socorros mútuos:
estratégias privadas e públicas**
(estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (área de concentração: História do Brasil).

Submetida em à banca Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. René Ernaini Gertz

Prof. Dr. Astor Antônio Diehl

Profa Dra Áurea Teresinha Tomatis Petersen

Profa Dra Margaret Marchiori Bakos

Profa Dra Tânia Regina de Luca

para Alice

Agradecimentos

Muito tempo se passou desde que comecei esta tese e, quanto mais passa o tempo, mais cresce a lista dos agradecimentos, que não poderia ser encabeçada por outra pessoa que não meu orientador, que há muito me ensina o valor da autonomia intelectual – e eventuais riscos daí decorrentes. As condições institucionais para execução da pesquisa foram compartilhadas, de um lado, pela UFPel e pela CAPES-PICDT e, de outro, pela própria PUCRS: a todos os trabalhadores que mantiveram o bom funcionamento e fornecimento dessas condições institucionais, também agradeço. Como todas as pesquisas de História, esta dependeu de fontes e bibliografia, que não existem ao léu: os que trabalham nos acervos que consultei merecem o mesmo tipo de agradecimento devido às instituições antes mencionadas.

Graças ao tempo decorrido na execução da pesquisa, alunos, colegas e amigos foram submetidos à minha ansiedade, e responderam, amiúde para minha surpresa, não com um olhar condescendente, mas com oferta de referências bibliográficas, referências de fontes, transcrição de fontes, livros, e muitas, muitas idéias entremeadas de palavras de ânimo, alimentando meu desejo de, finalmente, consolidar tudo isso numa tese. Quem fez o que? Raras vezes consigo definir exatamente, porque muitos fizeram várias coisas, e minha esperança é, além de não esquecer ninguém, que todos percebam o quanto esse apoio me foi necessário. Devo pedir desculpas pela impessoal ordem alfabética, mas é o melhor meio de não vos olvidar, exibindo por escrito minha pessoal gratidão: Aldrin Castelucci, Beatriz Mamigonian, Beatriz Weber, Benito Schmidt, Cláudio Batalha, D. Sônia, Fábio Cerqueira, Fernando Blanco, Flávio Heinz, Francisco Furtado Gomes Riet Vargas, Frederico Lisbôa Romão, Gilso Oliveira, Haike Roselaine Kleber da Silva, Ibanes Mariano, Iraci del Nero da Costa, Irmgart Grüntzmann, Jane Mattos, Joan Bak, John French, John Halstead, Leonardo Monastério, Lorena Almeida Gill, Lyle Mitchel, Mara Regina do Nascimento, Marcos Tramontini, Marluza Harres, Mauro Dillmann Tavares, Norberto Ferreras, Núncia Santoro de Constantino, Otávio Ribeiro Chaves, Paulo César Borges Duarte, Paulo Moreira, Rodolfo Porrini, Ronaldo Herrlein Jr., Sandra Careli, Simon Cordery, Simon Cordery, Sônia Ruth Mauch, Suzana Bleil de Souza, Suzana Brochado, Tânia Regina de Luca, Vanda Ueda, Vitor Wagner de Oliveira.

Houve, contudo, aqueles que, em momentos decisivos, me deram bem mais do que uma mão. Suportaram ansiedade Alice, Ana Cláudia, Cláudia e Dinah; Beatriz Loner e Pablo Vagliente, em críticas atentas e duras, me deram bons motivos para não enveredar por certos caminhos (ou para medir com mais clareza o desafio que me impunha); e meu orgulho, somado à desorganização de final de tese e pressa, não permitiram que Adriana Dorfman fizesse tudo aquilo a que se propunha, pois só pedi que me revisasse o abstract.

Orgulhoso como sou, apenas posso repartir os eventuais méritos do trabalho, porque os deméritos ficam todos para mim...

Resumo

A tese aborda as condições necessárias para o desenvolvimento de estratégias públicas pelas sociedades de socorros mútuos. Definindo as associações como formas de organização que implementam estratégias privadas, o trabalho focaliza as condições econômicas, sociais e políticas prévias e necessárias para a implementação de estratégias públicas. Ao invés de uma abordagem teórica, a investigação toma como universo empírico o Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1854 e 1940, e lança mão de comparações nacionais e internacionais para generalizar algumas afirmações. Neste estudo, é central a identificação de tensões entre os interesses materiais e espirituais. O padrão dos associados estaria tipicamente interessado nos benefícios materiais oferecidos pelas sociedades de socorros mútuos, ao passo que as lideranças estariam nos recursos espirituais e/ou políticos. A abordagem permite explicar as razões pelas quais a bibliografia geralmente está interessada nos recursos espirituais: o volume das fontes qualitativas preservadas sobre essa dimensão tende a ser maior. A abordagem toma as fontes qualitativas e/ou discursivas como anômalas, mas necessárias para o desenvolvimento de estratégias públicas, porque a reciprocidade econômica não é suficiente: o sentimento de lealdade entre os membros é necessário para a manutenção da atividade de securitização e eventual comportamento político. Contudo, o sentimento de lealdade não é suficiente para o desenvolvimento de estratégias públicas, porque o Estado pode (ou não) ser permeável à representação de interesses pelas sociedades de socorros mútuos. Como a tese demonstra, a permeabilidade é maior, quanto menor for a jurisdição, de modo que as estratégias públicas são mais freqüentes em níveis local e regional, e assim seriam, mesmo que entidades nacionais existissem em maior profusão. As três partes da tese focalizam, respectivamente, nas condições econômicas, sociais e políticas. Na Primeira Parte, o centro é a distribuição, classificação e socorros oferecidos; na Segunda Parte, a comparação entre fechamentos étnicos e de classe e o controle de comportamentos entre os membros; na Terceira Parte, o central é a versatilidade das associações na escolha de aliados políticos. A tese conclui que só se podem explicar as estratégias públicas pelas das sociedades de socorros mútuos quando combinados os três níveis de análise. A montagem lenta e hesitante da previdência estatal no Brasil após 1923 negou às sociedades de socorros mútuos um papel claro na atividade de securitização, tampouco o status social ou político para participar desse processo de montagem.

Palavras-chaves: sociedades de socorros mútuos; previdência; trabalho e etnia

Abstract

Mutual benefit societies: private and public strategies (study centered in Rio Grande do Sul–Brazil, 1854-1940)

This Ph.D. dissertation intends to show the conditions within mutual benefit societies can develop public strategies. Defining mutual benefit societies as forms of organization, which develop private strategies, the study focuses on previous economic, social and political conditions, necessary to the development of public strategies. Instead of a theoretical approach, the dissertation researches the topics as they occurred in Rio Grande do Sul (the Southern State of Brazil), between 1854 and 1940, using national and international comparisons to generalize some statements. Central to this study are the tensions between material and spiritual interests inside mutual benefit societies. The patterns of membership are typically interested in material benefits, while leadership, in spiritual and/or political resources. Such approach explains why bibliography usually deals with spiritual interests: the volume of qualitative sources on this topic is usually larger. As an alternate approach, this study treats qualitative and/or discursive sources as anomalous, but necessary to the development of public strategies, as economic reciprocity among members is not enough: social loyalty is necessary to maintain economic conditions of security activity, and eventual political behavior. However, social loyalty is insufficient to the development of public strategies, since the permeability of the State could (or could not) welcome mutual benefit societies. As the dissertation demonstrates, permeability of State is bigger as is smaller the jurisdiction. Therefore, local and regional public strategies are more frequent than national ones, even if the rare national or "affiliated orders" were organized. The three parts of the dissertation focus, respectively, in economic, social and political conditions. Central in the first part is the distribution, classification and benefits of the societies; in the second part, the comparison between ethnic and class restrictions among the societies and the morale among members; in the third part, the versatility of the societies to choose political allies. The dissertation concludes that public strategies are explained only if one can merge economic, social and political levels. The hesitant building of State social security system after 1923 in Brazil denied to the mutual benefit societies a role as an economic institution, as well as any social or political status to participate in the process.

Keywords: Mutual benefit societies; social security; labor and ethnicity

Quadros e Tabelas

Quadro 1.1: Modelos polares da abordagem sobre sociedades de socorros mútuos	26
Tabela 1.2 – Mutuais existentes por Unidade da Federação (Brasil, 1882/1942)	53
Tabela 1.3 – Filiados e percentual da população filiada (Brasil, 1942)	56
Tabela 1.4: Percentagem de mutuais existentes em 1942 no Brasil, por estado e fundação	58
Quadro 1.5: Mutuais informantes no Rio Grande do Sul, 1890/1939	60
Tabela 1.6: Índices de mutualização por município do RS, 1939	61
Tabela 1.7: Natureza das associações culturais, 1937	64
Tabela 2.1 - Distribuição territorial das mutuais fundadas no Rio Grande do Sul (1854-1940)	78
Tabela 2.2 - Índices de associação em municípios selecionados do Rio Grande do Sul (1890/1940)	86
Tabela 2.3: Composição dos setores médios em São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) por 1000 hab. em 1872 e 1920	97
Quadro 2.4: Relatos sobre remuneração e condições de trabalho no Rio Grande do Sul, décadas de 1850 e 1860	99
Tabela 2.5: Dados comparados de votantes na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, e nas Paróquias de São Paulo, 1880	100
Tabela 2.6 – Depósitos em Caixas Econômicas nas províncias e na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1875-1881)	102
Tabela 3.1: Tempo de funcionamento das mutuais no Rio Grande do Sul (1854-1940)	130
Tabela 3.2: Âmbito de cobertura e associação das mutuais no Rio Grande do Sul (1854-1940), segundo período de fundação	134
Quadro 3.3 - Distribuição das mutuais segundo critérios de fechamento (Rio Grande do Sul, 1854-1940)	139
Quadro 3.4 - Especificação das mutuais classistas no Rio Grande do Sul, 1854-1940	141
Quadro 3.5 - Especificação das mutuais étnicas e etno-classistas no Rio Grande do Sul, 1854-1940	142
Tabela 3.6 - Tempo médio de funcionamento de diferentes sub-grupos de mutuais em Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande (1854-1940)	145
Tabela 3.7 – Oferta de socorros por mutuais no Rio Grande do Sul (1861-1942)	153
Tabela 3.8 – Oferta de socorros por mutuais regionais e locais (Rio Grande do Sul, 1861-1942)	163
Quadro 4.1 – Estatutos de entidades, segundo o fechamento (Rio Grande do Sul, 1854-1942)	169
Tabela 4.2 - Percentagem relativa de entidades com estatutos localizados, segundo o fechamento (Rio Grande do Sul, 1854-1942)	169
Tabela 4.3 - Valores médios de associação a mutuais, segundo o fechamento (Rio Grande do Sul, 1861-1942)	170
Tabela 4.4: Finalidades de mutuais no Rio Grande do Sul, segundo o fechamento, por século (1861-1942)	174
Quadro 4.5 - Algumas finalidades de mutuais em São Paulo (SP) e Rio Grande do Sul (RS), 1854-1942	178
Tabela 4.6: Naturalidade dos associados e propostos à Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense (1856/1884)	194
Tabela 4.7: Ocupações dos associados e propostos à Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense (1856/1884)	195

Tabela 4.8: Status das ocupações de sócios e propostos em mutuais étnicas em Porto Alegre (século XIX)	199
Tabela 4.9: Comparação do status dos participantes em assembléias gerais e no sistema eleitoral	202
Tabela 4.10: Status dos dirigentes de mutuais étnicas (Porto Alegre, séc. XIX)	204
Quadro 4.11: Balanços de mutuais no Rio Grande do Sul, 1884/1936	213
Tabela 4.12: Média das percentagens das contribuições sobre a receita total nas mutuais do Rio Grande do Sul, 1884/1936	214
Tabela 4.13: Média das percentagens dos socorros sobre a despesa total nas mutuais do Rio Grande do Sul, 1884-1936	215
Tabela 4.14: Média das percentagens do ativo imobilizado sobre o total do ativo nas mutuais do Rio Grande do Sul, 1884-1936	217
Tabela 5.1: Dirigentes e cargos em mutuais selecionadas (RS, 1854-1939)	259
Quadro 5.2: Resultados parciais de eleições na Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense (1857 e 1858)	265

Siglas utilizadas na referência aos acervos pesquisados

ABM: Acervo Benno Metz

AGCRJ: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AHMPA: Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre

AHRS: Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul

APERGS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BN: Biblioteca Nacional (Brasil)

BN-U: Biblioteca Nacional (Uruguai)

BPE: Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul

BPESC: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

BPP: Biblioteca Pública Pelotense

BRG: Biblioteca Pública Rio-grandense

CD AIB-PRP: Centro de Documentação da Ação Integralista Brasileira-Partido de
Representação Popular

FBL: Fichamento de Beatriz Loner

FREG: Fichamento de René Ernaini Gertz

GPL: Gabinete Português de Leitura (Rio de Janeiro)

ICJMC: Instituto Cultural Judaico Marc Chagall

IHGPEL: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas

IHGRGS: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

MCSHJC: Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa

NPH: Núcleo de Pesquisa Histórica-UFRGS

SOGIPA: Memorial da Sociedade Ginástica de Porto Alegre

Sumário

Introdução	11
Primeira Parte: "Obreiros unidos preparamos o Porvir"	
1 – O mutualismo tal como dado	17
1.1 – A historiografia sobre o mutualismo	17
1.2 – Dados estatísticos nacionais e regionais	51
2 – O mutualismo no Rio Grande do Sul – Quando? Quanto? Como?	69
2.1 – Um inventário para esta pesquisa	69
2.2 – Requisitos para a constituição de sociedades de socorros mútuos	88
3 – Fundação, classificação e socorros	116
3.1 – Fundação	116
3.2 – Decisões e classificação	128
3.3 – Os socorros	148
Segunda Parte: "... somos artistas, pertencemos a uma classe livre, ativa com razão, mas pouco favorecida talvez..."	
4 – Mutuais étnicas e classistas	168
4.1 – Socorros e objetivos	168
4.2 – As mutuais étnicas e os trabalhadores	181
4.3 – O que entra, o que sai e o que fica	211
5 – Estilo e estamento	222
5.1 – O estilo do sócio	224
5.2 – O estilo da sociedade	253
Terceira Parte: "[a] associação só visa – a caridade ante seus associados, por um lado, e por outro a defesa dos direitos e interesses da classe operária"	
6 – Estado e mutuais	296
6.1 – A norma legal no Brasil	297
6.2 – Normas administrativas	312
6.3 – As mutuais de imigrantes estrangeiros	327
6.4 – O sentido da relação Estado-mutuais	335
7 – Grupos políticos e religiosos	349
7.1 – Grupos políticos	350
7.2 – Grupos religiosos	385
8 – Mutuais e movimento operário	409
8.1 – Socialistas (estatistas)	409
8.2 – Anarquistas e sindicalistas	426
8.3 – Bolchevistas e reformistas	454
8.4 – Algumas conclusões preliminares	474
9 – Estratégias públicas	483
9.1 – Modelando-se como interlocutor	483
9.2 – O concerto de interesses	493
9.3 – As mutuais e a previdência estatal	510
Conclusão	524
Fontes e bibliografia	527
Anexo 1: mutuais fundadas no Rio Grande do Sul (1854-1939)	567

INTRODUÇÃO

Esta tese sobre sociedades de socorros mútuos indaga das condições necessárias para que elas implementem estratégias públicas. O universo empírico da pesquisa é o Rio Grande do Sul entre 1854 e 1940 e minha hipótese, enunciada de modo sucinto (senão brusco), é a de que as entidades devem atender às seguintes condições, expostas agora segundo uma ordem lógica (não cronológica):

- a) elas devem ser eficientes na implementação de estratégias privadas;
- b) elas devem ser eficientes na criação e disseminação de valores de conduta;
- c) elas devem ser eficientes na obtenção de status de grupos de interesse.

A condição a) vai pouco além de uma definição sobre o fenômeno aqui pesquisado. A definição preliminarmente adotada, formulada por Marcel van der Linden, é a de que sociedades de socorros mútuos (ou mutuals) são “associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”. O autor da expressão a pensa como genérica – capaz de dar conta das variações globais do fenômeno – mas insuficiente quando é incapaz de se manter restrita às entidades criadas em sistemas capitalistas, pois associações abrangidas pela definição já seriam encontradas no mundo helenístico e no Império Romano.¹ O mesmo autor assina com Jan Lucassen outro texto interessado na busca de uma definição mais minuciosa do que seja a história do trabalho, e, neste, aporta uma série de conceitos, inclusive a distinção entre estratégias privadas e públicas de manutenção ou ascensão social. As estratégias privadas, tais como o recurso a parentes e vizinhos em relações horizontais ou o recurso ao paternalismo em relações verticais, supõem a análise da ação de um agente individual principalmente interessado em sanar os efeitos de risco social, ao passo que as estratégias públicas supõem a análise da ação de um agente coletivo, podendo ser uma classe, categoria profissional, grupo étnico, etc., interessado na promoção de certos interesses relacionados a terceiros. São essas estratégias públicas aquelas mais abordadas pela bibliografia, principalmente quando se institucionalizam em sindicatos ou, por exemplo, como mencionado por esses autores, sociedades de socorros mútuos. Quando afirmo que a condição a) vai pouco além de uma definição do fenômeno aqui tratado, destaco que, para os autores mencionados, sociedades de socorros mútuos seriam formas de organização para implementação de estratégias públicas, ao passo que

¹ LINDEN, Marcel van der (ed.). *Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996, p. 13-14.

as penso como forma de organização para implementação de estratégias privadas.² A divergência aqui indicada não desqualifica os textos citados: ocorre que a bibliografia sobre sociedades de socorros mútuos ainda não consolidou modelos de interpretação do fenômeno, entre outros motivos, pela própria dificuldade em circunscrever o fenômeno. Não quero me desobrigar de justificar minhas posições, mas várias afirmações que virei a fazer assumirão clareza quando alguns conteúdos já tiverem sido tratados, e penso que seja necessário tratar com mais vagar a bibliografia disponível para explicitar os motivos e as implicações da divergência. Esta é uma das tarefas do capítulo 1, ao passo que a caracterização da eficiência das entidades na securitização de seus membros é o tópico principal da Primeira Parte desta tese. Como pretendo desenvolver ambos os temas – e não apenas descrevê-los nas partes mencionadas deste texto –, peço licença ao leitor para passar à próxima condição.³

É possível que associações criem e disseminem valores de conduta, mas quando não são eficientes mecanismos de securitização como requer a condição a), é temerário defini-las como sociedades de socorros mútuos. Portanto, quando, além de eficientes associações para implementação de estratégias privadas, as mutuais assumem a tarefa de prescrever comportamentos com componentes estamentais, duas condições são satisfeitas para a implementação de estratégias públicas. Na verdade, este é o tópico mais comumente abordado nos estudos sobre sociedades de socorros mútuos, não raro referido como interessado na "identidade" dos grupos sociais.⁴ Contudo, existe um problema na combinação dessas duas condições: "Where efficiency, variety and many options are important, bigger is usually better. But where relationships are important (...) smaller is often more likely to be beautiful".⁵ Esta disjunção é o principal tópico da Segunda Parte desta tese, mas não se pense que é de simples descrição como uma espécie de "tensão" entre o interesse "econômico" de securitização e o interesse "social" de honra. Ocorre que a inexistência de mecanismos de controle de fraudes elevaria os custos da securitização, fazendo com que a sociabilidade eventualmente gerada nas

² LINDEN, Marcel van der, LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam : International Institute of Social History, 1999. Capturado em 1 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>.

³ O termo freqüente nesta tese, "leitor", é utilizado para me referir aos seres humanos dotados de racionalidade, característica que suponho não variar segundo o sexo.

⁴ No texto citado de LINDEN, aparecem várias expressões que o confirmam: segundo o autor, elas combinariam "sociability with social insurance, emphasizing both material and cultural self-preservation" (p. 15) ou destacando a "respectability" (p. 16); uma das funções manifestas das entidades seria "social rather than financial" (p. 19), teriam a capacidade de "exercise reciprocal social control" (p. 23), e fariam uso de "(patriarcal) concepts of honour and sociability" (p. 27). O título de um dos textos da coletânea organizada por esse autor é explícito: "Fraternal Orders in United States: a quest for protection and identity" (p. 83).

⁵ BRINT, Steven. *Gemeinschaft revisited: a critique and reconstruction of the Community concept*. *Sociological Theory*. V. 19, n. 1, mar. 2001, p. 4 .

mutuais possa aumentar a eficiência da implementação de estratégias privadas. Assim, tanto o conteúdo dos valores quanto as formas de controle de comportamentos são relevantes para pensarmos a eficiência econômica das entidades.

Mas pergunto: por que valores e comportamentos seriam relevantes para a implementação de estratégias públicas? Ocorre que valores e comportamentos podem ser internamente eficientes como mecanismo de reprodução social, sem envolver a promoção de interesses relacionados a terceiros, como definidas as estratégias públicas. A promoção de interesses pode ou não integrar os valores, mas, mesmo quando integram, resta saber se a sociedade de socorros mútuos é considerada uma interlocutora legítima para defender esses interesses, algo que é mais provável quando, dentre os comportamentos prescritos e implementados internamente, consta o da fidelidade.

Essa construção tripartite do argumento que será aqui desenvolvido não é inédita. A primeira e a terceira condição poderiam ser assimiladas, respectivamente, a Mercado e Estado ou a Economia e Política, ou ainda a Classe e Partido, ao passo que a segunda abordaria a dimensão pouco formalizada que é a Sociedade (ou Terceiro Setor, ou Organizações Não-Governamentais). Na busca de formalização dessa dimensão do Social, Emil Sobottka propõe a classificação da solidariedade intrínseca às associações componentes da dimensão social segundo três tipos: altruísmo, lealdade e reciprocidade. As sociedades de socorros mútuos seriam especificamente marcadas pela reciprocidade, ao passo que as "formas de organização" (tal como referidas por Linden e Lucassen) que se constituem como grupos de interesse seriam marcadas pela expectativa de lealdade entre seus membros. A condição c), portanto, supõe que as sociedades de socorros mútuos que implementam estratégias públicas não se pautam apenas por valores de reciprocidade, mas também por valores de lealdade,⁶ que, contudo, não são suficientes para a consecução de seus fins, uma vez que dependem da conformação da arena política, permeável (ou não) à representação de interesses por meio de mutuais. A caracterização dessa arena política é o tópico principal da Terceira Parte desta tese.

Se modelos tripartites não são inéditos, tampouco é a narrativa aqui desenvolvida, que emula uma clássica história social "desatrelando a história econômica, social e política em três estratos sucessivos".⁷ A opção pela narrativa e pelo argumento assim desenvolvido não resulta de ingenuidade metodológica, mas recurso metodológico para abordar um fenômeno ainda pouco tratado sistematicamente na historiografia. Não

⁶ Modelos de construção tripartite e diferença entre reciprocidade e lealdade provém de SOBOTTKA, Emil. Organizações civis: buscando uma definição para além de ONGs e "terceiro setor". *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. Ano 2, n. 1, jun. 2002, p. 81-95.

⁷ DOSSE, François. *O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru: EDUSC, 2003, p.

obstante, se verão os nebulosos limites entre cada um dos estratos, denunciando minha desconformidade com esse tipo de formalização do argumento. É isso que autoriza o uso de um objetivo implícito nesta tese, não dependente da problemática enunciada: o de mapear a existência e tipificar o fenômeno no Rio Grande do Sul para dar suporte a novas e melhores questões passíveis de formulação, mesmo para outros universos empíricos.

Os marcos temporais inicial e final correspondem, respectivamente, à fundação da primeira sociedade de socorros mútuos no Rio Grande do Sul e à consolidação (não necessariamente a universalização) dos mecanismos de previdência estatal para os trabalhadores urbanos no Brasil. Enquanto a adoção do marco inicial é auto-evidente em um estudo sobre o fenômeno do mutualismo, o marco final assinala o ano de 1940, conquanto esteja consciente de variações de alguns anos. Poderia indicar o ano de 1939, quando se criaram o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores – consolidando a previdência pública para a maior parte dos trabalhadores urbanos – e a Câmara e o Departamento de Previdência Social, a partir da reorganização do Conselho Nacional do Trabalho. Ou 1942 – ou mesmo 1945 – quando respectivamente se compilaram e publicaram estatísticas oficiais sobre mutuais no Brasil. Não creio, contudo, que essa indefinição estrita do marco final comprometa a demonstração pretendida. A relevância desse marco final se estribaria na asserção do mesmo Linden de que, dependendo da forma como o Estado se relaciona com as mutuais na montagem dos sistemas públicos de previdência (e no Brasil não houve sua incorporação, mas sua negação), as entidades tenderiam a se extinguir ou se transformar apenas em clubes de sociabilidade.⁸ Tais variações no marco temporal final também atendem ao conforto da pesquisa, porque os registros estatísticos tendem a desaparecer depois de 1940.

As fontes para o trabalho foram as mais diversas, e não creio ser necessário desde já elencá-las, quando variam de capítulo a capítulo. No entanto, os conteúdos tratados em cada um desses capítulos são relevantes não apenas para saciar a expectativa do leitor mas também para justificar o freqüente pedido de paciência para o posterior debate de certos argumentos e evidências. O argumento tripartite, como já disse, não adquire originalidade sequer por uma narrativa inovadora. Cada uma das três partes aborda respectivamente, cada uma das condições enunciadas na hipótese. A Primeira Parte poderia ser qualificada como a interessada na dimensão econômico-demográfica das mutuais e se compõe de três capítulos, o primeiro dos quais aprofundando a leitura da bibliografia e expondo dados estatísticos nacionais e regionais sobre as sociedades de

90.

⁸ LINDEN, *op. cit.*, p. 36-37.

socorros mútuos. O capítulo 2 aborda os requisitos econômicos para a fundação de sociedades de socorros mútuos e expõe os resultados de meu próprio inventário sobre as entidades no Rio Grande do Sul. O capítulo 3 encerra a Primeira Parte, centrado na classificação e nos mecanismos de securitização desenvolvidos nas mutuais. A Segunda Parte poderia ser qualificada como interessada na criação de "identidades" sociais e se compõe de dois capítulos. O capítulo 4 compara mutuais étnicas e classistas, procurando identificar as possibilidades de sua abordagem conjunta. O capítulo 5 testa as associações segundo critérios de "virtude", abordando os mecanismos internos de sua promoção. A Terceira Parte poderia ser qualificada como interessada na política, ou na implementação de estratégias públicas, e se compõe de quatro capítulos. O capítulo 6 aborda o cenário das estratégias públicas ou, mais precisamente, os limites o papel do Estado na definição das sociedades de socorros mútuos. O capítulo 7 trata das interfaces de grupos políticos e religiosos com as mutuais, ao passo que o capítulo 8 faz o mesmo com as associações de representação de interesses dos trabalhadores. O capítulo 9 fecha a tese incorporando os conteúdos abordados em capítulos anteriores para tratar dos casos de implementação de estratégias públicas.

PRIMEIRA PARTE:

**"OBREIROS UNIDOS
PREPARAMOS O PORVIR"***

* Lema do carimbo da Sociedade Beneficente Protetora das Classes Laboriosas. Correspondência recebida pelo Diretor da Diretoria de Estatística, Duarte José Ribeiro, enviados por casas de saúde e asilos do Estado. 1890 (Estatística Maço 4 – AHRs).

1 – O MUTUALISMO TAL COMO DADO

Comumente, a revisão bibliográfica sobre certo tema o toma como dado e elenca a bibliografia que dele tratou, para então construir o objeto da pesquisa. Não faço assim, porque muitas vezes tive de especificar meu tema de pesquisa para os colegas, que não tinham clareza sobre o que eram as sociedades de socorros mútuos. Ao longo da investigação, percebi a necessidade de construir não apenas um objeto de pesquisa, mas o próprio fenômeno que abordo. Construir um fenômeno é tarefa possível por meio da bibliografia, e por isso ela antecede a exposição dos dados estatísticos, trazidos no sub-capítulo 1.2.

1.1 - A HISTORIOGRAFIA SOBRE O MUTUALISMO

O que é uma sociedade de socorros mútuos e em que medida é possível passar da identificação de uma entidade para a definição de um fenômeno mais geral que aqui denomino “mutualismo”? Na falta de respostas um pouco mais claras a esse tipo de pergunta, é temerário continuar a escrever (ou ler) uma tese. É certo que este capítulo não conseguirá esgotar as respostas possíveis às perguntas, e sequer a tese inteira o conseguiria. Mas assumir o limite do conhecimento não tem como imediata implicação o abandono da razão, e, por isso, quero avançar até onde for possível.

Mas onde buscar uma definição do que sejam as sociedades de socorros mútuos? Uma definição genérica (e insuficiente) já foi enunciada na Introdução: “associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros em caso de necessidade”.¹ Sua aplicação a certo universo empírico a faz desdobrar-se na necessidade de outras definições concernentes, por exemplo, à natureza do caráter voluntário, ao que é exatamente uma “necessidade”, ao que permite o tornar-se membro, etc. Seria capaz de afirmar que é o caráter demasiado genérico de uma definição como essa que permitiria incorporar numerosos estudos sobre esse tipo de entidade a uma bibliografia sobre o tema.

¹ LINDEN, Marcel van der (ed.). *Social security mutualism*. The comparative history of Mutual Benefit Societies. Bern: Lang, 1996, p. 13-14.

Como se não bastasse, houve (ou há) sociedades de socorros mútuos em diversos países dos cinco continentes. Uma coletânea sobre o tema traz capítulos com estudos de caso na Grã-Bretanha, Irlanda, Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, França, Itália, Espanha, Portugal, Alemanha, Suíça, Áustria, Hungria, Polónia, Rússia, Bélgica, Holanda, Suécia, Finlândia, China, Índia, Indonésia, México, Brasil e Chile. Acrescentando a estes, alguns casos conhecidos ou mencionados por outras fontes, como Grécia, Luxemburgo, República Tcheca, República Eslovaca, Eslovênia, Líbano, Israel (e Palestina), Japão, Romênia, Argentina, Uruguai, Equador, Paraguai, Peru, Colômbia, Cuba, Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, República Dominicana, Barbados, Argélia, Tunísia, Marrocos, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Nigéria, Tanzânia, África do Sul, Benin, Burkina Faso, Burundi, Camerum, Congo, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Senegal, Togo, Mauritània, Niger, Tchade, Gana e Madagascar,² estaremos frente a um

² A coletânea mencionada é a de LINDEN, *op. cit.* Com exceção da Romênia (cuja referência é: BACIU, Dan. *Les mutualités roumaines: un succes croissant*. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/DiscoursComm_3211362034_8219.DOC), para os demais países europeus, bem como Líbano e Israel e alguns países americanos e africanos mencionados, v. *AIM-English version*. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível na Internet <http://www.aim-mutual.org/uk/index.htm>, 10 jan. 2004. Para a Palestina, anterior a 1948, v. SHVARTS, Shifra, BROWN, Theodore M. Kupat Holim, Dr. Isaac Max Rubinow, and the American Zionist Medical Unit's Experiment to Establish Health Care Services in Palestine, 1918-1923. *Bulletin of the History of Medicine*. 72.1 (1998), p. 28-46. Capturado em 12 maio 2000. Online. Disponível na Internet: http://muse.jhu.edu/journals/bulletin_of_the_history_of_medicine/v072/72.1shvarts.html. Para o Japão, não são claras as informações, porque LARGE (Stephen S. The Japanese Labor Movement, 1912-1919: Suzuki Bunji and the Yūaikai. *The Journal of Asian Studies*. Ann Arbor: May 1970. V. 29, n. 3, [p. 559-579?]) estuda uma entidade traduzindo seu nome para "Friendly Society" e a compara com mutuais britânicas, ao passo que a *História geral do socialismo* (DROZ, Jacques (dir.). v. 6. Lisboa: Horizonte, 1979, p. 737) traduz o nome da associação para "Sociedade da Amizade" e nada menciona sobre socorros. Para a Argentina, v. RECALDE, Héctor. *Beneficencia, asistencialismo estatal y previsión social*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991. Para o Uruguai, v. TURNES UCHA, Antonio L., GIL Y PÉREZ, Juan Ignacio. *Ensayo sobre el pensamiento del Dr. Carlos María Fosalba en las postrimerías del siglo XX*. Capturado em 26 ago. 2000. Online. Disponível na Internet http://www.smu.org.uy/libros_sindicales/fosalba/. Para o Equador, v. IBARRA, Hernán. La historiografía del movimiento obrero ecuatoriano: un balance. In: ZUBILLAGA, Carlos (comp.). *Trabajadores y sindicatos en America Latina*. Reflexiones sobre su historia. Montevideo: CLACSO/CLAEH, 1989, p. 105-126; ROBALINO BOLLE, Isabel. *El sindicalismo en el Ecuador*. 2. ed. Quito: EDIPUCE, 1992, p. 81 e ss. Para o Paraguai, v. REGLAMENTO de La Sociedad "Union Slava" de Socorros Mutuos de La Asunción del Paraguay. Capturado em 30 abr. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.studiacroatica.com/libros/para/para01.htm>. Para o Peru, v. DRINOT, Paulo. Obreros e historiadores: Problemas y posibilidades en la investigación histórica del mundo obrero en el Perú. *Ciberayllu* [1997] (ISSN: 1527-9774). Capturado em 30 abr. 2000. Online. Disponível na Internet, http://ssu.agri.missouri.edu/andes/especiales/pd_obreros.html. Para a Colômbia, v. menção em MUNCK, Ronaldo. Mutual benefit societies in Argentina: workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, n. 30, 1998, p. 574. Para Cuba, v. menção em LOSADA ALVAREZ, Abel F. Inmigracion y urbanizacion en Cuba en el primer tercio del siglo XX. *Estudios Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVI, n. 1, jul. 2000, p. 47-48. Para menções a Bolívia, Costa Rica (além de outros países), v. SARRÍA, Nestor. Diagnóstico dos sistemas de saúde mutuais na América Latina. In: GEISLER, Jorge (org.). *Mutualismo: uma*

fenômeno de grande dispersão no mundo. Mas é interessante observar que, mesmo disseminado, há várias referências de que o fenômeno ainda seria pouco estudado no âmbito dos países.³

alternativa para a saúde. Cadernos CEDOPE. Série Cooperativismo e desenvolvimento urbano e rural. Ano 9, n. 16, 1997, p. 19. Para El Salvador, Guatemala e República Dominicana, v. GODIO, Julio. *Historia del movimiento obrero latinoamericano*. México: Nueva Sociedad/ Nueva Imagen, 1983. vol 2 – Nacionalismo y comunismo, 1918-1930, p. 146-147. Para Barbados, BOLLAND, O Nigel. Current Caribbean research five centuries after Columbus – The Tainos by Irving Rouse/ A History of Barbados by Hilary M. Beckles/ The Maroons of Jamaica, 1655-1796 by Mavis C. Campbell/ Alabi's World by Richard Price/ and others. *Latin American Research Review*. V. 29, n. 3, 1994, p. 220 e ss. Para Argélia, Tunísia e Marrocos, já na primeira metade do século XX, v. GIBAUD, Bernard. The Mutualité Française and the First International Congress of Mutual Benefit Societies. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 665-668. Para Guiné-Bissau, ARHIN-TENKORANG, Dyna. *Health Insurance for the Informal Sector in Africa: Design Features, Risk Protection, and Resource Mobilization*. Paper prepared for Working Group 3 of the Commission on Macroeconomics and Health. Sep. 2001, p. 32-34. Disponível para download em: http://www.cmhealth.org/docs/wg3_paper1.pdf. Para Costa do Marfim e Nigéria no período recente, v. LETOURMY, Alain. Les mutuelles de santé en Afrique: une protection sociale sans l'Etat? *Revue Française des Affaires Sociales*. 53ème année, n. 3-4, déc. 1999, p. 77-93; WILLIAMSON, John B., PAMPEL, Fred C. Ethnic politics, colonial legacy and old age security police: the Nigerian case in historical and comparative perspective. *Journal of Aging Studies*. V. 5, n. 1, 1991, p. 31. Para a Tanzânia e África do Sul, v. menção em LINDEN, *op. cit.*, p. 17. Para os demais países africanos, v. **Concertation**. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível na Internet: http://www.concertation.org/Default_FrameSet.asp, 10 jan. 2004, ou, mais detidamente, os seguintes textos: GUISSSET, Amadou. *Banque de données sur les mutuelles de santé et leurs structures d'appui: Mauritanie*. Dakar: Concertation, 2001. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/Etudes_3209052670_16270.DOC; MIDOU, Kailou. *Banque de données sur les mutuelles de santé et leurs structures d'appui: Niger*. Dakar: Concertation, 2001. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/Etudes_3209049754_14549.DOC; SERY, Jean Pierre, ORTIZ, Christine, OUATTARRA, Alexandre. *Banque de données sur les mutuelles de santé et leurs structures d'appui: Côte d'Ivoire*. Dakar: Concertation, 2001. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/Etudes_3209050356_8737.DOC; NGABA, Djimadoum, MONGBE NOCH, Guelmbang. *Banque de données sur les mutuelles de santé et leurs structures d'appui: Tchad*. Dakar: Concertation, 2001. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/Etudes_3209052958_21003.DOC; ATIM, Chris. *Etude de cas au Ghana*. Dakar, 1998. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/Etudes_3160722545_20335.DOC; RAPANÔEL, Onésime. *Les Mutuelles pharmacies communautaires à Madagascar*. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/HTML/DiscoursComm_3161324927_21028.HTML.

³ Na coletânea de LINDEN (*op. cit.*), v. os textos sobre a França (DREYFUS, Michel. Mutual benefit societies in France: a complex endeavour, p. 209), Espanha (CASTILLO, Santiago. Mutual benefit societies in Spain in the Nineteenth and Twentieth Centuries, p. 274) e Hungria (HITCHNS, Mutual benefit societies in Hungary, 1830-1914, p. 359). Uma resenha dessa coletânea (HANAGAN, Michael. Review of Social Security Mutualism. *International Review of Social History*. V. 43, n. 3, 1998, p. 475-478) concordaria com tais avaliações ao afirmar que o fenômeno é “a little studied but quite important aspect of social history”. Também afirma a quase inexistência de estudos sobre o Uruguai o livro de BARRÁN, José Pedro. *Medicina y sociedad en el Uruguay del Novecientos*. Vol. 2: La ortopedia de los pobres. Montevideo: Banda Oriental, 1993, p. 229. Para a Austrália, v. JAMES, Bob. *Craft, Trade or Mystery? Part One - Britain from Gothic Cathedrals to the Tolpuddle Conspirators*. Capturado em 27 mar. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.takver.com/history/benefit/index.htm>. Para Itália: TOMASSINI, Luigi. Il mutualismo in Italia. In: PROCACCI, Giovanna, TOMASSINI, Luigi, LABANCA, Nicola, *et al. Assistenzialismo e politiche di controllo sociale in Italia liberale e fascista*. [Quaderno dei risultati del progetto nazionale di ricerca MURST ‘Strutture sociali, politiche di controllo e welfare in Italia e in Europa 1880-1980’], Siena, luglio 2001,

Frente à dispersão do fenômeno no mundo, é difícil qualificar como “rara” a bibliografia existente sobre o tema. Talvez fosse melhor pensá-la como “rarefeita”, não apenas por sua dispersão geográfica, como também pela dispersão de interesses dos estudos produzidos. Embora meu interesse nesta tese pertença ao âmbito da história do trabalho – e com esse interesse há diversas referências⁴ – o mutualismo pode comparecer como foco de investigação em estudos sobre grupos étnicos,⁵ associações voluntárias e temas conexos (como constituição da sociedade civil, ou esfera pública),⁶ saúde e medicina,⁷ formas de proteção social,⁸ além, é

p. 51.

⁴ Este é certamente o interesse central de LINDEN (*op. cit.*). Para o Brasil, um bom exemplo recente é *Cadernos AEL. Sociedades operárias e mutualismo*. V. 6, n. 10/11, 1999. Para o Rio Grande do Sul, PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário. *Cadernos do ISP*. Pelotas, n. 11, p. 5-20, dez. 1997.

⁵ Para estudos empíricos principalmente com respeito à Argentina, v. as coleções das revistas *Estudios Migratorios Latinoamericanos* e *Studi Emigrazione*. Nelas também se podem encontrar apreciações historiográficas, como por exemplo DEVOTO, Fernando J. Las sociedades italianas de ayuda mutua en Buenos Aires y Santa Fe. Ideas y problemas. *Studi Emigrazione*. Roma, anno XXI, n. 75, set. 1984, p. 320-342; ou ainda MARQUIEGUI, Dedier Norberto. Asociacionismo, liderazgo étnico e identidad: un enfoque comparado (Luján, 1876-1920). *Studi Emigrazione*. Roma, v. XXXI, n. 115, 1994, p. 427-430. Semelhantes, e com vários estudos referentes ao Brasil, são os capítulos da coletânea de FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999. Para o Rio Grande do Sul, lembraria dois estudos de entidades, de desiguais âmbito e valor historiográfico: VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História da Cultura-PUCRS, 1979; BORGES, Stella. Imigração italiana em região de fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar. In: SULIANI, Antônio (org.) *Etnias e Carisma*. Poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 1056-1065. Mais arrojado, devido à perspectiva comparada, é o artigo de OSPITAL, María Silvia, CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Construção de identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920). *Estudios Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXV, n. 2, p. 131-146, dez. 1999.

⁶ Para um estudo internacional de relevância, embora não específico sobre sociedades de socorros mútuos, destacaria PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia*. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. Também interessada sobre o associativismo na Província argentina de Córdoba e tratando com algum vagar das sociedades de socorros mútuos é a tese de VAGLIENTE, Pablo José. *Construyendo la esfera pública desde el asociativismo*. (Córdoba, 1850-1880). Palos de la Frontera, 2000. Tesis de Maestría en Historia Latinoamericana – Universidad Internacional de Andalucía, 2000, principalmente o cap. VI. Um estudo sobre associações voluntárias no Brasil, que incorpora as mutuais, é o de CONIFF, Michael L. Voluntary associations in Rio, 1870-1945. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. V. 17, n. 1, feb. 1975, p. 64-81.

⁷ Para Inglaterra e França, v. PORTER, Roy. Book Review: Sick, not dead: the health of british workingwomen during the mortality decline. *Bulletin of the History of Medicine* 72.1 (1998), p. 129-131. Capturado em 20 maio 2000. Online. Disponível na Internet: http://muse.jhu.edu/journals/bulletin_of_the_history_of_medicine/v072/72.1br_riley.html; WEISZ, George. Book Review: La maladie entre libéralisme et solidarités (1850-1940). *Bulletin of the History of Medicine* 70.3 (1996) 530. Capturado em 20 maio 2000. Online. Disponível na Internet: http://muse.jhu.edu/journals/bulletin_of_the_history_of_medicine/v070/70.3br_faure.html. Para o Uruguay, v. BARRAN, (*op. cit.*) e *Idem*. *Medicina y sociedad en el Uruguay del Novecientos*. 1: El poder de curar. Montevideo: Banda Oriental, 1993, p. 72-75. Para a Argentina, v. CARNINO, Maria Isabel, PERSELLO, Ana Virginia. La reformulación del mercado de atención medica – Buenos Aires, 1920-1940. *Anuário 13 [Segunda época]*. Rosário, Escuela de História UNR, 1998, p. 343-367. Para o Brasil, v. WILLIAMS, Steven C. *Prelude for Disaster: The Politics and Structures of Urban Hygiene in Rio de Janeiro, 1808-1860*. Capturado em 29 jun. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.glo.org/scw/>

claro, dos estudos interessados especificamente nessa forma de associação, tentando dar conta de sua riqueza temática.⁹ Se não é possível dizer que seja uma bibliografia rara, sua rarefação, contudo, é clara quando se verifica que é como se o fenômeno fosse invisível aos pesquisadores, raramente ocupados em buscar aportes originários de outros campos de interesses que não o seu próprio. Assim, chega a ser surpreendente que um recente trabalho sobre a relação da idéia de saúde com o movimento operário no Brasil seja incapaz de mencionar, uma única vez, o mutualismo, talvez porque ambas tradições historiográficas – a de estudos de saúde e a de estudos sobre classe trabalhadora e movimento operário – não tenham, de fato, incorporado as sociedades de socorros mútuos a seus fenômenos de interesse. Ou então se chega ao ponto de um caderno específico sobre mutualismo e saúde historie a assistência à saúde no Brasil sem qualquer menção às sociedades de socorros mútuos.¹⁰

dissertation/ (especialmente o cap. 5); CONJUNTO Universitário Cândido Mendes. Centro de Memória Social Brasileira. *A assistência médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para sua história no período de 1870-1945*. Rio de Janeiro, 1980, v. 2, p. 252-394. Para o Rio Grande do Sul, há um livro sobre a Sociedade de Beneficência Portuguesa, em Porto Alegre, que focaliza – porque a própria entidade também o fazia – o hospital: SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha Ltda, 1954. Outro estudo, criticável pelo sentido atribuído ao termo “mutualismo”, é o de GEISLER, Jorge. Proposta para o desenvolvimento de um modelo de prevenção à saúde baseado nos princípios do mutualismo. *Perspectiva Econômica*. São Leopoldo (UNISINOS), v. 30, n. 88, jan.-mar. 1995, p. 21-41.

⁸ Adoto aqui a expressão “proteção social”, que incluiria, segundo definição da Organização Internacional do Trabalho, “not only public social security schemes, but also private or non-statutory schemes with a similar objective, such as mutual benefit societies and occupational pension schemes (...) [and] all sorts of non-statutory schemes, formal and informal”: INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Governing Body. Committee on Employment and Social Policy. *276th Session [Geneva, nov. 1999]: Unemployment, social protection and crises: Trends and issues..* Capturado em 06 jul. 2000. On-line. Disponível na Internet <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/gb/docs/gb276/esp-4-1.htm>. Para um estudo sobre diferentes países da Europa, v. CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998, principalmente p. 373-381. Para os Estados Unidos, v. BEITO, David T.. *Poor before Welfare. The Independent Institute*. Capturado em 01 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.independent.org/tii/news/beforewelfare.html>. Para Inglaterra, sobretudo, v. KIDD, Alan. *The Liberal State: Civil Society and Social Welfare in Nineteenth Century England. Journal of Historical Sociology*. V. 15, n. 1, mar. 2002, p. 114-119. Para o Brasil, v. TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto. *A forma organizativa de auxílios mútuos: contestação ou adaptação*. Rio de Janeiro; 1982. Dissertação de mestrado (IUPERJ), 1982.

⁹ Os dois melhores exemplos que conheço de trabalhos de fôlego específicos sobre as sociedades de socorros mútuos são um para os Estados Unidos (BEITO, David T. *From Mutual Aid to the Welfare State. Fraternal Societies and Social Services, 1890-1967*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000) e outro para São Paulo (LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990).

¹⁰ Respectivamente: BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo – 1891-1925*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997; BROSS, João Carlos, MARTINS, Maria Lúcia. Realidade brasileira em saúde – diagnóstico e perspectivas. In: GEISLER (org.), (*op. cit.*), p. 26-32.

Não sou capaz de elencar a bibliografia sobre sociedades de socorros mútuos produzida segundo cada interesse de pesquisa e nem creio que sua justaposição me permitirá avançar muito na construção do fenômeno. Mais útil seria começar com um dos principais interesses de pesquisa, que também é o meu: a história do trabalho. De certa forma, ainda vigora entre alguns historiadores do trabalho a idéia de que as sociedades de socorros mútuos pertenceriam à “pré-história” do movimento operário e, quando muito, mereceriam apenas uma investigação mais motivada pela erudição que pelo desejo de compreensão do próprio movimento social.¹¹ Claro que também há matizes nessa qualificação, quando o mutualismo é tratado como um tipo de organização embrionária de trabalhadores, renunciando o sindicalismo, cujo aparecimento faz daquele um fenômeno de pesquisa interessante pelo seu devir, pelo que lega ao sindicalismo do futuro.¹² Contudo, tais concepções, ao proporem uma periodização das formas de associação dos trabalhadores, inviabilizariam ou desestimulariam esforços no estudo das sociedades de socorros mútuos depois da criação de entidades de tipo sindical, como se as mutuais simplesmente deixassem de existir. Não obstante, já há vários estudos de história do trabalho no Brasil que comprovam sua existência para períodos posteriores. Embora com várias lacunas temporais, um artigo sobre as associações voluntárias no Rio de Janeiro, onde se incluíam as sociedades de socorros mútuos, constata sua presença entre as mais numerosas entidades em 1921, sobretudo se a esse grupo incorporamos as de funcionários públicos. Dois livros para São Paulo também merecem destaque: de um lado, o seminal Azis Simão, que constata a existência e mesmo a fundação de novas entidades até 1930 (mas não entidades posteriores a essa data) e Tânia Regina de Luca, que, seguindo os passos daquele, centra sua pesquisa nas sociedades de socorros mútuos até 1930. Para Minas Gerais, um livro

¹¹ A qualificação de “pré-história” encontra-se em GODIO, Julio. *Historia del movimiento obrero latinoamericano*. San José: Nueva Sociedad, 1985. vol 1 – Anarquistas y socialistas 1850-1918, p. 226. No Brasil, destacado e paradigmático exemplo dessa posição é a periodização de RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1968, p. 6. Em âmbito regional, embora seja um texto antigo, tal posição pode ser encontrada em MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo-Museu do Trabalho, 1985, p. 11-14.

¹² V., por exemplo, os trechos constantes em HARDMAN, Francisco, LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982, p. 118, 126, 247: “foram (...) as primeiras organizações operárias que atestavam, embora sob formas embrionárias, que o proletariado procurava constituir-se como classe”; “Este período inicial anterior a 1888 não é importante apenas por aquilo que ele representou para si, mas também pelas conseqüências que traria para o período seguinte.”; “[Em 1892,] já estávamos muito além do mutualismo do primeiro período”. No âmbito dos estudos regionais, destacaria a posição matizada de PETERSEN, *op. cit.*

sobre o movimento operário comprovou a existência de sociedades de socorros mútuos pelo menos até 1925, entidades que foram mais numerosas e disseminadas que os sindicatos de resistência. Para o Rio Grande do Sul, a tese recente de Beatriz Loner fornece elementos, para cada década, para o estudo das sociedades de socorros mútuos funcionando ou sendo fundadas nas cidades de Pelotas e Rio Grande, mesmo na década de 1930. Além disso, há dissertações sobre entidades em outros estados, como um para a cidade de Lages, em Santa Catarina, entre 1929 e 1981 – sem contudo tipificá-la como sociedade de socorros mútuos; e outro sobre uma entidade em Salvador, entre 1852 e 1938. Ademais um estudo sobre entidades da cidade do Recife participou das atividades de algumas ainda no final da década de 1970.¹³ Se a esses textos acrescentarmos menções ou documentos do século XX referentes a estados como Amazonas, Pará, Mato Grosso, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Goiás e Paraná,¹⁴ torna-se obrigatório romper com a periodização em etapas que relega o mutualismo a um fenômeno exclusivo do século XIX ou da “pré-história” do movimento operário. É bem verdade que

¹³ Respectivamente: CONIFF, *op. cit.*; SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981, p. 150 e ss.; LUCA, *op. cit.*; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo: HUCITEC, 1988, p. 71-73 e 216-217; LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937*. Porto Alegre, 1999. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) – IFCH, UFRGS, 1999; ARRUDA, Arlete Aparecida Hildebrando de. *Centro Operário, primeira organização de trabalhadores de Lages, estado de Santa Catarina (comportamento político de trabalhadores)*. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UFRGS, 1983. SILVA, Maria Conceição B. da C. e. *A Sociedade Monte-Pio dos Artistas: um momento do mutualismo em Salvador*. Salvador, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1981 (editada com a seguinte referência: SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/ Fundação Cultural/EGBA, 1998; agradeço o esforço de Aldrin Castelucci que me permitiu chegar ao livro, mas acredito que a cópia da dissertação seja de mais fácil acesso aos leitores, de forma que as páginas citadas se referirão ao trabalho não publicado); TEIXEIRA, *op. cit.*

¹⁴ Para o Amazonas: ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMMERCIO DO AMAZONAS. *Quarto Relatório concernente ao anno de 1910*. Manaus: Livraria Clássica, 1910. (BRG). Para o Pará: RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Pará referente ao exercício de 1909-1910. Belém: Typ a vapor da Livraria Gillet, 1910. (BRG); TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 111. Para o Mato Grosso: OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Movimento Operário no Sul de Mato Grosso: avanços e recuos dos trabalhadores do Rio Paraguai – 1917-1926*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, PUCRS, 2000, p. 136 e ss. Para o Ceará: GONÇALVES, Adelaide, SILVA, Jorge E. (orgs.). *A imprensa libertária do Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 94, 104-106. Para o Rio Grande do Norte: HARDMAN, LEONARDI, *op. cit.*, p. 303. Para Sergipe: ROMÃO, Frederico Lisbôa. *Na trama da história. O movimento operário de Sergipe 1871 a 1935*. Aracaju: Sindimina/Sindicato dos Bancários de Sergipe/Sindipema/Sindisan/Advocacia Operária, 2000, p. 43-50. Para Alagoas: v. A Sociedade Perseverança e Auxílio. *Correio da Tarde*. Maceió, 16 set. 1922, [p. 5] (AHMPA). Para Goiás não é suficiente clara a menção ao mutualismo em BATALHA, Cláudio H. M. Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 53. Para o Paraná: VALENTE, Silza Maria Pazello. *A presença rebelde na cidade sorriso*. Contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba 1890-1920. Londrina: Ed. UEL, 1997, p.

algumas afirmações sobre a transformação de sociedades de socorros mútuos em sindicatos podem ter restringido o uso do segundo termo àquelas entidades que se fundaram sob os auspícios da legislação dos anos 30. Na falta de pesquisas mais pormenorizadas sobre eventuais continuidades entre as décadas de 1920 e 1930, considero temerário adotar essa posição, principalmente quando raros registros indicariam que os sindicatos fundados nos anos 1930 se teriam originado de sociedades de socorros mútuos.¹⁵ Independente de suas maiores ou menores profundidade e abrangência, a bibliografia existente me torna impossível pensar que um estudo sobre as sociedades de socorros mútuos no Rio Grande do Sul entre 1854 e 1940 revelaria necessariamente um caso excepcional ou atípico no Brasil.

Contudo, tais evidências de permanência das sociedades de socorros mútuos podem ser aceitas pelo leitor com alguma reticência, motivada pela suposição de que boa parte das entidades que seguem existindo não sejam do mesmo tipo que aquelas que originaram associações de tipo sindical. Mais precisamente, o argumento é o de que as entidades que continuaram a existir no século XX não eram de trabalhadores, mas de grupos étnicos, e que estas, embora formalmente sejam mutuais, não têm a mesma natureza daquelas outras. É no capítulo 4 que discutirei com mais vagar a possibilidade de homogeneizar as sociedades de socorros mútuos, independente do grupo social que a protagoniza. Mas conceber entidades diferentes em função das diferentes naturezas dos grupos sociais (etnia e classe) tem sido posição freqüente entre pesquisadores da história do trabalho no Brasil e em outros países.¹⁶ Tânia de Luca, por seu turno, contrasta o “tom monocromático” dos objetivos de 265 estatutos de entidades em São Paulo com a “diversidade e a riqueza do mutualismo” quando classificados segundo o grupo social que o protagoniza.¹⁷ Curiosamente, não são apenas os historiadores com

176-181.

¹⁵ Para casos ocorridos em São Paulo, v. LUCA, *op. cit.*, p. 99. Para quatro casos ocorridos em Pelotas e Rio Grande, v. LONER, *op. cit.*, p. 675 e 693. Embora faltem maiores dados sobre o fenômeno no Brasil, a raridade dos registros de sindicatos cujo nome remete ao mutualismo e que indicam data de fundação como anterior a 1930 também é flagrante no Distrito Federal (1 caso), São Paulo (2 casos), Rio de Janeiro (1 caso), Alagoas (1 caso), Amazonas (1 caso), Maranhão (2 casos), Pará (3 casos), cf. *Boletim do Ministério do trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 14, out., p. 377; n. 15, nov., p. 365; n. 16, dez. 1935, p. 375; n. 17, jan., p. 360; n. 19, mar., p. 384; n. 20 abr. 1936, p. 377, 381-382.

¹⁶ PALMER, Brian. Mutual benefit societies in Canada. In: LINDEN (*op. cit.*), p. 139 e ss.; HITCHINS, Keith. Mutual benefit societies in Hungary, 1830-1941. In: LINDEN (*op. cit.*), p. 379 e ss.; GREZ TOSO, Sérgio. The mutual benefit movement in Chile from its origins to the present time, 1853-1992. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 638. Para o Brasil, um exemplo é: BATALHA, *op. cit.*, p. 59.

¹⁷ LUCA, *op. cit.*, p. 34-35. Para posição semelhante sobre a Argentina, v. RECALDE, *op. cit.*, p. 116-

interesses originários da história do trabalho que destacam diferentes naturezas das sociedades de socorros mútuos em função das diferentes naturezas dos grupos sociais que as compõem. Fernando Devoto, em texto da década de 1980 em que aprecia a historiografia acerca das mutuais de imigrantes na Argentina, como que aceita que as mutuais de trabalhadores se converteriam em associações de tipo sindical, ao contrário das de grupos étnicos, concepção que hoje em dia não seria totalmente defensável: não apenas essa interpretação não daria conta dos esforços socialistas em definir quais seriam as “autênticas mutualidades” (sem restrições étnicas ou religiosas, e que seguiam existindo no século XX), como a rígida distinção entre mutuais de grupos étnicos e de trabalhadores seria um modelo impróprio para o estudo de associações que são de imigrantes trabalhadores.¹⁸

O leitor já deve ter começado a perceber que, quanto mais pormenorizadas as questões formuladas à bibliografia e ao fenômeno, mais complexa é a tarefa de construir um objeto para esta pesquisa. Não quero tomar o caminho da omissão da produção, mas o caminho oposto pode me levar a nenhum resultado. Creio que a construção de um objeto (como também as mediações teóricas e metodológicas resultantes da tentativa de construção) não é possível na falta de uma certa “massa crítica” de bibliografia que permita ao pesquisador tornar claro o ineditismo da abordagem.¹⁹ E esta tese só pode se desenvolver por meio do debate com o conjunto da produção bibliográfica acerca das sociedades de socorros mútuos, sob pena de lhe faltar a “massa crítica”. Se já adverti sobre minha incapacidade de analisar cada uma das origens dos interesses das pesquisas, assumo, em contrapartida, a responsabilidade pela organização dessa bibliografia desde os parâmetros que me são mais familiares, e penso, sim, que isso seja possível.

Uma produção bibliográfica rarefeita (mas não rara), exatamente por não estarem consolidadas tradições historiográficas que não as integrantes da origem

117.

¹⁸ DEVOTO, *op. cit.*, p. 321-324. Para a discussão acerca das “autênticas mutualidades”, v. THOMPSON, Andres. Beneficencia, Filantropía y Justicia Social: el “tercer sector” en la historia argentina. In: Idem (comp.). *Público y privado. Las organizaciones sin fines de lucro en la Argentina*. Buenos Aires: Losada/ UNICEF, 1995, p. 47 e RECALDE, *op. cit.*, p. 120-125. Para “imigrantes trabalhadores”, v. MUNCK, *op. cit.*, p. 577. Outros casos de imigrantes trabalhadores, agora no Brasil, podem ser vistos em LUCA, *op. cit.*, p. 156 e KUSCHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

¹⁹ É uma posição muito próxima da de WEBER, Max. Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura: a polêmica com Eduard Meyer. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p. 157.

dos interesses de pesquisadores, só permitiria uma sistematização que conscientemente assumisse os próprios limites. Assim, creio ser possível tentar organizar a produção que conheço orientada a dois modelos polares de abordagem, um deles tendente à atenção ao nível individual da ação social e outro tendente ao nível coletivo dessa ação. Ao pensar tais abordagens como modelos polares (tipos ideais), procuro sublinhar a idéia de que a opção por uma ou outra não é necessariamente equivocada, porque nenhuma das duas existe empiricamente. Pensar a produção bibliográfica que realmente existe é capaz de revelar que a combinação de elementos de cada um desses tipos ideais nos estudos que são feitos é frutífera no esforço em dar conta da complexidade das sociedades de socorros mútuos.

O Quadro 1.1 tenta consolidar as duas abordagens polares, indicando ainda afinidades entre três elementos da constituição de (ou associação a) sociedades de socorros mútuos. Uma abordagem exclusivamente individual, portanto, consideraria que a constituição de sociedades de socorros mútuos só pode ser pensada como uma estratégia privada de um agente individual interessado em formas de proteção social. Uma abordagem exclusivamente coletiva, ao contrário, pensaria as entidades como uma estratégia pública de grupos sociais que demarcam seus limites de pertencimento. Por mais formalizado que possa ser o Quadro 1.1, ele se revela flagrantemente insuficiente como um descritor da riqueza que as sociedades de socorros mútuos podem trazer à pesquisa. Ao assumir e explorar os limites de cada abordagem, penso ser possível estabelecer um código comum de leitura e intercâmbio entre a história do trabalho, especificamente, e outras abordagens da história e demais ciências humanas. Isso significa que o desejo de me fazer compreender não é dirigido apenas àqueles que pesquisam trabalho, mas também àqueles interessados – seja qual for a origem de seu interesse – em sociedades de socorros mútuos.

Elementos da ação social	Nível da ação social	
	Individual	Coletivo
Sujeito da ação	Agente individual	Agente coletivo (grupo)
Caráter da ação	Privado	Público
Objeto da ação	Previdência	Identidade

Quadro 1.1: Modelos polares da abordagem sobre sociedades de socorros mútuos

Fonte: elaboração própria.

Começo com a tipificação do caráter da ação, passando a seguir para os outros dois tópicos (sujeito e objeto da ação), para então retornar às definições que são centrais nesta tese. É consensual que as sociedades de socorros mútuos cumprem também funções de securitização dos fatores subjetivos de risco dos trabalhadores. Com essa expressão, incorporo um dos “argumentos sociológicos” que – a despeito da heterogeneidade empírica da esfera do trabalho, ainda permitiriam supor sua coerência interna – incluiriam “o persistente risco de interrupções na capacidade dos trabalhadores de ganhar dinheiro, em virtude de fatores subjetivos (doença, acidentes) ou objetivos, como mudanças técnicas e econômicas”.²⁰ Independente do tipo de mutual, se de grupo étnico, de categoria profissional, sob controle patronal (se é que podemos denominar “mutuais” as caixas de empresas), a atividade de assegurar contra tais riscos subjetivos é parte integrante de uma definição do tipo de entidade, e não é à toa que Linden faz dessa ação o central de sua definição.²¹ Mas a percepção do risco do descenso social – só possível em sociedades nas quais os agentes percebam também formas de mobilidade social vertical – impele esses agentes a desenvolverem estratégias para não sofrerem desse risco. Linden e Lucassen, na busca de uma definição mais minuciosa do que seja a história do trabalho, aportam uma série de conceitos, entre os quais, a distinção entre estratégias privadas e públicas de manutenção ou ascensão social. As estratégias privadas, tais como o recurso a parentes e vizinhos em relações horizontais ou o recurso ao paternalismo em relações verticais, supõem a análise da ação de um agente individual principalmente interessado em sanar os efeitos de risco social, ao passo que as estratégias públicas supõem a análise da ação de um agente coletivo, podendo ser uma classe, categoria profissional, grupo étnico, etc., interessado na promoção de certos interesses relacionados a terceiros. São essas estratégias públicas aquelas mais abordadas pela bibliografia, principalmente quando se institucionalizam em sindicatos ou, por exemplo, como mencionado por esses autores, sociedades de socorros mútuos. Assim, estudos sobre a identidade da classe trabalhadora têm incorporado as sociedades de socorros mútuos no Brasil a suas pesquisas, avaliando que essas entidades, tal

²⁰ OFFE, Claus. Trabalho: categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 4, n. 10, jun. 1989, p. 9.

²¹ LINDEN, *op. cit.*, p. 13.

como afirmam Linden e Lucassen, protagonizariam estratégias públicas.²² Talvez essa posição dos historiadores do trabalho seja uma herdeira – bastante mais sofisticada – da posição que identificava mutuais como “pré-história” do movimento operário. Certamente mais sofisticada porque, ao invés de supor continuidades organizativas entre mutuais e sindicatos – o que é fenômeno raro – identificam algumas continuidades na percepção subjetiva do trabalhador como integrante de um grupo não apenas com interesses objetivos relacionados a terceiros, mas com direito a pleiteá-los publicamente. Essa concepção vai muito além da idéia de que as mutuais seriam apenas uma forma de associação legal, por trás da qual se revela a inexorável luta de classes como motor da história.²³ Não obstante, se adequaria também à idéia de estratégias públicas a relação que sociedades de socorros mútuos manteriam com médicos, por exemplo, porque “transformaban en económica y profesionalmente dependientes a los que ocupaban un lugar destacado en la escala social y cultural”, dependendo do grau de monopólio exercido pelas entidades sobre os postos de trabalho desses profissionais. Nestes casos, contudo, a discussão do caráter de eventuais “lutas de classes” se torna mais complexa quando se verifica que os membros individuais das entidades vendem seu trabalho, ao passo que, coletivamente, compram o dos médicos, que se constituirão como grupos de interesses de tipo sindical contra as mutuais.²⁴

Curiosamente, tais seriam casos exemplares do paradoxo que a modelagem de Linden e Lucassen produz. A promoção coletiva de interesses (típica das estratégias **públicas** dos trabalhadores) é evidente nos casos em que as sociedades

²² A rigor, Marcel van der LINDEN e Jan LUCASSEN (*Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999. Capturado em 1 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>) não o dizem desta forma, mas, acompanhando seu argumento: “labour movements” são projetos públicos de assalariados, que podem ser abordados desde diversos ângulos, dentre os quais, as formas de ação e organização; sociedades de socorros mútuos são uma dessas formas de organização. Para exemplos de estudos acerca de entidades no Brasil e Rio Grande do Sul que, embora não usem explicitamente dessa abordagem, poderiam ser tipificados como próximos delas, v. BATALHA, *op. cit.*, LONER, *op. cit.*, SCHMIDT, Benito Bisso. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). *Cadernos AEL. Sociedades operárias e mutualismo*. V. 6, n. 10/11, 1999, p. 163 e ss.

²³ Talvez minha afirmação seja exagerada, mas ela remeteria a análises com um quê de anacronismo ao permitirem inferir a existência de percepções subjetivas dos agentes sociais sobre um tipo de organização de massas (mutuais) utilizadas como veículo do recrutamento de quadros de vanguarda entre os trabalhadores. Embora a argumentação de OLIVEIRA (*loc. cit.*) não me autorize totalmente imputar-lhe essa posição, o título de seu sub-capítulo (“Para a legalidade, o mutualismo. Para as conquistas, a resistência”), seria exemplar dessa concepção.

²⁴ O caso que conheço mais bem estudado é o do Uruguai, de onde provém a citação (BARRÁN, *op. cit.*, v. 2, p. 230; TURNES UCHA, GIL Y PÉREZ, *op. cit.*). Para exemplos semelhantes na Irlanda e na Hungria do século XIX, v. LINDEN, *op. cit.*, p. 33-34 e 381.

de socorros mútuos operam como uma forma de previdência ou assistência **privadas**. E qualificá-las como uma forma de previdência ou assistência privada não é necessariamente exagerado. Entidades do Rio Grande do Sul, mesmo que persistam com caráter algo diferenciado, ainda hoje comporiam 20% das associações de previdência privada filiadas a uma associação brasileira, sendo 2/3 daquelas sem fins lucrativos, algumas das quais aparecendo ao longo desta tese, como o Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército, fundado em 1917, a Sociedade União dos Caixeiros Viajantes, fundada em 1913 ou a Sociedade Caxiense de Mútuo Socorro, fundada em 1887.²⁵ Ademais, a definição de estratégias privadas de Linden e Lucassen se adequaria ao central da argumentação de Amélia Rosa Sá Barreto Teixeira, que interpreta as mutuais como “vinculadas à necessidade (...) de se buscar recursos de maneira coletiva para solucionar problemas (...) individuais”, ou ainda como uma forma de organização “desaglutinadora” com um “caráter enganadoramente popular”. No mesmo sentido, embora com menor ênfase, vai a interpretação de Maria Conceição B. da C. e Silva, ao interpretar como paternalistas as relações entre Estado e classe dominante, de um lado, e mutuais, de outro.²⁶ Não aprofundo por ora essa divergência, deixando para retomá-la dentro de pouco, para apenas deixar a questão: estariam os diferentes autores falando do mesmo tipo de entidade?

Na divergência acima indicada talvez já tenha ficado clara a afinidade entre a definição de estratégias privadas cujo agentes são indivíduos, enquanto estratégias públicas teriam por agentes grupos sociais. E o aludido paradoxo se configura cada vez melhor como resultante de tipos ideais de abordagens, quando se retoma a suposta imputação de uma “luta de classes” entre mutuais e médicos. Com efeito, é exatamente a diferença de situações de mercado dos membros das sociedades de socorros mútuos como indivíduos que vendem seu trabalho, por um lado, e como empregadores ou consumidores coletivos de serviços, por outro, que levaria autores a interpretar o processo de associação a mutuais como integrante de estratégias privadas ou públicas de manutenção ou ascensão social. Existe uma coerência interna quando se concebem indivíduos desenvolvendo estratégias privadas e grupos desenvolvendo estratégias públicas. Não é à toa que muitos textos sobre

²⁵ ANAPP - Associação Nacional da Previdência Privada. Capturado em 18 ago. 2000. On-line. Disponível na Internet: <http://www.anapp.com.br>.

²⁶ TEIXEIRA, *op. cit.* p. 63, 75-76. Outros exemplos no mesmo trabalho. estariam nas p. 9, 39, 58. Para Silva (*op. cit.*), v. especialmente p. 3 e 118.

mutualismo de determinados grupos iniciam a narração com uma descrição, ou mesmo um levantamento quantitativo, do grupo que poderia se associar à certa entidade.²⁷ É também este o fundamento da distinção de natureza entre mutuais de trabalhadores e de grupos étnicos: a crença de que sociedades de socorros mútuos são uma forma de organização para a execução de estratégias públicas de grupos torna irrelevante a comparação de grupos organizados segundo critérios diferentes. O modelo mais próximo da concepção oposta, a dissertação de Teixeira, abdica completamente da delimitação objetiva, mesmo que aproximada, do perfil social das entidades analisadas e destaca a baixa sociabilidade que aí ocorre. Já a dissertação de Silva apenas se aproxima da abordagem individual, mas não a adota de todo, quando concebe como “artesanal” a ideologia imperante na mutual analisada, destacando incapacidades estruturais na elaboração de interesses de grupo. O artesanato produziria, assim, um conjunto de indivíduos que, embora com situação de classe semelhante, não conseguiria constituir grupos de interesse orientados para a resolução objetiva de seus problemas.²⁸ Existe, é claro, uma afinidade entre a concepção do mutualismo como uma “pré-história” do movimento operário e a concepção do artesanato como uma “pré-história” da industrialização. Da mesma forma, ainda que se admita a permanência de mutuais e de seus objetivos já em grupos tipicamente operários, é comum a concepção de que isso apenas exprimiria a consciência de classe que faltaria a certos grupos, algo só revelado – e que, ao fim e ao cabo, constituiria propriamente um “grupo”, como algo diferente de uma série de indivíduos em condições objetivas semelhantes – na definição e pleito público de seus interesses. Talvez aí esteja uma das explicações para a rarefação da produção acadêmica acerca das sociedades de socorros mútuos e, a bem dizer, sua invisibilidade, pelo menos em comparação com o sindicalismo: quem se debruça em seu estudo, pelo menos desde a perspectiva da história do trabalho, destaca exatamente o potencial dessas associações para a constituição de grupos (ou classes sociais) que excedam o rol de necessidades individuais explícitas em seus estatutos.

²⁷ Para não mencionar sempre os mesmo textos, v., por exemplo, SORDO CEDEÑO, Reynaldo. Las sociedades de socorros mutuos 1867-1880. *Historia Mexicana*. México (DF), v. XXXIII, n. 1, jul.-sep. 1983, p. 73-78; FERNANDEZ, Alejandro E. El mutualismo español en un barrio de Buenos Aires: San José de Flores (1890-1900). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 4, n. 13, dic. 1989, p. 612-630.

²⁸ TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 30-34. SILVA, *op. cit.*

E esses temas introduzem o terceiro par da oposição, a oscilar entre o interesse pela constituição de identidades e o interesse pela constituição de mecanismos de previdência. Se penso ser aceitável para toda a historiografia a definição de sociedades de socorros mútuos como uma forma de seguro dos fatores subjetivos de risco, é mais rara a atenção àquilo que seria o mais típico das entidades, pelo menos entre a produção orientada à análise da ação como coletiva. É como se não houvesse necessidade de analisar os “socorros”, focalizando, ao contrário, em sua condição de “mútuos”. O caráter de uma ação solidária e de confiança recíproca chega a confundir o estudioso interessado nas formas institucionalizadas dessa ação, como aqui estou, porque o foco nas práticas de “ajuda mútua” tende a obscurecer o peso da distinção possível entre estratégias privadas e públicas de manutenção ou ascensão social, o que é tão mais verdadeiro quando se verifica que a expressão é utilizada no Brasil inclusive para denominar fenômenos tão diferentes quanto mutirões e “pirâmides” de dinheiro.²⁹ Sem reduzir ao absurdo os efeitos do foco na prática “mútua”, outras análises, a despeito de referidas ao fenômeno no interior de associações, o pensam como valor capaz de assumir diferentes formas. Essa perspectiva acaba por tomar como objeto a solidariedade horizontal (entre iguais) como um valor a pautar a conduta humana em certas situações, permitindo inclusive intercâmbios entre “mutualidade” e “solidariedade”.³⁰ Se é necessário incorporar a solidariedade como variável de análise para o fenômeno do mutualismo, o fato de não fornecer melhores

²⁹ Para mutirão: *WBVINDO1*. Capturado em 22 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.pcc.usp.br/Pesquisa/mutirão/>. Para “correntes” ou “pirâmides” para envio de dinheiro: *Acredite é verdade*. Capturado em 12 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://members.spree.com/business/oportunidade/1.htm>. Para a comparação entre “pirâmides” e sociedades de socorros mútuos: *An open letter to so-called "gifting clubs" and their promoters*. Capturado em 17 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://anotherprozacmorning.homestead.com/25012000.html>. Para atividades filantrópicas, v. IRMANAÇÃO 19 Clube de Leones. *Declaração de Irmanação Internacional de Amizade entre Clubes*. Capturado em 12 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.lions.org.br/circle/articulos/irmanaca.htm>. Para um exemplo de texto acadêmico que usa da expressão “ajuda mútua” em práticas não institucionalizadas, v. MOTTA, Roberto. SCOTT, Parry (orgs.). *Sobrevivência e fontes de renda*. Estratégias das famílias de baixa renda no Recife. Recife: Sudene/Ed. Massangana, 1983, p. 111-125. A despeito desse trabalho tratar de práticas de ajuda mútua, a Fundação Biblioteca Nacional utilizou como descritor do trabalho “Associações de socorros mútuos”, fenômeno que não é sequer mencionado no capítulo referido.

³⁰ FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário nas primeira metade do século XX. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 171-220. O autor utiliza explicitamente as expressões “forma” ou “prática” para se referir ao mutualismo, por exemplo, nas p. 175, 177, 179, 216. O intercâmbio entre “mutualidade” e “solidariedade” ocorre na p. 214. Assinlo, no entanto, que não discordo da análise do autor, mas da licença adotada no uso do termo “mutualidade” como sinônimo de “solidariedade”, assim como todos discordaríamos de eventuais usos de uma denominação como “sindicato” para qualquer grupo de interesse.

instrumentos para diferenciar práticas não-institucionalizadas daquelas que aqui interessam torna inviável adotar essa perspectiva no estudo das sociedades de socorros mútuos. Digo-o por acreditar que há diferença entre associações **com** socorro mútuo e associações **para** socorro mútuo, e maiores diferenças há ainda quando se pretende estudar associações de empreendimento. Com isso, deixo claro que o interesse desta tese está nas associações, não em práticas não-institucionalizadas de socorro mútuo. É certo que o conteúdo do valor "solidariedade" é relevante, mas o risco de esgotar a análise no conteúdo em detrimento da forma (institucionalizada ou não) pode nos cegar com respeito à eficiência de sua disseminação, uma vez que as fontes disponíveis se limitariam àquilo que é enunciado como valor. É a atenção ao conteúdo e à forma adotada pelo valor "solidariedade" que permitiria perceber eventuais hiatos entre enunciação e conduta, bem como ressemantizações desse valor capazes de concebê-lo ora como reciprocidade, ora como altruísmo, ora como lealdade.³¹

Outro dos efeitos do interesse no caráter "mútuo" da ação das associações é o foco no tema em busca dos meios de expressão, criação ou reprodução de identidades sociais. Conquanto isso pareça ser mais evidente em estudos sobre o mutualismo de grupos étnicos, o mutualismo de grupos de trabalhadores também é focalizado como instância de construção de identidade.³² Com isso, haveria motivos para supor, pelo menos no Brasil, que a organização em sociedades de socorros mútuos – fossem elas de grupos étnicos ou de trabalhadores – deveria ser abordada principalmente, por um lado, em função de seus efeitos na identidade e, por outro,

³¹ Os três tipos de solidariedade (altruísmo, lealdade, reciprocidade) foram retomadas de SOBOTTKA, Emil. Organizações civis: buscando uma definição para além de ONGs e "terceiro setor". *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. Ano 2, n. 1, jun. 2002, p. 81-95. Para ressemantizações, v. KIDD, Alan. Civil Society or the State? Recent approaches to the history of voluntary welfare. *Journal of Historical Sociology*. V. 15, n. 3, sep. 2002, p. 336.

³² É impossível dar conta de toda a bibliografia que fundamenta essa avaliação para grupos étnicos, mas exemplos podem ser vistos, para países sul-americanos, em KUSCHNIR, *op. cit.*; OSPITAL, CONSTANTINO, *op. cit.*; LUCA, *op. cit.*, *passim* e p. 174; BJERG, María M. Identidad étnica y solidaridad en un grupo migratorio minoritario: un análisis de la "Sociedad Danesa de Socorros Mútuos", 1892-1930. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 4, n. 12, ago. 1989, p. 383-403; MARQUIEGUI, *op. cit.*. Para países norte-americanos, v. VILLONE, JoAnna. *The Construction of Ethnic Identity Among Mexican-Americans in St. Paul, Minnesota in the Post-WWII Era*. (JSRI Working Paper n. 7, The Julian Samora Research Institute, Michigan State University, East Lansing, Michigan, dec. 1997). Capturado em 1 jul. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.jsri.msu.edu/RandS/research/wps/wp07.html>; PFEIFER, Mark Edward. "Community", *Adaptation and the Vietnamese in Toronto*. Capturado em 29 maio 2000. Online. Disponível na Internet: <http://ceris.metropolis.net/virtual%20library/community/pfeifer2front.html>. Para a identidade dos trabalhadores no Brasil, v. referências da nota 2. Um pouco diferente desses estudos é o texto de Ronaldo MUNCK (*op. cit.*) que indaga sobre o papel das mutuais étnicas na conformação da identidade operária.

como expressão de identidades em construção. Tal posição não inviabiliza o estudo do caráter securitário ou previdenciário das sociedades de socorros mútuos, tanto que a inexistência ou a emergência da previdência estatal é referida em diversos textos como contexto ou marco relevante para o estudo do mutualismo. Linden, mesmo caracterizando as mutuais como combinações de sociabilidade e seguridade, “emphasizing both material and cultural self-preservation”, tenta dar conta em âmbito internacional, da relação das entidades com os Estados quando da montagem de sistemas estatais de previdência. Quando emergem tais sistemas de previdência, o Estado pode implementar uma política de negação das mutuais, que não conseguem com ele concorrer, ou pode integrá-las ao sistema de segurança social, processos que poderiam levar as associações ao fechamento, burocratização ou transformação em empresas. De certa forma, a ausência ou presença de sistemas estatais de previdência no Brasil também seriam básicas para a argumentação de Silvia Regina Ferraz Petersen, ao supor que o mutualismo ocorreria na ausência de ação de políticas públicas de proteção, e de Tânia de Luca, que aponta a Lei Eloy Chaves, de 1923, como marco para o declínio de um tipo de mutual.³³ Cabe ainda assinalar que são raros os estudos sobre a previdência estatal ou sobre o desenvolvimento do Welfare State no Brasil que estudam ou mesmo mencionam as sociedades de socorros mútuos.³⁴

É visível que a atenção ao caráter previdenciário das sociedades de socorros mútuos pode ser combinado com estudos de identidade, e, incorporando demais afinidades, a estudos de estratégias públicas de grupos sociais.³⁵ Contudo é a abordagem oposta, a das estratégias privadas de indivíduos, que só pode estudar o caráter previdenciário, e talvez, por tal motivo, praticamente se restrinja a esse tópico. Assim, Teixeira admite mudanças em sua trajetória de pesquisa dada a inviabilidade de análise das sociedades de socorros mútuos como recurso ou protagonista político, fenômeno raramente encontrado em seu trabalho de campo, o que a levou à análise da dinâmica interna das sociedades. Também a dissertação

³³ LINDEN, *op. cit.*, p. 15, 36-37; PETERSEN, *op. cit.*, p. 6; LUCA, *op. cit.*, p. 61-67.

³⁴ LUCA (*op. cit.*, p. 12) assinalava que as relações entre a previdência estatal e as mutuais não haviam sido estudadas. De modo geral, sua afirmação permanece válida, a despeito, por exemplo, de menções de James MALOY (*A política da previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 44-45) e dos avanços de MANFRIM Jr., Moacyr. *Caixas de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-1933)*. Campinas, 1998. Dissertação (Mestrado em História), IFCH – UNICAMP, 1998.

³⁵ Um ótimo exemplo é o texto de TOMASSINI, Luigi. *Mutual Benefit Societies in Italy, 1861-1922*. In LINDEN, *op. cit.*, p. 229: “Despite the important political implications and the cultures and practices of

de Silva dedica-se quase integralmente à exposição do perfil social, das prescrições estatutárias e dos balanços da entidade estudada, e o Relatório de Pesquisa sobre "A Assistência Médica no Rio de Janeiro" elenca e comenta os socorros prestados. Conformação de identidades, valores e disciplina dos comportamentos são conteúdos que não manteriam estrita afinidade com as perspectivas historiográficas individualistas, uma vez que seriam apenas suplementares frente aos objetivos principais daqueles que procuram as sociedades de socorros mútuos.³⁶

Se o projeto de Simmel para uma Sociologia das formas de sociação fazia essa ciência separar analiticamente forma e conteúdo para focalizar as primeiras, não posso deixar de destacar que este trabalho é de História e, como tal, não deve ignorar as formas de interação em benefício de seu conteúdo (e tampouco o contrário deve ser feito). Na verdade, ao focalizar as condições para implementação de estratégias públicas por sociedades de socorros mútuos, é difícil separar forma e conteúdo das interações, mas é necessário fazê-lo analiticamente, porque está em jogo na formulação do problema de pesquisa uma certa estabilidade nas formas associativas, a despeito de serem em alguma medida influenciadas por modificações nos conteúdos, e vice-versa. Assim, formular questões sobre as condições que permitem passar do interesse pela securitização ao interesse pela disciplina dos comportamentos e, deste último para uma posição de interlocutor político leva em conta a interrelação de forma e conteúdo não em busca de fundamentos cognoscitivos satisfeitos por meio da pesquisa, mas de fundamentos reais da ação exercida.³⁷ A dificuldade em lidar com a bibliografia disponível estaria relacionada à inexistência desse tipo de separação analítica ou o foco exclusivo em uma delas. O estado da arte é tal que sequer as sociedades de socorros mútuos são fenômenos facilmente reconhecidos pela bibliografia e isso é visível em alguns exemplos do debate sobre o "Terceiro Setor", debate praticamente inexistente na produção historiográfica brasileira. A historiografia costuma se orientar pela análise da ação social como coletiva: não só é o caminho preferencialmente adotado pelos pesquisadores, como também é aquele que parece ter contribuições mais significativas para a compreensão do fenômeno, seja porque mantém interfaces para compreensão de outros fenômenos, seja porque se dirige para a construção de

solidarity that later emerged, mutualism nevertheless originated as an insurance mechanism...".

³⁶ TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 9; SILVA, *op. cit.*; CONJUNTO Universitário Cândido Mendes, *op. cit.*

³⁷ MORAES FILHO, Evaristo de (org.) *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Átca, 1983 (Grandes cientistas sociais; 34); WEBER. *Estudos críticos...* (*op. cit.*), p. 171 e ss.

objetos mais relevantes – inclusive com maior grau de universalidade – acerca da relação possível entre Indivíduo e Sociedade, ou entre Sociedade e Estado. Contudo, o caráter securitário das sociedades de socorros mútuos interpõe problemas que têm merecido pouca atenção por parte dos historiadores no Brasil. Não seria justo dizer – e a bibliografia o poderia confirmar – que as pesquisas reduzam público e privado a, respectivamente, Estado e Mercado. A bibliografia sobre mutualismo, embora raramente incorpore a expressão, contribuiria para a análise do “Terceiro Setor”.³⁸ Isso corresponderia à idéia básica de que a distinção entre público e privado – ou ainda entre Estado e Mercado – não é capaz de esgotar o conjunto da ação humana relevante para a compreensão dos processos sociais. A idéia de um “Terceiro Setor” supõe a possibilidade de que agentes privados se associem para a consecução de fins públicos, sem que, com isso, sejam capazes de se confundir com o Estado, por um lado, e tampouco como simples agentes econômicos, tal como seriam os integrantes do Mercado. O fato desse Terceiro Setor não se confundir com um ou com outro não significa que com eles não se relacionem, pois as associações podem ser compradoras ou vendedoras de bens e serviços em um Mercado, assim como podem ser grupos de pressão para obtenção (ou suportes organizados para a implementação) de políticas públicas.³⁹ A idéia de que Estado e Mercado, com suas respectivas lógicas de funcionamento, não esgotam a vida social também está presente no inegável tom pós-marxista da discussão sobre a sociedade civil, como algo diferente da sociedade política e da sociedade econômica.⁴⁰ Não há por quê resenhar todas essas discussões, mas apenas destacar que nelas está em jogo a possibilidade de conceber ações voluntárias de agentes privados (o que não significa, necessariamente, agentes individuais) cujas conseqüências, sejam ou não intencionais, repercutem na constituição de uma esfera pública. Não é difícil atribuir tal posição a boa parte da bibliografia sobre mutualismo, mas seria necessário aprofundar – ou pelo menos aprimorar a terminologia – em dois tópicos.

³⁸ Exemplo que incorpora a expressão é o livro organizado por THOMPSON (*op. cit.*).

³⁹ FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

⁴⁰ Por exemplo: ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil. Orientações para novas pesquisas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 27, ano 10, fev. 1995, p. 18-27; COSTA, Sérgio. Categoria analítica ou *Passe-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de Sociedade Civil. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 43, 1. Sem. 1997, p. 3-25.

Um deles seria referente a uma definição do “público”. Se é fato que associações com finalidades públicas se retraíam quando da montagem de sistemas públicos (estatais) de previdência, o sentido daquilo que é “público” nas duas expressões não seria o mesmo. E, ao atentar para isso, se torna necessário rever – mesmo que seja para ratificar – aquilo que fora definido como “estratégia pública”. É com prudência, por exemplo, que Pablo Vagliente prefere referir-se a “lo público”, ao invés de, especificamente, esfera pública, espaço público ou opinião pública.⁴¹ E, de resto, seria possível atribuir o mesmo tipo de prudência no texto de Linden e Lucassen, que se referem ao público tendo como referência bibliografia a que não tive acesso, mas qualificam o outro tipo de estratégia por meio de um sentido aproximado.⁴² É esse cuidado dos autores que me autorizaria a perceber uma ambigüidade na definição de “público” para as estratégias de mutuais e para a política estatal de previdência: enquanto aquelas seriam modeladas a partir do paradigma anglo-saxão, definindo aquilo que não é privado na sociedade civil e que, portanto, pertence em conjunto a Estado e Sociedade, esta é modelada segundo o modelo francês, que a pensa como prerrogativa do Estado que pode, ou não, delegar funções a atores da sociedade civil.⁴³ Ao interpretarem a ação das mutuais no Brasil como componentes de estratégias públicas de grupos sociais, é improvável que os autores estejam concebendo um modelo de relação Estado-Sociedade semelhante ao anglo-saxão, sendo mais provável que interpretem o fenômeno como um esforço da sociedade civil para modelar sob outras bases sua relação com o Estado, coerentemente estabelecendo paralelos entre a construção de identidades promovida pelas sociedades de socorros mútuos com a construção de identidades – também por meio da articulação de interesses – nas demais associações desses grupos sociais, inclusive sindicatos. Dessa forma, o foco no estudo do caráter previdenciário da ação das mutuais apenas revelaria o componente mais flagrantemente derrotado das estratégias públicas dos grupos sociais. Assim, a característica típica das sociedades de socorros mútuos – que são os socorros – é

⁴¹ VAGLIENTE, *op. cit.*, p. 10 (nota 5).

⁴² A bibliografia para “esfera pública” mencionada é a de NEG, Oskar, KLUGE, Alexander, *Public Sphere and Experience*. Translated from the German by Peter Labanyi, Jamie Daniel and Assenka Oksiloff (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993). Já, para estratégias privadas, os autores dizem: “These objectives can be pursued by small-scale, limited, and, **in a manner of speaking**, *private strategies*.” (negrito meu, itálico do original). LINDEN, LUCASSEN, *op. cit.*

⁴³ GRAZZIANO, Luigi. O Lobby e o Interesse Público. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 12, n. 35 Fev. 1997. Capturado em 7 jul. 2001. Online. Disponível na Internet. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091997000300009&lng=en&nrm=isso.

deslocada na atenção para o seu caráter “mútuo”, sob pena de limitar-se à narrativa inglória, se não aborrecida, de mais uma derrota da sociedade civil frente ao Estado no Brasil.

O outro tópico que necessitaria aprofundamentos, pelo menos terminológicos, seria o da relação entre o público e o privado. A separação, tão tipicamente moderna, entre ambas dimensões é uma das bases do pensamento liberal esforçado em conceber as vantagens e ônus tanto de sua separação quanto de sua ação convergente. Não é gratuito, portanto, que mesmo textos próximos de posições políticas de esquerda não hesitem em citar clássicos do liberalismo na análise da sociedade civil ou do “terceiro setor”. Tocqueville é, com freqüência, o mais mencionado, embora Adam Smith e seu “desejo de melhorar nossa condição” também apareça.⁴⁴ Tais referências não são imprevistas, uma vez que, a despeito de Gramsci ou Poulantzas, o conceito de sociedade civil e as interrogações acerca das minúcias da relação entre Estado e Sociedade passaram ao largo das preocupações marxianas, ao passo que constituíram foco de interesse da preocupação liberal na possível equalização das igualdades jurídica e política. A idéia de que a ação de agentes privados possa ter efeitos macrossociais e não-intencionais de benefício público é acalentada contemporaneamente mesmo por intelectuais de esquerda partidários da democracia, porque a convivência de tipos de ação privada – não necessariamente orientados ao Mercado e tampouco exclusivamente conformes a disposições do Estado – indicaria a existência de uma cultura política e civil pluralista e secularizada.⁴⁵ De certa forma, tais concepções permitiriam escapar aos círculos viciosos existentes entre uma ética do “familismo amoral” e o desinteresse pela dimensão pública ao focalizar o caráter pedagógico do associativismo. Não sendo a sociedade civil o tema deste trabalho, basta-me indicar

⁴⁴ Recente e famoso texto de corte tocquevilleano – ainda que com dificuldades vinculado à esquerda – que explicitamente trata de sociedades de socorros mútuos (entre outras associações voluntárias) é o de PUTNAM, *op. cit.*. Já Adam Smith aparece em LINDEN, LUCASSEN, *op. cit.* e em HIRSCHMAN, Albert. *O progresso em coletividade*. Experiências de base na América Latina. 2. Ed. Rosslyn: Fundação Interamericana, 1989, p. 3. Há referências que explicitamente vinculam debates sobre a sociedade civil com o pensamento da “nova direita” da década de 1980: KIDD, The Liberal State..., *op. cit.*, p. 114 e 118; KIDD, Civil Society or the State?..., *op. cit.*, p. 329-331; HUNT, Tristram. Back to the workhouse for America (how a group of historians influenced George W. Bush's domestic policy). *New Statesman*. 22 jan. 2001. Capturado em 10 jan. 2004. Disponível para download em: <http://www.findarticles.com>; PURVIS, Trevor, HUNT, Alan. Identity versus Citizenship: Transformations in the Discourses and Practices of Citizenship. *Social & Legal Studies*. V. 8, n. 4 1999, p. 459 e ss.

⁴⁵ O melhor exemplo é COHEN, Jean L., ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

brevemente os efeitos dessas acepções no debate e na análise das sociedades de socorros mútuos.

É verdade que não é consensual o que seja exatamente a “sociedade civil”, da qual fariam parte também as sociedades de socorros mútuos. Afora matizes conceituais que não interessam diretamente a esta pesquisa, uma tentativa de balanço teórico identifica pelo menos dois tipos de “sociedade civil”: aquele que, na tradição de Tocqueville, identifica a rede de associações voluntárias como formadoras (e mesmo educadoras) de um caráter democrático na população por meio da sociabilidade internamente gerada; outro que, afinado com interpretações dos novos movimentos sociais, tanto na América Latina quanto no Leste Europeu, enfatiza seu caráter de grupo de interesse não-estatal e de resistência à tirania política.⁴⁶ É relevante para esta pesquisa saber se os dois tipos de “sociedade civil” têm diferenças qualitativas ou apenas diferentes graus de interesse e envolvimento na *res publica*. No estudo do mutualismo, aqueles que advogariam diferenças qualitativas poderiam se alinhar aos que identificariam sobradas diferenças entre mutuais e sindicatos, diferenças que nos permitiriam falar de uma “evolução” das primeiras aos segundos.⁴⁷ Já aqueles que identificariam apenas uma questão de grau entre os dois tipos de (entidades da) sociedade civil sublinhariam todas as associações voluntárias como capazes, ou de promover a identificação dos interesses dos associados, ou, em uma versão mais matizada, tais associações seriam capazes de desenvolver hábitos de cooperação e solidariedade entre os membros, que gerariam efeitos “sob forma de uma ética de participação cívica, responsabilidade social e mútua assistência entre iguais”.⁴⁸

Mais do que isso, existem diferenças na concepção de mutuais como realizando estratégias públicas e como associações com efeitos públicos. A segunda

⁴⁶ FOLEY, Michael W., EDWARDS, Bob. The Paradox of Civil Society. *Journal of Democracy*. V. 7, n. 3, 1996, p. 38-52. Capturado em 12 maio 2000. On-line. Disponível na Internet: http://muse.jhu.edu/journals/journal_of_democracy/v007/7.3foley.html. Outros balanços do conceito, também destacando sua emergência recente a partir dos fenômenos do Leste Europeu e América Latina são os de ARATO, *op. cit.*; COSTA, *op. cit.*. Este último, além de fazer um balanço de seu uso no Brasil, tipifica as abordagens como “enfáticas” ou “moderadas”.

⁴⁷ V. a bibliografia mencionadas nas notas 11 e 12. Outros exemplos ainda poderiam ser vistos na bibliografia criticada por PEREIRA, Ronaldo. Associações de classe profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889). *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 191-211.

⁴⁸ A primeira forma, tal como trabalhada por FORTES (*op. cit.*), retoma a famosa asserção de E. P. THOMPSON (*A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 10): “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens...”: A segunda, mais tocquevilleana, é a hipótese central de

acepção, mesmo que mais interessada nos efeitos da ação das associações, compreende as pessoas que integram as entidades ou como agentes privados, ou como agentes cuja ação tem finalidades privadas. Isso significa que as dimensões privadas das sociedades de socorros mútuos não só **podem** comparecer na análise de sua ação, como **devem** comparecer nessa análise, sob pena do modelo ser incapaz de explicar por que as associações voluntárias podem tanto promover quanto destruir a democracia, como teria ocorrido na ascensão de partidos de tipo fascista em regimes formalmente democráticos.⁴⁹ Incorporar dimensões privadas no estudos das sociedades de socorros mútuos não é impedido pelo modelo de Linden e Lucassen,⁵⁰ mas uma das críticas feitas à coletânea sobre mutualismo organizada pelo primeiro autor é que a unidade temática resultante do privilegiamento temático das mutuais democráticas de trabalhadores teve dois efeitos metodológicos relevantes. De um lado, o foco na produção – típico da história do trabalho – e não na reprodução social tende a deixar de lado a análise de diversas estratégias privadas de manutenção ou ascensão social, nomeadamente relações de parentesco entre trabalhadores urbanos e rurais, paternalismo patronal, aos quais se adicionariam instituições de caridade e ajudas governamentais conformadas ou não a políticas públicas racionais. O segundo efeito, também decorrente do primeiro, é o privilégio na análise das associações onde os trabalhadores coletivamente teriam maior autonomia, e não em algumas das relações e associações acima mencionadas, nas quais o trabalhador, individual ou coletivamente, estaria em posição subordinada.⁵¹ Ainda que parcialmente coincidentes, cada uma das críticas indica caminhos metodológicos algo diferentes, mas não excludentes. Enquanto a primeira supõe e chama a atenção para a existência de diferentes recursos e associações com finalidades próximas daquelas também mantidas pelas sociedades de socorros mútuos – de qualquer modo orientadas à securitização dos fatores subjetivos de risco –, a segunda, se combinada com a primeira, supõe que o caráter voluntário da associação a mutuais decorre de uma avaliação dos custos e

PUTNAM, *op. cit.* p. 100 e ss. A citação está na p. 146.

⁴⁹ O capital social promovido pela densidade associativa como promotor da democracia é o tópico principal de PUTNAM (*op. cit.*) e foi debatido (com resultados contrários) por WELLHOFER, E. Spencer. *Democracy and Fascism: Class, Civil Society and Rational Choice*. Paper presented at the European Consortium for Political Research Torino, Italy March 22-27, 2002. Capturado em 14 out. 2002. Disponível para download na Internet: <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/turin/ws7/Wellhofer.pdf>.

⁵⁰ “Public and private strategies can occur in all manner of combinations”, como aparece em LINDEN, LUCASSEN, *op. cit.*

benefícios de cada recurso ou associação em oferta. Tal argumento inverte a suposta esterilidade historiográfica na ênfase ao caráter previdenciário das sociedades de socorros mútuos, porque não restringe a alternativa do trabalhador individual a um – em muitos casos inexistente ou inacessível – sistema estatal de previdência. Com isso, o ponto de partida dos estudos sobre as sociedades de socorros mútuos não seria o da construção de identidade de grupos sociais na implementação de estratégias públicas, mas, ao contrário, o do indivíduo motivado por interesses privados (e desenvolvendo estratégias também privadas) de securitização contra fatores subjetivos de risco no âmbito do trabalho.

Os modelos polares de abordagem por mim construídos não devem ser pensados sob a oposição entre o correto e o incorreto. Com efeito, nenhum dos exemplos da bibliografia orientada à análise do mutualismo no nível do agente individual se permitiu levar tal concepção às últimas conseqüências, filtrados que foram pelo desejo, nem sempre satisfeito, de verificar algum tipo de salto qualitativo entre a associação para satisfação de interesses privados e a constituição de estratégias públicas. O otimismo que tantos estudos parecem manter com respeito à capacidade de associação – mesmo para interesses privados – beberiam de um grau de abstração, como por exemplo o de Putnam, que se restringiu à análise das associações voluntárias onde existiria o “interesse próprio corretamente entendido, (...) definido no contexto das necessidades públicas gerais”.⁵² É esse alto grau de abstração que, de um lado, demandaria estudos empíricos para demonstrar a viabilidade da interpretação e, de outro, focalizando agora nas sociedades de socorros mútuos, atualizaria as avaliações de que as entidades constituiriam a “pré-história” do movimento operário, uma vez que a elas faltaria – a menos que estudos empíricos o comprovem – interesse na constituição do “público”. É verdade que o avanço da pesquisa no âmbito da história do trabalho Brasil tenta dar conta da dimensão pública ao focalizar a construção da identidade entre os trabalhadores, e por isso estuda também as sociedades de socorros mútuos. Mas até que ponto o estudo de identidades sociais alcança a dimensão pública? Uma recente crítica acerca do uso de Habermas pelos historiadores identifica limites nos estudos de identidades sociais, pois o foco nas especificidades levaria a perdas na capacidade explicativa sobre o conjunto social, quando não a simples fragmentação

⁵¹ HANAGAN, *op. cit.*, p. 478.

⁵² PUTNAM, *op. cit.*, p. 102.

temática. Alguns estudos de identidades sociais, por priorizarem a diferença, acabariam tomando o conceito de esfera pública (por definição, burguesa e moderna) apenas como um “espaço” de demonstração dessas diferenças, e não como um ente unitário passível de ser tomado como objeto no qual interesses específicos se representam como gerais.⁵³

Não obstante, e retomando o caráter ideal-típico das abordagens, não se pode cair no equívoco de Teixeira que, na falta da representação de interesses por parte das mutuais que estudou, abandona qualquer interrogação sobre seu caráter público. E isso é importante reter, neste momento: diversos estudos empíricos encontram, sim, o desenvolvimento de estratégias públicas por parte de sociedades de socorros mútuos. O problema a ser enfrentado no âmbito de uma definição genérica e metodologicamente adequada sobre o que são as entidades, dispõe, como já dito, sobre a forma de abordá-las: se como grupos sociais que implementam estratégias públicas (e, para tanto, fazem das entidades um recurso na construção de identidades) ou como um conjunto de indivíduos motivados por interesses privados (e desenvolvendo estratégias também privadas) de securitização contra fatores subjetivos de risco no âmbito do trabalho. A escolha da primeira abordagem demandaria, em estudos para o Brasil, uma agenda de pesquisas versando ou sobre o fracasso das entidades na representação de interesses concernentes a políticas estatais de previdência, ou sobre a frequência com que tais entidades são incorporadas, em posição subordinada, a relações, como por exemplo, as de tipo clientelar. Confesso que tentei, ao longo da execução desta pesquisa, explicar o fracasso das entidades em se constituir como eficiente grupo de pressão quando da montagem do sistema de previdência estatal. Alguns estudos da coletânea organizada por Linden também tomam esse caminho, embora me sinta incapaz de avaliá-los dada a pouca familiaridade com a montagem dos sistemas de seguridade na Grã-Bretanha, França ou Chile.⁵⁴ Ronaldo Munck, por seu turno, relativiza um pouco a idéia do fracasso das mutuais em sua relação com o Estado, ao identificar na Argentina um certo grau de congruência entre a ação previdenciária das mutuais e a seguridade social implementada, argumento, contudo, que não é aprofundado

⁵³ MAH, Harold. Phantasies of the Public Sphere: Rethinking the Habermas of Historians. *The Journal of Modern History*. N. 72, mar. 2000, p. 153–182. É bem verdade que nem todos os estudos sobre identidades sociais se orientam pela argumentação de Habermas, mas esta me parece a melhor vertente para a análise da relação entre construção de identidades e estratégias públicas.

⁵⁴ LINDEN, *op. cit.*, respectivamente p. 50-51, 215-217; 650-653.

nem por esse autor, tampouco por Tânia de Luca, que verifica semelhanças de algumas entidades com as Caixas de Aposentadorias e Pensões.⁵⁵ Já as relações de clientela ou paternalistas também aparecem em estudos empíricos,⁵⁶ mas em ambos os casos são construídas melancólicas narrativas que iniciam nos desejos de construção autônoma do futuro e que encerram com a resignação da derrota ou da apenas obstinada resistência da sociedade civil frente a políticas estatais de destruição dessa autonomia. É talvez por essa melancolia que tão poucos trabalhos foram e são feitos acerca das sociedades de socorros mútuos, em comparação com aqueles feitos sobre a organização de tipo sindical. É como se o eventual otimismo dos historiadores frente ao futuro ainda percebesse potencialidades no movimento sindical, ao contrário da organização de mutuais, cujas potencialidades já se teriam esgotado. A análise da derrota das estratégias públicas de mutuais golpearia perigosamente as esperanças de futuro do sindicalismo, porque o resultado desse tema de pesquisa levaria a duas constatações pessimistas sobre as potencialidades da “sociedade civil”: ou o funcionamento interno das mutuais não seria essencialmente diferente do trazido por sindicatos – apresentando processos de democracia formal, mas eivados de tendências burocráticas ou oligárquicas –;⁵⁷ ou que, independente da gestão associativa das entidades, quando o Estado o quer, se faz impermeável a certos grupos de interesse, tornando irrelevante o esforço de construção de autonomia.

Restaria, então, não se confrontar com os problemas centrais de uma agenda de pesquisa orientada pela abordagem coletiva das mutuais, em benefício da manutenção da crença na racionalidade e no progresso como intrínsecos da produção de uma história científica.⁵⁸ E há dois meios de fazê-lo: um é não

⁵⁵ MUNCK, *op. cit.*, p. 586 (“... it is not entirely fanciful to consider the Peronist social justice doctrine of *justicialismo* as a fulfilment of the mutualist philosophy”); LUCA, *op. cit.*, p. 61 e ss.

⁵⁶ SILVA, *op. cit.*; CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Centro Operário da Bahia: Mutualismo e Jogo Oligárquico*. Comunicação apresentada no XXI Simpósio Nacional de História. Niterói, 2001 e publicada em *Orbis. Ciência-Cultura-Humanidades*. N. 4, set. 2002. Capturado em 26 nov. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.orbis.ufba.br/artigo2.htm>; ÁVILA ESPINOSA, Felipe Arturo. La Sociedad Mutualista y Moralizadora de Obreros del Distrito Federal (1909-1911). *Historia Mexicana*. México (DF), v. XLIII, n. 1, jul.-sep.1993, p. 117-154; IRUROZQUI, Marta. *Ciudadanía y Clientelismo en Bolivia. los Artesanos de La Paz, 1880-1925*. Capturado em 2 jul. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://www.ucm.es/info/cecal/encuentr/areas/politica/1p/irurozqui>.

⁵⁷ Para um interessante texto referente ao sindicalismo no Brasil, v. MORAIS, Jorge Ventura de. “Novo” sindicalismo e democracia sindical: um teste e uma crítica ao modelo eleitoral. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, 1995, p. 545-579.

⁵⁸ RÜSEN, Jörn. La historia, entre modernidad y posmodernidad. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (dir.). *New history, Nouvelle histoire: hacia una nueva historia*. Actas. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1993, p. 119-137.

aprofundar as tensões da abordagem, preferindo a reiteração do estudo dos mesmos tópicos de pesquisa em diferentes universos empíricos.⁵⁹ Este é um ótimo caminho quando a bibliografia disponível é rara e quando não existe suficiente “massa crítica” para exceder a reiteração. Espero, até o momento, já ter conseguido demonstrar que a bibliografia não é rara, mas rarefeita, e que o contraponto de diferentes interesses de pesquisa em produções acerca de diferentes países tornaria quase indefensável meu interesse de estudar apenas mais um universo empírico – sobre o qual, de qualquer modo, também já se produziram textos de qualidade. O outro caminho é a adoção da abordagem individualista das mutuais, pensando-as como recurso em estratégias privadas. Mas esse caminho também, como já visto, tem problemas. Ignorar a conformação de identidades? Reiterar o caráter previdenciário? Abdicar de uma definição de “público” que não coincida necessariamente com o Estado, fazendo, portanto, com que se esvaia o sentido de uma “sociedade civil”?

É neste ponto que a riqueza de um tipo ideal (ou melhor, dois tipos ideais) emerge, exatamente quando a crítica os revela ambos limitados e incapazes de dar conta dos universos empíricos. Ao aceitar uma definição preliminar de que as sociedades de socorros mútuos são recursos em estratégias privadas de indivíduos, posso indagar como é possível que, no mundo real, se produzam evidências de que elas desenvolvem estratégias públicas. Utilizar desta forma para indicar a interrogação central desta tese não me faz avaliar positivamente um tipo de abordagem em detrimento do outro para melhor caracterização da realidade, mas me faz adotar um caminho metodológico que, confrontado com o estado da arte, me parece mais profícuo. Então me pergunto: como é possível que associações de empreendimento de indivíduos no desenvolvimento de estratégias privadas possam gerar efeitos que as caracterizam como protagonistas coletivas de estratégias públicas?

A atenção do leitor certamente já constatou que a enunciação da hipótese deste trabalho não tinha a pretensão de apontar condições suficientes, apenas algumas necessárias para a implementação de estratégias públicas. Mas quando as enunciei em ordem lógica, talvez não tenha ficado claro, de um lado, que uma é

⁵⁹ “De lo que se trataba, en definitiva, era de reproducir los modelos de Baily y Devoto convirtiendo a los trabajos sobre asociacionismo étnico en una serie de ejercicios repetitivos que no daban cuenta de toda la riqueza de insinuaciones contenidas en los archivos de las mutuales extranjeras”. MARQUIEGUI, *op. cit.*, p. 429.

requisito para outra e, de outro, que seu conjunto produz uma sucessiva restrição do universo empírico. Com efeito, não se deve interpretar o que haveria de substantivo na hipótese como parâmetro do qual se deduziriam os componentes do estudo de qualquer caso empírico – no limite, válido para o conjunto do “terceiro setor” –, mas como uma precária afirmação abstrata sobre o que existiria em comum entre diferentes casos, tanto os aqui trabalhados quanto os comparáveis com a bibliografia disponível.

Talvez as “precárias afirmações abstratas” sejam as únicas possíveis de serem tomadas como hipóteses em História, sobretudo quando existe a crença de que o processo real não tenha, necessariamente, um desenvolvimento lógico, plenamente congruente com a necessidade de produzir um texto racional e compreensível sobre ele. E isso é tão mais evidente para o estudo das sociedades de socorros mútuos quando a “precária afirmação abstrata” tenta dar conta de uma série de **casos** – como seria cada uma das entidades – englobando-as na suposição de que constituam um **tipo** de associação. A dificuldade de construir o que seja esse tipo de associação capaz de exceder a descrição dos casos – que é, afinal, o que me interessa neste sub-capítulo – se revela em duas passagens de uma resenha. Em uma delas, o autor observa que eventuais semelhanças no desenvolvimento de cada uma das entidades tenderiam a ser obscurecidas por diferenças no “timing”, diferenças que podem ser de várias décadas. Em outra passagem, o mesmo autor, inspirado pelo livro resenhado, afirma o quão infrutífero seria buscar exemplos de entidades típicas (isto é, conformes ao tipo). É claro que nem todas as semelhanças nas trajetórias de entidades têm essa diferença de “timing”, sobretudo quando são incorporados à análise do contexto o peso e o modo como são implementadas políticas de previdência, as expectativas sobre o crescimento econômico, as tendências de outras associações (inclusive sindicatos) que podem operar em concorrência com as mutuais, e mesmo a expectativa de vida.⁶⁰ Mas tais fatores são mais plausíveis na construção do tipo de associação que são as mutuais quando se supõe que elas são compostas de indivíduos racionais que, tendo acesso a informações sobre oferta dos serviços de securitização, optam por integrar esse tipo

⁶⁰ A resenha mencionada é a de EMERY, J. C. Herbert. "Review of David T. Beito, *From Mutual Aid to the Welfare State: Fraternal Societies and Social Services, 1890-1967*", EH.Net, H-Net Reviews, August, 2000. Capturado em 8 jul. 2001. Online. Disponível na Internet. <http://www.h-net.msu.edu/reviews/showrev.cgi?path=24333965413269>. Para outros condicionantes, v. LINDEN, *op. cit.*, p. 34-38; DREYFUS, Michel. The labour movement and mutual benefit societies: towards an international

de entidade. Com isso, não é estranho que mudanças em prescrições estatutárias em uma entidade do Recife tenha levado outras a fazer o mesmo: é como se houvesse – se me permito chamar assim – um mercado previdenciário frente ao qual os consumidores desses serviços avaliam custos e benefícios deste ou daquele recurso.⁶¹ Esta é a principal justificativa para incorporar ao estudo sobre as sociedades de socorros mútuos que implementam estratégias públicas também aquelas que não as implementam, sob pena de sublinhar o caso como característica do tipo, ou, ao contrário, não perceber o típico que pouco acrescenta à compreensão do caso.

A suposição de que alguém adere a uma sociedade de socorros mútuos por uma escolha racional, optando dentre diferentes recursos, permite descentrar um pouco a análise dos grupos sociais que protagonizam entidades, como é freqüente na bibliografia, em benefício da interrogação sobre a capacidade das entidades em produzir a percepção subjetiva de pertencimento a certo grupo social. Algumas, de fato, o fazem de forma muito limitada e são tratadas praticamente só na Primeira Parte desta tese, também por falta de fontes. Ao separar o interesse individual da produção de identidades sociais, é possível incorporar a uma história do trabalho a conformação de identidades sociais outras que não exclusivamente aquelas dos trabalhadores. Com isso – e retomando o modelo das estratégias privadas de reprodução social advertido por Hanagan – as mutuais organizadas segundo grupos étnicos não seriam necessariamente consideradas outro fenômeno, como muitas vezes a bibliografia refere, mas outro tipo de mutual que compartilha com as mutuais de trabalhadores aquilo que é primário na definição: o caráter previdenciário. Como é sabido, é diferente dizer que certos indivíduos têm os “mesmos interesses” e dizer que certos indivíduos têm “interesses em comum”. Indivíduos que estão objetivamente em certa posição social – e que, portanto, teriam os mesmos interesses sociais, mesmo que isso se restrinja à securitização contra fatores subjetivos de descenso – não são necessariamente capazes de perceber sua posição e seus interesses como passíveis de serem encaminhados coletivamente em estratégias públicas. Ao dizer que algumas sociedades de socorros mútuos se esforçam pouco na criação e disseminação de valores de conduta, não estou apenas matizando eufemicamente o grau de produção de comportamentos em

approach. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 673-683; HANAGAN, *op. cit.*, p. 477.

⁶¹ O caso da mutuais de Recife está em Teixeira, *op. cit.*, p. 58.

entidades que, de fato, nada se esforçam. Ocorre que, ao supor uma opção por essa forma de associação, uma pergunta central seria sobre o porquê da opção de um indivíduo por uma mutual, e não, por exemplo, subscrever uma apólice de seguro em empresas comerciais. Uma resposta possível a isso proviria da teoria econômica, que interessa no que concerne aos sistemas de seguro.⁶² Pode ser muito custoso para uma companhia comercial de seguros monitorar e obter informações sobre comportamentos de risco dos assegurados e, em função de tais comportamentos, calcular o valor do contrato de seguros, sobretudo quando procedimentos atuariais não se haviam desenvolvido – fenômeno recente. É o contato intersubjetivo dos mutualizados (e corolários, como posição semelhante no mercado de trabalho ou local de moradia e possibilidade de controle sobre comportamentos) que permitiria, por um lado, a prevenção sobre condutas de risco ou demandas fraudulentas e, por outro, a oferta de securitização contra certos eventos com custos adequados (e mais baixos) aos membros de sociedades de socorros mútuos com certa homogeneidade social. Tratar as sociedades de socorros mútuos como uma forma de seguro – privilegiando, portanto, o caráter previdenciário – permitiria incorporar à análise a monitoração de comportamentos típica de fenômenos de construção de identidade não como algo suplementar à dinâmica das entidades, mas como variável relevante para a consecução dos fins que pretendo focalizar e cuja ausência inviabilizaria esta pesquisa.

Não obstante, mesmo tentando reduzir a monitoração de comportamentos em mutuais a seus efeitos na securitização, não posso fechar os olhos a prescrições das entidades sobre condutas dificilmente compreensíveis segundo um modelo restrito aos interesses materiais dos associados. Muitos dos fenômenos abordados pela bibliografia sob o nome de "identidade" (seja qual for a definição utilizada para o termo) são incorporados nesta tese como atendendo a interesses espirituais dos associados. Então prestígio social, respeitabilidade, orgulho étnico, confiabilidade, masculinidade, salvação religiosa – e a lista de interesses espirituais e valores poderia ser interminável – se configuram também na forma de prescrição de comportamentos dos associados (e mesmo, em alguns casos, dos não-associados às mutuais), e não apenas nos enunciados dos dirigentes das entidades. Atribuir

⁶² Adoto aqui a sugestão de SIDDELEY, Leslie. The Rise and Fall of Fraternal Insurance Organizations. *Humane Studies Review*. v. 7, n. 2, Spring 1992. Capturado em 1 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iso.gmu.edu/~ihs/s92essay.html>.

esses conteúdos à "identidade" dos grupos sociais é uma perigosa descrição abreviada que uma tese sobre sociedades de socorros mútuos pode escandir. Ocorre que algumas pessoas resolvem se associar a outras, com uma determinada forma, abrindo ou não a associação a outros segundo determinados critérios. Dentro da associação, se escolhem os critérios de liderança, os procedimentos para legitimar a liderança e os que ocuparão esses postos. Nos postos de liderança, essas outras pessoas produzirão discursos sobre valores, condutas, interesses espirituais, etc., que podem ou não surtir efeito para os membros da associação (porque a produção desses discursos pode ser considerada como excedendo os critérios de liderança pautados, por exemplo, pela eficiência administrativa na gestão dos socorros) e para o grupo que a associação pretende representar (se é que ele é mais amplo que os seus associados). Contentar-se com uma atribuição à "identidade" dos grupos sociais pode ser metodologicamente defensável, mas abrevia perigosamente o processo de produção desses discursos ao eventualmente atribuí-los a sujeitos diferentes e, eventualmente também, omitindo o contexto de produção desses textos.

O central para uma definição da associação é uma solidariedade tipificada como reciprocidade. Algumas vezes essa solidariedade resvala para o tipo da lealdade, quando operam interesses espirituais nas mutuais. Essa passagem de um tipo para outro pode ser pensada por meio da diferença entre uma situação objetiva de classe (que necessita de socorros) para uma percepção subjetiva que toma o conteúdo da "identidade" como oriente da conduta. Não se trata aqui de qualificar a passagem da situação objetiva à percepção subjetiva como uma "tomada de consciência" que revela a "verdade" de uma situação, mas de qualificar essa passagem como a construção de um recurso estratégico novo, cuja utilidade pode ser avaliada também em função de seus custos. Um desses custos é apontado com frequência pela historiografia sobre sociedades de socorros mútuos e que, inclusive, se vincula ao estudo de sindicatos: a disciplina dos membros.⁶³ Ora, a disciplina

⁶³ A diferença entre a situação social objetiva e a percepção desta como desencadeando ações coletivas é clara em Max WEBER (*Economia y sociedad*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1992, *passim* e p. 242-246). Contudo, boa parte desse parágrafo toma por parâmetro o texto de Adam PRZEWORSKI (Marxismo e escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 6, v. 3, fev. 1988, p. 5-25), que inclusive remonta a distinção a Marx. Sobre a disciplina sindical (associada a considerações sobre o peso do dilema do prisioneiro) o mesmo autor afirma (p. 15): "a 'representação' deve necessariamente envolver coerção, sanções que dissuadam os membros individuais da não-cooperação. A não ser que sindicatos ou partidos sejam capazes de disciplinar os trabalhadores para que não compitam uns com os outros, não há organização de

eventualmente produzida em uma sociedade de socorros mútuos seria um dos elementos que fundamentaria o estudo de "identidades sociais" nessas entidades. Mas a questão que me impus envolve a pergunta de como é possível se produzirem identidades sociais a partir de membros associados para a satisfação de interesses privados. Além, é claro, dos critérios de inclusão e exclusão de novos membros, é possível, com o foco no caráter previdenciário, tratar da conformação de identidades sociais quando se retoma a idéia de "mercado previdenciário": quando a atenção se volta ao estudo das "identidades", presume-se que o móvel básico da associação a uma entidade se restringiria aos interesses espirituais, quando penso, ao contrário, que a pesquisa deve se orientar pela expectativa de que os interesses espirituais podem pautar a definição e a escolha de uma sociedade de socorro mútuo com melhores condições de atendimento aos interesses materiais.

Quando existe uma solidariedade passível de ser tipificada como "lealdade", é rápido identificar interesses (mesmo que sejam apenas os espirituais) e implementar estratégias públicas (promoção de interesses com relação a terceiros). Mas a implementação efetiva dessas estratégias não depende apenas da apresentação dos interesses: depende de sua formulação (no interior das entidades) e da atribuição de status ao grupo de interesse, uma vez que se poderia imaginar que a representação dos "italianos" da serra rio-grandense poderia ser feita pelas mutuais, pelos diplomatas ou pelo clero católico. Fazendo eco a Claus Offe, posso dizer que os dois primeiros tópicos da hipótese dispõem sobre a análise de duas dimensões da ação das mutuais: a primeira, "desde baixo" e a segunda, "desde dentro". O terceiro tópico versaria sobre a análise da ação das entidades "desde cima".⁶⁴ A eventual legitimidade das entidades, cuja construção seria verificada na análise

classe possível". Sobre disciplina em outros textos sobre mutualismo, v. LINDEN, *op. cit.*, p. 23; THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 2: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 310. Exemplo algo diferente é o de uma entidade fomentada por dirigentes políticos no México: ÁVILA ESPINOSA, *op. cit.* Embora não seja um debate especificamente sobre sociedades de socorros mútuos, é interessante a referência ao foucaultiano "poder disciplinar" em FORMENT, Carlos A La sociedad civil en el Perú del siglo XIX: democrática o disciplinaria. In: SABATO, Hilda (coord.) *Ciudadanía política y formación de las naciones*. Perspectivas históricas de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 204-207. O autor utiliza uma edição a que não tive acesso, mas, provavelmente se refere a: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 186-187 e 191. É possível vincular a posição oriunda de Foucault aos debates sobre sociedades de socorros mútuos por meio da distinção entre caridade e filantropia desenvolvida por DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 55 e ss. A relação desse tipo de entidade com as de socorros mútuos é pouco explorada pelo autor, que apenas a menciona na p. 64.

⁶⁴ OFFE, Claus. A atribuição de status público aos grupos de interesse. In: *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 223-224.

“desde dentro”, pode-se ver enfraquecida quando elas não são percebidas por aqueles contra os quais representam interesses (ou pelo Estado, quando considerado como um terceiro agente passível de ser persuadido), como legítimas representantes de grupos sociais. Tanto o reconhecimento quanto o não-reconhecimento da legítima representação podem invocar como justificativa de sua posição, de uma parte, a relação entre grupo e entidade e, de outra parte, as expectativas acerca do interesse passível de ser representado pelas entidades, ou seja, se a entidade não estaria excedendo suas funções. Aquilo que aparece como uma coerção (ou uma permissão) apenas exterior às entidades deve ser incorporado à análise, sob pena de tomarmos aquilo que é reivindicado como sendo aquilo que é desejado por seus membros.⁶⁵ Com efeito, o que muitas vezes é visto como reformismo, pragmatismo ou simples moderação das entidades quando da representação de interesses pode ser apenas um cálculo estratégico sobre as possibilidades de êxito. Albert Hirschman, embora confiante na capacidade de representação de interesses, aduz um importante argumento, válido para entidades que, como as sociedades de socorros mútuos, mantêm também operações de mercado:

“... os benefícios imponderáveis (orgulho, auto-confiança, sentimento de libertação, etc.) intensificam os benefícios puramente monetários da cooperativa mas não compensam as perdas monetárias pela simples razão de não sobreviverem a tais perdas. Se a cooperativa estiver em dificuldades financeiras por qualquer razão (...), os benefícios intangíveis provavelmente se transformarão em perda, à medida que o orgulho for ferido, a auto-confiança for abalada e mais uma vez se dissiparem as esperanças de libertação”.⁶⁶

A metáfora espacial de Offe permite remontar a questão e a hipótese deste trabalho. Aqui me pergunto: o que associações definidas segundo um critério analisado “desde baixo” podem fazer “desde dentro” para representar interesses “lá em cima”? Minha hipótese é a de que elas precisam atender aos interesses materiais “dos de baixo”, combinando-os com interesses espirituais formulados “desde dentro” numa forma eficiente segundo os limites institucionais “lá de cima”. Se bem observado, os primeiro e terceiro tópicos constroem o contexto do estudo do segundo. Enquanto a análise “desde baixo” pode tomar o caminho do estudo da

⁶⁵ PERROT, Michelle. O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 133-134.

⁶⁶ HIRSHMAN, *op. cit.*, p. 44.

estratificação social e da identificação da população capaz de integrar esse tipo de entidade, a análise “desde cima” pode tomar o caminho do estudo das políticas que satisfazem ou limitam as demandas da sociedades civil. De qualquer modo, penso que a rarefação da bibliografia sobre sociedades de socorros mútuos é em parte decorrente de estudos que as abordam principalmente “desde baixo” ou “desde cima”, e não “desde dentro”, como pretendo que seja esta tese. Contudo, mesmo se corretas a construção do fenômeno de estudo e a formulação de hipóteses, cabe indagar se o caminho de estudo “desde dentro” não é incongruente com a decisão de abordar várias entidades – e não apenas uma, ou algumas poucas, quando se verificaria com mais detalhes a construção de estratégias públicas. Acredito que foi minha leitura da bibliografia sobre o mutualismo que me levou a pensar em trabalhar com o conjunto das entidades, por ter constatado que os estudos mais particularizados correm o risco de tomar como específico aquilo que é típico das entidades, não necessariamente por equívoco ou incapacidade intelectual, mas pela incapacidade de construir a “massa crítica” de estudos que autorizam comparações que revelem o que é específico e o que é típico. Na falta de estudos de fôlego sobre diversas entidades do Rio Grande do Sul – em parte decorrentes da perda de sua documentação interna –, preferi tomar a peito também a tarefa de mapeá-las, sobretudo ao verificar os êxitos do trabalho de Tânia de Luca no contraponto entre a frequência dos socorros oferecidos e a ilustração de casos particulares.⁶⁷ É no contraponto entre o tipo e o caso que quero desenvolver esta narrativa, não na esperança de que o caso apenas confirme o tipo, mas que o enriqueça. Assim, espero demonstrar que não foi excesso de zelo ou de pura insegurança que me fez formular uma hipótese assumida como “precária afirmação abstrata”, mas a constatação resignada de que a crença nas semelhanças das entidades – que me autorizariam tratar de um tipo de associação – não é o suficiente clara e objetiva a ponto de permitir explorar com maior profundidade o que revelam os casos. Dizendo de outro modo, não quis abrir mão nem da crença na possibilidade de construção de um tipo, e tampouco da riqueza empírica dos casos.

A despeito da tentativa, não consegui formalizar completamente tipos e casos nesta tese e, por isso, não se pode pensar que cada uma das partes corresponda exclusivamente aos três espaços do qual fala Offe, ou ainda ao desatrelar da

⁶⁷ LUCA, *op. cit.*

"história econômica, social e política em três estratos sucessivos".⁶⁸ Como se verá, conteúdos típicos de um dos elementos das tríades comparecem em capítulos dedicados a outros, porque assim se apresentam na documentação e porque qualquer classificação implica a clareza das escolhas de critérios, não seus méritos. Os critérios para classificar as sociedades de socorros mútuos ficarão mais claros nos capítulos 2 e 3, mas não tenho segurança sobre os méritos de minha abordagem: me limito a apresentar ao leitor um mapa do fenômeno como instrumento para que melhores caminhos possam, um dia, ser traçados.

1.2 – DADOS ESTATÍSTICOS NACIONAIS E REGIONAIS

Qual foi o tamanho do fenômeno mutualista? Responder à questão é importante para precisar vários dos tópicos tratados neste trabalho. Na seção anterior já elenquei os países onde o fenômeno apareceu ou existe, mas não me dei ao trabalho de buscar estatísticas internacionais sobre o tema, porque entidades brasileiras, salvo engano, jamais pertenceram a associações internacionais capazes de compilar os números do país e tampouco, ao que eu saiba, a Liga das Nações incluiu esse tipo de entidade em seus anuários estatísticos.⁶⁹ Com isso, mesmo existindo tais levantamentos globais, eles pouco trariam para o conhecimento de sua existência no Brasil e Rio Grande do Sul. De todo modo, perpassando os cinco continentes e diferentes períodos, não seria de estranhar, portanto, que, além do Rio Grande do Sul, o fenômeno também aparecesse em outras regiões do Brasil. Este sub-capítulo trará os números compilados por órgãos oficiais e pára-oficiais sobre as sociedades de socorros mútuos no país e na região, bem como outros números sobre associativismo nos mesmos espaços, para efeitos de contextualização.



⁶⁸ DOSSE, François. *O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 90.

⁶⁹ Para associações internacionais, v. GIBAUD, Bernard. *The Mutualité Française and the first International Congresses of Mutual Benefit Societies*. In: LINDEN (*op. cit.*), p. 657-672; *AIM-English version*. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível na Internet <http://www.aim-mutual.org/uk/index.htm>, 10 jan. 2004. Os Anuários estatísticos da Liga das Nações, pelo menos entre 1923 e 1941, estão disponíveis para download em: *League of Nations*. Capturado em 10 out. 2003. Online: <http://digital.library.northwestern.edu/league/>.

Não se pode dizer que o Estado brasileiro primou pelo cuidado com o registro estatístico das sociedades de socorros mútuos. Na prática, consta que eram as províncias/estados que notificavam o governo nacional sobre a existência de entidades em seu território, o que levaria à inexistência de um único critério de registro nacional. A busca pela precisão dos números foi quase infrutífera, pois o critério de sua organização variou ao longo do período de estudo: como ora aparecem como “sociedades beneficentes” (incluindo, portanto, aquelas que prestavam socorros a terceiros, com o caráter benemerente), ora na rubrica “previdência e assistência social” (incluindo, às vezes, os organismos da previdência estatal) ou ainda como “sociedades mutuárias”, é possível apenas estimar, se não o desenvolvimento do mutualismo, pelo menos a percentagem relativa de sua distribuição ao longo do território nacional. Com isso, penso a dispersão das entidades aqui trazidas mais como um conjunto de retratos – melhor comparáveis quando simultâneos – do que registros do desenvolvimento de um fenômeno.

A Tabela 1.2⁷⁰ apresenta três momentos, felizmente algo afastados no tempo, para permitir tomá-los como retratos significativos. O primeiro é 1882, portanto ainda no Império, quando do Congresso Científico Universal das Instituições de Previdência, ocorrido na França. O delegado do Brasil, Baron D’Ourem, inventariou os estatutos aprovados e reformados pelo Ministério do Império (na Corte) e nas Províncias desde 1860. Apesar de tomar seus números pelo máximo, somando aprovações e reformas de estatutos, o fiz por acompanhar a legislação provincial do Rio Grande do Sul, onde entidades que não parecem ter submetido ao governo a aprovação de estatutos, submeteram eventuais reformas. O segundo momento é 1917, que parece ter sido o último levantamento estatístico efetuado no Brasil até a década de 1930. Se o Baron D’Ourem parece ter tido cuidado em separar as sociedades de socorro mútuo de outras entidades como Montepios e Caixas de Pensões, o mesmo não parece ter ocorrido pelos recenseadores em 1917, quando as entidades foram registradas como “associações de auxílios mútuos e beneficência”, incluindo as que traziam benefícios a terceiros. O terceiro momento é 1942, em pleno Estado No-

⁷⁰ Numerei consecutivamente Quadros e Tabelas, a despeito da diferença técnica, e esses números sempre são precedidos pela numeração do Capítulo. Assim, a Tabela 1.2 é a segunda consolidação gráfica de informações do capítulo 1. Os Gráficos, embora numerados de forma independente de Quadros e tabelas, estão também precedidos da numeração do capítulo, e essa medida – e não desconheço que ela viola a norma usualmente adotada – foi tomada para facilitar ao leitor quando de referências internas.

vo, e é o mais assumidamente deficitário (mas não defeituoso) levantamento. Além de Santa Catarina e do Distrito Federal, que nada informaram, os dados da Paraíba não incluem a cidade de João Pessoa, e os dados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul se referem, total ou parcialmente, a anos anteriores.

Tabela 1.2 – Mutuais existentes por Unidade da Federação (Brasil, 1882/1942)

UF*	Mutuais 1882	% 1882	Mutuais 1917	% 1917	Mutuais 1942	% 1942
DF	171	56,07	816	23,28		
AL	7	2,30	57	1,63	49	4,68
AM			35	1,00	16	1,53
BA	40	13,11	165	4,71	87	8,30
CE			87	2,48	78	7,44
ES	4	1,31	19	0,54	17	1,62
GO			28	0,80	6	0,57
MA			73	2,08	18	1,72
MT			26	0,74	3	0,29
MG			790	22,54	105	10,02
PA			50	1,43	40	3,82
PB			39	1,11	20	1,91
PR	3	0,98	81	2,31	43	4,10
PE			103	2,94	106	10,11
PI			13	0,37	15	1,43
RJ	46	15,08	144	4,11	68	6,49
RN			37	1,06	11	1,05
RS	33	10,82	104	2,97	149	14,22
SC	1	0,33	52	1,48		
SP			744	21,23	197	18,80
SE			36	1,03	17	1,62
AC			6	0,17	3	0,29
Total	305	100,00	3505	100,00	1048	100,00

Fontes: BARON D'Ourem. *Notice sur les Institutions de Prévoyance au Brésil*. Communication faite au Congrès Scientifique Universel des Institutions de Prévoyance lors de la Deuxième Session Quinquennale en 1883. Pau: Garet, 1883, p. 92-93; INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano II – 1936. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936, p. 307; INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano VI – 1941/1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946, p. 375-376.

- Utilizei “DF” (Distrito Federal) para a cidade do Rio de Janeiro e “UF” (Unidade da Federação) e as siglas atuais dos estados para indicar as províncias e estados desse largo período, independente de seu nome legal.

Se os números de 1942 são assumidamente deficitários, as duas outras compilações são defeituosas quando comparadas com outras informações. A de 1882 é defeituosa quando se coteja com estudos regionais para São Paulo, Sergipe,

Minas Gerais e Pernambuco, todos constatando a presença de mutuais nesse período quando a Tabela informa nada existir.⁷¹ Já os números de 1917 foram obtidos pelo governo nacional segundo um procedimento que incluía outras entidades além das sociedades de socorros mútuos. A Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio teria encaminhado ofício à Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul pedindo para esta compilar as informações provenientes dos municípios e encaminhá-las:

"O Diretor Geral daquela repartição acha que devem ser incluídas na lista dessas associações os centros, as confrarias, as irmandades, as lojas maçônicas, as ordens, ou quaisquer outras sociedades que prestem assistência de qualquer natureza...".⁷²

Apesar dos problemas na obtenção dos números, alguns fenômenos aparecem na Tabela. Um deles seria a tendência a diminuir as mutuais com a consolidação da previdência estatal, mas não com o surgimento do sindicalismo. Como se sabe, 1917 é momento de grande agitação sindical e, não obstante, é também o momento de maior presença de entidades, distribuídas em todas as regiões do Brasil. Em 1942, no entanto, com exceção de Pernambuco, Piauí e do próprio Rio Grande do Sul, onde o número de entidades cresceu 43% nesse período, em todas as outras unidades da federação houve decréscimo no número absoluto de mutuais. É difícil avaliar o quanto isso se deve à ausência de dados sobre algumas unidades da Federação, ou ao exagero dos critérios para inclusão de entidades em 1917, mas, supondo que este último possa ser ignorado e estimando uma queda semelhante à média brasileira no estado de Santa Catarina e no Distrito Federal, ainda assim a variação nesses 25 anos teria feito cair pela metade o número de mutuais existentes, o que autorizaria a imputar a queda à consolidação da previdência estatal. Ademais, duas coisas saltam aos olhos com esses números: a primeira é que o Rio Grande do Sul não seria um estado típico na história do mutualismo brasileiro; a segunda, por ora inexplicada, é que, se procuro perfil semelhante no Brasil ao mutualismo sul-riograndense, encontrá-lo-ia em Pernambuco. Com efeito, o número de mutuais dos dois estados em 1917 se equivale, e em ambos há um crescimento entre 1917 e 1942. Se ordeno os estados em número de mutuais nesses momentos, Pernambuco

⁷¹ LUCA, *op. cit.*, p. 20; ROMÃO, *op. cit.*, p. 43-50; DUTRA, *op. cit.*, p. 213; TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 107; para Pernambuco, v. tb. HAHNER, June. *Pobreza e política*. Os pobres urbanos no Brasil 1870-1920. Brasília: EdunB, 1993, p. 97-98.

⁷² Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul. Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 18 ago. 1917 (maço 58 – BPP). A ortografia

ocupa o quinto lugar em 1917 e o terceiro em 1942, logo atrás do Rio Grande do Sul.

No entanto, a semelhança logo evanesce frente a outros dados, agora específicos de 1942. A Tabela 1.3, além de trazer o total de filiados por unidade da federação (excluídos o Distrito Federal e Santa Catarina, que não enviaram dados), calcula o percentual da população maior de 18 anos e esse mesmo dado, excluindo as profissões tipicamente rurais. Começo por assinalar os dados que a Tabela não traz. Excluindo as informações provenientes do Distrito Federal e de Santa Catarina, o número total de filiados às mutuais excede o dos trabalhadores no comércio e em transportes e comunicações, e ultrapassa a metade daqueles que trabalhavam em “indústrias de transformação”. Esse número de 636.240 filiados é superior à população de 99,7% dos municípios que então existiam no Brasil. Mais do que isso, 21,82% da população vinculada a alguma forma de previdência (incluindo-se a previdência estatal) era filiada a mutuais. Com isso, já se pode afirmar uma certa importância relativa do mutualismo, mesmo em meados do século XX.

As quarta e quinta colunas da Tabela 1.3 trazem dois coeficientes diferentes: o primeiro, como já dito, traz o percentual dos mutualizados sobre a população maior de 18 anos, ao passo que o segundo exclui profissões tipicamente rurais – ainda que eu tenha restrições a esse procedimento, das quais falarei no capítulo 2. O que os cálculos trazem além do explícito? Em primeiro lugar, a incapacidade das médias nacionais darem conta das avultadas diferenças estaduais. Entre um mínimo de 0,04%/0,05% da população mutualizada no Mato Grosso e um máximo de 12,75%/18,02% no estado do Rio de Janeiro, há pouco sentido em pensar as médias nacionais 3,3%/5,25% como significativas ou expressando algum padrão com o qual se possa trabalhar. Não há novidades no falar de diferenças regionais no Brasil, mas destaco que essas diferenças também existem em outros países: na Argentina, os mutualizados se concentravam na Capital e nas Províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios por volta de 1914 e, em Portugal, Lisboa concentrou mais de 50% das mutuais fundadas no país até 1889. Sobre esse último país, um autor em 1876 lamentava que, em algumas províncias, “o princípio da associação se pode considerar ainda desconhecido”, referindo-se ao Minho, duas Beiras e Tráz-os-Montes. Em segundo lugar – e isso é o mais importante –, os números não nos dizem, de fato, quantos estão securitizados, por uma simples razão: as sociedades

de socorros mútuos podem oferecer benefícios aos familiares do membro, sem que estes precisem também se associar. O número de sócios em uma entidade não é eficiente para avaliar o número de securitizados na falta de informações sobre a percentagem de entidades que também fornecem socorros aos familiares dos sócios.⁷³

Tabela 1.3 – Filiados e percentual da população filiada (Brasil, 1942)

UF	Mutuais	Associados	% População mutualizada*	% População mutualizada [urbana?]**
AL	49	14048	2,96	5,11
AM	16	2500	1,15	1,56
BA	87	35683	1,79	3,07
CE	78	33022	3,32	5,60
ES	17	9440	2,62	4,69
GO	6	2802	0,70	1,23
MA	18	7595	1,20	2,03
MT	3	80	0,04	0,05
MG	105	36360	1,10	1,83
PA	40	13356	2,71	3,95
PB	20	2441	0,35	0,63
PR	43	33907	5,54	9,02
PE	106	37832	2,76	4,55
PI	15	8297	2,13	3,68
RJ	68	118509	12,75	18,02
RN	11	6862	1,77	3,07
RS	149	70380	4,22	6,40
SP	197	187896	4,94	7,10
SE	17	14774	5,30	8,61
AC	3	456	1,14	1,33
Total/ Média	1048	636240	3,30	5,25

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano VI – 1941/1945, *op. cit.*, p. 30-31, 363, 375-376.

* Maiores de 18 anos.

** Maiores de 18 anos, exclusive profissões de agricultura, pecuária, silvicultura (mas inclusive “indústrias extrativas”).

A exclusão da população rural do cálculo de mutualizados pode não ser justificada, mas é eficiente por permitir algumas comparações com valores já calculados para outros universos empíricos. Tais comparações revelam que os índices brasileiros são inferiores aos de Lisboa em 1909 (20,8% da população total) ou Buenos Aires em 1910 (32,63% da população maior de 14 anos) ou de

⁷³ As diferenças regionais dos países mencionados aparecem em: MUNCK, *op. cit.*, p. 579; FONSECA, Carlos da. Problems in the history of Portuguese mutualism, 1834-1934. in: LINDEN, *op. cit.*, p. 304-305; GOODOLPHIM, Costa. *A Associação: história e desenvolvimento das associações portuguesas*. Lisboa: Typographia Universal, 1876, p. 164-165. Para um estudo mais acurado sobre diferenças regionais na Inglaterra do começo do século XIX, v. GORSKY, Martin. The growth and distribution of English friendly societies in the early nineteenth century. *Economic History Review*. V. LI, n. 3, 1998, p. 489-511. O último autor também se detém sobre detalhes da cobertura aos familiares do membro: a filiação a entidades indicaria apenas a “incidência” do fenômeno, não

Montevideo, onde se estimava que “en 1930, 61,5% de la población de los barrios eminentemente populares (...) estaba afiliada a las sociedades mutualistas”.⁷⁴ A exclusão da população rural, nesses casos, diminuiria o risco de comparar regiões ou países com cidades, como seriam os números brasileiros e estrangeiros agora trazidos. Mais realista seria comparar países ou regiões entre si e, mesmo assim, os números do Brasil são mais baixos do que os de uma estimativa para a Argentina em 1914 (6,5% da população total) e de dados para Portugal (8,72% em 1915 e 9,25% em 1930).⁷⁵ Por baixos que sejam em comparação com outros países, os números do Brasil já seriam o suficiente altos para demandar mais do que parágrafos introdutórios ou referências em pés de página em estudos de história social. Além disso, não posso deixar de mencionar um outro fator: uma estimativa para a cidade do Rio de Janeiro, possivelmente ignorando a possibilidade de comparações, certamente desdenhou das sociedades de socorros mútuos quando afirmou que “somente cerca de metade da população trabalhadora [tinha] acesso à assistência previdenciária na década de 1870”.⁷⁶

Por ora, deixo os dados de 1942 para passar à Tabela 1.4, que trata da antigüidade das mutuais existentes naquele momento. Ignoro o motivo pelo qual os responsáveis pela estatística oficial definiram os decênios terminados em 3, o que resultou em dados interessantes, mas não concludentes, para avaliar o impacto da previdência estatal. De 20 estados que enviaram informações em 1942, pelo menos 9 tiveram 50% ou mais de suas mutuais criadas antes de 1923, inclusive o Rio Grande do Sul. Ainda que esta tese não se proponha a tomar o Brasil como universo empírico, apenas o Rio Grande do Sul, uma história comparada regional do mutualismo, que problematize sua relação com a previdência estatal, deveria dar

necessariamente o acesso aos socorros (p. 492).

⁷⁴ Lembro que índices que não tomam a população total tendem a ser pouco utilizáveis para comparações, porque, dependendo do estatuto das mutuais, podem ser considerados “sócios” todos os beneficiários, o que incluiria as crianças. As referências dos índices trazidos são: para São Paulo, LUCA, *op. cit.*, p. 36; para Lisboa, FONSECA, *op. cit.*, p. 306; para Buenos Aires, RECALDE, *op. cit.*, vol. 1, p. 113 e BAILY, Samuel. *Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana en Buenos Aires, 1858-1918. Desarrollo económico*. Buenos Aires, vol. 21, n. 84, ene.-mar. 1982, p. 507; para Montevideo, BARRÁN, José Pedro. *Medicina y sociedad en el Uruguay del Novecientos. El poder de curar*. Montevideo: Banda Oriental. 1992, p. 74 *apud* MIERES GÓMEZ, Gustavo. *El sector salud - 75 años de un mismo diagnóstico*. Parte II, cap. 1.2. Capturado em 06 abr. 2000. Online. Disponível na Internet: http://www.smu.org.uy/libros_sindicales/turenne/.

⁷⁵ A estimativa para Argentina é de MUNCK, *loc. cit.* Para Portugal, calculei com os números trazidos por FONSECA, *op. cit.*, p. 302 e 306.

⁷⁶ CONJUNTO Universitário Cândido Mendes, *op. cit.*, p. 263. Pelos números apresentados no texto e tomando a população do Rio de Janeiro em 1872, constata-se que 37,74% da população total era filiada a esse tipo de associação.

conta das razões pelas quais quase a metade das entidades existentes no Brasil em 1942 se criou **depois** de 1923, e não antes, fenômeno que tende a enfraquecer interpretações do mutualismo estribadas na não intervenção do Estado no sistema de previdência.⁷⁷ Os números aqui trazidos não permitem avaliar o ritmo de criação de mutuais, mas a possibilidade de que a apenas gradativa criação da previdência estatal tenha, por um lado, permitido a sobrevivência das entidades ou ainda, mais do que isso, fomentado a criação de entidades de setores sociais que não estavam sendo cobertos pela securitização pública, como populações rurais, por exemplo. Se suponho que o mutualismo tenha se dirigido, a partir de 1923, para a população não-securitizada pela previdência estatal, encontro no marco temporal final desta tese um índice elevado, pois o número de filiados a mutuais no Brasil de 1942 era cerca de um quarto dos associados ativos das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões. E, mais uma vez, constato e lamento a inconsistência de estudos sobre a previdência estatal no Brasil ignorando o mutualismo.

Tabela 1.4: Percentagem de mutuais existentes em 1942 no Brasil, por estado e fundação

UF	Até 1903	1904-13	1914-23	1924-33	1934-42	s/declaração
AL	18,37	6,12	26,53	18,37	28,57	2,04
AM	6,25	12,50	31,25	37,50	12,50	0,00
BA	32,18	8,05	11,49	26,44	20,69	1,15
CE	5,13	3,85	24,36	28,21	37,18	1,28
ES	11,76	23,53	23,53	11,76	23,53	5,88
GO	0,00	50,00	33,33	16,67	0,00	0,00
MA	11,11	5,56	11,11	50,00	16,67	5,56
MT	0,00	0,00	33,33	33,33	33,33	0,00
MG	14,29	10,48	14,29	22,86	31,43	6,67
PA	12,50	2,50	2,50	10,00	2,50	70,00
PB	0,00	0,00	5,00	25,00	25,00	45,00
PR	16,28	23,26	25,58	18,60	16,28	0,00
PE	6,60	7,55	7,55	44,34	29,25	4,72
PI	13,33	6,67	6,67	33,33	33,33	6,67
RJ	14,71	10,29	25,00	27,94	16,18	5,88
RN	9,09	9,09	27,27	9,09	45,45	0,00
RS	30,87	13,42	10,74	26,17	18,12	0,67
SP	17,26	11,68	15,23	16,24	11,68	27,92
SE	41,18	17,65	29,41	0,00	11,76	0,00
AC	0,00	0,00	0,00	33,33	66,67	0,00
Brasil (%)	17,18	10,31	15,65	24,62	21,28	10,97
Brasil (Total)	180	108	164	258	223	115

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano VI – 1941/1945, *op. cit.*, p. 375-376.

⁷⁷ V. acima, p. 33.

Passo agora para as estatísticas oficiais produzidas no Rio Grande do Sul, que padecem dos mesmos males das estatísticas brasileiras, porque eram, possivelmente, suas fontes. Assim, também tendem a incluir entidades de benemerência, inclusive religiosas, além de caixas de empresa e, em um caso, incluiu a Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAP) dos ferroviários. Não obstante, essas estatísticas são melhores do que as brasileiras, porque são algo mais freqüentes e não só trazem os totais, como inventariam as entidades, permitindo aos pesquisadores desconsiderar as entidades que não eram de socorro mútuo. O Quadro 1.5 condensa algumas informações disponíveis.⁷⁸ Como se pode ver, com exceção do começo da década de 1920, quando existe uma certa regularidade nos Anuários Estatísticos do Rio Grande do Sul, os outros registros são muito anteriores ou posteriores. Os de 1890 e 1897, por exemplo, foram para este estudo compilados a partir das respostas originais à Diretoria de Estatística estadual: se as primeiras estão incompletas (porque falta o questionário que traria dados), a segunda pode não trazer todas as respostas, o que ignoro por não terem os dados sido condensados ou publicados pelo órgão. De todo modo, é fácil verificar o quanto as estatísticas estaduais dependiam das entidades informantes, pois seria improvável que, ao longo da década de 1920, variasse tanto o número de mutuais.

⁷⁸ Correspondência recebida pelo Diretor da Diretoria de Estatística, Duarte José Ribeiro, enviados por casas de saúde e asilos do Estado. 1890 (Estatística Maço 4 – AHRS); Correspondência das Associações Benéficas em resposta a questionário enviado à Diretoria Geral de Estatística. 1897. (Estatística Maço 4 – AHRS); RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1921. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922; RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1922. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, s/d; RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1923. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924; RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1924. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1925; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941. Incorporaram-se, quando havia diferenças, os dados constantes em estatísticas oficiais de dois municípios: INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. *Estatística de 1923*. Rio Grande: Oficinas a Eletricidade do Rio Grande, 1925; BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse estatística do Município de Porto Alegre*. Comemorativa do Bi-centenário de Porto Alegre. Porto Alegre: Globo, 1940. Encontrei também o que parecem ser os originais do Anuário Estatístico de 1928 na Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística. Mas na fl. 141, onde há uma tabela do Registro Especial de Títulos e Documentos, Estatutos Sociais, Ano de 1928, não há inventário, apenas uma classificação das entidades por município. De um total de 75 entidades fundadas nesse ano, 23 (30,66%) foram classificadas como sendo de “assistência e caridade”, possivelmente incluindo as de socorro mútuo.

Ano	Municípios	Mutuais	Sócios
1890	4	9	----
1897	10	20	5533
1920	7	12	5526
1921	10	18	7499
1922	7	16	16431
1923	11	23	11840
1924	16	38	16482
1939	36	142	81828

Quadro 1.5: Mutuais informantes no Rio Grande do Sul, 1890/1939

Fonte: elaboração própria a partir das fontes indicadas na nota 78.

Os dados provinham das associações informantes, e a comparação desses números com outras fontes revela outro universo. Se não há diferença nas estatísticas oficiais estaduais e municipais, as memórias sobre municípios mencionam um sem-número de entidades, contam sua criação e ação e fazem com que um inventário do mutualismo na região precise dar conta da organização de fragmentos de informação, o que pretendo fazer no capítulo 2. Por ora, trabalharei com as informações oficiais. Mas pergunto: onde estão as mutuais?

Porto Alegre e Rio Grande são os únicos municípios que aparecem em todas as estatísticas. Apesar de haver várias associações em Pelotas, elas raramente comparecem nessas estatísticas, somente em 1890 e 1939. Bagé aparece 6 vezes, assim como Santa Maria. Livramento e Uruguaiana aparecem 5 vezes, ao passo que Santa Cruz aparece 4 vezes. Os demais municípios aparecem de quando em quando, embora tivessem entidades que sempre existiram. Não obstante, tomando exclusivamente as entidades informantes em 1939, aparecem mutuais em cerca de 41% dos municípios então existentes.

A Tabela 1.6, que traz mais alguns números referentes a 1939-1940, permite mais uma vez verificar a extrema variabilidade do mutualismo em diferentes universos empíricos, que, no caso, são os municípios onde existem entidades informantes. Se cerca de 4,89% da população total do estado era mutualizada nesse período, esse número diz muito pouco quando se confronta o índice de 0,07% em Encruzilhada com os índices de Porto Alegre, Rio Grande ou Santa Maria, todos superiores a 10% da população total. Há que ressaltar, contudo, que os números de Porto Alegre e Santa Maria incluem mutuais cujos membros se distribuíam em outros municípios. Além da população total, calculei também outros índices sobre parcela da população, excluindo as mulheres (cerca de 11,5% do total de mutualizados): na sexta coluna trago o cálculo sobre homens de zonas urbanas e

suburbanas – exclusivamente em municípios que só têm homens entre os associados, assinalados em *itálico* –, ao passo que a sétima coluna calculada inclui também os da zona rural. O que trazem estes novos números? Trazem a improcedência de excluir a população rural do mutualismo nesse período – e mesmo antes –, ao contrário do que propõe Tânia de Luca para São Paulo, pois é implausível que municípios que não contam com mulheres em suas entidades, como Júlio de Castilhos e São Sepé tenham índices tão altos de mutualização.

Tabela 1.6: Índices de mutualização por município do RS, 1939

Cidade	Mutuais	Sócios	População	% mutualizado	%Homens (n-rural)	%Homens
Alegrete	3	215	38949	0,55		1,13
<i>Antônio Prado</i>	<i>1</i>	<i>103</i>	<i>11308</i>	<i>0,91</i>	<i>9,94</i>	<i>1,86</i>
<i>Arroio Grande</i>	<i>1</i>	<i>142</i>	<i>16199</i>	<i>0,88</i>	<i>5,66</i>	<i>1,71</i>
<i>Bagé</i>	<i>10</i>	<i>1673</i>	<i>59000</i>	<i>2,84</i>	<i>10,78</i>	<i>5,79</i>
Caçapava	1	150	28682	0,52		1,07
<i>Cachoeira</i>	<i>2</i>	<i>150</i>	<i>83729</i>	<i>0,18</i>	<i>1,56</i>	<i>0,36</i>
<i>Caxias</i>	<i>1</i>	<i>814</i>	<i>39677</i>	<i>2,05</i>	<i>8,30</i>	<i>4,11</i>
Cruz Alta	2	1059	57515	1,84		3,67
Encruzilhada	1	25	36646	0,07		0,14
<i>Farroupilha</i>	<i>3</i>	<i>112</i>	<i>12511</i>	<i>0,90</i>	<i>11,55</i>	<i>1,79</i>
<i>Garibaldi</i>	<i>1</i>	<i>30</i>	<i>17873</i>	<i>0,17</i>	<i>1,88</i>	<i>0,34</i>
<i>Guaporé</i>	<i>1</i>	<i>318</i>	<i>44371</i>	<i>0,72</i>	<i>9,72</i>	<i>1,43</i>
<i>Itaqui</i>	<i>1</i>	<i>149</i>	<i>16564</i>	<i>0,90</i>	<i>4,52</i>	<i>1,88</i>
Jaguarão	2	446	15704	2,84		5,77
José Bonifácio	1					
<i>Júlio de Castilhos</i>	<i>1</i>	<i>231</i>	<i>21269</i>	<i>1,09</i>	<i>14,06</i>	<i>2,17</i>
Lajeado	4	1433	40742	3,52		6,98
<i>Livramento</i>	<i>2</i>	<i>67</i>	<i>47414</i>	<i>0,14</i>	<i>0,51</i>	<i>0,28</i>
<i>Montenegro</i>	<i>1</i>	<i>14</i>	<i>47713</i>	<i>0,03</i>	<i>0,27</i>	<i>0,06</i>
Novo Hamburgo	3	411	19251	2,13		4,30
<i>Passo Fundo</i>	<i>1</i>	<i>67</i>	<i>80138</i>	<i>0,08</i>	<i>0,37</i>	<i>0,17</i>
Pelotas	9	4434	104553	4,24		8,66
<i>Piratini</i>	<i>1</i>	<i>32</i>	<i>19351</i>	<i>0,17</i>	<i>6,93</i>	<i>0,33</i>
Porto Alegre	47	43675	272232	16,04		33,04
<i>Quaraí</i>	<i>2</i>	<i>147</i>	<i>17118</i>	<i>0,86</i>	<i>3,90</i>	<i>1,71</i>
Rio Grande	12	6479	60802	10,66		21,30
<i>Rosário</i>	<i>1</i>	<i>94</i>	<i>23783</i>	<i>0,40</i>	<i>2,65</i>	<i>0,79</i>
<i>Santa Cruz</i>	<i>1</i>	<i>195</i>	<i>55041</i>	<i>0,35</i>	<i>3,59</i>	<i>0,71</i>
Santa Maria	10	14169	75597	18,74		37,84
Santo Ângelo	1	276	68826	0,40		0,80
<i>São Gabriel</i>	<i>3</i>	<i>455</i>	<i>40995</i>	<i>1,11</i>	<i>5,41</i>	<i>2,24</i>
São Jerônimo	1	1841	38269	4,81		9,29
São Leopoldo	1	175	52049	0,34		0,66
<i>São Sepé</i>	<i>1</i>	<i>259</i>	<i>21408</i>	<i>1,21</i>	<i>23,87</i>	<i>2,40</i>
<i>Tupanciretã</i>	<i>1</i>	<i>204</i>	<i>21033</i>	<i>0,97</i>	<i>9,34</i>	<i>1,97</i>
Uruguaiana	7	1534	34818	4,41		8,89
<i>Vacaria</i>	<i>1</i>	<i>250</i>	<i>32874</i>	<i>0,76</i>	<i>8,90</i>	<i>1,54</i>
Total	142	81828	1674004	4,89		9,24

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado* 1941.

Os números das estatísticas estaduais não coincidem com os das nacionais, nem dão conta do conjunto do fenômeno no Rio Grande do Sul. A percentagem de filiados não indica quantos estão, de fato, securitizados (pelos motivos já mencionados acima) e, por outro lado, há sobradas evidências de que o decreto de “nacionalização” das entidades estrangeiras, de abril de 1938, levou entidades a suspenderem reuniões, atividades, socorros ou mesmo se dissolverem, carregando de incertezas os números desse ano, que podem, de um lado, incluir entidades reduzidas ao patrimônio e não mais se reunindo e, de outro, excluir entidades que suspenderam o funcionamento legal até se consolidar a legislação sobre mutuais étnicas.

Sou prudente com o uso de conceitos como “sociedade civil”, “capital social” ou “Terceiro setor” para o estudo das sociedades de socorros mútuos. No entanto, as estatísticas deste capítulo não me permitiram ignorar os dados de associações voluntárias e outras dimensões que se aproximariam da definição de um “capital social” no Rio Grande do Sul. Embora não me proponha a medi-lo, esse “capital social” proviria de uma “comunidade cívica” passível de ser avaliada por meio de algumas variáveis, e a principal delas relacionada a meu próprio estudo é a do número e filiação a associações civis. Intuo também como relevante para meus propósitos outra variável, a do acesso à leitura, e com esta última começo.⁷⁹

As despesas orçamentárias com educação ao longo da República Velha no estado foram vultuosas (cerca de um quarto do total, como assinala Love) e desde 1872, a região se manteve dentre com altas taxas de alfabetização.⁸⁰ Não obstante, o Rio Grande do Sul não é especialmente evidente em número de jornais por habitante, e mesmo jornais diários por habitante: tomando os dados de 1933, vê-se que a média de jornais privados por habitante no estado era semelhante à média nacional, e o estado se mantinha na mesma sexta posição nacional quando comparamos jornais diários por habitante.⁸¹ Isso significa que as taxas de alfabetização no Rio Grande do Sul encobririam um analfabetismo funcional, quando a capacidade de

⁷⁹ Utilizo aqui algumas variáveis da análise de PUTNAM (*op. cit.*), desenvolvida principalmente nas p. 100 e ss. Um estudo sobre o fenômeno no Rio Grande do Sul é o de MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. *Capital social e a Região Sul do Rio Grande do Sul*. Curitiba, 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico-UFPR). Agradeço imensamente ao autor por diversas indicações sobre a bibliografia de capital social. Dentre os panoramas da bibliografia sobre o tema, incluem-se: ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do Capital Social: uma revisão crítica. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 47, 1º sem. 1999, p. 65-79; REQUIER-DESJARDINS, D. *On some contributions on the definitions and relevance of social capital*. Working Paper, 2000.

⁸⁰ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 109 e 21.

⁸¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano II-1936, *op. cit.*, p. 376.

leitura não é exercitada? Embora essa interpretação também seja possível, há números que indicariam o contrário, e me refiro agora à existência de bibliotecas (onde, aliás, se poderiam ler jornais). Existiam bibliotecas em 24,44% dos municípios do Brasil em 1938, ao passo que esse índice no Rio Grande do Sul é de 51,21%. Esses números se aproximariam de uma medida do acesso à palavra escrita (e as informações daí decorrentes), mas ganham maior relevância para o estudo das associações voluntárias, quando indicam que 16,88% das bibliotecas recenseadas no Brasil eram públicas, ao passo que no Rio Grande do Sul as bibliotecas são de iniciativa particular em 93,75% dos casos. Essa tendência de uma disseminação da palavra escrita na região também se confirma na comparação de outros índices, como o de municípios com tipografias (40,93% no Brasil e 77,38% no Rio Grande do Sul) e o de municípios com livrarias (24,71% no Brasil e 63,09% no Rio Grande do Sul).⁸²

Seguir pistas sobre o impacto do associativismo no Rio Grande do Sul permite trabalhar com outros exemplos. Sempre destacando eventuais déficits entre entidades informantes e entidades existentes, é possível constatar que, embora a população do estado fosse 7,12% da nacional, o Rio Grande do Sul concentrava 21,06% das “associações culturais” e 29,13% dos membros dessas associações no Brasil em 1937.⁸³ Mais do que isso, 95,35% dos municípios do Rio Grande do Sul contavam com associações desse tipo, índice só superado por Santa Catarina e Distrito Federal (100%). Essas duas últimas Unidades da Federação são particularmente interessantes para comparações com o Rio Grande do Sul, porque são exatamente aquelas sobre as quais nos faltam dados sobre sociedades de socorros mútuos em 1942, conforme a Tabela 1.2. A Tabela 1.7, a despeito da inexistência de detalhes sobre a forma de classificação das “associações culturais” informantes, permite perceber que a primazia do associativismo cultural no Rio Grande do Sul provém da concentração elevada de associações de cultura física e associações recreativas. A tendência a tomar tal tipo de associação como típico resultado da ação do imigrante em país estrangeiro não se sustenta quando comparado o perfil das associações no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, ambas regiões marcadas pela imigração estrangeira. A comparação exhibe percentagens bastante

⁸² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Sinopse estatística do estado*, n. 3. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Publicidade Americana, 1939, p. 284 e 288.

⁸³ Estes e os próximos dados provém de: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V –1939-1940.

diferentes nas colunas de associações de cultura física e cultura moral e social. Ademais, se observadas as colunas de cultura física e cultura intelectual e artística, o perfil geral do Rio Grande do Sul é bastante semelhante ao do Distrito Federal – que além de ser um único município, ainda é a Capital e onde se poderia supor um mais forte associativismo (o que se confirma, quando consideramos que o número de associações no Rio Grande do Sul refere-se a 83 municípios).⁸⁴

Tabela 1.7: Natureza das associações culturais, 1937

UF	Total	Cultura física (%)	Cultura intelectual e artística (%)	Cultura social e moral (%)	Recreativas (%)	Total (%)
SC	647	26,58	12,36	30,91	30,14	100
DF	407	41,77	8,35	28,99	20,88	100
RS	1214	46,13	9,80	8,90	35,17	100
Brasil	5764	39,61	17,45	19,24	23,70	100

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V – 1939-1940. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940, p. 1101.

Se haveria uma tendência a associar-se no Rio Grande do Sul, isso se verificaria com outras formas de associação, que não exclusivamente as culturais ou as mutuais, e as cooperativas poderiam ser relevantes. Com efeito, 40,11% das entidades existentes no Brasil em 1937 localizavam-se no Rio Grande do Sul. O modelo cooperativo que mais se aproximaria do socorro mútuo (“compras em comum”, isto é, cooperativas de consumo) é mínimo no Rio Grande do Sul (14,28% das existentes no Brasil), ao passo que todas as cooperativas de “venda em comum” e 87,23% das de “produção e industrialização” tinham sede no estado.⁸⁵ Não obstante, outra forma de associação voluntária relacionada à economia não-urbana seria constituída pelas Associações Rurais, que, como grupos de interesses, podem ter tido algum êxito com respeito a seus fins, mas não com respeito a sua capacidade organizativa. Stephen Bell⁸⁶ aporta informações relevantes para avaliar o atraso com que esse tipo de associação se constituiu no Rio Grande do Sul, em comparação com as demais regiões platinas com semelhante atividade econômica e as dificuldades dessas entidades se manterem com alguma estabilidade. Dessa forma, pode-se pensar que

Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940, p. 1101.

⁸⁴ De resto, a diferença entre o associativismo (pelo menos entre os teutos) no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina já foi tratada por GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 51-55 (Documenta-SC, 1).

⁸⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Sinopse estatística do estado*, op. cit., p.280. Também utiliza cooperativas como variável de medida do capital social a tese de MONASTERIO, op. cit., p. 150, 154-155.

⁸⁶ *Campanha Gaúcha: a Brazilian Ranching System, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press,

o Rio Grande do Sul poderia ser uma forte região associativa em comparação com o resto do Brasil, mas não em comparação com outros países ou, tampouco, com esse ímpeto associativo disseminado em todos os grupos sociais.

Associações Rurais representavam interesses, tal como acontecia com outras formas de associação voluntária, inclusive os sindicatos, que não poderiam faltar nesta tese. Considerando que o número de associações não é um critério eficiente de comparação – pois há limites institucionais para a constituição de sindicatos na década de 1930, ao contrário de mutuais que podem ser abertas ou definir de diferentes maneiras os grupos que as podem integrar – tomei simplesmente a proporção de associados, em comparação com a população economicamente ativa maior de 18 anos. Retomando os dados da Tabela 1.3 e comparando-os com o número de associados a sindicatos (com o ônus de que algum dos dados não foram encontrados para o Distrito Federal, Santa Catarina e Goiás), obtém-se a Tabela 1.8.

Tabela 1.8: Sindicalização e mutualização 1939-1942

UF	População 1940	Sindicalizados (1939)	%sindicalizados	%mutualizados (1939-1942)	%mutualizados/%sindicalizados
DF	1123704	191528	17,04		
AL	474905	1810	0,38	2,96	7,77
AM	216736	2650	1,22	1,15	0,94
BA	1995955	11701	0,59	1,79	3,05
CE	993665	4129	0,42	3,32	7,99
ES	360409	3014	0,84	2,62	3,13
GO	400847			0,70	
MA	632839	1861	0,29	1,20	4,08
MT	221554	1634	0,74	0,04	0,05
MG	3314456	18091	0,55	1,10	2,02
PA	493666	2451	0,50	2,71	5,46
PB	699056	656	0,09	0,35	3,73
PR	612071	2650	0,43	5,54	12,80
PE	1368936	20607	1,51	2,76	1,83
PI	388753	323	0,08	2,13	25,64
RJ	929681	18649	2,01	12,75	6,36
RN	387211	1864	0,48	1,77	3,68
RS	1668583	24416	1,46	4,22	2,88
SC	555347	3172	0,57		
SP	3803783	76173	2,00	4,94	2,47
SE	278570	1765	0,63	5,30	8,36
AC	40138		0,00	1,14	
Total	20960865	389144	1,86	3,30	1,78

Fonte: Elaboração própria a partir dos registros indicados

É ocioso comparar ambos os índices para as Unidades da Federação cujos dados não estão disponíveis, mas é flagrante o fato de que apenas Amazonas e Mato Grosso, tenham taxas de sindicalização maiores que de mutualização. Se é certo que a coleta dos dados ocorreu já durante uma ditadura, e que os sindicatos são capazes de mobilizar um número de pessoas maior que seus associados, de qualquer modo a discrepância em ambos os índices indica que a relevância atribuída pela historiografia ao sindicalismo contrasta com a raridade de estudos sobre o socorro mútuo, uma forma de associação que pode sofrer dos mesmos vícios e virtudes dos sindicatos, mas com pelo menos uma diferença: nos anos trinta – se é que podemos homogeneizar a década – a associação a estes foi estimulada, ao passo que àquelas foi desestimulada.

É difícil fazer comparações imediatas dos dados sobre a filiação às associações voluntárias como sindicatos, mutuais e associações culturais, principalmente porque é ignorada a tendência de que a mesma pessoa aderisse a mais de uma entidade. Em pesquisa para os Estados Unidos na década de 1950, cerca de 40% dos membros de associações voluntárias pertenciam a mais de uma entidade.⁸⁷ Devido à coexistência de mutuais e sindicatos, acredito que os índices da Tabela 1.8 não podem ser simplesmente somados, pois é improvável que estes tenham substituído aquelas: os que se filiavam a um tipo de entidade não teriam necessariamente restrições de cunho ideológico de se filiarem a outro tipo. Pesquisa para as décadas de 1980 e 1990 nas regiões metropolitanas do Brasil indica que a demanda por assistência médica e jurídica como motivo de filiação a sindicatos ultrapassa em muito o interesse por atividade política, fenômeno que me permite inferir que, desde a perspectiva do sindicalizado, o valor e papel atribuídos à entidade à qual adere seria em parte ocupado, ainda em meados do século XX, pelas mutuais.⁸⁸

É também arriscado supor que cada membro de entidade sindical, de socorros mútuos ou cultural fosse filiado a apenas uma associação, pois então haveria sobrados motivos para descrever de apreciações otimistas sobre a sociedade civil no Brasil no período recente. A pesquisa mencionada, trazendo dados sobre as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo

⁸⁷ WRIGHT, Charles R., HYMAN, Herbert H. Voluntary association memberships of american adults: evidence from national sample surveys. *American Sociological Review*. v. 23, n. 3, jun. 1958, p. 287.

⁸⁸ FERREIRA, Marcelo Costa. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996. Revisitando o problema da participação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 14,

Horizonte, indica que o índice de filiados a sindicatos e associações de empregados entre 1988 e 1996 estaria entre 15 e 20%, ao passo que os filiados a outros tipos de associações, entre 10 e 15%.⁸⁹ Conquanto os números de 1939-1942, ao trazerem todas as unidades da federação e incluírem todo o território sejam inferiores, indicando que apenas 7,63% da população adulta pertencessem a associações voluntárias, há regiões que ultrapassam os 10% de filiação, como os 17,04% (exclusivamente de sindicalizados) no Distrito Federal, os 16,78% do estado do Rio de Janeiro ou os 15,7% do Rio Grande do Sul: são todos números não muito diferentes daquilo que ocorreria 50 anos depois.



Penso haver aportado elementos capazes de indicar que o otimismo com a sociedade civil do Brasil contemporâneo fundamenta-se em apreciações ainda deficientes sobre o que ela já foi.⁹⁰ Não me impus nesta tese a tarefa de tratar desse interstício de 50 anos, e tampouco analisar o associativismo anterior, mas um estudo das sociedades de socorros mútuos, quando são entidades que concentram cerca de um terço daqueles que se associavam, pode suprir eventuais deficiências na análise social de longa duração. Encerro este capítulo acreditando que justifiquei uma tese dedicada exclusivamente ao mutualismo: foi um fenômeno suficientemente extenso e insuficientemente estudado. A insuficiência de seu estudo repercute na forma de problemas metodológicos, ou dizendo em outros termos, as tendências de interpretação não-consolidadas dificultam a escolha das indagações relevantes sobre o fenômeno. É um "movimento social" ou uma forma de previdência privada? E, se não é um "movimento social", até que ponto é possível históriá-lo como um bloco, generalizando para centenas de entidades aspectos só identificadas em algumas delas cujos registros puderam ser obtidos? E, não generalizando, qual a relevância de historiar apenas algumas entidades ou municípios? Com esses cuidados avançarei nesta tese, testando afirmações oriundas não somente da transcrição das fontes, mas por meio de comparações possíveis. Comparar

n. 41, out. 1999, p. 96.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 96 e 98.

⁹⁰ Por exemplo, AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua*

números, tal como fiz até agora, não tão é difícil como comparar trajetórias, tal como pretendo ainda fazer.

2 – O MUTUALISMO NO RIO GRANDE DO SUL – QUANDO? QUANTO? COMO?

No capítulo 1, tentei aproximar-me de uma definição genérica para as sociedades de socorros mútuos, e não fui feliz. Tentei também circunscrever o fenômeno a partir de estatísticas nacionais e regionais, e amiúde manifestei meu descontentamento com os números. Neste capítulo, me imponho duas tarefas, cada uma delas cumprida em um sub-capítulo. Muito teria me agradado não precisar cumprir a primeira tarefa, pois ela teria sido feita a contento pelos estatísticos de antanho. Como não o fizeram, faço eu. A segunda tarefa seria a de começar a generalizar a partir de fragmentos de informação, começando a cumprir uma das promessas que encerra o capítulo 1. Por ora, apenas apporto elementos necessários para a constituição de sociedades de socorros mútuos.

2.1 - UM INVENTÁRIO PARA ESTA PESQUISA

No capítulo 1, a cada vez que, intencionalmente, utilizava o termo "dado" para me referir aos números provenientes de registros estatísticos nacionais e regionais, não estava ignorando os clássicos procedimentos de crítica documental. Ocorre que sempre me lembrava do provérbio que manda não olhar os dentes do cavalo dado. Em alguns momentos, vislumbrei seus dentes, mas preferi concentrar o exame neste capítulo, talvez por avaliar que os dentes que precisam ser mostrados nesta tese sejam os do autor. Assim, este sub-capítulo se divide em duas seções. Na primeira, estabeleço os critérios para a elaboração de um inventário das sociedades de socorros mútuos e de seus membros no Rio Grande do Sul entre 1854 e 1940, ao passo que, na segunda, aplico tais critérios na busca de fazer um primeiro uso dos números obtidos. Como imagino que muitos leitores só estão interessados nesta tese por causa do inventário, o destaquei como anexo ao final do trabalho.

2.1.1 – Critérios para elaboração do inventário

Qualquer inventário é menos inocente do que deixa transparecer. Se, por um lado, a soberba necessária de pretender esgotar um fenômeno é requisito para permitir o uso de seus números por outras pesquisas, por outro lado, a consciência de sua incapacidade de abarcar a população inteira das sociedades de socorros mútuos me permite tomar o inventário aqui elaborado apenas como ponto de partida para questões relevantes acerca do tema. De qualquer modo, o caráter supostamente descritivo de um inventário nem sempre explicita critérios que norteiam a inclusão ou exclusão de registros, e é isso que quero agora evitar. É bem verdade que esta primeira seção poderia ser facilmente substituída por uma nota metodológica, tal como amiúde se fazem em textos de outras disciplinas, mas a detração a que foi submetida a quantificação em História nas últimas décadas requer maior atenção à justificativa de seu uso nesta tese.

Já observei no capítulo anterior que nem sempre uma lista qualquer, proveniente de seja que fonte, traz exclusivamente sociedades de socorro mútuo: existe uma tendência a incluir também as entidades que prestam socorros a terceiros. Na ausência de fontes que confirmassem o caráter de mútuo socorro e frente ao próprio material de que dispunha, adotei um primeiro critério para a elaboração deste inventário: entidades que prestassem socorros exclusivamente àqueles que não fossem seus membros não foram incluídas, ao passo que entidades que, mesmo ajudando a terceiros, também socorressem seus membros, inicialmente foram incluídas no inventário. Esse primeiro critério parece óbvio nesta tese, mas sua aplicação traz problemas, e um dos principais deles em estudos sobre o Brasil diz respeito ao uso do adjetivo "beneficente" tanto pelas entidades que socorriam a terceiros quanto aquelas que atendiam a seus próprios sócios.¹ A simples aplicação do critério resolveria o problema, se o pesquisador tivesse, de

¹ Refiro-me ao Brasil, porque as "Sociedades de Beneficência" na Argentina pretendiam socorrer os não-membros (THOMPSON, Andres. *Beneficencia, Filantropía y Justicia Social: el "tercer sector" en la historia argentina*. In: *Idem* (comp.). *Público y privado. Las organizaciones sin fines de lucro en la Argentina*. Buenos Aires: Losada/ UNICEF, 1995, p. 25-35; RECALDE, Héctor. *Beneficencia, asistencialismo estatal y previsión social*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991, p. 11-61). De qualquer modo, a homogeneização de entidades diferentes sob um mesmo nome também ocorria em estatísticas britânicas: "the generic 'friendly society' ranged from annuitant societies to cow and clothing clubs, but contemporary testimony (...) suggests that the vast majority were benefit clubs insuring against sickness and death". (GORSKY, Martin. The growth and distribution of English friendly societies in the early nineteenth century. *Economic History Review*. V. LI, n. 3, 1998, p. 494).

imediatamente, todas as informações disponíveis sobre a entidade para então incluí-la ou não em um inventário de sociedades de socorros mútuos. Contudo, dependendo da fonte utilizada, esta enfatiza o socorro para os membros ou, ao contrário, para os não-membros. Assim, o Baron D'Ourem, interessado que estava em indicar o número de sociedades de socorros mútuos no Brasil em 1882, assinalava que "on donnait le nom de bienfaisantes à des associations qui n'étaient que de secours mutuels". De outra parte, a documentação pública até o começo do século XX utiliza a grande categoria "instituições pias" para designar irmandades, asilos, igrejas, associações de assistência (inclusive mutuais) passíveis de receberem subvenção do poder público. Isso ocorria porque, quando as entidades pediam subvenções, se elas destacavam o socorro aos sócios (e não a terceiros), corriam o risco de nada receberem, como detalharei no capítulo 6.²

Se bem observado, é o acúmulo de informações sobre cada entidade que permitiu sua classificação. Por isso, não me podia contentar com as estatísticas oficiais: passei a procurá-las, e o fiz na legislação provincial entre 1860 e 1882, na qual entrariam os estatutos das entidades aprovadas, nas bibliotecas e arquivos, onde poderia encontrar documentação das próprias entidades (mesmo que apenas seus estatutos e relatórios), almanaques, memórias municipais, etc. Tânia de Luca adotou procedimento semelhante em sua pesquisa, mas uma de suas fontes principais foram os Diários Oficiais de São Paulo, nos quais a legislação prescrevia que deveriam ser publicados, no período republicano, extratos de estatutos de entidades que adotaram a personalidade jurídica.³ No Rio Grande do Sul, contudo, só passou a existir Diário Oficial a partir de 1935 e, de fato, comecei a pesquisa nessa fonte, mas percebi problemas: era muito desigual o uso de estatutos completos, como os que incorporei e quantifiquei nesta pesquisa, e os extratos publicados, e corria o risco de tomar como homogêneos registros heterogêneos. Assim, os anos de 1930 se tornaram os pior investigados nesta tese. Demérito meu,

² O trecho citado é de BARON D'Ourem. *Notice sur les Institutions de Prêvoyance au Brésil*. Communication faite au Congrès Scientifique Universel des Institutions de Prêvoyance lors de la Deuxième Session Quinquennale en 1883. Pau: Garet, 1883, p. 79. Para pedidos de subvenções, v. adiante, cap. 6, ou ainda a Documentação dos Governantes do Estado, de 1940, que está cheia de pedidos de subvenção como o da Sociedade União Operária, de Rio Grande, que mantinha escola gratuita "para filhos de operários, operários e órfãos, independentemente da condição de associados", ou o do Círculo Operário Pelotense, que concedia benefícios materiais e escola gratuita para 792 pessoas, das quais "quasi a metade não sócios" (DOCUMENTAÇÃO DOS GOVERNANTES. 1940 [AHRs – Maço 134]).

³ LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990, p. 13-16.

associado a otimismo científico: se imaginasse haver esgotado as fontes, muito me desconfortaria qualquer outra pesquisa sobre o tema no mesmo universo empírico, e princípios éticos me impedem de sequer imaginar esse tipo de desconforto. Desse modo, assumo que meu inventário (e esta tese) é apenas, salvo engano, o maior esforço até agora feito para consolidar o conhecimento sobre as sociedades de socorros mútuos no Rio Grande do Sul.

Como venho dizendo, as informações me permitiram excluir entidades do inventário, mas os propósitos desta tese me levaram a fazer restrições ainda além do primeiro critério. Ao tentar fazer a distinção entre sociedades de socorros mútuos e entidades que poderiam manter práticas de socorro mútuo entre seus associados, excluí todos os sindicatos do inventário, mesmo que mantivessem esse tipo de solidariedade. Fi-lo não necessariamente por acreditar que seja fácil distinguir sociedades de socorros mútuos de sindicatos: em alguns casos é bastante difícil, sobretudo antes da década de 1930, quando se definiu melhor a forma de organização legal dos sindicatos. Ocorre que, como esta tese indaga sobre as possibilidades de implementação de estratégias públicas de mutuais, incluir entre estas os sindicatos me permitiria utilizar vários exemplos de estratégias públicas, típicas de sindicatos, atribuindo-as a mutuais. A exclusão de sindicatos, contudo, não me levou a excluir também associações como Uniões Operárias e Ligas Operárias, que poderiam implementar estratégias públicas, mas cuja forma de organização era típica de sociedades de socorros mútuos, e não raro assim se denominavam.

Um motivo semelhante ao que justifica a exclusão de sindicatos me levou a excluir também as caixas de socorros vinculadas a outras entidades. Isso ocorria com frequência no período abrangido por esta pesquisa, como pude constatar pelos registros de uma Caixa de Pecúlios da União de Moços Católicos, em Cachoeira do Sul, do Montepio da Loja (Maçônica) Artista, em Pelotas, da Caixa Beneficente dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre (anexa ao Sindicato da categoria), e mesmo a tentativa de constituir a Caixa de Beneficência da Associação Rio-grandense de Imprensa.⁴ Se o principal objetivo desta tese é verificar quando a associação para

⁴ Respectivamente: PORTELA, Vitorino de Carvalho, PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira histórica e informativa*. [Cachoeira do Sul?]: Tipografia Portela, 1943, p. 69; *Diário de Pelotas*. Pelotas, 28 dez. 1876 (agradeço a Beatriz Ana Loner por essa última informação); FORTES, Alexandre, “Buscando nossos direitos...” *Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Campinas, 1994. Dissertação (mestrado em História Social do Trabalho) - UNICAMP,

garantia de interesses privados se faz protagonista de estratégias públicas, devo necessariamente excluir todos os casos em que a entidade definitivamente delega a outros a tarefa de representar interesses. Digo que a exclusão dessas caixas é semelhante ao caso dos sindicatos porque invoco o caso trazido por Alexandre Fortes, exemplo límpido daquilo que excluo: a Caixa de Beneficência do Sindicato dos Metalúrgicos, que funcionava em Porto Alegre na década de 1930, independente das transformações passadas, e mesmo de suas funções de apoio à atividade sindical, definitivamente delega à entidade-mãe a tarefa de desenvolver estratégias públicas.⁵ Casos desse tipo podem ser incorporados ao trabalho quando estudo o conjunto das ofertas de entidades previdenciárias, mas tem pouco sentido verificar sua ação como representante de interesses, uma vez que é o sindicato, e não a caixa beneficente, que cumpriria esse papel. Um critério semelhante permite excluir todas as entidades que mantêm **também** funções previdenciárias – e muitos sindicatos ainda hoje o fazem – sem que estas sejam suas funções precípua, pois nesses casos se encontraria facilmente a constituição de estratégias públicas. Interessam-me as mutuais, e a referência a outros tipos de entidades terá apenas por função o suporte a comparações.

Uma exclusão que atende mais a critérios de conforto da pesquisa é o das irmandades. Digo que foi o conforto da pesquisa que me levou a excluí-las porque, caso não o fizesse, o marco inicial da pesquisa retrocederia ao século XVIII no Rio Grande do Sul, e ainda me incumbiria de tarefas que não me vejo capaz de realizar, como comparar a relação do Estado com as mutuais no século XX com o direito de padroado. Alerto que a exclusão também se fundamenta na avaliação de que esta pesquisa não é sobre a prática da ajuda mútua, mas sobre as associações de socorro mútuo, pois o interesse pelas práticas, mesmo que exclusivamente as institucionalizadas, não poderia deixar de considerar irmandades. Sua exclusão, assim como a das lojas maçônicas, para apenas mencionar as mais frequentes entidades religiosas, não estaria necessariamente violando concepções de época, pois também o Baron d'Ourem as excluiu de seu relatório em 1883.⁶

1994, p. 161-171; COPSTEIN, Raphael. A primeira Associação Rio-Grandense de Imprensa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1995, p. 51.

⁵ FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário nas primeira metade do século XX. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 201 e ss.

⁶ *Op. cit.*, p. 94-96.

Ainda há outras quatro exclusões do inventário. Caixas de benefícios sob controle patronal, embora possam ser incluídas entre as mutuais, são aqui consideradas como mais um tipo de concorrente no mercado previdenciário.⁷ Cooperativas também não foram incluídas não só devido à sua pouca freqüência nos textos da imprensa operária do Rio Grande do Sul – inclusive o sindicalismo cooperativista de Sarandy Raposo –, como também porque o cooperativismo propriamente dito entre populações rurais foi bastante disseminado, mesmo na República Velha, o que poderia levar a avaliações equivocadas sobre o fenômeno do mutualismo.⁸ Ademais, ao apontar a securitização contra o descenso social como objetivo das sociedades de socorros mútuos, excluiu cooperativas de produção que implicam uma ação econômica – ao menos como expectativa – fora do sistema de salários, ao contrário das mutuais, cuja ação é no interior do sistema de salários. Também por causa do excesso de registros, excluí entidades escolares e recreativas. Embora tenha incluído mutuais que também forneciam escola e lazer, incorporar ao inventário aquelas que se limitavam a fornecer esse tipo de benefício traria dois tipos de problemas. Não ignoro o peso e a necessidade explicitada de lazer e recreação (em alguns casos tratados como integrantes de um mesmo grupo de necessidades pelo planejamento do tempo livre), mas, como o Estado jamais priorizou o lazer como necessidade social, muitas das mutuais que antes da previdência pública ofereciam diferentes socorros, ainda existem como entidades

⁷ Incluem entre as mutuais: SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981, p. 151; LUCA, *op. cit.*, p. 39-67; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário. *Cadernos do ISP*. Pelotas, n. 11, p. 5-20, dez. 1997. Aqui adoto a posição de LINDEN, Marcel Van Der. *Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996, p. 30-32.

⁸ Para maiores informações sobre cooperativas rurais, v. ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Associações rurais, sindicatos agrícolas e cooperativas. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre (PUCRS), v. XXII, n. 1, p. 103-119, jun. 1996; BAK, Joan Lamaysou. *Some antecedents of corporatism: State economic intervention and rural organization in Brazil. The case of Rio Grande do Sul (1890-1937)*. s/l: tese de doutoramento (PhD)-Yale, 1977. Devido à exclusão de cooperativas, também foi excluída a União Popular, sobre a qual, v. GERTZ, René E. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular. *Veritas*. Porto Alegre, v. 37, n. 148, dez. 1992, p. 553-579 e SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento social sul-brasileiro*. Tese (doutorado em História do Brasil). PUCRS, 2001. Para o sindicalismo cooperativista de Sarandy Raposo, v. GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 131 e ss. e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *O Trem da História. A aliança PCB/CSCB/O Paiz: Rio de Janeiro, 1923/1924*. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 23 e ss. Diferentemente dos socialistas da Argentina, onde o cooperativismo era tema de discussão e apoio entre os trabalhadores, o Congresso operário Estadual do Rio Grande do Sul em 1898 o condena, talvez devido a fracassos na Cooperativa Tipográfica tentada em Porto Alegre (v. ODDONE, Jacinto. *História del socialismo argentino [1]*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1983, p. 67 e PETERSEN, Silvia Regina Ferraz, LUCAS, Elizabeth. *Antologia do movimento*

oferecendo exclusivamente lazer. Com isso, ou seria impróprio encerrar a análise em 1940, com a consolidação da previdência pública urbana, porque o “socorro” do lazer ainda estaria sendo oferecido; ou estaria abusando do termo “mutualismo”. O problema das escolas seria diferente: a intervenção do Estado no processo educacional já data de antes da criação das primeiras mutuais, e o orçamento do Rio Grande do Sul durante a República Velha destinava quantias consideráveis à educação.⁹ Da mesma forma que a discussão da exclusão das irmandades, a inclusão de entidades exclusivamente escolares obliteraria variáveis centrais na discussão da relação do Estado com o mercado previdenciário e, de mais a mais, os orçamentos públicos no Brasil nunca incluíram custos com a educação em rubricas de previdência pública. Claro que a relação das escolas com as mutuais pode variar de grupo a grupo, mas, se tomamos o *Álbum do Cinqüentenário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*, vemos que, mesmo para um grupo e um Estado que subvencionava o ensino na língua do Velho Mundo – e as mutuais que mantinham escolas –, era possível separar os capítulos sobre “Le Associazoni” e “Le Scuole”.¹⁰ Com isso, me interessa a relação que mutuais mantinham com o lazer e a instrução, mas não interessam entidades com esses fins exclusivos.

A quarta exclusão do inventário são os Círculos Operários, que poderiam distorcer eventuais estatísticas, pois entre 1932 e 1938 foram criadas 39 entidades (Círculos e Núcleos), que somavam 15.502 associados em dezembro de 1935. São exatamente divergências de tonalidade na explicação sobre a rápida expansão – se devido ao caráter assistencial, à função pedagógica e de aproximação da Igreja com os leigos, ao anticomunismo – e ao amplo programa de ação minuciosamente explicitado, mas, na prática, pouco efetivo, que me permitiriam excluir os Círculos do inventário, sem deixar de, eventualmente, tomá-los como concorrentes das mutuais.¹¹

operário gaúcho. Porto Alegre: Ed. Universidade-UFRGS, 1992, p. 107-108).

⁹ SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/EST, 1993; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 109.

¹⁰ *CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre/Roma: Globo/ Ministeri degli Affari Esteri, 1925, p. 364 e ss. e 398 e ss. Os problemas gerados por escolas em sociedades de socorros mútuos de italianos da Argentina podem ser vistos em: SILBERSTEIN, Carina F. de. Mutualismo y educación en Rosario: las escuelas de la Unione e Benevolenza y de la Sociedad Garibaldi (1874-1911). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 1, n. 1, dic. 1985, p. 77-97; PRISLEY, Leticia. Inmigrantes y mutualismo. La Sociedad Italiana de Socorros Mutuos e Instrucción de Belgrano (1879-1910). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 2, n. 15, abr. 1987, p. 29-55.

¹¹ Dentre vários trabalhos sobre os Círculos Operários no estado, destacaria o Cap. 2 de BARRETO,

No entanto, friso mais uma vez: essas entidades foram excluídas do inventário, não da tese: amiúde o leitor verá referências a essas entidades ao longo dos capítulos, porque elas também podem implementar estratégias privadas, e mesmo implementar estratégias públicas, mas incorporá-las ampliaria demasiado o período de análise, os valores internamente gerados e a variabilidade de organização; em suma, incorporá-las me faria arriscar jamais terminar esta tese.

Terminou a lista de exclusões, mas não ainda a dos critérios de execução do inventário. Procurei identificar o nome da entidade, a cidade de sua fundação e as datas de início e término. Infelizmente, nada é muito simples na pesquisa histórica, e muitos já devem ter sofrido o mesmo que eu: ao procurarem datas de início e término, só encontraram primeiros e últimos registros sobre entidades. Creio que menos pessoas ainda lidaram com problemas de variação de nomes: as entidades poderiam decidir mudança de nomes, ou os registros se equivocariam ao afirmar a existência de uma Liga Operária em tal cidade, quando ela tinha, na verdade, uma União Operária. Parece uma diferença de pouca monta, bastaria optar por um dos nomes no inventário e assinalar seu primeiro e último registro. Mas, se em Bagé, por exemplo, existissem uma Liga e uma União (como de fato existiram), corria o risco de meu palpite sobre o engano do registro fazer-me excluir uma das entidades do inventário. Ademais, as entidades poderiam manter seus nomes, mas, se em alguma reforma de estatutos, deixaram de atender aos critérios de inclusão no inventário? Nesses casos, quando sabido, a entidade foi excluída a partir desse ano.

Mais sofríveis ainda são os números de sócios das mutuais. Alguns provieram das estatísticas. Meu esforço em procurar também relatórios das entidades me revelou alguns outros números. Esses são o suficiente confiáveis, mas são tão pontuais que pouco indicariam sobre a presença dessas entidades. Por isso, ainda incorporei outros tipos de registros. Quando havia livros de atas ou notícias de jornal, assinalei como número de sócios os presentes em assembléias gerais, por exemplo. Quando havia uma lista de diretores, ou melhor, quando havia notícias sobre várias listas concorrentes aos cargos, contei as pessoas e assinalei como número de sócios os registros encontrados. Mas, para a maior parte das entidades e anos, não

Álvaro Augusto de Borba. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os Círculos Operários (1932-1935)*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (mestrado em História) - UFRGS, 1996, sobretudo p. 68-69, 79, 88-89. Para uma interpretação primordialmente assentada no caráter assistencial, v. DIEHL, Astor. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990, p. 9, 97-104, 110.

há nenhum desses registros. Então adotei o seguinte padrão: para entidades que supunha continuarem existindo (porque seus primeiro e último registros mo indicavam) assinalei 4 membros, que seria o básico de uma diretoria. Na certa excedi algumas vezes o número de sócios com esse procedimento, pois é comum a indicação de que certa entidade estava "reduzida ao patrimônio".¹²

Na próxima seção, trago os primeiros números do inventário, e tenho dúvidas se são números sofríveis, ou apenas sofridos. Sofridos sei que foram, porque, ao mencionar todas as dificuldades encontradas, assinalo que a execução do inventário tomou boa parte do extenso período de investigação, e não estou seguro de que esteja perfeito. Aliás, sei que não está, mas espero convencer o leitor de que, até que outra pessoa faça um novo inventário, são os melhores números que posso apresentar.

2.1.2 – Os números do Rio Grande do Sul

Excluídas as entidades, segundo os critérios acima indicados, e terminada a elaboração do inventário, constatei a fundação de 406 entidades, distribuídas territorialmente conforme a Tabela 2.1. Assinalei nela o ano de primeira fundação de sociedades de socorros mútuos em cada município do Rio Grande do Sul para pôr em destaque a inexistência de um ritmo que trouxesse, por exemplo, a expectativa de que quanto mais antigo o ato de se associar, mais freqüente seriam as entidades.

¹² Estimei quatro membros de diretoria assumindo uma estrutura bem mais simples do que aparece nos estatutos, cujas diretorias (incluindo vogais e comissões) poderiam chegar a 33 membros. Mas a repetição dos nomes na mesma ou em diferentes associações me permite acreditar que diretorias imaginariamente compostas de presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro seriam eficientes na estimativa. De resto, outro trabalho ensaiou procedimento semelhante, com um número de 7 membros de diretoria (VAGLIENTE, Pablo José. *Construyendo la esfera pública desde el asociativismo*. (Córdoba, 1850-1880). Palos de la Frontera, 2000. Tesis de Maestría en Historia Latinoamericana – Universidad Internacional de Andalucía, 2000, p. 34).

Tabela 2.1 - Distribuição territorial das mutuais fundadas no Rio Grande do Sul (1854-1940)

Município	Mutuais	%	Ano da primeira fundação	Município	Mutuais	%	Ano da primeira fundação
Alegrete	12	2,96	1883	Montenegro	2	0,49	1901
Antônio Prado	2	0,49	1911	Novo Hamburgo	3	0,74	1924
Arroio Grande	1	0,25	1918	Palmeira [das Missões]	1	0,25	1895
Bagé	16	3,94	1868	Passo Fundo	3	0,74	1901
Bento Gonçalves	6	1,48	1882	Pelotas	67	16,50	1857
Caçapava [do Sul]	1	0,25	1913	Porto Alegre	103	25,37	1854
Cachoeira [do Sul]	4	0,99	1897	Quaraí	3	0,74	1887
Camaquã	1	0,25	1873	Rio Grande	46	11,33	1857
Caxias [do Sul]	9	2,22	1887	Rio Pardo	2	0,49	1878
Cruz Alta	4	0,99	1895	Rosário [do Sul]	1	0,25	1924
Dom Pedrito	1	0,25	1909	Santa Cruz [do Sul]	2	0,49	1880
Encruzilhada [do Sul]	3	0,74	1900	Santa Maria	19	4,68	1866
Erechim	6	1,48	1915	Santa Vitória do Palmar	2	0,49	1880
[Estação Sertão]	1	0,25	1925	Santiago	1	0,25	1913
Farroupilha	3	0,74	1889	Santo Ângelo	1	0,25	1932
Flores da Cunha	2	0,49	1890	São Borja	2	0,49	1903
Garibaldi	1	0,25	1883	São Gabriel	10	2,46	1885
Guaíba/Mariana Pimentel	1	0,25	1925	São Jerônimo	2	0,49	1892
Guaporé	4	0,99	1899	São Leopoldo	7	1,72	1862
Ijuí	1	0,25	1925	São Luiz Gonzaga	1	0,25	1910
Itaqui	3	0,74	1887	São Pedro	1	0,25	1903
Jaguarão	6	1,48	1871	São Sepé	1	0,25	1938
Jaguari	1	0,25	1925	São Vicente [General Vargas]	1	0,25	1913
Júlio de Castilhos	3	0,74	1901	Taquara	1	0,25	1913
Lagoa Vermelha	1	0,25	1913	Tupanciretã	1	0,25	1927
Lajeado	2	0,49	1920	Uruguaiana	13	3,20	1876
[Santana do] Livramento	7	1,72	1875	Vacaria	1	0,25	1934
Marcelino Ramos	1	0,25	1925	Veranópolis [Alfredo Chaves]	6	1,48	1891
				Total	406	100,00	

Fonte: elaboração própria

Organizar informações fragmentadas de 406 entidades é trabalhoso, sobretudo em um universo temporal largo. Um dos efeitos desse largo universo temporal foi a necessidade de padronizar a adscrição municipal das entidades fundadas. Decidi assinalar como município onde as entidades foram fundadas as localidades emancipadas até o marco final da pesquisa. Essa decisão intenta facilitar novas pesquisas sobre o tema e não violar o bom senso: se utilizasse a divisão municipal atual, seria possível encontrar sociedades de socorros mútuos em localidades como Muçum ou Dom Feliciano, ao passo que, se utilizasse a divisão

municipal da época de fundação de cada entidade, corria o risco de incluir importantes entidades da zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul como mutuais em municípios que sequer constam na lista, como ocorreria com a Príncipe di Napoli, em Caxias do Sul. Para uma das localidades, os esforços se baldaram para identificar o município: Estação Sertão.

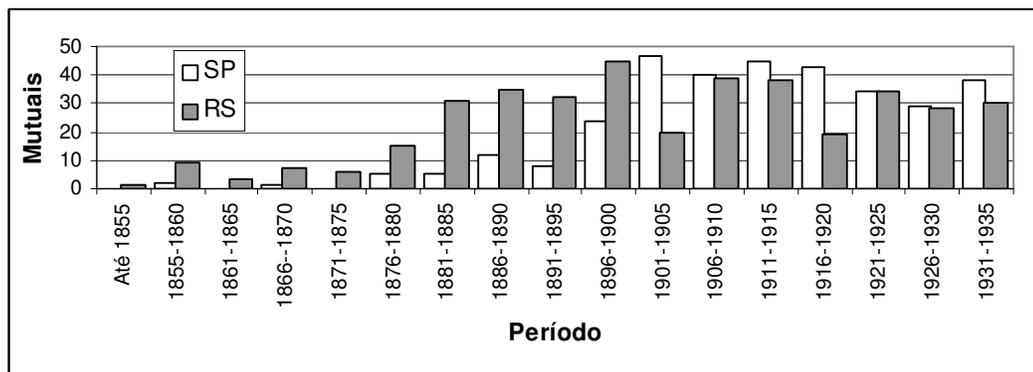
É fácil verificar na Tabela a concentração de sociedades de socorros mútuos em alguns municípios, notadamente Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, cujas entidades totalizam mais da metade das mutuais fundadas no Rio Grande do Sul. Outros municípios, agora de porte médio, também concentram mutuais: as entidades de Alegrete, Bagé, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Erechim, Jaguarão, Livramento, Santa Maria, São Gabriel, São Leopoldo, Uruguaiana e Veranópolis constituem 28,73% do total de fundações. Como já foi visto no capítulo anterior, as sociedades de socorros mútuos não são associações equanimemente distribuídas em territórios, pois a média estadual de entidades fundadas por município (4,62) não leva em conta o fato de que nunca houve esse tipo de entidade em 37% das localidades que se encontravam emancipadas em 1940. Embora essa afirmação diminua o peso que pretendo atribuir às sociedades de socorros mútuos, devo precisar que o fato de um município não ser sede de uma associação desse tipo não significa que não houvesse atividades aí desenvolvidas, porque algumas entidades tinham âmbito regional: a União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul, por exemplo, tinha "núcleos" (com no mínimo 3 membros) em 81 dos 88 municípios do estado existentes em 1940.¹³

Os números sobre a fundação de entidades já permitem proceder a comparações do Rio Grande do Sul com outros universos empíricos, e quero agora fazê-la com São Paulo, região sobre a qual outros autores já envidaram esforços para também construir inventários.¹⁴ O Gráfico 2.1 compara a fundação de mutuais nas duas regiões, e ele permite perceber que, enquanto ao longo do século XIX houve mais fundações no Rio Grande do Sul, ao longo do século XX, é São Paulo

¹³ Os dados sobre municípios existentes provieram, em regra, de: FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1991. Para as informações sobre a União dos Funcionários Municipais: UNIÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do primeiro biênio social, 10-3-1939-10-3-1941*. Santa Maria: [Comercial?], s/d., p. 5 (BPP).

¹⁴ Os dados do estado de São Paulo provém de LUCA (*op cit.*, p. 20) e SIMÃO (*op. cit.*, p. 190-203). Como não fiz pesquisa empírica em São Paulo, ao adotar o inventário de Simão, excluí as entidades de cidades trabalhadas por Luca (São Paulo, Santos, Campinas, Jundiaí e Bauru), incorporando Uniãoes e Ligas Operárias, que não são assinaladas como mutuais pelo autor.

que ganha a primazia. No entanto, essa primazia pode ser parcialmente deslocada quando se incorpora ao estudo a diferença de população entre as duas regiões: a divisão do número de mutuais fundadas pela população sempre resulta em índices superiores no Rio Grande do Sul, mas nada que cause espanto quando se verifica



que, no século XIX, os números dos Estados Unidos são 4 a 5 vezes superiores.¹⁵

Gráfico 2.1 - Fundação de mutuais em São Paulo e Rio Grande do Sul, 1854-1935

Fonte: LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990, p. 20 e dados do inventário desta pesquisa.

É claro que, para que uma mutual exista, ela deve ser fundada, mas meu esforço na construção do inventário foi além da busca pelo início das entidades. O resultado desse esforço pode ser verificado no Gráfico 2.2, onde comparo as mutuais fundadas com aquelas que seguiam em funcionamento desde anos anteriores.

É fácil constatar, por meio do Gráfico 2.2, que, a partir de 1880, o número de sociedades de socorros mútuos que são fundadas é incomensuravelmente pequeno frente àquelas que seguem funcionando. Desde a primeira vez que elaborei esse tipo de gráfico, comecei a me indagar acerca da consistência do destaque conferido à fundação desta ou daquela entidade, amiúde encontrado em estudos sobre sociedades de socorros mútuos. O destaque usualmente tende a sublinhar a inexistência de mecanismos de proteção social antes que certo grupo tome a iniciativa de organizar uma associação. O Gráfico 2.2 revela outra coisa: os

¹⁵ Utilizei os dados de população dos estados/províncias de 1872, 1890, 1900 e 1920 (cf. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas históricas do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 34) e tomei as mutuais fundadas em dois quinquênios contíguos aos recenseamentos. Os índices do Rio Grande do Sul são 24 vezes superiores a São Paulo em 1872 e escassos 44,81% em 1920. Para os números dos Estados Unidos, v. GAMM, Gerald, PUTNAM, Robert D. *The growth of voluntary associations in America*. In: ROTBERG, Robert I. (ed.). *Patterns of social capital*. Cambridge: Cambridge University, 2001, p. 189.

mecanismos de proteção social poderiam existir, mas não necessariamente satisfaziam àqueles que tomavam a iniciativa de fundar uma nova associação. É isso que me autoriza a falar de um "mercado previdenciário" no qual associações concorrem pelas contribuições de membros desejosos de socorros.

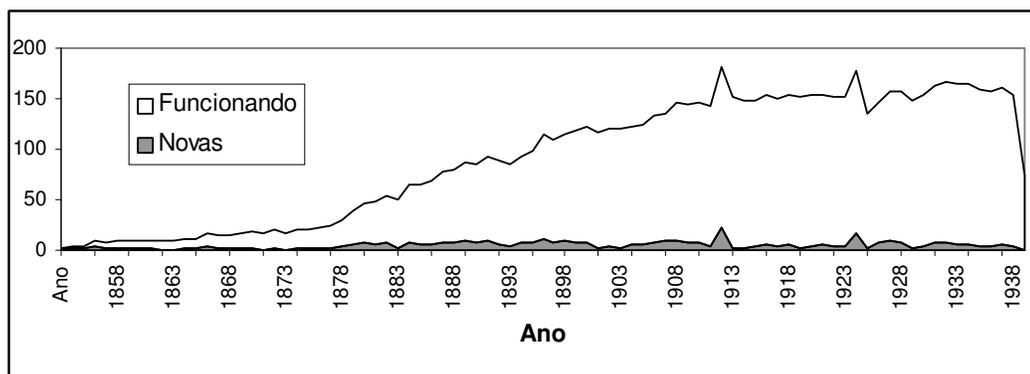


Gráfico 2.2 - Mutuais novas e em funcionamento no Rio Grande do Sul, 1854-1940

Fonte: elaboração própria.

O Gráfico também revela outras dimensões do estudo das mutuais. É flagrante o peso de certos registros na construção do inventário: os picos de 1912/1913 e 1924/1925 não podem ser tomados literalmente como súbito interesse pela fundação de mutuais, porque correspondem, respectivamente, a um Relatório da Federação Operária do Rio Grande do Sul e aos livros jubilares das imigrações alemã e italiana na região. Tanto o Relatório quanto os livros mencionam entidades cuja data de fundação era desconhecida dos autores, ou simplesmente não foi indicada. Nesses casos, os picos verificados para a fundação de entidades correspondem, na verdade, à inexistência de registros anteriores encontrados, o que me fez indicar esses anos como de "fundação". O mesmo tipo de problema nos registros leva à abrupta queda em 1940: ocorre que as entidades deixaram de interessar aos estatísticos de antanho, e a continuação da existência da maior parte das sociedades de socorros mútuos – se foi o que aconteceu – apareceu no inventário mais por sorte do pesquisador do que por seu esforço metódico em compilar as informações.

Uma segunda dimensão que gostaria de destacar é a relativa estabilidade do número de mutuais em funcionamento entre 1910 e 1939. Nem o sindicalismo de resistência, tampouco a criação da previdência estatal contribuíram de forma imediata para o fim das sociedades de socorros mútuos. É provável que cada um

desses novos fenômenos tenha contribuído em alguma medida para a diminuição da velocidade de criação de novas associações, às quais se poderia ainda agregar o funcionamento de sociedades comerciais, paternalismo, filantropia, círculos operários, em suma, todas as entidades que foram excluídas do inventário mas que, no interior de um suposto "mercado previdenciário", assumiriam relevância para o estudo de sociedades de socorros mútuos devido à capacidade de concorrerem tanto com a oferta de socorros (como a maior parte das entidades mencionadas), quanto com a disputa pela contribuição em dinheiro para a manutenção da associação (como ocorreria com sindicatos exclusivamente "de resistência"). De qualquer modo, e considerando a queda abrupta do número de mutuais no final do período de análise como resultante de problemas de registro, a estabilidade das associações deixa em aberto o problema de sua extinção quase completa no Rio Grande do Sul atual.

Uma terceira dimensão que pode ser verificada por meio do Gráfico 2.2 – e que será retomada adiante – é o impacto das mobilizações militares no Rio Grande do Sul. Há quedas no número de fundação de associações (com impacto no número de entidades existentes) entre 1865 e 1870, entre 1893 e 1895, em 1923 e em 1930. Mas a atenção a esses períodos deixa claros alguns problemas do inventário: há outros períodos de queda tão ou mais acentuada do que aqueles nos quais havia guerras. Seriam atribuíveis a crises econômicas? ao peso da concorrência no mercado previdenciário? a mudanças na legislação? A incapacidade de responder com alguma segurança a essas questões tem efeitos na explicação dos motivos pelos quais há períodos em que as associações crescem. E a resposta para essas questões pode não estar vinculada nem à demografia, nem à economia, nem à política, mas a uma espécie de "epidemia cultural" a estimular o associativismo entre o Iluminismo e a Primeira Guerra Mundial, já constatada "from Boston to Saint Petersburg" e também na América do Sul.¹⁶

De qualquer modo, em que pesem os problemas que não omito na obtenção desses números, a dificuldade em construir uma periodização, ou, pelo menos algum esboço dos ritmos de fundação, não é específica do universo empírico do Rio Grande do Sul: um estudo para o Rio de Janeiro tampouco vislumbrou elementos

¹⁶ O trecho citado provém de: HOFFMANN, Stefan-Ludwig. Democracy and Associations in the Long Nineteenth Century: Toward a Transnational Perspective. *The Journal of Modern History*. V. 75, June 2003, p. 275. Para a América do Sul, v. VAGLIENTE, *op. cit.*, p. 28 e, é claro, toda a tese.

capazes de fornecer alguma segurança para periodizar ou demarcar ritmos.¹⁷ Contudo, os últimos números apresentados já começam a justificar o esforço de construção do inventário, quando comparados com as estatísticas oficiais. Aquelas apresentadas no capítulo anterior, por exemplo, incluíam outras associações que não as de socorros mútuos e em 1917, por exemplo, diziam haver no Rio Grande do Sul 104 entidades, e, em 1924, 53. Pois em ambos os anos meu inventário localizou 148 sociedades de socorros mútuos em funcionamento. Como já disse, não creio que o inventário esteja perfeito, mas, salvo engano, é o melhor já feito até o momento e espero que sirva a outros pesquisadores. E, mesmo que não sirva a outros pesquisadores, servirá ao longo desta tese para mim.

Na seção anterior não me restringi a explicitar os critérios de inclusão e exclusão de entidades no inventário, mas também os procedimentos para a constituição de uma estimativa sobre o número de membros das sociedades de socorros mútuos. Se os resultados do inventário justificaram sua execução, menos mérito provém da tentativa de estimar o número de membros das sociedades de socorros mútuos no Rio Grande do Sul. Os Gráficos 2.3 e 2.4 trazem o número de mutuais existentes nos séculos XIX e XX e o número de membros estimados. Por meio deles, se verifica não o que pretendo, mas o que me faltou: informação. Com efeito, a acentuada oscilação no número de mutualizados ao longo desses anos deve-se muito mais à fragmentação dos dados do que a variações no acesso às entidades.

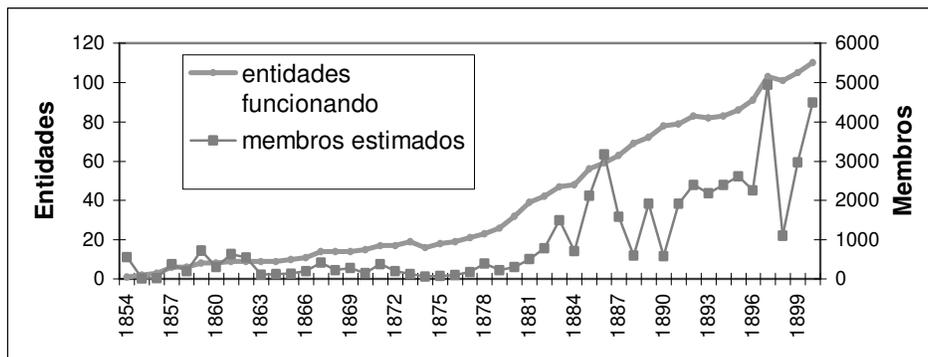


Gráfico 2.3 - Mutuais em funcionamento e membros estimados no Rio Grande do Sul, 1854-1900

Fonte: Elaboração própria.

¹⁷ BATALHA, Cláudio H. M. Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 59.

Ora, gráficos como esses servem para muito pouco, devido à ausência de confiabilidade dos números aí trazidos. Se, por meio deles, não é possível avaliar a demanda pela securitização oferecida pelas sociedades de socorros mútuos, não é possível avançar muito além daquilo que as estatísticas oficiais já traziam: não séries de dados, mas quadros sincrônicos que permitem, no máximo, comparar um espaço com outro. Contudo, esses dados impõem tarefas das quais não me desobrigo, mas que me vi incapacitado de realizar agora, concernentes a um levantamento rigoroso nos mais diversos acervos (inclusive de sociedades de socorros mútuos ainda existentes) acerca do número de associados. Com efeito, há muita diferença quando se aponta um número de sócios ao contrário de uma estimativa baseada na existência das entidades. É uma diferença que autoriza, por exemplo, o estudo de Tânia Regina de Luca, sobre São Paulo, tomar apenas alguns municípios para caracterizar o mutualismo na região, como poderia fazer eu se tomasse apenas Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande para estudar o mutualismo no Rio Grande do Sul. Mas, quando se verifica que, apesar das três cidades mencionadas por padrão concentrarem a metade das sociedades de socorros mútuos no Rio Grande do Sul, informações sobre associação em outros municípios matizam em muito o peso desses locais em um panorama regional, pois em 1878, 1901, 1914 a 1916, 1919, 1928 a 1936 e em 1940 são os outros municípios que concentrariam mais de 50% dos associados estimados na região. É por isso que, por um lado, afirmo que os números sobre a membrecia não são confiáveis e, de outro lado, que um estudo regional não precisa se contentar em subscrever as primeiras impressões produzidas pela documentação.

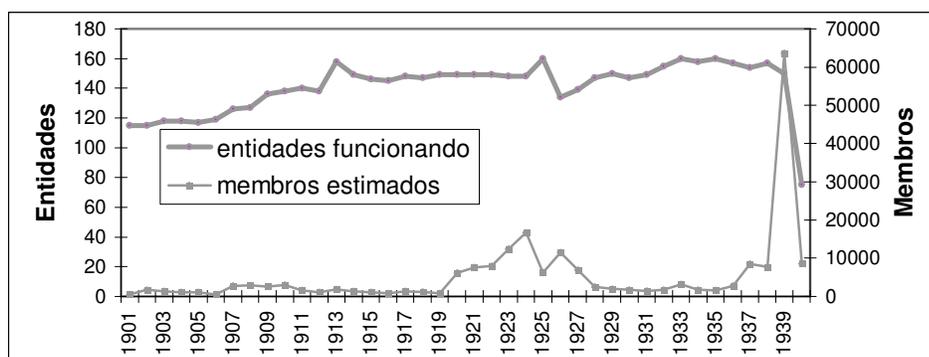


Gráfico 2.4 - Mutuais em funcionamento e membros estimados no Rio Grande do Sul, 1901-1940

Não quero afirmar que a região de meu universo empírico seja um somatório de municípios: se assim fosse, não haveria justificativa para fazer uma tese sobre a região antes de uma sobre algum município em particular. Apenas penso que a falta de mais informações municipais onera um trabalho acadêmico que pretende exceder as impressões de pouca relevância das sociedades de socorros mútuos assumidas pela bibliografia. E o interesse pelo fenômeno também em âmbito municipal não me fez somente penar com a leitura de memorialistas em busca de informações: procurei também consolidar algumas informações úteis em histórias municipais, e mais úteis ainda quando comparadas com o mapeamento regional que pretendo delinear. Então é possível retomar os índices de associação trazidos no capítulo anterior para precisá-los.

Na Tabela 2.2, trago índices de associação em municípios selecionados do Rio Grande do Sul. Houve dois critérios para escolha dos períodos: o primeiro é a existência de recenseamentos; o segundo é a existência de algum registro de associados a mutuais desses municípios (e não apenas estimativas) no ano do recenseamento ou nos 2 anos anteriores ou posteriores. Atendendo aos dois critérios, compilei a informação de associação junto com a estimativa de mutualizados já explicada, apenas mantendo o cuidado de não repetir a entidade. Embora saiba que em 5 anos pode variar muito o número de associados, avaliei que seria interessante apresentar alguns resultados nesta Tabela, e apenas incluí os índices mais relevantes para a discussão a seguir. Nessa Tabela, apresento a percentagem de determinadas parcelas da população municipal que seria associada às mutuais caso todos os associados o fossem a apenas uma entidade (poderiam ser filiados a mais do que uma, o que faria com que o registro de associação de uma pessoa aparecesse como sendo o de dois membros). As parcelas escolhidas foram a população total do município, a população masculina e a população urbana.¹⁸

¹⁸ A fonte de população foi FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *Op. cit.*, p. 94, 127-128, 147-148.

Tabela 2.2 - Índices de associação em municípios selecionados do Rio Grande do Sul (1890/1940)

Município	Ano	Sócios estimados	% população total	% população masculina	% população urbana
Pelotas	1890	1882	4,53	8,68	N/c
Rio Grande	1890	1666	6,76	13,25	N/c
Rio Grande	1900	2743	9,30	17,83	N/c
Pelotas	1900	2722	6,06	11,88	N/c
Rio Grande	1920	4079	7,61	15,04	9,49
Antônio Prado*	1940	103	0,91	1,86	4,66
Arroio Grande*	1940	138	0,85	1,66	2,53
Bagé*	1940	1421	2,41	4,91	4,29
Caçapava	1940	150	0,52	1,07	3,81
Cachoeira [do Sul]*	1940	342	0,41	0,81	1,74
Caxias [do Sul]	1940	958	2,41	4,83	4,76
Cruz Alta	1940	1059	1,84	3,67	5,33
Farroupilha*	1940	112	0,90	1,79	5,36
Jaguarão	1940	446	2,84	5,77	4,18
Júlio de Castilhos *	1940	231	1,09	2,17	6,54
Lajeado	1940	117	0,29	0,57	2,08
Livramento *	1940	1067	2,25	4,52	3,95
Pelotas	1940	4191	4,01	8,19	6,32
Porto Alegre	1940	30390	11,16	22,99	11,55
Rio Grande	1940	4195	6,90	13,79	8,17
Santa Maria	1940	14525	19,21	38,79	34,84
Santo Ângelo	1940	276	0,40	0,80	2,68
São Gabriel *	1940	771	1,88	3,79	4,34
São Jerônimo	1940	1841	4,81	9,29	11,98
São Sepé *	1940	259	1,21	2,40	11,11
Tupanciretã *	1940	204	0,97	1,97	4,32
Uruguaiana	1940	1365	3,92	7,91	6,16
Vacaria*	1940	250	0,76	1,54	4,11

Fontes: Elaboração própria; dados de população provêm de FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1991 p. 94, 127-128, 147-148.

* municípios só com associados homens.

Em primeiro lugar, é patente que, por mais que me esforce em demonstrar a relevância do fenômeno que estudo, não há como negar que não estou necessariamente tratando das "grandes massas excluídas", uma vez que é necessário ter o aporte de algum dinheiro para ingressar em uma mutual.¹⁹ Não me prendo agora a esse ponto, porque dele tratarei na seção seguinte. Não obstante, o leitor poderia argumentar que, pelo menos em Porto Alegre e Santa Maria, em 1940,

¹⁹ Não obstante, isso depende da definição do que sejam os "excluídos", como observam dois autores: "The term 'excluded populations' should not be mistaken for a synonym for the poor. The difference, in essence, is that whereas poverty means non-access to goods and services due to unequal material resources, social exclusion refers to inadequate or unequal participation in social life, or being denied a place in the consumer society, often linked to the social role of employment or work". DROR, David M. JACQUIER, Christian. Micro-insurance: extending health insurance to the excluded. *International Social Security Review*. v. 52, n. 1, 1999, p. 71.

são parcelas da população total que excedem os 10%, mas isso é efeito de uma distorção: nessas cidades foram computados os sócios de mutuais que tinham associados em todo o estado, o que significa que o cálculo mente ao afirmar que se trata de percentagem da população municipal. Mesmo assim, há números que merecem destaque: o município de Rio Grande, por exemplo, é o único que aparece em todos os anos, porque sempre teve mais de 5% de sua população associada, e lembro ao leitor que não estão computados os números da Mutualidade da Companhia União Fabril, caixa empresarial amiúde referida na bibliografia. Para o ano de 1940, obtive números sobre a presença de homens e mulheres nas mutuais, e assinalei com um asterisco aqueles municípios onde só havia homens filiados. Beirando os 5% dos filiados homens neste ano, aparecem Bagé e Livramento. Observo que desconsiderar da população rural do Rio Grande do Sul para o cálculo da percentagem de associados a mutuais – procedimento que justificaria muito melhor o estudo do fenômeno –, geraria números improváveis, como os 11% de associados em São Sepé.

Por pequeno que pareça o alcance das sociedades de socorros mútuos quando confrontado com os totais de população, devo salientar que abrange, como já referi, a maior parte dos municípios, tanto a população urbana quanto a rural, existindo por dezenas de anos, em alguns casos. Assim, não creio estar nesta tese abordando estratégias privadas e públicas de "grandes massas", mas também não estou dirigindo a atenção a um fenômeno minúsculo: daí que a generalização que começa a ser empreendida no próximo sub-capítulo se faz espinhosa, uma vez que, antes de maiores pesquisas, pouco se pode fundamentar a suposição de que as sociedades de socorros mútuos surgem, procuram sócios, socorrem e funcionem da mesma forma em Porto Alegre e em Tupanciretã, e tampouco se pode supor o mesmo para as 103 de Porto Alegre, as 10 de São Gabriel, etc.

2.2 – REQUISITOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADES DE SOCORROS MÚTUOS

Em um universo de centenas de entidades que se criaram ao longo de décadas, é difícil perceber semelhanças e fenômenos em comum relativos a seu surgimento. Concebo como “requisitos” os fenômenos em meio aos quais surgem as sociedades de socorros mútuos, ao passo que “pré-requisitos” seriam os fenômenos que devem necessariamente ocorrer antes de seu surgimento. Com essas definições, não pude encontrar nenhum pré-requisito, mas sim alguns requisitos.

Não obstante, é na discussão dos pré-requisitos que aparecem na bibliografia afirmações ou menções sobre a relação das mutuais com formas corporativas de organização do trabalho, com maior ou menor influência religiosa. Creio que essa relação é tão mais fácil de ser encontrada quanto mais ampla seja a definição do fenômeno. Como já mencionei, a definição de Marcel Van Der Linden para as sociedades de socorros mútuos pode também incluir associações da Antiguidade e do Medievo.²⁰ A herança corporativa e/ou religiosa do mutualismo antes do século XIX também pode ser encontrada em textos sobre Portugal, Alemanha, Suíça, Áustria, Holanda, Suécia, Finlândia, México, França e Bélgica.²¹

Creio que, para a discussão do mutualismo no Brasil e no Rio Grande do Sul, é necessário distinguir corporações de irmandades. Embora um estudo focalizando o Rio de Janeiro chegue a perceber algumas continuidades entre corporações (proibidas pela constituição de 1824) e a constituição das primeiras associações de trabalhadores manuais de tipo mutual (na segunda metade da década de 1830),

²⁰ LINDEN, Marcel Van Der. Introduction. In: *Idem* (ed.). *Social security mutualism*. The comparative history of Mutual Benefit Societies. Bern: Lang, 1996, p. 13-14. Outro exemplo de mutualismo pré-moderno é de Portugal, que em 1997 lançou selo filatélico comemorativo dos 700 anos do fenômeno no país: UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS. *Mutualismo*. Capturado em 25 maio 2000. On-line. Disponível na Internet <http://www.ctt.pt/filatelia/emissoes/1997/mutualismo.stm>.

²¹ Para Portugal, v. *Ibidem* e FONSECA, Carlos da. Problems in the history of portuguese mutualism, 1834-1934. In: LINDEN (ed.), *op. cit.*, p. 287. Para os demais países: STOLLBERG, Gunnar. *Hilfskassen* in Nineteenth Century Germany. In *Ibidem*, p. 309-311; JOST, Hans Ulrich. Swiss cooperatives and Mutual Aid Associations. In: *Idem*, p. 330; MADERTHNER, Wolfgang. Mutual benefit societies in Austria: history of a nationalization. In: *Idem*, p. 345; GERWEN, Jacques van, Lucassen, Jan. Mutual societies in the Netherlands from the Sixteenth Century to the present. In *Idem*, p. 433-441; SIMONSON, Birger. Mutual benefit societies in Sweden: sickness and burial funds and unemployment relief funds. In: *Idem*, p. 483-484; JAAKKOLA, Jouko. Mutual benefit societies in Finland during the Nineteenth and Twentieth Centuries. In *Idem*, p. 502; HART, John Mason. Mexican mutualism in historical perspective. In *Idem*, p. 589-591; GUESLIN, Andre. *L'invention de l'économie sociale: le XIX siècle français*. Paris: Economica, 1987, p. 116 e ss.; REZSOHAZY, Rudolf. *Histoire du mouvement mutualiste chrétien en Belgique*. Paris/Bruxelles: Erasme, 1957, p. 47-50.

eram as irmandades, nunca proibidas, as que preferencialmente assumiam funções previdenciárias.²² Com efeito, em estudo sobre as irmandades do século XVIII em Minas Gerais, outro autor considerou “difícil estabelecer com precisão a linha divisória entre a mutualidade espiritual e as beneficências e auxílios mútuos temporais”.²³ Se esse tipo de avaliação fundamentaria apreciação sobre a debilidade da sociedade civil no Brasil, pouco secularizada,²⁴ caberia agora testar os argumentos ante o universo de pesquisa aqui tratado.

Se descartado, por ora, o estudo de corporações no Rio Grande do Sul (que, se existentes, não suscitaram pesquisas capazes de sustentar análise), as irmandades poderiam ser invocadas como pré-requisitos das sociedades de socorros mútuos na região. O estudo de alguns Compromissos de irmandades deixa claro que, além do enterro dos falecidos, a possibilidade de “prestar socorros aos irmãos indigentes em suas enfermidades” ou de “socorrer aos seus Irmãos com todo o auxílio possível tanto espiritual como temporal”, incluindo-se pagamento de diárias em caso de prisão, confirmaria o caráter previdenciário dessas entidades.²⁵ Se excetuadas do inventário, contudo, as caixas e mutuais estreitamente ligadas ao clero católico, que as cria e fomenta (como a Caixa da União de Moços Católicos ou algumas Ligas Operárias e, no limite, Círculos Operários, excluídos desta análise), encontram-se poucos casos em que a instituição religiosa se evidencie na constituição das entidades, como se verá ainda no capítulo 7. É bem verdade que, em 1897, alguns membros da Irmandade de São José em São Gabriel empenhavam-se em criar uma “Associação Beneficente de Socorros Mútuos”, mas, mesmo neste caso, transparece mais a religiosidade de fundadores de mutuais do

²² BATALHA, *op. cit.*, p. 49-51.

²³ BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p. 12.

²⁴ AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*. n. 39, 1997, p. 160.

²⁵ Não encontrei estudos genéricos sobre irmandades no Rio Grande do Sul, com exceção de TAVARES, Mauro Dillmann. *O tempo dos compromissos: uma abordagem sobre as irmandades dos leigos católicos no Rio Grande do Sul (1861-1869)*. Pelotas, (monografia de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História-UFPel), 2004. As citações do texto pertencem, respectivamente, a: Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito da Paróquia da Conceição Aparecida de Alegrete, art. 3º. COLEÇÃO das Leis e Resoluções da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1859. Lei n. 449, de 4 jan. 1860; Compromisso da Irmandade de Santa Bárbara desta Capital, arts. 1º, § 2 e art. 67º. Lei n. 546, de 8 maio 1863. COLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1863. Prescrição semelhante à da Irmandade de Santa Bárbara existia também no Compromisso da Irmandade do Glorioso Santo Antônio (de Porto Alegre, em 1864), como menciona TAVARES, *op. cit.*, p. 27.

que esforço clerical em sua constituição.²⁶ E a religiosidade de fundadores de mutuais – e mesmo de integrantes de irmandades – não as faria, contudo, emanar de forma imediata da instituição religiosa, porque, mesmo as últimas, como confrarias leigas, poderiam manter certa independência da hierarquia católica, ao subordinar capelães à Mesa Diretora. Assim, é melhor conceber de modo geral esse tipo de associação como prestadoras de serviços espirituais a seus membros, cuja situação de consumidora desses serviços dependeria também de uma avaliação de mercado acerca, por exemplo, da remuneração de capelães, tal como teria ocorrido em 1897 com a Irmandade do Rosário em Porto Alegre. Ademais, deve-se lembrar que conflitos entre irmandades e a hierarquia católica ocorreram no Rio Grande do Sul, tendo por foco o esforço das primeiras em manter sua autonomia.²⁷

Ao distinguir a instituição religiosa da religiosidade de fundadores de mutuais, pode-se verificar que há inúmeros exemplos do último fenômeno no Rio Grande do Sul do século XIX, pois várias entidades se colocavam sob proteção divina: a Beneficência Portuguesa em Pelotas elegera São Pedro como padroeiro por escrutínio secreto em 1857; a Beneficência Porto Alegrense mantinha capela com imagem de Nossa Senhora da Anunciação, enquanto a Beneficência Brasileira União, também em Porto Alegre, venerava São Sebastião; a Fraternidade Artística em Pelotas declarava já no artigo 1º dos estatutos ter “por orago a São João Batista”, o mesmo santo invocado pela Sociedade Umanitária [sic!] de Camaquã; já a Beneficência Portuguesa de Rio Grande era mais pragmática na busca das bênçãos celestes por meio da eliminação de mediadores, pois seu estatuto de 1861, antes de definir o destino dos bens em caso de extinção da sociedade, ressaltava “Deus não [o] permita”.²⁸ A distância entre eventuais manifestações de religiosidade

²⁶ Carta de Carlos Molina a João Abbot, São Gabriel, 18 maio 1897. Estatística Maço 4 (AHRs).

²⁷ Para o caso de 1897, v. MÜLLER, Liane Susan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Porto Alegre, 1999. Dissertação (História do Brasil) – IFCH, PUCRS, 1999, p. 28-29. V. também o caso de disputa judicial entre a Irmandade do Rosário, em Santa Maria, e o pároco Caetano Pagliuca, em janeiro de 1915, BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. 1º volume 1787-1930. Santa Maria: Palotti, 1958, p. 139. Observo que TAVARES (*op. cit.*, p. 26 e ss.) tem avaliação diferente sobre a relação entre benefícios materiais e espirituais nas irmandades do Rio Grande do Sul.

²⁸ Respectivamente: CUNHA, Alberto Coelho da. *Síntese histórica da Beneficência Portuguesa*. [Pelotas], 19??, p. 4, manuscrito (BPP); LIMA, Antônio de Azevedo. *Synopse Geográfica, Histórica e Estatística do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Estabelecimento Typographico de Gundlach, 1890, p. 93-94; ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística. Ato de 3 de março de 1881. RIO GRANDE DO SUL. *Colecção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*; Sociedade Umanitária, Requerimentos, Diversos, 1873, Maço 163 (AHRs); Sociedade Portuguesa

e instituições religiosas ainda é clara em outros exemplos. A Beneficência Porto Alegrense, como já foi dito, tinha capela com imagem, e mesmo chegou a receber subvenção da província em 1881 para construí-la. Mas antes disso, em meio a uma disputa interna e no “calor da discussão”, o Cônego Leme, sócio da entidade, propunha que as atas das sessões da entidade fossem o “mais concisas possível” [sic!], proposta que, para benefício dos historiadores, foi solenemente ignorada pela assembléia geral e sequer posta a votos, configurando uma situação que dificilmente poderia ser imaginada na relação de um círculo operário com seu assistente eclesiástico. Exemplo semelhante e quase contemporâneo é o do Deutscher Hilfsverein de Porto Alegre, cujos membros eram predominantemente luteranos, mas foi criticada pelo religioso médico e viajante Robert Avé-Lallemant por ser ela mais um exemplo da irreligiosidade dos imigrantes.²⁹ A raridade de referências a santos nos nomes das mutuais do Rio Grande do Sul (excetuando-se aquelas em locais com nomes de santos) contrastaria com a Catalunha no século XIX, onde, mesmo dessa forma, estatutos manifestavam caráter laico.³⁰ Há motivos para crer que, comparado a outros universos, a população do Rio Grande do Sul no século XIX percebia sua vida, se não de modo secularizado, pelo menos mais distante da hierarquia católica. Um depoimento contemporâneo de Karl von Koseritz, embora suspeito por seus vínculos com a maçonaria, compara as 19 igrejas para 35.000 habitantes na cidade de São Paulo em 1883 com a única igreja para cerca de 30.000 habitantes em Pelotas. E dez anos antes, o Relatório do Ministério do Império que procurava dar conta dos “estabelecimentos de caridade” nas províncias, está repleto de referências a Irmandades, Confrarias e asilos católicos na Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, mencionando entre estes apenas duas (suponho) sociedades de socorros mútuos laicas em Santa Catarina,

de Beneficência da Cidade de Rio Grande, Requerimentos, Diversos, 1861, Maço 98 (AHRs).

²⁹ Respectivamente: Lei n. 1308, de 10 de março de 1881. RIO GRANDE DO SUL. *Collecção das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1881*. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1881; Ata de assembléia geral de 9 jan. 1859. LIVRO de Atas da Sociedade de Beneficência Porto Alegrense, 1856-1860, fl. 61-62 (Arquivos Particulares, cod. 1, lata 49v, AHRs). Para círculos operários no Rio Grande do Sul, v. a bibliografia da nota 11. Sobre o Hilfsverein, v. TELLES, Leandro. *Do Hilfsverein ao Colégio Farroupilha, 1858-1974*. [Porto Alegre]: Associação Beneficente e Educacional 1858, 1974, p. 31-32.

³⁰ Para o Rio Grande do Sul, só encontrei a Sociedade de Socorro Mútuo São José, em Guaporé, fundada em 1913 ou 1914, embora abundem nomes de santos como o da Caixa Funerária São João, no bairro homônimo de Porto Alegre. Para a Catalunha, v. RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). *Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 20-21.

uma em São Paulo e seis no Rio Grande do Sul.³¹

A dificuldade em vincular corporações e sodalícios religiosos ao surgimento do mutualismo também se verifica na raridade das associações profissionalmente diferenciadas nos primeiros tempos do fenômeno no Rio Grande do Sul. A primeira mutual claramente constituída como profissionalmente diferenciada na Província data de 1861, quando se criou, aparentemente sem continuação, a Sociedade de Esperança Marítima em Rio Grande, para altos cargos da marinha de guerra e mercante, mas sem qualquer invocação religiosa. É possível que a Sociedade Musical de Beneficência, em Porto Alegre, datada de 1855 e existente pelo menos até 1873, também fosse profissionalmente diferenciada, mas as poucas informações sobre a entidade só me permitem suspeitar dessa condição.³² Quase 20 anos depois é que começam novamente a aparecer e se manter mutuais profissionalmente diferenciadas, com destaque para os caixeiros. Ora, o que caracterizaria um vínculo com corporações ou irmandades seriam exatamente as invocações de padroeiros desta ou daquela atividade em mutuais profissionalmente diferenciadas. Além de haver poucas mutuais desse tipo nos primeiros tempos, em pelo menos dois casos de invocação de santos há motivos extra-profissionais para fazê-lo: São João Batista era o padroeiro da vila de Camaquã, onde se fundara a Sociedade Umanitária (e que se propunha também a colaborar para a construção da capela), ao passo que São Sebastião certamente ajudaria a combater a peste entre os sócios da Beneficência Brasileira União, em Porto Alegre.³³

Parece impróprio conceber associações religiosas como pré-requisito da constituição de mutuais no Rio Grande do Sul, porque isso suporia uma necessidade não verificada empiricamente de que as primeiras precederiam às segundas. De resto, há pelo menos dois casos em que ocorreu o inverso, quando duas *Hilfsvereine*

³¹ KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 258. BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. *Relatório apresentado à Assembléa Geral*. Terceira sessão da décima quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios do Império Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874, p. 85-98. *IMPÉRIO 1873*. Capturado em 08 set. 2000. On-line. Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1701/000099.html>. Para outros exemplos do caráter secularizado, v. MARIN, Jérri Roberto. *"Ora et labora": o projeto de restauração católica na ex-colônia Silveira Martins*. Porto Alegre, 1993. dissertação mestrado (História-UFRGS), 1993.

³² Abaixo assinado. Requerimentos, Diversos, 5 mar. 1861, Maço 98, AHRs; ALMANAK Administrativo Commercial e Industrial Rio-Grandense para 1873. Por Antônio de Azevedo Lima e Ignácio de Vasconcellos Ferreira. Ano I. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, [1872].

³³ Para Camaquã: Requerimentos – Diversos, 1873 (Maço 163 – AHRs). O último caso está em AAPC. Um novo catecismo. *Annuario da Província do Rio Grande do Sul para 1886*. Publicado sob a direção de Graciano A. Azambuja. Porto Alegre: Gundlach, 1885, p. 127.

evangélicas de São Lourenço publicaram extratos de seus estatutos denominando-se Irmandade Harmonia e Irmandade Bom Jesus.³⁴ Azis Simão formulou do seguinte modo a relação entre mutuais e sindicatos: "as mutuais contribuíram para a emergência do movimento operário de modo geral, mas não deram origem ao sindicalismo que apareceu quase na mesma época".³⁵ Penso que o mesmo tipo de afirmação poderia ser aplicado à relação de irmandades e mutuais quando é possível identificar as primeiras como espaços de interação social em meio aos quais se constituem os grupos que fundarão as entidades posteriores. Na bibliografia, há casos de vínculos entre irmandades e mutuais, como ocorria com os fundadores da Imperial Sociedade Auxiliadora da Indústria em Pernambuco, que provinham da Irmandade São José do Ribamar, e mesmo se reuniam em sua igreja. Salvo engano, o único caso reportado de transformação de uma entidade em outra ocorreu em Salvador (Bahia), quando a irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, fundada em 1832, se transformou em Sociedade Protetora dos Desvalidos em 1851. Também no Rio Grande do Sul foi possível constatar vínculos: tomando-se fundadores e participantes de associações negras (não exclusivamente mutuais) entre 1870 e 1905 em Porto Alegre, 77% destes eram também irmãos do Rosário, ao passo que ampliando o período até 1920, esse número decresce para 22,3%, fenômeno provavelmente resultante não só da secularização, como também da diversificação de espaços de interação social nas entidades já fundadas.³⁶

Se as irmandades são apenas espaços de interação social para a criação de mutuais, não há motivo para afirmar que são os únicos espaços, uma vez que nada impede que esse tipo de interação ocorra também em outras mutuais (como ocorreria com cisões de entidades), lojas maçônicas (como o Montepio da Loja Artista), grupos musicais (como a Caixa de Socorros Mútuos da Sociedade Musical União ou a Caixa Mortuária da Sociedade de Cantores Frohsinn), etc. E tampouco é

³⁴ EXTRATOS dos Estatutos da Irmandade Harmonia e EXTRATOS dos Estatutos da Irmandade Bom Jesus I. *Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul*. ano I, n. 14, 18 jun. 1935, p. 5 e p. 8. Observo que as duas entidades não foram incorporadas ao inventário porque as informações obtidas sobre sua natureza as indicam como sociedades escolares.

³⁵ SIMÃO, *op. cit.*, p. 151.

³⁶ Para os três casos de irmandades, v. respectivamente: HAHNER, June. *Pobreza e política*. Os pobres urbanos no Brasil 1870-1920. Brasília: EdUnB, 1993, p. 97-98; NISHIDA, Mieko. From ethnicity to race and gender: transformations of black lay sodalities in Salvador, Brazil. *Journal of Social History*. V. 32, n. 2., Winter 1998, p. 329-348. Disponível na Internet. Consultado em 16 fev. 2004. Online: http://www.findarticles.com/cf_0/m2005/2_32/53449342/p1/article.jhtml; MÜLLER, *op. cit.*, p. 112 e 115.

necessário que sejam espaços de interação já institucionalizados como associações, como os exemplos acima, pois bares, cafés, salões não apenas seriam necessários para reuniões (inclusive as de fundação), como há casos reportados em outros locais em que seus proprietários – devido à crença de que não fugiriam – assumem a tesouraria da nova entidade.³⁷ A interação decorrente do exercício da mesma profissão parece clara (não agora na fundação, mas na decisão de aderir a uma entidade) quando se vê que, dentre os 70 novos filiados à Sociedade de Beneficência Porto Alegre em 1879, 34% eram alfaiates e 10 desses trabalhadores se filiaram entre 5 de fevereiro e 1º de março desse ano. Há casos em que a atividade profissional não é o mais relevante como espaço de interação, mas o local de moradia, quando se verifica que um mesmo ofício recomendou para filiação à Beneficência Porto Alegre o sapateiro Amaro Ribeiro da Silva e o marítimo Belmiro Nunes da Costa, que compartilhavam o mesmo endereço.³⁸

Se tais espaços de interação são necessários para a constituição de mutuais, não é ainda possível afirmar que sejam pré-requisitos para sua fundação, uma vez que as entidades se criam **em meio** a tais espaços. Assim, isso constituiria um **requisito** para a fundação das entidades, mas haveria outros? Carlos Pestana

³⁷ Para “cabarets”, v. REZSOHAZY, *op. cit.*, p. 75. Para uma porta de farmácia, v. FERNANDEZ, Alejandro E. El mutualismo español en un barrio de Buenos Aires: San José de Flores (1890-1900). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 4, n. 13, dic. 1989, p. 640. Para o Salão Cosmopolita e a filiação de seu proprietário à Sociedad Española em Porto Alegre, v. ESTATUTOS de la Sociedad Española de Socorros Mutuos. Artículos adicionales, 2 [Porto Alegre, manusc., 1893, reproduzido em VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História da Cultura-PUCRS, 1979, p. 470]. Para o “restaurante de D. Feliciano Coelho” onde os caixeiros de Pelotas se reuniram discretamente para fundar seu Club, v. MORALES, Manuel. Memória. In: CLUB CAIXEIRAL. *Relatório das gestões de 1926 e 1927 apresentado pelo Presidente Germano Duarte*. Pelotas: Universal, 1928, p. 37 (BPP). Para donos de “pubs” que não fugiriam, v. LINDEN, *op. cit.*, p. 25. Não sei se é o mesmo tipo de caso, mas as reuniões preliminares para a fundação da Sociedade Escandinava Nordlyset, em São Paulo, ocorriam no bar de P. Hansen, que assumiria a primeira tesouraria da entidade (CLUBE ESCANDINAVO NORDLYSET 1891-1991. *Os escandinavos no Brasil: um século de história*. São Paulo: Hamburg, 1991, p. 34)

³⁸ Arquivos Particulares - Livro de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1884. (AHRs – L53v – cod. 30, fl. 64-98). Não é aparentemente o caso desses alfaiates, mas seria o dos tipógrafos do *Correio Paulistano* que, reunidos em 1859, avaliaram sua incapacidade de manter uma mutual específica, convidando então trabalhadores de outras profissões para a criação da Sociedade Artística Beneficente em São Paulo (VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários*. Mudança técnica e sindicalismo gráfico [São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912]. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, p. 123-124); LIMA, João José Alves de. *Ofício à Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense*. Porto Alegre, 15 de maio de 1884. Arquivos Particulares - Livro de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885. (AHRs – L 54v – cod. 32). Outro estudo menciona ainda um caso em que os membros de uma entidade compartilham profissão e endereços coletivos na mesma rua, onde fazem a reunião de fundação (PEREIRA, Ronaldo. *Associações de classe profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889)*. *Diálogos*. DHI/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 199-200).

Barros trabalhou com um modelo econométrico para avaliar a demanda pelo mutualismo em Portugal entre 1927 e 1993, identificando como variáveis significativas apenas a cobertura pela previdência estatal e o desemprego. Já Martin Gorsky testou as duas variáveis mais comumente utilizadas para dar conta da criação e disseminação das sociedades de socorros mútuos: a do aumento da necessidade de proteção social e a do aumento da capacidade de consumo. Os dados disponíveis para seu universo empírico, a Inglaterra do começo do século XIX, foram insuficientes para afirmar ou rejeitar uma das duas variáveis, sobretudo porque havia mutuais onde nenhuma das duas variáveis o poderia prever. Por essa razão, não apenas o autor rejeitou o monismo causal, como acrescentou outra variável, a da necessidade de recriação de vínculos comunitários entre trabalhadores migrantes.³⁹ De minha parte, não acredito que a História possa encontrar causas suficientes dos fenômenos, e ainda me vejo incapaz (também pela deficiência dos dados) de atribuir um peso específico aos requisitos que agora elencarei para meu universo empírico. Além dos espaços de interação social acima tratados, penso que também sejam requisitos para a criação de sociedades de socorros mútuos (a) a existência de uma população economicamente ativa com capacidade de poupança, (b) relativamente concentrada, (c) temerosa dos riscos de descenso social e (d) conhecedora de sociedades de socorros mútuos.

O requisito (a) é desses cuja formulação ainda falha só permite aproximações à sua comprovação. Ao invocar **a existência de uma população economicamente ativa com capacidade de poupança**, ecoam duas características do universo empírico aqui tratado: mercado (também de trabalho) e remuneração em dinheiro. Embora o estudo da “ordem urbano-industrial” no Rio Grande do Sul possa tomar 1880 como marco inicial, a formação do mercado de trabalho livre na província seria um processo a percorrer a segunda metade do século XIX.⁴⁰ Se assim é, as sociedades de socorros mútuos não emergem simplesmente como efeito social de estruturas econômicas, uma vez que se criaram no Rio Grande do Sul desde o começo (ou mesmo antes, como ainda se verá) desse processo de formação do

³⁹ BARROS, Carlos Pestana. The dynamics of mutualist movement in Portugal: a time series analysis. *Journal of Socio-Economics*. V. 30, 2001, p. 549-552; GORSKY, *op. cit.*

⁴⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1994, p. 30-32; *Idem. Emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1989. Para uma periodização semelhante, embora com outros critérios e sentido, v. KITTLESON, Roger Alan. *The problem of the People: popular classes and the social construction of ideas in Porto Alegre, Brazil, 1846-1893*. Madison, 1997. Tese (PhD-History) –

mercado de trabalho livre. Mais do que isso, suas constituição e continuidade a partir da década de 1850 na província evidenciam expectativas dos agentes sociais de que o mercado continuará a existir, que ele tem um lógica que supõe riscos e que é possível implementar lenitivos às perversidades dessa lógica que levariam ao empobrecimento daqueles que trabalham. Dessa forma, é possível concordar com a observação de uma autora sobre a relação do mercado com as sociedades de socorros mútuos (“Friendly societies too were unthinkable without the market”), uma vez que não foram encontradas na literatura existente para outros universos entidades nas quais a cotização se fizesse de outra forma que não a dinheiro, talvez com uma única exceção no Rio Grande do Sul.⁴¹

Pode-se comprovar em parte a necessidade de existência de uma população economicamente ativa com capacidade de poupança na comparação de números de três regiões do Brasil em 1872 e 1920. Já foi visto que a Capital do Brasil tinha muitas mutuais, ao passo que, no Rio Grande do Sul, os números são superiores ou equivalentes aos de São Paulo. O mesmo ocorre quando comparada, dentro do possível, a proporção de setores médios, vale dizer, trabalhadores não-manuais, nas três regiões, conforme a Tabela 2.3.⁴² Se é flagrante que esses setores médios são muito maiores na Capital do país, também é claro que, na comparação com São Paulo, tais setores são proporcionalmente maiores no Rio Grande do Sul em 1872 e equivalentes em 1920. Tais números permitiriam atribuir o maior número de mutuais no Rio Grande do Sul (e também no Rio de Janeiro) ainda no Segundo Reinado à existência de uma maior proporção da população com renda passível de ser dirigida à securitização.

University of Wisconsin, 1997, p. 17 e 23.

⁴¹ A autora é BEN-AMOS, Ilana Krausman. Gifts and Favors: Informal Support in Early Modern England. *The Journal of Modern History*. n. 72, Jun. 2000, p. 328. A possível exceção do Rio Grande do Sul sobre a cotização em dinheiro não é clara. O cônsul italiano Cav. Eduardo de Brichanteau, em texto de 1892, menciona uma entidade de Bento Gonçalves: “...na linha Santa Eulália há uma pequena sociedade (...). Os 40 sócios que a compõem pagam 100 réis de mensalidade e os sócios necessitados, na falta de fundos de caixa, são atendidos contra retribuição em jornadas de trabalho” (DE BONI, Luis A. *Bento Gonçalves era assim*. Relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves. Porto Alegre/Caxias do Sul/Bento Gonçalves: EST/Correio Riograndense/FERUI, 1985, p. 65). O sentido literal indica a possibilidade de cobrir a quitação de mensalidade com trabalho, mas a referência a “fundos de caixa”, pode se referir à entidade.

⁴² Como define PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: Formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p. 9-37. Para os dados de 1872, considere a categoria “Religião” para aquilo que é definido como “religiosos”; “Justiça” inclui juizes, advogados, notários e escrivães, procuradores e oficiais de justiça; “Saúde” inclui médicos, cirurgiões, farmacêuticos e parteiras; “Educação” inclui professores e homens de letras.

Tabela 2.3: Composição dos setores médios em São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal (cidade do Rio de Janeiro) por 1000 hab. em 1872 e 1920

	SP	RS	DF
1872			
Religião %	0,07	0,32	0,96
Justiça %	0,40	0,73	2,27
Saúde %	0,25	0,73	3,13
Educação %	0,29	0,85	3,26
Empregados públicos %	0,26	0,28	8,55
Subtotal 1872 %	1,27	2,91	18,18
População total	3.837.354	434.813	274.972
1920			
Força Pública %	2,52	5,45	21,45
Administração pública %	3,06	3,99	4,81
Administração particular %	2,21	1,46	8,46
Profissões liberais %	8,32	6,98	23,51
Subtotal 1920 %	16,12	17,88	58,22
População total	4.592.188	2.182.713	1.157.873

Fonte: PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: Formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p. 17.

Contudo, a definição trazida por Paulo Sérgio Pinheiro para o que sejam os setores médios não envolve explicitamente a renda, mas o status negativo atribuído ao trabalho manual. O que a Tabela 2.3 demonstra é que o Rio Grande do Sul, em comparação com São Paulo, teria uma maior proporção de população que vende seu trabalho no mercado sem que isso acarrete aos indivíduos que assim o fazem uma percepção negativa sobre a natureza de seu trabalho. O hiato entre a percepção supostamente positiva do trabalho não-manual (em comparação com o trabalho manual) e a possibilidade de vincular isso à maior renda é claro na justificativa de um empreendimento de construção no Rio de Janeiro, justificativa que, embora capciosa, invoca como evidência as dificuldades de reprodução social dos setores médios da Capital do país:

“De mais, não é precisamente a população inferior a que tem necessidade de casas econômicas, mas a classe média, isto é, a dos empregados, comerciantes, artistas, professores, militares, etc. O operário pode se vestir e nutrir como bem lhe aprouver; ocorre ainda que ordinariamente é celibatário e mesmo desconhecido na localidade onde trabalha, tem, portanto, menos necessidade de economia do que aquele que, pelo menos em aparência, parece dispor de mais recursos”.⁴³

Frente à constatação (ou propaganda) como essa, seria fácil supor o mutua-

⁴³ Decreto n. 5138, de 13 nov. 1872. BRASIL. *Colecção das Leis do Império do Brasil*. 1872.

lismo como fenômeno exclusivo dos setores médios, o que não é verdade. Devo, assim, ainda demonstrar que os trabalhadores manuais no Rio Grande do Sul também tinham capacidade de poupança, pelo menos maior do que a existente em São Paulo. Estudos comparativos entre Rio Grande do Sul e São Paulo vêm sendo feitos sobre a evolução dos salários no período 1920-1950. Resultados dessas pesquisas indicam que, além de um salário nominal tendencialmente maior (exceto para a década entre 1940 e 1950), a menor participação feminina e infantil – mesmo ressalvados componentes culturais para tanto – permitiria supor um salário real suficiente para a reprodução do padrão de vida familiar, fenômeno acentuado pelas maiores área cultivada e mecanização da agricultura, aumentando a oferta e diminuindo preços de gêneros alimentícios. Tomando-se dados agregados para os diferentes gêneros de indústria em 1920, apenas os salários nominais do estado do Rio de Janeiro e do Distrito Federal eram escassos 8% maiores do que no Rio Grande do Sul.⁴⁴

Os estudos cobrem a contento o século XX, mas para o século XIX – período relevante para análise do surgimento das mutuais no Rio Grande do Sul – os dados são mais esparsos e não sou capaz de formalizá-los como outros historiadores e economistas foram capazes de fazê-lo. Arrisco-me, contudo, a aportar informações que me permitem afirmar a existência dessa população economicamente ativa com capacidade de poupança ainda durante o Império na então Província de São Pedro.

Não ignoro que a escravidão obsta o desenvolvimento do mercado de trabalho livre, por depreciar o salário. Não obstante, o Quadro 2.4 compila algumas informações acerca da remuneração de algumas atividades profissionais nas décadas de 1850 e 1860. São números interessantes, porque os de 1853 provêm de um teuto entusiasta da imigração para a Província, ao passo que os de 1858 são do cônsul português crítico desta (os números de 1867 foram calculados). A despeito da diferença de intenção – e mesmo dos números – é interessante verificar que várias das atividades profissionais tinham uma renda mensal média que permitiria

⁴⁴ HERRLEIN Jr., Ronaldo. Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul: origens e primeira configuração, 1870-1920. *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM (também publicado em: HEINZ, Flávio M., HERRLEIN Jr. (orgs.) *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 235-268); *Idem*. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul - 1920-1950. *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM; HERRLEIN JR., Ronaldo, DIAS, Adriana (1993). Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. *Ensaio FEE*. v. 14, n. 1. 1993, p. 255-298 (republicado em: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (org.) *Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996, p. 141-180).

não apenas votar, como serem eleitores.⁴⁵

Profissão	Ano	Remuneração mensal	Observações
Chapeleiros	1853		renda apreciável nas “cidades principais”
Empregada doméstica	1853	8\$000 a 14\$000	em casa de famílias alemãs
Oficial em construção	1853	1 taler espanhol [1\$200?]* (por dia)	são bem pagos
Operário	1853	1 taler espanhol [1\$200?]* (por dia)	
Operário	1853	12\$000 a 16\$000	Recebe comida
Serralheiros	1853		um dos poucos [ofícios] em que não são empregados escravos
Alfaiates	1858	16\$000 a 20\$000	Recebe comida
Artistas (carpinteiros, ferreiros, pedreiros), “sendo bons”	1858	62\$500-90\$000 (2\$500 a 3\$000 diários)	Come a sua custa
Pedreiro	1858	25\$000-30\$000 (1\$000 reis diários)	Come a sua custa
Trabalhador de campo	1858	24\$000	Recebe casa, comida e roupa lavada
Oficina de construção (Arsenal de Guerra)	1867	28\$328	média de mestres, contramestres e operários
Oficina de coronheiros (Arsenal de Guerra)	1867	26\$116	média de mestres, contramestres e operários
Oficina de ferreiros e armeiros (Arsenal de Guerra)	1867	37\$433	média de mestres, contramestres e operários
Oficina de latoeiros (Arsenal de Guerra)	1867	23\$872	média de mestres, contramestres e operários
Oficina de correeiros (Arsenal de Guerra)	1867	20\$158	média de mestres, contramestres e operários
Oficina de alfaiates (Arsenal de Guerra)	1867	21\$003	média de mestres, contramestres e operários
Oficina de máquinas (Arsenal de Guerra)	1867	65\$051	média de mestres, contramestres e operários

Quadro 2.4: Relatos sobre remuneração e condições de trabalho no Rio Grande do Sul, décadas de 1850 e 1860

Fontes: para 1853, HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*. Porto Alegre: DC Luzzatto, 1986, p. 96-100; para 1858: Cônsul Antônio Maria do Amaral Ribeiro. Data: 21.08.1858 Para: Marques de Louli, Par do Reino, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro e Secretário de Estado Negócios Estrangeiros (agradeço a Paulo Roberto Staudt Moreira por esta referência e fichamento); os valores de 1867 foram calculados a partir de: PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exm. Sr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração d’esta Província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-presidente, no dia 13 de abril do ano de 1868*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1868. (Relatório da Directoria do Arsenal de Guerra, Mapas 11 a 14) Online. Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1068/000002.html> e seguintes.

*HÖRMEYER fornece alguns valores em Taler Espanhol e em Groschen de Prata, este convertido para réis pelo autor. Só consegui descobrir que 30 Silbergroschen perfazem um Taler, mas, como a tradição do Taler (unificado com o Marco Alemão em 1908, na proporção de 3 para 1) se compunha de várias moedas, não posso saber exatamente quantos Silbergroschen tinha um Taler Espanhol, e, por isso, assinaei os valores entre colchetes. Para as fontes desse cálculo: STOLLBERG, *op. cit.*, p.

⁴⁵ Os valores mínimos de 100\$000 réis de renda anual para votantes e 200\$000 para elegíveis são duplicados em 1875. V. *Lei n.º 387, de 19 de agosto de 1846*: Regula a maneira de proceder às eleições de Senadores, Deputados, membros das Assembléias Provinciais, Juizes de Paz e Câmaras Municipais. Online. Disponível na Internet: http://www.cebel.org.br/txtpolit/socio/vol2/B_091.html e *Decreto n.º 2.675, de 20 de outubro de 1875*: Reforma a legislação eleitoral. Online. Disponível na Internet: http://www.cebel.org.br/txtpolit/socio/vol2/B_107.html.

316; *Taler Münzen*. Capturado em 17 fev. 2004. Online. Disponível na Internet: <http://www.muenzenlexikon.de/lexikon/t/pt012.html>; *Groschen Münzen*. Capturado em 17 fev. 2004. Online. Disponível na Internet: <http://www.muenzenlexikon.de/lexikon/g/pg181.html>.

Mas pouco nos dizem os valores nominais da renda, quando faltam outros parâmetros para a medida da capacidade de poupança. O Cônsul português, que não recomendava a imigração em 1858, comentava que os gêneros alimentícios estavam caros, mas recomendava o “trabalho a seco” aos que viessem, porque isso lhes permitiria poupar. Cristóvão Lenz, que viera como soldado no começo da década de 1850, comentava que o saco de batata inglesa era barato em Porto Alegre (2\$000), ao passo que o feijão em São Gabriel era caro e de baixa qualidade (25\$000 a 30\$000). Pode-se crer que, se os preços pagos próximo aos produtores eram semelhantes àqueles pagos pelos consumidores, as remunerações mensais seriam suficientes para pagar uma arroba de arroz com casca (3\$000) ou de fumo (6\$000 a 8\$000).⁴⁶

Para décadas depois, pode ser interessante recorrer a uma comparação entre os votantes em dois universos empíricos. A Tabela 2.5 compara dados obtidos para os votantes de 10 paróquias da cidade de São Paulo em 1880 com os dados da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, na mesma época.⁴⁷

Tabela 2.5: Dados comparados de votantes na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre e nas Paróquias de São Paulo, 1880

	Paróquia do Rosário	Paróquias de São Paulo
n. de paróquias	1	10*
Total de registros	1450	3243
Renda média (anual)	734\$006/816\$814 *	831\$000/630\$000**
coeficiente de GINI	0,451104	0,5374

* O primeiro número resulta do total das rendas dividido pelo número total de votantes; o segundo ignora os registros que não trazem a renda.

* KLEIN (*op. cit.*, p. 528-529) divide as paróquias em urbanas (Sé, Santa Ifigênia, Brás, Consolação e Nossa Senhora do Ó) e rurais (Guarulhos, Juqueri, São Bernardo e Santo Amaro).

** O primeiro número é a renda média específica das paróquias urbanas; o segundo é o das paróquias rurais.

Fontes: KLEIN, Herbert S. A Participação Política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. *DADOS. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol. 38, n. 3, 1995, p. 527-544; Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre em o ano de 1880. (AHRs. Eleições - EL-01).

⁴⁶ Cônsul Antônio Maria do Amaral Ribeiro. *op. cit.*; LENZ, Cristóvão. Memórias e vivências de um velho Brummer. In: *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997, p. 33-34; ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 270.

⁴⁷ Agradeço imensamente a Paulo Roberto Staudt Moreira pelo acesso a seus registros, aqui usados, provenientes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário. Agradeço também a Iraci del Nero da Costa (e demais colegas do NEHD-FEA/USP), que gentilmente me auxiliou no cálculo do coeficiente de GINI.

Conquanto cerca de 18% dos votantes na Paróquia do Rosário tivessem ocupações rurais, é difícil deixar de caracterizá-la como urbana. Isso rouba a consistência da comparação com 10 paróquias de São Paulo, com cerca de 1/3 dos votantes habitando zonas rurais. Essa diferença faz com que a renda média das paróquias urbanas de São Paulo seja superior à da Paróquia do Rosário, mas não a renda média geral, entre outros motivos porque a renda das zonas rurais era muito baixa. É provável que essa diferença nos universos comparados tenha provocado também diferença nos coeficientes de GINI, que é um parâmetro de medida de desigualdade. Com efeito, o mais baixo coeficiente na Paróquia do Rosário indica uma maior igualdade social, mesmo comparado com o mesmo coeficiente, especificamente para as paróquias urbanas de São Paulo. Os dados desagregados me permitem verificar que muito menos (por assim dizer) “pobres” votavam em Porto Alegre do que em São Paulo e não necessariamente por exclusão, porque, naquela cidade, os 40% mais pobres compartilham cerca de 14% das rendas declaradas – um índice semelhante ao de São Paulo – e as faixas de renda desses setores em Porto Alegre chegavam a 380\$000, enquanto na outra província ficavam em 200\$000. Da mesma forma, os “ricos” na Paróquia do Rosário existiam em maior número, mas concentravam menos renda, porque os 5% mais ricos concentravam em São Paulo 44% da renda total, ao passo que, em Porto Alegre, 21,19% da renda total.

A demonstração dessa capacidade de poupança é mais fácil se me ateno às cadernetas de poupança, propriamente ditas, e estas revelam dados interessantes. A Caixa Econômica do Rio Grande do Sul foi a primeira entidade provincial desse tipo, aberta em maio de 1875. Na Tabela 2.6 se pode verificar que o volume de depósitos em cadernetas de poupança nessa província entre 1875 e 1881 não é proporcional à quota de população habitante do Rio Grande do Sul. Isso pode significar duas coisas: ou que relativamente mais pessoas no Rio Grande do Sul poderiam poupar; e/ou que seria relativamente menor o custo de reprodução social, permitindo maiores depósitos. Há motivos para crer também na segunda alternativa, porque, com apenas 5 anos de existência, entre 1879 e 1887, os saldos médios por caderneta na Província do Rio Grande do Sul equivalem ou superam os números da Caixa do Rio de Janeiro, existente desde 1861.

Tabela 2.6 – Depósitos em Caixas Econômicas nas províncias e na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1875-1881)

Ano	Caixas Econômicas provinciais	Volume de depósitos na Caixa Econômica do Rio Grande do Sul (em mil-réis)	Depósitos na Caixa Econômica do Rio Grande do Sul * (comparados aos das demais províncias - %)	População do Rio Grande do Sul comparada à das demais províncias onde havia Caixas Econômicas (%)	
				Segundo o Censo 1872	Segundo o Censo 1890
1875	5	136:258	54,10	12,59	15,76
1876	9	305:249	36,61	10,41	13,23
1877	12	463:829	33,36	8,00	10,69
1878	14	726:470	31,22	6,07	8,29
1879	15	918:097	29,19	5,52	7,72
1880	15	989:099	28,96	5,52	7,72
1881	15	1053:761	30,43	5,52	7,72

Fontes: BARON D'Ourem. *Notice sur les Institutions de Prêvoyance au Brésil*. Communication faite au Congrès Scientifique Universel des Institutions de Prêvoyance lors de la Deuxième Session Quinquennale en 1883. Pau: Garet, 1883, p. 1-49; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941, p. 79-86; *Idem. Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2. Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990, p. 34.

* Alerto que o Baron D'Ourem registrou os números em francos, que verifiquei, por comparação com registros específicos para o Rio Grande do Sul, estar cotado a 2,5 réis.

É difícil, contudo, na falta de dados sistemáticos sobre cadernetas de poupança e sobre sociedades de socorros mútuos em outras províncias, estabelecer a consistência do uso de informações de um fenômeno na caracterização de outro. É bem verdade que um estudo para o Rio de Janeiro constatou que 58% das cadernetas abertas em 1885 pertenciam a trabalhadores, operários e artistas, criados, e empregados no comércio. Na falta do mesmo tipo de pesquisa para o Rio Grande do Sul – se é que as fontes existem –, só é possível supor que os depositantes na Província também pertencessem a esses grupos sociais e que fossem os mesmos a constituírem sociedades de socorros mútuos. Posso, quando muito, reforçar a suposição, assinalando a alta correlação (0,78438) entre o número de sociedades de socorros mútuos em funcionamento e o número de cadernetas de poupança abertas na Caixa Econômica (Federal) do Rio Grande do Sul entre 1875 e 1940.⁴⁸

Na esperança de que ainda existam os registros de depositantes da Caixa Econômica do Rio Grande do Sul e que outros pesquisadores possam, no futuro, consultá-las, me limito por ora a assinalar que uma investigação desses registros

⁴⁸ Para a Caixa Econômica da Capital do Império, v. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. *Estudos Econômicos*. n. 15, 1985, p. 64. A fonte para os números do Rio Grande do Sul foi: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Estado 1941*, loc. cit.

poderia indicar não apenas a capacidade de poupança da população livre da Província, mas também da população escrava. A suspeita de que também haveria essa capacidade de poupança da população escrava provém de números, infelizmente pouco claros, publicados por Ademir Gebara a partir de um estudo de Rui Barbosa. Em que pese a pouca clareza (e prováveis erros tipográficos), é possível por meio deles afirmar que os escravos do Rio Grande do Sul libertados com recursos do Fundo de Emancipação tinham em seu poder pecúlios que perfaziam 20,7% das despesas efetuadas, número apenas inferior ao das províncias do Amazonas e Goiás (22,32% e 25,8%, respectivamente). Também a razão entre pecúlio e libertos deixa os valores do Rio Grande do Sul atrás das outras duas províncias, mas o fenômeno ganha outro contorno quando se verifica que 5,16% dos libertos pelo Fundo estavam no Meridiano, quando a soma dos libertos no Setentrião perfazia apenas 0,77% dos ex-escravos atingidos por essa política pública no Brasil.⁴⁹ Se minhas evidências estão corretamente construídas, posso afirmar que, da mesma forma que os números gerais de cadernetas de poupança, esses números de pecúlios de escravos indicam que mais pessoas poderiam poupar mais no Rio Grande do Sul, com o agravante de que, se essa capacidade de poupança incidia também sobre escravos, era possivelmente mais contundente sobre os trabalhadores livres.

Retornando aos requisitos para a constituição de sociedades de socorros mútuos, o bom senso nos leva a crer que, para que elas existam, é preciso que seus fundadores estejam, pelo menos num primeiro momento, fisicamente juntos; e para que prospere, é preciso que novos membros se agreguem. Por isso, afirmo que um dos requisitos para sua constituição é que haja uma população economicamente ativa **(b) relativamente concentrada**.

A concentração populacional necessária à constituição e crescimento das sociedades de socorros mútuos fez com que alguns estudos afirmassem os vínculos entre o fenômeno e a urbanização, mas creio que isso deve ser precisado e referido

⁴⁹ Quando ensejo que outros pesquisadores possam localizar os registros da Caixa Econômica, o faço porque tive notícia de sua existência por meio de colegas, mas meus esforços se baldaram quando procurei a instituição. Os números utilizados neste parágrafo provém de: GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 71. Desconheço dados para outras províncias e cidades, mas uma pesquisa sobre alforrias constatou que 41,1% das ocorridas em Porto Alegre entre 1858 e 1887 resultaram de compra, indicando alguma capacidade de poupança da população escrava (MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem*. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre: EST, 2003, p. 187).

como uma genérica “concentração populacional”, uma vez que a relação entre urbanização e mutualismo não é tão automática como se poderia pensar.⁵⁰ Alguns casos ocorridos no Rio Grande do Sul permitem pensar com mais conforto em “concentração populacional” do que em “urbanização”. A Sociedade Camilo Cavour, na Linha Santa Eulália, teria sido fundada por 31 membros em 1888, quando, 5 anos antes, a população da localidade se resumia a 83 adultos, e 69 homens. Já a Sociedade Auxiliadora da Picada Dois Irmãos, cujo requerimento pedindo autorização para funcionar em 1862 contava com 43 assinaturas (algumas identificadas como pertencendo a “lavradores”), se criou em uma freguesia que, 10 anos depois, contava com 690 fogos em 1872 e 83,77% de sua população incluía 1413 “lavradores”, 697 envolvidos com “serviço doméstico” e 1184 “sem profissão”. Outra entidade composta pela “popolazione rurale” seria a Fratelanza Italia, criada na Colônia Barão do Triunfo em 1892.⁵¹ É verdade que tais exemplos podem ser concebidos como exceções a confirmarem a regra da urbanização, mas há outros motivos para, prudentemente, falar-se em concentração populacional. É improvável que os 138 sócios da Liga Operária de Arroio Grande em 1939, entidade que existia desde 1918, fossem todos operários, pois em 1920 o município não contava com mais de 300 trabalhadores e trabalhadoras em “indústrias”, e em 1940 contava com 205 trabalhadores em “indústrias de transformação”. Casos semelhantes a esse

⁵⁰ Para afirmações desse vínculo em estudos sobre o Brasil, Austrália, Nova Zelândia, Itália, Portugal e Finlândia, v., respectivamente LUCA, *op. cit.*, p. 17 e ss.; MARKEY, Raymond. The History of Mutual Benefit Societies in Australia, 1830-1991. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 151; OLSEN, Erik. Friendly Societies in New Zealand, 1840-1990. In: *Ibidem*, p. 180; TOMASSINI, Luigi. Mutual Benefit Societies in Italy, 1861-1922. In *Ibidem*, p. 241; FONSECA, *op. cit.*, p. 291; JAAKKOLA, *op. cit.*, p. 504. Em sentido contrário seria o estudo resenhado por LEHNING, James R. Review of *Fraternity Among the French Peasantry: Sociability and Voluntary Associations in the Loire Valley, 1815-1914*. By Alan R. H. Baker. Capturado em 20 maio 2000. Online. Disponível na Internet: http://muse.com/journals/journal_of_interdisciplinary_history/v030/30.4lehning.html; e também o caso da região da Palestina no começo do século XX: SHVARTS, Shifra, BROWN, Theodore M. Kupat Holim, Dr. Isaac Max Rubinow, and the American Zionist Medical Unit's Experiment to Establish Health Care Services in Palestine, 1918-1923. *Bulletin of the History of Medicine*. 72.1 (1998), p. 31. Capturado em 12 maio 2000. Online. Disponível na Internet: http://muse.jhu.edu/journals/bulletin_of_the_history_of_medicine/v072/72.1shvarts.html. Outro autor, embora também releve a urbanização como pré-condição para as sociedades de socorros mútuos, tende a matizar o peso do fenômeno nos Estados Unidos da América, quando identifica a necessidade de haver pelo menos um quarto da população masculina envolvida em atividades não-agrícolas (BEITO, David T. *From Mutual Aid to the Welfare State*. Fraternal Societies and Social Services, 1890-1967. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000, p. 8).

⁵¹ CINQUANTENARIO., *op. cit.*, p. 381 e 392-393; DE BONI, *op. cit.*, p. 41; Requerimentos – Diversos – 1862, Maço 99 (AHRs); RECENSEAMENTO do Brasil de 1872 - Rio Grande do Sul. [Volume separado s.n.t.]. Agradeço a Marcos Tramontini por me subsidiar com outros dados estatísticos sobre Dois Irmãos, que confirmam a predominância da atividade rural. Outro exemplo desse tipo de entidade seriam as caixas mortuárias nas linhas de Veranópolis, cf. FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis*. Veranópolis: SMEC, 1992, p. 208.

foram verificados em Tupanciretã, São Luiz Gonzaga, Rosário do Sul, São Sepé, Itaqui e Caçapava do Sul, todas cidades com grande população rural e nunca conhecidas como centros industriais no Rio Grande do Sul, mesmo se for relevada a elasticidade do que era então chamado de “indústria”. É possível que alguns desses casos se assemelhassem com os de certas regiões da Grã-Bretanha, onde trabalhadores rurais (“agricultural labourers”) compunham até 90% dos sócios de mutuais, ainda que seus dirigentes fossem artesãos de uma “skilled elite” urbana.⁵²

Não obstante, é patente que mesmo os números já trazidos do Rio Grande do Sul indicam a concentração de mutuais nas maiores cidades, Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Talvez esse tipo de relação entre as mutuais e as cidades não possa ser negada, mas matizada, quando se toma a urbanização como requisito indireto para o surgimento de sociedades de socorros mútuos devido às oportunidades de trabalho aí abertas para homens solteiros (ou migrantes que não vieram com suas famílias), tal como indicou Gorsky, descontente que estava com o monismo causal para o mutualismo britânico do século XIX. E, de resto, a utilização de sociedades de socorros mútuos como recurso masculino no mercado matrimonial já foi identificada em Clubes Caixeirais do Rio Grande do Sul.⁵³

Mas as cidades também afetam indiretamente a constituição de sociedades de socorros mútuos quando a concentração populacional enseja a percepção de diferenças e a pretensão de status a elas relacionadas. Essa variante está no cerne da constituição de sociedades de socorros mútuos étnicas e que, por isso, se organizam antes nas cidades que no campo, porque nas primeiras o contato interétnico exhibe e reforça a percepção de diferenças. Dessa forma, não é em São Leopoldo (ou especificamente na Freguesia de Dois Irmãos) ou em Santa Cruz que se constituem as primeiras mutuais étnicas de teutos, mas em Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria (em 1857, 1858 e 1866, respectivamente); assim como não é nas regiões de colonização italiana que se constituem as primeiras mutuais étnicas de itálos, mas em Bagé, Pelotas e Livramento. Esse relativo atraso na mutualização

⁵² Os dados sobre os sócios das entidades provém de: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941. Os dados de população provém de: FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *Op. cit.* Para a elasticidade de “indústria” no Rio Grande do Sul, v. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os industriais da República*. Porto Alegre: IEL, 1991, p. 62-69. Para a Grã-Bretanha, v. NEAVE, David. Friendly societies in Great Britain. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 54-55.

⁵³ GORSKY, *op. cit.*, p. 502; DUARTE, Paulo Cesar Borges. *Despachando no balcão: caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*. Porto

das zonas rurais não seria facilmente interpretado – como o foi para Portugal – como decorrente de uma “democracia agrária” na qual as formas de convívio e apoio familiar representariam “formas naturais de mutualismo”,⁵⁴ uma vez que, em muitos casos, os núcleos familiares recentemente imigrados não dispõem senão de uma confiança irracional nos demais núcleos familiares da mesma colônia, e a irracionalidade dessa confiança prescinde de institucionalização em sociedades de socorros mútuos. Nos centros urbanos, ao contrário, as mutuais tenderiam a se organizar antes em função da existência de um mercado (que também permitiria a poupança) e da necessidade de institucionalizar relações de confiança de forma a consolidar redes comunitárias. Contudo, a consolidação de redes comunitárias não é, necessariamente, fomentada pela vida urbana. Com efeito, em estudo sobre associações voluntárias nos Estados Unidos entre 1840 e 1940 (inclusive mutuais), Gamm e Putnam observaram que, conquanto algum nível de urbanização seja necessário para a constituição de entidades – uma vez que camponeses isolados não se associam, por não terem contato uns com os outros –, as maiores cidades com crescimento acelerado teriam a tendência a apresentar menor vida associativa. Para explicá-lo, uma das interpretações debatidas pelos autores é a de que, em cidades menores, o custo da não-participação é mais alto, assim como – afirmaria eu – o custo de não-participação nas regiões de colonização agrária seria tão mais alto que tornaria desnecessária a institucionalização dessas relações de confiança e confiabilidade.⁵⁵

Os dados de que disponho são insuficientes para confirmar essa hipótese, e estaria correndo o risco de identificar tendências associativas em certos municípios que seriam melhor atribuídas a distorções na quantidade de registros disponíveis já parcialmente trazidos na Tabela 2.2. Assim, tomando os números sobre a filiação a sociedades de socorros mútuos em 1940, não é possível vincular automaticamente população e entidades, uma vez que os índices semelhantes de Bagé e Antônio Prado ignoram o fato da primeira cidade ter quase o sêxtuplo da população da segunda. Do mesmo modo, confrontando os números também disponíveis para a década de 1890, se verificaria que o tamanho das cidades não parece ser especialmente relevante para a percentagem da população associada, uma vez que

Alegre, 2001. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 2001, p. 100 e 104.

⁵⁴ FONSECA, *op. cit.*, p. 291. Os trechos entre aspas foram tradução minha.

⁵⁵ GAMM, PUTNAM, *op. cit.*, p. 173-219. Essa interpretação está na p. 213.

0,65% dos mais de 52 mil habitantes de Porto Alegre eram membros de sociedades de socorros mútuos, ao passo que 4,53% dos 41 mil habitantes de Pelotas também o eram. Mas o problema da distorção dos números é claro para o caso de Rio Grande, cuja excepcionalidade na percentagem de filiados a sociedades de socorros mútuos não pode ser atribuída à concentração populacional, uma vez que tal percentagem chega a ser 100 vezes superior à de municípios com a mesma população. A precariedade dos dados disponíveis é tamanha que Sociedade Benevolenza, de Santa Vitória do Palmar, teria sido fundada em 1879 com um número de italianos 12 vezes superior ao que fora recenseado 7 anos antes na paróquia, que então pertencia a Rio Grande. Até que estudos municipais mais densos aporem números mais confiáveis, só nos resta tomar como necessária a existência de certa concentração populacional para a constituição de sociedades de socorros mútuos.⁵⁶

Mas não basta estar fisicamente reunido e poder poupar para constituir sociedades de socorros mútuos, uma vez que boa parte das pessoas que integram as entidades – e não é à toa que elas preferem constituir uma mutual e não um grupo desportivo – é **(c) temerosa dos riscos de descenso social**. Tanto o temor desse risco, quanto os depósitos em cadernetas de poupança são exemplos de expectativas de mobilidade social que podem, como diriam alguns, ser falsa e maquiavelicamente alimentadas pela ideologia a serviço de setores dominantes, mas que, não obstante, orientariam a conduta dos grupos sociais que viriam a constituir sociedades de socorros mútuos.

Não tenho capacidade, e sequer sei se existe documentação suficiente para medir a mobilidade social inter ou intra-geracional no Rio Grande do Sul em tão largo período. Contudo, para alguns grupos, ela é claramente uma expectativa, passível de ser aferida pela mobilidade geográfica e pela mobilidade ocupacional.⁵⁷ Não

⁵⁶ FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *Op. cit.*; CINQUANTENARIO..., *op. cit.*, p. 384-388; RECENSEAMENTO do Brazil de 1872, *op. cit.*

⁵⁷ Para um estudo sobre mobilidade social no Brasil contemporâneo, v. SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999. Sobre mobilidade social, geográfica e ocupacional na história do trabalho, adoto a argumentação de Linden e Lucassen (*Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999. Capturado em 1 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>): “Achieving sustained social improvement (‘social mobility’) usually requires geographic or professional mobility”. Um esforço para o estudo da mobilidade social na Argentina a partir do século XIX – cujos resultados substanciais, se existentes, não localizei – pode ser visto em: SZUCHMAN, Mark D., SOFER, Eugene. The state of occupational stratification studies in Argentina: a classificatory scheme. *Latin American Research Review*. v. XI, n. 1, 1976, p. 159-171.

tenho muito a acrescentar sobre a mobilidade geográfica, quando se sabe da migração de grandes contingentes do Velho Mundo para o Rio Grande do Sul, fenômeno bastante conhecido e propagandeado como exemplo de oportunidades abertas de ascensão social. Contudo, as mesmas oportunidades possivelmente não se abriam a outros brasileiros, porque em 1872, calculando exclusivamente a população não-escrava da província, esta era composta de 9,93% de estrangeiros, mas apenas 1,22% da população brasileira se compunha de nascidos em outras partes do país.⁵⁸ A mobilidade geográfica aparece com freqüência como expectativa ou êxito na ascensão social de caixeiros como os que, saindo de Pelotas, vão morar em Porto Alegre (como José Visa Chaubet em 1885), Uruguaiana (como Miguel Archanjo Vieira em 1893), ou para abrir casa comercial em São Paulo (como Júlio Vilella em 1903); também Ernesto Silva, que teria sido a principal liderança do Clube Caixeiral Porto-Alegrense na luta pelo fechamento de portas, abriria sua própria farmácia em São Leopoldo, cidade onde viria a ser edil e juiz distrital.⁵⁹

Já a mobilidade ocupacional intra-geracional existiria em alguma medida, passível de ser aferida por meio de alguns casos da já mencionada lista de votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre, em 1880. Com o risco de atribuir significado a meras homonímias, nessa lista se verifica que os irmãos Adão e Francisco Fettermann tinham renda anual de 300\$000 réis, mas um era ferreiro e outro sapateiro; Luiz Leirand, um ano mais velho que seu irmão João Diniz, era negociante, enquanto o segundo era guarda-livros; os também irmãos Firmino e Roberto Lourenço Mariante tinham ocupações e rendas diferentes; o lavrador Antônio da Terra Pinto tinha um filho com a mesma ocupação e outro carpinteiro; e assim por diante. Correndo mais ainda o risco da homonímia, podem-se ver exemplos de mobilidade inter-geracional: o magistrado Antônio Augusto Pereira da Cunha tinha renda dez vezes superior à do seu filho, empregado; não era tanta a diferença de renda entre o proprietário Antônio de Azambuja Cidade Jr. e seu filho empregado, ao passo que praticamente não há diferenças de renda entre os

⁵⁸ RECENSEAMENTO do Brasil de 1872. *Op. cit.*

⁵⁹ Para os caixeiros em Pelotas, v. DUARTE, *op. cit.*, p. 46, 93 e 34. Para Ernesto Silva, v. MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE Porto Alegre, 1995, p. 25 e *Idem*. *Comerciários, fechem as portas para descansar*. A luta dos comerciários brasileiros pelo descanso semanal. Porto Alegre: [Impressão da editora Foletras], [1996?], p. 24-25. Para outros exemplos de mobilidade de caixeiros, v. *O Athleta*. Porto Alegre, 15 fev. 1885, p. 4; 19 abr. 1885, p. 4; 13 dez. 1885, p. 2; 10 jan. 1886, p. 3 (MCSHJC) e CLUB CAIXEIRAL. *Relatório das gestões de 1926 e 1927, apresentado pelo Presidente Germano Duarte*. Pelotas: Universal, 1928, p. 6 e 48 (BPP).

lavradores e seus filhos também nessa ocupação, como são os casos de Antônio Francisco Severino, Antônio Silveira Dias, Antônio Silveira Gonçalves, Apolinário José Garcia, Baltazar de Oliveira Garcia e tantos outros mais. Devo ainda assinalar que, diferente dos dados encontrados para a cidade de São Paulo, onde não existiria correlação significativa entre idade e renda, na mesma Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, os mais velhos tenderiam a ter maior renda, sobretudo quando organizados em faixas de quinquênios de idade.⁶⁰ Isso não permitiria, contudo, afirmar que os pobres velhos seriam excluídos das listas de votantes, pois 50% dos maiores de 50 anos (entre livres e escravos) votavam nessa Paróquia e 32,11% desses votantes tinham renda de 300\$000 ou inferior.

Mas o risco do descenso social – e as possibilidades de ascensão – eram percebidos não pelas informações estatísticas de que hoje dispomos, mas também pelos relatos, não raro pungentes, daqueles que encaminhavam requerimentos à Presidência da Província de São Pedro. Um deles é especialmente rico em vista das mobilidades ocupacionais, sociais e espaciais. O casal saxão Anna Joanna e Carlos Guilherme Gebhardt teriam chegado com Germano, filho natural da primeira, no final de 1868. Em setembro desse ano, o filho, nascido em 1852 e, portanto, menor, foi trabalhar como oficial de funileiro no estabelecimento do belga Gustavo van Lokeren. O belga se recusava a entregá-lo de volta, como queriam sua mãe e padrasto que pretendiam dirigir-se à colônia de Santo Ângelo, onde era “muito necessário o auxílio braçal dele”. Outros relatos, verdadeiros ou não, de descenso social também aparecem: o alemão Guilherme Mesque apresentava-se como “nimiamente pobre e sobrecarregado de numerosa família”, onde se incluíam sete filhos menores. Adicionava a isto o fato de estar “constantemente enfermo (...), talvez devido ao clima desta Província” e requeria algo para “suavizar sua infeliz sorte, que atualmente é lamentável e desesperadora”. O que requeria era passagem para o Rio de Janeiro, onde existiam fábricas de tecidos, trabalho para o qual tinha “o suplicante as precisas habilitações para tal serviço e ser ele compatível com suas forças”. Já Cirilo Antônio Pereira, um prisioneiro de guerra paraguaio, quando finda a Guerra da Tríplice Aliança, pedia, como os demais, para trabalhar fora do Arsenal de Guerra, mas acrescentava que disto precisava porque casara com uma brasileira e

⁶⁰ A correlação entre idade e renda na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário é de 0,398545 (contra 0,1085 em São Paulo, cf. KLEIN, *op. cit.*, p. 531 e 542). Dispondo os dados por quinquênio, a correlação sobe a 0,723578, e se eleva ainda mais ignorando a faixa de 20 a 24 anos (0,887637), idades nas quais não era padrão a condição de votante.

contraíra dívidas. O francês Guilherme Hey lutara com Napoleão, viera para o Brasil em 1822 com o general Labatut, combatera na Cisplatina, estava em 1864 “reduzido à miséria” e requeria passagem para o Rio de Janeiro, de onde o ministro francês pagaria sua passagem para a França, onde esperava morrer.⁶¹

O mesmo tipo de risco ou descenso social pode ser visto nas sociedades de socorros mútuos, e os Livros de Atas da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense estão cheios de claros exemplos. I[g]nácio José de Abreu, carpinteiro com renda anual de 300\$000 em 1880, encaminhou ofício em 1859 para a Beneficência Porto-Alegrense “participando achar-se em estado de indigência”. João Firmo de Mello chegou a requerer a moradia na casa da sociedade devido a suas “circunstâncias pouco lisonjeiras”. O mesmo sócio foi, mais tarde, trabalhar no Rio de Janeiro e a entidade pagou sua passagem “à vista do seu estado de indigência”. José Pereira da Cunha Guimarães, que em 1880 era empregado público com renda de 300\$000, estava desempregado em 28 de outubro de 1867, quando solicitou morar na sede da sociedade. A aprovação do pedido do sócio foi um dos focos da crise pela qual passou a entidade, uma vez que, até pelo menos 9 de junho de 1869, Guimarães se recusava a desocupar o prédio e fazia valer sua condição de sócio em meio à discussão do tema. A aprovação da pensão para Zeferino Pedro do Bonfim, em função de seu “estado de indigência” em outubro de 1870 não teria comprometido muito as finanças da entidade, uma vez que, já em 15 de junho do ano seguinte, era sua viúva quem também requeria pensão.⁶²

Não é preciso que me estenda mais na avaliação do risco do descenso social como requisito para a constituição de sociedades de socorros mútuos, quando isto integra minha própria definição das entidades e espero haver demonstrado existir tal percepção no universo empírico tratado. É claro que nem mencionei a possibilidade de ascensão social da população escrava – que talvez sequer fosse grande, mas

⁶¹ Requerimentos: Polícia – 1868 (Maço 137); Diversos – 1870 (Maço 146); Diversos – 1864 (Maço. 107) (AHRs).

⁶² As informações sobre renda e profissão provieram de Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes... *op. cit.* As demais informações provieram de Arquivos Particulares - Livros de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1860 e 1867-1873 (códices 01 e 02, Lata 54v AHRs), nas seguintes sessões: para I[g]nácio José de Abreu, Diretoria, 19 jun. 1859, fl. 75; para João Firmo de Mello, Diretoria, 23 ago. 1859, fl. 77 e Assembléia Geral, 4 out. 1867, fl. 15; para José Pereira da Cunha Guimarães, Diretoria, 28 out. 1867, fl. 16, Diretoria, 9 abr. 1868, fl. 24-25, Diretoria, 1 maio. 1868, fl. 28, Assembléia Geral, 24 jun. 1868, fl. 30-31, Diretoria, 16 jul. e 3 ago. 1868, fl. 32, Diretoria, 19 ago. 1868, fl. 33, Assembléia Geral, 26 set. 1868, fl. 35-36, Diretoria, 25 out. 1868, fl. 37, Diretoria, 10 nov. 1868, fl. 37-38, Assembléia Geral 20 nov. 1868, fl. 39, Diretoria, 8 jun. 1869, fl. 49 e Assembléia Geral, 9 jun. 1869, fl. 50; para Zeferino Pedro do Bonfim, Diretoria, 23 out. 1870, fl. 71 e Assembléia Geral, 15 jun. 1871, fl. 85.

que, de qualquer modo, representava uma barreira, na medida em que, em princípio, nenhum liberto ou livre seria reduzido à escravidão. Com isso, a escravidão seria uma condição social que só permitiria a ascensão social. É patente que as sociedades de socorros mútuos securtizam contra o descenso, uma vez que, por padrão, só os não-escravos se poderiam filiar, e apenas há registro de uma entidade que teria aceitado escravos em seus primeiros tempos, que é a Sociedade [Lotérica] Beneficente Feliz Esperança, que foi incorporada a esta pesquisa quando já teria deixado de promover a cotização para a compra de bilhetes de loterias que, se premiados, permitiriam a compra da liberdade de seus afiliados.⁶³

Contudo – e isso parece tautológico – não bastaria existir uma população economicamente ativa, relativamente concentrada e temerosa dos riscos de descenso social, pois mesmo com todos esses fatores, as pessoas poderiam fazer outras opções, dedicando-se ao crime, por exemplo. Digo que isso parece tautológico, porque a clássica tensão entre liberdade e necessidade na interpretação dos processos históricos não se pode restringir à invocação de requisitos exclusivamente orientados à definição daquilo que é necessário para a constituição de associações voluntárias, exatamente porque defino as sociedades de socorros mútuos como resultantes, também, da vontade dos indivíduos que as compõem. Com isso, e aproveitando uma das vantagens de tomar como universo empírico o Rio Grande do Sul, onde, certamente, não foi nessa parte do mundo que se inventou essa forma de associação, sou capaz de afirmar que seus fundadores **(d) conheciam as sociedades de socorros mútuos.**

Quando da fundação de entidades, são freqüentes as referências a outras, eventualmente como modelo de organização. Tal é o caso da primeira sociedade de socorros mútuos do Rio Grande do Sul, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em Porto Alegre, em 1854. Seu modelo teria sido explicitamente o da homônima do Rio de Janeiro, que existia desde 1840 e, calcada na entidade porto-alegrense (de âmbito provincial), também se criou a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas, quando os sócios dessa cidade se cindiram.⁶⁴ A evidência

⁶³ Sobre essa entidade. V. LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora UFPel/Unitrabalho, 2001, p. 247. Ainda em 1884, a entidade auxiliava a compra de liberdade de membros, cf. *A Discussão*. Pelotas, 5 fev. 1884.

⁶⁴ SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa*. Porto Alegre: Estabelecimentos Gráficos Santa Teresinha, 1954, p. 23-24; CUNHA, Alberto Coelho da. *Síntese Histórica da Beneficência Portuguesa, Santa Casa de Misericórdia, Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, Asilo de Órfãos São Benedito, Asilo de Mendigos*. Pelotas, [manusc.], s/d. (BPP - 612).

de conhecimento de outras entidades também pode ser inferida por meio da semelhança na redação de certos estatutos. A Sociedade de Beneficência Brasileira União, fundada em 1860 em Porto Alegre, alinhava entre seus fins:

“Proteger e defender perante os tribunais criminais todos os sócios que forem injustamente acusados, ou mesmo aqueles que impelidos por uma triste fatalidade tenham-se tornado réus, uma vez que a acusação não seja de ter praticado assassinato em juízo perfeito (quando não hajam [sic] circunstâncias que o justifiquem), furto, roubo e estupro”.

O mais sintético parágrafo da Sociedade Umanitária, fundada em Camaquã, em 1873, apenas dizia ter por fim “Proteger e defender perante os tribunais criminais todos os sócios que forem injustamente acusados ou perseguidos”. Semelhante à União, os estatutos de 1881 da Fraternidade Artística, em Pelotas, declaravam que:

“A sociedade é obrigada a proteger e defender perante os tribunais todos os sócios que forem injustamente acusados ou mesmo aqueles que impelidos por uma triste fatalidade tenham-se tornado réus, uma vez que a acusação não seja de haver praticado assassinato em juízo perfeito (quando não hajam [sic] circunstâncias que o justifiquem), furto, estupro ou homicídio.”

A redação desses estatutos deixa claro que os últimos estavam fortemente inspirados no primeiro. À semelhança da União, a Sociedade Umanitária também prescrevia que “nenhuma pessoa que estiver em perigo de vida poderá ser proposto [sic] para sócio”.⁶⁵

Não foi possível saber se os próprios estatutos da Brasileira União já não copiavam outros – inclusive os primeiros da Beneficência Porto-Alegrense, da qual se cindira –, mas esta última entidade também traz exemplos do conhecimento que seus membros tinham das demais. Não foram encontradas fontes que permitissem comparar a Beneficência Porto-Alegrense com a Beneficência Portuguesa, fundada dois anos antes, mas em pelo menos três situações se comprova que membros de uma entidade sabiam de outras. O sócio da Beneficência Porto-Alegrense Luiz Cavalcante, por exemplo, informava em 7 de maio de 1859 “ter organizado na cidade do Rio Grande a Sociedade de Beneficência Rio-Grandense”. Aparentemente, o intento se frustrou, pois não há registros posteriores dessa entidade. Dez anos depois, quando a Presidência da Província nomeia um

⁶⁵ Requerimentos – Diversos, 1861 (Maço 98), art. 1º, § 6º e art. 41º; Requerimentos – Diversos, 1873 (Maço 163), art. 1º, § 2º e art. 94; ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística. Art. 55. Ato de 3 de março de 1881. *Colecção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, s/d. (AHRs).

presidente para a entidade, o sócio Cândido Antônio da Costa requer à Assembléia Geral que se nomeie comissão de advogados para, em uma comparação com os estatutos da Sociedade Riograndense Beneficente e Humanitária, do Rio de Janeiro, verificar a legalidade do ato do Executivo, deixando implícito o argumento: se na Corte as sociedades de socorros mútuos elegiam seu presidente, por que se faria diferente no Rio Grande do Sul? Alguns anos depois, quando a entidade debate calorosamente a criação de um novo órgão de administração, um dos defensores da proposta, “citando os Estatutos de grande número de associações beneficentes, declara que a idéia dos Conselhos não é nova [e] tem dado os melhores resultados em toda parte...”⁶⁶

As associações de caixeiros no Rio Grande do Sul também se inspiraram em outras existentes para sua constituição. Antes mesmo da fundação do Clube Caixeiral de Pelotas, em 1879, chegou a circular o jornal *O Caixeiro* que, em sucessivas matérias, advogava a fundação de um “Monte-pio Caixeiral”. O autor dos artigos mencionava como modelo o Rio de Janeiro, cuja população era o quádruplo da de Porto Alegre e onde existiam “cinco ou seis associações dessa ordem”, a duas das quais F. R. pertencera enquanto esteve por lá. O Clube Caixeiral de Porto Alegre admitia mesmo que se inspirara na Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, fundada dois anos antes, ainda que haja motivos para descrever dessa relação. Também o Clube Caixeiral Santamariense (na cidade de Santa Maria) teria se instituído “sob os mesmos princípios humanitários e sociológicos que presidiram a fundação” do Clube de Porto Alegre.⁶⁷ Se são freqüentes os exemplos tomados de outras cidades na mesma região e também os de outras regiões, não devem ser esquecidos os exemplos de outros países, casos que não podem ser imputados a “influências”, mas a vínculos evidenciados na

⁶⁶ Respectivamente: Livro de registro dos papéis arquivados na Secretaria da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense – Ano 3 – 1859 a 1860 (Arquivos Particulares, cod. 43, lata 55v); Assembléia geral de 11 abr. 1869, fl. 44; Assembléia Geral de 14 jan. 1872, fl. 97. Livro de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873 (Arquivos Particulares, cód. 02, Lata 54v - AHRS).

⁶⁷ *O Caixeiro*. Porto Alegre, 21 jul. 1878, p. 1-2; 28 jul. 1878, p. 1; 4 ago. 1878, p. 1 (onde explicam o atraso na publicação da seqüência) (BPP). *O Athleta*. Porto Alegre, 12 abr. 1885, p. 1; 29 fev. 1886, p. 2 (MCSHJC). Para a dúvida se o Clube Caixeiral Porto-Alegrense de fato se inspirara na Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, relevo o fato dessa última ter sido fundada por caixeiros e comerciantes, cf. POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixeirais e o “fechamento de portas” no Rio de Janeiro (1850-1912). *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 120; *Idem*. *Trabalhadores e patuscos: os caixeiros e o movimento pelo fechamento de portas no Rio de Janeiro (1850-1912)*. Campinas, 1998. Dissertação (mestrado em História) - IFCH-UNICAMP, 1998, p. 143.

documentação. Um dos fundadores do Clube Caixeiral em Pelotas, fundado em 1879, relatou que seu empenho na luta pelo fechamento de portas na cidade estava associado a sua vivência na Espanha e em Montevideo, cidade onde, em 1877, houvera a vitória dessa reivindicação. Em exemplo bastante diferente, um etnógrafo constatou que a Società dei Falegname, em Caxias do Sul, tomara como modelo de estatuto o da Società di Mutuo Soccorso fra gli Operai Armainoli di Torino.⁶⁸

Ora, esses foram apenas alguns exemplos de um fenômeno amiúde encontrado, mesmo em outros universos empíricos. Assim, na Bahia, a Sociedade [Montepio] dos Artífices, fundada em 1832, teria servido “de modelo a todas as congêneres”; também no México, o mesmo teria ocorrido com a Sociedad Particular de Socorros Mutuos que, fundada em 1853, inspiraria as demais que apareceriam a partir de 1864; na Argentina, a Unione e Benevolenza de Rosario, fundada em 1861, teria explicitamente tomado o regulamento da homônima de Buenos Aires, criada três anos antes, e a Unione e Fratellanza, em La Plata, teria tomado por modelo associações em Milão e Buenos Aires. É essa, por assim dizer, falta de criatividade dos fundadores de entidades que permitiu a um autor tipificar as sociedades de socorros mútuos como a mais disseminada forma de associação entre os emigrantes espanhóis, adotando um modelo que “no era en absoluto desconocido para ellos...”.⁶⁹ E, de resto, ainda hoje é praxe, na fundação de novas associações, tomar estatutos de outras entidades como modelos para deliberação.

⁶⁸ Respectivamente: MORALES, Manuel. Memória. In: CLUB CAIXEIRAL. *Relatório das gestões de 1926 e 1927 apresentado pelo Presidente Germano Duarte*. Pelotas: Universal, 1928, p. 37 (BPP); GONZALES SIERRA, Yamandu. 1877: los dependientes de tienda reclaman. *Hoy es Historia*. Montevideo, n. 20, mar.-abr. 1987, p. 53-58; AZEVEDO, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Cadernos de pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994, p. 208.

⁶⁹ SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia*. Elo dos trabalhadores em Salvador. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998, p. 35; SORDO CEDEÑO, Reynaldo. Las sociedades de socorros mutuos 1867-1880. *Historia Mexicana*. México (DF), v. XXXIII, jul.-sep. 1983, n. 1, p. 78; SILBERSTEIN, Carina F. de. Mutualismo y educación en Rosario: las escuelas de la Unione e Benevolenza y de la Sociedad Garibaldi (1874-1911). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 1, n. 1, dic. 1985, p. 81. Para a fundação da Unione e Benevolenza de Buenos Aires em 1858, v. BAILY, Samuel. Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana en Buenos Aires, 1858-1918. *Desarrollo económico*. Buenos Aires, vol. 21, n. 84, ene.-mar. 1982, p. 488. Para a Unione e Fratellanza em La Plata, OSPITAL, María Silvia, CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Construção de identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920). *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXV, n. 2, dez. 1999, p. 135. Sobre os espanhóis, v. LLORDEN MIÑAMBRES, Moisés. La accion mutuo-social de las sociedades españolas de emigrantes: una explicacion historica del hecho. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, V. 9, n. 28, dic. 1994, p. 606.



Satisfeitos os requisitos, se criam as sociedades de socorros mútuos. É simples criá-las? Não necessariamente, e o próximo capítulo procurará evidenciar as várias decisões que, desde o início, os fundadores devem tomar não apenas para que elas comecem, mas para que sigam funcionando. O esforço para identificar o êxito (ou não) dessas decisões já foi envidado neste capítulo, quando procurei definir o que exatamente procurava e o quanto disso achei. O resultado deve ter ficado claro para o leitor: mesmo que a documentação e os registros sejam fragmentados, o fenômeno do mutualismo não é uma ínfima parcela da realidade no universo empírico aqui abordado, ainda que eu não creia que este estudo lance grandes luzes sobre a totalidade social. Talvez meu esforço seja melhor pensado como um intento de mapear regionalmente um fenômeno global, e daí que o teste dos requisitos para a constituição de sociedades de socorros mútuos deva exceder a descrição do encontrado para aportar elementos de comparação. Minha esperança é a de que o esforço só se terá completamente baldado quando ninguém mais quiser retomar os resultados para seus próprios interesses de pesquisa.

3 – FUNDAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E SOCORROS

Até o momento, apresentei um quadro um tanto estático do fenômeno aqui abordado: as mutuais são pensadas assim, se apresentam dessa forma, podem ser comparadas dessa outra maneira com certos fenômenos, etc. Este e os próximos capítulos trazem afirmações menos peremptórias sobre as sociedades de socorros mútuos porque, entre outras coisas, lidam com aspectos que variam muito de lugar para lugar, de período para período. O primeiro sub-capítulo tenta generalizar algo sobre as decisões tomadas pelos fundadores das sociedades de socorros mútuos. Algumas dessas decisões são tratadas com mais vagar no segundo sub-capítulo, decisões essas que permitem aos pesquisadores ensaiar formas de classificação das entidades. Por outro lado, o terceiro sub-capítulo coloca em relevo outro tipo de decisão, aquelas que permitem qualificar essas associações voluntárias de "sociedades de socorros mútuos" e não, por exemplo, "clubes desportivos".

3.1 – FUNDAÇÃO

Alguém em particular, ou um grupo de pessoas, convida outros para criarem uma entidade. Pouco mais do que essa descrição abstrata pode ser vista em comum na fundação de sociedades de socorros mútuos. A Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre foi criada logo depois do êxito nas exéquias de D. Maria II, no começo de 1854. O vice-cônsul português se empenhara em reunir a colônia na homenagem, o que o fez retomar a iniciativa que já em 1846 se havia tentado. Mas criar uma entidade dos portugueses, um ano depois da guerra civil que por dez anos ocorrera, não seria prudente, tendo em vista os sentimentos lusófonos que havia na Província desde antes da Farroupilha. E tais sentimentos teriam, mesmo, levado a abortar a criação da Sociedade Militar em finais de 1833, entidade que, ao lado de defender a restauração de D. Pedro I, e “sustentar a Dignidade Militar”, pretendia “proteger e beneficiar aos sócios e suas famílias em todos os casos de urgência”. Uma representação, assinada por 123 pessoas, requisitou à Câmara de Porto Alegre a proibição do funcionamento da entidade devido ao seu caráter exclusivo de “classe”, a sua pretensão de constituir-se como grupo de

pressão e à intranqüilidade pública daí resultante. Consta que a Sociedade Militar foi, afinal, proibida. Também a tentativa de criar a entidade portuguesa em 1846 não foi levada a cabo, mas em 1854 o vice-cônsul a julgou possível, e convocou reunião quando já tinha proposta de estatutos.¹

O prestígio do diplomata certamente teve algum peso na reunião de fundação, uma vez que, em outros casos de entidades de imigrantes, personagens com esse tipo de cargo também são convidados, protagonizam ou aparecem na fundação. Assim aconteceu em 1857, quando os sócios da Portuguesa de Beneficência residentes em Rio Grande avaliaram que não deveriam se manter como uma sucursal da entidade em Porto Alegre, separaram-se e foram convidar o vice-cônsul português da cidade para integrar a diretoria da nova Sociedade Portuguesa de Beneficência D. Pedro V. Diplomatas também aparecem na fundação da Fratellanza e Unione Italica, de Cruz Alta, encabeçada pelo correspondente consular da Itália, que também dirigia um jornal em português; com a Societé Française de Bienfaisance, reunida em torno do cônsul e sua esposa em Porto Alegre; em Pelotas, onde um dos protagonistas da cisão da Unione e Philantropia era o agente consular.² Mas pouco encontrei sobre o prestígio de protagonistas de outras iniciativas, e isso por um motivo simples: mesmo estudos que tomam livros de atas como fontes constatam que tais documentos nem sempre deixam transparecer

¹ Sobre a Sociedade Militar, v. CORUJA FILHO (Dr. Sebastião Leão). *Datas rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Globo/ Secretaria de Educação e Cultura, 1962, p. 2-3, 399-402. Sobre a fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência, v. SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa*. Porto Alegre: Estabelecimentos Gráficos Santa Teresinha, 1954, p. 23-24. Sobre os sentimentos lusófilos, é curioso o ofício que um Juiz de Paz em Porto Alegre dirige ao Encarregado de Estatística em 24 jun. 1834, quando se recusa a atender suas determinações: "... o Juiz de Paz do Centro desta Cidade, Cidadão Brasileiro, e livre, julga indecoroso cumprir o ofício de um forasteiro galego ou português, escravo do absoluto Miguel ou de Pedro Panaca de execrável recordação e por isso espero que Vossa Mercê deixe de fazer ofícios e, em desempenho de seus deveres, encarregue, à sua custa, pessoas brasileiras que se empreguem nos trabalhos de Estatística, pois de boa vontade lhes facilitarei todos os esclarecimentos precisos para o aperfeiçoamento de tão interessante serviço." Transcrito em FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1991, p. 58.

² SINTRA, Elmano de. *Sociedade Portuguesa de Beneficência: História da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio Grande, através de um século: 1859-1959*. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1959, p. 22-23; *CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre/Roma: Globo/ Ministeri degli Affari Esteri, 1925, p. 386; SPALDING, Walter. Os franceses no Rio Grande do Sul. In: BEUX, Armindo (org.). *Franceses no Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre?]: Metrópole, [1976], p. 41; ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2000, p. 133. Para o funcionamento da Societé Française no escritório da agência consular, v.: *A Federação*. Porto Alegre, 5 ago. 1892 e 31 jan. 1895 e Correspondência das Associações de Beneficentes [sic] em resposta a questionário enviado à Diretoria Geral de Estatística, 1897. Estatística. Maço 4. (AHRs).

os procedimentos imediatamente preliminares à fundação das entidades, ou as eventuais fontes de prestígio de seus fundadores.³ Assim, o livro de atas da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense inicia com o registro da sessão preparatória que ocorreu na noite de segunda-feira, 15 de dezembro de 1856. Na ocasião, 12 homens se encontraram para debater a “organização de uma Sociedade de Beneficência projetada pelo sr. João Firmo de Mello”. Ignoro o perfil social daqueles 12 homens, mas há motivos para supor que não fossem endinheirados, porque aquele que projetara a entidade estaria, alguns anos depois, empobrecido (v. referência ao mesmo no capítulo 2). Eleita a comissão de estatutos, os iniciadores também definiram que não aceitariam novos sócios até a aprovação dos referidos estatutos. Na quinta-feira pela noite havia proposta de estatutos e, em 14 de janeiro de 1857, com esses já aprovados, a Comissão de Poderes também aprovava a filiação de Espiridião José Muniz que, na semana seguinte, é recebido pelos secretários da entidade e “é introduzido [na sala de sessões] com todas as formalidades [e] tomou assento”.⁴

Com a entidade fundada, há várias coisas a operacionalizar, inclusive a mais premente: onde se reunir? A premência do local de reunião depende de decisões de mais longo prazo, sobre as expectativas de crescimento da entidade. Com efeito, definir a expectativa sobre o aumento dos quadros de membros e com quais tipos de membros pretende crescer é uma decisão da qual dependerão inclusive as preocupações sobre o local de reunião. Já mencionei no capítulo 2 as reuniões em bares e salões, mas muito comuns nos primeiros tempos são as reuniões em casas (de residência ou de comércio, se é que a distinção faz sentido) de membros. A Beneficência Porto-Alegrense, enquanto não alugava uma casa, fazia reuniões nas residências de membros, e isso pode ter pesado na aceitação do primeiro sócio Espiridião José Muniz, que oferecera “uma das salas do depósito Militar para se fazerem as sessões preparatórias até a instalação da sociedade”. Já uma das reuniões preparatórias da Sociedade Italiana Vittorio Emanuel II, em Porto Alegre, ocorreu na “casa dos srs. Florio & Galdi & Cia.”, às 13 horas do Domingo, 10 de

³ ARRUDA, Arlete Aparecida Hildebrando de. *Centro Operário, primeira organização de trabalhadores de Lages, estado de Santa Catarina (comportamento político de trabalhadores)*. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UFRGS, 1983, p. 66; TELLES, Leandro. *Do Hilfsverein ao Colégio Farroupilha, 1858-1974*. [Porto Alegre]: Associação Beneficente e Educacional 1858, 1974, p. 28.

⁴ LIVRO de Atas da Sociedade de Beneficência Porto Alegre, 1856-1860, fl. 1-10 (Arquivos Particulares, cod. 1, lata 49v, AHRS).

junho de 1877. A União Operária de Cruz Alta tentou se reunir pela primeira vez em 17 de maio de 1897, mas os presentes avaliaram “não haver número suficiente de companheiros para se levar a bom termo a reunião”. Ao invés de repetir a reunião na segunda-feira seguinte, preferiram convocá-la para o domingo, 23 de maio, ainda na casa de um operário, quando então compareceram 80 pessoas.⁵ Já quando as entidades se fundam em locais onde existem outras entidades, mesmo de socorros mútuos, não raro as reuniões ocorrem nesses locais, cedidos ou alugados para tanto. Assim, a União Operária de Cruz Alta passaria a se reunir na Fratelanza; o Grêmio Tipográfico foi fundado e se reunia no Clube Caixeiral de Pelotas e a Associação Tipográfica Gutemberg, que o sucedeu, usava a sede da Harmonia dos Artistas; a União Israelita de Rio Grande se reunia na sede da Mutua Coperazione em 1935.⁶

Acontece das entidades institucionalizarem a honra dos fundadores, pois são pessoas que envolvem seus tempo e dinheiro em um projeto sobre cujo futuro há muita insegurança. No mais das vezes, é apenas criada uma categoria de “sócio fundador”, sem quaisquer outras prerrogativas, mas é comum também o conferir de um pouco mais de direitos. O Club Caixeiral Porto-Alegrense permitia que os sócios fundadores que não fossem caixeiros se inscrevessem como efetivos, inclusive podendo votar e serem votados, ao passo que a União Filhos do Trabalho, de Uruguaiana, garantia que os fundadores poderiam se retirar da sociedade e voltar com a mesma honraria. Em outros casos, os fundadores têm regalias econômicas: o sócio fundador da Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho, de Rio Grande, se remiria automaticamente com 6 anos de filiação; a Harmonia dos Artistas, de Pelotas, permitia a remissão com 4 anos de filiação e o valor de 13\$000, contra os 105\$000 necessários para remissão de outras categorias de sócios; e nas Vittorio

⁵ Para a residência de membros na Beneficência Porto Alegrense, v. *Ibidem*, fl. 13 (20 fev. 1857); para a oferta de Espiridião José Muniz, fl. 11. Para Sociedade Vittorio Emanuele II, Requerimentos – Diversos, 1881 (Maço 198 - AHRS). Para a União Operária de Cruz Alta: SOARES, Ubirathan Rogério. *A União Operária e a gênese da organização operária em Cruz Alta/RS – 1897-1930*. Monografia (curso de especialização em história do Brasil – UFSM), 1995, p. 81. Outros casos de reunião em casas de residência podem ser vistos em: ARRUDA, *op. cit.*, p. 65; *A Federação*. Porto Alegre, 1 jul. 1885 (Montepio Tipográfico); *Jornal do Comércio*. Pelotas, 9 ago. 1881 (Grêmio Tipográfico); *Jornal do Comércio*. Pelotas, 1 Jan. 1875 (Unione e Filantropia); Requerimentos – diversos – 1861 (Mç 98, AHRS – para a Sociedade Esperança Marítima); SINTRA, *op. cit.*, p. 19 (Agência da sociedade em Rio Grande); CAGGIANI, Ivo. *Sant’Anna do Livramento: 150 anos de história*. 1. vol. Sant’Anna do Livramento: ASPES, 1983, p. 184 (Clube Caixeiral).

⁶ SOARES, *op. cit.*, p. 93; *A Discussão*. Pelotas, 19 jan. 1881 e *Correio Mercantil*. Pelotas, 21 Jan. 1881; *Idem*, 2 jul. 1886; EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica*. Caxias do Sul: EDUCS/ Porto Alegre: EST, 1984, p. 124.

Emanuele II, de Porto Alegre e Esperança Marítima, de Rio Grande, que estabeleciam valores de jóia condicionados à idade do ingressante, os fundadores e instaladores pagariam o menor valor, independente de idade. Não havia direitos econômicos maiores no Grêmio dos Artistas, de Porto Alegre, mas a maioria dos fundadores tinha poder de veto com respeito à extinção da entidade ou sua fusão com outra. Tais medidas não eram apenas um prêmio, uma vez que, em alguns casos, são mesmo um estímulo à adesão de novos membros a uma recém-criada entidade, pois o Club Caixeiral Porto-Alegrense definia como fundadores “todos aqueles que tiveram a idéia, concorreram para sua realização e instalaram o Club”; a Vittorio Emanuele II manteve por 6 meses o prazo para inscrição de “fundadores” e a Associação Pelotense de Funcionários Públicos isentava de jóia os que assinassem a ata de aprovação de estatutos ou se inscrevessem nos próximos 30 dias. Por maiores que possam ser as prerrogativas econômicas conferidas aos fundadores, não se pode desprezar as simbólicas. Na Sociedade Beneficente Fraternidade Artística, em Pelotas, os sócios fundadores não teriam quaisquer outros direitos, além do uso de uma “fita” específica, ao contrário dos “distintivos” dos demais sócios. Na Beneficência Porto-Alegrense, o sócio Pedro de Oliveira Ramos ameaçou retirar-se da entidade quando verificou não estar incluído entre os que teriam seu retrato na sala de sessões, apesar de estar entre os que se reuniram em dezembro de 1856. Depois de muito debate, deliberou-se promover subscrição entre seus amigos para colocar seu retrato na sala.⁷

Costumam ser os fundadores os que escolhem também os nomes das entidades, nomes pelos quais elas passam a ser conhecidas. Não são claros os motivos pelos quais pequenas variações nos nomes são consideradas

⁷ Respectivamente: ESTATUTOS do Clube Caixeiral Porto-Alegrense. Porto Alegre: Typographia da Agência Litterária, 1889. Art. 4º (BRG); ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Filhos do Trabalho. Uruguaiana: Tip. A Nação, 1927, art. 52 (BRG); ESTATUTOS da Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho. Rio Grande: Typ. e Lith. do Bisturi, 1891, art. 39 (BRG-NPH); ESTATUTOS do Club Beneficente Harmonia dos Artistas, art. 46. Ato n. 9 de 4 de fevereiro de 1882. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Of. Typ. de Carlos Echenique, 1908; ESTATUTOS da Sociedade Italiana de Mútuos Socorros "Victor Manuel 2º", art. 18. Ato n. 3 de 27 de janeiro de 1882. *Ibidem*; Sociedade Esperança Marítima, art. 6º. Requerimentos – Diversos, 1861 (Maço 98 – AHRS); ESTATUTOS do Grêmio dos Artistas. Ato n. 14 de 9 de fevereiro de 1882, arts. 15 e 202. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882, op. cit.*; ESTATUTOS da Associação Pelotense de Funcionários Públicos. [Pelotas]: Oficina Gráfica A Universal, [1936], art. 6. (BRG); ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística. Ato de 3 de março de 1881. Art. 3º. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, s/d.; Assembléia Geral de 13 nov. 1867. Livro de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, fl. 18 (Arquivos Particulares, cód. 02, Lata 54v - AHRS).

insignificantes, e os exemplos mais claros disto são os das Sociedades Portuguesas de Beneficência, amiúde conhecidas como “Beneficência Portuguesa”; também algumas Uniões Operárias variavam a denominação para “Sociedade União Operária”. Outro caso de variação aparece na Associação/Sociedade Beneficente Protetora das Classes Laboriosas (acrescentando, eventualmente a especificação “Pelotenses”), o que levou uma autora a distinguir uma da outra.⁸ E às vezes, o nome da entidade não parece ter importância alguma, como aconteceu com um pedido de subvenção ao Conselho Municipal de Porto Alegre em 1928. A Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre solicitou auxílio em dinheiro e a comissão de Petições, Reclamações e Redação do Conselho Municipal se manifestou contrariada pelo fato de já estar subvencionado a Associação Mútua Municipal. A comissão supunha que a nova requerente fosse a mesma entidade, mas pedia comprovação disso. A entidade encaminhou, então, um certificado da Diretoria Geral da Fazenda Municipal, declarando que a norma legal que mandava subvencionar a Associação Mútua Municipal era cumprida por meio do pagamento à Associação dos Funcionários Municipais.⁹

Mesmo frente a casos em que o nome exato importava pouco aos contemporâneos, não se deve supor que nunca importasse. Ao contrário, alguns nomes se carregavam de significado, como se daí proviesse parte dos parâmetros para avaliação dos méritos da entidade. Assim, as decisões sobre mudanças de nome, disputas por nomes e preferências de nomes merecem alguma atenção. Várias entidades de grupos imigrados tiveram que mudar de nome por ocasião da lei de nacionalização em 1938 (v. cap. 6), mas, talvez pela expectativa de ser uma exigência passageira, não parece ter havido muito cuidado na escolha de novos nomes e mesmo retomada dos antigos. A mutual judaica Poilisher Farband toma o

⁸ ESTATUTOS da Associação Beneficente das Classes Laboriosas instalada em 10 de outubro de 1880. Pelotas: Livraria Americana, 1884. [Reproduzido em PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/Tchê!, 1992, p. 18-28; ESTATUTOS da Associação Beneficente das Classes Laboriosas Pelotenses. Ato de 25 de setembro de 1880. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, 1886; LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora UFPel/Unitrabalho, 2001, p. 111. De resto, devo assinalar que, a despeito de meu cuidado no cruzamento das informações, posso haver cometido erros ao pensar que apenas houve variação de nomes quando as entidades seriam, de fato, diferentes, ou ainda, ao pensar que nomes diferentes da mesma entidade foram assinalados como duas mutuais.

⁹ [Dossiê, 12 nov. 1928]. Conselho Municipal. Pedidos de Auxílios de verbas por instituições assistenciais. 1924-1929 (AHMPA, 1.11.1.6.1.1.)

nome do político regional Maurício Cardoso e assim fica; o Deutscher Krankenverein traduz-se para Sociedade Beneficente de Assistência Médica e assim fica, tal como também aconteceu na mudança de Gemeinützinger Verein para Sociedade Amparo Mútuo; o Bürgerklub não traduziu seu nome, mas adotou a denominação geográfica de Sociedade Florida devido à proximidade com a praça homônima em Porto Alegre; também geográficos foram os nomes adotados pelas mutuais italianas de Alfredo Chaves (Veranópolis), Caxias do Sul e Antônio Prado, que deixaram de ser, respectivamente Príncipe di Piemonte, Príncipe di Napoli e Vittorio Emanuele III para serem simplesmente as sociedades Alfredo-Chavense, Caxiense e Pradense; a Società Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza, em Bagé, se nacionaliza adotando o nome da esposa brasileira de Garibaldi. Outros casos de mudanças de nomes não parecem decorrer de pressões externas, mas da dinâmica interna das entidades, fenômenos que talvez novas pesquisas possam vir a esclarecer. Assim, a Sociedade União e Progresso de Pelotas, cerca de um mês depois de sua fundação, toma o nome que ainda hoje tem de Clube Caixeiral e a União dos Funcionários da Fazenda Estadual, fundada com esse nome em 1929, em algum momento passa a se denominar União Beneficente dos Funcionários Estaduais e em 1960 retoma o nome antigo.¹⁰

No que diz respeito a disputas de nomes, encontrei dois casos. No final de maio de 1927, começaram a correr notícias de que o Club Caixeiral Porto-Alegrense pretendia fundir-se com a Associação dos Empregados no Comércio; a diretoria desta procurou a diretoria daquela e começaram as tratativas. O Club Caixeiral prestou todas as informações requeridas pela Associação, e propôs que a fusão resultasse não na incorporação de uma entidade por outra, mas que ambas entidades abrissem mão de seus nomes para a denominação da nova mutual. O Conselho Administrativo da Associação rejeitou a proposta de abrir mão do nome, e novas negociações se fizeram. Reuniões e comissões de parte a parte levaram a um acordo: o nome seria o de Associação dos Empregados no Comércio. Tudo acertado, só houve dois problemas: a assembléia geral do Club Caixeiral rejeitou a manutenção do nome de Associação, e a assembléia geral da Associação rejeitou abrir mão do nome, de forma que, até fevereiro de 1929 (e, talvez, até 1936), nada se fizera.¹¹ O outro caso, já

¹⁰ *Correio Mercantil*. Pelotas, 27 dez 1879; 30 jan. 1880 (BPP); ESTATUTO da União dos Funcionários da Fazenda Estadual. Porto Alegre: Tipografia Santo Antônio do Pão dos Pobres, [1960?]. art. 1º (IHGRGS).

¹¹ ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. *Relatório, balanços e*

tratado pela bibliografia, é o rumoroso da mutual italiana em Pelotas. A despeito de variarem os nomes, era objeto de desejo a denominação de Unione [e] Filantropia/Philantropia, que foi disputada por duas entidades, adotada também pela sucessora de uma delas e pela loja maçônica dos italianos daquela cidade.¹²

Também relacionada aos ítalos é a diferença nas preferências de denominação antes e depois de 1877. Antes dessa data, as mutuais italianas mais antigas tendem a ter nomes politicamente “neutros”, como Unione e Philantropia (em 1877), Unione e Benevolenza (em 1875), Mutuo Soccorso e Beneficenza (em 1871); depois, são mais freqüentes nomes nos quais subjaz certa preferência política, mesmo que seja a do nacionalismo italiano, como são as denominações de Garibaldi, Mazzini, e de membros da família real, embora nomes “neutros” não desapareçam completamente. A mais importante mutual italiana de Porto Alegre foi fundada em 1877 como Mutuo Soccorso e Benevolenza, mas adotou em 1878 o nome Vittorio Emanuele II.¹³ E, às vezes, os nomes das entidades – talvez para evitar cizânias ou por pura falta de inventividade – se resumiam à provável data de fundação, como eram as 13 de Janeiro e 24 de Maio, em Porto Alegre, ou a 24 de Junho, em Rio Pardo.

Mas a capacidade que os fundadores têm, de fato, é a de definir a forma de crescimento da mutual, isto é, o perfil dos associados, seus direitos e sua forma de incorporação à entidade. Certamente essas definições podem ser mudadas com o correr do tempo, mas mesmo essas mudanças são possíveis quando certo grupo tem poder na entidade para tanto. Já mencionei casos em que os fundadores avaliam que não são capazes de constituir uma entidade e isso acontece quando pensam que são baixas as possibilidades de aumento dos quadros. O aumento do quadro de membros é muito importante em uma sociedade de socorros mútuos – e

parecer da comissão de contas relativos ao biênio social de 1927-1928. Apresentados à aprovação da Assembléia deliberativa em sessão ordinária de 14 de fevereiro de 1929 pelo Presidente sr. Armando R. de Oliveira. s.n.t. p. 4 e 14-16. (IHGRGS). Quando digo que até 1936 talvez nada se fizera, tenho em mente a correspondência do Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Porto Alegre solicitando isenção de impostos prediais sobre imóvel pertencente ao Club Caixeiral. Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições sociais, 1936-1937 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.4 – Proc. n. 812, 7 nov. 1936).

¹² ANJOS, *op. cit.*, p. 130-135; ROSA, Cláudia Regina Gomes da. *Jornal “O Templário”: órgão da maçonaria em Pelotas*. Pelotas, 1997. Monografia (curso de Licenciatura em História-UFPel), 1997, p. 10.

¹³ Para um panorama das mutuais italianas, v. CINQUANTENARIO, *op. cit.*, p. 364-397. Para a mencionada entidade porto-alegrense, p. 365 e OSPITAL, María Silvia, CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Construção de identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920)*. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXV, n. 2, dez. 1999, p. 131-146.

talvez seja essa a principal característica a diferenciá-las das associações comerciais de previdência. Isso ocorre porque as mutuais supõem que manterão por muitos anos alguém como associado, e aquilo que pagará por essa associação permitirá pelo menos custear os gastos com os socorros oferecidos. Não há pesquisas suficientes para afirmar o quanto a previsão das entidades sobre a relação entre a receita proveniente das quotas pagas e os gastos com socorros depende também do envelhecimento dos sócios, que, por estarem mais suscetíveis a doenças, por exemplo, passariam a também demandar maiores gastos com assistência. Não é apenas o senso comum que aponta o aumento da idade como variável na demanda pela assistência, uma vez que estudos sobre diferentes universos empíricos não apenas o indicam como suposição, mas o constata ao comparar as idades dos membros de associações de seguro de saúde voluntárias e compulsórias entre 1891 e 1894 na Áustria e em Leipzig, as segundas com mais da metade de seus associados com menos de 30 anos, ao contrário das primeiras.¹⁴ Não obstante, a maior mutual da América do Norte, a Independent Order of Odd Fellows já mereceu um estudo em seus registros de doença, cujos autores teriam constatado que a assistência à saúde foi predominantemente conferida para os jovens, contrariando a percepção de que, tal como outros sistemas de previdência, também nas mutuais os velhos seriam os sustentados pelas contribuições dos demais.¹⁵

Para meu universo empírico, não há motivos suficientes para duvidar que os velhos seriam sustentados pelo crescimento da associação, ou, pelo menos, que essa é a concepção a reger as decisões dos dirigentes que se esforçam por fazer crescer o número de associados que contribuem com a receita da entidade. A

¹⁴ A afirmação genérica sobre idade consta em LINDEN, Marcel Van Der. Introduction. In: *Idem* (ed.). *Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996, p. 19. Embora não incorpore o debate sobre idade, afirmação semelhante sobre a necessidade de expansão das sociedades de socorros mútuos no Rio de Janeiro aparece em CONIFF, Michael L. Voluntary associations in Rio, 1870-1945. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. V. 17, n. 1, feb. 1975, p. 66 ("Like most insurance schemes beset with inflation, the mutual aid societies depended upon constant expansion of membership and some speculation in financial and property markets to stay in the black...") e, de forma semelhante, em HAHNER, June. *Pobreza e política. Os pobres urbanos no Brasil 1870-1920*. Brasília: EdunB, 1993, p. 99. Os dados sobre Áustria e Leipzig estão em MURRAY John E. Social Insurance Claims as Morbidity Estimates: Sickness or Absence?. *The Journal of the Society for Social History of Medicine*. V. 16, n. 2, Aug. 2003, p. 234.

¹⁵ Não tive acesso ao livro de George Emery e J. C. Herbert Emery (*A Young Man's Benefit: The Independent Order of Odd Fellows and Sickness Insurance in the United States and Canada, 1860-1929*. Montreal: McGill-Queens University Press, 1998), tão somente ao ensaio bibliográfico de GLENN, Brian J. Understanding mutual benefit societies, 1860-1960. *Journal of Health Politics, Policy and Law*. Durham, V. 26, n. 3, p. 638-651, Jun 2001.

concepção emerge no momento da fundação e quando ocorrem reformas de estatutos e não aparece de forma explícita nos critérios de associação (sobre os quais falo adiante), mas na decisão, por exemplo, sobre os valores de jóia (taxa de entrada) e de remissão. Definir uma jóia elevada é um meio de desestimular a associação daqueles que não pretendem ficar muito tempo como membros da entidade, ao passo que permitir a remissão é um meio de obter rapidamente grandes ingressos, talvez superiores às mensalidades que um velho viria a pagar, pela previsão de que morreria antes de aportar esse valor por meio de mensalidades. Mas o quanto é um bom valor de jóia e o quanto é um bom valor de remissão? A dúvida aparece, por exemplo, no texto um tanto obscuro, mas preocupado, do relatório da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre em 1908, que alertava para o alto número de remissões: "aumenta o número dos sócios contribuintes e a soma das mensalidades sempre diminui".¹⁶ De qualquer modo, a expectativa otimista de crescimento das mutuais é mais facilmente inferida quando sobrevem o pessimismo decorrente de algum fator exógeno. O presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas temia, em 1910, que, "tendo cessado quase por completo a imigração espontânea de cidadãos portugueses", fosse difícil obter nomes para os cargos de diretoria e, 15 anos antes, o relatório do Clube Caixeiral da mesma cidade dava conta dos problemas decorrentes da convocação de sócios da entidade para o serviço da Guarda Nacional por ocasião da guerra civil.¹⁷ Esses são exemplos que permitem utilizar, subvertendo seu sentido, a famosa passagem de abertura do livro de Thompson: "Que o número de nossos Membros seja ilimitado".¹⁸ Enquanto no caso analisado por esse autor, a expectativa de crescimento das Sociedades de Correspondência orientava-se pela disseminação de valores e idéias a pautarem a construção de estratégias públicas dos trabalhadores, passagens contraditórias em estatutos de sociedades de socorros mútuos no Rio Grande do Sul sobre o "número ilimitado" de membros são

¹⁶ RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre apresentado pelo seu presidente Comendador Antônio Francisco de Castro em sessão de Assembléia Geral em 15 de janeiro de 1909. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, 1909, p. 6 (BN).

¹⁷ Respectivamente: RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência apresentado pelo seu presidente Gabriel Castro em sessão de Assembléia geral de 7 de agosto de 1910. Pelotas: Off. do Diário Popular, 1910, p. 5; CLUB CAIXEIRAL. *Relatório do Presidente Antônio Planella*. Apresentado em Assembléia Geral de 25 de dezembro de 1894. Pelotas: Livraria Americana, 1895, p. 3 (BPP).

¹⁸ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 15. Na edição em inglês (THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin, [1976?]), o trecho citado está na p. 19.

mais facilmente atribuíveis ao desejo de consolidar uma associação que, auto-financiada pelas receitas provenientes de sócios novos, pode atender às estratégias privadas de seus membros.¹⁹ E agora um exemplo contrário: a Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho, de Rio Grande, era uma mutual composta exclusivamente de negros. A entidade teve seu nome alinhado entre outras do mesmo grupo étnico cujos nomes expressavam valores tais como "fraternidade, harmonia, democracia, progresso". Pois a Filhos do Trabalho explicitava em seus estatutos: "O número de sócios não poderá exceder de 1500".²⁰

É flagrante que as expectativas de crescimento de entidades interferem na decisão de fundar uma mutual, fenômeno visível quando se comparam os casos em que entidades se cindem. São mais freqüentes os casos em que a fundação de novas entidades por cisão de outras ocorra antes que seja possível acumular algum dinheiro. Tais casos, de modo geral, ocorrem nos momentos de fundação, ou pouco tempo depois dela, quando, possivelmente, pouco se acumulara. Já mencionei o caso da mutual italiana – ou seria melhor falar no plural? – em Pelotas, que, fundada em 1873, dois anos depois expulsou sócios que conseguiram fundar nova entidade com o mesmo nome e maior êxito que a "Unione e Philantropia (primitiva)". Também em Pelotas, mal eleita a primeira diretoria efetiva da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística em 1881, cindiram-se membros dessa mesma diretoria, que viriam a fundar a Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas, em 1882. Já em Porto Alegre, a Sociedade de Beneficência Brasileira União se fundou em 1860 quando 33 sócios se separaram da Beneficência Porto-Alegrense, 4 anos depois de sua fundação oficial.²¹ Em todos esses casos, há elementos que permitem atribuir as cisões a

¹⁹ Apenas como exemplos: ESTATUTOS da Sociedade Italiana de Mútuos Socorros Victor Manoel 2º. Ato n. 3 de 27 de janeiro de 1882. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Of. Typ. de Carlos Echenique, 1908, art. 3º; ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. do Echo, 1881, art. 1º; ESTATUTOS do Club Caixeiral Porto-Alegrense. Porto Alegre: Typographia da Agencia Literária, 1889, art. 3º; ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio. Rio Grande: Livraria Oliveira Junior, [1930], art. 1º (BRG).

²⁰ LONER, *op. cit.*, p 256-257; ESTATUTOS da Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho. Rio Grande: Typ. e Lith do Bisturi, 1891 (BRG). Outra interpretação sobre o número-limite de membros em sociedades de socorros mútuos é a de Michal RALLE (A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). *Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 23), que a atribui à necessidade de não "cobrir uma zona ampla demais sem correr o risco de não verificar a veracidade dos acidentes ou das enfermidades dos sócios". Mas o autor se refere a limites entre 150 e 300 sócios, não 1.500, número que já excederia eventuais valores de contato interpessoal.

²¹ ANJOS, *loc. cit.*; LONER, *op. cit.*, p. 247 e *Idem*. *A lenta construção de identidades em comum entre trabalhadores no final do Império*. Pelotas, Paper apresentado nas Jornadas de História do Trabalho, em nov. 2002. V. tb. *Diário de Pelotas*. Pelotas, 30 e 31 ago. 1881 (BPP); ALMANAK

disputas políticas internas, mas disputas políticas não eram fenômenos raros no Rio Grande do Sul, como se verá na Terceira parte desta tese. Meu argumento é o de que a possibilidade de que tais disputas levem a cisões nas entidades é maior quanto menores forem os bens acumulados pelas mutuals. E o argumento ganha relevo quando se atenta para o caso da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre: mal completara 5 anos de existência, já havia sofrido três cisões nas cidades de Pelotas e Rio Grande. Em todas as três cisões, o motivo de divergência envolvia a dificuldade da prestação de socorros nas cidades que não Porto Alegre; em todas as três, o empenho imediato dos cindidos foi a constituição de hospitais; e na última cisão, que resultou na Sociedade Portuguesa de Beneficência em Rio Grande, em 1859, também foi decidido "mandar cobrar, pelos meios legais que julgar mais convenientes" um crédito junto à entidade de Porto Alegre e tentar apossar-se de parte dos bens desta.²² Ao dizer que são mais freqüentes os casos em que cisões ocorrem no começo de funcionamento de uma mutual, não posso ignorar o único caso em que isso não ocorreu, e a carência de maiores detalhes me impede de explicá-lo por meio do mesmo argumento aqui utilizado. A Harmonia dos Artistas, antes mencionada, abria-se a negros e brancos de Pelotas. A entidade sofreu uma cisão em 1898, 16 anos depois de sua fundação, quando os brancos teriam criado a União Humanitária.²³ Quando digo que a carência de detalhes me impede de explicar o caso por meio dos mesmos argumentos, não estou ignorando a forte probabilidade de que o caso envolva racismo: acontece que, por não haver encontrado balanços da entidade, ignoro o quanto foi possível acumular desde o tempo de sua fundação, e não se pode excluir a possibilidade de que, mesmo passadas quase duas décadas, a Harmonia dos Artistas continuasse a ser uma mutual "pobre".

Administrativo Commercial e Industrial Rio-Grandense para 1873. Por Antônio de Azevedo Lima e Ignácio de Vasconcellos Ferreira. Ano I. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, [1872], p. 226 e ss. (BPE). Outro caso de cisão no princípio de funcionamento da entidade é o da União do Comércio, em Pelotas, que reunia caixeiros e comerciantes que se separaram do Club Caixeiral da cidade. Sobre o caso, v. DUARTE, Paulo Cesar Borges. *Despachando no balcão: caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*. Porto Alegre, 2001. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 2001, p. 74.

²² CUNHA, Alberto Coelho. *Síntese histórica da Beneficência Portuguesa, Santa Casa de Misericórdia, Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, Asilo de Órfãos São Benedito, Asilo de Mendigos* (BPP-612); RESUMO Histórico da fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência – publicação autorizada pelo Conselho Deliberativo em sessão de 13 de junho de 1926, p. 2-5 [anexo a: RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência relativo à gestão de 1º de julho de 1925 a 30 de junho de 1926, apresentado e aprovado em Sessão de Assembléia Geral de 1º de agosto de 1926 pelo presidente J. B. Eça de Queiroz. Pelotas: Off. Graphics da A Guarany, 1926-BPP)]. O trecho citado proveio de SINTRA, *op. cit.*, p. 22-27.

²³ LONER, *Construção...*, *op. cit.*, p. 247.

As entidades são fundadas e, nesse processo de fundação, decisões sobre seu funcionamento, baseadas em avaliações (realistas ou não) e desejos são tomadas. Quais exatamente foram as decisões tomadas pelas mutuais no Rio Grande do Sul com respeito a suas possibilidades de crescimento? Esse é o tema do próximo sub-capítulo.

3.2 – DECISÕES E CLASSIFICAÇÃO

As decisões sobre o crescimento das entidades podem envolver inúmeros fatores: a natureza de seus socorros, os preços de associação, os critérios de associação, os vínculos (amistosos ou inamistosos) com outras entidades, etc. A bibliografia aqui especifica essas decisões tomadas pelos associados na forma de classificações das sociedades de socorros mútuos. Assim, Edwards e Chandler classificam as mutuais britânicas do século XIX segundo seu âmbito: haveria as "local societies" de membros da mesma profissão ou abertas profissionalmente; e as "affiliated orders", de caráter nacional e funcionando em nível local por meio de suas "lodges". Essa distinção parece comum no mundo anglo-saxônico, mas é sofisticada por Beito quando faz coincidir âmbito e socorros nos Estados Unidos: as entidades locais priorizariam os socorros relacionado à condição de "sick and dead", ao passo que o seguro de vida seria oferecido pelas "orders". Na historiografia brasileira, a classificação mais freqüente toma como critério o grupo social da mutual. Esse critério será debatido com maior vagar no próximo capítulo, mas assinalo que o âmbito de associação também já foi tomado como critério de classificação, uma vez que Tânia de Luca especificou uma categoria para as mutuais de bairro em seu estudo sobre São Paulo.²⁴

De minha parte, penso que as classificações tentadas por diferentes autores cumprem mais uma função didática que analítica, ou ainda servem, preferencialmente, para recortar do fenômeno as mutuais que serão abordadas, como aqui fiz ao excluir as entidades escolares. Longe de desprezar os esforços da bibliografia para classificar as mutuais, penso que a variabilidade do fenômeno –

²⁴ EDWARDS, John Richard, CHANDLER, Roy. Contextualizing the process of accounting regulation: a study of nineteenth-century british friendly societies. *Abacus*. V. 37, n. 2, 2001, p. 196; BEITO, David T. *From Mutual Aid to the Welfare State. Fraternal Societies and Social Services, 1890-1967*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000, p. 14-15; LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 152 e ss.

aqui acentuada pelo largo período de tempo do universo empírico – requer alguma forma de classificação, mesmo que didática, sob pena de se limitar à justaposição quiçá interminável de casos. É por isso que assumo também a tarefa didática de classificar as mutuais de meu universo empírico.

Retomando a pretensão de classificar as entidades segundo as decisões tomadas acerca das possibilidades de seu crescimento, penso na existência de três critérios básicos: o momento de fundação, o âmbito espacial de associação e cobertura, e o grupo social preferentemente associado. Trato de cada critério a seguir.

Quando, no capítulo 2, já apresentava os resultados de meu inventário classificando o momento de fundação das entidades segundo os séculos, forneci um exemplo claro do didatismo ao qual me referi. Mencionei brevemente que sua incorporação ao inventário incluía informações sobre os anos de início e término, ainda que algumas vezes apenas encontrei um registro anterior e outro posterior de sua existência. Também já fiz uso dessas informações para construir os gráficos sobre entidades em funcionamento. O que há mais para dizer? Afora tentativas de periodização que possam atribuir relevância a rupturas na história política brasileira, de resto, não ratificadas pelos números de mutuais encontrados nem no Rio Grande do Sul, nem no Rio de Janeiro, a decisão de classificar as mutuais segundo o tempo cronológico se limita a exibir o esforço didático como aquilo que é possível fazer frente aos limites de análise.²⁵ Penso que a Tabela 3.1 apenas exhibe algumas informações a mais, que aumentam a insegurança de diversas afirmações que posso fazer a partir de evidências estatísticas, sobretudo aquelas que envolvem o tempo de funcionamento das mutuais. Destaco que procedi a uma padronização dos registros, uma vez que defini como marco final de tempo de funcionamento o ano de 1960, mesmo que a entidade exista até hoje. Fi-lo porque não pesquisei sistematicamente a documentação depois de meu marco temporal final, e correria o risco de encontrar espantosos números de persistência de entidades apenas ao constatar que algumas ainda hoje existem, como é o caso da primeira a ser fundada, a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre, que conta com 150 anos. Ela ainda é uma associação, mas ainda é uma mutual? Se não é, quando deixou de

²⁵ Com respeito às dificuldades de periodização das mutuais no Rio de Janeiro, já assinaei, também no cap. 2, o comentário de BATALHA, Cláudio H. M. Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 59-60.

ser e em quês condições? Responder com alguma segurança a esse tipo de questão demandaria um esforço maior do que sou capaz. A escolha de 1960 para registrar como ano de término mesmo para entidades que ainda persistem foi adotada para indicar o período aproximado de uma geração depois do marco final desta pesquisa, 1940. Por outro lado, entidades sobre as quais só foi possível encontrar um registro, seja o de sua fundação, seu término ou sua existência, foram assinaladas como tendo sido fundadas e extintas no mesmo ano. Como resultado de algumas decisões dos associados e outras minhas, apresento alguns resultados na Tabela 3.1.

Tabela 3.1: Tempo de funcionamento das mutuais no Rio Grande do Sul (1854-1940)

Fundação	Média de funcionamento (em anos)	Mutuais com 30 anos ou mais	Mutuais com 1 ano ou menos	Total de mutuais
Séc. XIX	29,8	85	55	184
Séc. XX	10,8	25	82	222
Total	19,4	110	137	406

Fonte: elaboração própria

A primeira coisa a observar nessa Tabela reitera, de outra forma, o já afirmado no capítulo 2 com respeito à necessidade de avaliar o total de entidades em funcionamento, ao invés de se deixar seduzir ingenuamente com a fundação de novas sociedades de socorros mútuos: parte considerável delas não chega a persistir sequer um ano, ressalvadas as deficiências nos dados. São provavelmente essas deficiências nos dados que foram capazes de gerar um tempo de persistência das entidades do século XX tão inferior ao daquelas fundadas no século XIX, uma vez que mais de um terço dessas mutuais ficaram com registro de tempo de funcionamento igual ou inferior a um ano. Se for possível, contudo, deixar as ressalvas de lado e aceitar os registros tal como os incorporei ao inventário, seria mais difícil aplicar às entidades fundadas no século XX a afirmação de que elas sofrem com o custo do envelhecimento de seus sócios, porque apenas cerca de 10% delas persistem por mais de 30 anos e seu tempo médio de funcionamento excede pouco 10 anos. É como se, cerca de 10 anos depois de sua fundação, a entidade parasse de incorporar sócios jovens que, frente à necessidade de algum mecanismo de previdência, preferissem confiar nas entidades fundadas antes do século XX, ou fundar novas entidades com um perfil de associados de menor idade. A Tabela não traz evidências suficientes para afirmar esse fenômeno, mas as traz suficientes para autorizar essa hipótese em novas pesquisas.

Ainda retomarei a classificação segundo o momento de fundação, mas passo agora para o estudo do segundo critério, o do âmbito espacial de associação e cobertura. Pode parecer um preciosismo caracterizar as sociedades de socorros mútuos em função de seu espaço físico de atuação, mas o critério envolve sua perspectiva de crescimento, quando a amplitude ou a restrição desse espaço indica não apenas as pessoas que pretende associar, mas o local onde os socorros podem ser oferecidos, tendo efeito na possibilidade de auferir receita e nos custos administrativos das entidades para atender seus associados.

Posso classificar o âmbito nas seguintes categorias: internacional, nacional, regional, municipal (local) e infra-municipal. Para incluir as entidades nesses conjuntos, assumi como valor-padrão o âmbito municipal. Com isso, quero dizer que, na ausência de informações mais seguras (e, como amiúde ocorreu, na ausência de quaisquer informações), classifiquei a entidade como de âmbito municipal, quando seu nome não implicava procedimento diferente. O nome indica procedimento diferente quando, por exemplo, a Sociedade Auxiliadora da Picada Dois Irmãos, que nada indica em seus estatutos sobre o âmbito de associação ou cobertura dos socorros, é assumida como restrita à localidade de Dois Irmãos, integrante do município de São Leopoldo. O valor-padrão assumido como municipal também se ressentia, como os demais, da variação do status político dos âmbitos legais. Se o município de Dois Irmãos só se emancipou depois do marco temporal final de meu universo empírico, o mesmo não aconteceu com as localidades de Dona Isabel e Conde D'Eu, cujas mutuais foram fundadas antes das emancipações do município de Montenegro. Se me restringisse a classificar as entidades segundo o âmbito no momento de fundação, as mutuais Regina Margherita e Stella d'Italia apareceriam como infra-municipais, apesar de sua importância em nível municipal na maior parte do período de sua existência. Desse modo, explícito o caráter didático da classificação: é o "bom-senso" que muitas vezes presidiu a inclusão de certa entidade em certo conjunto, e não procedimentos dotados de precisão analítica, que seriam implementados com pouca facilidade frente a esse tipo de variação temporal dentro de meu universo empírico. Penso que procedimentos mais precisos não trariam agora resultados metodologicamente úteis. Semelhante ao que escrevi em outros momentos desta tese, espero que, no futuro, outros façam melhor do que fui capaz de fazer.

Pelo fato do universo empírico aqui tratado corresponder a uma região (Rio

Grande do Sul), seria lícito admitir que as duas primeiras categorias excedem meu horizonte, mas isso não é completamente verdadeiro. As entidades nacionais, por exemplo, no momento em que associavam pessoas do Rio Grande do Sul, por um lado concorrem no mercado previdenciário regional e, por outro, podem ensejar a formação de novas entidades, como explicarei pouco adiante. Para algumas entidades foi possível comprovar a existência de filiados na região. A Associação Beneficente dos Sargentos do Exército, com sede no Rio de Janeiro, tinha alguns sócios em Pelotas e, possivelmente em outras cidades; do mesmo modo, e com sede na mesma capital, a Associação Beneficente e Protetora dos Empregados Brasileiros da The Western Telegraph contava com sócios pelo menos em Porto Alegre e Rio Grande. Duas outras entidades nacionais provavelmente tinham sócios no Rio Grande do Sul. O Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, fundado em 1835 com sede no Rio de Janeiro, oferecia socorros a funcionários públicos, e é possível que desde 1854, quando o Presidente da Província adianta valores para os funcionários públicos integrarem o Montepio, já tivesse sócios residentes no Rio Grande do Sul. Outra entidade nacional que provavelmente tinha sócios na região é a Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil (posteriormente denominada Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), que associava cerca de 85% dos empregados em 1930 e mais de 90% em 1935 e 1936. Como a empresa tinha pelo menos 6 agências no estado já em 1921, é provável que o alto índice de filiação também contemplasse trabalhadores no Rio Grande do Sul. E, se o leitor se contenta com suspeitas e probabilidades, ainda indico a Associação Beneficente dos Empregados da Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, entidade nacional que, como as demais, tinha cópia de parte de sua documentação (estatutos e relatórios) em acervos do Rio Grande do Sul, o que indica que tinha ou pretendia ter associados na região.²⁶ De qualquer modo,

²⁶ Correspondência das duas primeiras entidades pedindo o apoio do presidente Borges de Medeiros podem ser encontradas em Requerimentos – Diversos, 1927 (maço 364 – AHRs) e ainda em Intendência Municipal de Pelotas. Correspondência Recebida. Instituições Civis. 1929. Maço 60, envelope 13 (BPP).

Para um breve histórico do Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, v. *Histórico*. Capturado em 4 abr. 2002. On-line. Disponível na Internet: <http://www.mongeral.com.br/Historico01.htm>. Saliento que foram encontrados em acervos do Rio Grande do Sul alguns Relatórios do Montepio Geral, mas em nenhum deles se especifica a existência de sócios na região. Embora faltem maiores detalhes sobre esta entidade, é possível que a lei provincial 355 de 13 de fevereiro de 1857, estabelecendo o direito de aposentadoria aos funcionários públicos (GUZINSKI, Maria Aparecida Magnante. *Política social para o idoso carente no governo Borges de Medeiros 1898-1928*. Porto Alegre, diss. mestrado em História do Brasil-PUCRS, 1995, p. 57) estivesse relacionada ao ingresso no Montepio Geral, porquanto o artigo 36, § 15 da Lei Provincial

encontrei uma entidade nacional com sede na cidade do Rio Grande, a Associação dos Maquinistas da Marinha Mercante, mas que, na falta de maiores detalhes, possivelmente não fazia mais do que assumir a pretensão de se constituir como nacional.

Uma entidade nacional, na prática, é apenas uma entidade cujos membros se encontram em mais de uma unidade administrativa do Brasil; da mesma forma, uma entidade internacional teria membros em mais de um país. A atuação de sociedades de socorros mútuos nacionais no Rio Grande do Sul, como se viu, é pouco documentada e a avaliação de seu peso no Rio Grande do Sul demandaria maiores pesquisas. Paradoxalmente, as entidades internacionais são melhor registradas e sobre pelo menos uma delas se tem certeza de operar no Rio Grande do Sul. Isso não resulta de, necessariamente melhor documentação ou acuidade do pesquisador, mas da existência da conurbação Livramento-Rivera, no limite entre Brasil e Uruguai, que permitiu a entidades oferecerem seus socorros nos territórios de ambos os países. Associar e oferecer socorros em ambos os países é claro na atuação da Sociedad Española de Socorros Mutuos de Santana y Rivera, como seu próprio nome indica, mas é possível que outras entidades também operassem nos países/cidades. Além da Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Benevolenza, sobre a qual poucas informações pude obter, o Clube Caixeiral de Livramento, se não tinha sócios em Rivera e nela oferecia socorros, de qualquer modo teria protagonizado a luta pelo fechamento de portas das casas comerciais nas duas

446 de 4 de janeiro de 1860 concederia aos professores públicos “o adiantamento das quantias necessárias para entrarem para o Monte-pio” (PEREIRA, José dos Santos. *Repertório Geral ou Recopilação alfabética das Leis Provincias, regulamentos, actos, instrucções dadas pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia da Estrella do Sul, 1864, p. 93). Para o adiantamento aos funcionários públicos provinciais já em 1854, v. RELATÓRIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p. 20 (Capturado em 3 nov.. 2000. On-line. Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/883/000020.html>).

Sobre a entidade dos funcionários do Banco do Brasil, v. ESTATUTOS da Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1927. Os números de filiação nesta entidade provém de: RELATÓRIO da Caixa de Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil e da Caixa de Pecúlios apresentado em Assembléa Geral ordinária, realizada em 22 de março de 1930. Rio de Janeiro: s. ed., 1930; RELATÓRIO da Directoria da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Referente ao período de 1º de dezembro de 1934 a 31 de julho de 1935. Rio [de Janeiro]: Artes Gráficas, 1935; RELATÓRIO da Directoria da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. A ser apresentado à Assembléa Geral Ordinária de 19 de setembro de 1936. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, s/d. (BRG). Para as agências no estado, v. LAGEMANN, Eugênio. *O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 62-65. Sobre a última entidade, v. ESTATUTOS da Associação Beneficente dos Empregados da Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais. Rio [de Janeiro]: Pap. Brazil, 1925 (BRG).

idades em alguns momentos.²⁷

A entidades de menor nível (regional, municipal e infra-municipal) são aquelas que devem ser necessariamente abordadas por este esforço de pesquisa, considerado o universo empírico escolhido. E é sobre essas que a atenção se dirige frente aos números da Tabela 3.2.

Tabela 3.2: Âmbito de cobertura e associação das mutuais no Rio Grande do Sul (1854-1940), segundo período de fundação

Âmbito	Fundação no século XIX		Fundação no século XX		Total	
	N. absolutos	%	N. absolutos	%	N. absolutos	%
Internacional	1	0,54	0	0,00	1	0,25
Nacional	0	0,00	1	0,45	1	0,25
Regional	11	5,98	16	7,21	27	6,65
Municipal	161	87,50	185	83,33	346	85,22
Infra-municipal	11	5,98	20	9,01	31	7,64
Total	184	100,00	222	100,00	406	100,00

Fonte: elaboração própria

A Tabela 3.2 deixa claro que se podem desprezar as entidades nacional e internacional com sede no Rio Grande do Sul para atentar às demais, e, dentre estas, também é visível o valor-padrão atribuído ao âmbito municipal, uma vez que a variação de cerca de 5% (para menos) do total de novas fundações entre os séculos XIX e XX é desprezível. Não obstante, as maiores variações sobre a preferência de âmbito quando da fundação de entidades, preferência que aumentou cerca de 20% nas regionais e cerca de 50% nas infra-municipais, merecem explicação. Sempre ressaltando a baixa qualidade das informações inventariadas, destaco que a incorporação de entidades ao conjunto das regionais obedeceu ao mesmo procedimento aplicado às de maior âmbito: bastava oferecer cobertura ou associar membros em mais de um município. Na prática, contudo, a aplicação desse procedimento algumas vezes violou o "bom-senso" que pretendi utilizar. A Sociedad Española de Socorros Mútuos, com sede em Porto Alegre, provavelmente manteve-se a maior parte do tempo oferecendo socorros e associando membros em âmbito municipal, e seus primeiros estatutos, de 1893, explicitavam esse âmbito. No entanto, em Relatório de 1936, a entidade relacionava os nomes dos 230 sócios de Porto Alegre e os 74 "extra-Rádios" que habitavam na região carbonífera do Rio Grande do Sul. Essa ampliação da associação também implicava ampliação da

²⁷ CAGGIANI, *loc. cit.*; CAGGIANI, Ivo. *Sant'Anna do Livramento: 150 anos de história*. 3. vol. Sant'Anna do Livramento: Ed. do Museu da Folha Popular, 1986, p. 148-152.

cobertura? Minhas fontes não puderam responder e, por isso, simplesmente apliquei o procedimento que fez da entidade uma "regional".²⁸

Ressalvas sobre ressalvas podem cansar o leitor, como também cansaria uma profusão de sub-classificações (por exemplo, uma categoria "supra-municipal" inferior à "regional") que, ao invés de fundamentar afirmações, não faria mais do que envernizar (ou infernizar) descrições. Assim, me permito indicar que o âmbito regional das entidades dos séculos XIX e XX é tendencialmente diferente. Enquanto as entidades fundadas no século XIX assumem o âmbito regional com uma pretensão centralizadora assentada sobre parcas condições efetivas de associação e oferta de socorros, as entidades fundadas no século XX – talvez por avaliarem de modo mais realista a demanda pelos benefícios sendo em parte satisfeita pela disseminação de mutuais em nível municipal e infra-municipal – procuram assumir plenamente o âmbito. Já mencionei o exemplo da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre, cujos sócios de Pelotas e Rio Grande, insatisfeitos com a precariedade dos socorros, constituíram suas próprias mutuais, embora não tenha assinalado que, possivelmente pouco depois de fundada, também a mutual de Pelotas passou a "estender as asas da Beneficência até Piratini" por meio de agentes. O sistema de atendimento por meio de agentes era utilizado por outras entidades de pretensões regionais no século XIX, como o Deutscher Hilfsverein, que já em 1862 provavelmente os mantinha em localidades hoje conhecidas como São Leopoldo, Hamburgo Velho, Taquara, Rio Pardo, Gravataí, Dois Irmãos e Ivoti, mas esse sistema acentua demasiado a condição de mutuais como instrumentos exclusivamente para implementação de estratégias privadas, uma vez que o dinheiro dos sócios é arrecadado, os socorros, quando possível (e quando o agente não rouba), são prestados, mas não há instâncias deliberativas que permitam a participação do membro na gestão da entidade. E essa ausência de participação acentuando as estratégias privadas pode levar, como teria levado o Hilfsverein, a avaliar o sistema como deficitário quando os sócios e agentes (a menos que fossem pagos) se interessariam mais por receber socorros do que com a contribuição devida

²⁸ "Art. 3º - La acción directa de la Sociedad solo se ext[iende?] en el radio de esta Capital". ESTATUTOS de la Sociedad Española de Socorros Mutuos. [Porto Alegre, manusc., 1893, reproduzido em VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História da Cultura-PUCRS, 1979, p. 452]; SOCIEDAD Española de Socorros Mutuos de Porto Alegre. *Memória y cuentas generales, ejercicio 1936*. Porto Alegre: s.ed., [1936], p. 74-79 [anexo a: Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições sociais, 1936-1937 (AHMPA -

à entidade.²⁹ Alguns modelos de entidades regionais do século XX prescindem de agentes, seja porque os socorros são restritos ao dispêndio de dinheiro, seja porque implementam outra forma de organização. A Sociedade União dos Caixeiros Viajantes, além de manter como associados um grupo profissional cuja atividade os permitia deslocar-se até Santa Maria, priorizava como socorros a caixa de pecúlio, fazia assembléias gerais no feriado civil de 20 de setembro e reivindicava ao patronato a dispensa de trabalho nessa data. A União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul chegou a constituir em cada localidade núcleos, compostos de um delegado e dois suplentes eleitos pelos sócios, enquanto a União dos Professores do Rio Grande do Sul planejava organizar-se em grupos distritais e grupos municipais.³⁰ Um modelo que talvez se assemelhasse ao das "affiliated orders" do mundo anglo-saxônico foi implementado pelo Deutscher Krankenverein, de Porto Alegre. Embora a entidade tenha sido fundada ainda no século XIX, seu novo estatuto de 1908 foi aprovado em duas "general Versammlung", uma em setembro, em Montenegro, e outra em novembro, em Porto Alegre.³¹ Nesses casos, não era apenas a cobertura que era regional, mas também a possibilidade de participação dos membros, como sói ocorrer nas mutuais de âmbito local.

As eventuais dificuldades operacionais de participação dos membros praticamente inexistem no caso de entidades de âmbito infra-municipal, decisão cuja preferência também aumentou entre os séculos XIX e XX. Afirimo que tais dificuldades praticamente inexistem porque essas entidades se constituem mais próximas de seus membros. Há duas razões para o aumento dessa preferência, ambas passíveis de comparação com o estudo de Tânia de Luca para São Paulo. A autora não menciona entidades infra-municipais, tão somente entidades de bairro, todas na cidade de São Paulo, fundadas entre 1901 e 1928 e algumas definidas como "italiana e operária", criadas também por efeito do aumento populacional e

1.11.1.5.2.1.4 – Proc. n. 1134, 5 abr. 1937)].

²⁹ RESUMO Histórico da fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência..., *op. cit.*, p. 16. TELLES, *op. cit.*, p. 35-36.

³⁰ ESTATUTOS da União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul. [Santa Maria: s.ed, 1914?]; UNIÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do primeiro biênio social, 10-3-1939-10-3-1941*. Santa Maria: [Comercial?], s/d., p. 5 e 24 (BPP) (como já mencionei no capítulo 2, a entidade efetivamente contava com núcleos em 81 dos 88 municípios do estado existentes em 1940); ESTATUTOS da União dos Professores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Gundlach, 1936, Título XI-A (IHGRGS).

³¹ STATUT des Deutschen Krankenvereins in Porto Alegre. Porto Alegre: Buchdruckerei von Cäsar Reinhard, [1908], p. 15 (SOGIPA).

urbanização.³² Também no Rio Grande do Sul existiram entidades de bairro (na realidade, subúrbios), criadas ainda no século XIX em Porto Alegre e, casualmente ou não, também "italianas". Pelo fato de não haver encontrado seus estatutos, é possível que o caráter barrial que permitiu esse tipo de classificação por parte da autora não estivesse explícito nas mutuals Princesa Elena di Montenegro, fundada em 1893, Giuseppe Mazzini, fundada em 1895, e Umberto I, fundada em 1900, mas todas tinham forte ligação com o subúrbio onde se originaram e diferiam da mutual italiana de âmbito municipal, a Vittorio Emanuele II. Dentre as entidades barriais sem restrição étnica no Rio Grande do Sul, as primeiras datam de 1908: a União e Progresso, em Porto Alegre, e a Caixa de Socorros Arealense, em Pelotas. Na mesma cidade de Pelotas, ainda há notícia de uma Caixa de Socorros Fragatense em 1935, quando em São Paulo já não se criariam entidades com esse âmbito. Outras entidades barriais em Porto Alegre talvez também tivessem um caráter aberto, mas as referências de sua existência em fontes relacionadas a grupo de fala alemã me fizeram inferir um certo tipo de fechamento. Se o número de entidades barriais no Rio Grande do Sul é inferior ao de São Paulo – e ainda por cima, estão distribuídas em duas cidades, ao contrário daquelas encontradas pelo estudo de Tânia de Luca –, essa autora não constatou nos estatutos dessas entidades a existência de "qualquer menção (...) aos problemas de infra-estrutura urbana enfrentados pelos sócios". Urbanização e aumento populacional também devem ter contribuído para a fundação de entidades barriais no Rio Grande do Sul, mas nos estatutos encontrados da Sociedade Beneficente União e Progresso, os problemas não mencionados pelas entidades paulistanas integrariam as preocupações da mutual porto-alegrense, que alinhava entre seus fins o de

"§ 1º - Promover, por todos os meios legais (...), perante as autoridades

³² LUCA, *loc. cit.*. Outros exemplos de associações barriais em cidades do Brasil, como Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Curitiba, podem ser vistos em textos que, contudo, não problematizam o fenômeno: TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto. *A forma organizativa de auxílios mútuos: contestação ou adaptação*. Rio de Janeiro; 1982. Dissertação de mestrado (IUPERJ), 1982, p. 107-114; VALENTE, Silza Maria Pazello. *A presença rebelde na cidade sorriso*. Contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba 1890-1920. Londrina: Ed. UEL, 1997, p. 176-181; PEREIRA, Ronaldo. Associações de classe profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889). *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 200. Devo salientar que só encontrei na bibliografia internacional uma referência a sociedades barriais que, contudo, se assemelharia pouco aos casos brasileiros porque foi criada na cidade de Flores antes que esta fosse incorporada como bairro da Capital Federal argentina. Em que pese a dificuldade de comparação, segundo o autor, em afirmação contrária à de Tânia de Luca, a urbanização fez com que diminuísse a demanda pela assistência à saúde pelo mutualismo barrial, devido à melhora do equipamento sanitário do subúrbio: FERNANDEZ, Alejandro E. *El mutualismo español en un barrio de Buenos Aires: San José de Flores (1890-1900)*. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 4, n. 13, dic. 1989, p. 638-639.

competentes, os melhoramentos de que carecem as ruas, em geral, compreendidas no perímetro que compõe o bairro conhecido por Colônia Africana, assim como de qualquer outro benefício local".³³

Se o crescimento urbano provavelmente contribuiu para o aumento da preferência por entidades barriais nas duas regiões, não se pode perder de vista que minha opção por denominá-las infra-municipais alarga seu âmbito para incluir entidades fundadas em localidades que, como já mencionei no capítulo 2, provavelmente não passam de povoados em zonas rurais. E o leitor há de convir comigo que, quando hoje em dia o município de Dom Feliciano conta com uma população urbana de 2.857 habitantes e uma média de 0,44 banheiros por domicílio, é improvável que a mutual infra-municipal ali fundada em 1900, quando ainda não se emancipara de Encruzilhada do Sul, resultasse do processo de urbanização.³⁴ Como o trabalho de Tânia de Luca não incorporou todos os municípios de São Paulo, é patente que suas afirmações sobre as entidades infra-municipais se restringem àquelas do mundo urbano, mas, retomando a argumentação do capítulo anterior, a concentração populacional, em algum grau, é necessária para a criação de mutuais e, nisto, importa pouco se essa concentração ocorre em zona urbana, suburbana ou rural. A Società Cooperativa delle Convenzioni Agricole-Industriali, que funcionou entre 1893 e 1894 quando Antônio Prado e Veranópolis ainda eram distritos, semelhante à supracitada União e Progresso, interessada nos equipamentos urbanos, também tinha por finalidade "promuovere e regulari la costruzione e conservazione delle strade che diano maggior valori ai nostri beni mobili ed immobili...".³⁵ Pelo fato de não haver obtido informações mais precisas sobre todas as localidades onde se fundaram mutuais de âmbito infra-municipal, tenho escassas condições de generalizar suas características, e chego a temer que a

³³ ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União e Progresso. Porto Alegre: Typ. Wiedemann, 1908, art. 3 (IHGRGS). O texto praticamente se repete nos estatutos de 1930 (ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União e Progresso. Porto Alegre: Typographia Santo Antônio do Pão dos Pobres, 1930, art. 1, § 3º [anexo a: Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições sociais, 1936-1937 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.4 – Proc. n. 195, 19 maio 1936)], com a diferença de que o subúrbio passa a ser qualificado de "Bairro Rio Branco, ex-Colônia Africana". Sobre o tema, v. KERSTING, Eduardo. Índícios em representações: denominações em torno da Colônia Africana. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 9, jul. 1998, p. 150-164.

³⁴ Os dados contemporâneos sobre o município provém de: FEE - *Fundação de Economia e Estatística | População*. Capturado em 10 maio 2004. Online. Disponível na internet: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?letra=D;Relação de dados de qualidade de vida dos municípios do RS. Capturado em 10 maio 2004. Online. Disponível na internet: <http://www.ufrgs.br/pdgs/DDADOS.html>.

³⁵ LIMBERGER, Emiliano J. K. Maragatos X cooperativa pioneira em Alfredo Chaves. In: COSTA, Rovilio (org.) *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 294-299.

heterogeneidade desse grupo o torne pouco útil, mesmo em uma classificação didática. Não obstante, talvez o universo empírico do Rio Grande do Sul seja interessante para avaliar o peso da urbanização na dinâmica interna das sociedades de socorros mútuos (se houver fontes para isso), quando se podem encontrar diversos casos, alguns já mencionados, de entidades que se criam em âmbito infra-municipal em zonas não-urbanas e persistem por tempo suficiente para integrarem a zona urbana de novos municípios, isso quando não se empenham na emancipação, como parece ter ocorrido com a Sociedade Italiana Instrutiva e Recreativa em cuja sede ocorreu a emancipação do município de Getúlio Vargas, em 1930.³⁶

O terceiro critério de classificação das sociedades de socorros mútuos é o do grupo preferentemente associado. Ao contrário do critério anterior, com respeito ao qual avaliei que poderia prescindir de incontáveis sub-tipos sem perder sua consistência, este último critério, na falta de maiores especificações, é quase inútil. Tais especificações podem ser obtidas nas respostas sucessivas a 4 questões dirigidas às fontes:

- 1 - O grupo preferentemente associado tem homogeneidade com relação a sua posição no mercado de trabalho?
- 2 - Em caso afirmativo, como se orienta essa preferência?
- 3 - O grupo preferentemente associado tem homogeneidade étnica?
- 4 - Em caso afirmativo, como se orienta essa preferência?

É fácil perceber que a primeira e a terceira questão são as principais e, decorrente das respostas a elas, existiriam 4 grandes grupos possíveis para classificação das sociedades de socorros mútuos, distribuídos conforme o Quadro 3.3, onde assinalei entre parênteses o número absoluto de casos encontrados.

Homogeneidade étnica	Homogeneidade no mercado de trabalho	
	Afirmativo	Negativo
Afirmativo	Mutuais etno-classistas (23)	Mutuais étnicas (127)
Negativo	Mutuais classistas (213)	Mutuais abertas ou indefinidas (43)

Quadro 3.3 - Distribuição das mutuais segundo critérios de fechamento (Rio Grande do Sul, 1854-1940)

Fonte: elaboração própria

Devo observar que a aplicação desses critérios de classificação nem sempre foi tão rígida como se poderia prever, principalmente no que diz respeito à

³⁶ STUMPF, Léo, RANZOLIN, Conrado. *Monografia do Município de Getúlio Vargas*. S/l: Of. Gráf. Da Liv. e Tip Modelo, [1952?], p. 31.

homogeneidade étnica. Até o momento, tomei o critério étnico como descritor de uma condição caracterizada pela diferença de origem biológica, mantendo ouvidos moucos ao debate sobre o tema, debate que pretendo enfrentar por meio de meu universo empírico nos próximos capítulos. Por outro lado, algumas vezes adotei as classificações de "étnico" ou "etno-classista" quando a bibliografia mo indicava, evitando atribuí-las, ainda que o "bom-senso" as pedisse. Desse modo, a Sociedade Auxiliadora da Picada Dois Irmãos, fundada em localidade predominantemente composta de elementos teutos e cuja ata de fundação consta de 43 assinaturas (as legíveis com nomes teutos), foi assinalada como uma mutual aberta ou indefinida porque seus estatutos nada mencionavam de fechamento e foram apresentados em português. No mesmo grupo, não encontrei estatutos de outras 7 entidades provavelmente semelhantes em zona de imigração, nos municípios de São Leopoldo, Lajeado, Erechim, Farroupilha e Bento Gonçalves. Mesmo que eu tenha tomado uma decisão equivocada ao não assinalá-las como "étnicas", a observação do Quadro 3.3 deixa patente que o número das mutuais com algum tipo de fechamento, seja ele orientado à situação no mercado de trabalho, seja orientado à condição étnica, ou ainda a ambos, é muito superior ao das mutuais abertas, o que autoriza dirigir o interesse para os critérios de fechamento das entidades, algo que, evidentemente, não sou o primeiro a fazer.³⁷

O maior grupo, o das entidades tendencialmente homogêneas com relação à situação no mercado de trabalho ("classistas"), uma vez que incluiu respostas afirmativas à primeira questão, foi submetido à segunda, aquela que interroga sobre como se orienta a preferência pela homogeneidade. O resultado aparece no Quadro 3.4:

³⁷ Embora venha a debater com mais vagar a bibliografia sobre o tema no próximo sub-capítulo, remeto-me à afirmação de pretensões generalizantes de Marcel van der LINDEN (*op. cit.*, p. 27): "Although this law not apply universally, mutual benefit societies nearly always maintained a threshold for shutting out other groups."

Sub-tipos	Fundações
Gerais (Operários, Artistas, etc.)	88
Categorias profissionais diversas que incluem:	71
Tipógrafos	11
Ferroviários	8
Choferes	5
Carroceiros	4
Marítimos	4
Trabalhadores (operários?) do setor público	4
Alfaiates	3
Padeiros	3
Postalistas	3
Sapateiros	3
Pedreiros	2
Pintores	2
Professores	2
Telegrafistas	2
Bancários	1
Chapeleiros	1
Trabalhadores em charqueadas	1
Correiros	1
Cortadores	1
Cozinheiros	1
Empregados de hotéis, bares e restaurantes	1
Estudantes	1
Guarda-livros	1
Marmoristas	1
Mecânicos	1
Mineiros	1
Músicos	1
Pescadores	1
Portuários	1
Caixeiros (incluindo ou não comerciantes)	27
Funcionários Públicos (civis)	19
Militares	5
Trabalhadores de mesma empresa	2
Patronal	1
Total	213

Quadro 3.4 - Especificação das mutuais classistas no Rio Grande do Sul, 1854-1940

Fonte: elaboração própria

Quando afirmava que a aplicação dos critérios de homogeneidade do grupo precisava de especificações, tinha em mente a variedade das ocupações que chegaram a constituir mutuais no Rio Grande do Sul. Note-se que incluí categorias algo estranhas, como "estudantes" no interior das categorias profissionais diversas, ao passo que abri nova grande classificação para a de caixeiros, sequer especificando se eram de balcão ou viajantes. Não há melhor explicação para a forma como espe-

cifiquei os grupos, que não o desejo de descrever com detalhes suficientes para servir de suporte à argumentação minha ou de outros pesquisadores. No entanto, saliento que a especificação aqui adotada para o Rio Grande do Sul não é imediatamente comparável àquela feita para São Paulo, amiúde tomada como contraponto nesta tese: naquele trabalho, as caixas de empresa foram incluídas, ao passo que nesta não o foram; naquele trabalho, as entidades que genericamente faziam referências "à condição de trabalhador, ao trabalho, ou a símbolos que lhes são próprios" foram classificadas como abertas, ao passo que aqui foram incluídas entre as entidades classistas.³⁸ A entidade que incluí como "patronal" é uma mutual de patrões, a União Comercial dos Varejistas de Rio Grande, ao passo que as duas de trabalhadores da mesma empresa eram, salvo engano, controladas pelos trabalhadores. Especificar desse modo as entidades classistas não é exagerado, quando se verifica que mais de mais de 40% das entidades desse grupo foram incluídas entre as "gerais", que amiúde tomam nomes como (Sociedade) União Operária, Liga Operária, União Artística, etc. Assim, especificar as categorias que constituíram mutuais profissionalmente diferenciadas serve para indicar os trabalhadores que, de modo geral, ousaram separar-se dessas outras entidades gerais.

Específico, agora, no Quadro 3.5, as mutuais étnicas e etnoclassistas:

	Étnicas	Etno-classistas	Total
Italianos	66	5	71
Alemães	15	5	20
Negros	7	7	14
Portugueses	9		9
Poloneses	6	1	7
Espanhóis	6		6
Judeus	4		4
Sírio-Libaneses	4		4
Uruguaios	4		4
Brasileiros		3	3
Franceses	3		3
Russos	1	1	2
Suecos		1	1
Austríacos	1		1
Suiços	1		1
Total	127	23	150

Quadro 3.5 - Especificação das mutuais étnicas e etno-classistas no Rio Grande do Sul, 1854-1940

Fonte: elaboração própria

³⁸ LUCA, *op. cit.*, p. 161-162.

Pode parecer estranho ao leitor que, existindo um grupo de mutuais etno-classistas, elas sejam trazidas somente em um quadro conjunto com as mutuais étnicas, e não também com as classistas. Ocorre que são poucas as mutuais etno-classistas profissionalmente diferenciadas; para ser mais preciso, são apenas o *Musterreiter* (caixeiros-viajantes), a *Società Protettrice Dei Cambisti Italiani* (vendedores de loterias) e a *San Giuseppe/Falegnami* (carpinteiros), enquanto as demais, se organizadas segundo as especificações do Quadro 3.4, apenas engrossariam o rol das "Gerais", pouco contribuindo para maiores especificações. De todo modo, quero salientar que o Quadro 3.5 traz especificações algo incomuns nos estudos étnicos e de imigração rio-grandenses. Certamente não estou me referindo às entidades de italianos, alemães (para ser mais preciso, teutos, ou ainda de fala alemã), judeus ou poloneses; também existem estudos sobre portugueses e outros grupos, e também os há sobre negros, de forma que seria demasiado oneroso especificar a grande bibliografia que, se não é conhecida pelo leitor, não é de difícil localização. Mas as especificações de uruguaios e de brasileiros é menos comum, e talvez deixe claro aquilo que antes afirmei com respeito ao critério étnico como descritor de condição, e não como conceito. A especificação apenas descreve o que as mutuais diziam de si mesmas, e não necessariamente demandas de construção de identidade por meio das mutuais. O tema da identidade étnica será ainda visto nesta tese, mas apenas me limito, por ora, a salientar que as especificações étnicas das quais trato se assemelham a outras especificações que minha classificação adotou, isto é, têm por objetivo constituir um meio de descrever o mais organizadamente possível um volume de informações que varia bastante espacial e temporalmente.

Não obstante, a comparação entre os quadros trazidos enseja uma questão que, ainda que volte também a ser tratada nesta tese, não pode ser agora evitada. Quando apliquei o critério do âmbito espacial de cobertura e associação, testei sua variação ao longo do tempo, coisa que não fiz até o momento no estudo dos critérios de fechamento. Não o fiz, porque há muita bibliografia debatendo se a organização de entidades étnicas – e, ao que se supõe, também as mutuais – interfere ou não na organização dos trabalhadores ou ainda, especificando um pouco melhor os termos do debate, se o desenvolvimento da "identidade" ou da "consciência" de classe seria afetado pela organização de entidades étnicas, e vice-versa. Já adiantei que o tema voltará a esta tese, mas já apresentei elementos que permitem começar o debate, e

é nisso que agora me empenho.

Assim como, na aplicação do critério do âmbito espacial das entidades, preferi diferenciar a análise das mutuais infra-municipais entre aquelas claramente barriais (urbanas) e as que provavelmente não eram, também para o tema da "identidade" de classe (ou ainda, "identidade" profissional), não é sensato neste trabalho levar em conta espaços onde ela, se existente, não toma a forma de sociedades de socorros mútuos ou de qualquer outra associação institucionalizada. Do mesmo modo, semelhante também à forma como debati o critério anterior, assumo idealmente que a distribuição das preferências dos fundadores por certo tipo de âmbito ou de fechamento não varia, de forma que as variações empiricamente constatadas devem ser tomadas como significativas. Como resultado desses procedimentos, devo agora reduzir meu universo espacial ao estudo das sociedades de socorros mútuos nos grandes, mais populosos e mais industrializados municípios do Rio Grande do Sul, que são Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. O total de fundações de mutuais étnicas, classistas e etno-classistas nos três municípios foi maior no século XIX do que no século XX, mas a distribuição das preferências de fechamento das entidades sofreu visível distorção em benefício das classistas, conforme o Gráfico 3.1:

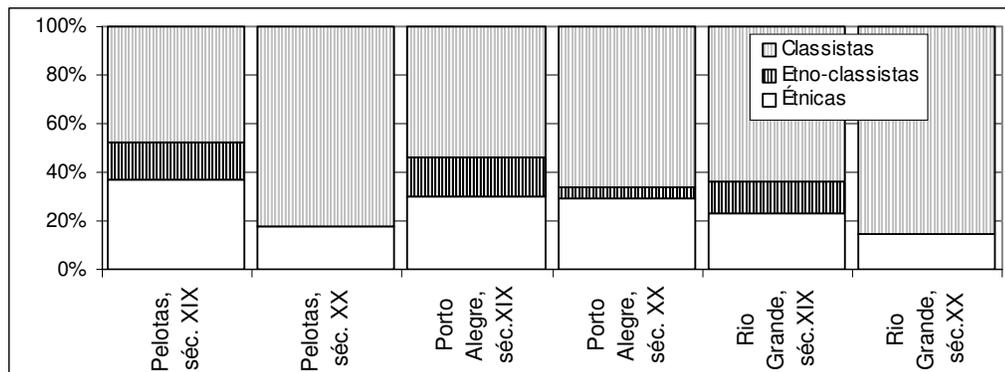


Gráfico 3.1 - Distribuição das preferências de fechamento das mutuais em Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande (1854-1940)

Fonte: elaboração própria

A preferência de fundação de mutuais classistas no século XX é consoante com o processo de industrialização, quando ele acarreta concentração de uma população com capacidade de poupança, como argumentei no capítulo 2. E, se tomamos idealmente a preferência como constante, é necessário afirmar que os

mutualizados preferiram fundar entidades com fechamento orientado ao mercado de trabalho no século XX. Mas é patente também, como se verifica no Gráfico 3.1, que a preferência que mais sofreu com o interesse pela constituição de mutuais classistas foi a que combinava os dois critérios de fechamento, a ponto de não existirem em Pelotas e Rio Grande mutuais etno-classistas fundadas no século XX. Em Porto Alegre ainda chegaram a ser fundadas mutuais desse tipo no século XX, ao passo que, diferente dos outros dois municípios, os fundadores da Capital mantiveram no século XX uma preferência estável pelas mutuais étnicas. O tipo de gráfico adotado não revela, mas seus dados de origem sim, uma outra diferença entre Porto Alegre e os outros municípios: a capital foi a única das três cidades que teve mais mutuais desses tipos fundadas no século XX. Os números do inventário, então, permitiram afirmar que a preferência pela fundação de mutuais classistas cresce ao longo do tempo, possivelmente um crescimento decorrente da urbanização, industrialização, da "identidade" de classe, etc.

Contudo, os números do inventário também permitem uma interpretação diferente, mais clara depois de verificados os resultados da Tabela 3.6.

Tabela 3.6 - Tempo médio de funcionamento de diferentes sub-grupos de mutuais em Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande (1854-1940)

Espaço	Período de fundação	Tempo médio de funcionamento (anos)			
		Classistas	Étnicas	Etno-clasistas	Média Geral
Pelotas	Séc. XIX	16,6	29,4	30,3	23,4
Pelotas	Séc. XX	8,4	12,3	--	9,1
Pelotas	Total	12,4	25,6	30,3	18,0
Porto Alegre	Séc. XIX	11,2	55,7	50,0	31,0
Porto Alegre	Séc. XX	12,9	16,6	4,0	13,5
Porto Alegre	Total	14,1	36,9	39,8	22,1
Rio Grande	Séc. XIX	22,3	50,6	0,7	25,8
Rio Grande	Séc. XX	6,6	7,3	--	6,7
Rio Grande	Total	13,7	34,4	0,7	16,7
Total dos 3 municípios	Séc. XIX	15,8	43,4	33,4	27,1
Total dos 3 municípios	Séc. XX	10,0	14,2	4,0	10,8
Total dos 3 municípios	Total	12,2	32,5	30,1	19,9

Fonte: elaboração própria

Esses números são bastante diferentes porque não levam apenas em conta as preferências dos fundadores de mutuais, mas também as preferências daqueles que se associam a mutuais, de forma que me permite inferir as decisões tomadas por aqueles que viriam a integrar esse tipo de entidade ao avaliarem o mercado

previdenciário em cada cidade. É flagrante a diferença nessas preferências. Se, de um modo geral, houve menos fundações no século XX do que no XIX, isso não ocorre necessariamente porque as pessoas deixaram de se associar a mutuais, mas, talvez, porque as mutuais existentes supriam a demanda. Considerando que a média geral de tempo de funcionamento das mutuais nos três municípios é de 19,9 anos, pode-se indagar que grupos têm médias de funcionamento superiores, por exemplo, a 15 anos. A Tabela 3.6 revela que as mutuais classistas de Pelotas e Rio Grande fundadas no século XIX têm; as mutuais étnicas de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande fundadas no século XIX também têm, além das étnicas fundadas no século XX em Porto Alegre; e que as etno-classistas fundadas no século XIX em Pelotas e Porto Alegre também atingem esse valor. Não é preciso muito esforço para verificar que, de modo geral, as entidades do século XIX são mais longevas que as do século XX, e seriam ainda mais se eu não tivesse padronizado o ano máximo de funcionamento das entidades em 1960, uma vez que as Sociedades Portuguesas de Beneficência seguem funcionando nas cidades de Pelotas e Porto Alegre. A Tabela também revela que as mutuais étnicas **sempre** são mais longevas que as classistas, ao passo em que o único sub-grupo em que as mutuais do século XX são mais longevas que as do século XIX é o das mutuais classistas em Porto Alegre. Essa última comparação é importante porque o Gráfico 3.1 poderia levar o leitor a pensar que a Capital manteria certa inércia na fundação de mutuais étnicas no século XX, quando as outras cidades aprofundam a construção da identidade de classe por meio de mutuais em detrimento da preferência pelos outros fechamentos. Ora, se um sub-grupo de entidades tem maior persistência, isso significa pelo menos uma de duas coisas: ou as mutuais do sub-grupo têm maior eficiência na implementação de estratégias privadas, gerando maior confiança naqueles que pretendem se associar; ou o processo de produção e reprodução de discursos integrantes da "identidade" dos grupos sociais é mais eficiente, de forma que, em quaisquer das duas alternativas, a mutual segue em condições de manter seu quadro de sócios e crescer com novos. A Tabela 3.6 ainda ratifica duas das mais nítidas afirmativas oriundas do Gráfico 3.1: a primeira é que as mutuais etno-classistas são típicas do século XIX nos grandes municípios do Rio Grande do Sul (ao contrário de São Paulo que, como já visto, aparecem no século XX) embora, de modo geral, suas médias de anos de funcionamento sejam elevadas, o que indicaria sua persistência, mesmo no século XX. Mesmo considerando a única das três

idades onde se criaram (3, para ser mais preciso) mutuais etno-classistas no século XX (Porto Alegre), a média de tempo de funcionamento dessas novas entidades indicaria sua ineficiência. A segunda afirmativa é a de que, se as mutuais classistas são variáveis importantes no estudo das identidades de classe ou da consciência de classe, a bibliografia rio-grandense deveria priorizar muito mais a cidade do Rio Grande do que tem feito, pois nela se combinam três fenômenos relacionados a esse grupo de mutuais: a preferência pela fundação de classistas chega a 85% no século XX; sua média de funcionamento quase coincide com a média geral do século XX para a cidade; e Rio Grande é a única cidade onde as mutuais classistas fundadas no século XIX têm longevidade superior à média geral de 19,9 anos para as três cidades. São 31 entidades, das quais a mais famosa é a Sociedade União Operária, mas que não se limita a ela: há mutuais longevas de funcionários públicos, ferroviários, comerciantes, comerciários, em suma, entidades suficientes para a ocupar a atenção de outros pesquisadores.

Espero que este sub-capítulo tenha satisfeito o leitor, mais capaz agora de acompanhar meus argumentos sobre as centenas de entidades fundadas no Rio Grande do Sul. Confesso que a classificação didática empreendida não me satisfaz de todo, mas tentei compartilhar um pouco da familiaridade que obtive com ritmos de fundação, âmbitos de atuação e grupos sociais que decidiram se associar dessa forma. Se os grupos sociais ousaram se associar, não ousarei eu prescrever a classificação como modelar porque é fácil perceber que certos critérios foram até o momento ignorados. Há motivos para isso: critérios etários, por exemplo, são comuns e, portanto, pouco eficientes como classificadores. Já critérios de sexo são importantes, mas apenas encontrei uma entidade exclusivamente de mulheres, ao passo que as demais definirão aberturas relativas ou totais aproximadamente da mesma forma como definem aberturas e fechamentos segundo o grupo social, ou seja, os de fora do grupo podem se associar mas não votar, como amiúde ocorre com mulheres. O momento propício para abordar os temas da democracia interna e da construção de gênero é o do estilo dos sócios e das entidades, algo que será tratado no capítulo 5. Em suma, creio que o intento classificatório foi adequado: o suficiente para permitir algumas generalizações, para não perder de vista os casos particulares, para sublinhar as decisões conscientes dos agentes e para inferir alguns efeitos não intencionais dessas decisões. Se os critérios de classificação das mutuais exibiram respostas sobre quando se oferece, a quem se oferece e quem o

faz, faltaria ainda responder a duas questões: o que é oferecido? e quem compra? A primeira questão será respondida a seguir; a segunda no próximo capítulo.

3.3 – Os socorros

Quando antes afirmava que as variações das entidades ao longo do tempo dificultavam generalizações, tinha em mente, sobretudo, a atenção que penso ser necessária sobre a natureza dos socorros oferecidos. É bem verdade que a maior parte da bibliografia que se detém sobre os socorros se limita a descrevê-los (no caso da atenção a um socorro específico) ou exemplificá-los, como fez um autor indicando que em seu universo empírico haveria "um leque de 'serviços mínimos' (auxílio funeral; pensão para a família no caso de invalidez; e pensão por invalidez) oferecidos por todas as sociedades".³⁹ Talvez essa pouca atenção não seja um grande problema na bibliografia, porque os autores estariam mais interessados no caráter "mútuo" do que na sua condição de "socorro" e, por isso, a natureza específica desses socorros seria quase indiferente ao objeto de sua análise, tal como já afirmei no capítulo 1. No entanto, penso que o desenvolvimento das estratégias públicas as mutuais possa ser limitado por vários fatores, dentre os quais, os custos das finalidades a que se propõem as entidades. Conquanto o estudo dos custos venha a ser feito no próximo capítulo, este capítulo não terminará sem que o leitor tenha clareza sobre os desejos de cobertura previdenciária de fundadores e associados às mutuais. Em suma, pelo que pagam aqueles que se associam às sociedades de socorros mútuos?

É também verdade que não sou o primeiro a investigar com mais atenção os socorros, e dizer que sou um a mais a fazê-lo é cometer uma injustiça intelectual contra o principal modelo desta minha análise. Sem dúvida, a atenção aos socorros oferecidos é um dos pontos altos do trabalho amiúde referenciado de Tânia de Luca. Mesmo modelar, não posso omitir algumas diferenças entre aquele seu trabalho e o meu, todas decorrentes do volume da documentação. A pesquisa da autora sobre os estatutos, aparentemente, se concentrou na leitura de décadas e décadas do *Diário Oficial do Estado de São Paulo* que, tal como suponho ocorrer nesse tipo de publicação no outro universo empírico, publica extratos ou excertos desses

estatutos.⁴⁰ Como já mencionei no capítulo 2, publicação desse tipo só passa a existir no Rio Grande do Sul a partir de 1935 e, de imediato, constatei a diferença: extratos de estatutos são muito menos detalhados do que os estatutos propriamente ditos, e essa ausência de detalhamento tem efeito no uso que se possa fazer da documentação. Com efeito, cheguei a folhear alguns exemplares do *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul* dos anos de 1935 e 1936, mas o volume de informações sobre a existência e fundação de entidades paradoxalmente me frustrou, porque a riqueza de estatutos que especificavam, por exemplo, doenças cobertas e não cobertas pelos socorros, critérios e procedimentos de expulsão de sócios, datas festivas, etc., nada disso aparecia no que era publicado nesse tipo de periódico. Havia um motivo para isso: publicar em *Diários Oficiais* custa dinheiro e não necessariamente é o melhor veículo para angariar novos sócios, como seria, de outra parte, a publicação de estatutos em folhetos que podem ser consultados, enviados a bibliotecas, distribuídos, etc. De certa forma, se poderia aplicar o mesmo argumento, em sentido contrário, utilizado por Umberto Eco para comparar os romances *Os três mosqueteiros* e *O Conde de Monte Cristo*: o segundo livro seria "um dos romances mais mal escritos de todos os tempos e de todas as literaturas", por ser, para dizer o mínimo, verborrágico. E por que isso acontecia? Segundo Eco, "Dumas escrevia assim por razões de dinheiro, recebia tanto por linha e precisava esticar".⁴¹ Pois o que Dumas teria feito n'*O Conde de Monte Cristo* é exatamente o que não valeria para as sociedades de socorros mútuos quando da publicação de extratos de estatutos em *Diários Oficiais*. Como, no período imperial, a Província do Rio Grande do Sul costumava publicar a íntegra dos estatutos, a comparação desses com extratos é frustrante e, na verdade, talvez envolva uma comparação impossível quando são documentos, de fato, irredutíveis a um mesmo padrão. Dessa forma, não me empenhei na pesquisa dos *Diários Oficiais* da região pesquisada, e tampouco os incorporei na íntegra ao tópico neste sub-capítulo tratado. É claro que isso teve um custo facilmente perceptível: enquanto Tânia de Luca encontrou estatutos de 77,4% das associações por ela inventariadas, totalizando 246 mutuais, eu encontrei estatutos de apenas 65 entidades (16%).⁴²

³⁹ BATALHA, *op. cit.*, p.60.

⁴⁰ LUCA, *op. cit.*. A descrição de suas fontes está nas p. 17 e 19-22.

⁴¹ ECO, Umberto. Elogio do Monte Cristo. In: *Sobre os espelhos e outros ensaios*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 140-141.

⁴² LUCA, *op. cit.*, p. 38. O leitor poderia argumentar que eu poderia ter utilizado outros jornais de

Embora tenha fichado os extratos que encontrei, eles não foram incorporados ao corpus principal desta análise dos estatutos e, quando o foram, isso foi explicitamente indicado. Por considerar muito semelhantes a esses extratos, também fichei resumos de estatutos de caráter não-oficial e, como também aconteceu, estatutos que, por serem publicados em jornais cuja coleção consultada não está completa, estão simplesmente truncados ou interrompidos, como aconteceu com o Clube Caixeiral de Quaraí.⁴³

Por outro lado, a mesma autora informa que, quando encontrava mais de um estatuto da mesma entidade, verificava que seus objetivos poderiam mudar. Assim, a autora decidiu incorporar à pesquisa todos os "objetivos que a sociedade se propôs a realizar em algum período de sua existência". A diferença de volume da documentação me fez tomar a decisão contrária, o que me permitiu verificar, por um lado, as diferenças de estatutos na mesma entidade, pondo em relevo as decisões dos sócios, e, de outro lado, a distribuição das preferências por certo tipo de socorros ao longo do tempo, pondo em relevo dimensões do "mercado previdenciário".⁴⁴

É a diferença entre uma versão supostamente restrita dos estatutos, tal como estariam em *Diários Oficiais*, e sua versão completa, que me levou a padronizar os objetivos das entidades de forma diferente daquela utilizada por Tânia de Luca. A diferença de versões permite, por exemplo, que os objetivos das entidades sejam genéricos no início do texto (comumente publicado) e especificados, por exemplo, nos capítulos de "Socorros". Se este é o mesmo exemplo que dei acima, pode ocorrer que uma entidade não alinhe explicitamente entre seus objetivos qualquer coisa como "Valorizar a Pátria", mas defina nas "Disposições Gerais" de seus

período anterior a 1935, que servissem para o mesmo propósito. Com efeito, o jornal do Partido Republicano Rio-grandense em Porto Alegre, publicava extratos de estatutos (por exemplo, *A Federação*. Porto Alegre, 19 ago. 1929, p. 8), mas isso ocorria também, com o *Jornal do Comércio* (Porto Alegre, 28 ago. 1905, p. 2). Se fosse seguir esse procedimento, teria que pesquisar toda a imprensa diária da região entre 1893 e 1935. Por outro lado, poderia ter pesquisado os *Diários Oficiais* de 1935 a 1940, mas isso geraria uma concentração elevada de registros mutuais em um período muito restrito, correndo o risco de distorcer algumas das quantificações já apresentadas.

⁴³ Publicados em *O Amador*. Quaraí, 23 fev., p. 4; 8 mar., p. 4; 15 mar. 1896, p. 4 (MCSHJC).

⁴⁴ Em outros dois textos já trabalhei com estatutos de entidades do século XIX, mas, com o correr da pesquisa, outros foram encontrados e alguns foram desconsiderados em função da definição adotada nesta tese. Não obstante, mantenho as interpretações gerais ali desenvolvidas: SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. XXV, n. 2, p. 147-174, 1999; SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul, 1854-1889). *Revista Locus*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 73-88, 1999.

estatutos que hastearia sua bandeira em certas datas de conteúdo patriótico.⁴⁵ A definição sumária dos objetivos nos extratos, em contraponto ao detalhamento dos textos na íntegra, poderia levar a quantificação ao absurdo de criar tantas categorias de socorros e objetivos quantos são os estatutos.

Ora, toda classificação simplifica o encontrado e há momentos em que isso é um mal, ao passo que, em outros, é a única forma de organizar a exposição de um fenômeno. Assim, procurei padronizar ao máximo as finalidades das mutuais e, com isso, cheguei a dois grande grupos. O grupo dos socorros envolve as finalidades que atendam às estratégias privadas dos associados, ao passo que o grupo dos objetivos envolve os que estariam relacionados às estratégias públicas ou ainda a interesses espirituais. Tal como a classificação que utilizei no sub-capítulo anterior, esta também não é de meu inteiro agrado, mas é a forma com que consegui organizar a exposição. Em breve já se verão alguns dos motivos que me fizeram ainda insatisfeito com os grupos de finalidades, mas deixo, por ora, meus lamentos para tentar responder à seguinte questão: o que é oferecido materialmente aos associados?

Tal como defini, a pergunta se refere ao grupo dos socorros e, dentro dele, posso ainda classificá-los em algumas categorias. A **Assistência à saúde** incluiria finalidades como pagamento (ou desconto) na assistência de médicos, dentistas, parteiras, equipamentos, cirurgia, medicamentos, construção ou internação hospitalar e diárias por doença (em função de dias de trabalho perdidos). A **Assistência jurídica** envolveria o fornecimento de informações, pagamento (ou desconto) de advogados, e diária por prisão (em função de dias de trabalho perdidos). Os **Socorros pecuniários** algumas vezes se intersectam com outras categorias, quando elas envolvem pagamento de diárias, mas, dentre eles, se poderiam elencar o pagamento de pecúlio e/ou pensões em caso de morte, doença incapacitante e/ou pobreza, bem como a concessão de empréstimos e fiança. A **Assistência ao ensino** poderia ser identificada com a manutenção de aulas ou escolas e pagamento (ou desconto) em estabelecimentos de ensino, bem como a constituição de bibliotecas. É verdade que esse tipo de assistência concerne também a finalidades que se assemelhariam àquilo que tratarei no próximo capítulo, isto é, os objetivos relacionados a interesses espirituais, mas, algumas vezes nos

⁴⁵ Como acontece com ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Rio Grande. [Rio Grande]: Typ. do Echo do Sul, 1915, art. 74. (BRG)

estatutos, o ensino estaria vinculado a formas de assistência à família em caso de morte e, por essa razão, resolvi incluí-la aqui. Outros socorros só não são categorias porque se compõem de um único, ou, pelo menos, os padronizei como tal: a **Assistência em caso de morte** envolveria enterro e/ou sufrágios; **Assistência quanto a Trabalho**, envolvendo intermediação, assistência em caso de desemprego; **Assistência em Mudança ou viagem**, envolvendo o pagamento devido a alterações nas possibilidades de colocação no mercado de trabalho ou indicação médica. Para quase todos os casos ainda especifiquei se seria um socorro exclusivo aos sócios ou também a suas famílias.

Encontrei, no total, 83 estatutos de 65 entidades e, em dois casos, fugi dos marcos do inventário com o qual venho trabalhando. A primeira fuga foi a incorporação de um estatuto de 1942, por ser o único que encontrei de uma entidade fundada em 1911. Como ele foi adotado pouco depois do ano que tomei como marco final, e não parece diferir muito dos demais, julguei que não seria uma fuga perniciosa para a análise. A segunda fuga foi de outra natureza: incorporei o estatuto de uma entidade que não consta no inventário. Refiro-me ao *Verband deutscher Kranken -und Sterbekassen*, uma federação de 4 entidades com sede em Porto Alegre. Como não encontrei nenhum estatuto dessas entidades, este é o único caso de federação de mutuais encontradas e os estatutos definem um padrão de socorros e objetivos (apesar de não definirem valores de associação, como seria típico de estatutos de uma única mutual), avaliei que não deveria inventariar a federação, mas sim incorporar seu estatuto.⁴⁶

Como resultado dessas minhas decisões pude indagar sobre a frequência com que os socorros são oferecidos pelas entidades. Ressalvado o fato, já tratado, de que a documentação de que disponho é pequena, alinhei na Tabela 3.7 a percentagem de entidades que oferece certos socorros.

⁴⁶ Respectivamente: ESTATUTOS da Sociedade Pradense de Mútuo Socorro. Antônio Prado: [Tip. Cesa], 1942 (CD AIB-PRP); SATZUNGEN des Verbandes deutscher Kranken -und Sterbekassen. *Mitteilungsblatt des Verbandes deutscher Kranken -und Sterbekassen*. Porto Alegre, okt. 1931, p. 1-2 (ABM).

Tabela 3.7 – Oferta de socorros por mutuais no Rio Grande do Sul (1861-1942)

Período	1861-1880	1881-1900	1901-1920	1921-1942
Total entidades com estatutos	16	22	19	18
Média de socorros por entidade	4,88	5,45	4,26	4,39
Assistência médica e farmácia a sócios (%)	68,75	68,18	63,16	61,11
Assistência médica e farmácia a familiar (%)	12,50	13,64	15,79	16,67
Diária por doença (%)	62,50	63,64	26,32	22,22
Manter hospital, clínica, enfermaria (%)	12,50	13,64	5,26	11,11
Enterro e/ou sufrágio para sócio (%)	75,00	72,73	42,11	33,33
Enterro e/ou sufrágio para familiar (%)	6,25	13,64	0,00	5,56
Pensão por morte (%)	56,25	31,82	15,79	5,56
Pensão por pobreza ou invalidez (%)	37,50	50,00	21,05	27,78
Pecúlio por morte (%)	0,00	13,64	31,58	33,33
Empréstimo (%)	6,25	4,55	21,05	22,22
Auxílio em mudança ou viagem/repatriação (%)	18,75	18,18	15,79	22,22
Procurar emprego, trabalho (%)	25,00	31,82	31,58	33,33
Assistência jurídica (%)	25,00	13,64	36,84	33,33
Diária por prisão (%)	43,75	22,73	0,00	0,00
Manter escola ou aulas para sócio (%)	0,00	31,82	36,84	44,44
Manter escola ou aulas para familiar (%)	25,00	31,82	10,53	5,56
Manter biblioteca (%)	12,50	22,73	31,58	50,00
Construir oficina (%)	0,00	9,09	15,79	0,00
Construir asilo (%)	0,00	18,18	5,26	11,11

Fonte: elaboração própria

Há algum tempo venho prometendo ao leitor que tentaria dar conta de variações temporais. Observo que, talvez por certo acaso concernente à data do mais antigo estatuto encontrado, foi possível dividir temporalmente esses estatutos em períodos de aproximadamente 20 anos, o que corresponderia a aproximadamente uma geração. Dessa forma, a Tabela também pode ser lida como representativa daquilo que seria considerado um socorro por membros de certa geração. É visível o quanto as gerações podem diferir nas preferências por certos socorros e o quanto eu, pelo menos, desconhecia essas preferências. Comento a seguir alguns dos resultados obtidos.

A assistência médica, por exemplo, seria o típico socorro acerca do qual se poderia prever um aumento de preferência ao longo do tempo, envolvendo a "medicalização". Mas, se o saber médico vinha se legitimando nesse período, não é algo que possa ser inferido a partir da Tabela 3.7. Sim, é verdade que é um dos socorros mais oferecidos, mas sua variação em meio a esses 80 anos é desprezível e, inclusive, chega a cair de preferência na comparação do século XIX com o XX. Há motivos para isso no Rio Grande do Sul, porque o exercício da medicina em quase todo o período da República Velha não era monopolizado pelos detentores de

diploma. Uma tese da Faculdade de Medicina de Porto Alegre descreve com certa ironia o procedimento:

"É livre, no Rio Grande do Sul, o exercício da medicina.

Um requerimento à Diretoria de Higiene, solicitando a licença, 317\$420 aos cofres do estado, é tudo quanto se exige de qualquer cidadão que se queira fazer discípulo de Hipócrates. Sem essa facilidade, estaríamos privados de 406 médicos, que a tanto sobe a cifra dos que se aproveitaram da liberdade profissional.

.....

A clínica dos médicos licenciados é de todas as classes sociais, havendo cidades em que eles possuem-na maior e melhor do que os profissionais diplomados."⁴⁷

A queda pela preferência de assistência médica no século XX poderia estar relacionada à "liberdade profissional", porque poderiam estar ocorrendo dois fenômenos. O primeiro seria o da desconfiança preliminar frente àqueles que se diziam médicos. Se, de fato, como amiúde os diplomados alertavam, a liberdade profissional permitia o charlatanismo, haveria motivos para crer que os sócios de mutuais evitassem a oferta de um socorro que redundaria em piora da saúde. Há algumas mutuais que, mesmo oferecendo assistência médica, cercavam-se de cuidados. A Sociedade Portuguesa de Beneficência, em Porto Alegre, repete em seus estatutos de 1908, 1930 e 1938 que, em seu hospital, era permitido que os internados mantivessem seus médicos de confiança, mas "só aos doutores em medicina é permitida a assistência aos doentes particulares", ao passo que em período bem anterior, a desconfiança com médicos se manifestava nos estatutos do *Handwerk Verein*, em Rio Grande, que estipulava as formas de solicitação de socorro em caso de emergência, definindo que, em último caso, o sócio poderia chamar "qualquer outro médico, não sendo homeopata".⁴⁸ O segundo fenômeno que poderia explicar a queda na preferência pela assistência médica seria a depreciação da remuneração desses profissionais pela oferta excessiva de "licenciados". Se

⁴⁷ BEM, Balthazar P. *Esboço de geografia médica*. Tese (Faculdade de Medicina de Porto Alegre), 1905, p. 16-17. Sobre o tema é indispensável a leitura de WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889-1928. Santa Maria: Ed. da UFSM/ Bauru: EDUSC, 1999, que menciona a mesma fonte que retomei.

⁴⁸ ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Aprovados em sessão de Assembléia Geral extraordinárias [sic] de 11 e 25 de outubro de 1908. Porto Alegre: Typographia de Germano Gundlach & Cia, 1916, art. 5º, § 4º al. c); ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d' A Federação, 1930, art. 5º, § 7º; ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1938, art. 5º, § 4º (IHGRGS); ESTATUTOS do Handwerk Verein. Ato de 2 de março de 1868. Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1869, art. 36.

assim ocorria, dois poderiam ser os efeitos nas sociedades de socorros mútuos. Um deles seria o simples desinteresse em oferecer um socorro que poderia ser pago com um baixo valor por aqueles que também poderiam se associar a uma mutual. Mal comparando, seria o mesmo caso se, hoje em dia, o Sistema Único de Saúde no Brasil fosse, além de gratuito, eficiente e de qualidade: haveria espaço no mercado para planos privados de assistência médica? O outro efeito da depreciação da remuneração médica seria aquilo que já foi denunciado em revistas médicas dos Estados Unidos no começo do século XX como "lodge practice evil", isto é, os contratos entre mutuais e médicos pela oferta de serviços a baixo preço.⁴⁹ Se a remuneração dos médicos já estava depreciada pela concorrência, é possível que o fenômeno se acentue em virtude da capacidade das mutuais de monopolizarem a compra do serviço dos profissionais por serem elas um dos principais meios de acesso a esses serviços. Fenômenos desse tipo já foram constatados pela bibliografia nos Estados Unidos, Uruguai, Irlanda e Hungria, e nos dois últimos países chegou a haver "greves" de médicos contra as mutuais, enquanto no segundo, o Sindicato Médico se cria em meio ao combate ao monopólio das entidades sobre os postos de trabalho.⁵⁰

Se já apresentei elementos de meu universo empírico que permitiriam trabalhar com a hipótese de desconfiança sobre os médicos, resta apontar os que eventualmente permitiriam trabalhar com hipóteses sobre a depreciação da remuneração. O primeiro efeito mencionado, o do desinteresse pelo pagamento de serviços médicos por parte das mutuais, seria parcamente evidenciado, ou mais, poderia ser excluído do rol de hipóteses. Penso que deva ser excluído porque seria de se supor que a capacidade de pagar privadamente por médicos levaria os sócios das mutuais a aumentarem sua preferência por receberem diárias por doença: ao receberem dinheiro, ao invés da assistência de profissionais, os mutualizados teriam maior liberdade de escolha sobre quem seria pago. Contudo, o que se observa na Tabela 3.7 é que, apesar da ligeira elevação entre os anos 1881 e 1900, a preferência pelas diárias por doença decai no século XX, indicando que esse passou

⁴⁹ BEITO, *op. cit.*, p. 109-129 (ou ainda: BEITO, David T. The "lodge practice evil" reconsidered: Medical care through fraternal societies, 1900-1930. *Journal of Urban History*. Beverly Hills, v. 23, n. 5, Jul 1997, p. 569-600.

⁵⁰ TURNES UCHA, Antonio L., GIL Y PÉREZ, Juan Ignacio. *Ensayo sobre el pensamiento del Dr. Carlos María Fosalba en las postrimerías del siglo XX*. Capturado em 26 ago. 2000. Online. Disponível na Internet http://www.smu.org.uy/libros_sindicales/fosalba/; CAMPBELL, John. Friendly societies in Ireland (1800-1980). In: LINDEN, *op. cit.*, p. 33-34; HITCHINS, Keith. Mutual benefit

a ser um socorro "em desuso". Já o segundo efeito, relacionado a alguma forma de monopólio das mutuais sobre os postos de trabalho, permitiria invocar algumas evidências a atestarem algum peso das entidades nesse mercado. Uma evidência desse tipo é a que nos permite atentar a entidades comerciais travestidas de socorros mútuos, que existiam em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Aqui, um exemplo desse tipo de entidade (que não foi incorporada a esta pesquisa) seria "A Humanitária", cujos estatutos são explícitos: "Os direitos dos srs. sócios (...) limitam-se única e exclusivamente aos benefícios que lhes concedem estes estatutos". Neles, se incluíam apenas os socorros médicos, nada falando sobre assembleias ou eleição de diretores, cargos que aliás, se compunham de um "diretor médico honorário", um "diretor médico administrador" e um conselho fiscal composto por três "drs."⁵¹ Novas pesquisas talvez se fizessem necessárias sobre o peso das mutuais na oferta de serviços médicos a sócios e a compra desses serviços aos profissionais. Há um registro algo nebuloso acerca de uma greve de médicos em Pelotas, contra as "sociedades beneficentes" em 1893, mas os melhores exemplos desse peso provêm da montagem de clínicas das mutuais, onde médicos contratados poderiam atender seus pacientes privados, tal como acontecia na Sociedad Española de Socorros Mutuos em Porto Alegre e na Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas.⁵² Embora tenha antes me referido à exclusividade do diploma médico requerido na Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, é patente que na Sociedade Beneficente 24 de Junho, em Rio Pardo, era um "prático" que atendia aos sócios, uma vez que Lindolpho da S. Ramos não só integrava a entidade, como se envolveu em uma polêmica de imprensa com os diplomados acerca das capacidades técnicas.⁵³

No capítulo 5 ainda trarei outros exemplos sobre a relação de mutuais com médicos, mas passo agora a outro socorro também freqüente, o do enterramento. Este é um exemplo mais claro de minha insatisfação com a forma como classifiquei

societies in Hungary, 1830-1941. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 381

⁵¹ LUCA, *op. cit.*, p. 168-169; ESTATUTOS da "A Humanitária". Sociedade médica de socorros para os enfermos. Fundada em 1911. Porto Alegre: Mercantil, s/d [194?] (IHGRGS).

⁵² Respectivamente: *Democracia Social*. Pelotas, 22 out. 1893 (agradeço a indicação de Beatriz Ana Loner); SOCIEDAD Española de Socorros Mutuos de Porto Alegre. *Memória y cuentas generales...* *op. cit.*, p. 41; RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência relativo à gestão de 1º de julho de 1925 a 30 de junho de 1926..., *op. cit.*, p. 9.

⁵³ Para sua condição de médico e sócio da 24 de Junho, v. *O Exemplo*. Porto Alegre, 7 ago. 1904, p. 1. Para a polêmica com o Centro Médico de Pelotas, que teria se manifestado contra os "doutores da Mesa de Rendas", v. *O Exemplo*. Porto Alegre, 4 set., p. 1; 11 set., p. 1; 18 set., p. 1; 2 out., p. 1; 9 out., p. 1; 16 out. p. 1; 30 out., p. 1; 6 nov. p. 1; 13 nov., p. 1-2; 20 nov. 1904, p. 1 (MCSHJC).

as finalidades, uma vez que se poderia pensar que enterramentos são típicos exemplos de satisfação de interesses espirituais (sobretudo quando envolvem sufrágios pelas almas), não materiais. Contudo, há motivos para também tomar essa finalidade como satisfação de interesses materiais. O primeiro motivo diz respeito à óbvia incapacidade do sócio, quando tomado por esse mal, de continuar a trabalhar para trazer ingressos a sua família. O impacto da morte na economia familiar poderia, então, ser comparado ao impacto da doença. Com respeito à doença, contrapôs a assistência médica às diárias por dia perdido de trabalho, mas, se bem observado, a idéia de que o fornecimento de assistência médica é um socorro para sanar o mal à economia familiar (porque reabilitaria o sócio doente, recolocando-o no mercado de trabalho) corresponde a uma crença e uma confiança que hoje em dia temos na medicina. Graças a essa confiança, somos capazes de avaliar que o pagamento da assistência médica pelas mutuais alivia o custo de reprodução social. Enterros também têm um custo, e pagá-los aliviaria, da mesma forma, os custos de reprodução social.

Mas o leitor ainda poderia argüir de forma diferente: assistência médica sempre custa, ao passo que enterros, quando não há dinheiro para pagá-los, são assumidos pela caridade privada ou pelo poder público. Desse modo, quando as mutuais pagam enterros, elas não estariam apenas cobrindo custos materiais da reprodução social, mas atendendo a interesses espirituais – sejam os vinculados à salvação religiosa, sejam os vinculados à fuga do opróbrio de um enterro para pobres. Este é um dos melhores e mais utilizados argumentos em favor de considerar o enterro como atendendo a interesses espirituais e não materiais, e exemplos não faltam em diferentes universos empíricos com respeito à vergonha de um enterro para pobres, como a bibliografia reporta para Grã-Bretanha, Estados Unidos e Portugal.⁵⁴ Há motivos para crer que a freqüência com que é oferecido esse socorro, sobretudo pelas mutuais do século XIX no Rio Grande do Sul, também estaria vinculada à fuga do opróbrio, entre outros motivos, porque, não raro, são detalhados os procedimentos em caso de morte. O *Handwerk Verein*, de Rio Grande, especificava que todos os membros deveriam acompanhar o enterro do falecido, compromisso que a Sociedade Beneficente Feliz Esperança ampliava para

⁵⁴ THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 2: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 311 (THOMPSON, *The making... op. cit.*, p. 458); BEITO, *From Mutual Aid...*, *op. cit.*, p. 26-27; CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos. Coimbra: Minerva, 1999, p. 75 e ss.

as inumações dos membros da família do sócio. A família, aparentemente, era tomada por algumas mutuais como concorrente no atendimento ao interesse, pois o Club [Sociedade] Beneficente Harmonia dos Artistas definia que, quando da morte, o diretor de mês deveria contatá-la para ver "se permite que o club lhe faça o enterro", enquanto a Protetora dos Artistas prometia "[dar] o caixão e a sepultura, [pagará] o escrivão e a encomendação". Como a entidade limitava estatutariamente os gastos, advertia que, se a família quisesse "mais pompa, a sociedade retirar[ia] o que não aceitar[a]m, ficando agradecida por reverter em seu benefício". A disputa com a família e a fuga do opróbrio também é clara nos estatutos da Fraternidade Artística, que insistia em participar das homenagens: "Se o sócio falecido, pela sua posição, não necessitar que a sociedade lhe faça o enterro, ela mandará rezar uma missa no 7º dia...".⁵⁵

Seja atendendo a um interesse espiritual, seja material, é patente que o cuidado com a morte integrava as preocupações de proteção social dos mutualizados, uma vez que havia entidades que provavelmente só prestavam esse socorro, como a Sociedade de Condução Fúnebre, em Lajeado e algumas Caixas Funerárias em Porto Alegre, afora aquelas caixas internas a outras entidades já mencionadas em outro momento, como a Caixa Mortuária da Sociedade de Cantores Frohsinn.⁵⁶ A preocupação é clara e, mais uma vez, misturaria interesses materiais e espirituais, quando o *Deutscher Krankenverein*, de Porto Alegre, resolveu adquirir um bem: "Para remediar uma falta, que há muito se tornou sensível, resolveu a assembléia geral fazer a aquisição de um carro funerário para aliviar a despesa em ocasião de enterro de sócios ou pessoas da família deste...". E o interesse material não estaria apenas na referência aos custos de enterramento, porque, algum tempo depois da primeira reforma de estatutos, nova reforma se fez,

⁵⁵ Respectivamente: ESTATUTOS do Handwerk Verein. Ato de 2 de março de 1868. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1869, art. 49; ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Feliz Esperança. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1897, Art., 17, § 6; ESTATUTOS do Club Beneficente Harmonia dos Artistas, art. 33. Ato n. 9 de 4 de fevereiro de 1882. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Of. Typ. de Carlos Echenique, 1908; ESTATUTOS da Sociedade Protectora dos Artistas. Porto Alegre: Estabelecimento Typográfico de Gundlach & Becker, 1899, art. 1º, § 6º; ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística. Ato de 3 de março de 1881. Art. 3º. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, s/d., art. 46.

⁵⁶ Um estudo específico sobre o mutualismo funerário em outro universo empírico é o de CALLAGHAN, Brenda Doreen. *Death, Burial and Mutuality. A Study of Popular Funerary Customs in Cumbria, 1700-1920*. Phd Thesis History. University of Victoria [Canada?], 2000.

criando a categoria de "sócio passivo", que tinha apenas o direito de gozar do uso do carro funerário. Não se sabe quantos sócios ingressaram na entidade nessa condição, mas é possível que a oferta do bem tenha atraído interessados, quando se tem a informação de que 8 anos depois da compra, o *Krankenverein* contava com 200 sócios, ao passo que outra mutual alemã de Porto Alegre, 11 anos mais antiga, não contava com mais do que 56 filiados.⁵⁷ A suposição de que o carro funerário atraiu sócios não é descabida quando se tem em mente o caso português, referido na bibliografia, que indica o mesmo tipo de bem levando ao êxito da mutual A Voz do Operário, em Lisboa.⁵⁸

Mas o leitor, que bem observou a Tabela 3.7 e as fontes que venho utilizando, não deixou de perceber que o enterramento aparenta ser uma demanda típica do século XIX, porque, no século XX, a demanda por esse tipo de socorro parece ter diminuído. Diminuiu, mas não desapareceu, e sequer se pode dizer que foi desaparecendo em meio a reformas estatutárias. A Defesa Operária, criada em 1927 em Porto Alegre, alinhava entre seus fins que "Oportunamente, quando organizado o fundo de reserva, [manteria] caixa especial para pagamento de despesas com funerais". Já a Sociedade Protetora das Famílias nada menciona sobre enterramentos em seu estatuto de 1902, mas o faz no de 1922.⁵⁹ Mas o exemplo mais claro de diminuição do interesse pelo enterro pode ser visto nos estatutos da Aliança Católica Operária em Porto Alegre. A Aliança especificava uma série de objetos e procedimentos rituais quando do enterramento (sepultura, caixão, tocheiros, velas, cruz, tamboreto, cortinas pretas, carro fúnebre, missa de 30º dia), mas prometia que "Para acompanhar o féretro, a Secretaria convidará um certo número de sócios, os mais vizinhos do falecido". Ao invés da disciplina associativa já

⁵⁷ Requerimentos, diversos, 1874 (AHRs, Maço 174); Ato de 18 de Dezembro de 1874, aprovando alguns artigos aditivos aos estatutos da sociedade alemã Deutscher Krankenverein, fundada nesta capital. RIO GRANDE DO SUL. *Coleção de actos, regulamentos e instruções expedidos pela Presidência da Província do Rio Grande do Sul no ano de 1874*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1877; Ato n. 23, de 11 de março de 1876 aprovando alguns artigos aditivos aos estatutos da sociedade alemã Deutscher Krankenverein, fundada nesta capital. [RIO GRANDE DO SUL.] *Coleção dos Actos expedidos pela Presidência de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1877; TELLES, *op. cit.*, p. 46.

⁵⁸ CATROGA, *op. cit.*, p 85-86.

⁵⁹ DEFESA Operária. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 mar. 1927, p. 6 (NPH 368-E); ESTATUTOS da Sociedade Protetora das Famílias. Rio Grande: Typ. do Rio-Grandense, 1902; ESTATUTOS da Sociedade Protetora das Famílias. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1922, art. 6º. (BRG). Observo que, no Recife, as sociedades de socorros mútuos chegavam a ser denominadas de "funerária" ou "mortuária", dada a importância do socorro ainda na segunda metade do século XX: TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto. *A forma organizativa de auxílios mútuos: contestação ou adaptação*. Rio de Janeiro; 1982. Dissertação de mestrado (IUPERJ), 1982, p. 60 e ss.

vista para mutuais do século XIX que obrigava todos os sócios a comparecerem às cerimônias, a Aliança definia como dever "assistir ao enterro (...) quando lhe tocar a vez".⁶⁰

Apesar do exemplo da Protetora das Famílias, é flagrante que há diferença entre as concepções de morte nos séculos XIX e XX. No século XX, o impacto material da morte é demandado como risco a ser coberto pelas mutuais e não, como se poderia pensar, que a morte deixou de ser considerada um problema dos associados. Ela talvez não fosse considerada um problema por grupos específicos, como os caixeiros, cujas mutuais quase nunca oferecem o socorro, talvez porque os sócios ativos dessas entidades fossem predominantemente jovens que não pensavam estar correndo esse risco.⁶¹ Quando afirmo que o impacto material da morte ganha predominância no século XX, não tenho em mente apenas a forma como a Aliança Católica a cobria, ou a promessa genérica da União Operária de Pelotas de que pagaria a modesta quantia de 60\$000 réis à família do falecido, caso esta o exigisse.⁶² Tenho em mente o crescimento da oferta de pecúlios por morte no século XX, que explicita o risco como dificuldade material a ser coberta com dinheiro, não com a sociabilidade da cerimônia de enterramento. É verdade que o "pecúlio" da União Operária de Pelotas possivelmente mal pagaria enterros, mas é, de qualquer maneira, um caso em que a morte significa, para as entidades, apenas dispêndio de dinheiro.

Tanto no enterro, quanto no pecúlio, o momento da morte, por ser único, também leva a um único dispêndio de dinheiro. Como não tenho informações sobre os custos de enterramento e sufrágios ao longo do período e, de outra parte, amiúde o valor dos pecúlios depende das contribuições que cada sócio fez ao longo da vida, não é possível comparar os valores de um e outro socorros ao longo do tempo, tão-somente sua preferência. A alta correlação negativa entre um e outro (-0,94372) indica que o contraponto que estabeleci sobre a troca das preferências é plausível, mas restaria considerar outro socorro relacionado à morte, que é a pensão. A

⁶⁰ REGULAMENTO da Sociedade Aliança Católica Operária Rio Grandense de Porto Alegre. Arts. 72 a 82 e art. 12, al. III. In: ESTATUTOS e Regulamento da S. Aliança Católica Operária Rio Grandense de Porto Alegre (Sociedade de Seguros Mútuos). Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1915 (IHGRGS).

⁶¹ O único caso de mutual de caixeiros que o oferece, dentre os que encontrei, é o dos ESTATUTOS da União Caixeiral Jaguareense. Jaguarão: Oficinas d'A Situação, 1909, art. 2º, § 4º (BRG). Para a condição de "jovens" dos caixeiros, v. DUARTE, *op. cit.*, p. 101-104.

⁶² ESTATUTOS da Sociedade União Operária. Pelotas: Oficinas typográficas à vapor da Livraria Comercial, 1908, art. 37º (BPP).

correlação entre pensões por morte e enterros é inferior à correlação negativa entre pensões por morte e pecúlios (respectivamente, 0,910314 e -0,98267). Isso provavelmente ocorre porque as entidades avaliam, em um primeiro momento, que terão receita suficiente para cobrir pensões por morte, um socorro que pode comprometer as despesas da mutual por muitos anos. Assim, a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre menciona a pensão por morte em seu estatuto de 1877, mas não nos de 1908, 1930 e 1938, enquanto a de Rio Grande o promete em 1880, mas não nos estatutos de 1861, 1891, 1912 e 1915 e, em ambas as entidades, o enterro não desaparece no século XX. Esse novo contraponto é interessante, porque as pensões por morte não são apenas socorros pecuniários, uma vez que impõem às entidades, como elas próprias se impunham, mecanismos de controle sobre a "moralidade" e a "honestidade" dos/das pensionistas.⁶³ Como a concessão do socorro se estenderia por anos, é razoável supor que os mecanismos de sociabilidade e os interesses espirituais que eram postos em jogo no momento do enterro cumprissem papel muito mais importante na concessão de pensão por morte. Daí que posso incluir com mais tranqüilidade o enterro entre os socorros (atendendo a interesses materiais), por serem eles restritos ao momento da morte, estendendo-se, quando muito, ao momento dos sufrágios.

E posso ainda fazê-lo, porque o valor do socorro do enterramento, ainda que envolva interesses espirituais, é oferecido pelas entidades tendo em vista o dispêndio de dinheiro, e não é à toa que há estatutos que limitam o valor a ser gasto com esse tipo de socorro.⁶⁴ De certa forma, a combinação de interesses materiais e espirituais no que diz respeito aos enterros também pode ser verificada no que tange à assistência médica, socorro que, como já assinalai, pode ser semelhantemente avaliado como atendendo a interesses espirituais de crença na medicina. E, aplicando à assistência médica o mesmo argumento que apliquei aos socorros por morte, é flagrante que o dispêndio de dinheiro é um limite para sua oferta. Não é à toa que, por padrão, os estatutos estabeleçam restrições à associação de membros com doenças

⁶³ Apenas como exemplos: ESTATUTOS do Grêmio dos Artistas. *op. cit.*, art. 64-66; ESTATUTOS da Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários e Empregados Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, [1921?], art. 11 § 7^o (BRG).

⁶⁴ Apenas como exemplos: ESTATUTOS da Sociedade Italiana União e Philantropia, art. 37. Ato de 4 de maio de 1877. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, Regulamentos e instruções expedidas pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 1877*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1881; ESTATUTOS da Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho, *op. cit.*, art 7^o, § 1^o; ESTATUTOS do Club Beneficente "24 de Maio". Porto Alegre: Oficinas a vapor da Livraria do Comércio, s/d [1908?], art. 20; ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio de Porto

pré-existentes e debatam a relação entre o preço pago pelo serviço e a qualidade do atendimento. Esse último fenômeno aparece, por exemplo, dentre os motivos da separação da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Rio Grande, que teria aberto sua enfermaria antes que na sede, em Porto Alegre, ou ainda no relatório da Sociedade de Beneficência Brasileira União em 1897:

"A diretoria atendendo às reclamações dos sócios recolhidos à Santa Casa de Misericórdia, os quais eram tratados em comum com aqueles que imploram a caridade pública, elevou a 3\$000 a diária paga a este pio estabelecimento pelo tratamento dos sócios doentes.

As condições daqueles que para ali vão melhoraram consideravelmente, pois são recebidos nas enfermarias de 1^a classe, em compartimentos separados".⁶⁵

O trecho citado permite abordar por outro flanco a relação entre assistência médica e enterro. Um e outro socorros poderiam ser fornecidos pela caridade, mas não é para isso que se pessoas se associavam às sociedades de socorros mútuos. A oferta do socorro não se cingia ao produto do tratamento hospitalar ou da inumação, porque incluía, além do atendimento ao interesse material, o "estilo" a satisfazer o interesse espiritual.

Como tratarei da estilização dos comportamentos no capítulo 5, sigo agora indagando se os números da Tabela 3.7 não estariam sofrendo alguma distorção em virtude de um diferente padrão de entidade. Ou seja, pergunto se uma outra organização dos mesmos registros me levaria a afirmações diferentes. Um teste para isso é a distribuição dos socorros segundo o âmbito de atuação das entidades, tal como apresento na Tabela 3.8.

Alegre. [Porto Alegre]: Typographia Mercantil, 1925, art. 23, al. d) (IHGRGS).

⁶⁵ Respectivamente: SINTRA, *op. cit.*, p. 21-23; RELATÓRIO da Sociedade de Beneficência União. Porto Alegre: Typographia da Gazetinha, 1897, p. 6 [anexo a AHRs, Estatística, Maço 4].

**Tabela 3.8 – Oferta de socorros por mutuais regionais e locais
(Rio Grande do Sul, 1861-1942)**

Tipos de entidades	Locais, séc. XIX	Regionais, séc. XIX	Locais, séc. XX	Regionais, séc. XX
Total entidades com estatutos	30	6	24	7
Média de socorros por entidade	5,4	3,00	4,67	4,14
Assistência médica e farmácia a sócios (%)	70,00	50,00	62,50	71,43
Assistência médica e farmácia a familiar (%)	10,00	0,00	16,67	28,57
Diária por doença (%)	73,33	16,67	29,17	14,29
Manter hospital, clínica, enfermaria (%)	10,00	33,33	4,17	14,29
Enterro e/ou sufrágio para sócio (%)	73,33	66,67	37,50	28,57
Enterro e/ou sufrágio para familiar (%)	10,00	0,00	4,17	0,00
Pensão por morte (%)	46,67	16,67	8,33	28,57
Pensão por pobreza ou invalidez (%)	46,67	16,67	16,67	42,86
Pecúlio por morte (%)	3,33	33,33	33,33	28,57
Empréstimo (%)	3,33	16,67	20,83	28,57
Auxílio em mudança ou viagem/repatriação (%)	13,33	33,33	20,83	14,29
Procurar emprego, trabalho (%)	36,67	0,00	37,50	14,29
Assistência jurídica (%)	23,33	0,00	45,83	28,57
Diária por prisão (%)	33,33	16,67	0,00	0,00
Manter escola ou aulas para sócio (%)	20,00	0,00	50,00	28,57
Manter escola ou aulas para familiar (%)	30,00	0,00	12,50	0,00
Manter biblioteca (%)	23,33	50,00	50,00	28,57
Construir oficina (%)	3,33	0,00	12,50	0,00
Construir asilo (%)	10,00	0,00	4,17	14,29

Fonte: elaboração própria

Incorporei à 3.8 apenas as entidades regionais e locais porque, para os demais âmbitos, encontrei apenas um estatuto. Noto também que os números de entidades são diferentes da Tabela 3.7 porque, nos novos grupos temporais, há entidades com mais de um estatuto que, se mantidos, fariam com que a mutual fosse registrada mais do que uma vez. As variações de distribuição da preferência pelos socorros trazem elementos que já permitiriam aplicar, como hipótese, a afirmação de Beito, para os Estados Unidos, de que haveria um padrão de socorros para as entidades locais ("sick and dead") e outro para as de maior âmbito ("life insurance"). Como já expliquei, não tenho condições de averiguar as entidades nacionais com atuação no Rio Grande do Sul, de forma que a aplicação da hipótese se limita a ampliar o padrão típico das entidades de âmbito maior que local, na expectativa de que elas concentrem a oferta de socorros pecuniários de diversos tipos. A comparação entre as Tabelas 3.7 e 3.8 revela, ao contrário do previsto pela hipótese, que o âmbito não parece ter relevância para o tipo de socorro no Rio Grande do Sul: o pecúlio por morte, por exemplo, cresce ao longo do tempo na Tabela 3.7 e entre as mutuais locais na Tabela 3.8; o empréstimo cresce em todos

os quadros e em todos os grupos de mutuais; o contraponto entre assistência médica e diária por doença revela que o segundo socorro decresce em todos os grupos e quadros, ao passo que a estabilidade relativa da assistência médica a sócios na Tabela 3.7 estaria melhor relacionado ao crescimento desse socorro entre mutuais regionais. Em suma, não há motivos para identificar nas mutuais de âmbito regional um padrão de oferta de socorros em dinheiro no Rio Grande do Sul, e isso permite ratificar a generalização que antes fazia sobre o contraponto entre a oferta de enterro e a oferta de pecúlio por morte: não foi a diminuição relativa de entidades de base local (supostamente mais próximas de uma "comunidade") que fez com que a morte tivesse, no século XX, um perfil de cobertura mais assentado sobre seu impacto na economia familiar. É possível generalizar a troca de um socorro pelo outro porque, mesmo considerando os dados do período entre 1881 e 1920, não explícitos pelas Tabelas 3.7 e 3.8, se verifica que, das 9 entidades que oferecem pecúlio por morte, 4 são regionais e 5 locais, números que poderiam levar a afirmar as mutuais regionais como fornecedoras típicas do socorro pecuniário; contudo, dentre essas 9 entidades, apenas duas oferecem também o enterro, uma local e uma regional.

De qualquer maneira, é com muito cuidado que posso afirmar qualquer coisa a partir dessas Tabelas 3.7 e 3.8, porque não posso perder de vista que a padronização dos socorros foi feita por mim, e corro o risco de tomar como "descoberta" aquilo que já pressupunha. Não posso, por exemplo, afirmar genericamente que **todos** os socorros tendem a tomar uma forma de remuneração em dinheiro ao longo do século XX, e isso é claro no contraponto entre a assistência jurídica e as diárias por prisão (por dia perdido de trabalho). É visível que o socorro em dinheiro não existe no século XX. Desconheço a legislação dessas décadas a respeito do monopólio de advogados diplomados, mas não ignoro que a "liberdade profissional" contra a qual combatiam médicos era preceito constitucional no Rio Grande do Sul, também atingindo a profissão jurídica. A freqüência com que o socorro é oferecido na República Velha talvez pudesse ser explicado de forma semelhante à que fiz no que tange à assistência médica, invocando efeito da depreciação da remuneração, mas, como desconheço a produção acadêmica sobre a história profissional da advocacia no Rio Grande do Sul, não ouse assentar interpretações de evidências frágeis sobre "palpites" históricos.



Os números de estatutos e socorros voltam a aparecer nos próximos capítulos, quando me detenho com mais vagar nas mutuais étnicas e classistas, mas não encerro este capítulo sem voltar ao tema da periodização. Se o leitor bem atentou aos socorros da Tabela 3.7, pôde verificar que existem alguns típicos do século XIX (como a já mencionada diária por prisão ou a diária por doença), os típicos do século XX (como o pecúlio por morte ou o empréstimo) e os que, embora não sejam todos típicos, são relevantes entre 1880 e 1920 (como a construção de oficina ou a pensão por pobreza ou invalidez). Periodizar é atribuir sentido, e, a despeito de meu esforço, não foi possível generalizar o sentido atribuído aos ritmos de fundação, aos processos de fundação, às preferências de fechamento e âmbito, às preferências de socorros, etc. E gostaria de sublinhar a palavra "generalizar", porque não posso dizer que não encontrei sentido nos fenômenos abordados neste capítulo, apenas que o sentido (e, portanto, a periodização) atribuível a certo fenômeno ou a certo grupo de mutuais não é válido para outro fenômeno ou grupo.

Daí que o leitor pode indagar se esse fenômeno que venho abordando, o "mutualismo", é, de fato, um fenômeno, ou apenas um conjunto mal construído de fragmentos de informação ao qual ousei aplicar um único nome. Devo confessar que a segunda alternativa pode estar correta, tendo em vista o nominalismo que norteia minha abordagem. Mas essa opção é defensável quando é metodologicamente útil e penso que nestes primeiros capítulos desta tese pude demonstrar sua utilidade: me permitiu focalizar fragmentos (que sejam!) de informações sobre fenômenos dispersos no espaço e no tempo, construir elementos para uma definição que permitisse organizá-los em uma exposição, destacar variações espaciais e temporais como também passíveis de uma compreensão generalizadora, apontar elementos acerca das expectativas, preferências e desejos de grupos sociais (e, talvez, indivíduos) sobre os quais há pouca documentação e pesquisa e, principalmente, não perder de vista que a pretensão generalizante não deve fazer sucumbir o que pode haver de específico nos casos tratados.

É dessa forma que encerro esta Primeira Parte da tese: identificando o fenômeno e o caracterizando como pautado por relações de reciprocidade, uma vez

que pode exibir aquilo que os mutualizados poderiam esperar receber de sua associação.⁶⁶ Algumas das mutuais até agora abordadas praticamente sumirão desta tese: não há informações acerca de sua capacidade de construir ou fomentar a "identidade" dos grupos sociais, o fenômeno que será focalizado nos próximos dois capítulos. Podem não sumir de todo, porque os procedimentos de construção das "identidades" em meio às sociedades de socorros mútuos têm, como limite, os interesses materiais de seus associados e as restrições orçamentárias. É verdade que, se este fosse um trabalho específico de história econômica, os principais tópicos já teriam sido abordados, faltando, contudo, maior profundidade. Penso que a profundidade foi apenas a suficiente para passar aos capítulos da "história social".

⁶⁶ SOBOTTKA, Emil. Organizações civis: buscando uma definição para além de ONGs e "terceiro setor". *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. Ano 2, n. 1, jun. 2002, p. 81-95.

SEGUNDA PARTE:

**"... SOMOS ARTISTAS,
PERTENCEMOS A UMA
CLASSE LIVRE, ALTIVA COM
RAZÃO, MAS POUCO
FAVORECIDA TALVEZ..."***

* UM HOMEM ARTISTA. Os foguetes em repúdio. *Conciliador*. Porto Alegre, 1 maio 1859 (MCSHJC).

4 – MUTUAIS ÉTNICAS E CLASSISTAS

Alguns elementos do capítulo anterior agora se repetem: o critério de classificação das entidades segundo os grupos sociais e os socorros oferecidos por entidades ao longo do tempo. Mas, naquele momento, a utilização desses elementos estava a serviço de uma exposição, como já havia afirmado, didática. Agora, apesar do descontentamento que amiúde manifesto com os critérios que adotei, quero fazê-los trabalhar em favor de uma análise da ação social. Penso que isso possa ser feito com as fontes e com o fenômeno que escolhi para esta pesquisa por meio de contrastes entre, de uma parte, os interesses, desejos e expectativas dos associados a sociedades de socorros mútuos; de outra parte, o perfil dos que realmente se associavam às entidades; e, de uma terceira parte, os limites orçamentários dessas entidades. Cada uma dessas partes será tratada em um dos sub-capítulos a seguir.

4.1 – SOCORROS E OBJETIVOS

Os 83 estatutos de que disponho, pertencentes a 65 entidades, são agora dispostos segundo seus critérios de fechamento no Quadro 4.1. Como observei para os Quadros e Tabelas do capítulo 3, evitei que a mesma entidade figurasse mais de uma vez na mesma célula, de modo que há mais estatutos que entidades. Note-se também que os totais de entidades fundadas nos dois séculos não necessariamente coincidem com os totais de entidades com estatutos em cada século, pois o Club Caixeiral Porto-Alegrense, por exemplo, é uma única mutual fundada no século XIX que teve localizados estatutos de ambos os cortes temporais. Por causa dessa diferença entre o total de estatutos, o total de entidades e suas distribuições ao longo dos séculos que, de imediato, acrescento a Tabela 4.2, na qual consta a percentagem de entidades de cada tipo cobertas pela pesquisa nos estatutos.

	Abertas	Classistas	Étnicas	Etno-classistas	Total
Total estatutos	10	39	24	10	83
Estatutos do séc. XIX	2	16	14	8	40
Estatutos do séc. XX	8	23	10	2	43
Entidades fundadas no séc. XIX	4	19	13	8	44
Entidades fundadas no séc. XX	4	14	1	2	21
Entidades com estatutos do séc. XIX	2	15	11	8	36
Entidades com estatutos do séc. XIX	6	19	6	2	33

Quadro 4.1 – Estatutos de entidades, segundo o fechamento (Rio Grande do Sul, 1854-1942)

Fonte: elaboração própria

Tabela 4.2 - Percentagem relativa de entidades com estatutos localizados, segundo o fechamento (Rio Grande do Sul, 1854-1942)

	Entidades com estatutos	Entidades do inventário	% relativa
Abertas	8	43	18,6
Classistas	33	213	15,49
Étnicas	14	127	11,02
Etno-classistas	10	23	43,48
Sub-total: Classistas+Etno-classistas	43	236	18,22
Sub-total: Étnicas+Etno-classistas	24	150	16,00
Total	65	406	16,01

Fonte: elaboração própria

A Tabela 4.2 explicita mais um dos motivos da decisão que agora enuncio, que diz respeito à incorporação das entidades etno-classistas ao grupo das étnicas para efeito de comparação com as demais. Pelo fato de haver encontrado estatutos de cerca de 16% das entidades inventariadas, quando essas entidades são dispostas segundo seu fechamento, a percentagem relativa torna-se o suficiente desigual para dificultar afirmações mais seguras em qualquer tipo de generalização. Um dos elementos que concorre para tanto é a alta proporção de estatutos encontrados de mutuais etno-classistas. Ao incorporá-las ao grupo das entidades étnicas, obtenho uma proporção que torna mais confortável o contraponto entre os dois tipos de entidades, as étnicas e as classistas. Não obstante, remeto o leitor à argumentação do capítulo 3, onde identificava as mutuais etno-classistas como típicos fenômenos do século XIX, problema acentuado a partir de agora quando se verifica, também por meio do Quadro 4.1, que, dentre as entidades com fechamentos étnicos, não apenas elas têm predominante fundação no século XIX, como também têm a maior parte de seus estatutos desse período. A esse problema, pode-se acrescentar a incorporação, como já antes dizia, do estatuto de uma federação de mutuais etno-classistas não inventariada: considere mais prudente

não multiplicar os socorros oferecidos pelo número de suas filiadas, como um preciosismo aritmético poderia pedir, uma vez que ignoro se os socorros oferecidos pelo *Verband* eram previamente comuns a todas as mutuais, ou ainda resultavam do convênio estabelecido, com ou sem transferência de recursos de umas entidades a outras. Por efeito dessas minhas decisões, a segurança das afirmações sobre mudanças de preferência por socorros ao longo do tempo, tal como fiz no capítulo anterior, agora se ressentem em benefício de alguma segurança nas afirmações com respeito à expectativa de reciprocidade no grupo social.

Não obstante, posso ainda ter alguma segurança quanto à variação temporal ao considerar os valores requeridos para a associação às entidades. Falo em "alguma segurança", por vários motivos. Um deles foi que apenas calculei os valores médios nominais de jóia e mensalidade, sem aplicar quaisquer deflatores. Daí que os períodos de vinte anos abaixo discriminados podem incluir momentos de inflação (como a década de 1890, por exemplo). Outro dos motivos é o da inexistência de valores nominais em alguns estatutos, porque definem as taxas de associações em valores proporcionais à remuneração (como são os casos do Montepio Militar, ou da Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários e Empregados Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul). Há outros casos em que os valores são proporcionais, mas, como correspondem a faixas de idade, decidi registrar aquela na qual se incluíam os homens de 30 anos. Por fim, este é o único quadro ao qual incorporei os registros de todos os 83 estatutos, porque a existência de mais de um no mesmo período usualmente está associada a variações nos valores de associação à mesma entidade, informação que não compromete o que agora interessa.

Tabela 4.3 - Valores médios de associação a mutuais, segundo o fechamento (Rio Grande do Sul, 1861-1942)

Período	Classistas		Étnicas*		Geral**	
	Jóia	mensalidade	Jóia	mensalidade	Jóia	mensalidade
1861-1880	13\$000	1\$625	10\$700	1\$100	10\$733	1\$172
1881-1900	9\$167	1\$756	11\$125	1\$200	10\$472	1\$438
1901-1920	21\$000	2\$125	30\$833	5\$833	22\$667	3\$194
1921-1942	31\$250	4\$750	94\$000	5\$750	51\$067	5\$571

Fonte: elaboração própria

* inclui étnicas e etno-classistas

** inclui todos os estatutos do período

Ainda que não tenha aplicado deflatores aos valores médios, eles podem

fazer algum sentido quando comparados com outras informações, como, por exemplo, as de médias de jóia e mensalidade em 11 mutuais de trabalhadores no Rio de Janeiro entre 1852 e 1876. Enquanto a média de jóia (14\$100) seria ligeiramente mais elevada que no Rio Grande do Sul, a mensalidade média (\$950) seria inferior nesta Província. Não há motivos para discordar de June Hahner quando ela avalia que os valores de mensalidade no Rio de Janeiro equivaliam a "um dia de salário ou menos".¹ O mesmo talvez seja válido para o Rio Grande do Sul, a julgar pela comparação entre as médias da Tabela 4.3 e registros de remuneração nos diferentes períodos. Para o mais antigo, posso remeter o leitor ao Quadro 2.4, que traz valores de remuneração entre 1853 e 1867. Para outros períodos, pode-se tomar a também já mencionada Lista de Votantes na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário (Porto Alegre) em 1880, por meio da qual se verifica, por exemplo, que os 76 carpinteiros ali incluídos (perfazendo 5,24% do total) tinham renda anual de 423\$682 réis; para 1893, em Pelotas, um operário ("oficial de ofício") ganharia cerca de 91\$000 mensais; em 1911, um pedreiro em Porto Alegre ganharia cerca de 110\$000 por mês; em 1920, o mais baixo salário médio diário nas indústrias do Rio Grande do Sul era de 4\$040; já em 1937, o mais baixo salário industrial discriminado no estado era no setor têxtil, 181\$401 mensais (enquanto no item "outras indústrias", o valor era de 179\$243). Em suma, considerando os valores da Tabela 4.3, as jóia e mensalidade cobradas no Rio Grande do Sul não excederiam a aproximadamente, um mês e um dia, respectivamente, de remuneração no trabalho livre urbano.²

Apesar de serem valores que, supostamente, caberiam no orçamento familiar dos trabalhadores urbanos (mais uma vez advirto que o valor de remuneração é insuficiente quando faltam informações sobre os custos de reprodução social), não

¹ HAHNER, June. *Pobreza e política*. Os pobres urbanos no Brasil 1870-1920. Brasília: EdunB, 1993. O trecho citado está na p. 99 e os dados brutos de onde calculei as médias entre as p. 101 e 103.

² Respectivamente: Eleições - EL-01 = Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre em o ano de 1880. (AHRs); *Democracia Social*. Pelotas, 9 jul. 1893, p. 3-4 e *Echo do Povo*. Porto Alegre, 19 out. 1911, p. 1 [reproduzidos em: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/ Tchê!, 1992, p. 50 e 178]; HERRLEIN Jr., Ronaldo. Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul: origens e primeira configuração, 1870-1920. *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM (também publicado em: HEINZ, Flávio M., HERRLEIN Jr. (orgs.) *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 235-268); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Sinopse estatística do estado*, n. 3. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Publicidade Americana, 1939, p. 124.

há como negar que os tipos de mutuais têm variações desiguais nos preços de associação. Mais precisamente, chamo a atenção do leitor para os valores nominais de jóia nas mutuais étnicas, que se elevam quase 8 vezes entre 1861 e 1940, enquanto essa elevação na média geral não chega a 4 vezes. A comparação dos valores entre mutuais étnicas e classistas ao longo do tempo revela que as primeiras vão se tornando cada vez mais caras. É provável que esse não seja um fenômeno específico do Rio Grande do Sul, quando se constata que também no Rio de Janeiro a Sociedade Portuguesa de Beneficência eleva os valores de associação quando inaugura seu hospital em 1859: antes desse momento, a entidade "cobrava uma jóia de valor semelhante aos das outras entidades".³ Como os estatutos das homônimas do Rio Grande do Sul aparecem em todos os períodos, isso fez com que se elevassem os valores das mutuais étnicas, e, por isso, cabe perguntar: os valores altos estão melhor associados a mutuais étnicas ou a mutuais com hospitais? A resposta poderia ser obtida pela eliminação das Sociedades Portuguesas de Beneficência dos cálculos, quando se obtém, para jóias, os seguintes valores em cada período sucessivo: 8\$143, 7\$056, 21\$667, 8\$000. É visível que, com exceção do período entre 1901 e 1920, sempre os valores de jóia das mutuais étnicas é inferior ao das mutuais classistas. E, mesmo nesse período entre 1901 e 1920, o valor mais elevado das étnicas talvez tenha ocorrido não por causa de uma tendência desse tipo de mutual, mas de um problema interno da mutual italiana em Pelotas, cujo estatuto de setembro de 1902 indicava altos valores que o estatuto de fevereiro de 1903 revisava.⁴

Passo agora para o estudo das finalidades de mutuais étnicas e classistas. No capítulo 3 já explicava a diferença adotada entre socorros e objetivos (serão

³ CONJUNTO Universitário Cândido Mendes. Centro de Memória Social Brasileira. *A assistência médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para sua história no período de 1870-1945*. Rio de Janeiro, 1980, v. 2, p. 284.

⁴ ESTATUTO da Sociedades [sic!] Italiana Reunidas União Filantropia e Circolo Garibaldi. [Livro A-1, Fls 1, n. 1, em 11 out. 1902]; ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas "Unione Filantropia e Circolo Garibaldi[]" em Pelotas. [Livro A-1, Fls. 2, n. 004, em 29 maio 1903]. Essas fontes não teriam sido incorporadas à pesquisa sem a gentileza de Beatriz Ana Loner, a quem agradeço pela cópia do material. Saliento ainda que existe uma imprecisão nos cálculos apresentados, uma vez que desconheço a existência de outros hospitais e/ou enfermarias ao tempo dos estatutos compilados. Assim, baixaram os valores das mutuais étnicas porque excluí as Sociedades Portuguesas de Beneficência que mantinham hospitais, mas, talvez, outros estatutos, inclusive de mutuais classistas, devessem ser excluídos em determinados momentos, como os da Beneficência Porto-Alegrense e Beneficência Brasileira União. Não o fiz porque tenho dúvidas quanto ao período de funcionamento dos hospitais, assim como também não excluí a Sociedade de Beneficência Portuguesa de Bagé, cujo estatuto incluído é de um período no qual ainda não havia construído o seu.

mesmo diferentes?) e, naquele momento, me restringi aos socorros. Agora incluo os objetivos das entidades, que foram ainda mais padronizados do que as finalidades tratadas no capítulo anterior, porque, se assim não o fizesse, talvez nunca conseguisse variáveis o suficiente freqüentes para me permitir afirmar qualquer coisa. Ademais, modifiquei os registros para os cálculos deste capítulo da seguinte forma: enquanto antes considerei, em cada período temporal, apenas o mais antigo estatuto de cada entidade, caso houvesse mais do que um no mesmo corte temporal, agora considerarei finalidades de todos os estatutos de cada mutual deliberados dentro do mesmo século. Poder-se-ia argumentar que esse procedimento viola demasiado a distribuição de preferências ao longo do tempo, mas vejo nele duas vantagens: a primeira delas é que, se antes calculei a distribuição geral das preferências por socorros dentro de períodos mais restritos, a soma desses socorros por entidade em cada século tenderia a aproximar essas preferências dos números gerais, uma vez que estaria supondo a ação do "mercado previdenciário" agindo nas modificações de estatutos. A segunda vantagem é que foi quase o mesmo procedimento adotado por Tânia de Luca para os estatutos por ela pesquisados, o que fornece um universo de comparação para a distribuição das preferências e, como o leitor pode notar nesta tese, afirmações sobre o sentido dos fenômenos costumam provir de comparações.

Antes de apresentar o resultado desses procedimentos no Quadro 4.4, remeto o leitor àquilo que afirmava no encerramento do capítulo 3: que já havia apresentado elementos acerca das expectativas, preferências e desejos de grupos sociais. Se assim, de fato, fiz, é possível prever sua forma de distribuição em mutuais étnicas e classistas, tendo em vista o fato de que as segundas, ao definirem um fechamento segundo a posição no mercado de trabalho, priorizariam finalidades relacionadas à produção social (sobretudo afeitas a trabalho e renda e interesses materiais), ao passo que as primeiras priorizariam as finalidades relacionadas à reprodução social (sobretudo os afeitos à afetividade, família, educação e cultura). Assim, essa suposição permitiria prever que as mutuais étnicas mais freqüentemente ofereceriam assistência médica, enterro, ensino e cultura, ao passo que as mutuais classistas ofereceriam vários tipos de diária por dia perdido de trabalho, pecúlios e pensões, busca de emprego, defesa de interesses.

Vamos aos resultados na Tabela 4.4:

Tabela 4.4: Finalidades de mutuais no Rio Grande do Sul, segundo o fechamento, por século (1861-1942)

	Classistas		Étnicas*	
	séc. XIX	séc. XX	séc. XIX	séc. XX
Estatutos considerados	15	19	19	8
Jóia (média)	10\$500	25\$867	9\$500	26\$833
Mensalidade (média)	1\$775	3\$533	1\$153	5\$833
Assistência médica e farmácia a sócios (%)	46,67	73,68	89,47	75,00
Assistência médica e farmácia a familiar (%)	13,33	26,32	10,53	12,50
Diária por doença (%)	60,00	21,05	68,42	50,00
Manter hospital, clínica, enfermaria (%)	6,67	5,26	26,32	12,50
Enterro e/ou sufrágio para sócio (%)	60,00	26,32	89,47	62,50
Enterro e/ou sufrágio para familiar (%)	13,33	0,00	10,53	12,50
Pensão por morte (%)	46,67	21,05	42,11	0,00
Pensão por pobreza ou invalidez (%)	40,00	31,58	47,37	0,00
Pecúlio por morte (%)	13,33	36,84	5,26	25,00
Empréstimo (%)	6,67	36,84	0,00	0,00
Auxílio em mudança ou viagem/repatriação (%)	13,33	21,05	26,32	25,00
Procurar emprego, trabalho (%)	46,67	52,63	31,58	25,00
Assistência jurídica (%)	6,67	57,89	31,58	25,00
Diária por prisão (%)	20,00	0,00	36,84	0,00
Manter escola ou aulas para sócio (%)	20,00	68,42	21,05	25,00
Manter escola ou aulas para familiar (%)	26,67	10,53	31,58	12,50
Manter biblioteca (%)	33,33	52,63	10,53	25,00
Construir oficina (%)	6,67	10,53	5,26	12,50
Construir asilo (%)	13,33	5,26	10,53	25,00
Média de socorros por entidade (máximo possível: 19)	4,9	5,6	5,9	4,3
Manter lazer	20,00	36,84	21,05	50,00
União e solidariedade	40,00	68,42	15,79	0,00
Defender interesses	40,00	68,42	0,00	0,00
Valorizar pátria ou cultura	6,67	15,79	26,32	62,50
Desenvolver profissão	26,67	10,53	0,00	0,00
Lutar por leis (contra ou a favor)	20,00	26,32	5,26	0,00
Posição contrária à escravidão	13,33	0,00	5,26	0,00
Fomentar moralidade, honestidade	40,00	52,63	36,84	37,50
Média de objetivos por entidade (máximo possível: 8)	2,1	2,8	1,1	1,5
Média de objetivos por entidade, incluindo relacionados a educação e enterro (máximo possível: 13)	3,6	4,4	2,7	2,9
Média de anos de funcionamento	25,1	24,8	55,6	60,3

Fonte: elaboração própria

- inclui etno-classistas

Quando se tomam os índices da Tabela 4.4, algumas previsões se realizam: as mutuais étnicas têm valores superiores nos dois séculos para assistência médica a sócios, enterro para sócios, manutenção de hospitais, escola para familiares, manutenção de lazer e valorização da pátria; de outra parte, as mutuais classistas, nos dois séculos, prometem com mais freqüência empréstimos, pensão por morte,

pecúlio por morte, procura de emprego, "união e solidariedade", defesa de interesses, luta por leis (inclui posição contrária à escravidão) e desenvolvimento da profissão. Afora essas finalidades, todas as demais mereceriam atenção, e isso porque, ao invés de se adequarem à previsão e aos grupos que este pesquisador construiu, elas parecem revelar o que haveria de específico em cada momento ou cada entidade que são, afinal, associações voluntárias.

Não obstante, já se podem assinalar algumas diferenças entre o perfil do mutualismo no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Ressalvado o fato de que a organização dos grupos por aqui exibida difere um pouco da feita por Tânia de Luca (que especificou, por exemplo, as mutuais de funcionários públicos, mas não incluiu as "União Operárias" entre as classistas), além do volume de registros abordados por ela, podem-se tentar algumas comparações. Excluo, por exemplo, a construção e manutenção de hospitais em entidades classistas, porque os registros, tanto do Rio Grande do Sul quanto de São Paulo, embora gerem "índices", revelam que apenas uma entidade o desejava. Mas o enterro para sócios, visivelmente mais relevante no Rio Grande do Sul entre mutuais étnicas, têm mais ou menos o mesmo índice em mutuais étnicas e classistas em São Paulo; já a frequência com que mutuais de São Paulo oferecem lazer parece ser típica da pesquisa em extratos, porque aparece, no máximo, em 21,8% das entidades organizadas por categoria profissional, quando, no Rio Grande do Sul, ela é maior entre entidades étnicas. O empréstimo de dinheiro aos sócios aparece em mais de um terço das entidades classistas no Rio Grande do Sul, e não existiria entre as étnicas; já, em São Paulo, o socorro aparece em 10% das mutuais de funcionários públicos, não existe entre as de categorias profissionais e tem valores ínfimos entre as étnicas.⁵ Como todo texto tem limites, deixo para outro momento algumas outras comparações possíveis, para destacar que as diferenças fáceis de encontrar entre o mutualismo do Rio Grande do Sul e de São Paulo apenas põem em relevo a necessidade de aprofundar estudos que não se limitem a tomar como evidentes certos fenômenos. As preferências de trabalhadores e grupos étnicos de São Paulo não são evidentes e tampouco são as mesmas do Rio Grande do Sul, mesmo que a principal diferença resida na opção pela securitização de certos riscos por meio de sociedades de socorros mútuos. Isso significa, por exemplo, que não se pode afirmar que o empréstimo de dinheiro

⁵ Utilizei, para comparações, os valores trazidos nos quadros de LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990, p. 82, 116 e 146.

praticamente não existia em São Paulo: apenas que a satisfação desse desejo tinha ínfimas possibilidades de ser satisfeito por meio de sociedades de socorros mútuos naquela região.

Deixando, por enquanto, as comparações com outros universos empíricos, trato agora de algumas outras finalidades que ajudariam a definir o perfil de mutuais de cada grupo social. Uma das vantagens de trabalhar com dois períodos é a possibilidade de assinalar aquilo que as mutuais deixam de fazer ao longo do tempo. Deixando de lado a luta contra a escravidão, só razoável no século XIX, é interessante verificar que o fornecimento de enterro para familiar de sócio se extingue entre mutuais classistas no século XX quando, no século XIX, era nelas um pouco mais freqüente do que nas mutuais étnicas. É possível que isso se relacione com o que já tratei no capítulo anterior, acerca da preferência por sanar os males da morte com dinheiro e não com sociabilidade, mas não creio que a afirmação caiba para essa extinção de socorro, porque o risco de morte é complexo o suficiente para merecer mais atenção. Seria previsível que as mutuais étnicas pretendessem manter um vínculo mais forte com a família do sócio falecido, porque a crença na etnicidade como herança biológica era (e ainda é?) integrante do senso-comum. Se a busca da confiança ou fidelidade da família é um valor previsto entre mutuais étnicas, seria também previsível que, ao longo do tempo, essas entidades agissem da seguinte forma frente à morte: a) mantivessem o enterro de sócio; b) mantivessem ou diminuíssem pouco (atendendo o padrão geral) o enterro para familiar; c) mantivessem, se possível, a pensão por morte de associado. Esse último procedimento significaria manter atividades de vigilância sobre a moralidade dos pensionados, tal como amiúde os estatutos definiam. Pois as mutuais étnicas não fazem, no século XX, nenhuma dessas coisas: elas diminuem o enterro para sócios, aumentam o enterro para familiares e extinguem a pensão por morte. Já as mutuais classistas diminuem enterro para sócios e para familiares e diminuem muito a pensão por morte. É como se, para as mutuais classistas, só interessasse o bem-estar do sócio quando vivo: uma vez morto, que sua família se contentasse com o pecúlio. Contudo, a morte de familiar seria um bom momento para exibir interesse pelo bem-estar do sócio, ao diminuir-lhe o custo de inumação e se fazer presente em momento de dor. A morte é um risco interessante porque, se afeta um sócio, é sanada com benefício à família, ao passo que, se afeta um membro da família, é sanada com benefício ao sócio. Dizer que as mutuais classistas estariam

interessadas no sócio quando vivo nos faria supor que diminuiriam pensões e pecúlio por morte e aumentaria o enterro para familiar. E não consigo entender por que não é assim, me limitando a supor problemas de custos, de qualquer modo inconsistentes com a duplicação do atendimento médico e farmácia a familiares entre as mutuais classistas. Em suma, o "tom monocromático" dos estatutos fez com que Tânia de Luca classificasse as mutuais de seu universo empírico segundo o fechamento, mas, quando acrescento a variação temporal, previsões supostamente consistentes com os critérios de fechamento dão lugar a dúvidas sobre a natureza desses critérios.⁶ Essas dúvidas sobre a natureza dos critérios são tais que, embora tenha feito afirmações sobre a variação das preferências ao longo do tempo em um mesmo grupo social, não encontrei nas fontes pesquisadas quase nenhum caso em que a mesma entidade varie suas preferências tal como variam as freqüências dentro do grupo do qual faz parte. O aumento ou diminuição das freqüências talvez se refira a uma realidade, mas minha afirmação decorre principalmente da quantificação que permite ir um pouco além da ausência de fontes.⁷

Por catastrófica que pareça essa última afirmação acerca da inconsistência dos grupos formados pelo critério do fechamento, ela talvez pudesse ser ainda testada na observação dos objetivos das entidades, que corresponderiam aos interesses espirituais desses grupos. Já mencionei o lazer e a valorização da pátria e cultura como objetivos típicos das mutuais étnicas e etno-classistas, enquanto os demais obteriam freqüências mais altas entre as mutuais classistas. Pode ser efeito de minha padronização desses objetivos, mas é patente que, no século XX, as mutuais étnicas se limitariam, no que diz respeito aos interesses espirituais, a fomentar o lazer, o patriotismo e a moralidade dos associados, ao passo que as classistas não difeririam muito, apenas acrescentando finalidades mais afeitas ao desenvolvimento de estratégias públicas, como seriam a solidariedade, a defesa de interesses e a luta contra ou a favor de leis. Ora, se é possível atribuir os objetivos à construção de "identidades", aí residiria mais uma diferença entre as mutuais do Rio Grande do Sul e de São Paulo, porque, aparentemente, pelo menos pela leitura dos

⁶ O trecho está em *Ibidem*, p. 34.

⁷ Os casos encontrados que atestariam parcialmente a variação das preferências estariam em: ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. do Echo, 1881, art. 1º, § 1º § 5º e ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Rio Grande. [Rio Grande]: Typ. do Echo do Sul, 1915, art. 1º, com a ressalva do § 6º; ESTATUTO da Sociedades [sic!] Italiana Reunidas União Filantropia e Circolo Garibaldi, *op. cit.*, art. 5; ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas "Unione Filantropia e Circolo Garibaldi["]", *op. cit.*,

estatutos, as mutuais étnicas não apresentariam uma média de finalidades por entidade atribuíveis ao fomento de interesses espirituais (sequer considerando enterro e escolas) o suficiente superiores ao índice apresentado pelas mutuais classistas.⁸ Esse tema, por ser o central nesta parte da tese, voltará neste e no próximo capítulo, mas passo ainda a outro grupo de finalidades.

Se me permito lembrar ao leitor, o objetivo desta tese envolve a possibilidade de implementação de estratégias públicas pelas mutuais, e algumas das finalidades estariam diretamente relacionadas a isso. Embora essas finalidades não tenham sido padronizadas da mesma forma como foi feito para São Paulo, e tampouco a definição dos grupos, é possível tentar comparar os dois universos empíricos, tal como faço no Quadro 4.5. Note-se que as casas em branco tanto podem indicar a ausência da finalidade, quanto a inconsistência da comparação.

	Categories profissionais	Funcionários públicos	Classistas		Étnicas		
	SP	SP	RS-XIX	RS-XX	SP	RS-XIX	RS-XX
Universe empírico							
Defender direitos junto ao Poder Público	14,5	24,3					
Lutar por leis (contra ou a favor)			20,00	26,32		5,26	0,00
Defender direitos junto a empresas	21,8						
Zelar pela União e interesses dos sócios	41,9	35,1			1,4		
Defender interesses			40,00	68,42		0,00	0,00
União e solidariedade			40,00	68,42		15,79	0,00
Valorizar Pátria/ cultivar sentimento pátrio		2,7	6,67	15,79	18,3	26,32	62,50
Assistência jurídica	27,3	10,8	6,67	57,89	9,9	31,58	25,00

Quadro 4.5 - Algumas finalidades de mutuais em São Paulo (SP) e Rio Grande do Sul (RS), 1854-1942

Fonte: LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990, p. 82, 116 e 146 e elaboração própria

A escolha dessas finalidades orientou-se, como disse, pelo desejo de verificar a propensão das mutuais do Rio Grande do Sul a implementarem estratégias públicas, e penso ter elementos que me autorizam a continuar a pesquisa. Começo pelas duas finalidades coincidentemente padronizadas nos dois universos empíricos, que são as duas últimas. É fácil verificar que, com exceção da assistência jurídica no século XIX entre mutuais classistas, todas as demais freqüências de ocorrência são

art. 28.

⁸ Para a relação das mutuais étnicas com identidade, v. LUCA, *op. cit.*, p. 174.

superiores no Rio Grande do Sul. Embora pareçam duas finalidades diferentes, ambas poderiam ser relacionadas à idéia de "virtude cívica", que envolve a confiança no Estado e em seus mecanismos de resolução de conflitos em meio a uma comunidade política.⁹ Se minha interpretação é válida, posso incorporar a ela a comparação entre "defesa de interesses junto ao Poder Público" e a luta por leis, a primeira finalidade tal como definida por Luca e a segunda por mim. Se são, de fato, comparáveis, é flagrante que a freqüência de sua ocorrência também é superior no Rio Grande do Sul. A diferença é acentuada pela observação de Luca com respeito a essa finalidade, concentrada, entre as mutuais de categorias profissionais de São Paulo, naquelas fundadas depois de 1931, sendo raras as referências ao período anterior, enquanto no Rio Grande do Sul já existiria no século XIX.¹⁰ As demais finalidades seriam as mais próximas das necessárias para a implementação de estratégias públicas, uma vez que essas foram definidas por Linden e Lucassen como a ação de um agente coletivo interessado na promoção de certos interesses relacionados a terceiros.¹¹ Interessar-se pela "União e solidariedade" seria um requisito para a constituição de um agente coletivo capaz de "defender interesses" e é na padronização dessas finalidades que a comparação entre Rio Grande do Sul e São Paulo mais se ressentem. Os valores dessas finalidades no Quadro 4.5 são o suficiente semelhantes para não autorizarem a interpretação de que as mutuais de meu universo empírico teriam uma propensão maior do que as de São Paulo para a implementação de estratégias públicas.

Antes já disse que todo texto tem limites, e agora acrescento que toda paciência também. Se um dos objetivos desta tese é mapear o fenômeno do mutualismo no Rio Grande do Sul, creio que este já foi cumprido: resta saber se os resultados do mapeamento permitem que a pesquisa continue em busca da disseminação de valores e da defesa de interesses. Os números do Quadro 4.4

⁹ O interesse pela "virtude cívica" é um dos elementos importantes da leitura que PUTNAM (Robert D. *Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996) faz de TOCQUEVILLE (Alexis de. *A democracia na América*. Sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2000), embora HOFFMANN (Stefan-Ludwig. *Democracy and Associations in the Long Nineteenth Century: Toward a Transnational Perspective. The Journal of Modern History*. V. 75, June 2003, p. 274) tente estabelecer, histórica e teoricamente, os limites metodológicos do debate sobre o tema. De qualquer modo, o centro do debate sobre virtude cívica não é o da representação de interesses, mas o da confiança entre cidadãos e Estado.

¹⁰ LUCA, *op. cit.*, p. 98.

¹¹ LINDEN, Marcel van der, LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999. Capturado em 1 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>.

podem ser tomados segundo uma perspectiva pessimista: as mutuais classistas defendem interesses e aumentam a média de objetivos por entidade no século XX, o que me levaria a focalizar nelas, a partir de agora, a pesquisa. Contudo, o foco nas entidades classistas do século XX deixaria de considerar que: a) o aumento percentual da média de objetivos (em sentido estrito) dos dois tipos de mutuais no Rio Grande do Sul é praticamente o mesmo; b) as mutuais étnicas diminuem a oferta de socorros no século XX, o que me levaria a afirmar que elas tenderiam a priorizar (ao contrário das classistas) os interesses espirituais; c) não obstante, uma concepção mais ampla dos objetivos (e, portanto, interesses espirituais), que incluía os socorros relacionados à educação e ao enterro, apresenta um crescimento percentual maior nas mutuais classistas; d) a média de anos de funcionamento das entidades étnicas é muito superior, o que me levaria a afirmar que a segurança das informações sobre a satisfação das preferências de mutuais étnicas também é maior. Resumindo o argumento, as finalidades das mutuais classistas, embora melhores para verificação de estratégias públicas no século XX, podem não passar de momentos pontuais de exibição de desejos, em suma, um conjunto de contingências a dissolver possibilidades de generalização.

Felizmente existe também a possibilidade de uma interpretação otimista dos dados. Com exceção do último parágrafo, venho acrescentando uma variável a várias Tabelas sobre a qual tenho mantido silêncio, que é a de média de finalidades. Assim o fiz porque, como já havia dito no capítulo 1, a bibliografia de história do trabalho tende a perder o interesse pelo estudo das sociedades de socorros mútuos depois do aparecimento de entidades de resistência (sobretudo as do tipo sindical) nesse grupo social. Não tenho suficientes elementos para desautorizar essa perspectiva quando pesquisadores estão interessados na implementação de estratégias públicas, como também estou. A inclusão da variável sobre a média de finalidades nas entidades do Rio Grande do Sul me permite abordar a hipótese de que a febre associativa global do século XIX, já no final desse mesmo século se mantém, mas com um novo caráter de "especialização" em suas finalidades:

"Nineteenth-century associations had effortlessly combined practical advantages and *Bildung*, amusement and political interests. By the end of the century, however, a multitude of associations emerged that dedicated themselves to the promotion of just one of these purposes. (...) It was not just in England that working-class associations like the 'friendly societies' gave up all pretense of promoting sociability during the last third of the nineteenth

century and began instead to function exclusively as insurance companies".¹²

Podem-se retomar os vários Quadros mencionados e verificar que, quando existe decréscimo nas médias de finalidades por entidade, ele não é de tal magnitude que permita afirmar, tal como fez o autor, que as mutuais do Rio Grande do Sul no século XX já seriam impróprias para o estudo de sociabilidade. Se existe especialização ao longo do tempo, ela ocorre nos socorros, e não nos objetivos das mutuais, e a pequena "especialização" nesses socorros não é incongruente com a sua definição como interessadas na promoção de estratégias privadas de membros, porque socorros sempre têm um custo em dinheiro para as entidades, ao passo que objetivos não necessariamente o têm. Por essa razão, creio que, pelo menos até o sub-capítulo 4.3, quando estudarei alguns balanços das mutuais, não há motivos para excluí-las em um estudo que focalize as estratégias públicas.

Contudo, uma pergunta segue sem resposta: a abordagem dessas estratégias públicas não poderia prescindir do estudo das mutuais étnicas? Esse é o tema do próximo sub-capítulo.

4.2 – AS MUTUAIS ÉTNICAS E OS TRABALHADORES

4.2.1 - O PROBLEMA E A BIBLIOGRAFIA

A abordagem das sociedades de socorros mútuos segundo seus critérios de fechamento é, como já mencionei no capítulo 1, uma das mais freqüentes. Não há problema em assim fazê-lo, se o interesse da pesquisa é sobre o grupo social que protagoniza a entidade: apenas se toma a mutual como instrumento para exibir certos fenômenos relativos ao grupo. Esta tese, ao contrário, é sobre sociedades de socorros mútuos, de modo que, se o critério de fechamento é relevante para a caracterização das entidades, então é necessário verificar seus efeitos. Apenas esbocei essa verificação no capítulo 3 e a iniciei em 4.1, porque o tema é, talvez, dos mais contraditórios na bibliografia. Para ser mais preciso, um dos problemas a ser enfrentado nesta tese é sobre o quanto são comparáveis as mutuais cujo critério de fechamento é orientado pela condição étnica e as que esse critério é orientado pela inserção no mercado de trabalho. Esta seção revisa a bibliografia, ao passo que

¹² HOFFMANN, *op. cit.*, p. 292.

as próximas duas utilizam essa revisão para aplicar procedimentos de investigação às mutuais do Rio Grande do Sul.

A revisão da bibliografia é relevante porque a experiência européia do mutualismo fornece modelos de análise em outras partes do mundo, mas ela não seria marcada pela presença de entidades cujo critério de definição de seus membros envolvesse a condição (ou reivindicação) étnica, mas sim diferentes formas de inserção nos postos de trabalho. Em várias regiões do Novo Mundo, ao contrário, para onde migraram grandes contingentes, se organizaram diversas sociedades de socorros mútuos segundo critérios étnicos, inclusive no Rio Grande do Sul e em São Paulo. A forma como as mutuais étnicas são tratadas pela bibliografia permite inferir a forma como se pensa a relação desse tipo de entidade com o mundo do trabalho que, embora não necessariamente coincida com o universo das mutuais classistas, é o que permitiria comparar um tipo de fechamento com o outro.

É possível identificar quatro vertentes, de limites algo nebulosos, de interpretação sobre a relação entre mutuais classistas e étnicas. A primeira dessas vertentes é aquela a que denomino de “negação plena” de relações entre as mutuais étnicas e o mundo do trabalho. É perigoso trazer exemplos de textos dentro desse grupo, porque é possível que as interrogações que me interessam nessa bibliografia estejam ausentes apenas porque não constavam dos interesses imediatos dos pesquisadores. Estaria, portanto, me arriscando a imputar uma posição a textos que simplesmente não tomaram como tópico prioritário de análise as relações de mutuais étnicas e de trabalhadores. Os limites nebulosos desse grupo me permitiriam incluir nesse tipo de abordagem tanto os estudos que sequer mencionam o perfil ocupacional ou social dos membros das mutuais, quanto os estudos que tratam do tema, sem, contudo, problematizarem as opções dos filiados de aderir a esta ou àquela associação. Exemplos do primeiro tipo de estudo, para o Rio Grande do Sul, são os textos de Walter Spalding, sobre a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre, de Larissa Patrón Chaves sobre a homônima de Bagé, de Maria Catarina da Maia Silva e Carmen Helena Braz Mirco, sobre a Polonesa Águia Branca, de Rio Grande.¹³ Exemplos do segundo tipo de estudo correspondem ao estilo freqüente-

¹³ SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa*. Porto Alegre: Estabelecimentos Gráficos Santa Teresinha, 1954; CHAVES, Larissa Patrón. [...] *Grandiosos mesmo foram os portugueses [...]: a Sociedade de Beneficência de Bagé (1870 a 2002)*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em história do Brasil (PUCRS), 2002; SILVA, Maria Catarina da Maia, MIRCO, Carmen Helena Braz. *A imigração polonesa no Rio Grande e a Sociedade Cultural Águia Branca*. *Biblos*. Rio Grande, vol. 2,

mente adotado em artigos das revistas *Estudios Migratorios Latinoamericanos* e *Studi Emigrazione*, mas também aparecem em estudos brasileiros, como o de Iolanda Guimarães Vargas, sobre a Sociedade Espanhola de Porto Alegre.¹⁴ É interessante verificar que são, por padrão, estudos de uma única entidade e, a bem da verdade, encontrei poucos textos que trabalham com mais de uma entidade e que compartilham dessa posição. Um deles é uma breve comunicação científica de Hugo Beck sobre o mutualismo na província argentina do Chaco, e a brevidade do texto que contrapõe solidariedade étnica à solidariedade de classe me permite aqui incluí-lo. O outro exemplo é um tanto diferente, porque não é um estudo sobre mutuais étnicas, mas sobre associações de trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, no período imperial. Nele, Ronaldo Pereira tipifica as associações de trabalhadores então existentes, mas nada menciona sobre as mutuais de imigrantes. Esse texto chega a ser paradigmático dessa abordagem, porque, ao contrário de outros textos sobre mutuais de trabalhadores que sequer mencionam as mutuais étnicas, não se pode atribuir a esse autor qualquer forma de miopia historiográfica ao não perceber relações entre etnicidade e trabalho, uma vez que clivagens étnicas são percebidas, mas só comparecem no texto quando trata da relação de brancos e negros. A despeito da diferença de universo empírico, sua análise se assemelha à de Iñigo García-Bryce sobre as sociedades de socorros mútuos em Lima no século XIX. Nesse texto, as mutuais de imigrantes são apenas mencionadas porque confeririam respeitabilidade a esse tipo de associação, mas os artesão peruanos não são considerados etnicamente homogêneos, por serem classificados como “zambos”, mestiços, brancos, indígenas e negros.¹⁵ Essa vertente, em suma, embora possa identi-

n. único, 1987, p. 17-40. Um exemplo de estudo não-brasileiro desse tipo seria o de LUZURIAGA, Juan Carlos, ALVAREZ GILA, Óscar. El asociacionismo vasco en Uruguay: del mutualismo al nacionalismo. *Estudios Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVII, n. 1, jun. 2001, p. 121-141.

¹⁴ Por exemplo: BJERG, María M. Identidad étnica y solidaridad en un grupo migratorio minoritario: un análisis de la “Sociedad Danesa de Socorros Mutuos”, 1892-1930. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 4, n. 12, ago. 1989, p. 383-403; PRISLEY, Leticia. Inmigrantes y mutualismo. La Sociedad Italiana de Socorros Mutuos e Instrucción de Belgrano (1879-1910). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 2, n. 15, abr. 1987, p. 29-55; BAILY, Samuel. Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana en Buenos Aires, 1858-1918. *Desarrollo económico*. Buenos Aires, vol. 21, n. 84, ene.-mar. 1982, p. 484-514; FERNANDEZ, Alejandro E. El mutualismo español en un barrio de Buenos Aires: San José de Flores (1890-1900). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 4, n. 13, dic. 1989, p. 608-642; VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História da Cultura-PUCRS, 1979. Outro exemplo brasileiro semelhante é o de SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Filantropia e imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: [Real e Benemérita Caixa de Socorros D. Pedro V?], 1990.

¹⁵ BECK, Hugo H.. *De Europa al Chaco: Colectividades, Mutualismo y Mantenimiento Cultural*.

ficar em mutuais étnicas uma inserção no mercado de trabalho, e nas mutuais classistas uma heterogeneidade étnica, não se interroga sobre o peso de uma clivagem na caracterização das mutuais escolhidas segundo certo critério de fechamento.

A segunda vertente seria a da “negação justificada”, isto é, aquela que não estuda as mutuais étnicas por concebê-las como um tipo de entidade diferente das construídas por trabalhadores. Exemplos dessa posição podem ser encontrados em textos cujo principal interesse é o da organização de trabalhadores, como são os casos de um estudo sobre a Hungria, que aborda apenas de forma marginal as mutuais judaicas, e outro sobre o Chile, que explicitamente recusa a análise das mutuais de imigrantes.¹⁶ Essa abordagem também é freqüente na historiografia sobre o trabalho no Brasil. Dois estudos que abordam as sociedades de socorros mútuos do Rio de Janeiro apartam de sua análise as entidades étnicas: o de Cláudio Henrique de Moraes Batalha, porque avalia que “na maioria dos casos reuni[am] sobretudo comerciantes estrangeiros”; já o de June Hahner pensava as mutuais étnicas como sendo “conservadoras sociedades de imigrantes”.¹⁷ Embora me tenha referido aos textos de história do trabalho que não analisam as mutuais étnicas, na verdade, esse tipo de abordagem também pode ser identificado em textos interessados nos grupos étnicos, mas não nas mutuais de trabalhadores. É como se, independente da origem do interesse de pesquisa, seja o trabalho ou a etnicidade, a outra dimensão não merecesse maior atenção. Quando destacada esta característica, é possível tomar essa bibliografia como semelhante àquela do primeiro grupo de estudos, antes abordado, e por essa razão antes indicava os limites nebulosos do grupo de textos orientados pela negação plena da relação entre mutuais étnicas e o mundo do trabalho, sobretudo os provenientes da revista

[Comunicación del] Instituto de Investigaciones Geohistóricas, disponível para download em <http://www.unne.edu.ar/cyt/humanidades/h-031.pdf>; PEREIRA, Ronaldo. Associações de classe profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889). *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 191-211; GARCÍA-BRYCE, Iñigo. Politics by peaceful means: artisan mutual aid societies in mid-nineteenth-century Lima, 1860-1879. *The Americas*. V. 59, n. 3, jan. 2003, p. 332 e 334. Outro exemplo de texto sobre mutuais de trabalhadores que não menciona mutuais étnicas é o de ZUBILLAGA, Carlos. *Pan y trabajo*. Organización sindical, estrategias de lucha y arbitraje estatal en Uruguay (1870-1905). Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, [1996?], p. 7-11.

¹⁶ HITCHINS, Keith. Mutual benefit societies in Hungary, 1830-1941. In: LINDEN, Marcel Van Der (ed.). *Social security mutualism*. The comparative history of Mutual Benefit Societies. Bern: Lang, 1996, p. 379 e ss.; GREZ TOSO, Sérgio. The mutual benefit movement in Chile from its origins to the present time, 1853-1992. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 638.

¹⁷ BATALHA, Cláudio H. M. Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 59; HAHNER, *op. cit.*, p. 100.

Estudios Migratorios Latinoamericanos. Contudo, um dos textos paradigmáticos dessa segunda abordagem é um de Fernando Devoto, publicado na *Studi Emigrazione* em 1984. Esse texto trata das mutuais de italianos na Argentina, estuda seu perfil ocupacional, e apenas menciona as entidades de trabalhadores, justificando a não incorporação da análise das segundas ao estudo das primeiras por avaliar que as mutuais de trabalhadores se converteriam em sindicatos, isto é, sofreriam uma transformação parcamente comparável com o que ocorreria com as entidades de grupos étnicos. Logo, haveria uma justificativa para não estudar as mutuais de trabalhadores quando o interesse de pesquisa seria sobre as de grupos étnicos.¹⁸

Denomino o terceiro grupo de abordagens como sendo o da “afirmação justificada” das relações entre as mutuais étnicas e o mundo do trabalho. É um grupo cujos estudos têm em comum a percepção de semelhanças capazes de permitir comparações entre as mutuais étnicas e de trabalhadores. Na maior parte dos casos, a justificativa sobre a existência da relação entre ambos os tipos de mutuais passa pela apreciação da situação de mercado dos filiados nas mutuais étnicas. Assim, Aleksandr Semenov se detém por alguns momentos na análise das mutuais judaicas no Império Russo, sobretudo quando elas excluíram a possibilidade de padrões se filiarem nos anos 1890; Juan A. Blanco Rodriguez qualifica as mutuais espanholas de Cuba como compostas pelos “emigrantes más desfavorecidos” e o Clube Escandinavo Nordlyset, de São Paulo, define seus fundadores como tendo “origem modesta”.¹⁹ Pode-se contrastar esse tipo de abordagem com o anterior por meio do artigo de Ronaldo Munck sobre as sociedades de socorros mútuos na Argentina, publicado em 1998. Conquanto o autor subscreva diversas interpretações de Fernando Devoto sobre o fenômeno, procura explicitamente fazer o contrário, isto é, incorporar as mutuais de imigrantes ao estudo da história do trabalho.²⁰ Já o caso

¹⁸ DEVOTO, Fernando J. Las sociedades italianas de ayuda mutua en Buenos Aires y Santa Fe. Ideas y problemas. *Studi Emigrazione*. Roma, anno XXI, n. 75, set. 1984, p. 320-342 (a posição sobre mutuais de trabalhadores está explicitada nas p. 321-322). Aparentemente, o estudo de Ricardo Falcón, este sobre os trabalhadores, compartilha da mesma posição, por tipificar as mutuais mas só tratar das de trabalhadores: FALCÓN, Ricardo. *El mundo del trabajo urbano (1890-1914)*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1986, p. 31-34.

¹⁹ SEMENOV, Aleksandr. Mutual benefit societies in Russia. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 405; BLANCO RODRÍGUEZ, Juan A. Las asociaciones españolas en cuba: el asociacionismo castellano. Paper apresentado na LASA 2000 e disponível para download em: <http://136.142.158.105/Lasa2000/BlancoRodriguez.PDF>, p. 3; CLUBE ESCANDINAVO NORDLYSET 1891-1991. *Os escandinavos no Brasil: um século de história*. São Paulo: Hamburg, 1991, p. 11.

²⁰ MUNCK, Ronaldo. Mutual benefit societies in Argentina: workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, n. 30, 1998, p. 573-590.

de Tânia de Luca, aparentemente resultou da crença preliminar de que mutuais étnicas seriam diferentes das de trabalhadores – e seu trabalho argumenta que são, em alguma medida –, ainda que a semelhança nos socorros oferecidos pelos dois tipos de associações as faz, pelo menos, comparáveis, porque indica que os grupos sociais filiados a umas e outras percebem de forma semelhante os riscos de descenso social contra os quais optam por se securitizar.²¹

O quarto grupo seria o da “afirmação plena” da incorporação das mutuais étnicas ao conjunto das mutuais de trabalhadores. Esse é o mais adequado exemplo de transplante de modelos europeus ao Novo Mundo, uma vez que, naquele continente, o apogeu das sociedades de socorros mútuos ocorreu quando os trabalhadores constituíram entidades desse tipo. Quando sociedades de socorros mútuos se constituem também na América, por exemplo, elas seriam atribuídas aos trabalhadores independente da forma como definem seu fechamento. Uma posição clássica da historiografia do trabalho concebe as sociedades de socorros mútuos como antecessoras dos sindicatos, fazendo com que se arrolem quaisquer mutuais como antecessoras, tal como é a posição de José Albertino Rodrigues para o Brasil, ou, João Batista Marçal para o Rio Grande do Sul, que indica uma mutual de italianos como primeira associação operária.²² Não se pense, contudo, que tal abordagem resulta necessariamente de uma ingenuidade teórica, cujo sintoma é o transplante inadequado de modelos. Eulália Maria Lahmeyer Lobo, cuja obra não pode ser qualificada de teoricamente ingênua, talvez tenha apenas se rendido à pressa quando afirma sobre as entidades portuguesas no Brasil: “As sociedades de ajuda mútua já representavam uma consciência embrionária de solidariedade de classe”.²³ Quando antes dizia que mutuais étnicas não caracterizariam o universo empírico europeu, não quis afirmar que não existissem, porque elas inclusive aparecem sob essa quarta perspectiva em pelo menos dois estudos. O mais antigo é o que já foi considerado o primeiro estudo português mais amplo sobre as

²¹ LUCA, *op. cit.*

²² RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1968, p. 6; MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo-Museu do Trabalho, 1985, p. 11. A informação de Marçal é repetida, mesmo com ressalvas, em outros textos, como por exemplo: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário. *Cadernos do ISP*. Pelotas, n. 11, dez. 1997, p. 7; *Idem*. “Que a União Operária seja nossa pátria!”. História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Edufsm/ Porto Alegre: Ed. Universidade-UFRGS, 2001, p. 35-36.

²³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2001, p. 105-106.

sociedades de socorros mútuos, editado em 1876. Nele, Costa Goodolphim tenta inventariar as diferentes associações existentes em território português, mas raramente inventaria entidades de estrangeiros – e existia uma em Lisboa, de brasileiros, na época de seu estudo –, com exceção da Associação Espanhola de Beneficência, no Porto. Não que o autor a considerasse uma associação de trabalhadores (coisa que não se pode saber quando só a inventaria, sem quaisquer comentários), mas a tônica de seu estudo sobre as associações de trabalhadores me permite incorporar sua abordagem à deste grupo. Já Gorsky, ao estudar mutuais inglesas entre os séculos XVIII e começo do século XIX, trata de forma semelhante as de trabalhadores e as de migrantes.²⁴ Se essa quarta posição não pode ser genericamente qualificada de transplante de modelos europeus – porque mesmo estudos europeus reconhecem e incorporam algumas mutuais étnicas ao seu estudo sobre os trabalhadores –, a origem geográfica do modelo importaria pouco, sobretudo quando adquire a consistência, já referida nesta tese, da caracterização da esfera do trabalho por Claus Offe à qual se deveria incorporar “(c) o persistente risco de interrupções na capacidade dos trabalhadores de ganhar dinheiro, em virtude de fatores subjetivos (doença, acidentes) ou objetivos, como mudanças técnicas e econômicas”.²⁵ Avaliação como essa, ao destacar a conformação objetiva da esfera do trabalho – sem desprezar conformações subjetivas do âmbito da “identidade” – permitiria responder de forma afirmativa (total ou parcialmente) sobre a coincidência de mutuais étnicas e de trabalhadores, sublinhando o caráter de proteção social dessas entidades.

A modelagem de Claus Offe é metodologicamente interessante porque põe a nu o cerne das divergências na bibliografia aqui tratada, que é a tensão entre a tônica de análise nas posições objetivas dos membros de mutuais no mercado de

²⁴ As referências dos textos europeus são: GOODOLPHIM COSTA. *A associação*. História e desenvolvimento das associações portuguesas. Lisboa: Universal, 1876, p. 82; GORSKY, Martin. The growth and distribution of English friendly societies in the early nineteenth century. *Economic History Review*. V. LI, n. 3, 1998, p. 500. Sobre a entidade de brasileiros em Lisboa, v. RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral na Primeira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Negócios de Estado do Império Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869, Anexo F; SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA BRASILEIRA EM PORTUGAL. *Algumas notas a propósito de seu 93º aniversário*. Lisboa: Serviço de Propaganda e Expansão Comercial, 1961. O estudo de Goodolphim Costa pode ser qualificado como primeiro estudo mais amplo porque “provides the first glimpse of the societies in the provinces”, como afirma FONSECA, Carlos da. Problems in the history of portuguese mutualism, 1834-1934. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 299.

²⁵ OFFE, Claus. Trabalho: categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 4, n. 10, jun. 1989, p. 9.

trabalho e nas pretensões subjetivas de pertencimento ou constituição de certos grupos sociais definidos como “étnicos”. Essa tensão se revela na tipificação por mim adotada que, se bem observada, classifica as abordagens segundo o peso argumentativo de um termo-coringa de largo uso na bibliografia contemporânea e que, por isso, normalmente uso entre aspas: “identidade”. Usar o termo entre aspas não é desprezo, é apenas o reconhecimento dos meus limites de compreender o termo, considerada a variabilidade de sua aplicação na bibliografia: se é um conceito – e, neste caso, eu deveria ser capaz de delinear as nuances ou diferenças de status teórico do termo nas várias tradições intelectuais das ciências humanas –, ou se é um fenômeno – e, neste caso, a leitura da bibliografia deveria me instrumentalizar para reconhecer o fenômeno em meu próprio universo empírico. Em suma: uso o termo entre aspas como uma espécie de abreviatura de um conceito que não consigo utilizar, ou de um tipo de fenômeno que não consigo reconhecer, de forma que seu uso nesta tese tem apenas o objetivo pragmático de denunciar ao leitor a minha incapacidade e a minha crença de que o resultado desta pesquisa possa servir de instrumento aos que sabem o que fazer com a “identidade”.

Retomando a argumentação, a quarta posição quase nenhum peso estaria conferindo ao estudo de “identidades”, ao passo que a primeira se centraria nesse tópico, só interessada nas “identidades” auto-proclamadas pelas associações. Já as segunda e terceira abordagens, por diferentes que pareçam, compartilham uma mesma compreensão metodológica do estudo das sociedades de socorros mútuos: pode-se ou não estudar em conjunto mutuais étnicas e de trabalhadores quando levada em conta a conformação objetiva das situações de classe em certo universo empírico particular. Mesmo que tendencialmente apresente uma posição metodológica menos aprimorada, essa posição intermediária produz estudos empíricos ricos para ambos os interesses de pesquisa, trabalho e etnicidade, e me permito aportar alguns exemplos. Os exemplos mais flagrantes dessa possibilidade de análise ocorrem quando mutuais étnicas também se definem como sendo de trabalhadores. Além dos já mencionados estudos, destaco ainda o de Beatriz Kushnir sobre as sociedades de socorros mútuos de prostitutas judias de Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. Como nessas entidades existe uma convergência entre a auto-imputação étnica e a atividade profissional, a autora desenvolve ambas as dimensões do mundo social. Embora existam outros casos reportados pela bibliografia, como duas mutuais de italianos, uma de vendedores de loterias em

Porto Alegre e outra de carpinteiros em Caxias do Sul, tais entidades não foram ainda minuciosamente estudadas.²⁶ Um maior esforço de pesquisa é necessário quando a inserção dos sócios de certa mutual étnica é investigada e tomada como variável explicativa, e assim ocorre quando Loraine Slomp Giron atribui a penetração fascista em mutuals italianas da zona colonial rio-grandense à situação de classe da liderança das entidades, e quando Núncia Santoro de Constantino ou Stella Maris de Araújo Borges criticam, a partir do estudo da composição social da entidade, a afirmação de que uma mutual italiana seria a primeira associação operária de Porto Alegre, argumentando que seus membros não eram operários, mas “elementos de destaque ou de prestígio no comércio e nas artes”.²⁷ Na maior parte das vezes, contudo, as fontes são indisponíveis (e, por isso, esta tese não abordará as mutuals há pouco mencionadas como casos reportados pela bibliografia, mas não investigados), ou o interesse de pesquisa não focaliza exatamente aquilo que me interessa neste trabalho, e os autores incorporam à sua argumentação as probabilidades de inserção nos postos de trabalho dos sócios de mutuals étnicas. Esse é o tipo de procedimento utilizado pelo estudo de Luigi Biondi sobre as mutuals italianas de São Paulo, ou no de Alexandre Fortes, sobre uma mutual eslava de Porto Alegre, quando este argumenta que “algumas de suas sociedades [dos ‘polacos’] podem perfeitamente ser consideradas organizações operárias”.²⁸

Não se pode criticar o uso das probabilidades de inserção nos postos de trabalhos de membros com certa distinção étnica quando fontes mais precisas são indisponíveis e, de resto é um procedimento largamente utilizado na historiografia norte-americana, ocupada inclusive com a conformação de identidades de classe

²⁶ KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras*. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina*. Imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991, p. 123 e ss.; AZEVEDO, Tales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul. Cadernos de pesquisa*. Caxias do Sul: EDUCS, 1994, p. 201.

²⁷ GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. O fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994, sobretudo p. 105-113. A afirmação criticada está em Marçal, *loc. cit.* e foi criticada por BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 73 e por CONSTANTINO, *op. cit.*, p. 45 (de onde proveio a citação).

²⁸ BIONDI, Luigi. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX. *Travessia*. São Paulo, n. 34, maio-agosto 1999, p. 5-12 (posição semelhante desse mesmo autor pode ser vista em: Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XIX e suas relações com as associações patrícias e o nascente nacionalismo. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVI, n. 1, jul. 2000, p. 131-162); FORTES, Alexandre. *“Nós do Quarto Distrito...”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Campinas, 2001. Tese Doutorado em História-UNICAMP, p. 121.

frente a processos de ascensão social.²⁹ Esse também é o procedimento amiúde utilizado nos estudos sobre mutuais de afro-descendentes, cuja pequena probabilidade de ascensão social permitiria considerar suas mutuais étnicas como associações de trabalhadores, mas os limites metodológicos generalizantes dessa concepção são claros quando se toma o estudo de Beatriz Ana Loner sobre a formação da classe operária nas cidades de Pelotas e Rio Grande. Para a autora, as associações étnicas podem ser destacadas por sua capacidade de socialização, presença em eventos como Primeiro de Maio, e a possibilidade de fomentarem identidades classistas, mas não deixa de ressaltar sua composição social ampla, eventuais práticas clientelistas e o entrave que constituíam à integração na nova sociedade, pelo reforço da identidade étnica. Com isso, seria fácil vinculá-la à posição da “negação justificada” das relações entre mutuais étnicas e o mundo do trabalho, mas essa avaliação genérica é parcialmente deslocada pelo estudo empírico da autora, quando destaca as associações negras (inclusive de socorros mútuos) como instrumentos eficientes na conformação da identidade operária, o que então a alinharia com a “afirmação justificada”, em virtude de semelhante posição no mercado de trabalho.³⁰ Outro exemplo em que os limites entre uma abordagem e outro se esfumam pode ser encontrado em uma pesquisa sobre “A assistência médica no Rio de Janeiro” entre 1870 e 1945. Como o foco da pesquisa é um produto oferecido também pelas sociedades de socorros mútuos, seria fácil incluí-la entre os trabalhos que afirmam plenamente a semelhança entre mutuais étnicas e classistas, porque ambas ofereceriam esse produto. Com efeito, o texto afirma que, mesmo quando as mutuais não tinham uma identificação específica com os trabalhadores, como ocorria nas étnicas, “os projetos tinham como cálculo, na sua

²⁹ BEITO, David T. *From Mutual Aid to the Welfare State. Fraternal Societies and Social Services, 1890-1967*. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000; CORDERY, Simon. Fraternal orders in the United States: a quest for protection and identity. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 83-109; SOYER, Daniel. Class Conscious Workers as Immigrant Entrepreneurs: The Ambiguity of Class among Eastern European Jewish Immigrants to the United States at the Turn of the Twentieth Century. *Labor History*, V. 42, N. 1, 2001, p. 45-59.

³⁰ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora UFPel/Unitrabalho, 2001, p. 97-112 e 239-284. Para outros estudos de mutuais de afro-descendentes, v. HOWARD, Philip A. Creolization and integration: the development of a political culture among the Pan-Afro-Cuban Benevolent Societies, 1878-1895. In: HIM, Darlene, MACLEOD, J. (ed.) *Crossing boundaries: comparative history of Black People in Diaspora*. Bloomington: Indiana University Press, 1994, p. 141-142; BABCHUK, Nicholas, THOMPSON, Ralph. The voluntary associations of negroes. *American Sociological Review*. V. 27, n. 5. Oct. 1962, p. 650; SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Montepio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/ Fundação Cultural/ EGBA, 1998, principalmente, p. 29-33; NISHIDA, Mieko. From ethnicity to race and gender: transformations of

maioria, a sua aceitação por este setor social [trabalhadores]". O estudo, quando trata especificamente do que chama "associações de nacionalidades de caráter mutualista", insiste nesse ponto ao comparar, e não encontrar grandes diferenças, entre os valores pagos pelos dois tipos de mutuais. Mas os limites esfumados entre esta abordagem e a da "afirmação justificada" envolve a necessidade de criar um outro tipo de mutual (as de "nacionalidades") para descrever o encontrado. É como se o estudo oscilasse entre dizer que esse outro de mutual tipo é diferente, mas é igual.³¹

Em suma, tanto a "afirmação justificada" quanto a "negação justificada" são tipos de abordagem parcamente generalizáveis por dependerem dos universos empíricos de análise, embora se contraponham à negação simples dessa relação. Contudo, a maior parte dessas posições intermediárias, ao focalizarem na conformação de "identidades", tendem a levar em conta tão-somente os interesses espirituais dos membros das sociedades de socorros mútuos, não seus interesses materiais de proteção social. Como o leitor já pode inferir, não posso eu fazer a mesma coisa nesta tese porque, assim como meu interesse sobre socorros mútuos não pode abrir mão de investigar os **socorros**, meu interesse sobre mutuais étnicas não pode abrir mão de investigar sua condição de **mutuais**. Permitindo-me um jogo de palavras, esta tese não pode abrir mão de investigar o que há de substantivo nos fenômenos.

4.2.2 – ALGUNS TESTES

Na revisão da bibliografia, avaliei positivamente as abordagens da relação entre mutuais étnicas e os trabalhadores quando se faziam capazes de, mesmo à custa de uma maior capacidade de generalização, produzirem resultados efetivos de pesquisa. Se quero incluir este meu trabalho entre os que se podem avaliar positivamente, não posso deixar de, eu também, buscar tais resultados.

Esta seção do trabalho pretende obter o mesmo tipo de resultado, por meio da aplicação de alguns testes, tal como se fossem experiências de laboratório. O primeiro deles é menos um teste e mais uma exploração dos dados de uma sociedade de socorros mútuos etno-classista. Os demais testes são aplicados a

black lay sodalities in Salvador, Brazil. *Journal of Social History*. V. 32, n. 2, Winter 1998, p. 329-348.
³¹ CONJUNTO Universitário Cândido Mendes, *op. cit.*, p. 255 e 284.

essa e outras entidades étnicas ou etno-classistas. Tal como se fossem experiências propriamente ditas, primeiro apresento os resultados para depois discuti-los, mas assumo como hipótese, para este tópico, que as mutuais étnicas e etno-classistas podem ser pesquisadas em conjunto com as classistas, porque o perfil ocupacional das primeiras as faz compostas, prioritariamente, de trabalhadores.

4.2.2.1 – O perfil ocupacional da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense

A Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense fundou-se no final de 1856 e existiu como pessoa jurídica pelo menos até 1936, talvez já reduzida à administração de seus bens. A entidade foi objeto de raras referências bibliográficas, mais raras até que a mutual resultante de seu racha em 1860, a Beneficência Brasileira União. Afora os estudos acadêmicos que tratam ou mencionam a entidade, podem-se encontrar dois tipos de qualificações sobre seu perfil de associados: um, cujo melhor exemplo é o dos estatutos de 1869, define seu fechamento como étnica, uma vez que admitia "brasileiros"; outro, cujo melhor exemplo é a epígrafe desta parte da tese, mas que também aparece em depoimentos contemporâneos, a qualifica como uma entidade de "artistas" (artesãos, trabalhadores manuais), definindo seu fechamento de outra forma. Em vista dessas qualificações, esta tese incorporou a entidade ao inventário como etno-classista.³²

Amiúde faço referências à Beneficência Porto-Alegrense não por considerá-la "especial", "importante", etc., mas porque escolhi restringir praticamente só a ela a pesquisa na documentação interna de entidades. A escolha não foi por considerá-la típica, mas porque volume considerável de sua documentação está disponível em

³² As fontes para os marcos iniciais e finais são, respectivamente: LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1860 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 49v, cod. 01), fl. 1; Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições assistenciais e educativas, 1936-1937 (AHMPA – 1.11.1.5.2.1.3 – Proc. n. 436, 13 jun. 1936). As referências à Brasileira União são: FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1988, p. 247; TELLES, Leandro. *Do Hilfsverein ao Colégio Farroupilha, 1858-1974*. [Porto Alegre]: Associação Beneficente e Educacional 1858, 1974, p. 35; LIMA, Antônio de Azevedo. *Synopse Geográfica, Histórica e Estatística do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Estabelecimento Typográfico de Gundlach, 1890, p. 93-94; LIMA, Olympio de Azevedo. *Dados Estatísticos e outros apontamentos sobre o município de Porto Alegre, Capital do Estado*. s.n.t., 1912, p. 10. Para as referências bibliográficas à Porto-Alegrense, MÜLLER, Liane Susan. *“As contas do meu rosário são balas de artilharia” – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. Porto Alegre, 1999. Dissertação (História do Brasil) – IFCH, PUCRS, 1999 e outros textos de minha autoria. Para as qualificações contemporâneas citadas que me permitiram classificá-la como etno-classista, v. [ESTATUTO da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. Art. 2º, § 1º RIO GRANDE DO SUL. Coleção dos atos, regulamentos e instruções expedidos pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul no ano de 1869. Porto Alegre: Typ. do

um arquivo de acesso público e gratuito, o Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. É provável que, devido a uma crise política interna da entidade entre 1868 e 1869, tenha-se perdido parte dessa documentação, o que incluiria o primeiro livro de registro de sócios, de modo que o existente, segundo se verifica pela atas, foi adquirido em 1872. Assim, esse Livro de matrícula abre com os registros dos 12 fundadores e acrescenta os que se mantiveram associados até 1872, cobrindo o período até 1884 e totalizando 393 sócios. Entre 1884 e 1886, a entidade resolveu arquivar outro tipo de documento, as propostas de sócios. A heterogeneidade das fontes me fez restringir apenas até o ano de 1884, quando as 319 propostas, somadas aos dados do Livro antes mencionado, totalizariam 712 registros de associados ou propostos como tal. A heterogeneidade das fontes afirmada é visível quando se comparam os novos sócios em cada ano com o total de mutualizados, supondo que nenhum tivesse sido eliminado: o ano de 1884 seria o único em que os novos sócios ultrapassariam o número dos existentes, considerando que a aceitação da proposta pela entidade (que é registrada) não se acompanha do registro, nesses mesmos livros, da associação efetiva por meio do pagamento de jóia.³³

O fechamento étnico da entidade poderia ser posto em dúvida pela leitura de seus estatutos de 1869, que explicitam medida deliberada (e talvez implementada) já em 1860 sobre a possibilidade de se filiarem estrangeiros e mulheres, ambos sem direitos de participarem na gestão. Se os estrangeiros poderiam se filiar, por que a qualifico como fechada etnicamente? Como não trato agora de mulheres, apresento na Tabela 4.6 a composição "étnica" dos associados e propostos.

Jornal do Comércio, 1876. [Ato de 7 de maio de 1869]; LIMA, *Synopse, op. cit.*, p. 93.

³³ LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1867-1873 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 49v, cod. 02); LIVRO de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1884 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 53v, cod. 30); LIVRO de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 54v, cod. 32); LIVRO de Receita da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885. (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 50v, cod. 13).

Tabela 4.6: Naturalidade dos associados e propostos à Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense (1856/1884)

	Matrícula	Proposta	Total	% de brasileiros	% total dos registrados
SP		1	1	0,26	0,24
SC	1		1	0,26	0,24
RS	142	221	363	92,60	85,61
RJ (Província e cidade)	3	3	6	1,53	1,42
PR		1	1	0,26	0,24
PE	1	3	4	1,02	0,94
BA	3	1	4	1,02	0,94
"Brasil" (genérico)	3	8	11	2,81	2,59
"do Norte"	1		1	0,26	0,24
Sub-total de brasileiros	154	238	392	100,00	92,45
Itália	2	1	3		0,71
Paraguai	1	4	5		1,18
Portugal	8	9	17		4,01
Espanha	1	1	2		0,47
Alemanha e Prússia	3	1	4		0,94
França	1		1		0,24
Sub-total de estrangeiros	16	16	32		7,55
Total de registros	170	254	424		100,00
(Sem registro)	223	65	288		
(Total geral)	393	319	712		

Fonte: LIVRO de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1884 (AHRs – Arquivos Particulares, Lata 53v, cod. 30); LIVRO de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885 (AHRs – Arquivos Particulares, Lata 54v, cod. 32).

Considerando o fato de que a matrícula de sócios tem muito menos registros de naturalidade do que as propostas, existe diferença na confiabilidade dos números da Tabela 4.6, mas não há muito problema em afirmar que a entidade é composta predominantemente de brasileiros, se não rio-grandenses. Se o teste para o fechamento étnico foi positivo, passo ao fechamento classista. O trecho de 1890 sobre a entidade, afirma que ela foi fundada por "artistas" e que eles então ainda compunham a maior parte dos associados. De outra parte, os estatutos de 1869 dispõem sobre esse tipo de fechamento de uma forma tão ampla, que talvez me fizesse incorrer em engano ao classificá-la de etno-classista, porque eram admitidos "os artistas, operários, empregados públicos e todos aqueles que tiverem pelo menos cem mil réis de renda anual".³⁴ Que razões me levam a interpretar essa definição dos que se podem associar como alguma forma de fechamento?

Três razões me levam a fazê-lo, e a primeira é uma interpretação legalista dos estatutos: podem se associar os que têm a renda definida ou pertencem a al-

³⁴ Respectivamente: LIMA, *Synopse...*, op. cit., p. 93; [ESTATUTO da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. op. cit., Art. 2º, § 1º]

gum dos grupos ocupacionais mencionados, supostamente sem o requisito da renda. A segunda razão depende da exibição da Tabela 4.7, onde disponho as ocupações da matrícula e das propostas de sócios (inclusive as de mulheres). Observo que o total de registros é diferente da Tabela 4.6 porque alguma das duas informações (profissão e naturalidade) podem faltar na fonte.

Tabela 4.7: Ocupações dos associados e propostos à Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense (1856/1884)

Ocupação	Total	%	Ocupação	Total	%
Açougueiro	3	0,7	Magistrado	2	0,5
Advogado	2	0,5	Marceneiro	10	2,3
Agência/ agências/ agente	29	6,7	Marítimo (e contramestre)	16	3,7
Alfaiate	33	7,6	Marmorista	1	0,2
Artista	2	0,5	Médico	2	0,5
Barbeiro e cabeleireiro	2	0,5	Militar	4	0,9
Bauleiro	1	0,2	Músico	4	0,9
Caixeiro	6	1,4	Negociante (e negociante comercial)	29	6,7
Calafate	5	1,1	Oleiro	1	0,2
Carpinteiro	51	11,7	Ourives	1	0,2
Chapeleiro	1	0,2	Padeiro	1	0,2
Colchoeiro	3	0,7	Pedreiro	44	10,1
Comércio	1	0,2	Pintor	9	2,1
Correio	5	1,1	Policial	1	0,2
Costureira	25	5,7	Polidor	1	0,2
Cozinheiro	2	0,5	Professora pública	1	0,2
Doceira	3	0,7	Proprietário e proprietária	7	1,6
Empalhador	1	0,2	Relojoeiro	1	0,2
Empregado (diversas especificações)	20	4,6	Sacerdote	3	0,7
Empregado público	35	8,0	Sacristão	1	0,2
Engomadeira	3	0,7	Sapateiro	22	5,1
Escrivão de relação	1	0,2	Seleiro	2	0,5
Estudante	1	0,2	Serrador	1	0,2
Ferreiro	11	2,5	Serviço doméstico	4	0,9
Funileiro	1	0,2	Solicitador	1	0,2
Gerente	1	0,2	Tamanqueiro	3	0,7
Guarda-livros	1	0,2	Tanoeiro	1	0,2
Latoeiro	2	0,5	Tipógrafo	5	1,1
Lavadeira	1	0,2	[Torneiro?]	1	0,2
Lavrador	2	0,5	Trabalhador na fábrica de óleos	1	0,2
Leiloeiro	1	0,2	Total	435	100,0

Fonte: LIVRO de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1884 (AHRs – Arquivos Particulares, Lata 53v, cod. 30); LIVRO de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885 (AHRs – Arquivos Particulares, Lata 54v, cod. 32).

É flagrante que, apesar da variedade, as profissões manuais aparecem com muita frequência na mutual, totalizando 64,83% dos registros. É o interesse por algumas dessas profissões que me leva à terceira razão para insistir em falar no fechamento classista. A Tabela 4.7 apresenta uma concentração de certas atividades, embora a variedade ocupacional torne difícil falar em fechamento

classista. No entanto devo observar que, se a interpretação legalista dos estatutos não é válida, é vantajoso para os pesquisadores que o critério de renda ali especificado coincida com a do voto censitário no Brasil na época. Como não identifiquei alteração estatutária até 1888, posso supor que sejam ocupações comparáveis com as do registro de votantes algumas vezes utilizada nesta tese. Em que pese o fato desse registro ser específico de uma paróquia, e não da cidade de Porto Alegre, é uma paróquia onde reside boa parte dos associados e propostos. Assim, se verifica que a concentração percentual de carpinteiros na Beneficência Porto-Alegrense é o dobro da existente na paróquia de Nossa Senhora do Rosário, tal como acontece com sapateiros e caixeiros; entre alfaiates, empregados e marítimos, é o quádruplo; entre pintores é o quádruplo e entre pedreiros é o sêxtuplo. Não creio, portanto, que esteja equivocado ao indicar a Beneficência Porto-Alegrense também como classista, inclusive porque esse tipo de auto-imputação não é restrita ao século XIX, quando se a vê, em 1936, definindo-se como "constituída em sua maioria de proletários eleitores".³⁵

4.2.2.2 - Mutuais étnicas e trabalhadores em Porto Alegre no século XIX

Se o teste preliminar com a Beneficência Porto-Alegrense me permite continuar com experiências, sigo com elas, agora ampliando o universo empírico para Porto Alegre no século XIX. Pode-se perguntar o que levou à escolha desse universo empírico, e a resposta se assemelhará à que já dei sobre a Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense: porque foi o que encontrei de documentação e registros. Se os tópicos agora tratados fossem o tema principal desta tese, o esforço de pesquisa deveria ser maior, algo que, certamente, traria melhores resultados. Mas não se pense que me limito a justapor dados: quero, pelo contrário, comparar esses dados na busca pelas evidências capazes (ou não) de comprovar as hipóteses de diferentes alcances desta tese. Neste sub-capítulo quero saber da relação entre as mutuais étnicas e os trabalhadores, e a escolha de Porto Alegre no século XIX não foi tão gratuita quanto pode parecer no primeiro momento. Se o leitor se recorda dos conteúdos que venho desenvolvendo nestes últimos dois capítulos, já sabe que em

³⁵ Respectivamente: Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre em o ano de 1880. (AHRs. Eleições - EL-01); Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições assistenciais e educativas, 1936-1937 (AHMPA – 1.11.1.5.2.1.3 – Proc. n. 436, 13 jun. 1936).

Porto Alegre as mutuais étnicas e etno-classistas são contemporâneas de mutuais classistas, seguem sendo fundadas no século XX e persistem mais tempo do que as classistas. Quando, no capítulo 3, alertava para as vantagens de focalizar em Rio Grande o estudo das mutuais classistas, não tenho dúvidas de que o privilegiamento semelhante do estudo das mutuais étnicas seria obtido em Porto Alegre.

Quero fazer três experiências com mutuais étnicas e etno-classistas de Porto Alegre, todas fundadas e persistentes ao longo do século XIX, sobre as quais também foi possível obter outras informações igualmente do século XIX. Além da Beneficência Porto-Alegrense, incorporada nessas comparações, aplicarei os testes ao Deutscher Hilfsverein e ao Deutscher Krankenverein, fundados em 1858 e 1869, respectivamente; à Sociedad Española de Socorros Mutuos, fundada em 1893; à Società Italiana de Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele II, fundada em 1877; à Société Française de Bienfaisance, fundada em 1867; e à Beneficência Brasileira União, fundada em 1860.

Porque não tive acesso ao estatuto de todas, deixo de comparar valores de associação às entidades, assumindo que os números da Tabela 4.3 podem ser generalizados mesmo para aquelas entidades cujos estatutos não encontrei. Assim, suponho que, até 1880, os valores de jóia e mensalidade de mutuais étnicas e etno-classistas são inferiores aos das mutuais classistas, enquanto nos demais períodos são superiores. É verdade que, como já afirmava antes, o que faz elevar os valores em mutuais étnicas são as Sociedades Portuguesas de Beneficência: a de Porto Alegre cobrava jóias de 20\$000 em 1877, 60\$000 em 1908, 160\$000 em 1930 e 200\$000 em 1938; a de Rio Grande aproxima-se mais da média das entidades étnicas ao cobrar 10\$000 em 1861, 20\$000 em 1880 e 30\$000 em 1912. A comparação entre os valores de associação aos dois tipos de mutuais seria importante por permitir verificar a existência de restrições econômicas ou ocupacionais nesse tipo de entidade. A bem da verdade, encontrei uma restrição ocupacional na Portuguesa de Rio Grande, que se repete com pequenas variações em seus estatutos: o de 1915 estabelece que "A eleição de 1º e 2º tesoureiros só poderá recair em quem seja estabelecido com comércio próprio, em que tenha bens de raiz, ou que seja reconhecido capitalista".³⁶ De qualquer modo, não incorporar as Sociedades Portuguesas de

³⁶ O trecho citado provém de: ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Rio Grande. [Rio Grande]: Typ. do Echo do Sul, 1915, art. 50º. Disposições semelhantes aparecem, por exemplo, em: [ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande], art. 32. Requerimentos – Diversos, 1861 (AHRs, maço 98); ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de

Beneficência aos testes a seguir não foi um meio de evitar esse tipo de discrepância, mas apenas resultado da falta de informações suficientes sobre sua composição.

Descartada a aplicação de um teste sobre restrições ocupacionais no acesso a mutuais étnicas, e assumindo que bastava ter dinheiro para se associar, passo aos próximos testes efetivos. O **primeiro teste** pretende saber se os trabalhadores, além da possibilidade de se filiarem às mutuais étnicas, efetivamente o fazem. O teste é importante porque, tal como nos valores de associação, que poderiam interditar certo tipo de sócio sem o manifestarem de forma explícita, a presença e concentração de trabalhadores evidenciaria (ou não) a inexistência de restrições relacionadas aos interesses materiais ou espirituais. Em suma, uma coisa é saber se os “trabalhadores” podem se filiar, outra é saber se o fazem. Sabê-lo, permitiria comparar com a bibliografia já produzida para outras partes, sobretudo a Argentina.

O problema é definir o que seriam esses “trabalhadores”. Adotei um critério mais intuitivo, e, portanto, passível de crítica, baseado no status presumido sobre diferentes tipos de atividades. Considerei de status baixo os trabalhadores manuais com ou sem qualificação, desde que não comercializassem o produto de seu trabalho (como artesãos independentes). Considerei de status médio comerciantes, mesmo que de produtos de sua própria fabricação (ou indicando apenas “comércio” ou “indústria” como atividade), funcionários públicos sem maiores definições, militares sem definições de patente, guarda-livros, músicos, sacerdotes e aqueles simplesmente designados como “empregados”. Entre esses dois estratos, incluí caixeiros e funcionários públicos de baixa inserção (porteiros, guardas, etc.). Como de status médio-alto, incluí os comerciantes de artigos de luxo, os proprietários de jornais e pasquins, os guarda-livros e gerentes de grandes empresas, os altos funcionários públicos e profissionais liberais. De status alto, incluí cônsules e proprietários de empresas e terras. Quando digo que essa classificação baseia-se em um status presumido, é porque a já mencionada Lista de votantes da Paróquia do Rosário revela que a renda média de um “botiqueiro” é inferior a de um ferreiro em 1880, embora o primeiro seja aqui apontado como de status médio, enquanto o segundo como de status baixo, o que também ocorre, respectivamente com oficiais de justiça e carpinteiros, por exemplo.

Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. do Echo, 1881, art. 43^o; ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typographia do Diário do Rio Grande, 1891, art. 48 (BRG).

Se a primeira dificuldade na aplicação do teste dispõe sobre a estratificação social, a segunda envolve a obtenção de informações, porque, diferente dos testes sobre as ocupações na Beneficência Porto-Alegrense, de um modo geral adotei a especificação da ocupação tal como aparece na bibliografia, ou ainda cruzei os nomes de sócios com ela.³⁷ Como se não bastasse, defini os "trabalhadores" em comentário à Tabela 4.7 exclusivamente como trabalhadores manuais, ao passo que, agora, incluí no status baixo aqueles que "viviam de agência" (seja qual for o sentido da expressão), porque amiúde este parece ser um eufemismo para pobres sem qualificação profissional.³⁸ Assim, o número de membros de status baixo na Beneficência Porto-Alegrense também aparece maior do que comentei antes. Sem mais delongas, apresento a Tabela 4.8.

Tabela 4.8: Status das ocupações de sócios e propostos em mutuais étnicas em Porto Alegre (século XIX)

Categoria	Hilfs- verein	Kranken- verein	Vittorio Emanuele	Française	Espanhola	União	Porto- Alegrense
Baixo (%)	24,32	30,00	22,22	0,00	63,83	26,09	69,66
Médio-Baixo (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8,70	1,38
Médio (%)	47,30	60,00	66,67	42,86	36,17	39,13	24,83
Médio-Alto (%)	10,81	0,00	0,00	35,71	0,00	13,04	2,30
Alto (%)	17,57	10,00	11,11	21,43	0,00	13,04	1,61
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Total de registros conhecidos (=100%)	74	10	9	14	47	23	435
Total geral de registros	99	24	46	33	49	53	712
Desconhecidos (%)	25,25	58,33	80,43	57,58	4,08	56,60	38,90

Fonte: elaboração própria a partir do indicado na nota 37.

³⁷ Dessa forma, são dissímiles as origens dos registros aqui utilizados, pois só manipulei o registro de sócios original da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. Utilizei fontes secundárias para o registro de sócios e profissões da Sociedad Española (VARGAS, *op. cit.*, p. p. 122-124 e 141-142), e fontes secundárias para o registro de sócios da Societé Française, sem menção à profissão (SPALDING, Walter. Os franceses no Rio Grande do Sul. In: BEUX, Armindo (org.). *Franceses no Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre?]: Metrópole, [1976], p. 27-60). Para os outros casos, utilizei a bibliografia e registros de assembléias gerais das entidades e, para descobrir suas profissões, principalmente o Fundo Requerimentos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e secundárias: TELLES, *op. cit.*; MÜLLER, *op. cit.*, p. 211-231; GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) – IFCH, UFRGS, 1996, p. 178-214; BORGES, *op. cit.*, p. 103-172.

³⁸ Há vários elementos que me autorizam a tomar "agência" como eufêmico. Na documentação especificamente consultada para esta seção, há indício de que o termo não tenha uso oral, a julgar pela proposta de 4 pessoas como sócios da Beneficência Porto-Alegrense; o sócio proponente indica, para um deles, "profição argencia" (Livro de propostas de sócios da Beneficência Porto-Alegrense, *op. cit.*). Em outra fonte, o funcionário encarregado de várias estatísticas no município de Pelotas explica alguns de seus critérios e procedimentos para classificar as ocupações da cidade. E explica os critérios de seu quadro: "Sob o título de 'Diversas' estão compreendidos todos aqueles que vivem de agência e que não têm profissão reconhecida" (CUNHA, Alberto Coelho da. *Apontamentos históricos sobre Pelotas*. Manusc. BPP-vol. 59, p. 51).

Nessa Tabela, de imediato, podem-se ver duas situações: a predominância de setores baixos (portanto “trabalhadores”) nas Sociedade Beneficência Porto-Alegrense e Sociedad Española e o alto índice de membros com status desconhecido em quase todas as outras entidades. As duas situações reforçam a idéia de que as mutuais étnicas seriam predominantemente de trabalhadores, porque as duas antes mencionadas são aquelas cujos dados provêm do registro de sócios pela mutual, ao passo que os dados das demais provêm de pesquisa minha ou alheia em outras fontes que cruzam os nomes de sócios conhecidos com outros registros. Quanto mais baixo é o status do membro, mais específicos devem ser os registros pesquisados para obter sua ocupação, informação nem sempre existente em passaportes, requerimentos ou jornais e almanaques. Isso me levaria a supor que, quanto mais baixo é o status, menor a possibilidade de encontrar o registro de ocupação excetuando-se registros policiais e judiciários. Com isso, um alto índice de “desconhecidos” reforçaria a tese de que seriam entidades com muitos “pobres”.

Abdicando de suposições, mesmo admitindo que a distribuição de status nas entidades seja a expressa pelos registros conhecidos, dificilmente as mutuais de imigrantes seriam qualificadas como entidades de membros com alto status em Porto Alegre, tal como foi afirmado para o Rio de Janeiro. Com exceção da Societé Française, cuja distribuição de status tende para estratos superiores, as outras mantêm como sócio típico o membro de setores médios, ou de artesãos e trabalhadores especializados; e isso não difere muito dos registros de sócios de mutuais étnicas em outros lugares.³⁹ Posso, contudo, afirmar mais: estudos e registros de entidades classistas apontam para o mesmo tipo de perfil ocupacional, como se pode ver pela presença de 75% de sócios como autônomos no Centro Operário de Lages, ou pelos estatutos da Associação dos Empregados no Comércio de Rio Grande, que aceitava como sócios, na década de 1930, “todos os indivíduos de posição definida na sociedade”, e seus relatórios, desde o começo do século XX, indicam a atividade de representação de interesses de comerciantes. Da mesma forma, o comerciante italiano Pietro Rota e o comerciante e “contadino” Francesco

³⁹ As afirmações sobre as mutuais étnicas do Rio de Janeiro estão em: BATALHA, *loc. cit.*; HAHNER, *loc. cit.* Os estudos empíricos de outros universos empíricos são: BJERG, *op. cit.*, p. 392; PRISLEY, *op. cit.*, p. 35; DEVOTO, *op. cit.*, p. 332; FERNANDEZ, *op. cit.*, p.635; MARQUIEGUI, Dedier Norberto. Asociacionismo, liderazgo étnico e identidad: un enfoque comparado (Luján, 1876-1920). *Studi Emigrazione*. Roma, v. XXXI, n. 115, 1994, p. 435, 442, 454; BASTOS, Maria Antonieta de Toledo. O universo do trabalho do imigrante em Itu-SP (1876-1930). *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p 37-52, jul.-dez. 1997, p. 41-42; BEITO, *op. cit.*, p. 9.

Leonetti eram membros da mutual italiana (com 20% de trabalhadores manuais) e do Clube Amparo e Recreio dos Artistas em Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul.⁴⁰ Com isso, para a definição do que seja uma entidade de trabalhadores, não basta identificar o grupo social que a mutual pretende reunir, visto que isso não é sequer suficiente para as entidades que se dizem de “trabalhadores”.

Uma crítica à minha afirmação ressaltaria o fato de que estou generalizando dados do século XIX em uma cidade do Rio Grande do Sul. A crítica é correta: não posso crer que, pelo fato de encontrar índices semelhantes em pesquisas referentes a outros universos empíricos, seja possível inferir a generalidade de minhas afirmações. Contento-me, portanto, em lamentar a impossibilidade de generalização, mesmo frente aos índices obtidos entre 644 hospitalizados em “quartos particulares” (portanto, em sua maior parte, sócios) da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas nos anos de 1908 e 1925-1927. Descontados os menores e as “domésticas” (podem ser filhos e esposas de associados), encontro 29,81% com status baixo e 58,23 com status médio. Dentre os hospitalizados, certamente há pobres, como os 4,04% de jornaleiros, os 5,28% de padeiros, ou os 4,66% de operários, em suma, provavelmente não tinham renda para se manterem em quartos particulares, a menos que fossem associados.⁴¹

Passo, então, ao **segundo teste**, o da participação. O teste é relevante porque – e penso agora no exemplo há pouco referido da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas – as mutuals étnicas podem dispor de recursos e bens relacionados aos interesses materiais dos trabalhadores associados, mas esses trabalhadores não teriam acesso aos elementos tipicamente relacionados aos interesses

⁴⁰ Respectivamente: ARRUDA, Arlete Aparecida Hildebrando de. *Centro Operário, primeira organização de trabalhadores de Lages, estado de Santa Catarina (comportamento político de trabalhadores)*. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UFRGS, 1983, p. 75; ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio. Rio Grande: Livraria Oliveira Junior, [1930]. Para Santa Vitória do Palmar: BORGES, Stella. *Imigração italiana em região de fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar*. In: SULIANI, Antônio (org.) *Etnias e Carisma*. Poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 1061-1063; MELLO, Tancredo Fernandes de. *O município de Santa Vitória do Palmar*. 2. Ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992, p. 246.

⁴¹ RELATÓRIO apresentado à digníssima Assembléia Geral da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas em 26 de julho de 1908 pelo seu presidente Francisco Farias Guimarães. Pelotas: Off. de Obras do Diário Popular, 1908, p. 15; RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência relativo à gestão de 1º de julho de 1925 a 30 de junho de 1926, apresentado e aprovado em sessão de Assembléia Geral de 1º de agosto de 1926 pelo presidente J. B. Eça de Queiroz. Pelotas: Off. Gráficas da A Guarany, 1926, anexo 6; SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA. Relatório de 1926 à 1927. Pelotas: Livraria universal, 1927, Anexo 7 (BPP).

espirituais, sobretudo o "capital associativo" relacionado à condição de dirigente.⁴²

Como já dizia, não há restrição ocupacional para acesso aos cargos nos estatutos encontrados das 7 entidades aqui testadas, afora as exclusões previsíveis: a dos não-membros da etnia e das mulheres do corpo político da entidade, e a exclusão dos analfabetos como elegíveis. Sequer nos estatutos da Sociedade de Beneficência Brasileira União havia impedimentos econômicos, conquanto se saiba que os libertos (uma condição jurídica) não poderiam ocupar cargos na entidade.⁴³ Mas a possibilidade de participação na gestão, tal como definida em estatutos, se contrapõe ao efetivo interesse em participar. O tema da participação será melhor tratado no próximo capítulo, e agora me limito a destacar nas entidades de meu universo empírico o quanto os "trabalhadores" querem e podem participar da gestão. O quanto querem pode ser aferido pelos números de assembléia geral; o quanto podem limita o estudo aos quadros dirigentes. E a aferição de ambos os índices está limitada aos registros disponíveis. Com isso, inicio o estudo da composição das assembléias com os registros já trazidos na Tabela 4.8 no que concerne às Sociedade de Beneficência Brasileira União, Societá Italiana de Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele II e Deutscher Krankenverein, cujo único registro disponível dos sócios é sua participação em assembléias gerais, já trazido na referida Tabela. Contudo, podem-se compará-los com os votantes de Porto Alegre mediante a aplicação dos mesmos critérios de estratificação. O resultado aparece na Tabela 4.9:

Tabela 4.9: Comparação do status dos participantes em assembléias gerais e no sistema eleitoral

Categoria	Krankenverein	Vitor Emanuel	União	Votantes em Porto Alegre (1880)
Baixo	30,00	22,22	26,09	30,78
Médio-Baixo	0,00	0,00	8,70	0,69
Médio	60,00	66,67	39,13	45,10
Médio-Alto	0,00	0,00	13,04	22,97
Alto	10,00	11,11	13,04	0,46
Soma	100,00	100,00	100,00	100,00
Total de registros conhecidos (=100%)	10	9	23	1306
Total geral de registros	24	46	53	1450
Desconhecidos (%)	58,33	80,43	56,6	9,93

Fonte: elaboração própria.

⁴² Para capital associativo, VAGLIENTE, Pablo José. *Construyendo la esfera pública desde el asociativismo*. (Córdoba, 1850-1880). Palos de la Frontera, 2000. Tesis de Maestria en Historia Latinoamericana – Universidad Internacional de Andalucía, 2000, p. 21.

⁴³ LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, *op cit.*, fl. 23.

O status dos participantes de assembléias gerais nas mutuais mencionadas difere um pouco da estratificação para os votantes da Paróquia do Rosário em Porto Alegre em 1880. A principal diferença reside na concentração de "ricos" em assembléias gerais, bastante superior ao padrão do sistema eleitoral. De outra parte, o número de "pobres" nas assembléias gerais é semelhante ou ligeiramente inferior à percentagem de votantes, enquanto os setores médios (médio-baixo, médio e médio-alto) é praticamente equivalente em todas as colunas, porque mesmo a Sociedade de Beneficência Brasileira União totalizaria 60,87% de participantes desses status. Não deveria haver surpresas com respeito aos setores médios quando já debati o requisito da capacidade de poupança em certo universo empírico (cap. 2). Contudo, gostaria de salientar que, se o leitor admite que os registros desconhecidos pertenceriam predominantemente a pobres, há de convir que as mutuais (cujos números são anteriores a 1880, data do registro de votantes) seriam tendencialmente mais "democráticas" que o sistema eleitoral então vigente. Caso não admita, torna-se fácil generalizar a interpretação de Simon Cordery para a disseminação de "middle-class values" por meio das sociedades de socorros mútuos. E, ademais, admitindo ou não, os índices da Tabela 4.9 permitem também encontrar explicações para a interpretação de mutuais étnicas como compostas de "well-to-do persons".⁴⁴ De qualquer modo, os números exibem que os "pobres" não são maioria entre os participantes de assembléias gerais, porque não querem ou porque não podem.

Admitindo-se que seja porque, de modo geral, não queiram, outra pergunta sobrevém: quando querem, há outros impedimentos à participação? A tentativa de resposta à pergunta deve necessariamente recorrer ao estudo dos dirigentes das sociedades de socorros mútuos e, mais uma vez, não sou o primeiro a fazê-lo, uma vez que o contraponto entre o perfil ocupacional dos dirigentes e dos associados já foi tema de outros estudos.⁴⁵

Sempre começo os testes perguntando se há restrições estatutárias à implementação daquilo que quero verificar e agora, finalmente, encontrei uma muito

⁴⁴ Respectivamente: CORDERY, *op. cit.*, p. 95; GREZ TOSO, *loc. cit.*

⁴⁵ Por exemplo: SORDO CEDENO, Reynaldo. Las sociedades de socorros mutuos 1867-1880. *Historia Mexicana*. México (DF), v. XXXIII, jul.-sep. 1983, n. 1, p. 84-85 ; MARQUIEGUI, *op. cit.*, p. 436-437 e 452; DEVOTO, Fernando J. Programs and Politics of the First Italian Elite of Buenos Aires, 1852-80. In: GABACCIA, Donna R., OTTANELLI, Fraser M. (ed.). *Italian workers of the world*. S/I: University of Illinois, 2001. Capturado em 11 nov. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.press.uillinois.edu/epub/books/gabaccia/ch2.html>.

freqüente em todas as sociedades de socorros mútuos: a proibição de que os eleitos para os cargos de dirigentes recusassem o posto. A obrigatoriedade de assumir o cargo para o qual o membro foi eleito não é específica do Rio Grande do Sul, uma vez que já foi reportada para a Catalunha,⁴⁶ mas ela revela algo que deve ser levado em conta antes que se possam verificar as ocupações dos dirigentes de mutuais étnicas: quem tem interesse em se filiar às entidades não tem, necessariamente, interesse em dirigi-las. Se assim, de fato, é, já se pode prever que, se houver diferenças expressivas entre a participação em assembléias e a ocupação de cargos dirigentes, tais diferenças merecem interpretação, uma vez que ambas as instâncias decisórias dependem da disposição do membro em delas participar.

Enquanto tentava adscrever as informações sobre cada nome a um estrato social, sabia que erros e más-interpretações poderiam comprometer os índices obtidos. Ao fazer o mesmo com dirigentes, dei-me conta da gravidade de eventuais erros: este é um tópico em que gradientes são bem mais arriscados, pelo fato de que, se nem sempre obtive dados sobre a atividade profissional do membro no momento de sua filiação (às vezes antes, às vezes depois), é possível que o acesso a cargos de direção só ocorresse depois de processos de ascensão social, que ficariam invisíveis com esse procedimento. O que fazer, se são essas as informações, se não apresentá-las na Tabela 4.10?

Tabela 4.10: Status dos dirigentes de mutuais étnicas (Porto Alegre, séc. XIX)

Categoria	Hilfs-verein	Kranken-verein	Vitor Emanuel	Française	Espanhola	União	Porto Alegre
Baixo	0,00	0,00	16,67	0,00	61,54	0,00	21,43
Médio-Baixo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Médio	42,86	66,67	16,67	0,00	38,46	33,33	14,29
Médio-Alto	14,29	0,00	0,00	0,00	0,00	16,67	0,00
Alto	35,71	16,67	0,00	33,33	0,00	16,67	0,00
Desconhecidos	7,14	16,67	66,67	66,67	0,00	33,33	64,29
Total de registros	14	6	6	3	13	6	28

Fonte: elaboração própria.

Incorporei à Tabela todos os cargos exercidos e, ainda assim, os registros são muito poucos. É com cuidado que se podem comparar esses índices com os da

⁴⁶ RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). *Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 23.

Tabela 4.8, porque naquela não foram calculados os registros cujas ocupações eram desconhecidas. Como se pode ver, os dois índices mais altos de participação de setores baixos nos quadros dirigentes são os da Sociedad Española e da Beneficência Porto-Alegrense, com o agravante de que muitos dirigentes dessa última têm atividades profissionais desconhecidas. Casualmente ou não, são as entidades melhor documentadas para este estudo agora empreendido e as que trazem um maior contingente de sócios de setores baixos, indicando que, pelo menos nessas duas entidades, os "pobres" chegam ao cargo de dirigentes. Se os minúsculos registros obtidos para as demais entidades podem ser considerados, então também é necessário reconhecer a abertura dos cargos dirigentes a "pobres" na Vittorio Emanuele. Outro elemento também importante pode ser obtido na comparação das duas mutuais de alemães e nas duas de brasileiros: o Hilfsverein escolheria seus dirigentes em estratos superiores aos do Krankenverein, e que o mesmo acontecia na comparação da Beneficência União com a Beneficência Porto-Alegrense, o que permitiria reforçar hipóteses de que, pelo menos nesses dois casos, formas de solidariedade étnicas são construídas sem ignorância da percepção de distâncias sócio-profissionais (o que é tão mais claro quando não foi possível perceber distâncias confessionais entre o Hilfsverein e o Krankenverein). Lembro, contudo, que o resultado da não-ignorância de distâncias sociais não é necessariamente a secessão. A Sociedad Española manteve-se única em Porto Alegre por aproximadamente 40 anos e o alto índice de trabalhadores manuais nos cargos de direção e na fundação da entidade não evitou a escolha de uma primeira diretoria predominantemente composta da profissão "comércio".⁴⁷ A escolha de dirigentes de alto status pode ser verificada em mutuais étnicas de outros lugares, e ocorre mesmo em países onde esse tipo de entidade não era comum, como a Inglaterra, onde a maioria dos 100 dirigentes das maiores associações eram "empresários" ("business owners"). Uma possível exceção parece ser o caso da mutual escandinava de São Paulo, que só passou a ter membros da elite como dirigentes três décadas depois de sua fundação.⁴⁸ O contraponto entre dirigentes de alto status e associados de baixo é congruente com relatos acerca de uma manifestação promovida pela mutual italiana em Porto Alegre no ano de 1895. A

⁴⁷ VARGAS, *op. cit.*, p. 33 e ss.

⁴⁸ Respectivamente: PRISLEY, *op. cit.*, p. 41; DEVOTO, *Las sociedades italianas...*, *op. cit.*, p. 335; MARQUIEGUI, *op. cit.*, p. 439, 442, 456; BEITO, *op. cit.*, p. 9; CLUBE ESCANDINAVO NORDLYSET 1891-1991, *op. cit.*, p. 61.

passada, que resultou no empastelamento de um jornal católico, era assim composta, segundo depoimentos que a estimavam entre 200 e 600 pessoas: "... na frente vinham uns oito ou dez italianos bem vestidos, mas que o resto do grupo era constituído de trabalhadores, o que se via pelas mãos e pelo trajar".⁴⁹

O **terceiro teste** indaga da semelhança de finalidades das mutuais étnicas e etno-classistas, agora estudadas, com aquelas cujo fechamento é o de classistas. Saliendo que a aplicação do teste deve se restringir aos fenômenos do século XIX, remeto o leitor ao Quadro 4.4, no qual aparecem algumas finalidades que se podem considerar típicas das mutuais classistas, que são: pecúlio por morte, procurar emprego/trabalho, manter biblioteca, união e solidariedade, defender interesses, desenvolver profissão, lutar por leis e manutenção de posição contrária à escravidão. Das 7 entidades étnicas e etno-classistas agora tratadas, encontrei estatutos do século XIX de apenas 4: Beneficência Porto-Alegrense, Beneficência Brasileira União, Vittorio Emanuele e Sociedad Española. Nenhuma das 4 oferece pecúlio por morte, manter biblioteca, defender interesses, desenvolver profissão e lutar contra a escravidão; apenas uma delas, a Vittorio Emanuele, tem como finalidade lutar por leis e manter união e solidariedade; e, com exceção da Sociedad Española, todas se propõem a conseguir emprego ou trabalho.

Agora é um dos momentos em que os limites da padronização dos estatutos aparecem: a Vittorio Emanuele não pretende exatamente "lutar por leis", tal como assinala. Na verdade, seus estatutos prevêem, como deveres da diretoria, "representar e sustentar os direitos da sociedade perante as autoridades públicas...": não há ginástica intelectual capaz de demonstrar que o enunciado é o mesmo que "lutar por leis", mas é fácil perceber que a padronização que adotei para os objetivos atende a determinado tipo de interesse espiritual. O interesse típico das mutuais classistas, também atendido pela Vittorio Emanuele, é o de se fazer agente na negociação de interesses perante o poder público. Não obstante, a outra finalidade típica das classistas, e também presente nestas étnicas e etno-classistas, relaciona-se ao interesse material da busca de emprego ou trabalho. Sua presença em certas entidades é relevante porque, se certos eventos que afligem o sócio são concebidos

⁴⁹ *Apud* QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a questão social*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (mestrado em História) – IFCH/UFRGS, 2001, p. 121. Sobre a manifestação, v. também, SIMÕES, Rodrigo Lemos, CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX. Estudos Ibero-americanos*. PUCRS, v. XXII, n. 1, p. 95-101, jun. 1996.

como casuais, independem da vontade e merecem atenção das entidades, é freqüente a restrição desse tipo de socorros frente a condutas que podem ser atribuídas à vontade do membro ou ao descuido com o próprio corpo, como doenças venéreas, embriaguez ou suicídio. Mas a situação de desemprego é uma daquelas em que a responsabilidade pode ser atribuída ao indivíduo, que se mostra incapaz de ocupar um posto de trabalho estável. Não obstante, nas 4 entidades étnicas e etno-classistas agora referidas aparecem registros de uma concepção de que o desemprego não resultaria da irresponsabilidade do sócio, mas algo que escapa ao seu controle e que, como outras fatalidades, deve merecer socorros. Duas dessas entidades, a Beneficência União e a Vittorio Emanuele II, trazem em seus estatutos procedimentos ou simplesmente o objetivo de encontrar trabalho para seus sócios. O caso da Beneficência Porto-Alegrense é mais complexo: em meio a uma crise política interna, encaminha os estatutos para aprovação do Presidente da Província, que veta dois parágrafos do artigo 1º que dispõem sobre os fins da entidade:

“§ 2º – Proteger e defender perante os tribunais criminais todos os sócios que forem injustamente acusados ou perseguidos (...).

§ 4º – Procurar ocupação para aqueles sócios que se acharem desempregados, isto quando estiver ao alcance da sociedade”.

O parágrafo 2º não foi assinalado como "lutar por leis" em minha padronização, porque ele é explícito: defenderá o sócio (não a entidade ou o grupo social), mas o 4º parágrafo teria maior alcance para meu interesse ao identificar uma disfunção social que excede a possibilidade de uma injustiça de motivações individuais contra um sócio. A entidade não se propunha a defender o trabalhador ante seu empregador, o que já seria típico de sindicatos, mas se configuraria como agência de oferta de mão-de-obra e não apenas consumidora de serviços médicos ou funerários. Mas se o leitor bem observou, antes dizia que esse socorro não era prescrito pela Sociedad Española, mas que todas as 4 entidades o ofereciam. Ocorre que a Sociedad Española efetivamente mantinha “quadro de avisos” para colocação no mercado dos sócios.⁵⁰ Em todos os 4 casos, a avaliação de que parte considerável dos sócios se vende no mercado de trabalho faz da entidade um recurso disponível para melhor oferta e avalizadora desses trabalhadores, individualmente irresponsáveis pelo mal que os aflige, posição não muito diferente da que tomariam sindicatos no futuro.

⁵⁰ VARGAS, *op. cit.*, p. 209-210.

4.2.2.3 - Discussão dos resultados

Um balanço dos resultados dos testes aplicados deveria indicar se os testes aplicados são internamente consistentes, suficientes, ou mesmo necessários para a caracterização das mutuais étnicas e etno-classistas. Ao apresentá-los, os julgo consistentes e necessários, mas a insuficiência é flagrante na ausência de definição clara do que sejam “trabalhadores” ou de maiores evidências para a caracterização da estratificação social. Isso inclui duas discussões que sou agora incapaz de fazer. A primeira é se escravos constituem uma “classe” (porque certamente são um “estamento”) inferior à dos trabalhadores livres capazes de se filiar às sociedades de socorros mútuos; a segunda é sobre a possibilidade de fazer distinções de “classe” entre o lumpen-proletariado ou os “desclassificados” de modo geral e os “trabalhadores” que julguei encontrar em algumas entidades. Dependendo do resultado dessas discussões, seria necessário incluir esses “trabalhadores” a que me referi entre os setores médios da sociedade, ou, pelo menos, melhor caracterizar condutas estamentais concebidas como morais e honestas pelas entidades que as dizem prezar e avaliar. A tentativa de caracterizar essas condutas estamentais será exibida no capítulo 5, porque só assim será possível avaliar com maior precisão as inter-relações da dinâmica interna das entidades de trabalhadores com a dinâmica social em que atuam, facultando ainda conhecer o peso das entidades, sejam as de “trabalhadores”, sejam as de outro recorte social, na conformação de “identidades”. A despeito desses reparos, se aceita a consistência e necessidade dos critérios utilizados nos testes, torna-se necessário investigar mutuais étnicas segundo critérios semelhantes aos utilizados para inquirir outras associações de trabalhadores. Dessa forma, e remontando à discussão da bibliografia sobre o tema, minha posição oscila entre a afirmação parcial e a afirmação completa da relação entre mutuais étnicas e classistas.

Contudo, talvez o leitor tenha observado que os testes aplicados ao universo empírico não são simples reiteraões daquilo que é buscado, uma vez que existe uma grande diferença entre o que foi testado primeiramente e o que foi por último. O levantamento de informações sobre o custo monetário da associação pergunta se os que são objetivamente trabalhadores têm acesso às sociedades de socorros mútuos; o último teste pergunta se os sócios dessas entidades se percebem

(subjetivamente) como quem vende seu trabalho e utilizam a mutual como recurso contra os riscos decorrentes dessa posição no mercado. Os dois procedimentos relacionados ao segundo teste vão num crescendo de interesse sobre a percepção subjetiva, pois um deles pergunta se os “objetivamente trabalhadores” voluntariamente se associam, e o outro, se os “objetivamente trabalhadores” são capazes de integrar os grupos dirigentes das entidades. Como já assinali, o resultado dos testes (ou de meu objetivo) sustenta a afirmação (justificada ou total) acerca da possibilidade de compararmos mutuais étnicas e de trabalhadores ou incorporarmos as primeiras ao grande grupo das segundas.

O tópico sugerido pelos testes, como já adiantado, dispõe sobre a eficiência metodológica de sublinhar as diferenças ou as similaridades entre mutuais étnicas e de trabalhadores. Na verdade, os partidários da “afirmação justificada” identificam diferenças qualitativas no fechamento assumido por mutuais étnicas e de trabalhadores, avaliando que os efeitos da restrição étnica, mesmo que sejam um recurso favorável na colocação no mercado de trabalho, tendem a desestimular a articulação de interesses coletivos dos que têm a mesma posição nesse mercado. O problema é que, em cidades maiores, as mutuais não são apenas recursos no mercado, mas concorrentes no mercado previdenciário. Pensar as sociedades de socorros mútuos como agente **também** econômico põe em relevo a possibilidade de que o interesse pela adesão a uma mutual não traga consigo, necessariamente, a adesão a valores como o orgulho étnico ou profissional, porque os motivos que fazem alguém aderir podem ser imputados ideal-tipicamente apenas ao interesse de se securitizar. Com isso, um operário alemão, por exemplo, pode optar por uma mutual étnica, uma mutual específica de sua categoria, uma mutual aberta, ou mesmo uma caixa de empresa ou companhia privada de seguros. Antes que se possa afirmar que sua opção pela mutual alemã decorre de uma forma de orgulho étnico compartilhado com grupos do patronato, é necessário saber se existem outras opções no mercado previdenciário que, embora atendam objetivamente a seus interesses materiais, não atendem a seus interesses espirituais.

Dessa forma, o estudo das mutuais, seja de que tipo forem, não pode se restringir aos valores e estratégias de conformação de “identidade” implementadas, devendo incorporar a possibilidade de carrear recursos para o atendimento aos socorros previstos. Isso coloca as mutuais étnicas em vantagem, quando comparadas às mutuais de uma mesma categoria profissional. Quando filiam

membros endinheirados e membros com diversas atividades profissionais, o risco da entidade étnica não cumprir sua função de securitização é muito menor do que o das entidades social ou profissionalmente homogêneas, que podem ser mais rapidamente afetadas por condições objetivas, como o fechamento de empresas, depreciação real dos salários ou doenças profissionais. Essa talvez seja a melhor explicação para o tempo superior de funcionamento de entidades étnicas.

Pensar as sociedades de socorros mútuos dessa forma poderia ser caracterizado como o interesse de pesquisa na possibilidade dessas entidades oferecerem “socorros” e não na sua condição de “mútuos”, em suma, o que há de substantivo na expressão. Tal posição desloca o estudo das mutuais de trabalhadores como sendo o desenvolvimento de estratégias públicas de ascensão (ou manutenção) social e necessárias conformações de “identidade”, ao destacar interesses privados de agentes individuais se colocando com melhores recursos no mercado de trabalho. Longe, contudo, de desprezar conformação de “identidades”, ou a disseminação de valores, essa posição não só permite indagar da eficiência dessas estratégias públicas intentadas por parte dos grupos dirigentes dessas entidades, como também é consistente com a recorrente apreciação de que as assembleias gerais têm baixa participação dos membros (trato do tema no cap. 5). Enquanto o foco na condição de “mútuos” redundaria na avaliação de que assembleias mal-freqüentadas levariam a formas de manipulação política da entidade, o foco nos “socorros” redundaria na indagação sobre os efeitos práticos das decisões tomadas nessas instâncias deliberativas. Isso significa não tomar a organização de sociedades de socorros mútuos como expressando exclusivamente situações, estratificações e classificações sociais objetivamente dadas, mas como intentos de definição dos grupos. E, como intento, avaliar o êxito na definição de um grupo étnico por oposição à condição de trabalhador não apenas não pode tomá-lo como dado, como também não pode prescindir da análise da dinâmica interna da sociedade de socorros mútuos, inclusive no que concerne ao desenvolvimento de estratégias privadas e públicas de seus integrantes e dirigentes.

No limite, adotar o tipo de argumentação aqui desenvolvida, retrocederia os marcos iniciais da pesquisa sobre a dinâmica do movimento social dos “trabalhadores” no Rio Grande do Sul para pelo menos 1856, data da fundação da Beneficência Porto-Alegrense, a mais antiga das entidades aqui analisadas que atenderiam aos critérios discutidos. A epígrafe desta Segunda parte da tese envolve

exatamente a Beneficência Porto-Alegrense: frente as acusações de que a entidade estaria demasiado envolvida na política provincial, o articulista tece loas aos “artistas”, porque, para ele, não havia dúvida de que o critério de fechamento “brasileiro” da mutual não excluía a possibilidade de se definir como “trabalhador” (ou, mais precisamente, “artista”). Ocorria o mesmo nas demais sociedades de socorros mútuos? Negá-lo de forma preliminar, tal como as posições que negam a incorporação das mutuais étnicas ao estudo das sociedades de socorros mútuos, é perder de vista que esse tipo de associação voluntária pode (ou não) desenvolver estratégias públicas, mas que todas devem atender às estratégias privadas, aos interesses materiais de seus associados e que mesmo as mutuais étnicas, de modo geral, têm associados que são “objetivamente trabalhadores”.

Mas, se o leitor bem observou, estou afirmando que as mutuais, inclusive étnicas, atendem a esses interesses materiais. Atendem? Este é o tema do próximo sub-capítulo.

4.3 – O QUE ENTRA, O QUE SAI E O QUE FICA

Desde o início desta tese venho alertando que cada uma das partes têm interfaces com as demais. No entanto, este sub-capítulo talvez devesse ser colocado na Primeira Parte, uma vez que trata ainda das mutuais como agentes econômicos. Peço desculpas ao leitor pela licença de colocá-lo neste ponto. Ocorre que me empenho em apresentar uma informação quando puder fazer uso dela em alguma forma de análise, e o estudo dos balanços das sociedades de socorros mútuos pode servir para diferentes propósitos, tão diferentes quanto possam ser as finalidades a que as entidades se propõem. Dessa forma, penso que, se uma mutual combina interesses materiais e espirituais, é importante verificar o quanto há de desejo nas promessas de estatutos e o quanto há de efetivo comprometimento na realização do acordado.

Se tenho tido o cuidado de relevar os limites e ressalvas de uma documentação tão fragmentada, agora, mais ainda, a ressalva é necessária, por três motivos. O primeiro deles é que o número de balanços anuais que consegui localizar é muito pequeno para produzir afirmações de forte credibilidade. Se já tinha algum cuidado na generalização proveniente de menos de 20% dos estatutos, os balanços

das 75 entidades agora tratados são um universo muito menor, de resto, não dispostos como amostra. A isso se pode acrescentar o fato de que uma mutual como a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre teria produzido balanços ao longo de todo o marco temporal desta pesquisa, mas só encontrei números de 6 anos dessa entidade. Meu consolo é que raras vezes os estudos de história social têm estudado os balanços de associações abordadas, talvez por sofrerem do mesmo problema desta tese, que é a falta de fontes. Assim, ao invés de lamentar a precariedade das informações, prefiro fazer algum uso das que encontrei.

Contudo, o segundo motivo envolve exatamente o encontro de fontes. Confesso que encontrei mais fontes do que as que serão agora trabalhadas, mas não as incorporei à pesquisa porque demorei a saber o que fazer com elas. O lamento por ter deixado escapar informações só poderia ser desculpado à luz da honestidade de minha confissão. Outro autor já qualificou a tarefa de análise dos balanços como "ádua" e minha experiência apenas permite adjetivar mais um pouco a qualificação: ádua também por ser aborrecida, quando não existe clareza suficiente sobre o uso possível dos valores encontrados.⁵¹ O uso que agora posso fazer dessas fontes é mais adequado neste ponto da tese do que na Primeira Parte, ainda que a carência da pesquisa propriamente dita gere apenas afirmações precárias, que, espero, sejam suficientes e surpreendentes para levar outros pesquisadores a testá-las com maior precisão.

O terceiro motivo das ressalvas é que o descuido com números não foi só meu: às vezes aparece no confronto das estatísticas oficiais com as informações das mutuais, quando não nas próprias entidades. Houve momentos nos quais tive de desprezar informações das próprias entidades, porque diferiam das rubricas publicadas em fontes oficiais que, por comportarem um padrão, seriam mais úteis. Por que diferiam? Sabê-lo talvez me permitisse usar todas as informações, mas nem sempre foi possível. Assim, o terceiro motivo reforça a baixa credibilidade que, no entanto, não me faz calar.

O Quadro 4.11 exhibe o universo coberto pelos 203 balanços de 75 entidades entre os anos de 1884 e 1936 e, por meio dele, se torna claro que há maior credibilidade nas afirmações que farei sobre mutuais étnicas e etno-classistas.

⁵¹ BATALHA, *op. cit.*, p. 61.

Tipos	Total	(entidades)	Século XIX	Século XX
Abertas	13	8	2	11
Étnicas (e etno-classistas)	126	38	30	96
Classistas	64	29	3	61
Total	203	75	35	168

Quadro 4.11: Balanços de mutuais no Rio Grande do Sul, 1884/1936

Fonte: elaboração própria.

Considerada a origem diversa das informações disponíveis – a maior parte proveio das fontes estatísticas oficiais já mencionadas no capítulo 1, outras provieram de relatórios anuais das mutuais e ainda houve as que foram publicadas como resenha histórica das finanças de mutuais –, nem todos os quadros a seguir incorporam todos os 203 registros. Não obstante, a maior parte desses registros se compõem de 4 partes: a que exhibe o número de sócios em diferentes categorias, a que exhibe a composição e os valores de receita, a que exhibe a composição e os valores de despesa e a que exhibe a composição e valores do ativo. Considerados os 50 anos cobertos pelos balanços, preferi não trabalhar com os valores nominais, tão-somente com a composição (percentagens internas) em cada parte. Por outro lado, embora os estatísticos oficiais na década de 1920 requisitassem o número de sócios socorridos, nem sempre esse dado era revelado pelas entidades, talvez porque não fosse mesmo compilado. Dois relatórios evidenciam os limites da adequação às estatísticas oficiais: o da Portuguesa de Beneficência de Rio Grande, em 1895, pouco depois de calcular o número de sócios, levando em conta os provindos do ano anterior, os novos e os falecidos, assinalava que, "como sabeis, é difícilimo computar o número exato (...), particularmente dos remidos..."; já o da Beneficência Porto-Alegrense, em 1899, especifica número de consultas por médico, quantos sócios foram atendidos e quantos não-sócios (filhos), mas o número total de consultas, tal como especificado em um quadro, é diferente daquele que incorpora o total de sócios atendidos.⁵²

A Tabela 4.12 exhibe a percentagem das receitas compostas pelas contribuições regulares dos associados, que incluem mensalidades, jóias e

⁵² RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul, 1895. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1896, p. 5 (BRG); RELATÓRIO com que Francisco dos Santos Gesta, Presidente da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense reempessado em sessão de 25 de abril de 1898 demonstra o estado da mesma, durante o ano compromissal findo, à Assembléia Geral de 25 de abril de 1899. Porto Alegre: Typographia da Agência Literária, 1899, p. 6-8 e 28-29 (IHGRGS).

diplomas. Como disse, calculei essas percentagens por registro e apresento a média obtida.

Tabela 4.12: Média das percentagens das contribuições sobre a receita total nas mutuais do Rio Grande do Sul, 1884/1936

Tipos	Séc. XIX	Registros	Séc. XX	Registros	Séculos XIX e XX	Registros impróprios
Abertas	100,00	2	70,71	10	75,59	1
Étnicas	78,92	30	41,40	87	51,02	9
Classistas	90,49	3	70,56	50	71,69	11
Total	81,12	35	53,31	147	58,66	21

Fonte: elaboração própria.

Para que serve o estudo da composição das receitas? Pode-se generalizar as outras rubricas possíveis dessa composição como sendo a das doações e legados (inclusive subvenções) e a das rendas patrimoniais. Enquanto a primeira é eventual, é previsível que a segunda tenda a ser mais freqüente quanto maior o tempo de funcionamento da mutual, pois existe a chance de adquirir o patrimônio que gerará renda. Essa inferência já pode ser feita (e os dados de origem o confirmam) a partir da Tabela 4.12, quando se verifica, para todos os tipos de mutuais, o decréscimo do peso das contribuições voluntárias na composição da receita na comparação entre os séculos XIX e XX. De certo modo, o lamento do presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Rio Grande acerca da incapacidade de calcular o número de sócios não deve ser interpretado de forma unívoca: o número de remissões auxilia na composição de uma receita proveniente de renda patrimonial, e é por isso que, com exceção das mutuais cujo principal socorro é o pecúlio, existe um esforço para estimular remissões e rapidamente adquirir bens. Não obstante, é flagrante que as mutuais étnicas têm maiores possibilidades de auferir receita de outra forma que não a das contribuições regulares. É provável que isso se relacione com sua composição social mais ampla, que integra os "ricos" como associados efetivos, que obtêm, com seus donativos, destaque na entidade da qual fazem parte. A eficiência das mutuais étnicas aparece na forma do perfil da composição da receita: não só as contribuições regulares têm menos peso, como se pode verificar que, das 38 mutuais étnicas e etno-classistas agora estudadas, 18 receberam, em algum momento, donativos e legados, ao passo que, dentre as 29 mutuais classistas, apenas 7 os receberam.

Sem mais delongas, passo à Tabela 4.13:

Tabela 4.13: Média das percentagens dos socorros sobre a despesa total nas mutuais do Rio Grande do Sul, 1884-1936

Tipos	Séc. XIX	Registros	Séc. XX	Registros	Séculos XIX e XX	Registros impróprios
Abertas	48,52	2	60,50	8	58,10	3
Étnicas	73,55	29	65,73	86	68,13	11
Classistas	26,13	2	75,92	49	73,96	13
Total	69,16	33	68,93	143	69,25	27

Fonte: elaboração própria.

O estudo dos números dessa Tabela 4.13 é dos que mais se ressentem da carência de fontes, uma vez que, para o século XIX, há poucos registros de mutuais classistas e abertas. A bem da verdade, o número de mutuais classistas com balanços no século XIX talvez devesse ser reduzido a um, a União Caixeiral, de Uruguaiana, que despendeu em 1896 52,25% das despesas em socorros, porque a Sociedade União Comercial dos Varejistas de Rio Grande nada despendeu nessa rubrica, ou pelo menos, nada declarou. Se é possível ignorar os números do século XIX, cabe assinalar que as sociedades de socorros mútuos aqui estudadas são, realmente, sociedades de socorros mútuos, porque a média de gasto com assistência é cerca de dois terços das despesas. É verdade que há números improváveis de entidades que dizem gastar tudo em socorros, mas isso acontece tanto em entidades étnicas quanto em classistas. O mais interessante dos números do século XX é que, ao contrário do que seria previsível exclusivamente a partir da Tabela 4.12, as mutuais étnicas comprometem menor parte de sua despesa com socorros. Esse fenômeno é interessante porque aquilo que não é gasto com socorros, ou é dirigido para as despesas administrativas propriamente ditas (aluguéis, cobradores, impostos, etc.), ou é dirigido para o pagamento de custos de benefícios espirituais, como festas, solenidades, etc. Raras são as fontes que permitem decompor o custo administrativo, mas é patente que a diferença entre mutuais étnicas e classistas no custo dos socorros é desprezível, se forem tomados os séculos XIX e XX em conjunto. Mais do que isso, o custo de administração das mutuais abertas é superior ao dos outros dois grupos, o que indica que o fechamento pode restringir o número de sócios, mas isso tende a baixar custos, provavelmente devido ao estímulo à sociabilidade e conseqüente controle de fraudes, como já argumentei no capítulo 1. Esse tipo de controle não deve ser necessariamente interpretado como perverso, e um exemplo proveniente da

Beneficência Porto-Alegrense pode ser útil para avaliar a baixa dos custos de administração. Um sócio requereu assistência de outro médico, que não o conveniado, para uma cirurgia, mas na assembléia onde isso seria deliberado, outros membros declararam que José Leandro "se achava dia 5 na Igreja, e que, uma vez que ele saía à rua, devia ele mesmo ir procurar esse médico e depois participar à diretoria a conferência havida e a despesa que a sociedade podia fazer".⁵³

É verdade que existem, nos balanços consultados, entidades que praticamente nada gastam com socorros, como já mencionei, mas o trabalho de construção das médias aqui trazidas pode ser eficiente para comparações com uma única entidade ou com outros universos empíricos. É uma pena, por exemplo, que um trabalho sobre o Clube Caixeiral de Pelotas tenha tentado analisar alguns de seus balanços, mas se limitou a calcular a percentagem das **contribuições** gastas com socorros (não o custo dos socorros frente às demais despesas), de modo que me resigno a aceitar como prováveis as afirmações do autor sobre o peso das contribuições regulares na manutenção da entidade e na importância dos socorros. Por outro lado, a necessária desconfiança que pode pairar sobre o quanto a promessa de socorros existente em estatutos se realiza pode ser melhor avaliada pelo estudo de seus custos, ou da diferença entre os custos de socorros e os custos de administração. Isso é relevante, quando se constata que os custos de administração (ou de "identidade") no Rio Grande do Sul são relativamente baixos, porque seriam semelhantes ou até inferiores aos do mutualismo na Itália que, entre 1886 e 1904, oscilariam entre 30% e 59,6%. Apesar de parecerem elevados, tais índices são referidos como caracterizando a "bassa incidenza delle spese amministrative e di funzionamento".⁵⁴

O custo efetivo dos socorros permite matizar afirmações sobre as sociedades de socorros mútuos étnicas como locais privilegiados de satisfação de interesses

⁵³ Assembléia geral, 9 maio 1872. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1867-1873 *op. cit.*, fl. 114.

⁵⁴ DUARTE, Paulo Cesar Borges. *Despachando no balcão: caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*. Porto Alegre, 2001. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 2001, p. 118-126; TOMASSINI, Luigi. Il mutualismo in Italia. In: PROCACCI, Giovanna, TOMASSINI, Luigi, LABANCA, Nicola, *et al.* *Assistenzialismo e politiche di controllo sociale in Italia liberale e fascista*. [Quaderno dei risultati del progetto nazionale di ricerca MURST 'Strutture sociali, politiche di controllo e welfare in Italia e in Europa 1880-1980'], Siena, luglio 2001, p. 64. Números algo diferentes, por pertencerem a universos também um pouco diferentes, aparecem em: TOMASSINI, Luigi. Mutual Benefit Societies in Italy, 1861-1922. In LINDEN, *op. cit.*, p. 235.

espirituais, como pretende o livro comemorativo ao Centenário da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, ao incluí-las entre as demais associações: dentre os números que encontrei, a mutual alemã de Santa Cruz do Sul gastaria tudo com socorros em 1920 e 1921, ao passo que o Hilfsverein de Porto Alegre gastaria 74,36% com essa rubrica em 1926.⁵⁵ É claro que se deve ter cuidado nesse tipo de afirmação, porque o custo da satisfação do interesse espiritual pode ser muito inferior ao da administração ou dos socorros, não só por efeito da decisão dos grupos dirigentes das entidades, mas pelos preços de certos serviços no mercado. O balanço da Beneficência Porto-Alegrense em 1899, por exemplo, assinalou gastos de 2:871\$000 com o tratamento de associados na Santa Casa, 1:480\$000 com os salários de empregados e 100\$000 no pagamento de "música para missa e eleição em 25 de março de 1898".⁵⁶

Uma última Tabela 4.14 é necessário para completar este breve estudo dos balanços. Nele identifiquei o ativo imobilizado pelas entidades.

Tabela 4.14: Média das percentagens do ativo imobilizado sobre o total do ativo nas mutuais do Rio Grande do Sul, 1884-1936

Tipos	Séc. XIX	Registros	Séc. XX	Registros	Séculos XIX e XX	Registros impróprios
Abertas	0,00	2	41,13	10	34,28	1
Étnicas	20,25	14	63,63	75	56,80	37
Classistas	39,46	2	26,17	45	26,73	17
Total	20,14	18	48,93	130	45,43	55

Fonte: elaboração própria.

Na elaboração desta Tabela 4.14, talvez tenha tomado excessivas liberdades: como "ativo imobilizado" excluí dinheiro em caixa e em bancos, móveis e papéis de qualquer natureza, mesmo aqueles eventualmente sem liquidez imediata, como ações ou apólices. Em suma, ficaram apenas os valores de prédios. Tal como na Tabela anterior, os números do século XIX são insuficientes para comparações, devido à carência de mais registros de mutuais abertas e classistas. Não obstante, é claríssimo que o imobilizado nas mutuais étnicas é muito superior ao dos demais tipos de entidades. Em que pese o fato de que a avaliação do imobilizado pode ser superior ao mercado, considerada a tarefa de propaganda da saúde financeira da mutual e a raridade com que se encontram depreciações, não há dúvida de que, por

⁵⁵ GEM Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999, p. 301.

⁵⁶ RELATÓRIO com que Francisco dos Santos Gesta..., *op. cit.*, p. 25 e 31.

padrão, as mutuais étnicas investem em imóveis. De posse dessa informação, é possível matizar uma avaliação acerca do caráter da imigração italiana em Bagé, compondo os setores médios urbanos. Não tenho reparos à argumentação do texto, mas penso que se deva matizar a "realidade um pouco mais complexa" decorrente desses setores médios imigrantes, porque, não só nessa cidade, como também em Livramento e Itaqui, as mutuais italianas têm mais de 90% de seu ativo imobilizado, exibindo uma concepção de riqueza que não seria muito diferente daquela exibida pelas elites latifundiárias da zona da campanha rio-grandense.⁵⁷

Qual é o significado de um imóvel? A questão é relevante para saber se a aquisição de uma propriedade atende mais ao interesse material ou espiritual. Penso, contudo, que a resposta, ou não pode ser generalizada, ou pode, desde que seja invocada a combinação dos dois tipos de interesse. Algumas propriedades atendem, sim, ao interesse material, quando podem gerar renda de aluguéis, como acontecia com várias das associações. Mas tenho poucas dúvidas de que o interesse pela propriedade imobiliária se orienta, sobretudo, pelo desejo de demarcar um espaço onde se pode desenvolver a sociabilidade segundo as regras adotadas pela associação. Isso parece ser, realmente, mais importante, quando se verificam os problemas decorrentes do aluguel ou cedência de sedes para pessoas de fora da associação. A Vittorio Emanuele II, em Porto Alegre, alugava sua sede para bailes da Aliança Operária (na verdade, deve ser a Aliança dos Operários), em 1914, e havia dois membros da diretoria com posições opostas sobre o aluguel, algo que chegou à disputa eleitoral na entidade. Pedro Mattioli não queria que a sede fosse alugada para a Aliança, mas Carmine Grimaldi, "reconhecendo por intermédio de investigação que na sua qualidade de presidente [da mutual] mandara fazer, verificou se tratar de gente honesta que em suas diversões em nada diferiam dos homens de cor branca".⁵⁸

É patente que a atribuição de sentido aos espaços das sedes próprias repercute não apenas entre os associados à mutual, uma vez que outras associações e grupos podem negociar o uso do espaço, como agora mencionei e, de qualquer maneira, os símbolos dispostos no exterior dos prédios pretendem fazê-

⁵⁷ FLORES, Elio Chaves. No rastro dos gringos: italianos na Bagé oitocentista. *Veritas*. Porto Alegre, v. 37, n. 145, mas. 1992, p. 95-105.

⁵⁸ Processo-crime (Júri). Porto Alegre. 5203.1, Maço 294, Estante 29, 1915, fl. 16 (APERGS). Caso semelhante envolvendo restrições da mutual escandinava de São Paulo em alugar seus salões para uma bailante portuguesa consta em CLUBE ESCANDINAVO NORDLYSET 1891-1991, *op. cit.*, p.

lo reconhecido pelos habitantes da localidade ou imediações dessa sede. Dependendo do caráter, do fechamento ou da trajetória da mutual, esses bens imóveis assumem como função a promoção de uma sociabilidade mais ampla do que a restrita aos sócios. Não é outra a natureza de diversos relatos sobre o uso dos bens das mutuais: uma mutual de Guaporé chegou a construir uma sede que também teria funções de teatro, mas ela já estava abandonada em 1916, quando a Intendência Municipal legou-a a uma nova sociedade de socorros mútuos; na sede da União Operária em Palmeira das Missões, da homônima em Vacaria, e da Vittorio Emanuele, em Caxias, funcionaram cinemas.⁵⁹ Também nas Uniões Operárias de Palmeira das Missões e Cruz Alta funcionaram, respectivamente, um templo maçônico e um centro espírita, ao passo que, em Vacaria, a idéia de criação de um Centro de Tradições Gaúchas teria surgido na festa de São Pedro de 1952, em um baile também na União Operária de Mútuo Socorro.⁶⁰ E o sentido do bem imóvel amiúde cobre de orgulho seus proprietários coletivos, como deixa entrever a festa da cumeeira da União Operária em Montenegro, o esforço de construção da sede da Sociedad Española em Porto Alegre e os elogios que a Sociedade Beneficente União dos Artistas de Uruguaiana faz à União Caixeiral: "Como prova de seu grande adiantamento, aí se levanta o prédio social embelezando a nossa 'urbs'".⁶¹

De resto, é fácil constatar que uma das representações mais comuns das sociedades de socorros mútuos sejam suas sedes, como se elas condensassem os sentidos de uma mutual.⁶² De certo modo, condensam, sim, por normalmente resultarem de um esforço coletivo de poupança, empreendido por muitos anos; esse resultado não é um tesouro, mas um instrumento que realimenta a sociabilidade, inclusive por permitir atividades de lazer, tal como ocorre com os times de bocha na

62.

⁵⁹ THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia Guaporé: passado e presente*. S/l: Paulinas, [1967?], p. 54; SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. s/l: Bels, 1974, p. 307-308, 207; OLIVEIRA, João Viterbo. Vacaria, ontem, hoje e perspectivas de futuro. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA. *Raízes de Vacaria I*. VII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1996, p. 152; ADAMI, João Spadari. *Caxias: a Pérola das Colônias*. [Caxias do Sul]: Tipografia do O Momento, 1950, p. 44; ADAMI, João Spadari. *Caxias do Sul*. Caxias do Sul: Tipografia do Abrigo de Menores São José, 1957, p. 35.

⁶⁰ SOARES, *loc. cit.*; ROCHA, Prudêncio. *A história de Cruz Alta*. Cruz Alta: Liderança de A dal Forno, 1964, p. 190; BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre/ Caxias do Sul: EST/ UCS, 1978, p. 223.

⁶¹ *Echo do Povo*. Porto Alegre, 15 out. 1908, p. 1 (MCSHJC); VARGAS, *op. cit.*, p. 77-102; *A União*. Uruguaiana, 1 nov. 1919, p. 2 (AMORJ).

⁶² Apenas como exemplos: *CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre/Roma: Globo/ Ministeri degli Affari Esteri, 1925; CAMOZATO, Benjamin C. (org.) Grande Álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do

mutual italiana de Santa Maria e com as canchas de bolão na União Operária de Tupanciretã e no Bürgerklub de Porto Alegre.⁶³ Tantos são os exemplos de bibliotecas, festas, missas, bandas, grupos teatrais, monumentos, que se torna difícil precisar os limites orçamentários da satisfação dos interesses espirituais. Há motivos para crer que, quanto menor a localidade onde se encontra, maior é a probabilidade da mutual se converter em espaço importante de sociabilidade que transcende eventuais critérios de fechamento, tal como também ocorria na Irlanda.⁶⁴

Não obstante, as afirmações agora feitas parecem provenientes de uma construção argumentativa que nada encontra de diferente entre mutuais étnicas e classistas. De fato, não creio que as diferenças encontradas nalgumas finalidades, nos critérios de fechamento e nalgumas rubricas orçamentárias sejam fulcrais para concentrar o estudo em um único tipo de entidade. Desconfio, inclusive, que eventuais diferenças em números dos dois tipos de entidades sejam contingentes, porque provenientes de momentos, períodos e espaços também diferentes. Toda quantificação padroniza o encontrado nas fontes, e a crença de que mutuais étnicas e classistas não são muito diferentes padece da desconfiança de que pode ter havido um tratamento perverso da documentação, pelo qual sou totalmente responsável.



Afinal, o quanto são iguais ou diferentes as mutuais étnicas e classistas? Como argumentei na seção 4.2, as mutuais étnicas são idealmente mais flexíveis frente a crises econômicas quando não há monopólios étnicos dos postos de trabalho. Não obstante, a validade do argumento se ressentir de uma carência para explicar por que as mutuais abertas não seriam ainda mais eficientes na obtenção de associados. Não tenho eu capacidade de resolver uma questão dessa envergadura, quando apenas inicio o estudo das sociedades de socorros mútuos e a bibliografia parece tatear na resolução do problema. Penso, contudo, que certas

Brasil. Cachoeira: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922.

⁶³ BELÉM, J. *História do Município de Santa Maria*. 1797-1933. Porto Alegre: Selbach, 1933; ORNELLAS, Manoelito de. *Tupancyretan*. [2. Ed.] Tupanciretã: Empresa Gráfica e Editora Mercúrio, 1996, p. 238; CEM Anos de Germanidade..., *op. cit.*, p. 318.

questões com alto grau de abstração podem ser impróprias para certos fenômenos ainda pouco mapeados. Não é que as questões sejam irrelevantes, mas que o fenômeno é o suficiente ignorado, de modo que a correta indagação teórica pode carecer de instrumentos metodológicos adequados para a análise do que aqui venho tratando. Se assim é, eventuais indagações teóricas de alto grau de abstração apenas compareceriam como argumento de autoridade num estudo que, na prática, se limita a descrever o fenômeno – e não é isso que pretendo fazer. Pelo contrário, tenho procurado explicitar decisões metodológicas que me permitem avançar, se não na explicação, pelo menos na avaliação de certas variáveis pouco exploradas no estudo das sociedades de socorros mútuos. As 3 seções deste capítulo evidenciaram que existem mais elementos em comum entre as mutuais étnicas e classistas do que a bibliografia usualmente supõe, pelo menos no Rio Grande do Sul. Ademais, várias das previsões sobre a natureza específica de cada tipo de mutual, sobre seus socorros, finalidades, composição e gastos, não podem ser encontradas a partir da documentação que incorporei à pesquisa. É o suficiente para afirmar que sejam mutuais iguais? Não posso, com efeito, afirmá-lo com segurança e coerência, quando amiúde ressalvo a carência documental. O próximo capítulo tentará avançar neste ponto, e me permito reiterar que o caminho adotado, mesmo criticável, é o que me permitiu avançar.

⁶⁴ CAMPBELL, John. Friendly societies in Ireland (1800-1980). In: LINDEN, *op. cit.*, p. 71.

5 – ESTILO E ESTAMENTO

Um dos tópicos importantes desta tese já mereceu desenvolvimento no capítulo anterior, a saber, a tensão entre o que uma mutual diz de si mesma como representante de um grupo étnico, e a situação objetiva de classe de seus integrantes. Na classificação da bibliografia acerca da relação entre mutuais étnicas e o mundo do trabalho defini posições, e o desenvolvimento do tópico me alinhou entre os que afirmam parcial ou totalmente a comparabilidade e/ou a incorporação de mutuais étnicas ao estudo das classistas. Brincando um pouco com a posição que assumo, talvez fosse melhor dizer que partilho da "afirmação desconfiada": desconfio que existem falhas na minha argumentação decorrentes da carência ou da incapacidade de lidar com os dados disponíveis, como deve ter ficado claro no final do capítulo 4. Mas há outro motivo para desconfiança: desconfio que falta um conceito que pouco tenho mencionado. Refiro-me ao de "estamento", pouco utilizado na historiografia brasileira. Há um texto de Max Weber intitulado "Classe, estamento e partido": o primeiro e o último termo são correntes na produção de humanidades, mas não o segundo, e é nele que me alicerço neste capítulo. Enquanto a classe e partido têm seus lugares, respectivamente, nas ordens econômica e política, o estamento teria seu lugar na "ordem social", porque o central na definição do que sejam os estamentos seria o sentido da honra, como se fosse uma "substância" partilhada pelo grupo. Na prática, essa "substância" se revelaria em um modo de vida, amiúde realizado como um padrão de consumo.¹

A bibliografia sobre sociedades de socorros mútuos não raro pensa as entidades em meio a tensões entre dois pólos: podem ser sociabilidade e seguro, ou entre comunidade e consumo.² Eu as penso também em meio à tensão entre estamento e classe. Não se creia que os pólos são apenas variações terminológicas, porque os conteúdos de abrangência de cada um dos pares são diferentes. A opção por assentar meu estudo na tensão entre estamento e classe pretende passar ao

¹ WEBER, Max. División del poder en la comunidad: clases, estamentos, partidos. *Economía y Sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, p. 682-694.

² LINDEN, Marcel Van Der. Introduction. In: *Idem* (ed.). *Social security mutualism*. The comparative history of Mutual Benefit Societies. Bern: Lang, 1996, p. 15; ALBORN, Timothy. Senses of belonging: the politics of working-class insurance in Britain, 1880-1914. *Journal of Modern History*. V. 73, sep. 2001, p. 561-563.

largo dos debates sobre o papel das mutuais na construção de uma "consciência de classe" ou de uma "identidade de classe", expressões cuja diferença de tom talvez não seja significativa.³ Mas também pretendo passar ao largo dos debates sobre "identidade étnica", porque a concepção das mutuais como forma de seguro, desenvolvida na Primeira parte desta tese, destaca seus associados como interessados economicamente nos socorros e creio já haver demonstrado que, tal como também foi constatado para São Paulo, a satisfação desse tipo de interesse era prevista por quase todas as mutuais, independente dos critérios de fechamento.

Não obstante, há perguntas que seguem sem resposta, dentre as quais as que dispõem sobre os porquês de fechamento, seus critérios e a relação dos grupos internos e externos ao fechamento. Este capítulo tentará avançar na resposta a essas questões por meio do recurso ao conceito de estamento. Esta tese, sem o conceito, claudicaria ou na definição dos grupos sócio-econômicos mutualizados, ou na leitura atenta da bibliografia que procurei empreender, porque, conforme já enunciei no capítulo 1, grande parte dessa bibliografia está interessada nas "identidades". Já disse no capítulo anterior que não tenho capacidade de compreender o que sejam as "identidades", mas não ignoro que elas tanto podem ser abordadas como um substrato cultural dado, ou, ao contrário, como resultado de processos (quais exatamente? discursivos? políticos? econômicos?), que impõem a necessidade de tomá-las como objeto de investigação, não como pressuposto. Não posso tomar como objeto algo que não fui capaz de compreender, mas não posso me manter cego frente a alguns fenômenos que também são freqüentemente abordados por essa bibliografia. A opção nominalista desta tese permite a referência ao mesmo tipo de fenômeno por meio de outro conceito: não é um capricho do autor, mas a crença de que explicações são possíveis não quando convergem conceito e fenômeno, mas quando se podem produzir questões assentadas na tensão entre um e outro.

Estamento ou grupo estamental podem ser utilizados para a abordagem dos fenômenos concernentes à "identidade", por dois motivos. O primeiro deles é que sua definição põe em relevo, como dito, modos de vida, concepções de honra e prestígio, padrões de consumo, etc. que não teriam relação direta, e mesmo obstaríam o desenvolvimento do mercado ao impor restrições. Mesmo o padrão de

³ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Comentários sobre a conferência História operária proferida pela Profa. Dra. Beatriz Loner. *História UNISINOS*. São Leopoldo, n. especial, 2001, p. 88.

consumo impor tais restrições, quando se atribuiu um valor espiritual àquilo que é consumido. Assim, o uso do conceito de estamento é interessante, porque permite estabelecer a tensão entre a satisfação de interesses materiais dos mutualizados e a satisfação de interesses espirituais amiúde encontrado como argumento na propaganda e nas abordagens historiográficas sobre as sociedades de socorros mútuos. O segundo motivo é, convenhamos, um argumento de autoridade: foi o próprio Weber quem qualificou de grupo estamental os mutualizados que viu em sua viagem aos Estados Unidos.⁴

Este capítulo se compõe de 2 seções. Na primeira, estudo os critérios de fechamento relacionados aos controles de comportamento: nela abordo aquilo que permite que alguém se associe. Na segunda seção, estudo aquilo que permite a alguém gerir a entidade, fenômeno que, ao ser abordado, já faz a transição para a Terceira parte desta tese, propriamente política.

5.1 – O ESTILO DO SÓCIO

Usualmente, quando uma mutual define critérios de fechamento, eles nunca são tão simples quanto a padronização que adotei permite supor. É como se não fosse qualquer italiano que pudesse ingressar na mutual italiana, pois esse candidato a sócio deve ainda preencher requisitos relacionados a seu comportamento, mesmo antes de se associar. Então, já que estou falando de italianos, vejamos tudo o que é necessário para se associar à Vittorio Emanuele II, de Porto Alegre, em 1882:

"art. 4º - Têm o direito a pertencer à sociedade todos os italianos, e filhos de italianos naturalizados no estrangeiro, e os que nasceram em solo italiano, bem que pertençam às províncias que não estão ainda debaixo do governo nacional.

.....

art. 13º - Para poder ser admitido como sócio são necessários os seguintes requisitos:

1º Ter completado 10 anos de idade.

2º Não ser afetado de moléstias incuráveis que o tornem incapaz de trabalhar.

3º Não ter sido judicialmente condenado por crimes difamantes.

(...)

art. 17º - Os sócios que no ato de sua admissão enganarem a sociedade, ou os que depois de serem admitidos praticarem ações indignas e indecorosas, e os que foram ou forem processados e condenados judicialmente por atos

⁴ WEBER, Max. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. In: GERTH, H. H., MILLS, C. Wright (orgs.). *Ensaio de sociologia*. 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002, p. 212-225.

infames, serão expulsos da sociedade...

(...)

art. 38º - Os socorros do artigo precedente [que dispõe sobre a assistência a italianos não-associados] não poderão ser dados aos italianos já domiciliados em Porto Alegre três meses e não se inscreverem como sócios".⁵

Esses requisitos complementares à condição de italianos não são um exagero específico da entidade, como acertadamente supôs Walter Spalding, ao comparar os estatutos das mutuais portuguesa e francesa em Porto Alegre, ambas prescrevendo a honradez como requisito para a associação.⁶ Meu universo empírico maior, com freqüência, encontra leves diferenças entre as prescrições de moralidade nos estatutos de mutuais do século XIX. Mas o leitor indaga: não será algo específico das mutuais étnicas? Ou ainda: não será algo específico do século XIX? Tenho condições de afirmar que ambas as perguntas têm respostas negativas, algo visível na leitura de estatutos de outra mutual: a União Telegráfica. Era uma entidade classista cujos estatutos de 1921 não especificavam com tantos detalhes o comportamento requerido do associado. Mas ela também poderia ser incorporada às mutuais que prescrevem comportamentos semelhantes, e isto acontece, mesmo que seu único socorro fosse o da concessão de pecúlio por morte (ou adiantamento de parte desse valor para enterros). Ocorre que, caso o sócio não especificasse o beneficiário do pecúlio, a entidade definia os critérios para o pagamento em caso de morte:

"§ 14º - Se o sócio não fizer ou não deixar nenhuma declaração à sociedade, o pecúlio respectivo será pago na seguinte ordem: 1º, à viúva; 2º, aos filhos; 3º, aos pais; 4º, aos irmãos menores e às irmãs solteiras ou viúvas (estas sem filhos homens maiores, válidos).

§ 15º - Se o casal estiver separado por mau procedimento de um dos cônjuges, a sociedade pagará o benefício ao outro cônjuge (se não for o de mau procedimento) e aos filhos (...).

...

§ 18º - O marido que viver fora do lar ou da companhia da família, sem sustentar esta, e a filha ou o filho perfilhado por outrem, perdem o direito ao pecúlio.

§ 19º - Tem direito ao pecúlio a mulher ou o marido separado do outro cônjuge por incompatibilidade de gênios ou outro motivo, que não seja por culpa sua, e a viúva ou viúvo que se acha divorciado por sentença porque era maltratado pelo outro cônjuge".⁷

⁵ ESTATUTOS da Sociedade Italiana de Mútuos Socorros "Victor Manuel 2º", art. 18. Ato n. 3 de 27 de janeiro de 1882. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Of. Typ. de Carlos Echenique, 1908.

⁶ SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa*. Porto Alegre: Estabelecimentos Gráficos Santa Teresinha, 1954, p. 28.

⁷ ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Telegráfica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921,

O detalhamento da União Telegráfica parece se compor do mesmo tipo de exagero da Vittorio Emanuele, isto é, o de uma avaliação sobre comportamentos de sócios e não-sócios (porque beneficiários de socorros) para que tenham direito aos socorros. Esse tipo de avaliação é relevante, sobretudo para o caso da União Telegráfica, porque ela presta um socorro em dinheiro e, uma vez prestado o socorro, extingue-se a relação com sócios e beneficiários; há nessa entidade condições ótimas para definir a relação com associados e beneficiários como exclusivamente orientada por interesses materiais, de parte a parte. Não é o que acontece, e isso é claro pela leitura de outras partes do estatuto, nas quais se verifica que o legado deveria ser pago a quem o sócio quisesse, e a União só avaliaria comportamentos em caso de inexistência de declaração desse tipo. Se tais tentativas de controle sobre o comportamento se relacionassem exclusivamente ao esforço da entidade em não pagar o arrecadado, restringindo-se, portanto, à satisfação de interesses materiais, bastaria ela definir que, na ausência dessa declaração, o pecúlio reverteria aos cofres sociais, medida efetivamente só adotada em caso de benefício não reclamado depois de um ano da morte. Ao contrário do previsto, a entidade **quer** pagar, mas se resguarda, para definição dos beneficiários, ao controle sobre seus comportamentos.

O que quero demonstrar neste sub-capítulo é a possibilidade de inverter as afirmações amiúde adotadas pelas interpretações de mutuais com algum tipo de fechamento. Retomando o trecho citado da mutual italiana em Porto Alegre, ou ainda a afirmação de Spalding sobre as mutuais portuguesa e francesa, uma primeira leitura levaria a afirmações de que os fechamentos étnicos não são suficientes para que alguém seja sócio, porque, além deles, deve-se ainda ter "bom comportamento". Inverter a afirmação significa interpretar essas prescrições estatutárias como sendo: além de "bom comportamento", o candidato a sócio deve ter certa condição étnica. O que parece ser apenas um jogo de palavras se revela eficiente para pensarmos as diferenças entre a associação com direitos "políticos" e a associação com direitos "civis". O que caracterizaria as mutuais com algum tipo de fechamento é que só conferem direitos políticos àqueles que atendem a todos os critérios do fechamento, ao passo que os direitos civis são conferidos àqueles que não os têm. A mesma mutual italiana, enquanto debatia seus primeiros estatutos,

aventou a possibilidade de excluir as mulheres, mas o argumento vencedor foi o de sua inclusão, sem direitos políticos. Da mesma forma como ali ocorreu, várias das entidades distinguiam entre os que teriam direitos políticos e os que não teriam. Um dos temas que, possivelmente, levou à criação de um Clube Caixeiral dissidente em Pelotas envolveu o conferir ou não direitos políticos aos patrões, ao passo que a mutual italiana de Pelotas deliberou um estatuto em 1902 e outro em 1903, porque o primeiro deles praticamente aboliu a distinção entre italianos e não-italianos.⁸ Em todos esses casos (e tantos outros, que omito), independente da solução adotada ou do critério de fechamento, a busca de associados obedece a uma lógica pautada principalmente pelo interesse material, mas, ao ser incorporado à entidade, o novo sócio pode se fazer objeto de interesse espiritual pela associação. Aquilo que a atenção exclusiva aos critérios de fechamento (étnicos e/ou classistas) torna difícil perceber é a convergência, nem sempre harmônica, de interesses econômicos e espirituais, ou, utilizando outros termos, a convergência possível de seguro e de sociabilidade. Este sub-capítulo quer exibir as soluções e tentativas encontradas nas mutuais, que me permitem deslocar o interesse pela "identidade" a partir da avaliação de que, embora os critérios de fechamento possam ser culturalmente orientados, o rol de possibilidades de convergência de seguro e sociabilidade raramente o é, porque dependem da satisfação de interesses materiais.

A satisfação dos interesses materiais dos associados, tenham ou não direitos políticos, depende da possibilidade de auferir receita e, como já disse, esta é uma das atividades importantes nas mutuais. No entanto, incorporar sócios que possam fraudar o socorro é arriscado. É por isso que, quando se vêem estatutos que definem os procedimentos para aceitação de novos sócios, podem-se tomar tais documentos como expressão da realidade ou como um desestímulo aos candidatos a sócios que não se enquadram no prescrito. Não tenho condições de generalizar o que existe de verdade no prescrito, mas tenho elementos que permitem inferir que o que existe em estatutos não é apenas a manifestação de desejos por parte dos membros, e tais elementos provêm da leitura do Livro de propostas de sócios para a

⁸ Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Vitor Manuel II. Ata de 10 jun. 1877. Requerimentos – Diversos, 1881 (Maço 198 - AHRs); DUARTE, Paulo Cesar Borges. *Despachando no balcão: caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*. Porto Alegre, 2001. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 2001, p. 75; ESTATUTO da Sociedades [sic!] Italiana Reunidas União Filantropia e Circolo Garibaldi. [Livro A-1, Fls 1, n. 1, em 11 out. 1902]; ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas "Unione Filantropia e Circolo Garibaldi["] em Pelotas. [Livro A-1, Fls. 2, n. 004, em 29 maio 1903] (FBL).

Beneficência Porto-Alegrense.⁹ De modo geral, são sócios que propõem novos membros (é isso, inclusive, o que prescreviam os estatutos dessa e de outras entidades), e essas propostas são facilmente padronizáveis, porque incluem nome, idade, naturalidade, profissão e residência. Existem, contudo, as que incluem algo além do direito dos sócios efetivos de proporem novos membros. A costureira Marcolina da Silva Santos era proposta com a especificação de que "vive honestamente"; a também costureira Eva de S. José Clemente "é de bons costumes"; o tipógrafo Plínio José de Freitas e o carpinteiro Fortunato Raphael de Mendonça foram propostos com a especificação "afianço a conduta". O sócio João Baptista da Silva parecia levar muito a sério o exercício de seu direito de propor novos sócios, porque costumava discorrer sobre os propostos: sobre o alfaiate Hylário Luiz de Oliveira, por exemplo, acrescentou "garanto as qualidades do indivíduo"; sobre o cozinheiro Manoel Antônio dos Santos e o pedreiro Antônio José Vicente, apenas subscreve as propostas, e possivelmente orienta a escrita do texto, quando ambos pedem para se associar, e o segundo chega a acrescentar "vem submisso e respeitosamente pedir"; já a respeito do trabalhador na fábrica de óleos Carlos Vallat, discorre, deixando entrever sua posição "não posso garantir as qualidades desse indivíduo, porém a comissão de sindicância saberá cumprir com os seus deveres".

Quando a entidade atenta para o comportamento prévio ao momento de associação, nada há que estranhar quando atenta também para o comportamento fora do recinto de associação. Na maior parte dos casos, como já mencionei na seção 4.2, o comportamento do associado pode ser motivo para que não receba socorros, possivelmente devido à avaliação de que foi ele o responsável pelo sinistro. Exemplo disso é a freqüente restrição ao pagamento de diárias por dia perdido de trabalho, quando o mal é causado por doença venérea ou embriaguez, ainda que a assistência médica continue sendo prestada. A Fraternidade Artística definia que a comissão encarregada de investigar os propostos para sócios deveria emitir parecer sobre "se [o candidato] dá-se continuamente ao vício da embriaguez"; semelhante restrição aparece na Harmonia dos Artistas, também de Pelotas, que expulsaria todo aquele que "se entregar continuamente ao vício de

⁹ LIVRO de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 54v, cod. 32). As propostas mencionadas a seguir estão respectivamente datadas de: 11 ago., 15 set., 16 set., 15 set., 1º out.; não-datada, 15 set., 1º out. 1884.

embriaguez". Conquanto esse tipo de restrição possa ser interpretada exclusivamente como medida a baixar os custos de oferta de socorros, não é necessário muito esforço na argumentação de que a medida envolve a respeitabilidade da associação como reflexo da respeitabilidade de seus sócios: uma mutual que pode ser acusada de auxiliar ébrios e promíscuos dificilmente seria considerada como promotora de virtudes, cívicas ou de qualquer outra natureza. E não estou apenas interpretando estatutos: a Filhos do Trabalho, de Uruguiana, alinhava entre seus fins o "zelar pela conduta de seus associados, para que a sociedade goze do maior conceito público".¹⁰ Considerados os exemplos que forneci, poder-se-ia pensar que o álcool fosse considerado apenas um problema de mutuais de negros, mas aparecia em diversas mutuais de diferentes fechamentos no Rio Grande do Sul, como aparecia na imprensa de outros grupos étnicos em São Paulo, como aparecia em mutuais da Grã-Bretanha, Canadá, Austrália, Áustria ou de ferroviários nos Estados Unidos.¹¹

Outro exemplo de restrição foi documentada em 1938, mas provavelmente provinha desde antes na Sociedade Savóia de Socorro (nacionalizada como Duque de Caxias, provavelmente na cidade de Caxias do Sul):

"Art. 65 - O sócio que provocar desordens ou brigas, quer com outros sócios, quer com pessoas estranhas, perderá os direitos que lhe assistem, ainda que em conseqüência advenham ferimentos ou morte".¹²

¹⁰ Respectivamente: ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística. Art. 7º, § 3º. Ato de 3 de março de 1881. Art. 3º. *Colecção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, s/d.; ESTATUTOS do Club Beneficente Harmonia dos Artistas, art. 10, § 1º. Ato n. 9 de 4 de fevereiro de 1882. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Of. Typ. de Carlos Echenique, 1908; ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Filhos do Trabalho. Uruguiana: Tip. A Nação, 1927, Art. 3º, alínea F (BRG).

¹¹ Dentre as outras mutuais do Rio Grande do Sul:: STATUTI della Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso Stella D'Italia nella colonia Conte D'Eu. Porto Alegre: Gundlach, 1886, art. 32 [reproduzido em MIGOT, Aldo F. *História de Carlos Barbosa*. Carlos Barbosa/ Porto Alegre/ Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa/ EST/ EDUCS, 1989. p. 651-663]; [REGIMENTO da] Caixa de Socorros da União Operária, art. 27. Anexo a ESTATUTOS da Sociedade União Operária. Rio Grande: Typ do Diário do Rio Grande, 1903; ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas "Unione Filantropia e Circolo Garibaldi["] em Pelotas, 1903, *op. cit.*, art. 17, al. 4ª. As demais referências são: ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1988, p. 130-132; NEAVE, David. Friendly societies in Great Britain. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 57-58; PALMER, Bryan. Mutuality and the masking/making of difference: mutual benefit societies in Canada, 1850-1950. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 130; MARKEY, Raymond. The history of mutual benefit societies in Australia, 1830-1991. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 163; MADERTHANER, Wolfgang. Mutual benefit societies in Austria: history of a nationalization. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 350; TAILLON, Paul Michael. "What we want is good, sober men:" masculinity, respectability, and temperance in the railroad brotherhoods, C. 1870-1910. *Journal of Social History*. V. 36, n. 2, p. 319-338, Winter 2002.

¹² AZEVEDO, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Cadernos de pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994, p. 201.

Esse tipo de restrição não é tão comum, sobretudo porque há motivos para crer que, mesmo quando prescrita, havia uma margem de tolerância com respeito aos motivos do conflito físico. A Union Française, de Pelotas, inclusive incorporava dois tipos de restrições no mesmo artigo, e as diferenciava:

"Art. 17º - Os sócios acometidos de doenças secretas só terão direito ao tratamento do médico e aos remédios (...). As doenças provenientes de duelo ou rixas serão submetidas a julgamento do conselho, cuja sentença decidirá se deve ter direito ou não o doente a socorros".¹³

O interessante da Union Française é que, apesar da restrição, ela também especificava, no artigo 23º de seu estatuto, que não era "responsável das ações de seus membros fora das assembléias". Enunciá-lo dessa forma é diferente do que faz, por exemplo, a Sociedade Umanitária, de Camaquã, que marcava o prazo de três meses entre a admoestação da diretoria a sócios "de maus costumes" e sua expulsão, caso "não [apresentasse] emenda em seu procedimento".¹⁴ Seria fácil pensar que os "maus costumes" teriam definição tão ampla que permitiriam enquadrar qualquer sócio no controle exercido pela diretoria, ao passo que os comportamentos mais especificados e com punições melhor definidas diminuiriam o arbítrio dos dirigentes. Mas não é o que aparentemente acontece na Sociedad Española, de Porto Alegre: talvez por praticamente se limitar à assistência médica, acrescenta em certo momento a seus estatutos a restrição, vigente já em 1917, de que não daria assistência ao sócio ferido em "riñas". A peremptória restrição acaba assumindo flexibilidade semelhante àquela prescrita pela mutual francesa de Pelotas: ocorreu que um dos membros foi esfaqueado na cabeça por outra pessoa e a diretoria pagou-lhe o socorro. Em reunião, essa medida teve que ser justificada, porque os estatutos seriam claros com respeito à restrição ao socorro, mas a diretoria informou que, tendo buscado informações sobre o caso com testemunhas do incidente, "todos fueram unanimes en declarar que el señor Juan Augulo no havia dado motivo para que lo hirieran" [sic!].¹⁵

As entidades podem oscilar entre conceder ou não socorros frente a condutas consideradas de risco, como seriam os conflitos físicos; ou então, sua posição

¹³ [ESTATUTOS da Union Française]. Requerimentos – Diversos, 1884 (AHRS, maço 214).

¹⁴ [Estatutos da] Sociedade Umanitária. Art. 7º, §5º. Requerimentos–Diversos, 1873 (Maço 163, AHRS).

¹⁵ Extrato da Ata da sessão da diretoria de 10 de setembro de 1917, livro n. 5, *apud* VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História da Cultura-PUCRS, 1979, p. 198. A autora informa que a restrição ao socorro aparece já no primeiro estatuto. Se é o estatuto anexado ao trabalho (p. 452-

simplesmente não pode ser generalizada, como acontece com suicídio. Já foi visto no cap. 3 a freqüência com que o enterro é oferecido por entidades no século XIX, e isso coloca a interrogação sobre a diferença de mutuais e irmandades leigas católicas. Talvez, de fato, não exista muita, sobretudo quando as mutuais negam socorros a sócios suicidas, tal como acontece previsivelmente na Aliança Católica Operária e, nem tão previsivelmente, na União Filhos do Trabalho, de Uruguaiana. Outra vez na Sociedad Española acontece um caso interessante: o sócio Faustino Augulo Hernandez suicidou-se e teve seu cadáver encontrado 4 dias depois. Como era inquilino do tesoureiro da entidade, este autorizou seu enterro no cemitério social. Na sessão de diretoria, tentou justificar sua decisão, que excedia os poderes do cargo, mas a deliberação foi a de que se transferisse o problema para a assembléia geral. Em assembléia, o tema foi debatido, tendo em vista o fato de que os sócios não teriam direito a socorros médicos em caso de tentativas de suicídio, conforme prescreviam os estatutos. Depois da esgrima de argumentos acerca da correta comparação de suicidas (se eram semelhantes àqueles que tentavam suicídios, ou aqueles que eram "[doentes?] crônicos"), a deliberação foi a de que, já que Faustino havia sido enterrado, que assim se mantivesse, mas que em outros casos o socorro não seria prestado. Apesar desses exemplos, talvez a posição sobre suicídio realmente não possa ser generalizada: a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre, mesmo tendo santos padroeiros, sufrágios em dia de Finados, e outros ritos católicos, não pareceu muito afetada quando enterrou o suicida, carpinteiro e sócio Serafim Martins Gonçalves, em 1918; da mesma forma, a Beneficência Porto-Alegrense enterrou o empregado de armazém Paulo Gentil dos Santos, em 1900.¹⁶

Tanto o suicídio, quanto outros comportamentos condenáveis pelas sociedades de socorros mútuos, poderiam estar condicionados por outro elemento, relevante para pensar as mutuais como forma de assistência: a doença mental. É com certo cuidado que as mutuais vão definir a prestação de socorros frente a esse

471), apenas encontrei restrição aos socorros por doença venérea e embriaguez (art. 61).

¹⁶ ESTATUTOS e Regulamento da S. Aliança Católica Operária Rio Grandense de Porto Alegre (Sociedade de Seguros Mútuos). Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1915, art. 24 (IHGRGS); ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Filhos do Trabalho, *op. cit.*, art. 45; VARGAS, *op. cit.*, p. 105-106; Cópias de relatórios de indagações policiais. Abr. 1918-jun. 1919. 1^o distrito [Porto Alegre], fl. 326 (AHRs- Polícia, cód. 36); SUICÍDIO por amor. *A Federação*. Porto Alegre, 9 out. 1900, p. 2. O mesmo jornal informa outro caso de enterro de suicida em Pelotas (9 mar. 1904, p. 1), mas menciona que a "Amparo e Saúde" pagou as despesas. Ignoro a natureza dessa entidade, a menos que seja a Amparo Mútuo. Devo as duas últimas referências à gentileza

tipo de doença, porque, diferente das doenças físicas que podem, em algum momento levar à morte (e, portanto, ao fim do custo com o associado), a doença mental seria melhor comparável a uma situação de invalidez, porque mantém o sócio vivo, sem que ele gere renda quando afastado do trabalho. O problema com a doença mental é que ela poderia provocar comportamentos passíveis de punição nas mutuais. São poucas as mutuais que mencionam explicitamente em seus estatutos os casos de doença mental. Apenas para retomar o exemplo já indicado da restrição de socorros em caso de suicídio, a Filhos do Trabalho, de Uruguaiiana especificava, em 1927, que não prestaria socorros àquele que, "estando em seu juízo perfeito[,] atentar contra sua vida...". Esse é um modo mais explícito de reconhecer a doença mental do que aparece, por exemplo, no estatuto da Sociedade de Beneficência Brasileira União, que em 1861 prometia pensões aos que estivessem em situação de "incapacidade física ou moral", em texto que provavelmente serviu de modelo à Umanitária, de Camaquã, em 1873.¹⁷ Mas há uma entidade em que a doença mental merece atenção semelhante, senão maior, à oferecida para outros males. A União Telegráfica, em 1916, considerava remido o sócio "que enlouquecer ou for vítima de desastre, mutilação ou moléstia que o inabilite para qualquer ocupação"; contudo a loucura desaparece no estatuto de 1921. O caso da União Telegráfica é interessante, porque, semelhante a outros casos nos quais fiz referência à Sociedad Española, a posição sobre o socorro não exara de imediato os valores pelos quais se pautam os membros da associação: é provável que o texto dos estatutos seja uma tentativa de gerar normas e procedimentos frente a experiências só possíveis com a persistência da associação. A loucura enunciada no estatuto da União Telegráfica provavelmente não existia no estatuto vigente em 1908, porque o relatório desse ano esmiuça um caso. O sócio Valeriano Penedo da Fonseca deixou de contribuir no primeiro semestre de 1907 e foi considerado eliminado. Quando de sua morte, a viúva requereu o benefício a que tinha direito, e foi convocada uma assembléia geral, que deliberou encaminhar uma circular aos sócios que responderiam, por escrito, sua decisão sobre o pagamento. A decisão vencedora foi a do pagamento, por

"... ter deixado de pagar as contribuições, involuntariamente, por achar-se o

de Sandra Careli, a quem muito agradeço.

¹⁷ Respectivamente: ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Filhos do Trabalho, *op. cit.*, art. 41, al. r; [Estatutos da Sociedade de Beneficência Brasileira União], art. 12, § 1º. Requerimentos – Diversos, 1861 (Maço 98, AHRs), [Estatutos da] Sociedade Umanitária, *op. cit.*, Art. 22. §1º.

referido sócio fora da repartição e não procurar satisfazê-las, em virtude do seu estado de desequilíbrio mental; que esse mesmo desequilíbrio o levou a pedir demissão do emprego de telegrafista (deixou de ser funcionário do telégrafo desde 31 de dezembro de 1906), quando apenas quisera pedir dispensa das funções de encarregado da estação do Taim, como ficou averiguado; que mais comprovou o seu estado de alienação mental, o fato de ter feito esse pedido ao mesmo tempo ao Chefe do Distrito e à Diretoria Geral, em telegrama múltiplo!"¹⁸

Em que pese a possível existência de variações segundo o grupo social, a cidade e o período, doença mental é um caso-limite das disposições sobre o comportamento dentro e fora do recinto das mutuais e, como outros procedimentos, talvez não sejam imediatamente descritos pela simples leitura dos estatutos. A Sociedade Portuguesa de Beneficência, em Pelotas, asilou em seu Hospital

"dois compatriotas que, privados do uso da razão, percorriam as ruas da cidade servindo de escárnio à vagabundagem; não eram nossos consócios, mas[,] para infelizes como estes, não há lei a observar".

Mantidos pelo menos até 1887, sua situação de não-sócios os colocou em situação melhor do que a de um sócio "alienado" na década de 1920 que, "por constituir perigo para outros enfermos", foi transferido para o Hospício São Pedro, em Porto Alegre.¹⁹ Em suma, para o caso-limite, "não há lei".

Mas há, sim, lei para outros casos, e muitas vezes o texto de estatutos é referido por essa palavra, tal como aparece também em Recife na década de 1970. No Rio Grande do Sul, chegam a aparecer variações que acentuam a semelhança pretendida com as normas estatais, quando estatutos são referidos como "leis orgânicas" e até mesmo "constituição".²⁰ Talvez por seu caráter de norma legal

¹⁸ ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Telegráfica. Porto Alegre: Livraria Americana, 1916, art. 11, § único, ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Telegráfica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921, art. 30º (BRG); RELATÓRIO da Sociedade Beneficente União Telegráfica. De novembro de 1907 a outubro de 1908. Porto Alegre: Off. Gráficas da Livraria Americana, 1908, p. 5-6 (BN).

¹⁹ RELATÓRIO Anual da S. P. de Beneficência em Pelotas apresentado pelo seu Presidente Joaquim T. da Costa Leite em sessão de Assembléia Geral a 24 de Janeiro de 1886. Pelotas: Imp. a Vapor do Correio Mercantil, 1886, p. 5; RELATÓRIO da S. P. de Beneficência em Pelotas apresentado pelo seu Presidente Antônio Lopes Rios em Assembléia Geral de 23 de Janeiro de 1887. Pelotas: Imp. a Vapor do Correio Mercantil, 1887; SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA. Relatório de 1926 a 1927. Pelotas: Livraria Universal, 1927, p. 10 (BPP).

²⁰ TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto. *A forma organizativa de auxílios mútuos: contestação ou adaptação*. Rio de Janeiro; 1982. Dissertação de mestrado (IUPERJ), 1982, p. 23; ESTATUTOS da União Caixeiral Jaguarense. Jaguarão: Oficinas d'A Situação, 1909, art. 8º, § 1º (BRG); ESTATUTO da Sociedade Beneficente Feliz Esperança. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1897, art. 49, § 2 (BPP); ESTATUTO da Sociedades [sic!] Italiana Reunidas União Filantropia e Circolo Garibaldi, art. 5º [Livro A-1, Fls 1, n. 1, em 11 out. 1902. Cartório Rocha Brito. Pelotas]; [Extrato de] ESTATUTOS da Sociedade Polaca Águia Branca (Towarzystwo Polskie Białego Orła), art. 28, al. i). *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 28 ago. 1905, p. 2 (agradeço a Sandra Careli pela indicação e transcrição da fonte).

válida para os que a aceitam, é freqüente a disposição de que os sócios devam renunciar ao pleito de direitos fora das mutuais, tal como prescreve a Aliança Católica, que grifa no texto dos Estatutos que eles "constituem a única lei a que devem sujeitar seus atos".²¹ A ameaça de recorrer à Justiça foi o suficiente para que um sócio da Beneficência Porto-Alegrense, em disputa com a entidade, perdesse o apoio que porventura tivesse na assembléia geral.²²

Recorrer à Justiça era apenas o caso mais extremado de uma falta não raro considerada grave por estatutos: o de tratar em público de assuntos das entidades. A proibição desse comportamento poderia ser pautada por dois tipos de compreensão da natureza das entidades, não muito diferentes. Um deles, mais singelo, mas nem por isso menos importante, seria o de livrar os sócios de opróbrio, tal como é explícito no estatuto da Auxiliadora da Picada Dois Irmãos: os sócios eram "obrigados [a] observar silêncio sobre a atividade da sociedade a fim de envergonhar a ninguém que for socorrido".²³ Em casos como esse, há que se indagar o quanto os socorros são percebidos como semelhantes à caridade ou, sob valores completamente distintos, se são percebidos como direitos dos associados. Pelo menos dois autores demarcam a distância entre a reciprocidade das relações interpessoais nas sociedades de socorros mútuos e as relações verticais entre doador e receptor de caridade, e Beito, particularmente, identifica os valores da conduta controlada nas mutuais não necessariamente com "valores de classe média", mas como um custo de auto-controle necessário, em troca da relação de confiança entre os associados.²⁴ A idéia do socorro como direito do associado é clara quando se verificam os temas de sessões de diretorias da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, e mais clara ainda quando, em assembléia geral de 9 de janeiro de 1859, um sócio protestou contra os valores diferentes pagos por certos enterros, todos superiores ao que se viria a pagar em diárias por doença: o sócio propunha uma norma clara e idêntica, em suma, a racionalização dos direitos

²¹ ESTATUTOS e Regulamento da S. Aliança Católica Operária Rio Grandense de Porto Alegre, *op. cit.*, art. 19.

²² Assembléia Geral de 29 nov. 1868. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, fl. 38 (Arquivos Particulares, cód. 02, Lata 54v - AHRS).

²³ [ESTATUTO da Sociedade Auxiliadora da Picada Dois Irmãos, art. 6º] Requerimentos – Diversos – 1862, Maço 99 (AHRS).

²⁴ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 373-374; BEITO, David T. *From Mutual Aid to the Welfare State*. Fraternal Societies and Social Services, 1890-1967. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000, cap. 3 (p. 44-62).

sociais.²⁵ No entanto, é conveniente assinalar que a distinção entre sócios com direitos políticos e aqueles sem tais direitos pode levar à construção de argumentos de que os segundos, por não terem capacidade de deliberar, são beneficiários de uma "caridade". Trato adiante desse tema, porque tem efeitos na compreensão de algumas facetas das mutuais.

Afora os sócios, ninguém deveria saber dos beneficiários dos socorros despendidos porque esse era um direito. A possibilidade de definir esses direitos segundo as normas de decisão da mutual faz dos órgãos decisores da entidade os únicos perante os quais é legítimo pleitear direitos. É como se as mutuais fossem Estados soberanos impermeáveis a demandas provenientes de ações na Justiça ou reclamações por meio da imprensa, e esse seria o segundo tipo de compreensão da natureza das entidades. Essa compreensão é clara quando se constata que recorrer à imprensa, por exemplo, é uma falta quase nunca abordada em estatutos, mas amiúde punida. Uma pesquisadora encontrou na imprensa um caso interpretado como de discriminação racial envolvendo a Beneficência Porto-Alegrense. A sócia remida Carolina Antônia de Amorim não recebeu atenção do fiscal de mês, reclamou pela imprensa e a diretoria da entidade exigiu retratação. Não tendo Carolina se retratado pela reclamação, foi expulsa da entidade. Ignora-se a cor da pele de Carolina, mas se sabe que o fiscal era ex-escravo.²⁶ Existem diversas referências, não apenas do Rio Grande do Sul, de expulsão de sócios quando reclamam qualquer coisa pela imprensa, e mesmo casos em que vários sócios o fazem momentos antes da entidade ser cindir.²⁷ Mas a capacidade de uma diretoria de lidar

²⁵ Assembléia Geral de 9 jan. 1859. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860, fls. 58-59 (Arquivos Particulares, cód. 01, Lata 54v - AHRS).

²⁶ O caso teria ocorrido em 1892 e foi relatado por MÜLLER, Liane Susan. *"As contas do meu rosário são balas de artilharia" – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. Porto Alegre, 1999. Dissertação (História do Brasil) – IFCH, PUCRS, 1999, p. 135-140. A autora qualifica a reclamante como "negra", mas o trecho citado de sua fonte não o especifica. Referência à filiação de Carolina, sem qualquer especificação de cor, aparece em: LIVRO de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1884, fl. 173 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 53v, cod. 30).

²⁷ Apenas como exemplo: RELATÓRIO Anual da S. P. de Beneficência em Pelotas apresentado pelo seu Presidente Joaquim T. da Costa Leite em sessão de Assembléia Geral a 24 de Janeiro de 1886, *op. cit.*, p. 4. Para a cisão da Beneficência Porto-Alegrense e criação da Beneficência Brasileira União, não foi encontrado o que estava exatamente em jogo. A ata de assembléia geral de 18 de março de 1860, a última do livro (e não existe o imediatamente posterior), menciona o descontentamento de sócios com "diversos artigos, tendentes à sociedade, publicados no periódico 'Conciliador' e que [o sócio] entende que de alguma maneira os ofendeu" (LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1860 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 49v, cod. 01, fl. 98); a Beneficência União foi fundada uma semana depois, data de eleição na Porto-Alegrense (ALMANAK Administrativo, Comercial e Industrial Rio-Grandense para 1874. Por Antônio de Azevedo Lima. Ano II. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, p. 226).

com a imprensa, aparentemente, nem sempre redundava em severas punições. Quando sócios da Beneficência Rio-Grandense, em Porto Alegre, pediram para um jornal indagar "O que é feito da sociedade? Existe ou não?", a diretoria apressou-se em responder, pelo mesmo jornal:

"... a mesma sociedade existiu, existe e continuará a existir desde que os sócios em vez de recorrerem à imprensa para fazer perguntas, procurem o sr. José Domingos de Freitas, na Praia do Riacho, canto da rua Espírito Santo, para saldarem seus débitos contribuindo assim para que a sociedade possa garantir a sua existência e o direito dos sócios".²⁸

O teor da resposta da diretoria da entidade é claro: recorrer à imprensa é um meio só utilizado por aqueles que desconhecem seu direito de reclamar por outros meios e seu dever de quitar mensalidades, ou seja, os que desconhecem a entidade à qual se associaram. Ao contrário do que o estudo das finalidades sugere (e o interesse pelas "identidades" pode omitir), as mutuais estão, sim, interessadas em dinheiro, de forma que os critérios de fechamento social nunca estão adequadamente descritos se a atenção não for dirigida ao âmbito econômico das sociedades de socorros mútuos. Certamente, não sou o primeiro pesquisador a constatá-lo, mas a construção de meu argumento pretende evitar sombras de acres afirmações, a exemplo da que aparece em referência a uma mutual italiana em Porto Alegre: "não bastava o fato de ser italiano; pagava-se um preço".²⁹ A pesquisa de campo em mutuais de Recife na década de 1970 também encontra estatutos com vários tipos de restrições a comportamentos prévios de sócios, argumentando, por outro lado, que "a maioria dessas restrições é relaxada no ato de inscrição. Neste momento, o que realmente importa é que o candidato disponha de quantia suficiente para pagar a taxa de inscrição e a primeira mensalidade".³⁰ Também na Beneficência Porto-Alegrense dinheiro é importante, e o tema da eliminação de sócios em atraso é freqüente em seus livros de atas. Em assembléia geral de 9 de maio de 1872, o presidente manifestou sua preocupação com os atrasos no pagamento de mensalidades e o desejo de não eliminar os faltosos. Quando um sócio pediu explicações sobre os socorros a atrasados, o tesoureiro especificou o

Para a cisão da Fraternidade Artística e criação da Harmonia dos Artistas, em Pelotas: *Correio Mercantil*. Pelotas, 31 Ago. 1881 (BPP). Para um exemplo de expulsão de sócio por ter escrito artigos na imprensa, v. SORDO CEDEÑO, Reynaldo. Las sociedades de socorros mutuos 1867-1880. *Historia Mexicana*. México (DF), v. XXXIII, n. 1, jul.-sep. 1983, p. 86.

²⁸ Respectivamente: *Gazetinha*. Porto Alegre, 13 mar., p. 3 e 20 mar. 1892, p. 4 (AHMPA).

²⁹ BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 35.

³⁰ TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto. *A forma organizativa de auxílios mútuos: contestação ou adaptação*. Rio de Janeiro; 1982. Dissertação de mestrado (IUPERJ), 1982., p. 28.

peso da sociabilidade: "quando a sociedade conhecesse que o sócio procurava pôr-se em dia com a sociedade, entendia que quando neste item [sic!] ele necessitasse dos socorros da sociedade, que ela devia de dá-los". Cerca de um ano depois, em meio a outra assembléia geral na qual se debatia a eliminação dos que não pagavam, um sócio faz extensa alocução demarcando, agora, a distância entre a leitura de estatutos como registro de valores e conduta e as expectativas entre associações e associados. Permito-me fazer citação mais longa:

"O sócio Paiva pede a palavra e faz ver à casa que foi impelido pelos adeptos da eliminação, que tomou a sociedade; que se achava-se [sic!] em atraso, era devido aos mesmos (...) [narra eventos dos últimos anos, inclusive sua eleição para cargos e o fato de ele também estar atrasado]; que aqueles mesmos que para aqui o tinham arrastado só tratavam de eliminar os sócios em atraso, pelo fato de ele não se tornar um dócil instrumento aos seus caprichos; disse mais admitindo a parte do sr. Frutuoso Vaz, que ele podia pagar a qualquer hora a sua dívida (...), mas que ele não o fazia porque não queria que ele[s] dispusessem a seu bel prazer do seu dinheiro como fazia[m] com o cofre da sociedade [,] que tornavam-no seu patrimônio para beneficiar os seus amigos (...). Disse mais que muitos sócios que não pagavam a sociedade pela sua irregular marcha, pois que em muitos atos seus estava amplamente conhecido como se defraudavam seus cofres, por exemplo, no enterro do sócio Marcílio, do sócio Lourenço e outros que se achavam atrasadíssimos nos seus pagamentos e foram beneficiados pela casa; como também na escandalosa eliminação e admissão do sócio Venâncio Paulo dos Santos, que achando-se enfermo foi eliminado e admitido para ter direito à pensão mensal de 12[\$000], médico e botica, pagando até o sr. Aurélio os 5\$000 de sua jóia".³¹

Não há dúvida de que parte importante do debate que então se travava era sobre dinheiro, mas também não há dúvida de que o dinheiro não era um fim em si mesmo na entidade. A questão que também se debatia era como gastar coletivamente um dinheiro resultante da contribuição individual. Mesmo que todo esse dinheiro fosse gasto no atendimento a socorros, configurando o interesse exclusivo nas estratégias privadas dos associados, a existência de normas escritas sobre os gastos já indica a forma do acordo entre contratantes na gestão de um ou vários bens, forma que define direitos, deveres, condutas e procedimentos que podem ser inspirados por tradições, afetos, costumes, hábitos, mas que toma a forma de um "direito", não de uma "convenção", porque define os limites das sanções e os órgãos encarregados de aplicá-las.³²

³¹ Respectivamente: Assembléia geral de 9 maio 1872 e Assembléia geral de 12 fev. 1873. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, *op. cit.*, fls. 113-114 e 126-127.

³² Para essas definições, v. WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 2. São Paulo: Cortez/ Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992, p. 399-429.

O modelo de um acordo na gestão desses bens e recursos é interessante para confrontar a forma de relacionamento com os que estariam de fora do acordo. Não me refiro aos não-sócios em geral, mas a um tipo particular de personagem freqüente nas sociedades de socorros mútuos: aqueles que atendem à saúde dos associados. Nem sempre os médicos são associados às entidades para as quais prestam serviços e, por outro lado, a pretensão estamental desses profissionais (e, quando existente, o monopólio do saber) leva a situações em que o relacionamento entre o sócio socorrido e o prestador de serviço não pode ser totalmente prescrito pelos estatutos. Por isso, é interessante verificar o que dizem e fazem as entidades acerca dessa relação. A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Rio Grande especifica os deveres e atribuições dos médicos, escolhidos pela diretoria, nos estatutos de 1881, 1891, 1912 e 1915, e essas especificações praticamente não variam. Em 1924, a entidade contratou as Irmãs de Caridade, que assumiriam quase integralmente a administração do nosocômio, assumindo também a decisão sobre o capelão. Nesse ano teria sido adotado novo regulamento para o hospital e, a partir daí, passam a ser mais freqüentes referências a descontentamentos com o socorro prestado, embora minhas fontes não detalhem as ocorrências: em 1927, um médico foi demitido por ser "inconveniente aos interesses sociais"; em 1932, os médicos se demitiram abrindo uma crise entre os favoráveis e contrários, crise que levou à demissão da diretoria, assumida interinamente por outra que obteve "uma vitória honrosa para a Sociedade"; em 1935 e 1936, mais uma vez houve problemas com médicos, ameaçando o contrato com as Irmãs, e levando à demissão de parte da diretoria.³³ A entidade homônima de Pelotas, por também contar com hospital, já em 1909 teve que lidar com uma "séria questão médica", sobre a qual também não há maiores detalhes, mas há motivo para supor que problemas desse tipo já vinham ocorrendo há alguns anos, porque em 1900 foi criado um "Livro de reclamações" no

³³ REGULAMENTO Interno do Hospital, art. 3º e 12º In: ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. do Echo, 1881; REGULAMENTO Interno do Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, art. 3º e 17º In: ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typographia do Diário do Rio Grande, 1891; ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Rio Grande. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1912, cap. XI e art. 75º; ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Rio Grande. [Rio Grande]: Typ. do Echo do Sul, 1915, cap. XI e art. 75º; SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA - Rio Grande. Relatório da diretoria relativo ao biênio administrativo de Janeiro de 1923 a 31 de Dezembro de 1924, apresentado à Assembléia Geral, reunida em 25 de Janeiro de 1925, pelo presidente Manoel Pereira Braga. Snt., p. 26-29 (BRG); SINTRA, Elmano de. *Sociedade Portuguesa de Beneficência: História da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio Grande, através de um século: 1859-1959*. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1959, p. 61-65.

qual o sócio em alta declararia sua satisfação (ou não) com o tratamento recebido. Embora não houvesse, nesse ano, nenhuma reclamação, havia um sócio reclamando "cá fora".³⁴

Ora, o controle, se existente, sobre médicos pode variar nas mutuais, devido à situação de mercado dos agentes econômicos. As ressalvas ao exercício médico nos Estados Unidos, já mencionadas como "lodge practice evil", supõem a existência de controles sobre os prestadores de serviços e sobre os sócios, cuja capacidade de gestão nas mutuais pode fazê-los bem pouco "pacientes". A Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul também tinha um regulamento específico para a assistência médica, adotado no final de 1934, que não admitia que os sócios fossem preteridos nos consultórios dos conveniados, colocava os médicos sob as ordens de um médico-chefe designado pelo Presidente da mutual e estabelecia os procedimentos em caso de desentendimentos entre associados e prestadores de serviço, sempre encaminhados à diretoria. A síntese do controle dos comportamentos pode ser encontrada no artigo 34^o: "Ao sócio cumpre não desacatar o profissional, mas é dever deste tratar aquele com urbanidade".³⁵ O estatuto da União e Progresso, em Porto Alegre, garantia como direito do sócio a requisição de "conferência médica", em caso de "moléstias complicadas", enquanto na Beneficência Porto-Alegrense, um mutualizado que estava "enfermo de uma vista" pedia o pagamento de um "médico operador, sem ser o da casa". A Sociedad Española com freqüência trocava de médicos, porque estes se faziam descontentes com a remuneração. Há evidências de que era baixa, mesmo, porque consultas particulares em São Leopoldo, em 1908, custavam 5\$000, ao passo que a falta de clareza no relatório da Beneficência Porto-Alegrense em 1899 permite apenas calcular os valores médios por consulta entre um máximo de 2\$370 e um mínimo de \$864.³⁶ Cabe indagar por que os médicos se

³⁴ Respectivamente: RELATÓRIO apresentado à Assembleia Geral da S. Portuguesa de Beneficência de Pelotas. 18 de Maio de 1909, pelo Presidente Francisco farias guimarães. Pelotas: Imp. A Vapor do Correio Mercantil, 1910, p. 14; RELATÓRIO da S. P. de Beneficência apresentado à Assembleia Geral de 29 de Julho de 1900 pelo Presidente Antônio Pinto Rêgo Magalhães. Pelotas: Imp. a Vapor do Correio Mercantil, 1900, p. 7 (BPP).

³⁵ REGULAMENTO da Assistência Médica, art. 2^o, § 1^o; arts. 13^o e 14^o, arts. 25 e 26, art. 34 In: ESTATUTO da Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937 (AHRS, Legislação, cód. 877).

³⁶ Respectivamente: ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União e Progresso. Porto Alegre: Typographia Santo Antônio do Pão dos Pobres, 1930, art. 18^o, § 2^o [anexo a: Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições sociais, 1936-1937 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.4 – Proc. n. 195, 19 maio 1936); Assembleia geral de 9 maio 1872 LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, *op. cit.*, fl. 114;

sujeitariam a esses valores, e o interesse pelas "identidades" rapidamente o explicaria por meio da mesma condição étnica, fenômeno que efetivamente aparece nas mutuais, como se verifica quando o Poilisher Farband encaminhava sócios para médicos como Maurício Seligman, José Lubianca e Alex[andre?] Koch[o]nski. Mas a mesma lista ainda inclui Medeiros, Costa, Pinheiro, Ribeiro, etc.³⁷

Espero que o leitor não tenha se incomodado com a mudança no tópico de exposição: passei do comportamento prévio ao comportamento exterior e, deste, ao comportamento no interior da associação. Como parece claro, os limites entre um e outro não são muito rígidos, porque as prescrições de estatutos não são exatamente sobre comportamentos, mas sobre seu caráter expressivo relacionado a valores. Por isso é importante aprofundar o estudo desses valores, uma vez que, na atenção a eles, é possível verificar se variam conforme o grupo, ou não variam porque as associações tais como as que aqui abordo são praticamente iguais. Ora, até o momento, tenho trazido poucas evidências da primeira alternativa e, pelo contrário, quando o primeiro exemplo provém de certo tipo de mutual, procuro escolher os demais em outro tipo. A alternativa que aponta todas as mutuais como praticamente iguais é, certamente, exagerada, mas, talvez, seja a única possível quando me alinho na "afirmação desconfiada" da relação entre mutuais étnicas e o mundo do trabalho, porque o exagero é suficiente para me precaver contra generalização desmedidas. Dizendo em outros termos, exageros e generalizações desmedidas são necessários para propor questões relevantes à documentação sem que me limite a descrevê-la.

Este capítulo aborda grupos estamentais que, por definição, agem segundo códigos de honra e prestígio. Ora, não é possível abordar honra sem dirigir atenção à construção de gênero, assim como não é possível abordar etnicidade sem buscar o conteúdo específico do orgulho étnico. São com esses tópicos que agora sigo

VARGAS, *op. cit.*, p. 194-207; WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889-1928. Santa Maria: Ed. da UFSM/ Bauru: EDUSC, 1999, p. 95; RELATÓRIO com que Francisco dos Santos Gesta, Presidente da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense reempossado em sessão de 25 de abril de 1898 demonstra o estado da mesma, durante o ano compromissal findo, à Assembléia Geral de 25 de abril de 1899. Porto Alegre: Typographia da Agência Literária, 1899 (IHGRGS). Digo que há falta de clareza no Relatório, porque é discriminada a remuneração ao Dr. Sarmiento Leite, mas não aos outros médicos e, de qualquer forma, o número total de atendimentos domiciliares e em consultório não coincide com o total de consultas.

³⁷ Reproduzido em: EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica*. Caxias do Sul/ Porto Alegre: EDUCS/ EST, 1984, p. 58. Outros exemplos de médicos do grupo étnico aparecem em Vargas, *op. cit.*, p. 204, 218, 501.

para, depois, tentar afirmar algo que não seja exagerado.

O leitor não se deve surpreender quando se constata que o mundo das mutuais é predominantemente um mundo masculino. De um modo geral, as mulheres são admitidas apenas na condição de beneficiárias ou, de qualquer modo, na condição de sócias sem direitos políticos. O *Hulfsverein der Deutschen* (sic!) em Pelotas, restringia a associação aos homens que falassem alemão, que poderiam propor suas esposas como sócias, essas "não necessitando, porém, a prática do idioma alemão porque não podem tomar parte nas assembléias".³⁸ Se bem observado, o principal fechamento não é o da língua, porque poderia haver na entidade associadas que não a falavam. Mas, se essas associadas aprendessem o alemão, ainda assim não poderiam assumir direitos políticos. Então, não há como deixar de perceber que o fechamento étnico é apenas um, dentre outros possíveis; e o fechamento mais freqüente é o do sexo.

É claro que há gradações no fechamento segundo o sexo, gradações que, na verdade, não diferem das gradações também aplicadas aos que estariam de fora do "núcleo duro" da mutual. Assim, havia as mutuais que não admitiam membros de outro sexo, as que admitiam com nenhum direito político, as que admitiam com algum direito político e as que admitiam com todos os direitos. É difícil identificar as mutuais que não admitiam associados de outro sexo, mas é provável que aquelas assinaladas na Tabela 1.5 não permitissem a associação de mulheres. Quando falava em critérios de fechamento no capítulo 3, deixei de aplicar o critério do sexo, porque só encontrei uma mutual exclusiva de mulheres no Rio Grande do Sul, a cujos estatutos não tive acesso. No entanto, elas também existiam em outros lugares do Brasil, inclusive com fechamentos étnicos e profissionais, como reportado pela pesquisa de Kushnir sobre as mutuais de prostitutas judias, entidades que também admitiam homens.³⁹

O padrão encontrado no Rio Grande do Sul foi o da associação de homens que permitia às mulheres associadas receber socorros. Não se pense, contudo, que integrar mulheres à mutual masculina fosse uma decisão simples. Já mencionei o caso da *Vittorio Emanuele*, em Porto Alegre, quando do debate dos primeiros

³⁸ [ESTATUTO do *Hulfsverein der Deutschen*], art. 7º, § 4º. Ato de 31 de janeiro de 1880. Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880. Porto Alegre: Typ do Conservador, 1886.

³⁹ KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

estatutos: um dos sócios propôs que não se aceitassem mulheres como sócias, mas o debate foi vencido pelo argumento de que "as mesmas podiam ser úteis", de modo que o texto aprovado restringiu a elas apenas o "voto deliberativo". Também a Beneficência Porto-Alegrense, quando se fundou, não admitia mulheres, mas 4 anos depois, elas poderiam integrar a entidade como "sócias honorárias" e, mal aprovada a proposta, já houve candidatas à associação.⁴⁰ Como esse é o modelo mais comum, omito mais exemplos, arriscando-me a interpretar dessa forma os estatutos que admitem a filiação de mulheres mas são omissos com respeito à sua participação na gestão da entidade.

Existem também aquelas mutuais que dão apenas alguns direitos políticos a mulheres, e, pelo menos em minha pesquisa, elas se tornam mais freqüentes apenas no século XX. Contudo, uma entidade já em 1891 dava às sócias o direito de voto, a Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho, de Rio Grande. Algumas vezes, é necessário algum esforço (se não, boa vontade) para identificar qual seria o "direito" concedido. A exclusão das mulheres do corpo político das entidades é gritante no caso da Sociedade Protetora das Famílias: seu estatuto de 1902 as admite como sócias, e o de 1922 continua a admiti-las, e mesmo confere um "direito político", que é o de ser representada por homens em assembléia geral, em caso de dissolução da entidade.⁴¹ Considerando a natureza desse direito e o silêncio sobre a participação em outras assembléias gerais, é provável que fosse o único momento em que as mulheres participam.

A participação plena das mulheres, como antes disse, é fenômeno só visível – e, ainda assim, depois de redobrada atenção – no século XX. O direito aparece claramente em apenas duas entidades: a União Filhos do Trabalho, de Uruguaiana, prescreve para "sócios e sócias" o comparecimento à sede e às assembléias e a aceitação de cargos para os quais foram eleitos; a União Operária de Cruz Alta explicita que seu "Conselho Diretor [seria] composto de nove membros (homens e mulheres)". Em outras duas, o exercício de cargos por mulheres atesta seu direito: em 1929, na Sociedade Operária Beneficente Africana; e em 1937, na Associação

⁴⁰ [Sociedade Italiana Vitor Manuel]. Ata do 2º debate, 10 jun. 1877. Requerimentos – Diversos, 1881 (Maço 198 - AHRS); Assembléia Geral, 2 fev. 1860 e Diretoria, 15 mar. 1860. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860, *op. cit.*, fls. 88 e 97.

⁴¹ ESTATUTOS da Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho. Rio Grande: Typ. e Lith. do Bisturi, 1891 (BRG-NPH); ESTATUTOS da Sociedade Protetora das Famílias. Rio Grande: Typ. do Rio-Grandense, 1902; ESTATUTOS da Sociedade Protetora das Famílias. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1922 (BRG).

dos Funcionários Públicos. Na Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre existe, em 1935, uma "seção feminina", mas não há clareza do que exatamente se trata.⁴²

Cada uma dessas 4 possibilidades de abertura às mulheres aparece com muito mais freqüência nas entidades de outros fechamentos, porque, como já dito, o fechamento segundo o sexo parece ser muito menos maleável que todos os outros possíveis. Então, a exclusão completa dos outros aparece em grande parte das mutuais profissionalmente diferenciadas (em caixeiros é menos comum) e em algumas mutuais étnicas, como a Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho só aceitava "pretos e pardos", e o Bürgerklub, em Porto Alegre, só aberto aos "de raça caucásica" que falassem alemão. A exclusão total de direitos políticos aparece nos Clubes Caixeirais de Pelotas e Porto Alegre, na Beneficência Porto-Alegrense e Beneficência Brasileira União e na Portuguesa de Beneficência em Rio Grande. A exclusão parcial de direitos políticos (pode votar, mas não ser votado) aparece na Artística Beneficente Santa-Mariense, na Caixa de Socorros Marquês do Pombal e na Union Française, as duas últimas de Pelotas. E, por incrível que pareça, também existem mutuais com fechamento étnico, mas que são "abertas", ou que assim se tornaram devido à nacionalização do Estado Novo (v. cap. 6). Um exemplo desse último caso é a Vittorio Emanuele III, de Antônio Prado, cujos estatutos de 1912, embora escritos em italiano, "nada [traziam] sobre nacionalidade".⁴³

De qualquer maneira, fechamentos étnicos deveriam ser avaliados como significativos, mas há pelo menos uma evidência de que, para certas entidades, era indiferente a condição étnica de seus associados – e não estou me referindo a mutuais abertas: O Executivo Municipal de Porto Alegre compilou dados de algumas mutuais na cidade, inclusive sobre a nacionalidade de seus associados entre 1926 e 1927. A Polonesa Águia Branca, em Porto Alegre, contaria, segundo o documento,

⁴² ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Filhos do Trabalho, *op. cit.*; EXCERTO de Estatutos [Sociedade Beneficente União Operária]. *Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 29 jul. 1935, p. 8; [EXTRATO de Estatutos da Sociedade Beneficente Africana]. *A Federação*, 19 ago. 1929, p. 8 (Anexo a: Sociedade União Operária, Porto Alegre, 27 dez. 1929. AHMPA: Câmara Municipal. 1.11.1.5.2.1.3 – Instituições assistenciais, educacionais e culturais 1924-1929); ESTATUTO da Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul, *op. cit.*; BENEFICÊNCIA Portuguesa – seção feminina. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 24 jun. 1935, p. 18.

⁴³ A partir de agora, omito as referências específicas de estatutos, quando já foram feitas ou estão disponíveis ao final desta tese. Para Artística Beneficente Santa-mariense, a informação proveio de: Correspondência das Associações Beneficentes em resposta a questionário enviado à Diretoria Geral de Estatística. 1897. (Estatística Maço 4 – AHRs). Para a Vittorio Emanuele III, v. AZEVEDO, *op. cit.*, p. 418.

com 108 brasileiros, contra 55 de "outras nacionalidades", ao passo que a Caixa Beneficente Navegantes contaria com 325 de "outras nacionalidades". Se os números do Hilfsverein, que contaria com 360 brasileiros num total de 410 sócios não são improváveis, tendo em vista a associação de descendentes de alemães, as duas primeiras entidades mencionadas ou tinham sócios que pouco se importavam com a nacionalidade, ou as entidades, propriamente ditas, pouco se importavam com ela.⁴⁴

Uma das características importantes das sociedades de socorros mútuos é que o exercício de "direitos políticos" (que será mais detalhado no próximo subcapítulo) parece ter muito menor importância do que o de "direitos civis", cujo ponto central seria o gozo de socorros, e penso ser esse o principal interesse dos que se associam. Outro não seria o temor da Principe di Napoli, em Caxias, cujo estatuto reformado em 1923 abria a possibilidade de filiação de não-italianos, desde que seu número não ultrapassasse um quinto do total.⁴⁵ É provável que o que presidiu a decisão foi a concepção de que a concessão de socorros deveria privilegiar o grupo interno ao fechamento étnico. Da mesma forma, o Clube Caixeiral de Pelotas oferecia socorros exclusivamente ao grupo interno do fechamento classista, ao passo que os demais associados gozariam apenas do lazer e da sociabilidade. Mas quando me refiro aos socorros como "direitos civis", não estabeleço uma correspondência automática entre uns e outros. Em outros termos, talvez mais claros, os "direitos civis" normalmente previstos para os que estariam fora do fechamento não se limitavam à satisfação dos interesses materiais, porque o direito de exigir da entidade os socorros previstos é tacitamente garantido, configurando uma situação em que mesmo aqueles que não têm "direitos políticos" têm direito a uma solidariedade baseada na reciprocidade. É também por isso que o controle dos comportamentos não se restringia àqueles que tinham direitos políticos, ou que fossem apenas beneficiários, mas sim a todos os que fossem de alguma forma afetados pela existência da mutual.

Correndo o risco de generalizar fenômenos que só ocorriam na Beneficência

⁴⁴ PORTO ALEGRE. Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng. Otávio Francisco da Rocha em 15 de outubro de 1927. [Porto Alegre]: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1927, p. 563-566 (AHMPA).

⁴⁵ AZEVEDO, *op. cit.*, p. 286; GARDELIN, Mario. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias*. Porto Alegre: EST/ Caxias do Sul: UCS/ Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1988, p. 123. Entre "italianos" incluíam-se os descendentes, de forma que os de "altra nazionalità" eram os de fora do grupo étnico.

Porto-Alegrense, ilustro meu argumento com alguns casos. Certa feita, uma viúva de sócio encaminhou uma "petição documentada (...) na qual pede que esta Assembléia lhe marque uma pensão a que se julga com direito...". A decisão tomada foi a nomeação de uma comissão "a fim de dar seu parecer [com] respeito ao procedimento moral da viúva peticionária". Teria sido ousadia de uma mulher, não sócia, requerer o direito, quando não fazia duas semanas que a proposta de associar mulheres tinha sido aprovada e nenhuma ainda havia sido proposta? Outros elementos da mesma entidade me indicam que não, e sequer há motivos para pensar que a investigação de sua moralidade foi uma medida de precaução contra uma suposta ousadia. As comissões de investigação da conduta de associados às vezes produziam pareceres contrários à entrada, mas, infelizmente, não se preservaram e há casos em que candidatos a sócios são, efetivamente, rejeitados. Mas, uma vez aceitos, e mesmo aceitos com direitos políticos, o controle sobre o comportamento não arrefecia, e talvez até se acentuasse. Dois casos próximos são interessantes, por envolverem concepções de masculinidade institucionalizadas na mutual. Em 3 de março de 1859, um sócio propôs, em reunião de diretoria, que se investigasse a conduta de João Martins Bastos, devido ao comportamento "irregular e escandaloso". Ao contrário de outras situações em que as comissões eram eleitas, essa foi nomeada pela diretoria. Alguns meses depois, em assembléia geral, a comissão deu seu parecer, no qual afirmava que o comportamento do sócio era uma falta passível de punição. Do que se tratava o comportamento, afinal? Acontecia que Bastos era casado "com uma virtuosa senhora, e [vivia] amancebado com outra mulher". Possivelmente o comportamento não seria tão escandaloso, não fosse a "virtuosa senhora" provavelmente irmã de outro sócio (a acusação sobre o procedimento do sócio partiu de seu cunhado). No debate de assembléia geral, vários oradores condenaram a conduta de Bastos, que toma a palavra para se defender, invocando o testemunho de sua esposa. Em sua alocução, desculpando-se por sua "falta de inteligência", disse que ia à outra mulher a negócios, numa interação que só podemos imaginar, pois era um "negócio melindroso". Depois de debates, se procede à votação de expulsão, proposta que foi aprovada. Passando à segunda discussão do tema, um sócio usa de metáfora interessante:

"... reconhecendo a existência de qualquer mal, não segue o sistema do médico que corta a parte doente, antes pelo contrário [,] entende que se deve

aplicar o necessário remédio [e] opina que o sócio Bastos não seja eliminado da Sociedade, pois que para correção do mesmo julga suficiente a discussão pública que tem havido a seu respeito...".

Outro orador também fala no mesmo sentido e o próprio acusado toma a palavra pedindo "a indulgência da assembléia" e prometendo não mais desviar-se "da senda dos seus deveres". Outros sócios corroboram o pedido, até que se solicita a retirada do requerimento de expulsão, o que é aprovado. Cerca de 6 meses depois, outro requerimento é encaminhado à reunião de diretoria, acerca de Amaro Francisco dos Santos, "que feriu gravemente sua mulher". Não passou um mês quando o tema foi submetido à assembléia geral. O debate não foi longo, embora alguns sócios, possivelmente amigos do acusado, pediram para não votar, ao que o presidente disse que, para não votar, só se retirando da assembléia, o que fizeram. Neste outro caso, não houve segunda discussão, porque o sócio foi sumariamente expulso em 2 de fevereiro de 1860.⁴⁶

É patente que ambos os sócios tinham amigos nas assembléias que avaliariam o abuso da condição masculina, mas apenas Bastos cometera uma falha que não se opunha a um valor importante em qualquer sociedade de socorros mútuos. Ao amancebar-se com uma mulher, invocando a outra como testemunha a seu favor, é provável que Bastos sustentasse e/ou protegesse ambas, ao passo que Amaro, tendo agredido sua esposa, não poderia ser mantido na posição de sócio também responsável pela gestão dos recursos necessários à proteção social de outros. Em outros termos, ambos tiveram uma conduta moral condenável, e ambos foram condenados, mas Bastos teve como punição a vergonha em sessão de assembléia geral, enquanto Amaro não poderia ser mantido como um igual entre aqueles que tinham por responsabilidade proteger. Seria a mesma concepção a presidir a avaliação dos motivos das "riñas" dos sócios: o conflito físico entre homens pode ser motivado pela agressividade inadequada à condição de protetor, ou não, e por isso a Union Française avaliaria caso a caso.

Se a dimensão econômica das mutuais limita sua adequação à satisfação de interesses espirituais, o caráter de proteção explicitamente assumido pelas entidades pode ser um elemento que ajuda a organizar outras características que

⁴⁶ LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860, *op. cit.*, fls. 64-93. É interessante constatar que os dois tipos de conduta também eram punidas pela Adam and Eve Society, na Irlanda (CAMPBELL, John. *Friendly societies in Ireland (1800-1980)*. In: LINDEN, *op. cit.*, p.74-75).

não a satisfação de interesses materiais. A associação de membros endinheirados – que pagam mensalidades mas recusam os socorros, como acontecia com a categoria de "sócio protector" na Sociedad Española ou de "Ehrenmitglieder" no Handwerk Verein,⁴⁷ os dirigentes políticos, ou ainda os profissionais de saúde que dispendem atenção aos sócios que excede sua remuneração – têm dois sentidos, envolvendo, de um lado, sua posição como igualmente responsáveis pela proteção dos demais e, de outro lado, o compartilhar dos prestígios pessoal e social. Ademais, excluir certos membros dos direitos políticos também significa que aqueles que os têm monopolizam a condição de "protetores", pela capacidade de julgar todos os candidatos a sócios, carrear recursos e dispendê-los com justiça, poupar, etc. Quando se retoma o perfil social das entidades, tal como fiz no capítulo 4, se verifica que nas mutuais étnicas existem "pobres" que participam do monopólio de distribuição de proteção, algo só possível por efeito de uma associação voluntária que atua sobre, modificando, as expectativas da hierarquia social.

Ora, três são as condições necessárias para que o monopólio dos "direitos políticos" não se restrinja à satisfação de interesses materiais, mas premie os monopolizadores com o prestígio construído pela mutual. A primeira dessas condições é a existência de uma retórica de moralidade que defina os valores assumidos pela mutual. Chamá-la de "retórica" não é esvaziar seu conteúdo, mas pôr em relevo a necessidade de serem produzidos discursos persuasivos que atribuam à satisfação de interesses materiais o caráter de realização de interesses espirituais. Não tenho condições de aprofundar esse tema (também porque não privilegiei esse tipo de fonte), mas a necessidade dessa retórica envolve a capacidade de transcender as matérias concretas de deliberação por matérias abstratas (passando da *quæstio finita* à *quæstio infinita*), em discursos de qualquer gênero (judicial, deliberativo ou demonstrativo).⁴⁸ O argumento utilizado para defender Bastos aplica à *quæstio finita* de deliberação sobre sua punição a *quæstio infinita* sobre a necessidade de aplicação de remédios, e não a amputação do órgão doente. Já a utilidade de determinada medida (típica do gênero deliberativo)

⁴⁷ VARGAS, op. cit., p. 128-129.

⁴⁸ Um autor já atentou para a retórica das mutuais e de outras formas de seguro em: GLENN, Brian J. The shifting rhetoric of insurance denial. *Law & Society Review*. V. 34, N. 3, 2000, p. 779-808; GLENN, Brian J. Fraternal rhetoric and the development of the U.S. Welfare State. *Studies in American Political Development*. V. 15 (Fall 2001), p. 220-233; GLENN, Brian J. Postmodernism: the basis of insurance. *Risk Management and Insurance Review*. V. 6, n. 2, 2003, p. 131-143.. Para uma definição dos termos utilizados, v. LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 3. Ed.

aparece, também na Beneficência Porto-Alegrense, logo em seu começo, quando um sócio apresentou um requerimento para que:

"... cada um sócio tenha uma cópia dos estatutos e do regimento interno, bem assim uma lista nominal de cada um sócio e do que vivem (...), requerendo [ainda] que para as sessões sejam escolhidos efetivamente as 1^{as} [sic!] horas da noite do dia determinado, que os sócios, sem forçarem suas posses se apresentem decentemente para corroborar a força moral da nossa assembléia. Outrossim que seja expressamente proibido o fumar na sala das sessões; depois de bem discutido, foi aprovado nas duas sessões" [de debate].⁴⁹

A necessidade de se trajar de forma decente, possivelmente não foi incorporada aos estatutos desta entidade, mas aparece, por exemplo, nos da União Caixeiral Jaguareense e, de resto, é facilmente identificável em fotografias de diretorias. De certo modo, há relação estreita entre bem trajar e a exibição pública da entidade por meio de estandartes, sedes, símbolos e adornos, configurando uma estética dessa exibição. A *quæstio infinita* assentada é a de que é possível despender recursos em algo que excede a satisfação de interesses materiais, porque a gestão desses recursos permite gastar no que seria considerado supérfluo. Exibir-se publicamente de modo respeitável, "decente", só é considerado supérfluo quando apenas se consideram os interesses materiais dos associados, não seus interesses espirituais.⁵⁰ O gênero demonstrativo, por seu turno, está diretamente associado a esses momentos de exibição pública, ainda que não seja a eles restrito. Festas, solenidades, rituais, são todos elementos retóricos que consolidam a união de interesses materiais e espirituais, como também são as narrativas exemplares que às vezes aparecem em relatórios. O da Portuguesa de Beneficência em Rio Grande, em 1890, aborda o caso de rico comerciante que se havia associado "mais por ato de beneficência que por necessidade", mas que, vendo-se arruinado, teve que recorrer ao "papel inútil, o diploma que havia recebido de sócio da nossa Benemérita sociedade..."; já o da 24 de Maio, em Porto Alegre, elogia em 1914 um sócio que recebeu diárias por doença, tendo em vista o atestado médico que o impedia de trabalhar, mas, quando outro atestado o permitiu, o associado devolveu o que havia recebido.⁵¹

Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1982].

⁴⁹ Sessão de 18 mar. 1857. Livro de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860, *op. cit.*, fl. 16.

⁵⁰ ALBORN, *op. cit.*, p. 573; SWIENCICKI, Mark A. Consuming brotherhood: men's culture, style and recreation as consumer culture, 1880-1930. *Journal of Social History*, v. 31, 1998.

⁵¹ RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul. Rio

Em todos os casos, não há como dizer que não havia interesses espirituais envolvidos, mas que, para os pesquisadores de hoje, a ausência desses discursos não aportaria evidências suficientes de outra coisa que não o atendimento de interesses materiais. Meu argumento depende da existência desses discursos e quero crer que o público a quem são dirigidos também precisam deles para transcender a percepção de que sua associação voluntária atende apenas a interesses materiais. Na falta desses discursos, a opção por uma ou outra mutual, ou uma companhia privada de seguros, apenas dependeria de sua capacidade de oferecer serviços.⁵² Quando a mutual tem um jornal, quando publica seus relatórios, afora as questões administrativas tratadas, esses atos retóricos de ligação dos interesses materiais com espirituais assumem tal importância que chega a haver a proibição de detalhamento dos interesses materiais, como ocorre com o de nomes de sócios, para livrá-los do opróbrio, como já antes argumentei. Assim, só sobram os números gerais da entidade, trazendo os socorros de forma impessoal, e as narrativas exemplares.⁵³

A segunda condição necessária para que o monopólio de "direitos políticos" gere prestígio é o fechamento da entidade, e isso é tautológico: não existe monopólio quando todos têm acesso ao bem. Contudo, quando a entidade define gradações do acesso aos bens, que podem ir do não-acesso aos socorros (somente sociabilidade ou lazer) até o pleno exercício político, estabelece uma única escala para medir, de um lado, a virtude do sócio e, de outro, o sentido do bem ou do recurso oferecido. Definir que alguns têm acesso ao que outros não têm é atribuir valor a essa coisa, só disponível a quem de direito. A questão é saber que coisas

Grande: Typ. do Diário, 1890, p. 13 (BRG); RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo presidente José de Carvalho em 5 de agosto de 1914, ao empossar a nova Diretoria. Julho de 1913 a Junho de 1914. Porto Alegre: Livraria Americana, 1914, p. 19-20 (IHGRGS).

⁵² Este é um argumento semelhante a um utilizado em outro texto e contexto (HILL, Julie. *Customer Comments: Keeping customers loyal at Liverpool Victoria Friendly Society. Managing Service Quality*. Bedford, V. 6, n. 4, 1996, p. 27-31): "The company name was changed from Liverpool Victoria Insurance to Liverpool Victoria Friendly Society, and a new logo and corporate colours were designed. Our new positioning was to be the country's biggest friendly society rather than the country's thirty-seventh largest insurance company (...). Television adverts were created which were intended to educate people that Liverpool Victoria was a friendly society and that friendly societies were providers of financial products. After all, it is not much use saying that you are the biggest friendly society when few people know what one is."

⁵³ Permito-me citar um caso fora do universo empírico: a Liga Operária Beneficente, de Florianópolis, decidiu que o jornal da entidade publicaria as atas de sessão de diretoria, desde que mantivessem "a condição irrevogável de omitirem-se não só os nomes dos sócios que requererem beneficências, mas ainda outros assuntos não previstos, que de alguma forma venham molestar aos interessados" (*O Operário*. Florianópolis, 2 mar. 1901, p. 1 - BPESC).

são essas e qual seu valor relativo. A narrativa da Sociedade Portuguesa de Beneficência, acima citada, põe em relevo o valor do "papel inútil", o diploma de sócio da entidade, demonstrando quão útil foi para o negociante arruinado. Quando a mutual é aberta, a única coisa à qual se pode atribuir valor é o socorro, porque a gradação de virtudes e de bens oferecidos só é capaz de distinguir entre os que são associados e entre os que não são. Paradoxalmente, o mesmo ocorre quando a mutual é totalmente fechada, isto é, quando os critérios de fechamento não estabelecem quaisquer gradações no acesso aos direitos. Em qualquer dos dois casos, a única diferença é a que existe entre os que estão dentro e os que estão fora. Nessas condições, ou não existe interesse espiritual algum na entidade, ou ela desenvolve um espírito de seita que torna improvável sua persistência ao longo do tempo. Já argumentei o quanto o crescimento da entidade pode ser importante, e o fechamento total levaria à incapacidade de prestar socorros quando do envelhecimento dos sócios, ou à incapacidade de renovar os quadros de dirigentes, limitando a entidade a uma única geração. Talvez seja por isso, pela falta de atribuição de valor às condutas e aos socorros, devido ao caráter excessivamente aberto ou fechado, que existem entidades sobre as quais há pouquíssimas referências: o que se sabe sobre a mutual francesa de Porto Alegre? E sobre a Protetora das Famílias, de Rio Grande?

A terceira condição necessária para que o monopólio de "direitos políticos" gere prestígio é a distinção entre direito e convenção, à qual já aludi, porque o ato retórico para definir a correspondência entre virtudes e direitos depende da vontade de institucionalizar esses direitos. Como legitimar como "virtude" aquilo que é apenas o critério de fechamento? Homens e mulheres podem ser virtuosos nas entidades, mas restringir os direitos políticos a homens só é possível quando a convenção moral que permite apenas aos homens deliberarem em público é insuficiente quando homens e mulheres têm renda suficiente para integrarem a mutual. Mais uma vez, a Beneficência Porto-Alegrense fornece exemplos daquilo a que me refiro. Em 1868, debatia-se a fusão da entidade com a Brasileira União, que se cindira há alguns anos. Em uma das assembléias, um sócio negro defendeu a fusão, invocando a atenção ao direito e não à convenção:

"... se na Sociedade de Beneficência Brasileira União houvesse seleção de nascimento e de cores, ele orador não seria sócio dessa sociedade nem tampouco estaria ocupando o cargo de fiscal da mesma, e que não constando de documentos, nem sempre a voz pública é expressão da verdade..."

O problema aludido era que a União não admitia que libertos ocupassem cargos de diretores, proposta que não foi aceita pela Porto-Alegrense, que ainda a considerou "um grave insulto".⁵⁴ Uma proposta não ser aceita em meio a negociações é possível, mas a natureza do que seria o "grave insulto" só pode ser compreendida quando se leva em conta que os fechamentos progressivos se relacionam com virtudes. O insulto residiria na avaliação da Porto-Alegrense de que aqueles que tinham vivido como escravos não teriam sido contaminados pela incapacidade de gerir os bens coletivos, ao contrário da avaliação da União. De maneira semelhante, a fusão do Hilfsverein e do Krankenverein em Porto Alegre em 1882 não ocorreu porque a primeira entidade exigia que o presidente fosse alemão nato, o que a segunda não aceitou.⁵⁵ Não debato agora sobre a democracia na entidade, porque esse tema logo mais merecerá atenção, mas é importante destacar que mesmo mutuais dificilmente pensadas como democráticas deixam de institucionalizar de alguma forma os direitos políticos, porque, na falta dessa definição, os dirigentes só poderiam legitimar sua posição e suas decisões lançando mão de tradições ou carisma. É provável que isso amiúde ocorresse, mas as fontes tendem a ser produzidas quando há divergência quanto aos critérios de legitimidade. Então se sabe que a Sociedade de Socorros para Enfermos O Amparo das Famílias, de Porto Alegre, elegeu para sua Diretoria em 1892 membros que não haviam sido consultados para compô-la, resultando daí que 6 deles se recusaram a assumir os cargos. Em outro pleito, agora na Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre, a eleição de 1867 opôs os que queriam seguir os estatutos, indicando diretoria e conselho na mesma chapa e os que preferiam fazer "como de hábito" (explicarei adiante o processo eleitoral). Neste último caso, parece que o hábito era mais racional, inclusive porque o processo de eleição atrasaria, tendo em vista o despreparo das cédulas ("chapas").⁵⁶

O último caso também é interessante, porque uma entidade que mal contava uma década de existência já criava "hábitos", que foram invocados como legítimos pelos associados. O autor do relato não detalha, mas é provável que esse tipo de situação esteja muitas vezes no centro de propostas de reforma de estatutos e de

⁵⁴ Sessões de 25 mar. e 5 abr. 1868. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, *op. cit.*, fls. 22 e 23.

⁵⁵ TELLES, Leandro. *Do Hilfsverein ao Colégio Farroupilha, 1858-1974*. [Porto Alegre]: Associação Beneficente e Educacional 1858, 1974, p. 46.

cisões em entidades. Mesmo nos casos em que essas cisões estariam melhor associadas a lideranças carismáticas interessadas em dirigir a entidade, mas sem votos suficientes para tanto, também estão em disputa critérios de legitimidade das lideranças cujas virtudes são avaliadas de modo diferente por diferentes grupos internos à entidade. Se o leitor já constatou nos capítulos 3 e 4 que existe variação temporal nas finalidades da entidades, e agora estou fornecendo vários exemplos de variação de fechamento, é possível indagar da consistência dos levantamentos quantitativos, uma vez que classificações segundo etnia ou classe supõem como perenes algumas decisões que a dinâmica de cada mutual pode modificar.

De todo modo, a existência de normas é necessária para que ocorra aquilo que Weber observou nos Estados Unidos e que, aparentemente, acontece com mutuais em qualquer parte do mundo: "o ingresso na associação era obtido por votação, depois de uma investigação e uma determinação do valor moral".⁵⁷ A determinação do valor moral de um associado segundo normas jurídicas internas à mutual excede as convenções de códigos de moralidade por supor uma racionalização no processo de avaliação. Ser rejeitado ou expulso de uma mutual no Rio Grande do Sul talvez não tivesse o mesmo peso que, como descreve Weber, teria nos Estados Unidos, mas tinha efeitos, não apenas no gozo de socorros, mas na possibilidade de se associar a outra, como ocorria no Grêmio dos Artistas, ou na Brasileira União, ambas em Porto Alegre. Ora, restringir a filiação aos que não foram aprovados em outras entidades pode ser interpretado em sentido contrário daquilo que afirmei: não é que cada entidade se comportasse como um poder soberano, impermeável à ação da Justiça estatal, mas que seus membros tomam a si a tarefa de decidir, tal como sói ocorrer em associações voluntárias. Se outras associações rejeitaram determinada pessoa, e isso é motivo para também rejeitá-la nas demais entidades, existe uma compreensão comum acerca do modo de funcionamento das sociedades de socorros mútuos. E os estatutos são claros: restringe-se a filiação dos rejeitados ou expulsos de outras entidades, não importando se as outras fossem de alemães, negros, guarda-livros, militares... O grupo que rejeitou seria indiferente, porque a rejeição teria ocorrido por ser um candidato "atrabiliário", como diz o Grêmio dos Artistas, ou porque ele foi incapaz de avaliar suas próprias condições de integrar certa entidade, ou seja, faltou a esse candidato discernimento sobre a

⁵⁶ Respectivamente: MÜLLER, *op. cit.*, p. 142; SPALDING, *op. cit.*, p. 31.

⁵⁷ WEBER, *As seitas...* *op. cit.*, p. 216.

situação. Tenha faltado inteligência ou vergonha ao candidato, em qualquer das alternativas, ele será incapaz de compartilhar de interesses espirituais.

5.2 – O ESTILO DA SOCIEDADE

Que interesses espirituais são esses que se espera compartilhados pelo grupo interno ao fechamento? Serão as finalidades já tratadas no capítulo 4? Ou serão elementos supostamente atávicos, como o do "associativismo alemão" ou a "parolagem italiana"? A comparação de mutuais do mesmo universo empírico responde negativamente a questões como essas: esta tese já trouxe suficientes números para demonstrar que os teutos não são especialmente associativos, em comparação com outros grupos étnicos, ao passo que, como se verá a seguir, mecanismos de controle sobre o número de vezes em que o sócio toma a palavra em assembléia geral aparecem em mutuais de ítalos, como também em mutuais de negros e de professores. De qualquer modo, e retomando a argumentação da seção anterior, sejam quais forem os interesses espirituais, eles só se realizam quando implementados por um grupo dirigente neles interessado. O interesse no fomento de valores pode resultar de crença nesses valores, ou de outros interesses, inclusive materiais, mas a generalização para todos os associados daquilo que é específico dos grupos dirigentes só pode ser feita com redobrado cuidado, depois de verificado o que são esses grupos dirigentes, quais são seus instrumentos retóricos (o que inclui a predisposição do público interno e externo, vale dizer, a credibilidade do retor e da causa) e os argumentos utilizados. Trato agora, sumariamente, de cada um dos tópicos.

Em qualquer associação, os grupos dirigentes obtêm tal posição por meio do manejo de pelo menos um de dois tipos de recursos: o prestígio externo à associação e o prestígio interno. Quando mencionava, no capítulo 3, que diplomatas amiúde apareciam na fundação de mutuais de estrangeiros, punha em relevo o prestígio externo à associação. Já os mecanismos de prestígio interno aparecem nas distinções, títulos, etc., e, como esse prestígio interno envolve formas de dedicação à mutual, a ocupação de cargos eletivos também poderia ser considerada uma forma de reconhecimento. De todo modo, várias entidades vão estabelecer gradações e distinções entre seus associados, cuja terminologia é interessante: dependendo da mutual, vai haver sócios honorários, beneméritos, benfeitores,

grandes benfeitores, protetores. A relação com cargos também aparece na forma de "presidentes honorários", às vezes conferido aos diplomatas em mutuais de imigrantes, tal como acontecia na Sociedad Española e na Stella d'Italia. A Vittorio Emanuele, em Porto Alegre, concedeu a presidência honorária a Garibaldi, mas todos esses casos de valorização das ligações com a pátria de origem podem ser interpretados de outras formas: constituir a presidência honorária a um personagem que, provavelmente, nunca mais voltaria a Porto Alegre para exercê-la é uma decisão semelhante, embora secularizada, à escolha de santos padroeiros, cujo prestígio se pretende compartilhar, mas que não tem efeitos imediatos no atendimento aos interesses materiais. Por outro lado, conceder essa distinção a quem está próximo, como diplomatas e políticos, é mais arriscado, considerada a possibilidade de sua intervenção nos rumos da associação. Permito-me mencionar alguns casos concernentes a esse risco. A Stella d'Itália explicita em seus estatutos que a proposta de manter uma escola foi feita pelo cônsul, o que, de certa forma, a exime de mantê-la se não contar com auxílio para tanto. É como se a finalidade, por não provir exatamente dos desejos dos associados, será implementada se aquele que a desejou e propôs se empenhar, de forma que a distinção de "presidente honorário" também serve para demarcar a diferença entre aqueles que têm, efetivamente, direitos sociais e políticos e aquele que não os têm. Coisa semelhante aconteceu na Sociedad Española em 1936, cujo presidente foi nomeado diplomata dos insurgentes; por causa disso, teve que renunciar ao cargo na mutual, porque não poderia acumular o cargo eletivo da entidade com o cargo honorário não-reconhecido, o que representaria um conflito na escala de valores.⁵⁸ A relação entre cargo honorário e afastamento também é clara na Beneficência Porto-Alegrense, que nomeou um sócio bastante ativo como presidente honorário, mas amiúde as reuniões de diretoria tinham que salientar que o cargo não lhe dava direito a voto nessa instância.

Já o prestígio interno provém, como disse, das atividades realizadas no interior da mutual, e é interessante constatar que algumas vezes são valores que têm pouco de "espiritual" na concessão de certas honrarias. A Sociedade União Operária, de Rio Grande, criou o diploma de "companheiro leal" para o sócio que cumprisse com seus deveres (basicamente pagamento) durante 20 anos; o Clube Caixeiral, de Pelotas, considerava beneméritos os que contassem com pelo menos 4

⁵⁸ VARGAS, *op. cit.*, p. 350-352.

anos de associação e que propusessem (e fossem admitidos) 50 novos membros ou 10 remidos, disposição semelhante (embora com diferentes números) à que foi adotada nos primeiro estatuto da Vittorio Emanuele, em Porto Alegre; a União Umanitária, de Camaquã, distinguia como benfeitor os que fizessem donativos de pelo menos 100\$000 réis. Com exceção da última mutual, todas as outras já compareceram na bibliografia regional como veículos de "construção de identidade", e não penso que seu interesse por dinheiro se oponha a esse papel, apenas destaco que a concessão de honrarias é um benefício simbólico que pode ser eficiente no aumento de receitas. É por isso que, como já foi visto no capítulo 4, há mutuais cujo quadro de associados tem padrões de renda inferiores ao dos quadros de dirigentes, uma vez que uma pessoa que possa obter prestígio externo por renda, ocupação etc., dedicará sua atenção a uma associação de socialmente inferiores quando puder obter esse tipo de honraria da mutual, ou quando puder obter a distinção típica do quadro dirigente da entidade.

Seria fácil pensar a honraria como de escasso valor – e em muitos casos é assim, mesmo –, mas o interesse pelo estudo de "identidades" por meio das mutuais não está equivocado ao focalizar em apenas alguns tipos de entidades: só se pode estudar esse tema em mutuais que despendem tempo e dinheiro em atividades de conversão e reconversão entre benefícios materiais e espirituais. É por isso que dizia, logo ao final da Primeira parte, que algumas mutuais sumiriam desta tese, pois são aqueles que não se empenham nessas atividades de conversão e reconversão. Embora ainda não tenha utilizado essa expressão, exemplos não têm faltado ao longo deste trabalho sobre os eventos aos quais ela se aplica. Já mencionei no capítulo 3 o caso de um fundador da Beneficência Porto-Alegrense cujo retrato não estaria incluído entre os demais, e protestou em assembléia, que despendeu tempo para resolver. Na mesma entidade, chegou a haver um Livro específico para os sócios benfeitores, e os dois primeiros registros são eloqüentes: dois valores legados em testamentos, um deles de 4:000\$000, o suficiente para mandar pintar o retrato de dona Leocádia Joaquina de Souza Telles, e, posteriormente, preocupar-se com o mofo que dele tomava conta.⁵⁹ Formalizar essas decisões como pautadas por interesses materiais ou espirituais é ignorar a concepção dos próprios agentes, que estão

⁵⁹ LIVRO de registro de sócios benfeitores da Sociedade Brasileira União Porto-Alegrense [sic!]. 29 jul. 1873 (AHRs - Arquivos Particulares, cod. 31, L 54v); Assembléia Geral, 29 out. 1871 e Diretoria, 14 jul. 1872. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, *op. cit.*, fls 89 e 118.

associados também para proceder a conversões e reconversões de um em outro.

Se existe essa atividade de atribuição de valor, caberia indagar o quanto valem certas honrarias. Um dos exemplos que mencionei acima deixa claro que, no Caixeiral de Pelotas, vale 50 vezes o valor da jóia em 1902. Por outro lado, quando se verifica o orçamento de 1912 da Tipográfica Gutemberg, também em Pelotas, é fácil constatar que as atividades envolvendo seu estandarte consumiram mais do que o dobro de sua receita nesse ano, com gastos de elaboração do estandarte, compra do armário para guardá-lo, festa e oferta em dinheiro para a loja maçônica que o parainfava, etc.⁶⁰ Os exemplos evidenciam que um padrão, se existente, só pode ser aferido depois de maiores pesquisas em balanços de diferentes entidades, em diferentes períodos, em diferentes cidades. A diferença desta pesquisa para outras que focalizam as decisões das mutuais como casos que, se interpretados, revelam os processos de "construção de identidade", é que, aqui, considero as decisões não somente como pautadas por interesses espirituais, mas também condicionadas por limites orçamentários e pelo interesse material ideal-tipicamente atribuído ao sócio-padrão. Essa posição me impõe alguns limites na interpretação das atividades de satisfação dos interesses espirituais, porque se, como quero afirmar, os mutualizados integram grupos estamentais caracterizados pela imagem de respeitabilidade, creio ter fontes suficientes para exibir essa respeitabilidade no interior de uma associação como a Beneficência Porto-Alegrense, mas não posso generalizar para os demais períodos, cidades e mutuais o que encontro nela. Ademais, também é difícil falar em respeitabilidade quando não existe um mapa o suficiente delineado do prestígio de diferentes grupos e do peso que uma forma específica de associação voluntária – as sociedades de socorros mútuos – tem na conformação da respeitabilidade, que é, afinal, um valor negociado e em construção em âmbito público. É por isso que as exposições públicas de mutuais serão tratadas no último capítulo, quando focalizo as estratégias públicas.

Não obstante, há algo que já deve ser tratado agora, e envolve a retomada de um argumento que deixei em suspenso no sub-capítulo anterior, quando tratava da retórica a unir as escalas de valores materiais e espirituais. Quem produz os discursos que são capazes de fazer a conversão e reconversão entre benefícios materiais e espirituais são os grupos dirigentes das mutuais e, pelo menos para

⁶⁰ SOCIEDADE Beneficente União Typographica Gutemberg. *Relatório* da gestão de 17 de setembro de 1911 a 17 de setembro de 1912. Pelotas: Diário Popular, s/d. (NPH).

algumas mutuais étnicas, já tratei do tema no capítulo anterior. No entanto, mencionei muito brevemente que aquilo que fui capaz de tratar como direito político, exclusivo daqueles que comporiam o "núcleo duro" da mutual, comparece em vários estatutos como um dever, ou seja, o dever de aceitar cargos para o qual o membro foi eleito. Prescrição como essa pode ser interpretada como atendendo a interesses espirituais e materiais. Atenderia a interesses espirituais, quando consolida a escala de valores da entidade, que atribui cada vez mais deveres a quem tem mais virtudes. Recusar o cargo de dirigente conferido pelos iguais é ofensivo, porque considera esses iguais como incapazes de discernimento de virtudes, semelhante à forma como a Beneficência Porto-Alegrense julgou-se ofendida quando a União recusava o exercício de cargos por libertos. A interpretação que faz a medida atender a interesses materiais é, provavelmente, mais verossímil: pouca gente tinha vontade de ser dirigente. A medida é comum no Rio Grande do Sul e aparece também na Catalunha.⁶¹ Vejamos alguns casos de recusas (aceitas ou não), interessantes porque podem revelar quais os critérios que permitem a alguém esquivar-se da honraria (e das tarefas daí decorrentes). A primeira coisa a fazer é verificar se eventuais recusas não provêm de uma forma ritualizada de aceitação e agrado com a honraria. Alguns exemplos indicam que não é assim. O dever de ocupar cargos não era apenas uma declaração de princípios, mas procedimento levado muito a sério na Beneficência Porto-Alegrense. Quando da eleição da diretoria de 1858, um sócio protestou contra a "cabala" para que o fizessem vice-presidente, anunciando que renunciaria, como também pediram dispensa dos cargos os eleitos para 1º secretário e tesoureiros. O único dispensado o foi por motivos de saúde, tal como também ocorreria na eleição de 1867. O próximo caso de dispensa foi o de um membro que não queria assumir a tesouraria porque, a despeito de seu trabalho anterior em prol da Porto-Alegrense, "agora desejavam dar-lhe demissão do cargo de tesoureiro por desconfiança do seu caráter, e que desejavam fazer o mesmo que fizeram com os srs. (...) e que para que não chegasse a esse ponto tinha a honra de mandar um requerimento pedindo a sua demissão". Tal como outros casos, sua renúncia também foi rejeitada.⁶² Já no Clube

⁶¹ RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). *Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 23.

⁶² Sessões de 25 mar. 1858, 14 abr. 1867 e 15 jun. 1871. LIVROS de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860 (fl. 37) e 1867-1873 (fls. 2 e 85), *op. cit.*

Caixeiral de Porto Alegre, um sócio publicou uma declaração no jornal, na qual declara que não queria assumir cargo na mutual porque "breve contrair[ia] matrimônio", o que parecia ser um razoável motivo.⁶³ O outro exemplo não é precisamente de uma renúncia, mas do debate acerca da reforma dos estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Rio Grande, em 1881, quando um sócio manifestou-se contrário ao quórum de 5 membros para reuniões de diretoria, quando esta se compunha de 20 integrantes. No debate que se seguiu, um dos membros da diretoria falou nas "dificuldades que sempre existem para reunir maior número de membros", ao passo que outro relatou "que algumas vezes se viu na contingência de convidar e pedir pessoalmente aos membros da Diretoria transacta, de que fez parte, para comparecerem às sessões anunciadas". O interessante dos argumentos não é apenas seu teor, mas o fato de que quem os enunciou não tinha altos cargos da diretoria da entidade (presidente, secretário, tesoureiro), porque eram o administrador do hospital e o procurador.⁶⁴

Tanto o secretário da Porto-Alegrense quanto os diretores da Portuguesa de Beneficência em Rio Grande estavam insatisfeitos com os cargos que ocupavam, mas há casos em que os dirigentes querem ficar onde estão. Os estatutos de mutuais variam sobre a permissão ou não da reeleição dos dirigentes e, quando o permitem, ela ocorre e é destacada como sintoma de eficiência e/ou legitimidade. Na diretoria de 1908-1909 da caixa de Socorros Marquês do Pombal, em Pelotas, o Presidente, o Vice-presidente e o 1º Secretário foram reeleitos; em 1909, também foram reeleitos na Sociedade União Operária, de Rio Grande, o Presidente, o 2º Secretário, o Procurador, 3, dentre 13 membros do conselho, e o 1º Secretário aparece com a indicação de que foi "eleito pelo décimo ano [consecutivo]"; na União Operária, de Pelotas, a eleição de 1914 para 9 membros da diretoria reconduziu o Presidente, o Vice-presidente, o 1º Secretário e o 2º Tesoureiro, ao passo que o 1º Tesoureiro iniciaria seu 4º mandato consecutivo.⁶⁵

Mesmo quando a reeleição não é permitida, é possível que as mesmas pessoas ocupem cargos diferentes, e, inclusive, existem estatutos que definem ape-

⁶³ *O Athleta*. Porto Alegre, 4 jun. 1885, p. 4 (MCSHJC).

⁶⁴ Sociedade Portuguesa de Beneficência. Sessão de assembléia geral. Rio Grande, 19 jun. 1881. Anexo a: Sociedade Portuguesa de Beneficência. Requerimentos – Diversos, 1881, Maço 198 (AHRS).

⁶⁵ Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 8 maio 1908; 29 dez. 1909; [maio 1914?] (maço 57 – BPP). Para a Grã-Bretanha da passagem do séc. XVIII para o séc. XIX, consta que as "independent local societies were run by a self-perpetuating comitee"

nas a eleição de um grupo de pessoas que distribuem os cargos entre si, como acontece na Esperança Marítima, de Rio Grande, em 1861 e na Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre, nos estatutos de 1908 e 1930. Esse é um fator relevante para avaliar o quanto são realmente democráticas as sociedades de socorros mútuos, uma vez que uma baixa renovação de diretorias indicaria um monopólio por parte de grupos e a impossibilidade de dissensos ou, pelo menos, a inexistência de mecanismos que permitam a livre discussão interna. Adiante trato da existência desses mecanismos, mas antes talvez fosse necessário comparar alguns números sobre a renovação dos quadros de diretoria.⁶⁶ Os registros que encontrei são poucos, mas creio que o suficientes para destacar alguns elementos. A Tabela 5.1 especifica tais números:

Tabela 5.1: Dirigentes e cargos em mutuais selecionadas (RS, 1854-1939)

Entidade	Período	Postos	Sócios	Índice	observações
Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense	1857-1872	61	46	0,75	(lacunar)
Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense	1857-1859	25	17	0,68	
Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense	1867-1872	28	25	0,89	
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Rio Grande)	1889-1903	25	63	0,43	
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Rio Grande)	1889-1896	30	69	0,40	
Deutscher Hilfsverein (Porto Alegre)	1858-1884	145	71	0,49	(lacunar)
Société Française de Bienfaisance (Porto Alegre)	1868-1894	31	17	0,55	(lacunar)
Club Beneficente 24 de Maio	1910-1914	68	48	0,71	c/ diretores de mês e comissão de contas
Club Beneficente 24 de Maio	1910-1914	32	23	0,72	s/ diretores de mês e comissão de contas
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Pelotas)	1857-1925	69	21	0,30	presidentes
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Pelotas)	Séc. XIX	44	14	0,32	presidentes
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Pelotas)	Séc. XX	25	8	0,32	presidentes
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Porto Alegre)	1854-1939	93	37	0,40	presidentes
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Porto Alegre)	Séc. XIX	51	27	0,53	presidentes
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Porto Alegre)	Séc. XX	42	12	0,29	presidentes
Club Caixeiral (Pelotas)	1880-1886	55	31	0,56	s/ diretores de mês (n. geral de eleições)
Club Caixeiral (Pelotas)	1880-1886	16	31	1,94	s/ diretores de mês (cargos disponíveis)
Club Caixeiral (Pelotas)	1880-1886	167	91	0,54	c/ diretores (n. geral de eleições)
Club Caixeiral (Pelotas)	1880-1886	128	91	0,71	c/ diretores (cargos disponíveis)

Fonte: elaboração própria.

(NEAVE, David. Friendly societies in Great Britain. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 53).
⁶⁶ Vários dos argumentos a partir de agora utilizados como indícios de "democracia" provêm de: MORAIS, Jorge Ventura de. "Novo" sindicalismo e democracia sindical: um teste e uma crítica ao modelo eleitoral. *Dados-Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, 1995, p. 545-579.

Note-se que, em alguns casos, encontrei apenas o nome dos presidentes e em outros especifiquei parcelas dos grupos dirigentes. O índice, trazido na quinta coluna, resulta da divisão do número de sócios pelo número de cargos, e ele poderia ser interpretado como um índice de renovação dos grupos dirigentes. Uma situação de democracia perfeita geraria um índice próximo de 1, isto é, ao longo do tempo, nunca uma pessoa ocupa mais do que uma vez cargos em diretorias, de forma que, considerando a obrigatoriedade do exercício de cargos, todos aqueles com direitos políticos teriam a experiência de administração. É patente que há poucas entidades com índices próximos de 1 e, pelo menos de acordo com a Tabela, os mais próximos modelos seriam os da Beneficência Porto-Alegrense e do Club Beneficente 24 de Maio, também de Porto Alegre. De outra parte, se pode observar que todas as Sociedades Portuguesas de Beneficência têm elevada tendência oligárquica. Essa pode ser considerada uma afirmação excessiva, considerado o fato de que em duas delas apenas incorporei o nome dos presidentes, ou seja, tenho poucos elementos para afirmar. Não obstante, seria previsível que uma maior tendência democrática nessas mutuais se revelaria quando o mesmo grupo sofre uma rotação de cargos na diretoria, o que geraria números mais próximos de uma democracia, quando os presidentes poderiam variar. A previsão de que os presidentes variam não se realiza, porque na mutual de Rio Grande, quando calculado o índice exclusivamente para presidentes entre 1889 e 1903, ele cai de 0,43 para 0,2. De todo modo, a tendência oligárquica das Portuguesas de Beneficência também aparece no Hilfsverein, permitindo indagar o quanto a oligarquia é necessária para a constituição da "identidade" étnica, suposição que ganha mais consistência quando levada em conta a necessidade de consolidar uma retórica a unir interesses materiais e espirituais, algo mais provável de ocorrer quanto menores são os retores autorizados pela posição de dirigente. Essa suposição não é enfraquecida pelo índice superior de "democracia" na mutual francesa de Porto Alegre, porque sua, por assim dizer, "invisibilidade" foi tal que Walter Spalding só encontrou registros dela até 1868, ao passo que ela ainda por pelo menos mais 30 anos. A mutual é de tal forma ignota, que jamais encontrei na bibliografia qualquer referência suspeitando de vínculos étnicos ou religiosos judaicos na entidade, a despeito de membros de seu grupo dirigente terem sobrenomes como Israël, Levy e Aaron.⁶⁷

⁶⁷ SPALDING, Walter. Os franceses no Rio Grande do Sul. In: BEUX, Armindo (org.). *Franceses no*

A Tabela, contudo, e ressalvada a carência de mais registros, revela ainda que as entidades são diferentes. A Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre é mais oligárquica no século XX, que no XIX, ao passo que isso não varia na de Pelotas. Por outro lado, índices mais elevados de "democracia" são antes resultado de caos administrativo, como ocorre no Clube Caixeiral, de Pelotas, que chegou a eleger 2 diretorias no primeiro ano de sua existência e ainda teve que substituir membros desistentes. Da mesma forma, a Beneficência Porto-Alegrense possui um índice elevado de "democracia" entre 1867 e 1872 porque amiúde as diretorias renunciavam a seus postos. Há que se notar também que os membros que são "diretores de mês" (fiscais de socorros, com mandatos breves) ou membros das comissões de contas (com mandato brevíssimo) fazem pouca diferença se incorporados ou não ao cálculo do índice, como se observa no Caixeiral e no 24 de Maio. Esses cargos são, no máximo, recursos para o recrutamento de novos membros do grupo dirigente, mas há casos em que o sócio é incorporado a novas diretorias sem a passagem preliminar por esses postos, como acontece com H. C. Bojunga, adjunto de tesoureiro na diretoria de 1886, mas que nunca havia ocupado cargo de diretor.

Obter o índice é apenas uma operação aritmética posterior ao esforço na busca de informações, mas ele, por si só, nada revela. Pode revelar elementos na comparação com outras entidades e pode revelar situações nas quais é mister atentar aos processos de escolha de diretorias. Tomando, portanto, exemplos da mesma Tabela, nunca encontrei referências mais densas sobre o Club Beneficente 24 de Maio, afora seus documentos: é uma associação que aparece, sobre a qual os pesquisadores não prestaram atenção, mas o índice de renovação de seus dirigentes me leva a perguntar o que é essa entidade. O estatuto revela pouco, apenas que é uma mutual aberta. Os relatórios revelam, por outro lado, que contava entre seus membros com o líder socialista Francisco Xavier da Costa, o militante operário José André Gonçalves (que chegou a ocupar cargos), ambos negros, com o importante policial Francisco de Paula da Cunha Louzada, mas também com sócios cujos sobrenomes indicam a possibilidade de serem imigrantes ou descendentes, como Wiedemann, Möller, Meneghetti, Diehl, Piccardo, Ceroni, Andersson (escandinavo?). Raros sobrenomes de imigrantes aparecem nas diretorias que, pelo contrário, contam com grande número de oficiais militares. O presidente de 1910 era

um tenente do 56º Batalhão de Caçadores, transferido para o Rio de Janeiro em meio a seu mandato; o tenente-coronel João Pedro do Rosário ocupou o cargo de tesoureiro por vários anos; o capitão que foi eleito para a presidência em 1911 trabalhava junto ao Presidente do estado. Nem sempre as patentes apareciam junto das nominatas de diretoria, mas o relatório de 1914, louvando a volta de João Pedro do Rosário ao cargo de tesoureiro (agora já com a patente de coronel), traz um parecer da comissão de contas que revela que, apesar de ser uma mutual aberta, ela se ocupa da moralidade de seus sócios, porque ele demonstrava "mais uma vez que a probidade e zelo de que sempre deu provas nas árduas funções de militar, que exerceu por longo período de tempo, são predicados que o acompanham sempre em todos os atos de sua vida". Essa comissão de contas, como previsível, também se compunha de um major, um capitão e um 1º tenente.⁶⁸ Esses elementos, invisíveis ainda na mera obtenção de índices de ocupação de cargos, são suficientes para configurar a mutual como fechada? E quanto à sociabilidade interna, pautava-se por códigos estamentais militares? O exemplo oposto ao da "democracia" do 24 de Maio pode ser encontrado na Portuguesa de Beneficência de Rio Grande, que manteve os mesmos presidente e vice-presidente entre 1889 e 1895. Antônio Joaquim Pinto da Rocha e Manoel Carlos de Lima Torres teriam assumido os cargos depois de um período em que "quase sempre apareciam chapas de oposição à oficial, ocasionando a convocação de várias assembléias para a eleição de novas chapas, ou de cargos vagos por renúncia". Em 1892, a reeleição ocorreu numa disputa entre duas chapas, cujo resultado foi a vitória de Rocha por 75 votos contra 51. Em 1895, foram necessárias 3 assembléias para compor a diretoria, devido a renúncias e disputas.⁶⁹ O baixo índice suporia um baixo grau de "democracia" na entidade, mas a existência de disputas indica a existência de

⁶⁸ RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo 1º Secretário no exercício do cargo de Presidente 2º Tenente Oscar Coelho de Castro em sessão de Assembléia Geral, em 16 de Julho de 1911, ao empossar seu sucessor no exercício do cargo. Julho de 1910 a Junho de 1911. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria do Globo, 1911; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado por João de Oliveira Bandeira, Vice-presidente no cargo de Presidente em sessão de Assembléia Geral, em 18 de Julho de 1912, ao empossar seu sucessor no exercício do cargo. Julho de 1911 a Junho de 1912. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria Americana, 1912; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado por João de Oliveira Bandeira, Presidente. Em sessão de Assembléia Geral em [?] de Julho de 1913, ao empossar seu sucessor no exercício de seu cargo. Julho de 1912 a Junho de 1913. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria do Globo, 1913; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo Presidente José de Carvalho em sessão de Assembléia Geral em 5 de Agosto de 1914, ao empossar a nova Diretoria. Julho de 1913 a Junho de 1914. Porto Alegre :

⁶⁹ SINTRA, *op. cit.*, p. 49-52.

oposição constante, e compreensão de que o momento eleitoral é legítimo, ou seja, que as assembleias gerais são os lugares privilegiados dessas disputas.

Isso me permite entrar nos próximos dois tópicos deste sub-capítulo: o das disputas e o das assembleias gerais, mas não sem antes destacar que as diretorias raramente são poderes autocráticos nas mutuais. Embora nem todos os sócios possam participar de diretorias – e existem prescrições como a de exclusão dos analfabetos (como na Sociedade Musical Porto-Alegrense e na Beneficência dos Artistas, de Rio Grande), ou a necessidade de que os tesoureiros tenham dinheiro próprio (como na Portuguesa de Beneficência de Rio Grande na Aliança Católica Operária) – participar dela só é um recurso ou benefício quando acarreta prestígio. Aparentemente, a Portuguesa de Beneficência de Rio Grande brindava seus diretores com prestígio no começo do século XX, quando se verifica que o Comendador Pinto da Rocha, que por anos ocupara a presidência, a exerce pela última vez em 1903. Mas eis que aparece novamente o personagem, presidindo a Associação dos Empregados no Comércio do Rio Grande em 1904 e 1905, em uma diretoria que também contava com José Antônio Mendizabal, membro da "galeria ilustre" do Clube Caixeiral de Pelotas, por ter sido fundador e várias vezes eleito para diferentes cargos.⁷⁰ Mas afirmo que as diretorias não são poderes autocráticos, porque três entidades de Rio Grande prescrevem medidas de separação entre o exercício de cargos e a vida privada: na Beneficência dos Artistas e na Protetora das Famílias era proibido que parentes ocupassem cargos na mesma diretoria, ao passo que na Portuguesa de Beneficência a diretoria poderia fornecer "atestado de serviços" (?), mas nunca a membros da própria diretoria. Além disso, as diretorias não são autocráticas, não apenas devido ao processo de eleição, mas pela possibilidade de que seus membros sejam depostos por outros órgãos de decisão, sobretudo a assembleia geral, tal como ocorre, por exemplo, na 24 de Maio, na Pradense de Mútuo Socorro, no Grêmio Tipográfico, em Pelotas, e na União Caixeiral Jaguareense. A geração de prestígio não ocorre necessariamente por efeito da ocupação de cargos na diretoria, mas, como antes argumentei, por efeitos retóricos. A "galeria ilustre" do Clube Caixeiral em Pelotas era integrada, por

⁷⁰ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio Grande no ano de 1904. Rio Grande do Sul: Typographia da Livraria Rio-Grandense, 1905; RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio Grande relativo ao ano de 1905. Rio Grande: Officinas a vapor d'O Intransigente, 1906 (BRG); NOTÍCIA Histórica. In: CLUB CAIXEIRAL. Relatório apresentado à Assembleia Geral de 25 de dezembro de 1904 pelo presidente Antonio Tronca Duarte. Pelotas/Rio

exemplo, por Arthur Nova Monteiro, qualificado como "membro influente", morto em 1884, mas que só ocupa cargo de diretor de mês em 1882 e 1884; Sizínio R. de Carvalho aparece como "iniciador" do movimento pelo fechamento de portas, ocupante de diversos cargos, etc., mas o único cargo que ocupou até 1886 foi o de diretor de mês em 1880; e Manoel Morales, o primeiro presidente, não ocupa mais cargo algum e sequer aparece na lista de fundadores do Club em 1904, apesar de suas memórias terem sido resgatadas na década de 1920.⁷¹ Outro elemento que contribui para que não qualifique as diretorias como autocráticas é o "espírito público" que deve orientá-las quando do exercício de cargos. A diretoria da Liga Operária de São Borja deveria tomar decisões sobre diversos eventos levando em conta "os interesses gerais, sem descurar o interesse de cada um". A fórmula prescrita nesses estatutos não tem outro conteúdo efetivo, que não a definição de um valor de conduta que se realiza, por exemplo, quando mutuais estabelecem concorrências para aquisição de bens e serviços (tal como aconteceu em 1880, na Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre) ou concursos para a contratação de empregados (tal como aconteceu em 1884, na Regina Margherita, na então colônia Dona Isabel).⁷²

Se o exercício de cargos na entidade nem sempre trazia prestígio ou benefícios (a ponto de ser amiúde obrigatório) e, mesmo quando trazia, impunha ao eleito tarefas (executadas também conforme regras) e responsabilidades (pelas quais poderia ser cobrado, e mesmo deposto), é previsível que haja uma baixa renovação nos quadros de dirigentes, como evidencia a Tabela 5.1. Não obstante, existem eleições e, inclusive, disputas eleitorais. Essas disputas acontecem segundo um procedimento diferente do que se costuma adotar atualmente, quando todos os cargos de diretoria são apresentados em conjunto fechado denominado "chapa". A descrição do procedimento é clara no estatuto da Associação dos Maquinistas da Marinha Mercante: "Cada associado votará em uma só cédula na qual escreverá: Diretoria – e em seguida os nomes dos seus candidatos pela ordem administrativa, depois a palavra Conselho – e os nomes de seus candidatos a esses cargos". Como resultado desse procedimento, se compõe o grupo dirigente. Por meio desse processo, é possível saber os votos que cada um dos membros desse grupo

Grande: Oficinas da Livraria Comercial, s/d, p. 96 (BPP).

⁷¹ NOTÍCIA Histórica, *op. cit.*; MORALES, Manuel. Memória. In: CLUB CAIXEIRAL. *Relatório das gestões de 1926 e 1927 apresentado pelo Presidente Germano Duarte*. Pelotas: Universal, 1928 (BPP).

⁷² Respectivamente: SPALDING, *op. cit.*, p. 52-53; LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante*

dirigente obtém. Na Beneficência Porto-Alegrense, utilizava-se uma "chapa" (cédula) por cargo, de modo que um mesmo sócio pode, na mesma eleição, obter votos para diferentes cargos. Apenas como exemplo, apresento resultados parciais das eleições de 1857 e 1858 na Beneficência Porto-Alegrense:

Nome	Presidente		Vice-presidente		Secretário		Tesoureiro		Adjunto		Procurador	
	1857	1858	1857	1858	1857	1858	1857	1858	1857	1858	1857	1858
Antonio José Lourenço	30	2						25				
[Félix] Xavier da Cunha	3	42	11				22					
Leonel					28	30				34		
Espiridião [José Muniz]					23							
Augusto			17	18				18				
Tobino			4									
Borges			1									
Firmino									30			18
Firmo									26			26
Vieira									25			
Formel						28			19			
Ferrugento									12			
Pereira Jr.				26								
Oliveira Ramos									28			
Manuel Assumpção									27			
Juvencio									26		21	
Valle									25			

Quadro 5.2: Resultados parciais de eleições na Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense (1857 e 1858)

Fonte: LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860, *op. cit.*, fls. 18-19 e 37.

Não é estranho o pequeno número de votos, porque são as primeira e segunda eleição na entidade. São visíveis alguns fenômenos, como a presença de 36 votos em Félix Xavier da Cunha para diferentes cargos logo em março de 1857, e sua eleição para presidente com 42 votos no ano seguinte, invertendo as posições com o primeiro presidente Antônio José Lourenço. Já o sócio Augusto, por exemplo, tem cerca de 17 votantes constantes para diversos cargos, como o sócio Firmo tem 26 preferências. Elencar todas as preferências eleitorais de cada entidade ao longo de vários anos configuraria com mais precisão a composição do grupo dirigente. Quando antes mencionei que Pereira Jr. protestou contra a "cabala" para elegê-lo vice-presidente, pode-se ver no Quadro 5.2 que ele não havia exercido cargo algum na gestão anterior e o Livro de atas não é claro sobre o porquê da combinação entre os sócios e qual o significado da votação divergente para o mesmo cargo em 1858 em Augusto. Por outro lado, nessa eleição, Augusto acabou exercendo o cargo de

tesoureiro, devido ao pedido de dispensa (por doença) de Antônio José Lourenço: terá sido um pedido sincero? uma fuga do desconforto na gestão com certas pessoas? uma gentileza com Augusto? Infelizmente nem o Livro de atas o revela de modo explícito, mas apenas quero chamar a atenção para o conjunto de variáveis que podem se revelar no momento de eleições em sociedades de socorros mútuos.

Serão esses momentos exatamente "políticos"? Como trabalhei mais atentamente com uma única entidade, ousou afirmar que as eleições podem ter natureza política, inclusive quando se leva em conta o peso de Xavier da Cunha na reorganização do Partido Liberal no Rio Grande do Sul (v. cap. 7), mas que a caracterização mais genérica envolveria os elementos concernentes a uma mais intensa sociabilidade em reuniões de diretoria. O próprio sistema eleitoral normalmente adotado torna difícil uma interpretação política das disputas. Nas eleições do Clube Caixeiral em Pelotas, foram apresentadas pela imprensa duas chapas, a Reformista e a Ypiranga, num total de 17 a 18 cargos disputados. Ao contrário da previsão de que haveria 39 candidatos, havia apenas 29, porque mais da metade dos concorrentes em cada chapa constam também nos mesmos ou em outros cargos na outra. Talvez o Caixeiral tivesse alto índice de "democracia", conforme o Quadro 5.1, porque era comum a existência de mais de uma chapa, nessas mesmas condições de repetição, tal como também acontece em 1885 (3 chapas) e em 1887 (2 chapas). Embora não tenha trabalhado com a eleição de 1882, um artigo de jornal menciona que, passado o pleito vencido pelos Jequitibás, estes "aprisionaram os vencidos [Tamanduás] (...) na fortaleza Restaurante Silva...", deixando claro o peso da sociabilidade na disputa.⁷³

Mas nem sempre as eleições são tranqüilas, e já mencionei o problema que aconteceu na Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre em 1867, acerca da divergência no processo eleitoral. Na Beneficência Porto-Alegrense, a pesquisa constatou dois momentos de crise relacionados ao processo eleitoral. O primeiro momento é do início de 1860, quando Luiz Francisco Cavalcanti de Albuquerque requereu "chapa lista" para eleição de diretoria, isto é, que a nominata fosse fechada, e não aberta, como ocorria. Derrotada a proposta, requereu "que a

⁷³ Agradeço a Beatriz Ana Loner que me cedeu seus fichamentos de jornal, que incluem: *Correio Mercantil*. Pelotas, 9, 20 e 26 nov. 1880; 27 e 28 nov. 1885; 24 e 25 nov. 1887. Sobre a eleição de 1882, o trecho citado consta em: *O Pervigil*. Pelotas, 3 dez. 1882, p. 3 (BPP). De resto, o mesmo procedimento de composição de chapas havia na Classes Laboriosas da mesma cidade: *A Discussão*. Pelotas, 13 e 15 dez. 1887.

Assembléia pudesse suspender do exercício de seu cargo os membros da diretoria", no que foi também derrotado. Algumas semanas depois, ocorreu novo debate sobre o papel da diretoria, às vésperas de nova eleição. Infelizmente, o Livro de atas se interrompe antes da eleição de 1860, mas se sabe que é nessa data que se funda a Beneficência Brasileira União, cujos sócios e primeiros diretores são exatamente os que vinham debatendo funções da diretoria. Como não são claros os termos exatos da disputa, me limito a imaginar se a proposta de "chapa lista", se vitoriosa, evitaria o racha, ainda que os grupos já estivessem se definindo em 1859, quando Cavalcanti de Albuquerque teria afirmado que "havia partidos na sociedade".⁷⁴ O segundo momento é em 1872, quando a mutual estava sob intervenção do Presidente da Província, que nomeava seu presidente. Uma reunião não-oficial em 10 de março desse ano deliberou pedir ao Presidente da Província que nomeasse para a cabeça da Porto-Alegrense Aurélio Bittencourt, que então ocupava a vice-presidência. Contudo, o executivo provincial reconduziu o presidente Antônio José Lourenço, que se viu em maus lençóis: Aurélio Bittencourt cobrou em assembléia geral a conduta de Lourenço, e esta foi condenada. O caso pode mesmo ter um fundo político, mas os termos utilizados exprimem antes o caráter emotivo do compartilhamento de responsabilidades na diretoria. O 2º Secretário interino

"declarou retirar toda a sua confiança e amizade ao atual Presidente, visto haver-lhe afiançado sob sua palavra de honra que não só no ofício de remessa ao Presidente da Província faria ciente da resolução tomada pela reunião do dia 10, como iria pessoalmente pedir a S. Ex.a a nomeação de Presidente da Sociedade para o atual Vice-presidente, e no entanto zombou de uma corporação de homens que o acreditavam decidido pugnador dos interesses da casa".⁷⁵

Será realmente possível definir este último caso como disputa política? Ou seria melhor pensar que vários dos eventos que ocorrem nas mutuais – o que inclui as disputas eleitorais – se revestem do mesmo tipo de combinação de seguro e sociabilidade, de direito e convenção, de razão e afeto que orienta as deliberações sobre estatutos e outros debates?

Ora, o local privilegiado desses debates só pode ser a assembléia geral, onde se reúnem os que têm todos os direitos. É verdade que nem todas as entidades valorizam as assembléias gerais, e existem mutuais, inclusive, que dificilmente

⁷⁴ Sessões de assembléia geral de 5 fev., 18 mar. 1860 e 20 nov. 1859. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860, *op. cit.*, fls 89, 98, 82-83.

⁷⁵ Sessão de assembléia geral de 15 mar. 1872. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de

poderiam ser qualificadas de "democráticas". Como meu inventário não incluiu as entidades que prestavam socorros em caráter comercial e as caixas de empresa sob controle do patronato, ocorre que apenas uma entidade é claramente não-democrática. O Club Caixeiral Sul-rio-grandense manifesta em seus estatutos uma forte influência positivista, porque define o presidente com plenos poderes sobre quaisquer assuntos, após consultados os sócios que encaminhariam por escrito os fundamentos de suas sugestões. O presidente, com mandato de 5 anos, podendo ser reconduzido, seria eleito em voto escrito e aberto por maioria de 2/3, escolheria os demais membros da diretoria e indicaria seu sucessor. Não consta que o Club tenha sido muito exitoso, pois este é o último registro encontrado.

Outras entidades têm tendências não-democráticas, porque estabelecem um sistema de eleição indireta para a diretoria, como acontece na Associação dos Empregados no Comércio e na Associação dos Funcionários Públicos, ambas com sede em Porto Alegre. Na Associação dos Empregados do Comércio, havia uma assembléia geral bienal que elegia a Assembléia Deliberativa, composta por 50 membros e, estes sim, elegiam a diretoria. Essa decisão foi tomada logo no começo da Associação, porque o Relatório de 1904 justifica a mudança de estatutos, por meio do argumento de que "uma reunião numerosa nada resolve, e geralmente se estabelece confusão...", ainda que não deixe de mencionar a existência de sócios "manifestamente contrários à idéia da criação de Assembléias Deliberativas".⁷⁶ Assembléias gerais também são uma tema revestido de certa tensão na Aliança Católica dos Operários, com sede em Porto Alegre. A Aliança, propriamente dita, era uma federação estadual de mutuais católicas, bastante centralizada. O Conselho Superior, na capital do estado, seria composto por 3 membros nomeados pelo Prelado Metropolitano, o presidente da Aliança em Porto Alegre, 3 delegados nomeados pelas diretorias das outras associações no estado e 1 eleito em cada uma delas. Cada uma das sociedades seria administrada por um diretório, eleito em assembléia geral, mas a candidatura para os diretórios não é livre, porque os

Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, *op. cit.*, fl. 106.

⁷⁶ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre. Administração de 1904. Porto Alegre: Globo, 1905, p. 33 e 49-50 (IGHGRGS). O Club Caixeiral Porto-Alegrense também adota, pelo menos em 1928, as assembléias deliberativas, aparentemente como medida para também dar poderes políticos aos não-caixeiros, uma vez que sócios de todas as categorias elegeriam os 75 membros, 60 dos quais deveriam ser "efetivos" (isto é "caixeiros em geral, quer sejam guarda-livros, despachantes, interessados e outros empregados de casas comerciais e mercantis"). ESTATUTOS do Club Caixeiral Porto-Alegrense. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1928, arts. 6º, 30º e 32º (IHGRGS).

membros do diretório fariam a lista dos "elegíveis", ao qual se acrescentariam os "membros **salientes**" [grifo do original]. O sócio só poderia votar em integrantes dessa lista. O estatuto não define claramente o que são os "membros salientes" dos católicos associados, mas o Regulamento da Sociedade em Porto Alegre não os menciona, e chega a declarar, em seu artigo 168, que "a Assembléia Geral é a autoridade superior no governo da Sociedade...".

Esse tipo de declaração é, com efeito, a mais comum, atribuindo a assembléias gerais o "supremo poder" ou o "poder supremo" (como no Club Beneficente 24 de Maio e na Fraternidade Artística), a "autoridade superior" (como na Harmonia dos Artistas), ou até que as deliberações desse órgão "são definitivas" (como na Caixeiral Jaguareense). A Caixa de Socorros Marquês de Pombal, em Pelotas, carregava no estilo ao definir ao definir assembléias como "poder soberano e legislador da sociedade e, como tal, um tribunal augusto". Essa valorização das assembléias gerais não se compunha, aparentemente, de palavras vazias, porque outros procedimentos prescritos em estatutos eram coerentes com a avaliação. A Union Française, em Pelotas e a Giuseppe Mazzini, em Quaraí, previam assembléias mensais; a Unione e Filantropia, em Pelotas, previa 6 assembléias anuais e a Classes Laboriosas, na mesma cidade, previa 5. A Sociedade União Operária em Rio Grande estabelecia 4 assembléias anuais, número semelhante ao das entidades que previam a periodicidade trimestral, como a Marquês do Pombal, a Brasileira União, em Porto Alegre, a Umanitária, em Camaquã. Contudo, a maior parte das mutuais previa uma assembléia anual, para prestação de contas, eleição e posse de nova diretoria.

Independente do número de assembléias previstas, é interessante constatar que, semelhante ao exercício de cargos na diretoria, o comparecimento às assembléias gerais não é definido como um **direito** do associado, mas como um **dever**, tal como acontece no Club Caixeiral e na Unione e Filantropia, ambos de Pelotas, ou ainda na União Filhos do Trabalho, de Uruguaiana. A Auxiliadora da Picada Dois Irmãos, de São Leopoldo, e a Union Française, de Pelotas, são apenas exemplos de entidades que chegam a estabelecer multas aos sócios que faltarem a assembléias, vinculando de modo estreito a participação política e o interesse material. Mas será mesmo participação política? Há diversos elementos que permitem matizar a participação em assembléia geral como um direito político, e não me refiro apenas à prescrição existente em alguns estatutos de que ela é um dever.

De certo modo, estão todos incorporados à formalização que amiúde é prevista quando da reunião da instância. O estatuto de 1902 da Unione e Filantropia, em Pelotas, detalha o processo de debate, e me permito citá-lo mais longamente:

"Art. 25º - Nenhum sócio poderá falar mais de duas vezes sobre cada matéria em discussão, exceto os relatores, ou presidentes de comissão e os autores de requerimentos, indicações, propostas ou moções que poderão falar mais uma vez, e o orador que falará sempre que pedir a palavra.

§ 1º - Se depois de qualquer sócio ter esgotado o número de vezes em que pode falar, forem apresentadas novas emendas, ser-lhe-á concedida a palavra uma vez mais, mas somente sobre as emendas, não lhe sendo mais permitido entrar na discussão da matéria principal.

§ 2º - Quando dois ou mais sócios pedirem simultaneamente a palavra, o presidente os fará inscrever por ordem, pelo secretário.

§ 3º - Depois de encerrada qualquer discussão, a ninguém mais é permitido usar da palavra, salvo pela ordem para propor o melhor modo de votação. A palavra pela ordem somente será concedida para encaminhar a discussão em votação.

Art. 26º - Ninguém poderá falar sem primeiro obter permissão devendo ser sempre o discurso dirigido ao presidente ou à assembléia.

Art. 27º - Toda discussão será encerrada pelo sócio que tiver opinião contrária à matéria do projeto, ou proposta que se discutir, e em seguida falarão os sócios alternadamente, um pró e outro contra.

§ 1º - O pedido de encerramento ou adiamento é votado sem discussão.

§ 2º - O orador da sociedade provando que a matéria não está suficientemente discutida poderá propor o adiamento, o que será aceito pelo presidente.

Art. 28º - A nenhum sócio é permitido interromper quem estiver com a palavra, com apartes longos e repetidos que lhe façam perder o fio da discussão.

§ único - O orador que se afastar da matéria que se discutir, ou divagar, ou se tornar inconveniente e pouco atencioso, será chamado à ordem pelo presidente, a primeira e segunda vez, e quando não atender às admoestações, lhe será retirada a palavra, podendo o presidente, no caso de relutância, obrigá-lo a sair da sala da sessão.

Art. 29º - Sempre que se trate de galardoar serviços ou de socorrer um sócio que se achar presente, deverá o sócio de que se tratar sair da sala de sessão, a convite do presidente, até que se encerre a discussão e se dê direção ou resolução ao assunto".

Há três elementos importantes consolidados no trecho citado. O primeiro deles é que posso julgar improvável que esse tipo de detalhamento tenha sido formulado sem levar em conta a experiência efetiva dos associados na situação de assembléia geral, porque a referência a situações conhecidas por qualquer pessoa que ainda hoje compareça a esse tipo de instância evidencia o esforço em fazer da reunião não apenas um momento de convivência dos associados, mas uma sessão capaz de tomar decisões segundo procedimentos aceitos como legítimos por todos. Detalhar a legitimidade, portanto, é um meio de evitar questões de ordem ou de encaminhamento, sem, contudo, proibi-las.

O segundo elemento é que, independente do detalhamento resultar ou não da experiência de assembléia na própria entidade, vários dos procedimentos são prescritos em diversas outras mutuais, e me limito a apontar alguns exemplos como o do limite para tomar duas vezes a palavra, que também aparece no estatuto da União dos Professores do Rio Grande do Sul, ou a proibição de falar ao mesmo tempo, que também aparece na Protetora dos Artistas, de Bagé. Há estatutos que dispõem outros elementos, como o da Feliz Esperança, em Pelotas, que prescreve que o orador "usará de linguagem ao alcance de todos, para maior clareza", e a formalização parece atingir o cume, quando a Umanitária, de Camaquã, prescreve que todos deveriam falar de pé em assembléia geral, com exceção do presidente e dos doentes. É também nas assembléias gerais que são empossados os novos eleitos para a diretoria, com direito aos "juramento de estilo", como o da Beneficência Porto-Alegrense, cuja invocação sagrada não deve obscurecer o compromisso do grupo dirigente que, por não pedir auxílio sobrenatural, assume a plena responsabilidade pelo exercício das funções: "Juro aos Santos Evangelhos desempenhar as obrigações inerentes a meu cargo e observar os estatutos".⁷⁷

Há motivos para crer que há um certo exagero nas prescrições sobre o comportamento em assembléia geral na Unione e Filantropia, mas não que tais prescrições fossem de todo desnecessárias, porque algumas situações de assembléia geral na Beneficência Porto-Alegrense são insólitas, inclusive pela freqüência com que se reunia a instância (dentro de pouco menciono esses números). Duas sessões de Assembléia Geral, em 26 de setembro e em 20 de novembro de 1868, foram particularmente tumultuadas, porque combinavam a discussão de reforma dos estatutos, a oposição à diretoria e os procedimentos para retirar da sede o sócio Guimarães, que ali estava morando. Na primeira sessão, o sócio Valle censurou a diretoria invocando o juramento, quando assinalou que ela "[se empenhou] para ser eleita, pretendendo mostrar que havia de cumprir as obrigações que lhe impunha[m] os estatutos, quando era hoje a que menos disso cuidava". Mesmo depois da resposta, continuaram críticas à conduta da diretoria, a ponto de outro sócio pedir ao presidente "que faça com que o segundo secretário em lugar de estar de braços cruzados, cumpra suas obrigações, tomando os respectivos

⁷⁷ Os trechos citados provém, respectivamente de: Assembléias gerais de 14 abr. 1867 e 14 maio 1869. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, *op. cit.*, fls. 2 e 47.

apontamentos”, mas o imputado alegou que “estava no seu direito, tomar os apontamentos em papel ou guardá-los na memória” e que o sócio reclamante deveria evitar “tomar tempo com discussõezinhas que mostravam prevenção de sua parte”. Nesta primeira sessão, ainda se mantiveram alguns debates sobre os vários temas, inclusive a censura do presidente ao sócio Bonfim que usava de “questõezinhas e censuras, acusações e protestos, [para] introduzir a cizânia no grêmio da Sociedade”. A sessão de 20 de novembro foi mais caótica, porque, logo quando da aprovação de ata anterior, um dos sócios pediu a supressão da palavra “grosseiro” atribuída à sua intervenção e censurando a incapacidade do secretário em lavrar esse tipo de documento. Guimarães, o sócio que morava na sede, havia encaminhado vários requerimentos, inclusive um que pedia sua permanência, e que foi submetido á assembléia geral. O presidente manifestou-se contrário à aprovação do requerimento, ao passo que Guimarães, talvez por querer usar para seu proveito o descontentamento com a diretoria, declara que “o sr. Presidente era a pessoa menos competente para estar insinuando à casa quais os seus deveres”. Não obstante, a assembléia foi contrária à permanência de Guimarães. Enquanto se debatia o tema, a oposição à diretoria censurou o secretário, que “[pediu] sua exoneração [do cargo], visto que não merece a confiança da Sociedade; alguns apoiados de um lado e não apoiados de outro foi [sic] a resposta a esse pedido”. O presidente pediu que se autorizasse o uso de meios judiciais para retirar Guimarães, mas foi derrotado, e, com isso, avaliou que, naquelas condições, só lhe restava renunciar, o que fez se retirando da sala. Assumindo o secretário, anunciou que toda a diretoria renunciaria, mas que era necessário que a assembléia geral aprovasse. Posta a votos a proposta, houve apenas um favorável. O secretário, “admirando-se de uma resolução tão incompatível com o que acabava de dar-se, insiste” na proposta que, novamente posta a votos, novamente recebe apenas um favorável. A diretoria renunciou, e a próxima sessão só ocorre 4 meses depois.⁷⁸

Por longo que seja, o relato incorpora o debate sobre o interesse privado de Guimarães, a cobrança de responsabilidades prescritas para a diretoria, os procedimentos de decisão e a legitimidade da disputa eleitoral. Mais do que isso, o relato revela que a natureza da disciplina requerida em assembléia geral não é apenas uma ritualização ou formalização dos procedimentos de decisão, mas que

⁷⁸ LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873, *op. cit.*, fls. 34-36 e 38-39.

essa disciplina dispõe sobre o controle do uso da palavra, porque ela não pertence à vida privada dos associados, sendo, ao contrário, aquilo que diferencia sócios de não-sócios. Esse terceiro elemento também consolidado nas prescrições estatutárias da Unione e Filantropia é relevante para montar uma imagem mais precisa da natureza estamental dos grupos filiados às sociedades de socorros mútuos. O cargo de orador, que amiúde aparece em estatutos, não é apenas honorífico, porque ele carrega o prestígio daquele que é capaz de fazer do uso da palavra o instrumento para passar das questões finitas às infinitas e ir além do contingente. É uma lástima que a Beneficência não tivesse esse cargo, mas o fato de vários poderem fazer uso da palavra exhibe que é esse o elemento que define a diferença entre quem está dentro e quem está fora. Na Porto-Alegrense, particularmente, a sessão de diretoria de 22 de setembro de 1858 debateu

"se não seria conveniente que se adotasse a praxe de sócios que não fazem parte da diretoria poderem assistir às suas sessões, uma vez que não sejam secretas, não só para que fiquem inteligenciados das deliberações tomadas, como igualmente pelos princípios liberais que se devem adotar em todas as sociedades".

Agradado com a proposta, outro sócio, interpretou a medida como forma de "sempre se [trabalhar] em assembléia geral", mas o autor da proposta consertou-a, assinalando que o Legislativo tinha expectadores que não interferiam na decisão, e assim ela foi aprovada, contra o voto do favorável a assembléias.⁷⁹ Ainda que não tenha sido aprovada, já mencionei diversos casos em que mesmo aqueles que não eram sócios com direitos políticos tinham direito ao uso da palavra, na forma de ofícios a requererem direitos constantes por escrito em estatutos. E também já mencionei os casos em que os temas das associações são tratados em outros espaços, inclusive tribunais e imprensa, o que configuraria uma falta disciplinar grave.

Se o leitor bem observou, pareço estar repetindo agora uma construção de influência habermasiana, na qual só faltaria incorporar o foco nas "identidades sociais". Não creio ser necessário, para a continuação de meu argumento, resenhar Habermas ou a forma como foi incorporado à historiografia o conceito de "esfera pública" como um espaço no qual diferentes grupos sociais, reivindicando suas

⁷⁹ Diretoria em 22 set. 1858. Livro de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1860, *op. cit.*, fl. 48.

diferenças ("identidades"), entram ou saem quando querem.⁸⁰ Meu argumento é, na verdade, tocquevilleano, e põe em relevo a capacidade pedagógica das associações voluntárias em promover o "interesse bem compreendido" como uma virtude moral capaz de exceder a atomização individual resultante da modernização social. O argumento tocquevilleano, com efeito, destaca o "interesse bem compreendido" como uma "doutrina (...) que transparece em todos os discursos; encontramos-la na boca do pobre como na boca do rico", caracterização que, embora não se limite à condição de uso da palavra, atenta o suficiente para essa dimensão textual.⁸¹

Assembléias gerais costumam ter importância nos estatutos das entidades, porque nelas a palavra é garantida em condições de igualdade para aqueles que somam as virtudes capazes de exercê-la, cujos critérios podem variar nas entidades, mas que a ninguém excluem por sua situação de classe (se isso já não faz parte dos critérios de fechamento, como nas mutuais classistas), e sequer pela condição de beneficiário de algum socorro: falam os que foram definidos como tendo direitos políticos. Um dos problemas que acontecem nas assembléias gerais – que não os relacionados à indisciplina dos membros –, é que elas são instâncias deliberativas de associações que nem sempre são eficientes para passar do "interesse próprio" ao "interesse bem compreendido". Em outros termos, não há razões para duvidar que os mutualizados tenham "interesses próprios", mas são muito freqüentes no Rio Grande do Sul os lamentos acerca do baixo comparecimento em assembléias gerais, impossibilitando que esses associados constituam o público dos discursos. Daí que, como já antes mencionei, a identificação dos discursos e de seus eventuais sentidos relacionados à satisfação de interesses espirituais não é suficiente sequer para caracterizar a conduta dos associados à mutual, quando muito de seus grupos dirigentes e dos freqüentadores de assembléias gerais.

Para não me render ao recuo epistemológico que tantas vezes afeta a "virada lingüística", indago quantos são, afinal esses freqüentadores. Mais uma vez a

⁸⁰ Remeto o leitor para a discussão de MAH, Harold. *Phantasies of the Public Sphere: Rethinking the Habermas of Historians*. *The Journal of Modern History*. N. 72, mar. 2000, p. 153–182.

⁸¹ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. De uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 125 e ss. O trecho citado está na p. 148. Há indícios de que o argumento tocquevilleano era conhecido no Brasil, a julgar pelas posições de um criminólogo em São Paulo, no ano de 1916: "No que dizia respeito à mutualidade, apesar da existência de significativo número de sociedades de socorro mútuo, a falta de educação das classes proletárias, em cujo seio domina o analfabetismo, não lhes permite apreender todas as vantagens do mutualismo". Citado em: MAZZIERO, João Batista. *Vagabundagem em São Paulo (1870-1920)*. *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 22, jan.-jun. 2000, p. 107-108.

carência de dados é tal que torna arriscadas as generalizações. Contudo foi possível compilar dados lacunares de algumas mutuais de diferentes tipos em diferentes períodos e locais, apresentados no Gráfico 5.1.

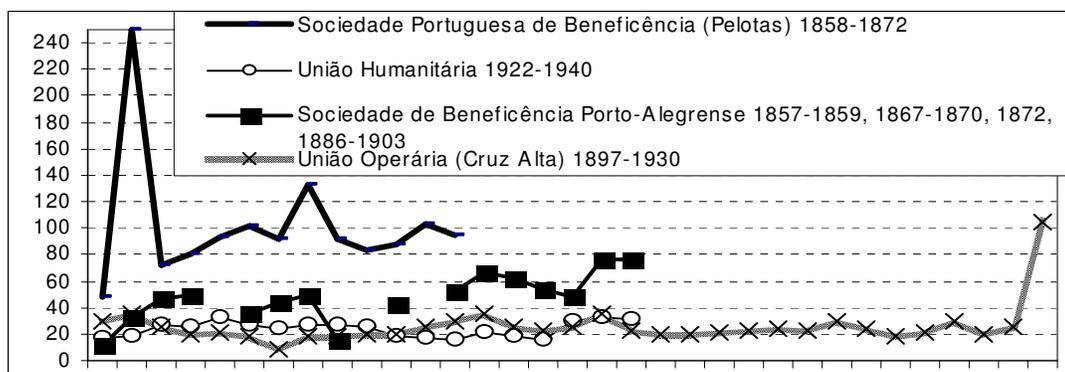


Gráfico 5.1 - Presença em sessões de mutuais escolhidas (RS, 1857-1940)

Fontes: SOARES, Ubirathan Rogério. *A União Operária e a gênese da organização operária em Cruz Alta/RS – 1897-1930*. Monografia (curso de especialização em história do Brasil – UFSM), 1995; LIVROS de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860 e 1867-1873, *op. cit.*; LIVROS de Presenças às sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1886-1890 e 1890-1903 (Arquivos Particulares, L 50, códs. 11 e 12 – AHRS); RESUMO Histórico da fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência – publicação autorizada pelo Conselho Deliberativo em sessão de 13 de junho de 1926, p. 2-5 [anexo a: RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência relativo à gestão de 1º de julho de 1925 a 30 de junho de 1926, apresentado e aprovado em Sessão de Assembléia Geral de 1º de agosto de 1926 pelo presidente J. B. Eça de Queiroz. Pelotas: Off. Graphics da A Guarany, 1926]; LIVRO de presenças em sessões de diretoria e Assembléia Geral da Associação Beneficente União Humanitária, 23 jan. 1922 - 1 dez. 1952 (BPP).

O Gráfico 5.1 revela que a tão citada Beneficência Porto-Alegrense não consegue reunir em média mais do que 80 pessoas em assembléia geral, e que outras duas mutuais, a União Operária de Cruz Alta e União Humanitária de Pelotas, mal reúnem a metade desse número na maior parte do período de existência. E eis que uma das mutuais menos "democráticas" do Quadro 5.1, a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas, pelo menos no período sobre o qual encontrei registros, reúne facilmente 100 associados em assembléia geral em seus primeiros tempos. Talvez isso não seja específico da mutual portuguesa, porque a Beneficência Porto-Alegrense, apesar de menor, também tende a aumentar o número de participantes em assembléia geral de eleição de diretoria nos seus primeiros anos. Mas é como se, passado algum tempo, se consolidasse o grupo cujo interesse fosse realmente "bem compreendido", porque os números da União Humanitária (fundada em 1898) e da União Operária (fundada em 1897) se mantêm estáveis, com exceção da última entidade que tomou ânimo no final do período coberto pelos dados, talvez em função da eleição presidencial no Brasil, como

argumenta o autor do trabalho de onde provieram esses dados. O Gráfico não deixa claro, mas sequer a ditadura do Estado Novo parece ter afetado (para menos?) a frequência em assembléias da União Humanitária.

Mais uma vez enunciando ressalvas sobre ressalvas, corro o risco de não enunciar o central: assembléias gerais são, por padrão, mal-freqüentadas. São poucas as evidências desse desinteresse em participar dessas instâncias decisórias, mas, tal como a existência de sociedades de socorros mútuos, são evidências tão dispersas que permitem a generalização. Os presidentes do Club Beneficente 24 de Maio, em Porto Alegre, lamentam a baixa participação dos sócios em assembléia geral nos relatórios dos anos de 1911, 1912, 1913 e 1914, e o primeiro deles ainda se reporta ao mesmo lamento por parte de "três ou quatro" antecessores. A Príncipe di Napoli, em Caxias, contaria com 120 sócios em 1895, e 130 em 1897, mas as assembléias gerais a elegerem diretorias nesses anos totalizaram, respectivamente, 16 e 36 votos. Comparando os números totais de associação com duas das entidades exibidas no Gráfico 5.1, se verifica que o grau de participação na União Humanitária parece ser superior, porque, dos 82 sócios existentes em 1939, 33 participavam de assembléia geral. Já na Beneficência Porto-Alegrense praticamente nunca encontrei números confiáveis sobre o total de associados, e, por isso, devo estimar essa participação. Para o período 1898-1899, quando o número máximo de participantes em assembléia geral é de 92 sócios efetivos, pode-se estimar o número mínimo de participantes masculinos em 272, que é o número de atendidos no consultório médico, número que difere pouco dos 196 sócios efetivos que completaram remissão somado aos 79 homens admitidos. Para a década anterior, posso estimar da seguinte forma: os filiados à mutual no ano de 1884, até 13 de março, totalizaram 66 pessoas, 33 destas, mulheres e os demais ignoro se com direitos políticos (se brasileiros). Desta data até o fim do ano, foram propostas 319 pessoas para sócios, dos quais se diminuem os rejeitados, as mulheres e os estrangeiros, sem direitos políticos, o que totalizaria novos 191 membros. Por meio dos registros contábeis, se verifica que, de 315 propostos e aprovados, apenas 132 pagaram suas jóias e se associaram. A pesquisa indica que a quitação de mensalidades era muito irregular, a ponto de, em setembro de 1884, um sócio – e não era o único caso – quitou mensalidades de 1870. Mas supondo-se que a quitação de mensalidades fosse regular, se verifica que, em março de 1885, houve 1188 mensalidades quitadas (mais alto número desde abril de 1884), mas tão

somente 153 presentes na assembléia geral que elegeria a nova diretoria. Comparando com o registro de 702 sócios com direitos sociais (já descontados os mortos e eliminados por falta de pagamento), ou mesmo com os 393 que certamente tinham direitos políticos (se pagassem mensalidades atrasadas e não fossem mulheres e estrangeiros ou de naturalidade não registrada), encontro, respectivamente, 21,8% e 38,9% de participação efetiva. Esses últimos números indicam que quase 80% dos sócios não tinha interesse em participar da gestão da Beneficência Porto-Alegrense, seja por não comparecerem à assembléia geral, seja por saberem que não teriam direitos políticos. O contato desses quase 80% de sócios com a entidade era feito, de um lado, pelo cobrador – não necessariamente um sócio – e, de outro, com o fiscal de mês, quando precisavam de socorros.⁸²

Os fragmentos de informação obtidos me permitem generalizar a baixa participação em assembléias de mutuais, porque o fenômeno não parece ser específico do Rio Grande do Sul, ou das sociedades de socorros mútuos. Não é específico do Rio Grande do Sul porque o mesmo ocorria em 4 mutuais italianas,

⁸² Para o 24 de Maio: RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo 1º Secretário no exercício do cargo de Presidente 2º Tenente Oscar Coelho de Castro em sessão de Assembléia Geral, em 16 de Julho de 1911, ao empossar seu sucessor no exercício do cargo. Julho de 1910 a Junho de 1911. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, 1911, p. 18; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado por João de Oliveira Bandeira, Vice-presidente no cargo de Presidente em sessão de Assembléia Geral, em 18 de Julho de 1912, ao empossar seu sucessor no exercício do cargo. Julho de 1911 a Junho de 1912. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria Americana, 1912, p. 18; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado por João de Oliveira Bandeira, Presidente. Em sessão de Assembléia Geral em [?] de Julho de 1913, ao empossar seu sucessor no exercício de seu cargo. Julho de 1912 a Junho de 1913. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, 1913, p. 17; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo Presidente José de Carvalho em sessão de Assembléia Geral em 5 de Agosto de 1914, ao empossar a nova Diretoria. Julho de 1913 a Junho de 1914. Porto Alegre: Livraria Americana-Cunha, Tenzsch & C., 1914, p. 17 (IHGRGS). Para a Príncipe di Napoli: AZEVEDO, *op. cit.*, p. 264; GARDELIN, *op. cit.*, p. 105 e 108; Correspondência das Associações Beneficentes em resposta a questionário enviado à Diretoria Geral de Estatística. 1897. (Estatística Maço 4 – AHRS). Para a União Humanitária: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941; LIVRO de presenças em sessões de diretoria e Assembléia Geral da Associação Beneficente União Humanitária, *op. cit.*. Para a Beneficência Porto-Alegrense: RELATÓRIO com que Francisco dos Santos Gesta..., *op. cit.*, p. 6 e p. 11-21; LIVROS de Presenças às sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, *op. cit.*; Livro de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, *op. cit.*; LIVRO de Receita da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885. Livro de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1884; LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1873-1883; LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1884-1885. (Arquivos Particulares - AHRS, cods. 03, 04, 11, 12, 13, 30, 32, L 49, 50, 53, 54). Toda a receita de 1884 da entidade – exceto donativos, juros de apólices e Caixa de esmolas – passou pelas mãos dos cobradores. (LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885 e LIVRO de Receita da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885). Já o fiscal de mês, eleito, pagava os socorros aos sócios (LIVRO de Documentos de Despesa da Sociedade de Beneficência

uma espanhola e uma francesa da cidade e província de Buenos Aires e da província de Santa Fé, e o número calculado de participantes não excedeu de 12,5% dos membros. E não é específico de mutuals, porque o mesmo foi verificado em outros tipos de associação de teutos no Rio Grande do Sul.⁸³

Mencionava há pouco o contato dos mutualizados com cobradores, sem assinalar que existe o risco desse personagem assumir poderes políticos imprevistos em estatutos, uma vez que, quando não existem diretores de mês com funções de visita e controle dos associados socorridos, como havia em várias mutuals, esses empregados podem se transformar não apenas nos responsáveis pela arrecadação das contribuições, mas naqueles cuja ação pode levar ao êxito ou ao fracasso a participação em assembléias e a deliberação de propostas, tal como foi reportado para a cidade do Recife na década de 1970. Segundo o relato, pelo fato deles lidarem com os interesses materiais dos associados (e com seus próprios), foi possível derrotar em assembléia geral a cobrança da "cota de São Pedro", destinada aos festejos do patrono de certa mutual.⁸⁴ Certamente a derrota do interesse espiritual pelo interesse que talvez não fosse "bem compreendido" resultava da burocratização da mutual, ao substituir o contato interpessoal do sócio com seus iguais em proveito de maior eficiência na arrecadação. Também a Beneficência Porto-Alegrense parece ter sofrido dessa burocratização, não só pela existência de cobradores, mas pela visível diferença entre a verborragia dos dois primeiros livros de atas com os demais.

Essa é outra das tensões das mutuals, porque, como já argumentei, sua eficiência na securitização dependeria da incorporação de novos associados, e o fenômeno de crescimento pode tanto ampliar os indivíduos incorporados aos critérios de virtude decorrentes da formalização da sociabilidade, quanto despir a associação de quaisquer interesses espirituais. Isso, mais uma vez destaque, significa avaliar os limites que a dimensão econômica do estudo das sociedades de socorros mútuos impõem à consecução dos objetivos concernentes à dimensão social. Existem, com efeito, alguns esforços para sanar esses problemas. O primeiro deles

Porto-Alegrense. 1884-1885, cod. 19, L 51).

⁸³ MARQUIEGUI, Dedier Norberto. Asociacionismo, liderazgo étnico e identidad: un enfoque comparado (Luján, 1876-1920). *Studi Emigrazione*. Roma, v. XXXI, n. 115, 1994, p. 436 e 452; DEVOTO, Fernando J. Las sociedades italianas de ayuda mutua en Buenos Aires y Santa Fe. Ideas y problemas. *Studi Emigrazione*. Roma, anno XXI, n. 75, set. 1984, p. 336; GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1991, p. 51.

⁸⁴ TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto. *A forma organizativa de auxílios mútuos: contestação ou*

é, sem sombra de dúvida, o das assembléias gerais, que, mesmo quando vinculadas em estatutos a sessões comemorativas (aniversário da entidade, por exemplo) ressalvam a possibilidade de convocá-la para dia não-útil, normalmente domingo. Isso acontece na mutual aberta 24 de Maio em Porto Alegre, na mutual classista União Operária de Pelotas, na mutual étnica Stella d'Italia na Colônia Conde d'Eu e na mutual de bairro União e Progresso em Porto Alegre, que justificava a escolha do domingo seguinte ao 18 de outubro em seu estatuto de 1930: "Sendo esta sociedade composta em sua maior parte de operários, e a fim de não prejudicar os sócios...". A Sociedade União dos Caixeiros Viajantes celebrava suas assembléias no feriado de 20 de Setembro, explicitando o interesse espiritual:

"[Art. 12] § 2º - Para o bom efeito das assembléias gerais ordinárias será pedido ao comércio um descanso de três dias para os sócios, os dias 19, 20 e 21 de setembro, como férias, para que todos possam assistir as festas do aniversário, reunindo assim a classe como incentivo de confraternização".

Até que ponto a freqüência de assembléias resolve as carências de sociabilidade eventualmente decorrentes do crescimento da entidade? Não tenho números que me permitam avaliar o crescimento do número de associados à Beneficência Porto-Alegrense, mas o Gráfico 5.1 revela que o número de participantes em assembléias gerais da entidade é semelhante no final das década de 1850 e 1860. Inventariei as assembléias gerais (exclusive as sem quórum) entre março de 1857 e março de 1860 e entre março de 1867 e março de 1870, e verifiquei que essa instância se reunia em média a cada mês e meio. No entanto, a diferença entre os dois períodos não está no número de assembléias ocorridas, mas na de frustradas: nos primeiros 3 anos, houve 19 assembléias e apenas uma reunião sem quórum; no outro triênio houve 22 sessões de assembléia contra 19 reuniões sem quórum, uma delas porque faltara número mínimo de membros da diretoria.⁸⁵ Retomando os demais números do Gráfico 5.1, posso afirmar que a freqüência de convocação de assembléias pode, quando muito, consolidar a freqüência às assembléias, isto é, manter em contato os associados cujo interesse é "bem compreendido".

Não obstante, existem outros meios de manter o contato do associado com os interesses espirituais do grupo dirigente. Um deles é a publicação de jornais, mas

adaptação. Rio de Janeiro; 1982. Dissertação de mestrado (IUPERJ), 1982, p. 30-34.

⁸⁵ LIVROS de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860 e 1867-1873, *op. cit.*

esses também se ressentem de dois tipos de problemas. O primeiro deles envolve o custo, considerado elevado em três mutuais de caixeiros: o *União Caixeiral* de Pelotas existiu por 3 anos antes de ser extinto por esse motivo, ao passo que *O Athleta*, de Porto Alegre, chegou a publicar artigo sobre o quase encerramento da dívida com a tipografia, quando, na verdade, o objetivo do texto era conclamar para o apoio ao jornal. Embora não fosse exatamente um jornal do Clube União Caixeiral, de Quaraí, *O Amador* se propunha a "[advogar] seus interesses", mas três meses depois foi vendido para um grupo de tipógrafos.⁸⁶ O outro tipo de problema envolve a relação que os jornais mantêm exatamente com as instâncias decisórias das mutuais. Na verdade, alguns jornais estreitamente vinculados a mutuais não são institucionalmente a elas ligados, situação que pode causar fricções entre diretorias de sociedades de socorros mútuos e redatores de jornais. Este foi outro dos motivos alegados para a extinção do *União Caixeiral* em Pelotas, mas também existiam tensões entre o *Echo Operário* e a Sociedade União Operária, em Rio Grande.⁸⁷ Tais tensões não podem ser interpretadas apenas como divergência de opinião sobre certos tópicos, mas como um tipo de concorrência sobre os discursos legítimos a delinear os interesses espirituais.

Independente de tensões, os jornais podem ser veículo eficiente nas mutuais. O fato do *Echo Operário* não pertencer institucionalmente à Sociedade União Operária de Rio Grande permite-lhe denunciar

"um sócio que à socapa trabalha em casa e está recebendo socorros! Custa-me acreditar que haja operários capazes de roubar os companheiros necessitados, pois o montepio foi organizado para estes, estretanto é bom indagar da verdade!"

Como jornal independente, pode usar de algum sensacionalismo para enunciar valores que, no âmbito da mutual, provavelmente seriam resolvidos em reunião de diretoria com a punição do associado, sem que isso chegasse ao conhecimento dos 651 sócios que tinha a entidade dois anos antes.⁸⁸ Quando existe um vínculo mais estreito com a mutual, inclusive institucional, os pesquisadores e os

⁸⁶ A informação sobre o *União Caixeiral* provém de DUARTE, *op. cit.*, p. 64, que generaliza para outros jornais (de mutuais de caixeiros?) o problema de custos na p. 65. As outras fontes são: *O Athleta*. Porto Alegre, 18 jul. 1886, p. 1; *O Amador*. Quaraí, 1 jan., p. 1 e 25 abr. 1896, p. 1 (MCSHJC).

⁸⁷ DUARTE, *loc. cit.*; SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 148-149.

⁸⁸ Respectivamente: *Echo Operário*. Rio Grande, 12 set. 1897, p. 2 (NPH); Correspondência das Associações Benéficas em resposta a questionário enviado à Diretoria Geral de Estatística. 1897. (Estatística Maço 4 – AHRS).

associados têm acesso, de um lado, ao relato dos procedimentos administrativos, amiúde despido de outros valores que não os materiais, e, de outro, a textos genéricos que louvam o operário que "não é abastado, não dispõe de recursos monetários, (...) [mas] tem a força moral e intelectual", ou uma mutual de caixeiros no Rio de Janeiro, que "não é só uma sociedade mútua para as necessidades da matéria, é antes de tudo uma grande mutualidade para o cérebro e para o coração, representada pela aula e pela biblioteca".⁸⁹

O mesmo jornal pode ter textos muito diferentes – e me permito mencionar mais uma vez um que excede meu universo empírico. Existem os textos de caráter administrativo, e podem conter a justificativa para não exercer cargo na comissão de sindicância de um sócio que "[alegava] que a espinhosa vida do mar o impossibilitava de desempenhar satisfatoriamente a missão"; como outros membros também pertenciam à mesma profissão, a justificativa foi recusada. Há motivos para crer que essa fosse uma das ocupações sobre as quais a mutual dirigia interesse, inclusive para crescer, quando se verifica a existência de artigo que louva, sem contudo convidar para se associarem, "todos os que exercem a profissão marítima, considerada como arte". No jornal ainda existe um "protesto solene" contra um juiz que reclamava da composição da lista de jurados "porque só se qualificaram mendigos e operários". O jornal protesta contra a declaração, pois "Sim! Os operários podem ser juízes, porque podem ser mais independentes que os funcionários públicos! (...) porque são homens do trabalho!".⁹⁰ Cada um desses textos se dirige prioritariamente a diferentes públicos. O primeiro é claramente dirigido aos sócios; o segundo, aos associáveis; o terceiro, ao público em geral. Contudo, há motivos para crer que mesmo os dois últimos também são dirigidos aos sócios da mutual, que podem se sentir valorizados com menções a sua ocupação ou com a injustiça do desprestígio, e essa valorização pode redundar na lealdade para com a associação. Ousaria afirmar que os critérios de fechamento de uma mutual estão relacionados ao tipo de retórica aí desenvolvida, no sentido de que, quando existem fechamentos, é possível demarcar com maior precisão o tipo de texto adequado para cada público. Certamente não era para o público interno que a mutual italiana de Alegrete publicou anúncio em português sobre sua participação

⁸⁹ Respectivamente: *O Operário*. Cruz Alta, 1. Dez. 1902, p. 1 (NPH); *O Athleta*. Porto Alegre, 20 set. 85, p. 1 (MCSHJC).

⁹⁰ *O Operário*. Florianópolis, 15 fev. 1901, p. 1; 15 out. 1900, p. 1; 2 abr. 1901, p. (BPESC).

nas comemorações do Centenário da independência do Brasil.⁹¹ Uma mutual aberta tende a ser lacônica, ao passo que mutuais com algum tipo de fechamento precisam, pelo menos na definição dos critérios de fechamento presentes nos estatutos, construir escalas de valores que justifiquem esse fechamento.

Sempre temo explicações funcionais, mas elas podem ser adequadas para sociedades de socorros mútuos que persistem no tempo enquanto incorporam (ou não) novos associados. Dizer que a função do fechamento é permitir discursos é, certamente, um exagero que pode ser, no máximo, parcialmente verdadeiro. Contudo, todas as mutuais agem de algum modo na distribuição de prestígio social, e a adoção de fechamentos orientados à ocupação ou ao grupo étnico atende a requisitos que combinam interesses materiais e espirituais, quando são capazes de securitizar grupos carentes de prestígio preliminar à associação, mas que estão do lado de dentro do fechamento. Então, é interessante constatar que algumas mutuais de negros de Pelotas definem seu fechamento como relacionado a trabalho (Fraternidade Artística, Harmonia dos Artistas), enquanto as de Porto Alegre, como relacionado à nacionalidade (Beneficência Porto-Alegrense, Beneficência Brasileira União). Embora nenhuma das 4 entidades se compusesse exclusivamente de negros, há referências na bibliografia acerca do vínculo entre as mutuais e a população negra das duas cidades.⁹² Não estou, com isso, afirmando que a adscrição de certa mutual a certo critério de fechamento obedece a um sofisticado cálculo estratégico racional acerca do rol de grupos prestigiosos e disponíveis para o crescimento da associação. Minha afirmação é a de que, mesmo que o fechamento preliminarmente adotado provenha do senso comum, sua eficiência se revela, de um lado, no crescimento efetivo da mutual e, de outro lado, na possibilidade de produzir atos retóricos de atribuição de prestígio a um rol menor do que o das adscrições disponíveis. Não sou capaz, com isso, de explicar precisamente por que as mutuais de negros de Pelotas apostam preliminarmente em um tipo de fechamento, enquanto as de Porto Alegre em outro, mas sim explicar por que a única mutual que explicitamente assume a restrição de filiação aos brancos, a Filhos do Trabalho, de Rio Grande, não chega a completar 3 anos de existência. Talvez a entidade fosse incapaz de produzir discursos de prestígio dos grupos negros de modo eficaz. É

⁹¹ *Gazeta de Alegrete*. Alegrete, 7 set. 1922, p. 24 (AHMPA).

⁹² LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe*. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora UFPel/Unitrabalho, 2001, MÜLLER, *op. cit.*

como se o veículo privilegiado de tais discursos no Rio Grande do Sul fosse a imprensa, que não depende tanto da fidelidade do aporte regular de dinheiro de seus leitores, como dependem as mutuais de seus sócios. Ademais, a explicação que incorpora os limites econômicos das mutuais para a satisfação de interesses espirituais é consistente tanto com o laconismo das mutuais abertas, quanto com a inexistência de maiores fechamentos nas outras entidades ao longo do tempo, quando o que ocorre é precisamente o contrário, isto é, as entidades mais perenes ampliam o rol dos associáveis. Embora não seja uma mutual de grande perenidade, o texto da Artística Beneficente Santa-mariense é eloqüente acerca do relaxamento dos critérios de fechamento:

"A sociedade fundada sob o característico de artistas, propriamente, ampliou em uma de suas sessões a prerrogativa de sócio a todo aquele cidadão que, reunindo as qualidades morais que o distinguisse na sociedade, se fizer digno de pertencer à associação, gozando dos mesmos privilégios do sócio artista, sem, porém, poder fazer parte da diretoria, composta exclusivamente de artistas."⁹³

Conquanto a precariedade da generalização decorra das poucas fontes consultadas, sinto-me em condições de afirmar que tendencialmente o tempo de funcionamento de uma mutual se acompanha da racionalização de seus procedimentos, racionalização que pode ser vista na burocratização da relação com associados, na sofisticação dos atos retóricos (quando a mutual é capaz de definir com maior precisão a quem são dirigidos os discursos e os argumentos, que expressam escalas de valores), e na formalização dos procedimentos administrativos. É como se a experiência de produção de discursos de atribuição de prestígio se acumulasse, de forma a evitar que a satisfação de interesses espirituais se ressentia com a ampliação dos associáveis. No último capítulo, isso será tratado com mais detalhes com respeito à exibição pública de mutuais em solenidades cívicas.

No entanto, a formalização dos procedimentos administrativos suporia também a separação entre cargo e pessoa, fenômeno mais difícil de ocorrer quando as mutuais incorporam também interesses espirituais a suas finalidades. Assim como mutuais abertas produzem menos atos retóricos, seus dirigentes aparentemente também não acumulam muito prestígio em outros espaços. Já as entidades com algum tipo de fechamento acabam por atribuir a seus dirigentes parte

⁹³ Correspondência das Associações Benéficas em resposta a questionário enviado à Diretoria

do prestígio construído e/ou atribuído aos associados, e prestígio não é algo separável da pessoa. Muitos dos casos de disputa eleitoral ocorridos (alguns já mencionados) na Beneficência Porto-Alegrense acabam se revestindo de um caráter passional inconsistente com a separação entre cargo e pessoa. Não é diferente a relação de Antônio Guedes Coutinho com a Sociedade União Operária, de Rio Grande. Mesmo abrindo mão da leitura da biografia do personagem, que amiúde trata de eventos nos quais inexiste a separação, um caso ocorrido na mutual é exemplar. Em meio ao debate se a entidade deveria ou não pedir subvenção ao governo municipal, em 1897, um sócio declarou "que tem honra na cara (...), que não era como o companheiro Coutinho que tinha dado sua palavra de honra de não sentar-se mais à mesa e que entretanto lá estava!". Calorosas discussões se seguiram, e Coutinho decidiu retirar-se da mesa, por julgar-se "ofendido (...), visto que alguém o julgava capaz de abusar do lugar para fazer vencer as suas opiniões". Os favoráveis a Coutinho pediram e insistiram para que voltasse, mas ele se recusava, até que um deles "apelou enfim para os deveres de socialista que obrigam o companheiro Coutinho a sofrer muitas decepções, e pediu à assembléia que com uma salva de palmas manifestasse o seu desejo de que o companheiro Coutinho reassumisse a presidência", no que foi atendido em ambos os pedidos por ambos os públicos.⁹⁴ Não nos deixemos enganar pela "decepção" do socialista, porque esta, como outras disputas de honra tão comuns no movimento operário do período, evidenciam que "honra" não é um tesouro acumulado, mas um capital inexistente, ou sem sentido enquanto não é posto em ação.⁹⁵ É por isso que afirmava a necessidade de algum tipo de fechamento para a construção da honra, porque, sem ele, não há disputa que dê sentido o suficiente forte para que o associado típico se perceba compartilhando também de interesses espirituais com a mutual.

Não se pense, contudo, que as disputas no interior das sociedades de socorros mútuos sejam de pouca relevância quando envolvem, na maior parte das vezes, apenas interesses espirituais. Nem os casos da Beneficência Porto-Alegrense, nem o caso mencionado da Sociedade União Operária, talvez por serem disputas crônicas, têm desfecho tão agudo quanto o que ocorreu na Vittorio

Geral de Estatística. 1897. (Estatística Maço 4 – AHRS).

⁹⁴ *Echo Operário*. Rio Grande, 19 set. 1897, p. 2 (NPH). A biografia de Coutinho é a de SCHMIDT, *op. cit.*

⁹⁵ Tomo a liberdade de mencionar, sobre o tema, meu próprio texto: SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. O herói no movimento operário. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira (Orgs.). *Mitos e*

Emanuele de Porto Alegre, em 1914, caso que já mencionei brevemente no capítulo anterior, mas que demonstra com clareza a ausência de separação entre cargo e pessoa e o peso da honra nas relações intersubjetivas. Lembro o leitor que Carmine Grimaldi e Pedro Mattioli, ambos membros da diretoria da mutual, divergiam acerca do aluguel da sede para bailes de uma associação negra. Apesar das desavenças que já vinham ocorrendo entre ambos – que chegaram a discutir em público quando Mattioli foi ao açougue de Grimaldi, no Mercado Público, para tomar satisfações –, o ápice da disputa viriam a ser as próximas eleições na mutual, quando cada contendor apoiava uma chapa. Apurados os resultados, houve dúvidas sobre o que fazer com os votos em branco. A comissão eleitoral decidiu incluí-los entre os votos da chapa de oposição, que obtivera maioria, entre outros motivos, porque as cédulas "somadas a qualquer das frações, nada alterava[m] o resultado já conhecido". Os contendores, mais uma vez, assumiram posições diferentes sobre essa decisão, sobretudo porque Grimaldi, que era o presidente da entidade, argumentava que os votos em branco deveriam ser computados como favoráveis à chapa oficial, uma vez que indicariam o desejo do associado de deixar a situação como estava. A tensão do processo eleitoral chegou à necessidade de apartar Grimaldi e Mattioli, e mesmo a pedidos de suspensão da sessão, o que não ocorreu. A posição de Grimaldi foi derrotada pela eleição e pela comissão eleitoral. Não havia dúvida sobre o que desejava a maioria dos associados com direitos políticos, mas Grimaldi tinha dúvidas, sim, sobre quantos apoiavam a sua posição, e não permitiu que o ápice da disputa eleitoral fosse também o ápice da disputa pessoal: esperou o vencedor na saída da mutual e usou de seus conhecimentos técnico-profissionais para aplicar uma facada de 7 cm., "por onde saíam os intestinos de Mattioli".⁹⁶



No encerramento deste capítulo e desta parte, é conveniente retomar alguns

heróis: construção de imaginários. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1998, p. 111-139.

⁹⁶ Processo-crime (Júri). Porto Alegre, n. 5203.1, Maço 294, Estante 29, 1915 (APERGS). Os trechos citados textualmente estão nas fls. 6 e 32.

conteúdos, não para reiterá-los, mas para consolidá-los como preparação para os conteúdos referentes à consecução de estratégias públicas, tratados na Terceira parte. Creio haver demonstrado que as mutuais no Rio Grande do Sul, mesmo quando aplicam critérios de fechamento orientados a outras dimensões que não a situação de classe, estão estreitamente ligadas à satisfação de interesses materiais de securitização dos fatores subjetivos de risco de seus associados. Como também foi visto, isto não constitui apenas uma promessa constante em estatutos, porque é, por padrão, o principal gasto de todos os tipos de sociedades de socorros mútuos. No Rio Grande do Sul, elas realmente prestam **socorros**. Não obstante, seria previsível que a eficiência da prestação desses socorros seria maior, quanto mais heterogêneo fosse o quadro de associados, colocando as mutuais abertas como as principais prestadoras desses serviços e fazendo com que a assistência prestada fosse despida de quaisquer outros interesses, que não os materiais. Contudo, não é o que se verifica: a predominância de mutuais perenes e também eficientes com alguma forma de fechamento indica que certos tipos de restrição "espiritual" à entrada de sócios não se opõem à eficiência no atendimento aos interesses materiais dos associados. E esse é um problema relevante, porque mesmo as mutuais fechadas segundo critérios étnicos também têm parte considerável de seus membros – se não a maioria – em situação de classe desprivilegiada, tornando previsível o desejo de securitização material.

Se esses foram os conteúdos tratados no capítulo 4, neste capítulo 5 tento focalizar a atribuição de sentido da relação entre sócios e mutuais como tendo uma natureza não de classe (como parecia querer demonstrar no capítulo anterior), mas de estamento. Na verdade, o próprio uso do termo "status" no capítulo 4 poderia já ser identificado com o tema tratado agora neste capítulo 5, e isso é claro quando se ignora a situação de classe de quem, no século XIX pelo menos, se declarava "sapateiro". É por isso que julguei verossímil atribuir uma situação de classe proletária a todos cuja ocupação fosse identificada como vinculada ao trabalho manual. Mas o descontentamento que amiúde revelo com as qualificações que utilizo me levaram a utilizar o conceito de estamento, entre outros motivos, porque ele é capaz de suprir algumas das carências documentais e historiográficas desta pesquisa, ao mesmo tempo que consolida, numa exposição mais organizada, um sem-número de características das sociedades de socorros mútuos.

Ainda assim, é forçoso reconhecer que tanto o conceito de estamento quanto

a análise da "ordem social" designam os fenômenos que constituem o "resto", que não é especificamente econômico, tampouco político, ainda que possa manter relações com ambos. E agora pareço estar falando do "terceiro setor", cuja interface com o estudo das sociedades de socorros mútuos já foi mencionada no capítulo 1. É como se, à medida que avanço nesta tese, mais opções conceituais se apresentam, revelando as possibilidades de abstração decorrentes do estudo das sociedades de socorros mútuos. Confesso que é fácil se deixar seduzir por essas ofertas conceituais, correndo o risco de julgar haver encontrado solução para certos problemas quando, na verdade, a pesquisa não teria feito mais do que se esconder atrás de autoridades intelectuais.

A pesquisa ou o pesquisador? Por estranho que possa parecer a alguns uma tese escrita na primeira pessoa do singular, essa opção me pareceu eticamente defensável quando supõe a honestidade intelectual que com freqüência invoco para declarar o limite de minhas possibilidades de pesquisa, seja por causa das fontes, seja por causa de certos conceitos de que não consigo lançar mão. E foi isso que aconteceu com a "identidade", muitas vezes utilizada na bibliografia para dar conta dos critérios de fechamento adotados pelas sociedades de socorros mútuos. Como já declarei, preferi não utilizar esse conceito, substituindo-o pelo de estamento, porque também permite a descrição de certas condutas como pautadas por certos códigos de valores a atender interesses não-materiais (portanto, espirituais). O interessante de seu uso para o estudo de sociedades de socorros mútuos é que elas, ao adotarem certos critérios de fechamento não atribuíveis a riscos de securitização (como seriam os fechamentos a doentes, por exemplo) consolidam a associação como instância de atribuição de valores de diferentes tipos (materiais e espirituais), procedendo à conversão e reconversão de um tipo em outro. Afirmá-lo dessa forma é necessário para que não se atribua a uma tese escrita em primeira pessoa qualquer pretensão de pecar contra a objetividade.

Quanto vale um enterro? Ele certamente tem um valor em dinheiro, mas as mutuais com freqüência não o pagam só com dinheiro, mas também com prestígio. Na linguagem contábil, pagamentos são "créditos de caixa", porque se define o caixa como sempre devedor. Os sinistros materiais aos sócios levam as mutuais a pagarem o que julgam dever ao sócio, e o valor dessa dívida é comumente pago com bens materiais e espirituais. Neste capítulo, quis demonstrar que a incorporação de valores espirituais aos critérios de fechamento não é uma idiosincrasia das

sociedades de socorros mútuos, mas uma necessidade para que a expectativa de reciprocidade se transforme em uma expectativa de lealdade, lealdade que não pode ser obtida de outra forma que não recorrendo a bens e interesses espirituais. Mas reciprocidade e lealdade não são vínculos de mesma natureza e sequer estão correlacionados: podem coexistir, na mesma forma de sociação em diferentes quotas, de modo que a satisfação de interesses materiais e espirituais pode obedecer a lógicas bastante diferentes. Descrever as decisões das sociedades de socorros mútuos desse modo não é mais do que incorporar um novo par de conceitos polares, que se alinham aos outros pares: classe e estamento, seguro e sociabilidade, interesses materiais e espirituais, consumo e comunidade. Frente à indagação sobre qual dos pólos melhor define as mutuais, respondo que nenhum deles, porque, na maior parte das vezes, no universo empírico aqui adotado, as explicações para as decisões das entidades residem na tensão entre ambos os pólos.

Respondê-lo dessa forma tem duas implicações. A primeira delas é clara pelo uso do plural: as explicações são todas possibilidades, porque raramente é possível explicar completamente os fenômenos sociais, restando sempre uma quota de inexplicado. Se assim não fosse, seria incapaz de me contentar com os limites desta pesquisa, porque tais limites seriam sempre atribuídos à minha incapacidade de produzir qualquer conhecimento, quando, na verdade, penso que aqui está o conhecimento possível neste ano de 2004, considerado o universo empírico adotado. Muitas vezes venho dizendo ao longo deste trabalho que faço o possível, e espero não satisfazer o leitor a ponto de não suscitar novas pesquisas.

A segunda implicação retoma os estamentos, porque me parece que o caráter pouco racional de várias das pretensões de controle sobre o comportamento dos associados, e inclusive dos critérios de fechamento, ganha sentido – ou, pelo menos maior alcance explicativo – quando se lança mão do conceito. Não tenho dúvidas de que seu uso não é perfeito, porque as sociedades de socorros mútuos não são, elas mesmas, estamentos, tão-somente grupos com pretensões estamentais. Esses grupos podem ter origem em estamentos já existentes ou se propõem a demarcá-los. As duas alternativas não são excludentes, e na maior parte das vezes não são. Considerando que os estamentos funcionam segundo convenções (e não direito), quando sociedades de socorros mútuos se fundam interpondo normas jurídicas para bloquear o acesso, por exemplo, a certos tipos de negros (alcoólicos, digamos), está

em jogo a necessidade de formalizar procedimentos de inclusão e exclusão que não se apresentam como consolidados na ordem social e na honra desse estamento. O caráter estamental do prescrito sobre moralidade e honestidade dos associados pode ser posto em dúvida quando incorporados argumentos sobre a ineficiência da securitização de (e repito os exemplos) doentes ou alcoólicos, quando haveria uma justificativa econômica para certas restrições. Do mesmo teor seriam as restrições etárias, mas o debate dos estatutos da Portuguesa de Beneficência em Rio Grande, em 1881, considerou injusto cobrar uma jóia mais elevada dos que tivessem idade superior a 50 anos, segundo proposta de um sócio, que enunciou com clareza a maior possibilidade de custo com esse tipo de sócio.⁹⁷ Embora a maior parte das mutuais tenha adotado a restrição à associação de mais velhos por meio de uma taxa maior, a adoção de uma proposta como esta é típica da tensão entre interesses materiais e espirituais, esses últimos a obrigarem a assistência a essa população.

Mas o caráter estamental também pode ser abordado na forma do típico "consumo conspícuo" das classes ociosas. Como já tratei no capítulo anterior das sedes e, neste, mencionei a vestimenta, não creio ser necessário me deter mais nesses eventos, que, como também já afirmei em ambos os capítulos, combinam interesses materiais e espirituais. Mas as mutuais, quando podem, fazem mais do que isso, assumindo, como associação, o papel de doador filantrópico típico das "classes ociosas" propriamente ditas, e isso aconteceu quando o Clube Caixeiral de Pelotas fez doações para a construção do Asilo de Mendigos em 1882; quando a Sociedade União dos Caixeiros Viajantes atendeu ao pedido da Comissão Panamericana de Agentes Comerciais doando dinheiro para vítimas de "catástrofe" natural no Chile em 1939; e quando a Fratellanza e Unione Italica, de Cruz Alta, promoveu subscrição para vítimas do terremoto de 1908 na Calábria e Sicília.⁹⁸ Mas os gastos com socorros, trazidos no capítulo 4, evidenciam que, embora a doação possa ser integrada a uma caracterização das mutuais, essa forma de dispêndio,

⁹⁷ Sociedade Portuguesa de Beneficência. Sessão de assembléia geral. Rio Grande, 19 jun. 1881, *op. cit.*

⁹⁸ A despeito da diferença teórica entre Thorstein VEBLEN (*A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988) e Weber, não creio inadequado passar, sobretudo quando estou tratando do que acontece nas sociedades de socorros mútuos, de "grupo estamental" para "classe ociosa". As referências das mutuais são: NOTÍCIA Histórica, *op. cit.*, p. 32; SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1939*. Santa Maria: Livraria Comercial, 1939, p. 13 (IHGRGS); *CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre/Roma: Globo/ Ministeri degli Affari Esteri, 1925, p. 386.

como os demais dispêndios atribuíveis à satisfação de interesses espirituais, é limitada pela necessidade de atender aos interesses materiais, algo flagrante quando se verifica que a concorrência promovida pela Portuguesa de Beneficência de Rio Grande, em 1900, para as estátuas de Pedro Álvares Cabral, Infante D. Henrique, Luiz de Camões e Vasco da Gama, que adornariam a fachada do Hospital, resultou em valores e condições que a diretoria da entidade "resolveu (...) deixar à deliberação da sua sucessora", ou é cobrada pela imprensa, em 1878, acerca de sua incapacidade de atender os interesses materiais, tanto de sócios quanto de não-sócios.⁹⁹

A tensão também se revela na definição se o gasto com o pagamento de quotas pertence ao custo da reprodução do "modo de vida" estamental ou à securitização dos riscos subjetivos do trabalho. O que parece ser apenas uma paráfrase do que venho afirmando assume outro sentido frente à perspectiva de que o dinheiro pago à mutual provém das economias familiares, que, em certos universos empíricos, era administrado também, se não exclusivamente, pelas mulheres dos sócios.¹⁰⁰ Ignoro pesquisas acerca do mesmo fenômeno no Rio Grande do Sul, mas se assim for, a escolha da mutual à qual um homem se filia passa a ser uma decisão familiar, que não é exclusivamente definida segundo o grupo étnico ou ocupacional ao qual pertence o associado do sexo masculino. Quando se retomam os Quadros 4.3 e 4.4, é possível verificar que as mensalidades mais baixas nas mutuais classistas no século XX se acompanham do decréscimo da frequência de socorros a familiares, com exceção da assistência médica e medicamentos. Definir, portanto, qual é o tipo de mutual – étnica ou classista? – mais acessível não pode se cingir ao custo individual de associação, mas ao cômputo entre os valores de renda familiar comprometidos e os benefícios obtidos. Os números do capítulo 4 são insuficientes para definir a acessibilidade, porque a decisão comporta o peso no orçamento familiar, a possibilidade de associação de outros membros da família quando não há cobertura para familiares e, obviamente o sempre mencionado – mas, confesso, realmente não estudado – "mercado

⁹⁹ RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. do Diário, 1901, p. 18 (BRG); ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Porto Alegre, dissertação (mestrado em História do Brasil-PUCRS), 1996, p. 321.

¹⁰⁰ ALBORN, *op. cit.*, p. 573-572. A importância de pensar a história do trabalho tomando como unidade básica a família é explícita em LINDEN, Marcel van der, LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999. Capturado em 1

previdenciário" local que permitiria a opção entre diferentes ofertas de serviços. Com isso, a decisão sobre satisfazer ou não certo interesse espiritual (considerados seus custos) ou ampliar a cobertura assistencial para membros da família não é feita apenas pelos presentes em assembléia geral, mas pelas suas famílias, quando elas participam da gestão da renda.¹⁰¹

Quando digo que existe uma tensão por meio da qual se podem explicar as decisões das mutuais, isso interfere também na retórica, e não é ilógico que estatutos e relatórios sejam impressos e enviados a diversos lugares, inclusive os que estão fora da área de cobertura da mutual: são formas de exibir prestígio "para os de fora" e "para os de dentro", claras, por exemplo em documentos que mencionam a correspondência e os pedidos para se fazer representar em posses de diretorias. Como seria possível não se orgulhar de participar como associado na construção da sede própria da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes, cuja fotografia foi publicada em 1933 na revista *The Australian Traveller*, aparentemente publicada pela Commercial Travellers of Australia? Esse elemento completaria a caracterização de uma "classe ociosa", capaz de exibir internacionalmente uma proeza, de dispor de seu dinheiro no pagamento de quotas e dispor de seu tempo em assembléias e festividades anuais que duram três dias.¹⁰² A freqüência com que ocorrem assembléias, já mencionada, também sofre da tensão entre os pólos material e espiritual, porque elas são, por padrão, convocadas para momentos disponíveis aos "pobres", que despendem tempo em uma atividade incapaz de gerar ganhos imediatos. Pensar as assembléias sob essa tensão entre interesses materiais e espirituais permite reavaliar os lamentos sobre a baixa presença de associados: até que ponto interessa à diretoria da mutual a presença de sócios desinteressados espiritualmente?

De resto, até que ponto interessa à diretoria da mutual associar todo o grupo social definido pelo fechamento? Talvez sejam suficientes os membros definidos segundo seu comportamento prévio, porque basta existirem em número suficiente para arcar com os custos materiais e espirituais da definição mais precisa do modo de vida prescrito como característico do estamento. Associar a todas as pessoas

ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>.

¹⁰¹ Aparentemente, no Recife da década de 1970, era o homem que definia a filiação dos membros da família como uma "estratégia" privada, TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 58-59

¹⁰² SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1933*. Porto Alegre: Gundlach, 1933,

abrangidas por certa definição étnica ou ocupacional significaria assumir custos elevados de socorros (por exemplo, de doentes) como constituintes de uma dívida da mutual para com seus sócios e, portanto, mais dificilmente conversíveis em bens espirituais, tais como o prestígio da doação filantrópica. Por outro lado, a pretensão de associar a todos pode também elevar o custo de controle sobre os associados. É claro que, se a mutual pretende implementar estratégias públicas, quanto maior for o número de sócios, mais eficiente essa atividade pode ser, ainda que a tendência de elevar os custos administrativos dirigidos à manutenção da disciplina possa levar à diminuição da satisfação de interesses materiais. Talvez se pudesse pensar dessa forma um dos modelos ideal-típicos da transformação de mutuais em sindicatos ou outros grupos de interesse.

Certamente há problemas quando suponho que as mutuais não têm interesse de associar a todos. O primeiro deles matiza a qualificação das entidades como grupo estamental, me levando a defini-las apenas como grupo com pretensões estamentais. A diferença reside na carência de formas de monopólio econômico, tal como ocorreria se a mutual fosse a única entidade a oferecer securitização a certo grupo social. Isso é relevante para a continuação desta tese porque, se a mutual não é capaz de implementar um monopólio na ordem econômica, isso não necessariamente exclui a possibilidade de monopolizar a representação política de interesses: a mutual seria a única a representar o estamento, porque os não associados a ela não estariam associados a qualquer outra entidade que pudesse disputar esse monopólio. O segundo problema, relacionado aos efeitos desse primeiro, envolve não a reversão, mas uma nova inversão daquilo que afirmava no começo do capítulo: os sócios das mutuais deveriam ter, além de certa situação estamental definida por um tipo de fechamento étnico ou classista, um "bom comportamento". Digo que não é uma reversão, porque tanto a primeira, quanto a segunda afirmação são possíveis quando levadas em conta as tensões que venho enunciando como instrumentos para o estudo das sociedades de socorros mútuos e, ademais, o critério principal para associação não pode ser generalizado: cada caso é um caso, e a generalização possível é aquela que destaca os instrumentos necessários para a análise de cada um dos casos encontrados.

Não obstante, a pretensão estamental das sociedades de socorros mútuos concebe a ordem social como horizontal, e não vertical. Mutuais de diferentes tipos

se referem umas às outras não segundo direitos de precedência, mas segundo um rol de estamentos concebidos como simplesmente existentes na ordem social. O Relatório do Club Caixeiral de Pelotas, em 1902, lista os ofícios enviados convidando para assistir à posse da nova diretoria, e a ordem dos destinatários revela no máximo algumas concentrações: começa com uma mutual de tipógrafos de Pelotas, e aí concentra as demais entidades da cidade, com exceção de uma Loja Maçônica de Rio Grande, concentrada com as demais lojas de Pelotas; segue com as correspondências para outras cidades do Rio Grande do Sul; concentra todas as mutuais de caixeiros do estado, incorpora as mutuais de caixeiros do resto do Brasil, em meio às quais assinala periódicos, encerrando com os Clubes Comerciais de Porto Alegre e Rio Grande. Estão elencadas mutuais, sociedades recreativas, jornais, etc. e, ressalvado o número de entidades e autoridades representadas, a solenidade de inauguração da sede própria da Sociedad Española em Porto Alegre, três décadas depois, exhibe o mesmo tipo de concepção horizontal.¹⁰³ Não creio, por isso, exagerar ao insistir no estamento como conceito relevante para abordar os critérios de fechamento das sociedades de socorros mútuos, independente da natureza específica desse fechamento.

Afirmo, portanto, que todas as sociedades de socorros mútuos são iguais? Não é necessário responder negativamente, quando venho apresentando nesta tese exemplos de semelhanças e de diferenças que apenas evidenciam a capacidade de certos tipos de perguntas terem respostas semelhantes (ou não) quando aplicadas a mutuais de diferentes tipos, em diferentes locais e momentos. A bem da verdade, o estudo para o Recife da década de 1970 verificou fenômeno semelhante: a "forma organizativa" das mutuais de seu universo empírico era muito semelhante, a ponto da autora desistir de indagar a respeito de suas possibilidades de ação "política", quando apenas encontrou entidades com pouco envolvimento dos associados no que dizia respeito a interesses espirituais. Mas aquilo que a autora qualifica como disponibilidade das entidades "às mais variadas formas de apropriação e manipulação", eu prefiro testar, em meu universo empírico, como um elemento a mais na "forma organizativa": a versatilidade.¹⁰⁴ Indagar sobre a dimensão política de mutuais versáteis implicará definir o quão elástica é a distribuição de preferências

¹⁰³ CLUB CAIXEIRAL. *Relatório da gestão social de 1902*. Pelotas: Livraria Comercial, 1903, p. 23-24 (BPP); VARGAS, *op. cit.*, p. 91-95.

¹⁰⁴ TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 77.

políticas e quais as possibilidades de implementação de estratégias públicas. Este é o tema da Terceira Parte.

TERCEIRA PARTE:

**"[A] ASSOCIAÇÃO SÓ VISA – A
CARIDADE ANTE SEUS
ASSOCIADOS, POR UM LADO, E
POR OUTRO A DEFESA DOS
DIREITOS E INTERESSES DA
CLASSE OPERÁRIA"***

* ALTRUÍSMO. *Operário*. Organ da Liga Operária de Santa Catarina. Capital [Florianópolis], 15 set. 1900, p. 2 (BPESC).

6 – ESTADO E MUTUAIS

Embora já tenha me referido brevemente à normatização sobre as sociedades de socorros mútuos no Brasil ao longo desta tese, não tratei especificamente desse tema. Não que ele seja de importância menor, mas, tal como outros tópicos que venho abordando, existe um momento que penso ser ótimo para aprofundar a exposição de certo elemento desta pesquisa. Creio que este é o momento para tratar da relação entre Estado e sociedades de socorros mútuos, e este capítulo pretende tratar com mais vagar de tais relações, uma vez que, como mostrarei no capítulo 7, alguns grupos políticos utilizaram – ou programaram fazê-lo – a organização legal das sociedades de socorros mútuos para o desenvolvimento de atividades de propaganda. Era tão simples assim? Pretendo demonstrar que era, mas que dificilmente o perfil dessas entidades “de fachada” passaria completamente despercebido, tanto pelos interessados em se securitizar, quanto pelo próprio aparelho estatal. Correndo o risco de uma citação descontextualizada – uma vez que trata de círculos católicos no interior da Argentina no começo do século XX –, um autor contemporâneo observava que “el gaucho es muy ladino y no deja de apercibirse pronto de que esas sociedades no le benefician, a lo menos en el terreno material ...”.¹

É difícil tipificar com clareza a forma pela qual o Estado dispõe sobre as sociedades de socorros mútuos e como se constituem as relações recíprocas. Certamente há sobreposições empíricas na classificação didática que desenvolvo neste capítulo. O primeiro sub-capítulo trata das normas legais e seus efeitos sobre as entidades. O segundo aborda os mecanismos administrativos que, dispostos pela norma legal, pautaram realmente a relação do Estado com cada sociedade de socorros mútuos. O terceiro sub-capítulo trata de um caso especial de relação com o Estado, que é o das mutuais de imigrantes. O quarto sub-capítulo, que seria o mais

¹ BIALET-MASSÉ, Juan. *Informe sobre el estado de las clases obreras argentinas a comienzos del siglo*. (vol. 2). Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1985, p. 281. Embora a citação não me tenha sido sugerida por Pablo Vagliente, seus comentários a uma primeira versão deste texto (Estado e Mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940). In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM) foram importantes para precisar argumentos e, mesmo, indicar alguns caminhos da pesquisa. Sem imputar-lhe qualquer responsabilidade pelas deficiências, não posso deixar de registrar meus agradecimentos.

propriamente “político”, indaga das motivações e valores a explicar a sanção da norma legal e dos mecanismos administrativos.

6.1 – A NORMA LEGAL NO BRASIL

As normas legais que pautaram a organização em mutuais no Brasil foram, de modo geral, de âmbito nacional, e não regional. E as normas aqui elencadas não são todas diretamente vinculadas às sociedades de socorros mútuos. Há aquelas que se aplicam diretamente às entidades e outras que a elas se aplicam indiretamente. Como se poderia imaginar, as do segundo tipo foram bastante mais freqüentes, porque, como já foi visto nesta tese, as entidades se vêem às voltas com diversas dimensões do social quando devem decidir sobre critérios de filiação, atividade política dos membros e da própria entidade, formas de arrecadação e gasto, socorros oferecidos, etc. No limite, inventariar a normatização legal de forma completa significaria retomar grande parte da legislação, inclusive a criminal, por exemplo, pois, como já se viu, dentre os socorros eventualmente oferecidos pelas entidades havia os que dispunham sobre assistência jurídica em certos casos.

No período abordado por esta pesquisa, pude encontrar cinco momentos nos quais o texto legal nacional se refere diretamente às entidades, pauta e modifica suas relações com o Estado e, mesmo, demanda a sua transformação interna. O primeiro deles coincide com o conjunto formado pela Lei n. 1083, de 22 de agosto de 1860 e o Decreto n. 2.711, de 19 de dezembro desse mesmo ano.² Enquanto a Lei apenas incorpora as sociedades de socorros mútuos e outras entidades àquilo sobre o que dispõe, o Decreto traz dois capítulos que interessam diretamente ao tema desta tese. O capítulo VII trata dos “Montes Pios”, enquanto o VIII, das sociedades de socorros mútuos. A diferença prescrita por lei entre as entidades seria a do caráter temporário ou permanente dos benefícios prestados. Os Montes Pios (a partir de agora “montepios”) são definidos no artigo 28 do decreto, pela finalidade de “criação de capitais ou de pensões em benefício dos seus contribuintes ou sócios durante a velhice, ou inabilidade em serviço, em virtude de moléstia, ou de seus ascendentes e descendentes, filhos adotivos, ou dos cônjuges entre si, e pessoas

² A legislação nacional pesquisada o foi na Coleção de leis e decretos entre 1860 e 1940. Exceções serão sempre assinaladas, como é o caso da Lei n. 1083, de 22 de agosto de 1860, transcrita em: BONAVIDES. Paulo, AMARAL, Roberto (orgs.) *Textos políticos da história do Brasil*. Capturado em 25 nov. 2001. Online. Disponível na Internet: http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio/vol2/B_098.html.

da família em caso de falecimento”. Já as sociedades de socorros mútuos, segundo o artigo 31, deveriam, exclusivamente, “prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos no caso de enfermidade, ou inutilização de serviço, e acorrer, no caso de seu falecimento, às despesas do seu funeral”. Como o leitor pode notar, a diferença não é relevante para este estudo, uma vez que estou considerando ambas entidades como sociedades de socorros mútuos.

Além dessa diferença, há três detalhes nesse decreto que também merecem atenção. O artigo 30 explicita que não poderiam ser considerados montepios “as sociedades de seguros de vida de qualquer espécie; as toutinas e outras quaisquer sociedades que tenham por fim a repartição dos lucros por meio da sorte”. Embora essa restrição não seja repetida para as sociedades de socorros mútuos, supõe-se que também a elas se aplicasse. Ora, os montepios são explicitamente desvinculados das sociedades com fins de lucro, de um lado e, de outro, de iniciativas com menor grau de formalização ou institucionalidade, como as “dividing societies” existentes na Irlanda em 1874 ou em Recife na década de 1970. Nessa modalidade de associação, cujos procedimentos a definem como temporária e com limitado número de integrantes, seus membros contribuem periodicamente com certa quantia que, reunida, constitui o prêmio de um sorteio entre os contribuintes a cada reunião. O “sorteio”, tal como era chamado no Recife (ou “tontine”, na Irlanda) deve ser temporário e limitado, porque não se pode correr o risco de agregar novos membros que tenham contribuído menos que os demais e cuja sorte os faça lograr o prêmio; também por isso, a associação se encerra quando o último membro é beneficiado, momento a partir do qual a única coisa que se pode fazer é formar um novo grupo. Embora essa pareça uma modalidade de associação distante das sociedades de socorros mútuos que venho abordando – principalmente porque prescinde de publicidade, e mesmo de um risco determinado por estatutos a ser coberto –, não obstante, depende de um grau de confiança muito maior, e de um controle mútuo também maior, uma vez que os membros não podem deixar de contribuir mesmo depois de sorteados.³

O segundo detalhe desse mesmo decreto é o conjunto de procedimentos administrativos internos a serem seguidos tanto por montepios quanto por

³ LINDEN, Marcel van der (ed.). *Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996, p. 19; MOTTA, Roberto, SCOTT, Parry (org.). *Sobrevivência e fontes de renda. Estratégias das famílias de baixa renda no Recife*. Recife: Sudene/Ed. Massangana, 1983, p. 123-124.

sociedades de socorros mútuos. Tânia de Luca⁴ resume esses procedimentos:

“Os estatutos deveriam ser enviados à autoridade competente especificando o nome da entidade, a sua sede, os seus fins, a duração prevista, o valor da contribuição mensal, a forma como se pretendia empregar os fundos sociais, os serviços prestados, as atribuições dos administradores e da assembléia geral, o modo de administração, as condições para admissão e eliminação dos sócios, bem como o número destes”.

Se tais procedimentos deveriam ser seguidos por sociedades de socorros mútuos e montepios, estes últimos ainda deveriam trazer nos estatutos estimativas atuariais, tais como “a probabilidade de duração dos contribuintes, segundo sua idade”, como previsto no § 2º do artigo 29. O que o decreto, na verdade, dispõe é sobre a necessidade de aprovação legal do Poder Executivo para seus estatutos, sem o que as entidades não poderiam funcionar e estariam sujeitas a penas.

O terceiro detalhe do decreto é o que determina que os presidentes de sociedades de socorros mútuos e montepios deveriam ser nomeados pelo Poder Executivo, a saber, “o Governo na Corte e os Presidentes nas Províncias”, como disposto nos §§ 5º dos artigos 32 e 29, respectivamente. Contudo, havia uma brecha legal que permitia às sociedades de socorros mútuos apresentarem para aprovação estatutos que garantiam a autocefalia: os artigos 33 e 34 do mesmo decreto nada mencionam acerca de detalhadas estimativas atuariais ou heterocefalia para as sociedades beneficentes ou “associações religiosas, políticas e outras”. Isso explicaria em parte o fato das sociedades de socorros mútuos no Brasil se autodenominarem “sociedades beneficentes”, semelhantes àquelas de cunho caritativo ou filantrópico, porque é como se bastasse o nome para relaxar a atenção aos estatutos e à nomeação do dirigente máximo. É possível que, em parte decorrente da restrição da norma legal e da brecha encontrada, os limites entre beneficência e socorro mútuo tenham sido tênues no Brasil, ao contrário da Argentina, onde as “sociedades de beneficência” eram claramente destinadas à proteção social de terceiros. Não obstante, foram, sim, encontrados registros de típicas “sociedades de beneficência” em alguns municípios do Rio Grande do Sul, a maioria fronteiriços.⁵

⁴ LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. (O mutualismo em São Paulo). São Paulo: Contexto, 1990. (Série República), p. 14.

⁵ V. THOMPSON, Andres. Beneficencia, Filantropía y Justicia Social: el “tercer sector” en la historia argentina. In: Idem (comp.). *Público y privado. Las organizaciones sin fines de lucro en la Argentina*. Buenos Aires: Losada/UNICEF, 1995, p. 25-35; RECALDE, Héctor. *Beneficencia, asistencialismo estatal y previsión social*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991, p. 11-61. Para registros de sociedades de beneficência em municípios do Rio Grande do Sul: ESTATUTOS da

As normas de 1860 seriam parcial e totalmente revogadas para as sociedades de socorros mútuos nos segundo e terceiro momentos de minha atenção ao texto legal. O Decreto nº 5112, de 17 de outubro de 1872 abole a nomeação de presidentes pelo Poder executivo nos montepios e sociedades de socorros mútuos. Já a Lei nº 3.150, de 4 de novembro de 1882, seguida do Decreto nº 8.821, de 30 de dezembro desse mesmo ano, abrem mão da aprovação dos estatutos da maior parte das associações reguladas pelo decreto nº 2.711, mas a mantém para “os montepios, os montes de piedade ou de socorros, as caixas econômicas e as sociedades de seguros mútuos”. Desse modo, se encerra em 1882 o período iniciado em 1860, quando as principais fontes para um inventário das sociedades de socorros mútuos são a legislação provincial no Rio Grande do Sul e os requerimentos originais a cumprirem a norma legal. Estes últimos são particularmente ricos, inclusive para verificar os efeitos dessas normas nas entidades. A Sociedade de Beneficência Brasileira União, fundada pouco antes da promulgação dessas normas, colocou em assembléia geral a discussão sobre a sua legalização nos prementes seguintes termos: “se se deve remeter ao Presidente da Província os estatutos desta sociedade e solicitar para eles a aprovação do Governo, ou se deve dissolver a Sociedade”. Como seria previsível, aprovou-se a primeira proposta. Ainda que não tenha encontrado documentação semelhante para o Hilfsverein de Porto Alegre, a transcrição e tradução da ata de assembléia de 16 de dezembro de 1860 revelam os mesmo ponto de pauta e a mesma resolução.⁶

A partir de 1882, os estatutos de sociedades de socorros mútuos não mais precisavam da aprovação legal, ao contrário dos congêneres montepios, e essa diferença teria gerado dúvidas nos grupos fundadores das entidades, que ainda requeriam à Presidência da Província do Rio Grande do Sul sua aprovação, tal como aconteceu com a Union Française, em 1884, o Club Beneficente Fructorianos, em 1887, e a Sociedade Comemorativa e Beneficente Giuseppe Mazzini, em 1888.⁷

Sociedade Jaguareense de Beneficência. Ato n. 174 de 2 de novembro de 1882. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Of. Typ. de Carlos Echenique, 1908; ESTATUTOS da Beneficência São-Borjense. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1901 (IHGRGS); (para a Sociedade Beneficente Montenegrina) INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941, p. 102; (para a Beneficência Alegretense) ARAÚJO FILHO, Luiz. *O município de Alegrete*. Alegrete: Irmãos Prunes/Livraria O Coqueiro, 1907, p. 173.

⁶ Requerimentos – Diversos – 1861 (Maço 98); TELLES, Leandro. *Do Hilfsverein ao Colégio Farrouilha, 1858-1974*. [Porto Alegre]: Associação Beneficente e Educacional 1858, 1974, p. 33.

⁷ Requerimentos – Diversos – 1884 (maço 214); Requerimentos – Diversos – 1887 (maço 250);

Segundo Tânia de Luca, a revogação completa do decreto nº 2.711 em 1882 fez com que a definição legal das sociedades de socorros mútuos retornasse ao “privatismo” anterior a 1860, quando a autorização para o funcionamento de entidades era somente necessária no caso de sociedades secretas e sociedades anônimas.⁸

O quarto momento seria o da consolidação do regime republicano, que não modifica grandemente a legislação de 1882. O decreto nº 164, de 17 de janeiro de 1890, mantém a prescindência de autorização para as sociedades civis em geral – inclusive as de socorros mútuos – mas reitera a necessidade de submissão dos estatutos de “montepios, os montes de socorro ou de piedade, as caixas econômicas e as sociedades de seguros mútuos”, algo que se mantém mesmo no Código Civil, sancionado em 1916. É, contudo, o decreto nº 173, de 10 de setembro de 1893, que abre nova possibilidade ao permitir o reconhecimento de pessoa jurídica às sociedades de socorros mútuos, entre outras associações civis.⁹ Mas a proclamação da República no Rio Grande do Sul colocou no poder novos quadros políticos que possivelmente não tinham plena clareza do ordenamento jurídico em vigor – de resto, ainda se consolidando. Assim, em 1897, a Diretoria Geral de Estatística do Estado do Rio Grande do Sul indagou em questionário padronizado às entidades sobre a “aprovação” de seus estatutos. A Sociedade Italiana de Mútuo Socorro em Alegrete, fundada logo em 1883, respondeu que seus estatutos tinham sido “aprovados pelas autoridades locais no ato de fundação da mesma”. Essa resposta, provavelmente, apostava na representatividade local e continuidade da associação frente a uma questão que, de fato, não parecia ter muito sentido. Mais incisiva foi a resposta da mutual espanhola de Bagé:

“Em data 10 de setembro de 1891 foram selados na coletoria das Receitas Gerais [?] os Estatutos da nossa sociedade e foram remetidos à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior (...) tendo-nos sido devolvidos dizendonos [sic] não ser preciso serem reconhecidos pelo Governo do Estado”.¹⁰

Depois disso, a próxima norma legal que interferiu diretamente nas sociedades de socorros mútuos é o decreto nº 24.784, de 14 de julho de 1934. Esse

Requerimentos – Diversos – 1888 (maço 258) [AHRS].

⁸ *Op. cit.*, p. 13 e 17.

⁹ BONAVIDES, AMARAL (orgs.), *op. cit.*. Capturado em 25 nov. 2001. Online. Disponível na Internet: http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio/vol3/C_119_07.html; LUCA, *op. cit.*, p. 17.

¹⁰ Correspondência das Associações de Beneficentes [sic] em resposta a questionário enviado à Diretoria Geral de Estatística, 1897. Estatística. Maço 4. (AHRS).

decreto reorganizava – ou melhor, recriava – o Conselho Nacional do Trabalho. O artigo 12 (no §2º, alínea V) atribuiu ao Conselho Pleno desse órgão – que tinha funções consultivas e administrativas relacionadas à legislação do trabalho, propriamente dita, e à legislação previdenciária – a responsabilidade pela fiscalização “das instituições de seguro social, e demais entidades congêneres”. É clara a inclusão das sociedades de socorros mútuos entre as “entidades congêneres”, uma vez que o artigo 29 do mesmo decreto incumbia a Secretaria Nacional desse Conselho do registro das “instituições de previdência social”, categoria na qual se incluíam “associações de auxílios mútuos e outras organizações de previdência social, instaladas e mantidas por iniciativa particular, de classe ou não”. Outras incumbências do órgão, relacionadas às sociedades de socorros mútuos, também eram definidas: o Ministério, ele próprio, se pronunciaria sobre a concessão de “benefício de montepio, pensão ou aposentadoria”; as entidades – mesmo as já existentes – deveriam encaminhar seus estatutos autenticados, nominata de diretoria e relatórios anuais, e poderiam sofrer intervenção do Conselho em caso de disputas internas ou fraudes.

Esse último momento em que o texto legal se relaciona diretamente com as sociedades de socorros mútuos pode ser aproveitado como uma introdução à exposição do tipo de evento sobre o qual se pode dizer que as normas interferem de forma indireta na dinâmica interna e formas de operação das entidades. Como o leitor já sabe, as sociedades de socorros mútuos existiam em profusão no Brasil quando da montagem do sistema estatal de previdência. Embora não seja tema desta tese a sucessiva montagem desse sistema estatal, é necessário atentar ao fenômeno tanto no que concerne a seus efeitos como concorrentes das sociedades de socorros mútuos (ou o contrário), quanto no que diz respeito às possibilidades de sua incorporação a esse sistema. Ainda voltarei a estudar a previdência estatal no último capítulo, mas é necessário adiantar algo do tema para compreender alguns argumentos desenvolvidos em 6.4, quando tento interpretar os valores a pautar a relação entre Estado e mutuais.

Como se sabe, a previdência estatal no Brasil inicia com a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, por meio do Decreto n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923 (que regulamenta a chamada Lei Eloy Chaves). Não considero aqui os sistemas de aposentadoria do funcionalismo público nacional anteriores a 1988 – eventualmente de caráter não-contributivo – ou mesmo os montepios

existentes no Brasil desde o final do século XVIII.¹¹ Mas, mesmo antes de 1923, o Estado já legislava com possibilidades de interferência nas sociedades de socorros mútuos. Ao promover e subvencionar, por exemplo, o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado, criado em 1835 e destinado à cobertura previdenciária do funcionalismo público nacional, conferiu a essa entidade um status de garantia (supostamente legal) que a fazia concorrer com vantagens sobre eventuais outras mantidas pelos mesmos grupos sociais. Com isso, mesmo que se identifiquem preocupações da presidência do Rio Grande do Sul com a cobertura previdenciária do funcionalismo provincial já em 1854, tais preocupações se manifestam tão-somente com a concessão de um adiantamento para integrarem o Montepio Geral.¹²

Outros autores já assinalaram as semelhanças entre as Caixas de Aposentadorias e Pensões dos ferroviários e as caixas de empresas ferroviárias existentes antes da Lei Eloy Chaves. Conquanto não tenha incorporado a esta tese o estudo dessas entidades, por não crê-las exatamente “sociedades de socorros mútuos”, não há razões para discordar do fato de que o modelo estatal calcou-se em mecanismos de previdência privada então em atividade. Isso significaria interferir seriamente nessas últimas, a ponto de inviabilizá-las. Contudo, quando da montagem da previdência estatal, apenas uma norma legal dispõe especificamente sobre a relação desta com outras formas de previdência: o decreto n. 5.109, de 20 de dezembro de 1926, reforma o decreto que criara a Caixa dos Ferroviários. Este decreto mais recente estendeu a previdência em Caixas de Aposentadorias e Pensões a outras categorias e permitia, em seu artigo 63, que houvesse acordo com entidades já existentes, incorporando seu ativo. As entidades entre ferroviários em São Paulo – fossem mutuais ou caixas de empresa – tenderam a desaparecer depois de 1923, mas não foi o que ocorreu no Rio Grande do Sul, quando vemos que em 1931 existiam 12 entidades assistenciais em funcionamento (além da Caixa

¹¹ MALLOY, James M. *A política da previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 48; OLIVEIRA, Jaime Antônio de Araújo, TEIXEIRA, Sônia M. Fleury. *(Im)previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 19-20.

¹² Para a subvenção imperial ao Montepio Geral, vejam-se os relatórios do Ministério dos Negócios do Império. Para o adiantamento aos funcionários provinciais, v. RELATÓRIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p. 20. Capturado em 02 nov. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/883/000020.html>.

de Aposentarias e Pensões) e em 1939, pelo menos 7 entidades de socorro mútuo entre ferroviários.¹³

Outras normas legais poderiam também interferir na dinâmica interna das sociedades de socorros mútuos, e destaco uma delas, o decreto n. 1.637, de 5 janeiro de 1907. Essa é uma norma mencionada, mas talvez pouco conhecida dos estudos da história do trabalho. Mencionada, porque permite o registro legal de entidades denominadas “sindicatos”, que passam a diferir um pouco das demais associações voluntárias registradas sob o âmbito do decreto n. 173, de 10 de setembro de 1893, uma vez que os reconhecia como defensores dos interesses de grupos profissionais; pouco conhecida porque, como assinala um autor, “o impacto dessa legislação (...) está por ser fidedignamente estabelecido, quer em termos do número de organizações que se criaram, quer na abrangência efetiva das organizações”.¹⁴ O decreto interessa a esta tese, porque seu artigo 3º (alínea c) permite a sindicatos a constituição de caixas de socorros mútuos e cooperativas com autonomia financeira e escrituração em separado. Ao fazê-lo, interfere indiretamente na dinâmica interna das entidades existentes, quando estimula a criação de novas sociedades de socorros mútuos, e, mais precisamente, aquelas por categoria profissional (ao facultá-las como anexas aos sindicatos); interfere também porque, mesmo nas então criadas caixas adjuntas aos sindicatos, estipula a contabilidade em separado, demarcando a distinção entre os fundos destinados à proteção social e aqueles destinados à promoção de estratégias coletivas. A forma por meio da qual a lei faculta a criação de caixas de socorros mútuos explicita eventuais necessidades de justificar ideológica ou politicamente sua inexistência nos sindicatos a partir de então criados. Ao se comparar a fundação de sociedades de socorros mútuos entre

¹³ Dentre os autores que verificaram a semelhança das Caixas de Aposentadorias e Pensões com as caixas de empresa, destaco: LUCA, *op. cit.*, p. 61-67; MANFRIM JÚNIOR, Moacyr. *Caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-1933)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998, p. 76. Sobre as entidades ferroviárias no Rio Grande do Sul em 1931 e 1939, v. respectivamente: *Idem*. A força da lei e o assistencialismo entre os ferroviários. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM, p. 8; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941. A pesquisa na documentação da própria Viação Férrea do Rio Grande do Sul revela números um pouco diferentes, mas também revelam a importância das mutuais ferroviárias, inclusive, segundo a interpretação da autora, para a disciplina do trabalho consoante o interesse da empresa: HARRES, Marluza Marques. Trabalho, assistência e controle entre os ferroviários: Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1920-1942). *História-UNISINOS*, v. 6, n. 6, 2002, p. 219-250.

¹⁴ SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça*. A política social na ordem brasileira. 2. Ed.

1897 e 1906 e entre 1908 e 1917, se verifica que o incentivo legal poderia ser considerado eficiente, ao se criarem 13 caixas profissionalmente diferenciadas no período mais recente, contra 9 do período anterior no Rio Grande do Sul. A diferença é pequena, e poderia ser atribuída ao processo mesmo de conformação de identidade profissional ao longo do tempo, mas o peso da norma se torna mais evidente quando se comparam os tempos médios de funcionamento nos dois períodos: enquanto as entidades criadas antes de 1907 funcionam por cerca de 19 anos e 4 meses, as criadas posteriormente funcionam por 9 anos, o que indicaria que, na falta do estímulo legal, as expectativas de manutenção de mutuais se pautariam exclusivamente pela avaliação da capacidade profissional de as sustentarem, expectativas tendencialmente mais realistas.¹⁵

Mesmo desviada a atenção do longo período de montagem da previdência estatal no Brasil, e de seus efeitos em sociedades de socorros mútuos, não é possível deixar de assinalar que, ainda recentemente, disposições legais e administrativas interferem nas relações de ambas. O artigo 42 da Lei n. 6.435, de 15 de julho de 1977, estabelece limites aos valores percebidos pelos segurados das entidades fechadas na forma de aposentadoria complementar ou de pecúlio, sempre definidos pelos parâmetros da previdência estatal. Não é tema desta tese nem a previdência estatal, tampouco a legislação contemporânea – de resto, ainda passível de modificação enquanto escrevo estas linhas –, mas saliento que o debate sobre a previdência no Brasil continua concebendo as sociedades de socorros mútuos existentes como instituições de previdência privada (fechada ou aberta) sem fins lucrativos, mas as normas legais que as definem como formas de previdência complementar (ou suplementar) tomam por óbvio que é o Estado que exerce o monopólio das operações no mercado previdenciário.

A lei de 1977 deixa clara uma interface das sociedades de socorros mútuos com o sistema jurídico: o que dispõe sobre as operações de seguro. Como já adiantava no capítulo 3, as sociedades de socorros mútuos nos Estados Unidos da América poderiam ser tipificadas como, de um lado, as “sick and funeral benefit societies”, que eram basicamente locais; de outro, as entidades nacionais que operavam com seguro de vida. A interferência da regulamentação das operações de

Rio de Janeiro: Campus, 1987, p. 18.

¹⁵ Não custa reafirmar que são números oriundos de meu inventário, que podem ser modificados por pesquisas posteriores.

seguro nas sociedades de socorros mútuos são claras em alguns casos no Brasil. Alguns deles poderiam ser encontrados no estudo dos seguros de vida, operação rara nas sociedades de socorros mútuos no Brasil, e mesmo nas companhias comerciais, pois, ainda em 1943, era mantida por apenas 6 dentre 83 seguradoras então existentes. Isso ocorria devido a restrições legais que datavam já do Código Comercial de 1850, que proibia essa atividade de seguro, e nulificava o seguro de vida de pessoa livre, permitindo-o tão somente para a garantia do capital investido em mão-de-obra escrava. Na prática, contudo, entre 1850 e 1916, quando o Código Civil consagrou o seguro de vida, brechas legais permitiram que algumas companhias, quando autorizadas pelo governo nacional, operassem com essa modalidade de seguro. Não é necessário remontar o conjunto da legislação de seguros no Brasil para indicar seus efeitos nas sociedades de socorros mútuos, mas apenas apontar interfaces. Um exemplo é o do período entre 1912 e 1915. A partir do momento em que a Lei n. 2.718, de 1912, diminui as taxas sobre a operação de seguros, teriam proliferado empreendimentos que já existiam e que muitas vezes eram confundidos com (e mesmo se denominando como) sociedades de socorros mútuos, ou mesmo explicitamente propagandeadas sob o nome de “mutualismo”. Grupos limitados de seguro de vida se formariam, contra o pagamento de uma jóia e quotas em casos de morte dos membros. As quotas reverteriam para o pagamento de um pecúlio ao beneficiário. Um exemplo típico desse período pode ser visto no Monte-pio da Família, com sede em São Paulo, com séries de 3.000 sócios. Os sócios pagariam 1:000\$000 de jóia, 5\$000 de diploma e 15\$000 em caso de falecimento de um membro do grupo, cuja família receberia um pecúlio de 30:000\$000. As despesas administrativas do Monte-pio, inclusive a bonificação de 30:000\$000 aos “iniciadores e fundadores da Sociedade” e seus salários, seriam pagas pelos fundos restantes que, a cada morte, renderiam 15:000\$000 para a “administração”. Embora também comercial, o caráter predatório do Monte-pio contrasta com o intento semelhante da Humanitária Associação de Auxílios Mútuos e Seguros de Vida, cujos grupos se compunham de 2.000 sócios que, como disposto em estatuto, não pagariam mais que 12 quotas anuais por morte de membros. Digo que existe diferença entre ambas, porque o limite de pagamento anual dessa última abre mão de apostar na alta taxa de mortalidade existente – que estaria entre 28 e 48 por 2.000 habitantes, dependendo da região – e mesmo promoveria em alguma medida um sistema de distribuição de renda, quando a série

mais barata de quotas pagas por morte renderia 10 vezes o valor arrecadado, ao passo que a série mais cara, o mesmo arrecadado. É possível que as entidades há pouco mencionadas também operassem no Rio Grande do Sul, não apenas porque seus estatutos foram encontrados em acervos no estado, como também porque havia publicidade desses empreendimentos na região.¹⁶

Qualquer leitura rápida dos estatutos dessas entidades pode levar ao engano, seja porque o caráter lucrativo nem sempre é explícito, seja porque a formalização administrativa prevista pode ser muito semelhante, tanto em associações lucrativas quanto não-lucrativas. Ao longo esta pesquisa, amiúde fiquei em dúvida se deveria ou não incluir no inventário a Associação de Seguro de Vida Amparo Mútuo, com sede em Pelotas. Só a leitura de seu estatuto me permitiu incluí-la, quando verifiquei seu caráter não-lucrativo e os poderes de assembléia geral. Foi fulcral para essa decisão a existência de artigo sobre a entidade em um jornal socialista, tratando-a como outras sociedades de socorros mútuos, quando reclama de sua sede longe do centro da cidade, estabelecendo diferenças entre "sócios de longe" e "sócios de perto". Se houvesse um caráter comercial na entidade, seria previsível que o teor do comentário sobre a Amparo Mútuo nesse jornal socialista fosse diferente, e que não se encontrassem detalhes de seu funcionamento (e de taxas de mortalidade na cidade) em relatórios publicados ou em notícias de jornal.¹⁷ De qualquer modo, é possível que um estudo mais acurado, não só da legislação sobre seguros, mas do

¹⁶ BARON D'Ourem. *Notice sur les Institutions de Prêvoyance au Brésil*. Communication faite au Congrès Scientifique Universel des Institutions de Prêvoyance lors de la Deuxième Session Quinquennale en 1883. Pau: Garet, 1883, p. 101-119; INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL. *Noções fundamentais de seguros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 20-21, 149-150. ESTATUTOS do Monte-pio da Família. São Paulo: Siqueira Salles e Cia., 1910; ESTATUTOS da Humanitária Associação de Auxílios Mútuos e Seguros de Vida. Rio de Janeiro: Oficinas de obras do Jornal do Brasil, 1897. Ambos estatutos foram localizados na Biblioteca Rio-Grandense, na cidade de Rio Grande. Sobre o funcionamento desse tipo de entidade, suspensão de impostos e taxas de mortalidade, v. SANTOS, Amílcar. *Seguro*. Doutrina, legislação, jurisprudência. S/l: Record, 1959, p. 25. Exemplos semelhantes desses empreendimentos seriam, provavelmente, os propagandeados em: *Correio Mercantil*. Pelotas, 1 nov. 1876 (Mutuação Filantrópica e Protetora); *O Constitucional*. Porto Alegre, 30 nov. 1872 e 25 fev. 1873 (A Mutualidade). Também para a propaganda desse tipo de entidade sob o nome "mutualismo", v. SILVEIRA, João. O mutualismo no Brasil. *A Tribuna*. Pelotas, 9 set., p. 2 e 11 set. 1911, p. 3 (agradeço a Lorena Almeida Gill por me chamar a atenção sobre tais textos disponíveis na BPP). Observo que também localizei pelo menos uma empresa desse tipo com sede no Rio Grande do Sul: ESTATUTOS da Sociedade Anônima de Pecúlios e Dotes A Previsora. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1915 (IHGRGS).

¹⁷ ESTATUTOS da Associação de Seguro de Vida Amparo Mútuo. 4. Ed. Pelotas. Typographia da Livraria Americana, 1894. Para as taxas de mortalidade de Pelotas e a própria entidade, v. RELATÓRIO da Amparo Mútuo Associação de Seguro de Vida. Pelotas: Livraria Americana, 1895, p. 10 (BPP). Para os artigos de jornal mencionados, v. PROCEDIMENTO incorreto – uma sociedade que alija seus sócios. *O Rebate*. Pelotas, 5 abr. 1914, p. 1 (BPP); AMPARO Mútuo. *Democracia Social*. Pelotas, 17 set. 1893, p. 3 (NPH).

conjunto da legislação sobre procedimentos contábeis, revele outras dimensões da relação entre Estado e mutuais, inclusive alguma classificação bastante diferente das que venho utilizando neste trabalho. Menciono essa possibilidade, porque um interessante estudo desse tipo pôs em relevo as variações da demanda estatal britânica pela clareza dos registros contábeis de diferentes agentes econômicos, sobretudo a das sociedades de socorros mútuos.¹⁸

Outro exemplo de norma indireta – agora atuando sobre dimensões políticas – pode ser visto na década de 1930. A Lei n. 136, de 14 de dezembro de 1935, dentro da reação governamental à Intentona Comunista, definia em seu artigo 13 que “nenhuma empresa, instituto ou serviço criado ou mantido pela União, Estados e Municípios” poderia ter membros ligados à violação da ordem política e social e o § único acrescentava ao âmbito da restrição as “empresas, instituições ou casas subvencionadas”. Esse parágrafo como que representava uma clara diretriz às sociedades de socorros mútuos que pleiteassem subvenções de qualquer instância do Estado: excluir os esquerdistas. Não me consta que isso tenha ocorrido de forma explícita nas mutuais, conquanto novas pesquisas poderiam encontrar casos de temor infundido pela Lei. Ela teve efeito, sim, na deposição de membros da Junta Administrativa do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários.¹⁹

Embora em muito menor número, também existiram normas de âmbito regional sobre as sociedades de socorros mútuos, mas – afora aquelas tratadas na seção seguinte, por se adequarem ao que defino como administrativas – praticamente não há disposições diretas sobre elas. No final do período imperial, a lei provincial n. 1871, de 18 de julho de 1889, isentava das taxas de heranças e legados – tal como ocorria durante a vigência do decreto imperial n. 2.711 – algumas entidades de Porto Alegre e Rio Grande, algo semelhante àquilo que viria a ocorrer

¹⁸ EDWARDS, John Richard, CHANDLER, Roy. Contextualizing the process of accounting regulation: a study of nineteenth-century british friendly societies. *Abacus*. V. 37, n. 2, 2001, p. 188-216. Devo ainda chamar a atenção do leitor para outro estudo (NEKBY, Lena. *Pure Vs. Mutual Sick Insurance Societies. Evidence from Swedish Historical Data*. Stockholm, 10 sep. 2001. Capturado em 01 jul. 2004. Disponível para download na Internet: http://www.ne.su.se/paper/wp01_10.pdf), que revisa a definição de Linden para sociedades de socorros mútuos, tendo em vista a possibilidade de compará-las com o outro tipo de entidade há pouco mencionado. Segundo a autora, "mutual insurance is an agreement on sharing of losses *ex post*. As such it differs from the pure insurance option in which insurees trade risk with an insurer at a premium fixed *ex ante*. Although mutuels can combine *ex ante* fees with *ex post* assessments and do not necessarily excise assessments every year, pure insurance societies utilize *ex ante* fees only" (p. 5).

¹⁹ Tanto o texto da Lei quanto a portaria afastando membros da Junta Administrativa do IAPB foram publicados em: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 17, jan. 1936, p. 23 e 81-82.

com a Lei n. 286, de 5 de dezembro de 1921 a isentar de impostos estaduais as cooperativas de consumo de operários, associações, aliás, muito próximas das sociedades de socorros mútuos. Até o final do período abordado por esta pesquisa, não constatei a criação de montepios regionais ou locais – sequer para os funcionários públicos – no Rio Grande do Sul, a despeito das demandas existentes desde pelo menos 1898. É bem verdade que a Lei n. 511, de 23 de dezembro de 1929, institui uma Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Funcionários Públicos do Estado, inclusive destinando verbas, mas é provável que esse intento não se tenha realizado, uma vez que cerca de um ano e meio depois, o decreto n. 4.842, de 8 de agosto de 1931 cria o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, ainda hoje existente, sem mencionar a antiga Caixa.²⁰

Não obstante, podem-se tomar como normas legais, embora indiretas, aquelas que dispõem sobre a qualificação e os procedimentos para receber subvenções. Duas normas regionais tratam disso, que são os decretos n. 2.253, de 20 de março de 1917, posteriormente complementado pelo decreto n. 4.285, de 23 de março de 1929. O primeiro dos decretos define a necessidade das entidades candidatas à subvenção qualificarem-se a cada ano, juntando “prova da [sua] existência (...), justificando seus fins e encargos ou exibindo os respectivos regulamento e estatutos” e, além disso, se beneficiadas, o dever de “apresentar ao tesouro do estado, para os efeitos do respectivo exame um balancete de receita e despesa e bem assim o relatório da sua economia interna”, mantendo ainda o Estado o direito de inspecionar as contas apresentadas. O segundo decreto, expedido 12 anos depois, me permite supor que as intenções fiscalizadoras do primeiro não foram cumpridas, uma vez que as diferenças básicas entre os dois decretos são uma especificação mais detida dos documentos a serem encaminhados – que deveriam comprovar “a) a sua existência; b) o seu funcionamento; c) a sua utilidade; d) a necessidade de auxílio” – e a necessidade de um parecer da Secretaria de Negócios do Interior e Exterior.

Também em nível regional há outro rol de textos legais na fronteira entre aquilo que defini como norma legal indireta e aquilo que ainda tratarei como norma

²⁰ Para demandas pela criação de montepio entre funcionários públicos estaduais desde o final do mandato presidencial de Júlio de Castilhos, v. *O Paladino*. Porto Alegre, n 3, 1. Nov. 1908, p. 1 (MCSHJC). Para um panorama da política regional para o funcionalismo, v. GUZINSKI, Maria Aparecida Magnante. *Política social para o idoso carente no Governo Borges de Medeiros – 1898-1928*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História (IFCH-PUCRS), 1995, p. 46-64.

administrativa. Refiro-me nem tanto à concessão de loterias, como forma de subvenção vigente no Império, mas à sua proibição pelo regime republicano no Rio Grande do Sul. A proibição de loterias altera bastante a forma de subvenção: quando a Província concede loterias parciais ou integrais e as entidades beneficiadas se interessam pela venda dos bilhetes, o valor efetivamente incorporado à receita das entidades não é conhecido, a menos que sejam consultados os registros contábeis das entidades ou as formas de controle estatal sobre as vendas. Assim, a subvenção por meio de loterias concede às sociedades de socorros mútuos o direito a um valor máximo de receita, mas não garante efetivamente o recebimento desse valor. Os percalços na consolidação de um governo republicano são conhecidos na historiografia sobre o Rio Grande do Sul, e isso ocorreu, dentre outros motivos, pela debatida constituição estadual de 14 de julho de 1891, de marcado cunho positivista comtiano. O Art. 71 desse texto legal definia as garantias aos cidadãos, e seu §18º prescrevia a abolição das loterias, “não sendo lícito ao Estado transformar o vício em fonte de renda”. Contudo, até meados da década de 1890, os governos republicanos têm certamente mais com que se preocupar do que loterias e subvenções, o que é claro no acompanhamento dos orçamentos. O Ato n. 456, de 9 de junho de 1891, define as entidades às quais serão concedidas loterias e, embora com valores algo diferenciados, é repetido em 1892 e 1893; em 1894, a subvenção ainda provém de loterias. Ainda em 1893, o ato n. 13, de 25 de janeiro reiterava que “a existência de loterias só pode ser tolerada pelo bem que seu produto causa às instituições pias”. É com o Ato n. 14, de 31 de janeiro de 1895, que os orçamentos estaduais passam a se referir à “renda especial” destinada para subvenção às entidades. É bem verdade que a Mensagem presidencial de 1903 menciona a determinação legal que levou ao contrato de 11 de setembro de 1901 com a Sociedade Anônima de Loterias Nacionais, aparentemente autorizando o funcionamento dessas, mas a palavra “loteria” só volta a constar nos textos dispondo sobre subvenções nos decretos n. 4.049, de 17 de abril de 1928 e 4.315, de 21 de maio de 1929, decretos expedidos quando Borges de Medeiros já deixara a Presidência do Estado, que fora assumida por Getúlio Vargas. A volta das loterias na composição de receita estadual destinada às subvenções não pode ser interpretada apenas como o fim de uma “maquiagem” orçamentária, e isso por uma razão simples: nos anos de 1926 e 1927, o total orçado para subvenções a “estabelecimentos pios” – onde se incluíam as sociedades de socorros mútuos – não

chega a 400 contos de réis, ao passo que em 1928 e 1929 ultrapassam os 2 mil contos de réis.²¹

Devo confessar que não dirigi atenção especial às eventuais normas de âmbito municipal sobre as sociedades de socorros mútuos, inclusive porque deveria atentar a todos os municípios da região pesquisada. Não obstante, constatei a existência de normas indiretas, na fronteira com as administrativas, em dois municípios. No de Porto Alegre, foi criado em 1926 um “imposto de caridade” a gerar receita para subvenções. A bibliografia não me informa até quando vigorou o imposto e sobre o que exatamente incidia o tributo, mas pude constatar que, ainda em 1928, a receita gerada não ultrapassava 22% dos gastos em subvenções do município. Já em Pelotas, o orçamento para 1932 orça entre as receitas municipais o valor total de uma nova taxa sobre o aluguel de salões para “festas, bailes, concertos, sessões cívicas ou literárias e conferências”, ainda que isente as funções musicais quando beneficiarem “instituições pias”.²²

Um breve balanço das normas legais indica a ausência de regularidades. Se bem que a expansão do Estado nos anos 1930, culminando com o fechamento do Estado Novo e contraposto ao liberalismo da República Velha poderiam indicar a consonância da liberdade política com as liberdades associativas, o controle estrito sobre a aprovação das entidades no período 1860-1882 escaparia a essa lógica. Também escapa à lógica a tendência do governo regional em intervir na atividade econômica durante a República Velha e a quase ausência de legiferação acerca das sociedades de socorros mútuos. Em suma: no âmbito da norma legal, não parece haver qualquer tendências de médio ou longo prazo na forma de tratamento do Estado para com as sociedades de socorros mútuos.

²¹ As Mensagens Presidenciais aqui citadas (1901, p. 37 e 38 e 1903, p. 27) podem ser encontradas nas seguintes URL's (Capturadas em 2 maio 1997. Online. Disponíveis na Internet: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u781/000037.html>; <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u781/000038.html>; <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u783/000026.html>)

²² Respectivamente: BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 97; MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 83; PORTO ALEGRE. *Relatório do vice-intendente em exercício Alberto Bins*, 1928, p. 77-78 (AHMPA 2.1.2.1). Lei n. 14, de 30 dez. 1931. Receita., n. 185, § 11, Letra A). MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Leis. Decretos e actos de 1914 a 1931*. Pelotas: Of. Typ. do Diário Popular, 1930

6.2 – NORMAS ADMINISTRATIVAS

Definidas as normas legais, cada sociedade de socorros mútuos as cumpria (ou não), e seu cumprimento às vezes poderia depender de nova ação normativa por parte do Estado. Este sub-capítulo tratará dos textos legais a dispor não das sociedades de socorros mútuos em geral, mas daqueles que demarcam a relação que o Estado poderia manter com cada entidade em particular.

Começo com os efeitos da norma legal em vigor entre 1860 e 1882, quando o Estado deveria aprovar os estatutos das entidades. A consulta à Coleção de Leis e Decretos da Província do Rio Grande do Sul revela algo interessante: até 1867, esse tipo de aprovação, se existente, não constava dos textos legais. É só nesse ano que a aprovação de um estatuto de sociedade de socorros mútuos é indicado nos decretos, aprovação que se segue da transcrição do que foi aprovado. Casualmente ou não, a primeira entidade que mereceu esse tratamento foi, provavelmente, uma criada sob os auspícios da própria Província, uma vez que se propunha a conceder benefícios aos guardas nacionais em campanha na Guerra da Tríplice Aliança. Era uma entidade que realmente merecia atenção do Presidente da Província, uma vez que seu Relatório de 1868 reporta sua existência e seus haveres em caixa. Seria crível que a norma legal prescrevesse a aprovação, e não a publicidade desse ato, mas a Coleção de Leis e Decretos do Império já aprova e transcreve estatutos de entidades da cidade do Rio de Janeiro desde 1861.²³ A crença na burocratização do Estado provincial me faria, talvez, ignorar as entidades criadas antes disso, ou faria a pesquisa cingir-se às entidades que tiveram transcritos seus estatutos a partir de 1867. Mas supus que a aprovação de estatutos poderia ser, antes dessa data, um procedimento administrativo de menor relevância no andamento das tarefas do poder público, e comecei a procurar alhures os registros desse tipo de procedimento. E eles foram encontrados não na Coleção de Leis e Decretos, mas no Fundo Requerimentos do Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul. Foi importante, porque encontrei não apenas os documentos de entidades anteriores a

²³ Ato n. 269, de 23 nov. 1867. *COLEÇÃO dos atos, regulamentos e instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Tomo XXII. Porto Alegre: Typographia Jornal do Comércio, 1867; RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração de esta província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha. 1º vice-presidente no dia 13 de abril do ano de 1868*. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Comércio, 1868, p. 9. Para o Rio de Janeiro, v. os decretos 2738, 2753, 2754, todos de fevereiro de 1861, em: *COLEÇÃO das leis do Império do Brasil de 1861*. Tomo XXIV, parte II. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1861.

1867, mas também os de várias daquelas que tiveram suas aprovações e estatutos publicadas em meio aos decretos provinciais. E isso foi importante porque, junto com os estatutos originais e alguns exemplares de atas, se viam as anotações de membros da burocracia provincial – ou o próprio Presidente – acerca desses estatutos.

Pois bem: como já disse, o decreto 2.711 define o dever das entidades de encaminhar seus documentos para aprovação e o direito do Estado de definir eventuais alterações que julgar necessário e aprovar ou não os estatutos. Dessa forma, as entidades encaminhavam seus estatutos na forma de um requerimento pedindo sua aprovação, mas, se o Estado tem o direito de definir alterações, nem por isso sempre o fará, pois pode se omitir, bastando deixar os estatutos como foram apresentados e assim aprová-los. Há registros de que, na capital do Império, promoviam-se freqüentes alterações nos estatutos encaminhados e, só então, eles eram aprovados. Também no Rio Grande do Sul podem encontrar-se casos desse tipo. O Deutscher Krankenverein teve alterados os valores que poderiam ficar em posse do tesoureiro e a Beneficência Porto-Alegrense teve vetados dois parágrafos que dispunham sobre certos socorros.²⁴ Com isso, o Estado exerce ou não sua capacidade de alterar estatutos e, aparentemente, outra prescrição do decreto 2.711, que era a nomeação do presidente da entidade, também é exercida como direito por parte do Estado. É claro que, como já indiquei, a nomeação do presidente da entidade pelo Executivo era prescrita para sociedades de socorros mútuos e montepios, mas não para sociedades beneficentes. Tanto em São Paulo, quanto possivelmente no Rio de Janeiro, como não há registros de que o Estado tenha nomeado presidentes, penso que isso era tomado também como direito pelo Estado, que o exercia ou não, a ponto de serem aprovados estatutos que definiam a eleição do presidente pela própria entidade. Mas no Rio Grande do Sul, pude encontrar casos em que os presidentes das entidades são, efetivamente, nomeados, ou pelo menos, existe um esforço para tanto. São três os casos encontrados. Em um deles,

²⁴ Para o Rio de Janeiro, v. PEREIRA, Ronaldo. *Associações de classe profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889)*. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 205; BATALHA, Cláudio H. M. *Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária*. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 56; as demais referências são, para o Krankenverein, *Requerimentos – Diversos – 1873* (AHRs, maço 163); para a Beneficência Porto-Alegrense, *Ato de 7 de Maio de 1869 e Ato adicional aos Estatutos da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, feito de conformidade com o ofício da presidência de 4 de março de 1869*. *COLEÇÃO dos atos, regulamentos e instruções expedidos pelo Presidente da província do Rio Grande do Sul no ano de 1869*. Porto Alegre: Typographia Jornal do Comércio,

são aprovados, em 1868, os estatutos do Handwerk Verein, de Rio Grande, cujo art. 4º previa que o presidente da sociedade seria nomeado pelo Presidente da Província. Este foi o único caso cujos estatutos explicitam a nomeação pelo Estado do dirigente máximo, e é possível que a entidade não tenha cogitado outra possibilidade além do cumprimento da lei, abrindo mão da escolha de seu presidente para obter reconhecimento. O segundo caso é o da Sociedade Auxiliadora da Picada Dois Irmãos, que em 1862 encaminhou requerimento pedindo aprovação de estatutos. Uma nota à margem desse documento informa que o Presidente da Província nada resolvera porque “os estatutos não se acha[va]m bem redigidos”, sobretudo pela violação do § 5º do art. 32 do decreto 2.711 que dispunha sobre a nomeação do presidente. O terceiro caso ocorreu depois da crise administrativa interna na Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, brevemente narrada no capítulo anterior. Após três meses de uma renúncia coletiva da diretoria no final de 1868, o presidente honorário da entidade, Antônio José Lourenço, convoca uma Assembléia Geral, onde comunica que enviou os novos estatutos e uma lista dos sócios ao Presidente da Província para que este escolhesse o presidente. Lourenço, um dos fundadores da entidade, é bastante criticado nessa Assembléia Geral por ter submetido a crise da entidade ao arbítrio do Presidente da Província, que, como se não bastasse, ainda o nomeou presidente. Essa atitude, ao invés de simplesmente resolver o problema, criou outros. A assembléia chegou a cogitar pedir os estatutos e a lista de sócios de volta ao Presidente da Província, o que foi recusado por ser “atentatório à lei e às autoridades” e porque isso ofenderia “a sensibilidade” do governante. A discussão terminou em “desarmonia” e a sessão foi suspensa. Na sessão seguinte, novas críticas à atitude do presidente honorário, que causara “um mal para a sociedade”. Um extenso requerimento à assembléia pediu a nomeação de uma comissão de advogados para verificar a legalidade do ato do Presidente da Província e, se fosse o caso, pleitear sua nulidade. Com a rejeição do requerimento, seu autor e outros membros se retiraram irados da sala de assembléia. Aparentemente resolvida a disputa interna, a entidade ainda teve de mandar publicar uma declaração muito interessante:

“... a dita Sociedade continua a ser a mesma Sociedade de Beneficência, e não de socorros mútuos, como se tem propagado por diversos jornais desta Capital, porque a nomeação do Presidente da mesma Sociedade feita pelo

Exmo. Presidente da Província não faz com que ela deixe de ser Sociedade de Beneficência nem prestar socorros aos seus sócios e suas famílias...”.

Confesso que fui incapaz de descobrir qual era, afinal, a diferença entre "beneficência" e "socorro mútuo", mas o fato é que a entidade, que já trazia disputas intestinas anteriores, passou a ter cada vez maiores dificuldades em reunir a assembléia geral (e mesmo a diretoria) e deliberar qualquer coisa sem muita discussão. Há indícios de que, mesmo com a revogação da norma em 1872, o processo teria selado a burocratização da entidade, uma vez que não há registros de assembléias gerais entre 1873 e 1884 e, nos anos seguintes, como já mencionei, é claro o desinteresse dos sócios pelas assembléias.²⁵

Em 1862, os estatutos da Sociedade Auxiliadora da Picada Dois Irmãos foram rejeitados em virtude do descumprimento da norma sobre a nomeação do presidente. Com isso a entidade sequer poderia funcionar, mas consta que a mutual funcionou pelo menos até 1923.²⁶ O funcionamento clandestino por décadas da Sociedade Auxiliadora da Picada Dois Irmãos contrasta com a posição da Beneficência Porto-Alegrense, que tentou reverter o erro de seu dirigente sem melindrar autoridades. Acredito que a diferença não reside apenas na disposição de seus membros, mas também tem origem na possibilidade de receber subvenções, o que era possível somente com o funcionamento legal da entidade. Tais subvenções seriam de dois tipos: a direta, com simples aumento de receita, e a indireta, com isenção tributária.

As subvenções diretas, como já mencionei, se faziam ao longo do período imperial e início do período republicano por meio da concessão de rendas de loterias, e a legislação regional está repleta desse tipo de medida. Duas razões impedem a comparação das subvenções por meio de loterias com aquelas prescritas nos orçamentos estaduais. A primeira é que a concessão de loterias, como já dito, é, desde a perspectiva das entidades, uma previsão de receita, ao

²⁵ Para São Paulo, LUCA (*op. cit.* p. 15) narra um caso em que o nomeado pelo Presidente da Província apenas referenda a escolha da própria associação. Para o Rio de Janeiro, não fiz pesquisa sistemática, mas não encontrei registros de nomeação do presidente de entidades. Os três casos mencionados no Rio Grande do Sul estão em: ESTATUTOS do Handwerk Verein. Ato de 2 de março de 1868. *COLEÇÃO dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1869; Requerimentos – Diversos, 1862 (AHRS, maço 99); LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1867-1873 (Atas de 11 abr. 1869, fl. 44 e 6 out. 1872, fl. 124).

²⁶ MOEHLECKE, Germano Oscar. *O Vale dos Sinos era assim*. São Leopoldo: Rotermund, 1978, p. 211; PETRY, Leopoldo. *O Município de São Leopoldo no ano do 1º Centenário da Independência do Brasil*. São Leopoldo: Rotermund, 1923, p. 72.

passo que a subvenção orçada é uma receita efetivamente auferida. Ademais, é difícil constituir séries com as loterias, porque elas às vezes constam como tendo certo valor e outras vezes como sendo apenas “uma loteria” ou “meia loteria”. Mesmo com essas dificuldades, ainda assim é provável que as loterias gerassem a receita prevista, mas nem sempre isso corria a contento. Como não havia previsão para a extração da loteria concedida à Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre, esta requereu ao Presidente da Província, e com êxito, o adiantamento dos 6:000\$000 que ganharia.²⁷ Também a Vittorio Emmanuele II, em Porto Alegre, que obtivera para 1888 da “patriótica Assembléia Provincial” a concessão de loteria, elaborou um requerimento à Presidência da Província. Mas neste, não solicitava o adiantamento dos valores, mas a extração de pelo menos meia loteria. Essa diferença no pedido talvez pretendesse beneficiar um número maior de associados: de um lado, os italianos “inválidos e enfermos” e, de outro, os próprios cambistas italianos que eram um grupo importante a controlar o comércio de loterias na Capital da Província e que já haviam contribuído com a entidade.²⁸

A segunda diferença é que, desde a perspectiva do Estado, conceder uma loteria não aumenta os custos orçados, uma vez que os valores das subvenções dependem do êxito na venda de bilhetes dessas loterias. Com isso, as subvenções às entidades indicam relações diferentes entre Estado e mutuais nos períodos imperial e republicano, pois, no primeiro caso, as subvenções podem ser prodigalizadas às associações que o governante desejar, ao passo que, no segundo caso, estão limitadas pelos valores gerais do orçamento. A prodigalidade da concessão de loterias durante o período imperial é tal que uma única lei provincial em 1888 concedeu loterias para a Sociedade de Beneficência Portuguesa em Livramento, para a Classes Laboriosas, em Pelotas, para a Brasileira União, a Beneficência Porto-Alegrense, o Hilfsverein, o Krankenverein e a Vittorio Emmanuele II, todas em Porto Alegre, e para o Montepio São José, em Jaguarão. Cerca de um ano depois, outra lei dividia uma loteria entre as três mutuais de negros em

²⁷ SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha Ltda, 1954, p. 43-44 e 47; Requerimentos – Diversos – 1870 (AHRS - Maço 152).

²⁸ Requerimentos – Diversos – 1888 (AHRS - Maço 258). Sobre o controle do comércio de loterias por italianos em Porto Alegre, além dos indícios deste mesmo requerimento, v. *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 8 fev. 1888, p. 3 (Anexo ao Requerimento de CREMER, Carlos Luiz. Saúde Pública – 1888 – AHRS - Maço 250) e CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina*. Imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991, p. 123 e ss.

Pelotas.²⁹ É verdade que essas loterias eram menos freqüentes do que aquelas concedidas à construção e reconstrução de templos da religião do Estado, mas, algumas vezes, essa também era a justificativa legal para algumas subvenções, como a que foi concedida e “exclusivamente destinada” à construção das capelas de Nossa Senhora da Anunciação, na Beneficência Porto-Alegrense, e da de São Sebastião, na Beneficência Brasileira União, também em Porto Alegre.³⁰

No período republicano, jamais o estado do Rio Grande do Sul concedeu subvenções diretas a mutuais de imigrantes e, tampouco, dedicou especial atenção às sociedades de socorros mútuos entre as entidades subvencionadas. É apenas na década de 1920 que podem ser encontradas alterações consideráveis, excetuando-se o fato de que, até 1913, o Hospital São Pedro, apesar de ser público, ainda comparece nos orçamentos como subvencionado (e, portanto, os valores a ele destinados foram ignorados no Gráfico 6.1). De um lado, como já assinalado, a volta das loterias eleva os valores totais de subvenções. De outro, aumenta o peso das mutuais nos valores de subvenções, principalmente devido à subvenção dada à Sociedade Amparo Mútuo dos Empregados Públicos Estaduais e Municipais, a partir de 1923.

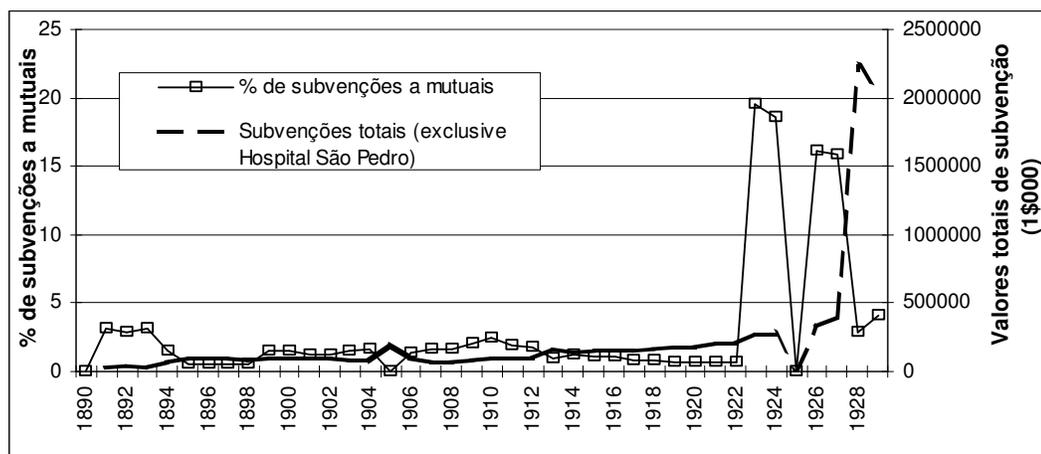


Gráfico 6.1 – Subvenções a mutuais no Rio Grande do Sul (1890-1929)

Fonte: Rio Grande do Sul. *Coleção de Leis, decretos e atos*, 1891-1929.

Quais eram as entidades subvencionadas na República Velha rio-grandense? São, na grande maioria, entidades de Porto Alegre, como as já mencionadas

²⁹ Respectivamente: Lei n. 1656, de 10 de janeiro de 1888 e Lei n. 1772, de 29 de março de 1889.

³⁰ Lei n. 1308, de 10 de maio de 1881. RIO GRANDE DO SUL. *Coleção das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*, 1881. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1881.

Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, a Sociedade de Beneficência Brasileira União, a Sociedade Amparo Mútuo dos Empregados Públicos Estaduais e Municipais; dentre as ainda não mencionadas, existem a Sociedade Beneficente União e Progresso e a Sociedade de Beneficência Rio-Grandense. Um estranho caso de subvenção foi o da Sociedade União Operária Beneficente, do município de Caçapava [do Sul], pois não constou do orçamento, mas foi concedida por uma lei específica (n. 362, de 17 de novembro de 1925) e, aparentemente, como forma de fazê-la participar com mais recursos do Hospital de Caridade da cidade. Não obtive mais dados sobre o porquê de assim ter sido feito. Se, em 1929, as Beneficências Porto-Alegrense e Brasileira União pararam de receber subvenções, é curioso que tenham sido auxiliadas duas entidades de fora do estado: a Sociedade Rio-Grandense Beneficente e Humanitária (com sede no Rio de Janeiro, ainda hoje existente e que era sociedade de socorros mútuos) e o Centro Gaúcho, com sede em São Paulo.

Para a década de 1930, não pude identificar nos orçamentos estaduais os valores das subvenções e seu destino, conquanto – ao contrário do não-descoberto para períodos anteriores –, pude localizar alguns dos pedidos a confirmarem a continuação dessa relação entre Estado e mutuais. Alguns desses pedidos tendem a ser ofícios mais ricos para a pesquisa quando trazem detalhes, seja dos recursos dispensados aos socorridos, seja das dificuldades efetivas pelas quais passam as entidades. Assim, a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul contratava professores para filhos de ferroviários “residentes em lugares completamente desprovidos de recursos”, mas assumia que pagava pouco pelo serviço, por problemas de caixa, o que levava à ausência de “uma seleção de valores como seria de desejar”. Já a Sociedade Beneficente dos Empregados da Companhia São Jerônimo, cujos associados eram mineiros, fornece em seu ofício detalhes de remuneração, condições de vida, jornada de trabalho e menciona o problema das “impedimias” [sic] que grassavam por meio “da água e do ar insalubre que respiramos”.³¹

Como já assinalei no que dizia respeito às normas legais, também não me detive no estudo das normas administrativas municipais, e tampouco na construção de séries de subvenções diretas daí oriundas. É improvável que tenham ocorrido no período imperial, devido à pouca autonomia legal e financeira dos municípios, ao

passo que no período republicano, estudos locais talvez indicassem sua existência para além dos apontamentos aqui trazidos. Sabe-se que a “Socorros Mútuos União Operária”, de São Luiz [Gonzaga], recebeu subvenção municipal em 1921; também a União Operária Beneficente, de Caçapava, a Associação Beneficente São José, em Guaporé, e a Associação Beneficente Vittorio Emanuele III, em Montenegro, a receberam em 1923; é possível que, em 1924, isso tenha ocorrido com a Umberto I e a União e Progresso em Porto Alegre, e esta ainda certamente recebeu do município em 1927 e 1928, como também ocorreu com a Sociedade Operária 13 de Janeiro; a Sociedade Portuguesa de Beneficência agradecia ao Conselho Municipal de Pelotas a subvenção em 1927. A essas entidades se devem acrescentar os auxílios concedidos a mutuais de funcionários públicos pelos municípios de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, em vários momentos. Em nenhum desses casos, encontrei subvenções federais para as entidades, mas, por irrisórios que fossem os valores nos orçamentos do poder público, eram valores que podiam chegar ou beirar 80% das receitas anuais das entidades, como aconteceu com a Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre em 1926 ou a Vittorio Emanuele III em 1923.³²

As subvenções indiretas são aquelas nas quais o poder público abre mão de impostos, taxas e multas devidas pelas entidades, ou ainda parcela esses valores. Conquanto a receita das entidades não aumente de forma automática, sua despesa cai com tais medidas. Para o Império, não encontrei nenhum caso de subvenção indireta, mas, no período republicano, há numerosos casos correndo sobretudo em âmbito municipal, porque dispunham sobre taxas relativas ao patrimônio imobiliário. Em Pelotas, a Sociedade Portuguesa de Beneficência pediu dispensa de taxas sobre terrenos não edificados, argumentando que, se tivesse receita para edificar, “aí teria uma fonte de renda para fazer face às suas despesas”. Anos mais tarde, pediu e ganhou mais prazo para completar a rede interna de esgotos. Já a Caixa de Socorros Mútuos Princesa do Sul, tendo sido intimada a pagar mais de 18\$000 por

³¹ Ambos os ofícios, de 1940, constam em: Documentação dos Governantes. AHRS, Maço 134.

³² Anuários estatísticos do Estado do Rio Grande do Sul, 1921-1924. Para o ano de 1924, não está discriminada a origem dos auxílios e, por isso, foi indicada a possível origem municipal destes. Os dados de Porto Alegre entre 1926 e 1928 provém de: PORTO ALEGRE. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng. Otávio Francisco de Rocha em 15 de outubro de 1927*. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’A Federação, 1927, p. 301-303; PORTO ALEGRE. *Relatório do vice-intendente em exercício Alberto Bins*, 1928, p. 39 e 77 (AHMPA 2.1.2.1). A informação de Pelotas está em: Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 13 jan. 1927 (maço 59, env. 12) (BPP).

conta do serviço de “remoção de matérias fecais”, pedia o perdão de metade da dívida, uma vez que “esta associação é excrusivamente de senhoras e que só reunimo para as sessões uma vez, cada mês...” [sic!]. Como resultado, foram perdoadas em 1/3 da multa e taxas.³³

Em Porto Alegre, também há copiosa correspondência pedindo dispensa de impostos, e se sabe, também por meio do estudo de Margaret Bakos, que legislar sobre orçamento e dispensar (ou não) contribuintes era, praticamente, a única função do Conselho Municipal. A mesma autora constatou que em 1916, dentre as 83 petições apresentadas, a grande maioria dispondo sobre décimas urbanas, 13 provinham de associações.³⁴ O texto desses pedidos de subvenções indiretas não difere muito daqueles já vistos para Pelotas, mas seus maiores volume e detalhamento me indicam que, longe de uma série de atos isolados de entidades, conformam um padrão de relacionamento das mutuais com as normas administrativas. O primeiro tipo de evidência que mo indica é das remissões de um pedido ou parecer a outro ou outra entidade. Em 1923, o Clube Caixeiral Porto Alegrense, que há pouco demolira sua antiga sede para construir outra, pediu a isenção da décima urbana das partes ocupadas pela própria entidade, mantendo seu pagamento para as partes alugadas. Mas isso só é pedido quando a entidade compara a si mesma com a Sociedade União dos Caixeiros Viajantes de Santa Maria que, tal como o Caixeiral, tinha o título “de utilidade pública” federal. O Caixeiral, segundo consta no pedido, nunca recebera “qualquer auxílio dos cofres públicos”, ao contrário da União dos Caixeiros Viajantes, “que tem conseguido vantagens e favores oficiais”, inclusive a devolução de imposto de transmissão de propriedade. Em outro caso, a Sociedade de Beneficência Brasileira União pedia, em 1916, a dispensa do pagamento da décima urbana e das taxas de fornecimento d’água e do serviço de esgoto, mas o parecer do Conselho Municipal foi contrário, tendo em vista o fato da entidade apenas prestar socorros a sócios e o benefício pedido não era sequer concedido à Santa Casa de Misericórdia que não restringia os socorridos aos irmãos. Cerca de um mês depois, a entidade volta a pedir a isenção da décima urbana, adicionando argumentos que comparavam a Beneficência Brasileira União com a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Nesse

³³ Respectivamente: Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 11 jun. 1906 (maço 56, env. 1); 22 jul. 1918 (maço 58, env. 7); 17 nov. 1909 (maço 57 env. 1) (BPP).

³⁴ *Op. cit.*, p. 76-78.

novo pedido, argumentavam que ambas atendiam apenas aos sócios, mas a segunda os tinha também entre “o alto capitalismo lusitano aqui domiciliado”, ao contrário da primeira, cujos membros “são, na maioria operários, viúvas [?] e outras pessoas de escassos rendimentos”. Outra diferença apontada é que a Sociedade Portuguesa fazia de seu hospital uma fonte de receita, ao contrário da Sociedade Brasileira que apenas obtinha renda do aluguel de seu prédio próprio. A ironia é clara: “É claro que, se estabelecesse hospital e o alugasse a particulares, auferiria maiores rendas e estaria, como a Portuguesa, isenta de contribuir com a décima urbana”. Mesmo com a insistência, o pedido foi negado pelo Conselho Municipal, talvez porque a União ignorasse o fato de que a Sociedade Portuguesa de Beneficência foi isentada do pagamento da taxa de esgotos por parecer do próprio Intendente Municipal, lembrando que a entidade permitira a construção de galerias públicas de esgotos em terreno de sua propriedade sem ônus para o município.³⁵ Não seria necessário sublinhar, como não o fiz, as invocações nacionalistas – se não xenófobas – do pedido da Brasileira União, porque a causa de tais invocações poderia ter origem em pareceres do próprio Conselho Municipal quando apreciava o pedido de isenção de impostos do Bürgerklub, encaminhado em 11 de outubro de 1914. Talvez por inabilidade, encaminharam cópia de seus estatutos, o que levou ao parecer do Conselho Municipal qualificar a associação como de:

“caráter estritamente particular e de feição rigorosamente exclusivista quanto ao idioma e quanto à raça. Prova-o a disposição expressa nos seus estatutos exigindo, como condição *sine qua non*, que, ‘para ser admitido na sociedade a pessoa proposta fale o idioma alemão e pertença à raça caucásica’.

Ora, como não é razoável que o Conselho Municipal (corporação oficial cujo idioma pátrio é o português e cuja população compõe-se de descendentes de várias raças, todos contribuintes diretos ou indiretos do erário público), adote exclusivismos de idioma ou de raças, auxiliando, a custa de todos, uma sociedade que presta culto a preconceitos irritantes e contrários aos princípios republicanos, à índole da nacionalidade brasileira e às leis do Brasil, [pede indeferimento do pedido]”.

Está certo que havia pouco iniciara a Guerra Mundial e que comentários nacionalistas – ou, mais precisamente, anti-germânicos – eram proferidos com freqüência, mas outras entidades que recebiam o benefício possivelmente tinham o mesmo tipo de restrição estatutária, pelo menos com respeito ao uso do idioma,

³⁵ Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições assistenciais e educacionais, 1916-1923 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.3), correspondências de 1923[?], 17 out., 23 nov. e 24 abr. 1916.

como é típico no germanismo. O que o Bürgerklub possivelmente ignorava era o cuidado necessário ao se apresentar, o que era bem conhecido pelo Hilfsverein, que amiúde tinha seus pedidos, em todo ou em parte, atendidos.³⁶

Um segundo tipo de evidência sobre o padrão do relacionamento administrativo das mutuais com o Estado já poderia ser inferido a partir dos exemplos acima, que é o esforço de não apenas persuadir à concessão de subvenção à guisa de medida piedosa, como demonstrar a racionalidade do requerente, pedindo o que é possível obter. Talvez aí se revele um dos usos da retórica, a que me referia no capítulo anterior, orientada à produção de discursos de uso repetido. Os pedidos obedecem a um padrão: a sociedade tal, existente há tantos anos (informação nem sempre explícita, mas fornecida em papéis timbrados ou carimbos), ajuda pobres e está com problemas de caixa. O padrão foi aprendido pelo Bürgerklub, mas isso não foi suficiente por não ter adicionado informações sobre os socorros efetivamente prestados e ter acrescentado seu estatuto mesmo sem que fosse pedido. Pedidos de maior êxito – talvez porque conhecessem a dinâmica do Conselho Municipal – eram os da Sociedade Beneficente União e Progresso, que pediu em 1915 dispensa de décimas urbanas de sua copa, cancha de bolas e sede social. Não obtiveram da cancha de bolas, uma vez que era “para uso e gozo de seus associados”, mas as demais isenções passaram a gozar e, a cada ano, voltavam a solicitar. Em 1919, constataram que deviam impostos e multas da cancha, mas a gripe espanhola teria corroído o caixa da entidade. A entidade já gozava de isenção e recebia subvenção direta do estado: não arriscou pedir novamente a isenção, tão somente o perdão das multas. Já o Clube Caixeiral, no mesmo pedido antes mencionado, argumentava que a destruição da antiga sede e a construção de uma nova elevava o valor locatício – e portanto os impostos – das partes do novo prédio, e ainda contribuía para “o embelezamento e a estética da cidade”; por isso avaliava que o município não perderia com a isenção de impostos. Aparentemente não ganhou, e por isso, passada a Revolução Assisista, praticamente repetia os argumentos, acrescentando que mantinha aulas

³⁶ Para o anti-germanismo, v. GERTZ, *O perigo alemão. Op. cit.* Especificamente para o período da Primeira Guerra Mundial, v. SILVA JUNIOR, Adhemar Lourenço da. O Povo X der Pöbel. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (Org.). *Alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 87-103. As referências dos pedidos do Bürgerklub e do Hilfsverein estão em: Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições assistenciais e educacionais, 1893-1915 e 1916-1923 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.3), correspondências de 11 dez. 1913, 11 out. 1914, 12 nov. 1915, 9 nov. 1916.

“procurando instruir a mocidade em um meio de sociabilidade, de moral, de ordem, de respeito às leis e às autoridades que nos governam”. Na verdade, dizer que ministravam aulas a pobres parece ser o grande argumento das entidades no município de Porto Alegre – e quanto mais evidenciado, melhor – e nisso não diferiam, por exemplo, das entidades de Pelotas, onde o Club Caixeiral mantinha uma “Academia de Comércio”, para a qual o município inclusive doou “aparelhos de ginástica”.³⁷

São raros, embora interessantes, os casos que não envolvem aumento de receita, ou remedeiam sua diminuição, mas que também dispõem sobre o patrimônio das entidades. Começo afirmando que a única documentação que encontrei, pedindo doação de patrimônio imobiliário, ocorreu em um requerimento da Sociedade Italiana Principe di Napoli, de Caxias [do Sul]. Em 1894, reiterava pedido já feito em 1893 de meio lote urbano, uma vez que o primeiro requerimento não obtivera resposta; a resposta obtida desta vez foi pelo indeferimento. É possível que, em momento posterior, alguma instância do Estado possa ter atendido, pelo menos em parte, o pedido da entidade, uma vez que, anos mais tarde, o prédio da sociedade era ocupado por uma escola estadual, fenômeno que indicaria algum tipo de variação na posse do imóvel. Se isso está correto, seria possível identificar o mesmo fenômeno em Cruz Alta, cuja União Operária prescrevia em estatutos que, em caso de extinção da entidade, seus bens reverteriam para o município, com a condição de que fossem empregados “na instrução pública”; e talvez também no município de Guaporé, que doou um prédio abandonado, construído por uma mutual já inexistente em 1916, para outra sociedade de socorros mútuos.³⁸

Não obstante, a utilização do patrimônio das sociedades de socorros mútuos pelo Estado efetivamente ocorreu em outros momentos. Ignoro se por determinação

³⁷ Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições assistenciais e educacionais, 1893-1915, 1916-1923 e 1924-1929 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.3), correspondências de 11 out. 1914; 11 nov. 1915; 14 nov. 1919; 1923; 3 nov. 1925. Outros exemplos podem ser vistos em: . 9 nov. 1906; 5 dez. 1912; 11 dez. 1913; 30 out. 1914; 18 out. 1915; 7 nov. 1919; 27 nov. 1919. Para Pelotas: Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis (maço 56, env. 1 e maço 57, env. 1) correspondências de 1 abr. e 25 dez. 1907; 14 e 23 out. 1908 (BPP).

³⁸ Para a mutual de Caxias: Requerimentos – Terras/colonos – 1894 (AHRs – Maço 280); CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925. Porto Alegre/Roma: Globo/Ministeri degli Affari Esteri, 1925, p. 377; GARDELIN, Mario. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias*. Porto Alegre: EST/ Caxias do Sul: UCS/ Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1988, p. 121. O caso da mutual de Guaporé já foi mencionado no cap. 4, e referência é: THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia Guaporé: passado e presente*. S/l: Paulinas, [1967?], p. 54. Para Cruz Alta: EXCERTOS de estatutos. *Diário Oficial do Estado do Rio*

legal, pressão política ou decisão própria pautada pela simpatia à mobilização, mas a Sociedad Española, de Porto Alegre cedeu sua sede para cuidar dos feridos pelos combates da Revolução de 1930 e doou 413\$000 réis “para consolidar la República nueva que resurge disminuyendo las deudas contraídas en el extranjero por gobiernos mal orientados”.³⁹ Não consegui descobrir exatamente por que havia uma escola estadual na mutual de Caxias, como mencionei, mas existem outros casos de utilização compulsória, pelo Estado, do patrimônio imobiliário de mutuais no Rio Grande do Sul, e dois deles ocorrem quando da guerra civil de 1893. Por essa ocasião, o edifício e hospital da Sociedade de Beneficência Brasileira União, em Porto Alegre, teria sido subitamente requisitado pelo Ministro do Exército para aquartelar um batalhão da Guarda Nacional entre 1893 e 1895, “sendo permitido à respectiva diretoria [da entidade] a retirada apenas do arquivo e alguns móveis, ficando outros por imposição dos Srs. Oficiais”. A entidade relatava ainda que, finda a ocupação, a diretoria constatou que portas janelas e os móveis que não foram retirados se encontravam quebrados. O governo do estado se propôs a consertar o prédio para nele aquartelar provisoriamente o 1º Batalhão da Brigada Militar. Ao invés do aluguel mensal de 100\$000 pago pelo Exército, pagaria 225\$000 e o consertaria. Passados outros dois anos, “foram as chaves restituídas, mas o edifício ficou nas mesmas – se não em piores condições de conservação”. A entidade avaliava o conserto em 8:000\$000, e a subscrição que promoveu apenas chegou a 3:000\$000: desse modo, o requerimento que revela esse uso do prédio pedia subvenção direta ao governo do estado. Mas a insolência da entidade em deixar implícito o direito a uma compensação foi punida, pois o requerimento foi indeferido, pelo fato do estado ter pago “razoável aluguel” e, ainda por cima, entre 1895 a 1908, a Brasileira União não receberia nenhuma subvenção pública. O outro caso datou de pouco antes da guerra civil, quando o Exército primeiro alugou como hospital, e depois aquartelou-se no prédio da Portuguesa de Beneficência em Bagé, onde ficou até o começo de 1895, aparentemente deixando o prédio em péssimas condições.⁴⁰

Deixando de lado as catástrofes patrimoniais, não posso deixar de salientar a freqüente troca de correspondência polida entre mutuais e Estado. As comunicações

Grande do Sul. Porto Alegre, 29 jul. 1935, p. 8.

³⁹ VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História da Cultura-PUCRS, 1979, p. 299-301.

⁴⁰ Requerimentos – Saúde Pública – 1898 (AHRs – Maço 288); CHAVES, Larissa Patrón. [...] *Grandiosos mesmo foram os portugueses [...] a Sociedade de Beneficência de Bagé (1870 a 2002)*.

e convites relacionados à posse de diretorias, envio de relatórios (principalmente daquelas subvencionadas), solenidades, etc. poderiam integrar copiosos maços de correspondência passiva do poder público.⁴¹ Tendo isso em vista, é provável que o lançamento da pedra fundamental da Casa de Caridade em Santa Maria, em 25 de dezembro de 1897 e patrocinada pela Artística Beneficente Santamariense, fosse apenas uma solenidade para a qual o intendente municipal tivesse sido convidado a discursar, e não que este presidisse a entidade, como afirma um autor, pois esta só admitia “artistas” em sua diretoria.⁴² Claro que, dependendo do caráter da festividade, nem sempre as autoridades públicas eram convidadas: a primeira vez que a Sociedad Española de Socorros Mútuos em Porto Alegre comemorou seu aniversário, convidou o Intendente Municipal José Montauray para presidir a sessão, mas não consta que tenham sido convidadas autoridades brasileiras para as Fiestas de la Raza em 12 de outubro de cada ano. Por outro lado, dentre as conferências promovidas pela entidade, pelo menos uma não era sobre o “genio” ou a “raza” espanhola: em março de 1933, o governador Flores da Cunha abordou o tema “Transformações sofridas na vida administrativa do Estado e do País nos último anos”.⁴³ É provável que muito da correspondência dirigida aos governantes fosse algo mais do que mera gentileza. Com efeito, comunicar a eleição e posse de novas diretorias de entidades é mais educado do que fizeram algumas vezes, por exemplo, a Associação Beneficente das Classes Laboriosas, a Caixa de Socorros Marquês de Pombal, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, a Harmonia dos Artistas, o Clube Caixeiral, a Sociedade Beneficente Amparo Mútuo e o Deutscher Krankenverein, que secamente informavam à Intendência Municipal de Pelotas o nome do tesoureiro, não raro acrescentando, como fez a última entidade em 6 de outubro de 1914, que o detentor do cargo tinha “plena liberdade e direito de levantar os juros provenientes das ações municipais que a sociedade possui”.⁴⁴

Porto Alegre, dissertação de mestrado em história do Brasil (PUCRS), 2002, p. 99-104.

⁴¹ Por exemplo: Conselho Municipal 1764-1937, Correspondência com instituições sociais, culturais, assistenciais, religiosas e privadas. (AHMPA – 1.3.4.1).

⁴² O autor mencionado é BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. 1º vol. 1787-1930. Santa Maria: Pallotti, 1958, p. 102. Sobre critério de pertencimento à diretoria v. Estatística. Correspondência recebida. Maço 4. (AHRs).

⁴³ VARGAS, *op. cit.*, p. 228 e ss.

⁴⁴ Apenas como exemplos de comunicações de posses de tesoureiro das entidades: Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis, Maços 56 e 57 (correspondências de: 2 jul. 1903; 16 jan. 1906; 13 maio 1907; 7 fev. e 20 maio 1908; 12 jul. e 25 out. 1909; 2 fev., 6, 16 e 27 jun. 1911; 10 e 31 jul. 1912; 7 e 23 jan.; 17 jun.; 5 jul. 1913; 8 jun. 1914; 8 e 12 jan.; 30 maio; 22 out. 1915).

Não termino este sub-capítulo sem deixar de mencionar as declarações de utilidade pública, há pouco referidas na comparação que o Clube Caixeiral de Porto Alegre fazia de si mesmo com a Sociedade União dos Caixeiros Viajantes, de Santa Maria. Ambas eram sociedades de socorros mútuos e ambas tinham uma declaração de utilidade pública do governo federal. O que exatamente isso significava? Em vão procurei respostas a isso na legislação federal da República Velha, mas só as encontrei para os anos 1930, embora suspeite que não havia tantas diferenças. A lei n. 91, de 28 de agosto de 1935 define quatro condições a serem cumpridas para obtenção da declaração: a personalidade jurídica, o serviço desinteressado à coletividade e o exercício gratuito de cargos de diretoria; obtida a declaração, ainda era necessário apresentar anualmente um relatório dos serviços prestados. Mas qual era a vantagem de ser “de utilidade pública”? O texto da lei é claro: a declaração não acarreta vantagens econômicas, tão-somente simbólicas, uma vez que o título pode ser mencionado pelas entidades. De certo modo, o custo que tem o Estado na concessão do título é o de fiscalizar, se necessário, o cumprimento dos requisitos. O que as entidades ganham, em contrapartida, é o mesmo tipo de respeitabilidade que viam como vantagem no cumprimento do decreto imperial 2.711, a saber, o reconhecimento de seus méritos pelo Estado. De certo modo, a declaração de utilidade pública é a contraface da concessão de títulos de sócios honorários pelas sociedades de socorros mútuos, com ambos os atos tentando promover uma espécie de compartilhamento de virtudes.

Um balanço das normas administrativas revela uma ação do Estado bastante mais coerente quando dispõe sobre subvenções, uma vez que critérios claros de preferência podem ser inferidos. E isso é tão mais verdadeiro quando a receita para tais subvenções provém efetivamente do orçamento e não de loterias com receita prevista. Do mesmo modo, como indiquei, a possibilidade de receber subvenções indiretas é tanto maior quanto mais adequadas àquilo que é concebido como política social, pois o critério mais eficiente para as mutuais recebê-las do município de Porto Alegre era a manutenção de atividades de ensino. De qualquer modo, a freqüência com que algumas entidades recebem subvenções permite verificar o contraste com as concepções de política social da história recente, quando a Sociedade de Assistência Médica e Social (de Santos, estado de São Paulo) solicitou isenção de impostos, o que foi negado, em requerimento que chegou a tramitar, em recursos, até o Supremo Tribunal Federal, cujo acórdão não caracterizou a entidade como

“instituição de assistência social”, pois “a recorrente (...) só presta serviços de assistência onerosa a seus associados (...), como entidade de previdência privada ou auxílios mútuos”.⁴⁵

6.3 - AS MUTUAIS DE IMIGRANTES ESTRANGEIROS

Ao longo dos dois sub-capítulos anteriores não estabeleci diferenças claras entre as mutuais abertas, classistas e étnicas e, dentre estas últimas, entre as de brasileiros e as de imigrantes. Não foi omissão, mas atendimento aos limites efetivamente impostos pelo Estado brasileiro, claros, aliás, quando brasileiros estão em situação semelhante. Um grupo de brasileiros em Lisboa teria criado uma Sociedade de Beneficência Brasileira em 1868, cujos estatutos previam seu vínculo com o governo do país de origem. O Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil teria solicitado um parecer ao Ministério dos Negócios do Império, que era então responsável pela aprovação de estatutos de entidades congêneres; mas este, talvez percebendo as implicações de admissão de extra-territorialidade de uma aprovação dessas, expediu um Aviso em 17 de março de 1869, no qual afirmava que

“deve ser a mesma sociedade organizada segundo as leis portuguesas e aprovadas por autoridades portuguesas, e que, embora uma das bases a faça depender dos governos português e brasileiro, nem por isso deixa de ser o competente para autorizar a incorporação de tais sociedades o governo do país onde têm elas seu domicílio”.⁴⁶

A pretensão dos brasileiros em Lisboa, frustrada pelo Ministério imperial, é a do vínculo legal com o Estado de origem, uma pretensão bastante freqüente entre as mutuais de imigrantes, e ousado afirmar que compõe a pretensão estamental nesse tipo de entidade. O vínculo legal com o Estado de origem facilitaria a obtenção do monopólio da associação dos imigrantes, o auferir de eventuais subvenções daí provenientes e o partilhar das informações e procedimentos de cidadania com a representação diplomática (quando não a possibilidade de indicar os ocupantes dessa representação). A pretensão de extra-territorialidade judicial (na verdade, só

⁴⁵ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acórdãos (1950/1999). Processo RE-108120, 08 mar. 1988. Capturado em 17 maio 2000. Online. Disponível na Internet: <http://200.130.4.20/teor/it.asp?classe=RE&processo=108120>.

⁴⁶ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral na Primeira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Negócios de Estado do Império Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869, Anexo F. Aparentemente, a entidade continuou existindo até pelo menos a década de 1960, a julgar por publicação existente na Biblioteca Nacional do Brasil: SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA BRASILEIRA EM PORTUGAL. *Algumas notas a propósito de seu*

garantida por acordos internacionais aos quais, ao que me consta, o Estado brasileiro jamais se submeteu) teria efeitos mais nítidos no país de origem do que no território de destino, quando este é o Brasil. Não obstante, eles aparecem em mutuais de imigrantes, também no Rio Grande do Sul, e apresento, neste sub-capítulo, alguns casos e seus eventuais efeitos na relação das entidades com os dois Estados, o de origem e o de destino.

Alguns casos servem apenas para exibir a existência desses vínculos com os países de origem, e talvez sequer possam ser interpretados exatamente como instrumentais. O primeiro deles é, na verdade, um conjunto de referências às mutuais de imigrantes italianos. Muitas vezes essas mutuais são referidas (inclusive pela bibliografia), ou têm nomes que podem induzir ao equívoco acerca de sua composição social, uma vez que reproduzem no Brasil a qualificação que tinham as entidades na Itália: "operárias". O equívoco provocado seria semelhante ao do uso do adjetivo "beneficente" para se referir tanto às sociedades que prestam socorros a seus sócios quanto às que o fazem para terceiros, isto é, existe um alargamento do sentido de certa palavra que, na passagem para outra língua, não basta ser traduzida, mas explicada. Aparentemente, a explicação também era necessária na Itália, a julgar por um comentário existente em um manual legal daquele país:

“Si considerano cioè come operaie le società che, oltregli operai, ammettono nel loro seno anche i commercianti e negozianti al minuto, i coloni, i maestri elementari, gli impiegati comunali e simili. E ciò, anzitutto, perchè, nei piccoli comuni specialmente, la maggioranza degli abitanti e quindi dei componenti la società di mutuo soccorso è formata di operai, artigiani o braccianti...”⁴⁷

Embora tenha levado esse uso da linguagem em conta quando incorporei certas entidades a meu inventário, algumas vezes as mutuais italianas foram, de fato, assinaladas como etno-classistas, o que ocorreu quando estatutos me permitiram incluí-las nesse grupo e quando a maior parte das referências sobre elas incluem o "operaia".

O outro caso de vínculo com o país de origem ocorreu com a Sociedad Española de Socorros Mutuos, em Porto Alegre. Quando de sua criação, em 1893, foi adotada como idade mínima para ocupar cargos a maioria espanhola, isto é, 25 anos. Contudo, foi constatado que, depois de escolhida a comissão de Festas da

^{93º} *aniversário*. Lisboa: Serviço de Propaganda e Expansão Comercial, 1961.

⁴⁷ CODICE delle Società di Mutuo Soccorso e Associazioni Congeneri. Firenze: G Barbera, 1894, p. 71. Também Tomassini (*Mutual Benefit Societies in Italy, 1861-1922*. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 249) afirma que a expressão de uso comum "worker societies" era usada como sinônimo para sociedades

mutual em 1908, parte dessa comissão, inclusive o que teria ganhado uma medalha de ouro, não atingira essa idade. A aparente naturalidade com que se modificou o estatuto para adequar à maioria brasileira (21 anos) deixa claro que o estatuto previa certo tipo de vínculo legal com o país de origem, mas que essa prescrição não fazia sentido no Brasil, e ela sequer foi violada: foi esquecida, mesmo.⁴⁸

O vínculo com o país de origem pode estreitar (ou não) os vínculos com a representação diplomática, e já mencionei o peso que teriam esses personagens na fundação e manutenção de certas mutuais (v. capítulo 3). Não quero repetir os exemplos, mas acrescentar outros que evidenciam que o país de origem não é o único parâmetro pelo qual se pautam as mutuais de imigrantes. Começo com casos nos quais a presença diplomática e/ou o vínculo com o país (e não com a idéia de "nação") ganham proeminência. Uma mutual de Porto Alegre, sobre a qual praticamente nada sei, tem dois nomes em dois momentos distintos: a Sociedade Austríaca, fundada em 1898 e existente em 1939 era certamente a mesma *Österreich Ungarischerverein* de 1912.⁴⁹ O outro caso, talvez por haver maiores informações, é também mais interessante. O contraste entre um inexistente Estado de Israel por quase dois milênios e o há pouco constituído Estado polonês parece ter levado os judeus poloneses de Porto Alegre ao esforço retórico para justificar, perante a comunidade étnica, a criação de uma entidade específica de poloneses em Porto Alegre, no ano de 1931. Independente de justificativas de ordem cultural, o convite ao cônsul polonês para a inauguração do *Poilscher Farband* (o diplomata compareceu e chegou a tomar a palavra) permite inferir expectativas de subvenção à entidade, algo claro quando um dos idealizadores da mutual justifica a combinação do caráter "cultural-nacional" quando da primeira reunião:

“...não se trata de fundar um grupo separado, para se separar da coletividade (...), mas, ao contrário, com a organização dos nossos judeus poloneses, vamos criar um ambiente acolhedor, onde poderemos mostrar as atividades que trouxemos da Europa, que queremos reavivar em todos os sentidos, tanto cultural-nacional, como econômico.”⁵⁰

de socorros mútuos.

⁴⁸ VARGAS, *op. cit.*, p. 42.

⁴⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA., *op. cit.*, p. 103; LIMA, Olympio de Azevedo. *Dados Estatísticos e outros apontamentos sobre o município de Porto Alegre, Capital do Estado*. s.n.t., 1912, p. 8. Observo que existe uma Sociedade Húngara em 1938 na cidade, mas não consta que fosse "beneficente": GUIA pública de Porto Alegre. 18. Ed. Porto Alegre: Hugo Müller, 1938, p. 29.

⁵⁰ A citação pertence à Tradução da ata n. 1 do *Poilscher Farband* (Porto Alegre, 30 jun. 1931). Reproduzido em EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica*. Caxias do Sul: EDUCS/ Porto Alegre: EST, 1984, p. 57. A presença do cônsul é mencionada na p. 58.

Não se creia, contudo, que as mutuais de imigrantes emanassem necessariamente dos desejos pessoais ou institucionais da diplomacia dos países de origem. A mutual italiana de Quaraí, por exemplo, não pode ser interpretada dessa forma, porque prioriza dentre seus objetivos a constituição de uma agência consular na cidade, formalizando-se como grupo de pressão perante o Estado italiano. Aparentemente, não teve sucesso na consecução desse objetivo até pelo menos 1914. Por outro lado, quando da guerra civil de 1923, o agente consular italiano em Caxias pedia moderação aos demais sócios da Príncipe di Napoli quando se mostravam insatisfeitos com as requisições de animais e pretendiam protestar perante as autoridades brasileiras. A separação entre cargo e pessoa aparece na resolução da diretoria:

"1º, que o dr. Rômulo Carbone, como sócio, teria seu protesto deferido [sic] à Assembléia Geral; 2º, que, como Agente Consular, não era tomado em consideração, já que a Sociedade não estava sujeita a autoridade alguma; 3º, solidariedade completa ao Presidente".⁵¹

Esse último exemplo deixa claro que a dependência com relação à representação diplomática é variável ao sabor das circunstâncias e do próprio caráter da entidade. É provável que mutuais muito dependentes de subvenções provenientes dos países de origem para composição de suas receitas tivessem menor autonomia de decisão. É difícil, contudo, mapear o grau de dependência desse tipo de receita, porque isso apareceria nas estatísticas na rubrica "Donativos e legados", pois costumavam ser, efetivamente, donativos dos escritórios diplomáticos. Mesmo correndo o risco de atribuir a uma relação das entidades com Estados o que não passava de atividade filantrópica de membros endinheirados do grupo étnico, destaco que a rubrica "donativos e legados" também traz, algumas vezes, valores que chegavam a compor quase a metade da receita anual, como no caso do Centro Espanhol de Rio Grande em 1922 e 1923, ou mesmo 93,02% da receita, como no caso da Sociedade Syrio Libanesa de Bagé, em 1923.⁵² De todo modo, é possível

⁵¹ Respectivamente: SOCIEDADE Comemorativa e Beneficente Giuseppe Mazzini. Requerimentos - Diversos - 1888 (AHRS, maço 258); IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder. A imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996; GARDELIN, *op. cit.*, p. 124.

⁵² *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1921. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922; RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1922. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, s/d; RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1923. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924; INTENDÊNCIA

somente supor a dependência econômica de certas mutuais, a menos que sejam consultados os livros internos, mas não deixo de reiterar que, se o estado do Rio Grande do Sul não subvencionava mutuais de imigrantes, municípios o faziam no período republicano.

Existe, no entanto, uma norma legal que interferiu indiretamente nas mutuais de imigrantes, com grande repercussão no Rio Grande do Sul: o decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938, que previa “nacionalizar” várias das associações existentes. O decreto, embora dirigido às associações de estrangeiros em geral – e sua eventual atividade política – revela, à medida que o lemos, um cerceamento progressivo das possibilidades de manter mecanismos de previdência. O Artigo 2º, proíbe que entidades façam propaganda política de partidos de países estrangeiros, mesmo entre compatriotas. A medida aparentemente não interferiria no sistema previdenciário, mas nas motivações de diferentes grupos, como fascistas, nazistas ou comunistas, para ingressarem nas mutuais (v. cap. 7). O artigo 3º permite a associação “para fins culturais, beneficentes ou de assistência”, mas proíbe a subvenção de governos estrangeiros, atentando contra uma das fontes de receita de algumas mutuais e esvaziando justificativas para a manutenção de fortes vínculos entre as entidades e a diplomacia. Mas é o artigo 5º aquele que, de fato, “nacionalizará” as entidades, quando proíbe a associação de brasileiros “natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros”. A medida coloca as mutuais perante a opção: ou se mantêm como entidades “estrangeiras”, o que só seria possível em cidades com grande número de compatriotas não-naturalizados, porquanto não poderia haver subvenções; ou a entidade deixa de ser “estrangeira”, mantendo seu corpo social com os de fato estrangeiros, os naturalizados e os descendentes. Essa é a medida que de fato naturalizará as mutuais, exatamente por causa da necessidade de associar os mais jovens para sustentarem os mais velhos.

No Rio Grande do Sul, o conhecimento da norma – e ainda mais no caso das entidades protagonizadas por grupos provenientes de países que viriam a entrar em guerra com o Brasil – fez com que algumas entidades suspendessem seu funcionamento e mais tarde deliberassem sobre o que fazer. A Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Triunfo vendeu seus bens para a Mitra Diocesana em Porto Alegre; a Società Italiana di Mutuo Soccorso Jolanda Margheritta di Savoia,

em Passo Fundo, seguindo instruções da diplomacia italiana, deliberou em uma mesma assembléia extinguir-se e criar um Clube Caixeiral; em Antônio Prado, a Sociedade Vítor Emanuel III possivelmente deixou de se reunir até 29 de março de 1942, quando uma Assembléia Geral fê-la tornar-se “uma sociedade devidamente nacionalizada” com o nome Sociedade Pradense de Mútuo Socorro.⁵³ A julgar pelo relatório do Presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas, a condição de “quase-nacionais” dos lusos não foi suficiente para diminuir a ansiedade provocada pelo decreto-lei. O antigo presidente já havia indicado seu sucessor, mas foi procurado por uma comissão de brasileiros e portugueses na sociedade para que se reelegesse ao cargo, possivelmente por ser naturalizado brasileiro. O efeito imediato do decreto teria sido o esforço em “dentro da lei, manter-se a nacionalidade [portuguesa] da Beneficência” e para isso buscaram obter diretrizes da Federação das Associações Portuguesas no Brasil, da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência (no Rio de Janeiro) e da Embaixada de Portugal. Reuniões informais dos próceres da colônia, e reuniões formais de diretoria e do Conselho Deliberativo se manifestavam favoráveis à nacionalização, permitindo aos brasileiros o direito de serem votados para a diretoria, mas, quando o tema chegou finalmente à Assembléia Geral, em outubro de 1938, esta não fez mais que ratificar a deliberação definitiva do Ministro da Justiça sobre a nacionalidade brasileira das associações.⁵⁴

Afora mudanças de nome, estatuto e mesmo diretorias provocadas pelo decreto-lei n. 383, a necessidade de associar brasileiros fez com que, aparentemente, algumas entidades aumentassem seus quadros de membros com mulheres, provavelmente as esposas brasileiras dos imigrantes. Quando comparado o percentual de sócias mulheres em 1937 com o de 1939, verifica-se que o índice se elevou em 17,4% na Sociedade Beneficente de Assistência Médica (ex Deutscher Krankenverein), 281,7% na Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, 115,5% na Sociedade Beneficente Vitor Emanuel II e 9,7% na Sociedade Portuguesa de

⁵³ VARGAS, *op. cit.*, p. 384-385; D’ÁVILLA, Ney Eduardo Possapp. *Caixeiral Campestre Tennis Clube, 1901-2001*. Passo Fundo: Imperial Artes Gráficas, 2001, p. 41-42; ESTATUTO da Sociedade Pradense de Mútuo Socorro. Fundada em 22 de Novembro de 1911. Antônio Prado: Typ. Cesa, 1942 (CD AIB-PRP).

⁵⁴ SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA. *Relatório relativo aos exercícios de 1º de julho de 1937 até 31 de dezembro de 1938*. Apresentado à assembléia geral pelo seu presidente Lino Saraiva d’Oliveira. Pelotas: A Universal, 1938, p. 3-5. Para o caráter “quase-nacional” dos portugueses, v. LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2001, p. 178.

Beneficência e apenas decresceu nas Sociedade Beneficente Alemã (ex-Deutscher Hilfsverein) e Sociedade Beneficente Amparo Mútuo Gemeinützinger Verein, acusando um crescimento total de 15,27% na participação feminina em mutuais de imigrantes em Porto Alegre.⁵⁵

Também ocorreram ocupações de prédios de mutuais por efeito da lei de nacionalização de 1938 e da posterior declaração de guerra do Brasil ao Eixo. Um setor da Polícia estadual passou a ocupar a sede do Gemeinützinger Verein, no centro de Porto Alegre. Com o fim da guerra, e pelo fato do local estar em boa localização, o governo estava inclinado a ceder terreno e prédio para a construção do primeiro ginásio coberto da cidade, a cargo da Sociedade Ginástica, uma entidade de tradição germanista que, contudo, protagonizara a resistência local ao nazismo entre as associações de descendentes de alemães. A cedência do terreno para a Sociedade Ginástica foi apoiada por diferentes parcelas do Estado e sociedade civil (inclusive cronistas esportivos), mas os antigos sócios da nacionalizada Sociedade Amparo Mútuo (ex-Gemeinützinger Verein) entraram com um processo em 1946 para reaver seus bens. Por anos se arrastou o processo, até que, em janeiro de 1960 foi finalmente firmado um acordo: a Sociedade Amparo Mútuo seria incorporada pela Sociedade Ginástica, desde que esta criasse um departamento de Pecúlios com o nome da antiga entidade e concedesse aos sócios honorários e beneméritos os mesmos privilégios e honrarias na nova entidade.⁵⁶ Se este é o caso sobre o qual encontrei maiores detalhes, é flagrante a ausência de estudos monográficos capazes de precisar a forma com que a sede da Sociedade Italiana de Santa Maria ficou em mãos do estado até 1998, ao passo que já em 1949 a sede da Sociedade Italiana de Santa Vitória do Palmar foi devolvida, enquanto os bens da mutual italiana de Pelotas não foram devolvidos pelo Estado italiano à sua sucessora, que nomeou advogado e intentou ação contra o Estado italiano para reavê-los, como também teria ocorrido em Bagé.⁵⁷ De todo modo, não se pense que as sociedades de socorros mútuos de imigrantes foram as únicas espoliadas pelo

⁵⁵ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse estatística do Município de Porto Alegre*. Comemorativa do Bi-centenário de Porto Alegre. Porto Alegre: Globo, 1940, p. 207-208.

⁵⁶ Cópia do processo se encontra em Administrativo/Dossiê Sociedade Amparo Mútuo (Memorial SOGIPA). Agradeço a Haike Roselane Kleber da Silva pela indicação e acesso a esse documento.

⁵⁷ ZANINI, Maria Catarina C. Ítalo-brasileiros: a revivificação da identidade étnica em Santa Maria-RS. *Travessia*. São Paulo, maio-ago. 1999, p. 21; AZAMBUJA, Péricles. *História das terras e mares do Chuí*. Caxias do Sul: UCS/ Porto Alegre: EST, 1978, p. 123; SANTOS, Andréia Albuquerque dos. *A Sociedade Italiana Pelotense*. Pelotas, Monografia de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História-UFPel, 2002, p. 26-28.

Estado: embora a justificativa legal não tenha sido a da lei de nacionalização, mas a de segurança nacional, a sede da Liga Operária de Pelotas ainda hoje se encontra em mãos de um grupo escoteiro e uma sociedade de benemerência.

A partir destes últimos casos mencionados de associações étnicas que movem ações na justiça brasileira contra o Estado italiano para reaver os bens, é possível incorporar um novo par de tensões para explicar a conduta de mutuais. As de imigrantes, particularmente, estariam no entrecruzamento de várias forças, que incluem os interesses espirituais do grupo dirigente (isso quando não há interesses materiais de utilizar o cargo na mutual para obter postos diplomáticos), os interesses materiais do associado comum, os limites legais interpostos pelo Estado brasileiro e as normas legais e administrativas dos Estados de origem. Essas tensões certamente se revelam quando disputas políticas nos países de origem opõem também grupos nas mutuais de imigrantes, como se verá no capítulo 7, mas o argumento assume maior relevância quando estão em jogo, também, interesses materiais. As fontes não deixam claras as variações das dotações orçamentárias do Estado italiano para subvenção às mutuais nos países de destino, mas estudos sobre entidades da Argentina que também mantinham escolas destacaram que as subvenções, pelo menos para esse serviço, estavam condicionadas a alguns fatores, que incluíam o fechamento da mutual a outros, que não os italianos, o ensino da língua e o direito de supervisão dos diplomatas.⁵⁸ Não nego que a opção por manter uma mutual e uma escola com fechamentos étnicos ou nacionais possa estar também vinculada a "substratos culturais", mas incorporar a variável econômica na interpretação do vínculo com o país de origem permite não se surpreender com a constante reiteração dos relatórios diplomáticos sobre a existência ou não de escolas e mutuais e, por outro lado, com a suspensão ao mesmo tempo, em 1910, da escola e da restrição à associação de não-italianos pela mutual de Pelotas.⁵⁹

Em vista dessa relação tensa com a diplomacia dos países de origem, talvez fosse necessário tornar mais preciso o vocabulário que eu próprio venho utilizando

⁵⁸ DEVOTO, Fernando J. Las sociedades italianas de ayuda mutua en Buenos Aires y Santa Fe. Ideas y problemas. *Studi Emigrazione*. Roma, anno XXI, n. 75, set. 1984, p. 329; SILBERSTEIN, Carina F. Mutualismo y educación en Rosario: las escuelas de la Unione e Benevolenza y de la Sociedad Garibaldi (1874-1911). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 1, n. 1, dic. 1985, p. 94.

⁵⁹ IOTTI, *op. cit.*; Società Italiane Riunite Unione Filantropia e Circolo Garibaldi, 24 fev. 1910. Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis (maço 57, env.

nesta tese: não tenho dúvidas de que o grupo dirigente da Unione [e] Filantropia de Pelotas era composto de italianos, mas supor que ela fosse uma mutual "italiana" não é adequado para explicar suas condutas e mesmo suas eventuais decisões de promoção da "italianidade". De certo modo, se existem poucas diferenças entre as mutuais, é possível generalizar a afirmação para todos os grupos imigrados, pelo menos enquanto não se estudam com mais vagar os orçamentos estatais e os balanços das entidades.

6.4 – O SENTIDO DA RELAÇÃO ESTADO-MUTUAIS

Poucas regularidades puderam ser observadas no âmbito da norma legal, o interesse pelos ganhos de subvenção apareceram mais em âmbito administrativo e as mutuais de imigrantes mantém uma relação tensa com as normas dos países de origem. Será possível encontrar algum sentido na relação de Estado e mutuais? Creio que algum sentido sim, é possível encontrar, e este será o tema deste sub-capítulo, no qual assumo que as entidades de imigrantes apenas diferem pela presença de mais uma variável explicativa de suas condutas.

Começo com a legislação que vigorou entre 1860 e 1882. Não é possível falar de um “debate” na historiografia brasileira, porque o volume da produção não foi suficiente para tanto. É verdade que diferentes autores já se referiram a essa legislação, mas apenas duas autoras ousaram ir além do meramente prescrito por ela. Tânia Regina de Luca ousou interpretá-la por meio do destaque da semelhança com a legislação francesa, sobretudo na capacidade do Estado de nomear o dirigente da associação. A autora afirma que o objetivo dessas prescrições, na França, vinculava-se “ao interesse do governo em formar uma clientela, para além dos quadros de administração, que lhe fosse fiel”, ao passo que no Brasil não teria havido tal objetivo, dado o não exercício dessa faculdade pelos Presidentes de Província e a aprovação de estatutos que contrariavam a norma legal, delegando à assembléia geral da entidade a capacidade de eleger dirigentes. Se compreendo de forma clara a regulamentação francesa, me permito matizar essa interpretação levando em conta dois pontos. O primeiro é que a legislação francesa da época distinguia entre as sociedades livres, as autorizadas e as aprovadas, e só as últimas tinham seus presidentes nomeados pelo Executivo. Já a legislação brasileira,

6) (BPP).

embora também prescrevesse a nomeação do dirigente, apenas “autorizava” as entidades, não chegando a “aprová-las” e, portanto, não fornecia a chancela estatal a essas entidades, e sequer prescrevia, como na França, a necessidade de serem multiprofissionais e manterem membros honorários nomeáveis como dirigentes que intermediariam a relação dos associados com as instâncias do Estado.⁶⁰ O segundo ponto que me permite matizar a interpretação envolve a evidência de que, pelo menos no Rio Grande do Sul, houve, sim, casos em que a Presidência da Província tentava e nomeava o dirigente da sociedade de socorros mútuos. Essa diferença resultava da desídia de outras administrações subnacionais no Brasil ou algum excesso pontual na administração provincial do Rio Grande do Sul? Não tenho condições de responder à pergunta, embora me incline para a segunda alternativa, uma vez que é como se o Presidente Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, ao assumir o cargo no Rio Grande do Sul, resolvesse cumprir fielmente seus deveres. Governando entre 22 de janeiro de 1867 e 13 de abril de 1868 – um momento em que, por causa da Guerra da Tríplice Aliança, a Assembléia Provincial é a única do país que não se reúne –, é sob sua administração que (a) se transcreve o primeiro estatuto na coleção de leis da Província – o da Sociedade Philantrópica, que parece ter sido muito mais uma associação criada por instâncias do Estado, do que fundada pelo desejo e ação dos membros, como seria uma típica sociedade de socorros mútuos, pois se destinava a socorrer os Guardas Nacionais em serviço de campanha, mas não definia exatamente a forma desses socorros –; (b) se aprovam os estatutos que lhe permitiam nomear o presidente do Handwerk Verein; e (c) se oficia à Beneficência Porto-Alegrense nomeando seu presidente.⁶¹ Esses dois

⁶⁰ Para o Brasil, alguns autores que abordaram o decreto n. 2.711: SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Montepio dos Artistas: Elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia/Fundação Cultural/EGBA, 1998., p. 38; PEREIRA, Ronaldo. *Associações de classe profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889)*. *Diálogos*. DHI/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 196-197. A interpretação de Tânia de LUCA (*op. cit.*) está nas p. 14-15. Para a França, v. GUESLIN, Andre. *L'invention de l'économie sociale: le XIX siècle français*. Paris: Economica, 1987, p. 170-173.

⁶¹ As informações sobre o período da presidência de Homem de Mello provém de AITA, Carmen, AXT, Gunter, ARAUJO, Vladimir (orgs.) *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996, p. 45 e 226. Para os estatutos aprovados e a relação da Sociedade Philantrópica com a Província, v.: ESTATUTOS da Sociedade Philantrópica. Ato n. 269 de 23 de novembro de 1867. *Coleção dos atos, regulamentos e instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1867; ESTATUTOS do Handwerk Verein. Ato de 2 de março de 1868. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comercio, 1869; [RIO GRANDE DO SUL]. Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração desta Província ao Excelentíssimo Senhor

pontos me permitiriam discordar da interpretação de Tânia de Luca, mas prefiro apenas matizar sua interpretação, porque haveria evidências de que, mesmo na França, a nomeação dos dirigentes das entidades aprovadas simplesmente ratificava as escolhas dos associados – mesmo que estes se pautassem por certa autocensura. Os presidentes nomeados da Beneficência Porto-Alegrense todos provinham de seu quadro de sócios efetivos e, com exceção do padre Hildebrando de Freitas Pedroso, nomeado em 29 de março de 1870, os demais presidentes eram todos atuantes na entidade. Como narrei no capítulo anterior, em março de 1872, chega a ser marcada uma reunião “a fim de combinar-se no pessoal que deve compor a nova diretoria” e, nesta, deliberou-se sugerir o nome de Aurélio Bitencourt para ser indicado à presidência. O fato de não ter sido nomeado é atribuído não a uma ação do Presidente da Província, mas a maquinações do antigo presidente, fundador e presidente honorário Antônio José Lourenço.⁶² Dizia antes que me era possível matizar a interpretação de Tânia de Luca: tendo ela afirmado a ausência da ação de Presidentes de Província (pelo menos para São Paulo, que foi seu universo empírico), bastaria encontrar uma ação para demonstrar a falsidade de sua afirmação. Pois encontrei casos em outro universo empírico, e nem por isso a afirmação me parece totalmente falsa, pois, mesmo que a afirmação da autora não possa ser generalizada, a interpretação acerca do desinteresse no uso efetivo das sociedades de socorros mútuos para legitimação política por parte do Estado imperial brasileiro – que, na prática, seguia as orientações das entidades, tanto no Brasil quanto, possivelmente, na França – segue válida.

Mas há algo mais a ratificar esse desinteresse, e dois grupos de evidências mo indicam. O primeiro provém do estudo das justificativas do discurso político para a implementação da Lei Ferraz. A Fala do Trono, ao abrir a sessão legislativa de 1860, menciona explicitamente a ação do Executivo, deixando entrever suas intenções:

“A legislação sobre as companhias e sociedades anônimas assim civis como mercantis necessita de revisão.

Torna-se preciso regularizar, proteger e fomentar instituições que facilitem às classes menos abastadas da sociedade não só o emprego produtivo de

Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1º vice-presidente, no dia 13 de abril do ano de 1868. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1868, p. 9. Para a ação de Homem de Mello em 4 de março de 1868 com respeito à Beneficência Porto-Alegrense: Sessão de assembléia geral de 4 abr. 1869 Arquivos Particulares - Livro de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1867-1873. (Cod. 02, Lata 49v - AHRS), fl. 43.

⁶² *Ibidem*, fls. 66 e 105-106.

suas economias, mas também os meios de assegurar a sorte de suas famílias, sobretudo aquelas que tiverem por fim abrigar essas classes da fraude e da usura”.

É claro o sentido da Fala do Trono: a Lei Ferraz e o decreto 2.711 deveriam convergir para o que é, ao fim e ao cabo, o interesse dos membros das sociedades de socorros mútuos, o evitar do descenso social. Tal preocupação com a população não-escrava pobre não era nova nas Falas do Trono (e nos Votos de Graças em resposta), uma vez que, desde 1846, amiúde comparecem nos discursos de abertura das sessões legislativas os efeitos das secas no Nordeste do Brasil, desde 1851 se manifesta o interesse nas leis para a “educação popular” e, desde 1857, D. Pedro II reiterava a preocupação com a carestia dos gêneros alimentícios, um tema também existente na Fala de 1860.⁶³ Tal insistência do Monarca com as condições de vida da população não-escrava pobre, sobretudo no que dizia respeito à carestia dos alimentos, chegou a ser qualificada pelo deputado Martinho de Campos como uma “patriotada” reiterada a cada ano pelas Falas do Trono, alegando a incapacidade do Estado para agir contra circunstâncias econômicas.⁶⁴ Desse modo, legislar sobre sociedades de socorros mútuos aparecia apenas como parte de um projeto mais amplo de cuidado estatal com os grupos sociais que, percebendo remuneração em dinheiro e satisfazendo suas necessidades no mercado, corriam o risco de serem incapazes de garantir a sobrevivência de suas famílias.

Uma maior atenção ao próprio texto das normas legais revela o segundo grupo de evidências. Amélia Rosa Sá Barreto Teixeira, a outra autora que ousou interpretar a legislação de 1860, bem observou que o decreto n. 2.711 não dispõe especificamente sobre sociedades de socorros mútuos, mas também sobre outras associações, como bancos, caixas econômicas, montes de piedade (penhores) e montepios. Sua interpretação é a de que o decreto fazia “parte de um conjunto de medidas tomadas pelo Estado (...) para intervir e orientar o processo de acumulação em curso no país” e toma suas prescrições como definidoras da “forma organizativa” adotada pelo socorro mútuo no Brasil.⁶⁵ Certamente o texto legal excede em muito o

⁶³ BRASIL. *Falas do Trono*. Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p. 249, 254, 255, 278, 311, 316, 322, 329.

⁶⁴ BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Quarto ano da legislatura. Seção de 1860. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., 1860, p. 149 (sessão de 9 de junho de 1860).

⁶⁵ TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto. *A forma organizativa de auxílios mútuos: contestação ou adaptação*. Rio de Janeiro; 1982. Dissertação de mestrado (IUPERJ), 1982, p. 21-23. O trecho citado está na p. 22.

atendimento às dificuldades da população não-escrava pobre, como o trecho citado da Fala de 1860 permitiria facilmente presumir. É também a Fala desse ano que, a despeito da distinção que assume entre as entidades “assim civis como mercantis”, se refere, na verdade, a um conjunto de normas legais que dedicam muito maior interesse à legislação sobre as associações “mercantis”. Com efeito, dentre os 8 artigos da Lei Ferraz, escassos 3 parágrafos dispõem sobre sociedades de socorros mútuos e montepios, ao passo que os demais tratam de bancos, companhias, sociedades anônimas e Caixas Econômicas. Sequer a ementa do decreto 2.711 menciona sociedades de socorros mútuos ou montepios, porque diz apenas que a norma legal “contém diversas disposições sobre a criação e organização de Bancos, Companhias, Sociedade Anônimas e outras”. Ora, como encontrar interesse na aplicação da norma legal sobre mutuais quando estas estão apenas entre as “outras” entidades regulamentadas pelo decreto 2.711?

É isso que me permite discordar de Teixeira, porque ela supõe, em alguma medida, um projeto político imperial vigente por mais de um século destinado a promover a “acumulação”. Tal interpretação exagera o alcance do texto legal de 1860, ainda que focalize um aspecto que quero relevar, como já venho fazendo ao longo desta tese. A norma legal de 1860 não permite tomar por óbvio que as sociedades de socorros mútuos pertenceriam à sociedade civil, uma vez que o status atribuído a elas pelo Estado imperial as integra à sociedade econômica. É como se não houvesse então possibilidade de conceber aquilo que hoje é denominado “Terceiro Setor”, nem público, nem privado.⁶⁶ A idéia de que agentes privados não necessariamente se confundam com o Mercado parece ser típica de sociedades em que o “público” é concebido segundo o paradigma anglo-saxão, definindo aquilo que não é privado na sociedade civil e que, portanto, pertence em conjunto a Estado e Sociedade. No Brasil, tal como outros países da América Latina, o “público” foi modelado segundo o modelo francês, que o pensa como prerrogativa do Estado que pode, ou não, delegar funções a atores da sociedade civil.⁶⁷ O argumento já foi utilizado no capítulo 1 desta tese, mas ganha maior clareza quando confrontado com a legislação propriamente dita: o Estado brasileiro, no período

⁶⁶ FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 20 e ss.

⁶⁷ GRAZZIANO, Luigi. O Lobby e o Interesse Público. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 12, n. 35 Fev. 1997. Capturado em 7 jul. 2001. Online. Disponível na Internet. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300009&lng=en&nrm=isso.

imperial, não definia com clareza o lugar de uma sociedade civil, que não seria nem o das operações de Mercado, nem o da formalização autônoma e autocéfala das regras de convivência e procedimentos de gestão de associações voluntárias. É como se aqueles que só tinham a liberdade, e não a propriedade, estivessem perigosamente fazendo uso dessa liberdade não apenas para atender a interesses privados, mas para interferir na gestão de problemas públicos, como o da reprodução social. Ou mesmo usando de associações voluntárias para manifestar júbilo, como ocorreu quando Ângelo Muniz da Silva Ferraz deixava a presidência da Província de São Pedro para assumir cargo ministerial (e propor a lei que leva seu nome) e se ouviam foguetes lançados da sede da Beneficência Porto-Alegrense.⁶⁸

Mesmo considerando que o decreto 2.711 foi totalmente revogado em 1882, ainda assim foi a legislação da República Velha que beneficiou mais a constituição de sociedades de socorros mútuos. Sem mencionar a abolição da escravidão, que colocou mão de obra no mercado de trabalho, expandindo as possibilidades de constituição de entidades, o regime republicano conferiu – à semelhança da tradição legal anglo-saxônica – ampla liberdade de associação. E isso contrasta mais uma vez com o decreto 2.711, porque este, ao invés de simplesmente conferir reforços positivos às entidades que se legalizassem (como Itália e Bélgica), fazia com que o Estado imperial brasileiro, tal como os de Portugal e Áustria, simplesmente não admitisse mutuais não autorizadas, gravando-as com multas de pelo menos 1:000\$000 de réis, o que equivalia a 200 vezes a mais alta mensalidade das entidades rio-grandenses.⁶⁹ A diferença é evidente, porque a norma de 1893 **permite** a aquisição de personalidade jurídica, enquanto a de 1860, mais restritiva, **obriga** o registro da entidade. A liberalidade com respeito às entidades, desde antes da norma de 1893, é clara na Decisão n. 42, do Ministério do Interior, expedida em 26 de março de 1890. A decisão decorria do decreto n. 58-A, de 14 de dezembro de 1889, que dispunha sobre a nacionalização dos estrangeiros residentes no Brasil, pessoas que, a menos que se manifestassem contrárias, estariam automaticamente naturalizadas. É possível que muitos estrangeiros temessem, com essa definição

⁶⁸ *O Conciliador*. Porto Alegre, 1º de maio de 1859, p. 1 (MCSHJC).

⁶⁹ Para a legislação sobre sociedades de socorros mútuos em Itália, Bélgica, Portugal e Áustria, v. LINDEN, *op. cit.*, respectivamente p. 237-238, 420, 296 e 349. A multa na legislação brasileira está especificada na Lei n. 1083, de 22 ago. 1860, Art. 2º § 1º. A mensalidade mais alta das entidades aprovadas no Rio Grande do Sul é do Pecúlio dos Empregados da Diretoria Geral da Fazenda Provincial: Ato n. 107 de 5 de agosto de 1882. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Off. Typ. de Carlos Echenique, 1908.

legal, a perda de sua condição de associados de mutuais de imigrantes; como a decisão respondia a ofício da Comissão de Alistamento eleitoral da paróquia de Santo Antônio (ignoro o município, mas é, possivelmente, Rio de Janeiro), é provável que em meio aos trabalhos, alguns compulsoriamente naturalizados teriam procurado elementos para sopesar as vantagens do direito a voto no Brasil frente ao risco de perderem direitos na associação voluntária. A decisão não lhes trazia benefícios, uma vez que o Governo Provisório decidiu que não tinha poderes para fazer “a reforma da legislação particular das sociedades beneficente estrangeiras (...) visto não ser lícito ingerir-se no regimento interno de tais sociedades” para favorecer aqueles que não se opusessem à naturalização compulsória decretada.

A legislação imperial considerava as sociedades de socorros mútuos como pertencentes à sociedade econômica, ao passo que a republicana – pelo menos a da República Velha – as incorporava à sociedade civil. Já nos anos 1930, as atribuições do recriado Conselho Nacional do Trabalho impõem limites econômicos à operação de pecúlios pelas sociedades de socorros mútuos, e essa medida não oblitera a indecisão do poder público sobre a forma mais adequada de conceber as entidades, porque a restrição de âmbito econômico não significava uma ampliação de sua capacidade civil, uma vez que a representação de interesses dos grupos profissionais era legalmente exercido pelos sindicatos e a concorrência econômica com as mutuais era feita pelas companhias de seguros e pelo próprio sistema estatal de previdência. Mesmo nos anos 30 há uma clara indecisão, entre outros motivos porque sequer o sistema estatal de previdência era consensualmente definido como regido pelo direito público. Essa indecisão se exprimia em dois debates. Em um deles, os termos são exatamente os da natureza da previdência estatal. Oliveira Vianna, em longo artigo sobre as Caixas de Aposentadorias e Pensões, afirmava:

“Não há, como se vê, nada de público na beneficência prestada pelas caixas. Os interesses por ela servidos é que são de caráter público, por serem ‘gerais’ ou ‘coletivos’ – e não ‘particulares’ ou ‘individuais’, mas, no concernente às pessoas a que elas beneficiam, exercem elas uma assistência estritamente privada”.

Esse argumento comportava variações. Bezerra de Freitas admitia não apenas que os Institutos de Aposentadorias e Pensões e as Caixas não eram “instituições do Estado, partes integrantes da administração pública”, mas entidades “para-estatais”, como também que “a iniciativa particular constituiu o ponto de partida das atuais instituições de previdência e assistência social”. De qualquer modo, esse

tipo de argumentação, sobretudo a de Oliveira Vianna, poderia ser facilmente aplicado também às sociedades de socorros mútuos, mas, como bem se sabe, o argumento vitorioso foi o de Oscar Saraiva, que também não tinha dúvidas de que a previdência estatal – por ser operada por autarquias – era regida pelo direito público.⁷⁰ Esse debate revela o que Jaime Antônio de Oliveira e Sônia M. Fleury Teixeira distinguem como transformação no sistema estatal de previdência. Entre 1930 e 1945, as instituições de previdência são fortemente controladas pelo Estado – sobretudo os Institutos de Aposentadorias e Pensões –, ao passo que as Caixas de Aposentadorias e Pensões existentes entre 1923 e 1930 tinham uma “natureza basicamente civil”. James Maloy não chega a qualificar as Caixas da década de 1920 como civis, mas como “entidades autônomas semipúblicas, sob supervisão do governo”, enquanto Tânia de Luca identifica as semelhanças das Caixas com as mutuais, sobretudo por ambas serem “entidades autônomas”. Conquanto os primeiros autores critiquem a interferência do Estado no sistema ao longo da década de 1930, em sua abordagem as sociedades de socorros mútuos nunca são tomadas como parâmetro de comparação com a previdência estatal, uma vez que a possibilidade de benefícios não serem prestados quando constatadas dificuldades financeiras das Caixas – prescrição encontrada em estatutos de mutuais – é qualificada de absurda quando cotejada com o modelo de seguro comercial.⁷¹

O segundo debate dispunha sobre a necessidade de incorporar a assistência médica no sistema de previdência estatal. Depois de elaborarem um plano de assistência médica para a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Operários Estivadores, Fioravanti di Piero e Luthero Sarmanho Vargas rebatem os argumentos de que as Caixas deveriam ser “apenas de previdência e não de assistência”, avaliando que seria uma “previdência falha, parcial, ineficiente e imprevidente” aquela que não prestasse também assistência médica.⁷² Oliveira e Teixeira, aparentemente, concordariam com os autores, uma vez que a política “contencionista” da previdência estatal entre os anos de 1930 e 1945 debatia

⁷⁰ *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 6, fev. 1935, p. 134 (de onde provém a citação), n. 12, ago. 1935, p. 89-95, n. 33, maio 1937, p. 231-236; FREITAS, Bezerra de. *Legislação do trabalho e previdência social*. Rio de Janeiro: A Coelho Branco F^o, 1937, p. 71 e 9. O argumento em prol da definição da previdência estatal como de direito público também aparece em: BARROS, A Buys de. Da natureza jurídica dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. *Revista do Trabalho*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 9, set. 1938, p. 373-374.

⁷¹ MALLOY, *op. cit.*, p. 50; OLIVEIRA, TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 23, 30-32, 118-131 e 78-79; LUCA, *op. cit.*, p. 63.

⁷² *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 31, mar. 1937, p. 253-

exatamente a possibilidade de restringir ou suprimir os cuidados médicos e farmacêuticos das autarquias.⁷³

Enquanto o primeiro debate aborda exatamente o que venho discutindo, o caráter do segundo talvez não tenha ficado claro para comprovar minha afirmação. Sem avaliar os méritos mesmo do debate sobre a incorporação da assistência médica nos mecanismos estatais de previdência, observo que a legislação imperial e a republicana distinguiam as sociedades de socorros mútuos dos montepios, e eram estes os que se assemelhavam à “previdência parcial” acima citada, enquanto as mutuais prestariam a assistência reclamada pelos autores do artigo. Ora, desde o seu início, em 1923, a previdência estatal no Brasil não cobre apenas a remuneração pela retirada do contribuinte do mercado de trabalho, ou ainda a remuneração à sua família por efeito de morte. O art. 9 do decreto n. 4.892, que em 24 de janeiro de 1923 criava a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários, alinhava entre os socorros oferecidos antes a assistência médica e farmacêutica ao contribuinte e sua família, e só depois as aposentadorias e pensões, enquanto o art. 29 definia o pecúlio pago por ocasião da morte do associado. Tais socorros são mantidos no art. 14 do decreto 5.109, de 20 de dezembro de 1926, que reformou o funcionamento das caixas, e só são parcialmente extintos pelo decreto n. 20.465, de 1º de outubro de 1931, que fez das demais formas de assistência algo opcional. Tanto nas Caixas quanto nos Institutos de Aposentadorias e Pensões, o nome das autarquias omite a amplitude dos socorros oferecidos, que poderiam incluir o auxílio-funeral pelo IAPTEC, em 1938, ou o auxílio-detenção e as diárias por doença pelo IAPB, em 1934. A qualificação desses benefícios como “não-tradicionais” por Oliveira e Teixeira só pode ser aceita por quem é incapaz de verificar sua semelhança com os socorros oferecidos pelas entidades que venho estudando. E essas semelhanças saltam aos olhos, como é o caso da prescrição do art. 33, inciso 4º do decreto n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923, que estabelece que a pensão à família do ferroviário se extinguiria “em caso de vida desonesta ou vagabundagem do pensionista”, prescrição reiterada na Portaria n. 134, de 23 de setembro de 1937 do Conselho Nacional do Trabalho. São essas semelhanças que permitiram a outros conceberem a criação da previdência estatal como calcada em modelos previamente conhecidos das caixas de empresa, cujos benefícios não diferiam muito dos das

²⁶⁵. A citação provém da p. 257.

⁷³ OLIVEIRA, TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 60 e ss.

sociedades de socorros mútuos. É só o desconhecimento sobre as sociedades de socorros mútuos que permite a Oliveira e Teixeira qualificar o exame médico preliminar à inscrição no IAPI de “medida típica do seguro comercial privado”, quando era há décadas o procedimento-padrão das entidades que operavam com previdência, como as que venho estudando.⁷⁴

Outros eventos também atestam a indecisão do poder público sobre o caráter das sociedades de socorros mútuos. Em 1937, por exemplo, o Ministro do Trabalho Indústria e Comércio manifestava certo desconforto quando se referia às mutuais, uma vez que elas, mesmo “tendo um caráter de previdência, não se [enquadravam] no regime das instituições de aposentadorias e pensões”. Essa falta de clareza na forma exata de conceber as entidades, vale dizer, enquadrando-as em algum lugar específico e conhecido da sociedade tomada como uma totalidade orgânica, também se revela nos descaminhos da tentativa da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Principe di Napoli, localizada em Caxias [do Sul], para legalizar sua Caixa-Pecúlio e solicitar a isenção de selo. Com quase um ano de atraso, o Ministério da Fazenda, acionado pelo interventor estadual, respondia que não tinha alçada para reconhecer o pecúlio, porque a entidade estava organizada “de acordo com a Lei civil” e o favor de isenção de selo era concedido pelo Poder Legislativo. A falta de clareza do poder público é flagrante, porque a demanda clientelar pela intermediação da Interventoria estadual não teve efeito, e a demorada resposta do Ministério da Fazenda omitia a necessidade de aprovação da Caixa-Pecúlio pelo Conselho Nacional do Trabalho. É provável que o pecúlio tenha funcionado, independente da restrição legal, uma vez que o cumprimento da legislação é condicionado pela atividade dos órgãos fiscalizadores, e sociedades de socorros mútuos foram incomparavelmente menos visadas que os sindicatos ou a previdência estatal na década de 1930. Mas o desinteresse do Estado na fiscalização muito se assemelha àquele vigente na década de 1860: dada a incapacidade de enquadrar as entidades, o poder público age somente, quando muito, se demandado.⁷⁵

⁷⁴ O texto das leis foi consultado em VALERIUS, Victor. *Legislação brasileira de previdência social*. 4. Ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1958. A Portaria n. 134, de 23 de setembro de 1937 do Conselho Nacional do Trabalho foi publicada no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 47, jul. 1938, p. 87. As referências ao IAPTEC e IAPB, assim como as referências de OLIVEIRA, TEIXEIRA (*op. cit.*) provém das p. 75, 81, 83.

⁷⁵ Respectivamente: MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Exposição que acompanha o Relatório apresentado ao Senhor Presidente da República, Doutor Getúlio Vargas pelo Ministro Agamemnon de Magalhães*. Rio de Janeiro, 1937, p. 107. Capturado em 02 abr. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u2307/000002.html>;

A indefinição também é clara nas formas e justificativas para subvenção às entidades. Talvez fosse puro hábito ou vício de linguagem chamar as entidades subvencionadas de “instituições pias”, mesmo com referência a uma instituição pública como o Hospício São Pedro. Mas já foi visto que algumas mutuais eram consideradas como “instituições pias”, mesmo sendo patente que a maior parte dos socorros oferecidos o eram a seus associados. É a indefinição do caráter das mutuais que força os textos dos pedidos de subvenção a não se cingirem à demonstração racional das condições do Estado de atender ao desejo das entidades, mas à persuasão pautada pela tópica da utilidade, tópica que, afinal, caracteriza o discurso político. Tais documentos persuasivos buscam colocar as entidades como merecedoras de atenção; os lugares dos argumentos orbitam em torno do interesse público no atendimento aos pobres e na confiabilidade da entidade. A instância estatal os recebe e deve deliberar levando em conta, além dos argumentos trazidos, um gradiente que avalia o que já foi chamado de “capital associativo”, os recursos disponíveis e os benefícios ao doador. Dentre os benefícios ao doador, é possível identificar apenas a existência de uma “política social” por parte do Estado, a menos que se atentem aos procedimentos mesmo de encaminhamento dos pedidos de subvenção que, com exceção do período do Estado Novo, são encaminhados a parlamentares no Rio Grande do Sul. Outros estudos já indicaram a existência de relações clientelares em sociedades de socorros mútuos nas quais a subvenção é trocada por apoio político. No Rio Grande do Sul, contudo, a documentação pesquisada não me permitiu aferir o apoio político. A Beneficência Porto-Alegrense obteve uma loteria por meio de seu ex-sócio Antônio Pereira Prestes, quando deputado provincial, mas é possível que isso tenha desgostado alguns sócios da entidade, que puseram em dúvida os méritos do parlamentar na obtenção do benefício. Também a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre obteve concessão de loteria por meio de seu médico e então deputado provincial José Bernardino da Cunha Bittencourt, loteria, aliás, cujos valores foram adiantados, jamais foi extraída e a entidade só prestou conta dos valores 15 anos depois. Já a negativa de subvenção indireta ao Bürgerklub (v. supra), que destacava o fato de no Brasil haver várias raças, teve como parecerista o mulato Francisco Xavier da Costa, então conselheiro municipal em Porto Alegre e

Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro, 27 fev. 1935. Documentação dos Governantes. Maço 72. (AHRS).

ligado a várias outras entidades. E mesmo quando Getúlio Vargas subvencionou



entidades do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1929 – certamente pensando na campanha presidencial –, ainda assim não foi possível aferir se tais entidades ou seus dirigentes se envolveram na disputa política então travada.⁷⁶

Não se deve pensar que o encerramento deste capítulo é também o encerramento dos temas que poderia abordar. Isso é patente quando se observa com atenção o ponto ao qual consegui chegar: ao invocar uma deficiência originária na concepção da natureza das tarefas públicas e privadas, deficiência que impediria uma compreensão clara do que são as sociedades de socorros mútuos, poderia abrir mão da honestidade intelectual, e me calar frente à existência de problemas muito semelhantes num modelo de Estado completamente diferente do brasileiro. Dois textos sobre a relação entre Estado e mutuais na Grã-Bretanha revelam que, no século XIX, o tipo de clareza contábil requerida para o funcionamento e controle estatal sobre as mutuais não era semelhante ao das companhias privadas de seguros, mas ao das instâncias de nível inferior do próprio Estado, levando os autores a concluírem que não havia uma concepção clara sobre o caráter privado ou público das sociedades de socorros mútuos; em outro texto, este estudando a montagem do sistema estatal de previdência no século XX, o autor destaca a heterogeneidade das sociedades de socorros mútuos e as eventuais convergências de interesses com a operação privada de seguros por parte de algumas.⁷⁷ No segundo texto, particularmente, existe uma sofisticação do argumento de Linden, que aponta a criação de sistemas estatais de previdência orientados em duas

⁷⁶ Para o “capital associativo”, v. VAGLIENTE, Pablo José. *Construyendo la esfera pública desde el asociativismo*. (Córdoba, 1850-1880). Palos de la Frontera, 2000. Tesis de Maestría en Historia Latinoamericana – Universidad Internacional de Andalucía, 2000, p. 23, Para relações de clientela: CASTELUCCI, Aldrin A S. *Centro Operário da Bahia: Mutualismo e Jogo Oligárquico*. Comunicação apresentada no XXI Simpósio Nacional de História. Niterói, 2001; ANDRADE, Silvia Maria Belfort de. *Classe operária em Juiz de Fora*. Uma história de lutas (1912-1924). Juiz de Fora: EDUFJF, 1987, p. 107 e ss.; TEIXEIRA, *op. cit.*, p. 79 e ss. (a mesma autora, na p. 76, também afirma que o Estado controla, mas não define “totalmente sua prática concreta”). Para as subvenções mencionadas: Sessões de assembléia geral de 29 abr. e de 7 jun. 1872. Arquivos Particulares - Livro de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1867-1873. (Cod. 02, Lata 49v - AHRs), fl. 110 e 121 (AHRs); SPALDING, *op. cit.*, p. 43-44 e 54.

⁷⁷ EDWARDS, CHANDLER, *op. cit.*; ALBORN, Timothy. Senses of belonging: the politics of working-

direções opostas: o da incorporação das mutuais ao sistema, ou sua negação.⁷⁸ A sofisticação ocorre quando a heterogeneidade das sociedades de socorros mútuos britânicas permitiria apontar as estratégias e interesses diferentes das entidades que promoviam a sociabilidade, por oposição às que não a promoviam, tendencialmente mais próximas das companhias privadas de seguros, também participantes do mercado oficial de mecanismos de securitização. A criação da previdência estatal, desse modo, não cria apenas um concorrente no mercado, mas necessariamente redefine – independente da forma de incorporação ou não das mutuais – a natureza do caráter voluntário de associação a sociedades de socorros mútuos. Confesso que não consegui ir além desse ponto, embora o creia relevante para o debate contemporâneo sobre a previdência estatal no Brasil.

Mas este não foi o único momento em que a argumentação deste capítulo falha. A abordagem das mutuais de imigrantes praticamente ignorou a dispersão de ideários nacionalistas e os efeitos da incorporação de certas disputas dos países de origem nas mutuais: o tema será tratado em parte no capítulo 7, mas é só no capítulo 9 que tentarei consolidar a relação desse tipo de mutuais com o Estado brasileiro. Também não se deve pensar que os únicos interesses representados ao Estado sejam os das subvenções, quando há outros que, por comporem típicas estratégias públicas, serão tratados também no capítulo 9, sobretudo os que se relacionam com a montagem da previdência estatal no Brasil. Mas este capítulo pode encerrar com a constatação de que as sociedades de socorros mútuos não eram ignoradas pela legislação e pelos governantes, mas sua posição no mapa do poder era incerta: eventualmente oportuna como justificativa de uma política de assistência social ou de grupos de eleitores disponíveis para relações de subordinação política; eventualmente desconfortável como representante de interesses; eventualmente concorrentes na conformação de sistemas estatais de previdência; eventualmente desnecessárias quando a representação profissional está pautada com outra forma jurídica. Não obstante, a idéia de que possam ter fins públicos embora não sejam estatais aparenta ser mais episódica, e trazida apenas como justificativa para de subvenções. É só isso? É isso e um pouco mais, porque, embora as mutuais não tivessem capacidade de pressionar nacionalmente a montagem da previdência estatal, elas poderiam ser grupos atuantes e relevantes

class insurance in Britain, 1880-1914. *Journal of Modern History*. V. 73, sep. 2001, p. 561-602.

⁷⁸ LINDEN, *op. cit.*, p. 36-37.

em níveis local e regional, como ainda se verá. Essa capacidade de promover estratégias públicas em âmbitos subnacionais pode ter levado o legislador a montar a previdência estatal em âmbito nacional e, portanto, inacessível às mutuais. Essa possibilidade excede a pesquisa desta tese e, portanto, apenas a indico.

7 – GRUPOS POLÍTICOS E RELIGIOSOS

Não foi apenas a perseguição desenfreada que caracterizou muito do pensamento anticomunista (não só dele), mas vínculos imaginados, por exemplo, entre produtos culturais e posições políticas de seus autores. Mas todos seríamos acometidos de ceticismo frente a algo definido como “gramática generativa anarquista”, mesmo que o anarquista Noam Chomsky tenha, de fato, criado o modelo da gramática generativa. De certo modo, a perseguição desenfreada do anticomunismo não tem peias exatamente por imaginar certos vínculos. Estes próximos dois capítulos pretendem frear o nascimento de vínculos imaginários entre as sociedades de socorros mútuos e certos ideários, tentando demonstrar que praticamente ninguém condenava as sociedades de socorros mútuos, e muitos a apoiavam ou ainda o fazem, sendo difícil vincular as entidades a alguma posição política em particular. Como o leitor verá, para evitar constantes reiteraões, procurei atentar mais para grupos empiricamente verificáveis do que a genéricas ou abstratas qualificações de ideários.

Talvez fosse melhor tratar desses grupos e ideários em um único capítulo, e não em dois. Contudo, é mister adequar a construção do argumento na Primeira parte, que identifica as sociedades de socorros mútuos como afeitas aos interesses materiais e às estratégias privadas dos que estão em uma situação de classe desprivilegiada, ao estudo mais pormenorizado do movimento operário, que será feito no capítulo 8. Então, seria fácil afirmar que este capítulo trata do "resto", isto é, dos grupos que não pertenceriam ao "movimento operário". Por um lado, é isso, mas, por outro, a definição do que seja, afinal, o "movimento operário" pode incluir ou não as sociedades de socorros mútuos (ou um grupo delas), de forma que a diferença entre os grupos dos quais trato agora e os que serão abordados adiante poderia ser tomada apenas como resultado de uma convenção. No entanto, deixo ao leitor a tarefa de convencionar como quiser, porque pretendo demonstrar que praticamente nenhum grupo teria restrições às sociedades de socorros mútuos, o que me permitiria reiterar a versatilidade política dessas associações, tal como enunciado no capítulo 5.

A seguir haverá 2 seções. A primeira trata dos grupos políticos, propriamente ditos; a segunda, dos grupos religiosos. Bem sei que uns não são iguais aos outros, mas a discussão do terceiro sub-capítulo permitirá compreender melhor sua presença conjunta.

7.1 – GRUPOS POLÍTICOS

7.1.1 – LIBERAIS E CONSERVADORES

Não me cabe definir liberalismo, ainda que me faça atento às diferenças que podem existir entre ideários liberais, grupos políticos liberais (autodenominando-se ou não assim) e Estados liberais. Mas é o fato da qualificação “liberal” ser aplicada a tantos fenômenos – eventualmente misturando-se com republicanismo, democracia ou anti-clericalismo – que torna fácil vinculá-la amiúde às sociedades de socorros mútuos, sobretudo porque se poderia conceber que a existência destas demonstraria a possibilidade de resolver a “questão social” dentro do capitalismo, sem a intervenção do Estado no Mercado, sem aumentar gastos públicos, sem elevar o custo da contratação de mão de obra e fomentando associações voluntárias que não necessariamente se convertem em grupos de interesse.¹ Não é à toa que os historiadores da medicina teriam passado a dedicar atenção às sociedades de socorros mútuos com o crescimento da “nova direita” na década de 1980 e suas demandas pela redução do Estado. E essas demandas têm uma versão radicalizada nos “libertarians” e liberais anglo-saxões contemporâneos, também interessados nas sociedades de socorros mútuos.²

Com isso, é fácil encontrar textos orientados por ideários liberais tratando favoravelmente das sociedades de socorros mútuos, ou grupos liberais, de fato, as apoiando, tal como se pode verificar na Grã-Bretanha, Inglaterra, Itália, Alemanha,

¹ Para um debate sobre definições possíveis de liberalismo, v. BARRÓN, Luis. *Liberales conservadores: republicanismo e ideas republicanas en América Latina*. Paper apresentado junto à Latin American Studies Association, em Washington DC, 6-8 set. 2001. Uma abordagem das relações do pensamento liberal com o mutualismo aparece em: LUCA, Tânia Regina de. *Mutualismo: um tema aberto*. Comunicação apresentada junto ao XIX Simpósio Nacional de História-ANPUH, em Florianópolis, 1999.

² PORTER, Dorothy. The History of Public Health: Current Themes and Approaches *Hygiea Internationalis*. V. 1, n. 1, oct. 1999, p. 9-21. Capturado em 7 set. 2001. Online. Disponível para download: <http://www.ida.liu.se/ext/inhph/intern/ra/002/paper.pdf>, p. 17 e ss.; GLADSTONE, David. *Laying the foundation of the Welfare state*. The growth of government – c1880-1914. London: Libertarian Alliance, 2000. Capturado em 2 mar. 2002. Online. Disponível para download: <http://www.libertarian.co.uk>; SIDDELEY, Leslie. The Rise and Fall of Fraternal Insurance Organizations. *Humane Studies Review*. v. 7, n. 2, Spring 1992. Capturado em 1 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iso.gmu.edu/~ihs/s92essay.html>

Chile, França e Peru.³ Um pouco diferente parece ser o caso da Fala do Trono apresentando a Lei Ferraz (v. cap. 6), que trata das sociedades de socorros mútuos em meio aos esforços por fazer o controle de preços como lenitivo à pobreza. O caráter liberal se explicita quando as mutuais são pensadas como instrumento pedagógico, com vistas a ensinar o autocontrole e a previdência. Não é diferente a *Notice* do Baron D’Ourem, que incorpora as mutuais a outras associações de “previdência”, e tampouco o elogio que o teuto-riograndense Karl von Koseritz faz às entidades que dizia então somente existirem na Alemanha e Inglaterra, não apenas ensinando a poupar, como se convertendo em recursos nas “strikes”.⁴

A facilidade de encontrar ideários e governos liberais favoráveis à criação de sociedades de socorros mútuos me leva a restringir este tópico aos grupos autodenominados liberais que com elas se envolviam – e penso basicamente no Partido Liberal ainda durante o Império. Consta que os liberais rio-grandenses, ao longo de todo o século XIX, tomavam os Estados Unidos como modelo político, mesmo relevando diferenças entre monarquia e república, e isso é claro, por exemplo, na sessão de 30 de julho de 1860, na Câmara dos Deputados, quando Félix Xavier da Cunha citava Tocqueville e suas considerações sobre o exército norte-americano, ou quando seu irmão Francisco lamentava a “falta de iniciativa [para] (...) organizar clubes” no Rio Grande do Sul.⁵ São os nomes desses dois irmãos – e outros liberais mais – que aparecem com frequência ligados à Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, e não necessariamente como decorrência de seu poder político. Não parece, contudo, ser o caso de Félix Xavier da Cunha, deputado provincial a partir de dezembro de 1856 e que se associa à Beneficência Porto-Alegrense em março de 1857. Como é possível acompanhar pelo Quadro 5.2

³ NEAVE, David. Friendly societies in Great Britain. In: LINDEN, Marcel Van Der (ed.). *Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996, p. 58-59; TOMASSINI, Luigi. Mutual Benefit Societies in Italy, 1861-1922. In *Ibidem*, p. 226-228 e 248-251; STOLLBERG, Gunnar. *Hilfskassen in Nineteenth Century Germany*. In *Ibidem*, p. 325-326; GREZ TOSO, Sérgio. The mutual benefit movement in Chile from its origins to the present time, 1853-1992. In *Ibidem*, p. 631, 633-634; França: GUESLIN, Andre. *L'invention de l'économie sociale: le XIX siècle français*. Paris: Economica, 1987, p. 93-113; CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 211-274; GARCÍA-BRYCE, Iñigo. Politics by peaceful means: artisan mutual aid societies in mid-nineteenth-century Lima, 1860-1879. *The Americas*. V. 59, n. 3, jan. 2003, p. 325-345.

⁴ BRASIL. *Falas do Trono*. Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo: Melhoramentos, 1977; BARON D’Ourem. *Notice sur les Institutions de Prêvoyance au Brésil*. Communication faite au Congrès Scientifique Universel des Institutions de Prêvoyance lors de la Deuxième Session Quinquennale en 1883. Pau: Garet, 1883; GERTZ, René (org.). *Karl von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 122.

⁵ PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre:

(supra), na eleição desse mês, quando votaram 33 sócios, obtém 3 votos para presidente, 11 para vice-presidente e 22 para tesoureiro, cargo que passa a ocupar. Já na eleição seguinte, obtém 42 dos 45 votos à presidência da Porto-Alegrense, ao passo que, em 1859, é reeleito com 34 dos 46 votos para o mesmo cargo. É impossível deixar de assinalar sua posição na entidade ainda em seus primeiros anos, como evidência das relações com o Partido Liberal, uma vez que Félix teria sido “a alma” da rearticulação desse partido no Rio Grande do Sul, ao lado de Manoel Luís Osório e Gaspar Silveira Martins. Este último, a grande liderança sobrevivente do Partido Liberal, também se filia à entidade, alguns meses depois de assumir como deputado provincial pela primeira vez em 1862. Francisco Xavier da Cunha, irmão de Félix, já em 1859 recebe também votos para a presidência da Porto-Alegrense, e exerce o cargo pelo menos entre 1862 e 1864, enquanto a deputação provincial só viria a ser exercida em 1877. Florêncio Carlos de Abreu e Silva, que chegaria ao cargo de senador em 1880 e exerceria a deputação provincial em 1866, se associa à entidade em março de 1863. Outros nomes do Partido Liberal também se associariam em momentos posteriores, como Henrique Francisco D’Ávila ou Luiz da Silva Flores, mas, como isso só ocorreria anos depois do começo do exercício de cargos parlamentares, é mais provável que tenham sido vinculados à possibilidade de obterem subvenções e outros benefícios.⁶

É fácil encontrar os nomes de notáveis membros do Partido Liberal na Beneficência Porto-Alegrense, mas referências menos afamadas também são encontradas, como é o caso de Miguel Archanjo da Cunha cujo necrológio afirmava que “o finado militou nas fileiras do partido liberal de cujas idéias era fervoroso adepto”, além de ser, em 1880, entregador do jornal *A Reforma*, vinculado ao partido. Era provavelmente um negro, porque era fundador da Sociedade Floresta Aurora e membro da Irmandade do Rosário. Associou-se à Beneficência

Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974, p. 41 e 91.

⁶ As informações sobre associação à Beneficência Porto-Alegrense estão em: LIVRO de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1884 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 53v, cod. 30); LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 49v, cod. 01), fls. 15-19, 37, 67; LIVRO de registro dos papéis arquivados na secretaria da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 55v, cod. 43), fl. 7. Para o exercício de cargos dos políticos selecionados, AITA, Carmen, AXT, Gunter, ARAUJO, Vladimir (orgs.) *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996. Para a organização do partido liberal e a qualificação de Félix da Cunha como “alma”, v. PICCOLO, *op. cit.*, p. 26 e *Idem. Vida política no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1991, p. 44 e ss.

Porto-Alegrense em 1876, e em 1884 foi o segundo maior proponente de novos sócios, totalizando 18 pessoas. E o ideário explicitamente autodenominado “liberal” também aparece em 1858, quando se aprova que as sessões de diretoria sejam abertas aos sócios, medida que se coadunaria com os “princípios liberais que se devam adotar em todas as sociedades”.⁷

Exemplos de afinidade com o liberalismo também aparecem em outras entidades. Conquanto não tenha redundado em sociedade de socorros mútuos, o jornal rio-grandino *O Artista* fez abertas campanhas, tanto pela criação de uma “Liga Artística e Operária”, quanto pela eleição de Gaspar Silveira Martins. O jornal, criado em 1862, se definia como “liberal”, mas um liberalismo crítico do “canto de sereia, chamada – conciliação...”.⁸ Para as mutuais de imigrantes, o liberalismo tenderia a se aproximar mais de ideários de propaganda do nacionalismo, dada a incapacidade de participação política nos países de origem. Na Argentina, já foram reportadas disputas políticas internas nas mutuais de italianos envolvendo liberais, mas nenhuma referência especificamente autodenominada “liberal” encontrei no Rio Grande do Sul em meio às associações desse grupo.⁹ Da mesma forma, a julgar pelo sempre referido liberalismo dos *Brummer*, seria de supor sua influência no Hilfsverein de Porto Alegre, uma vez que compunham mais de 10% dos fundadores da entidade.¹⁰ Como pretendo tratar adiante das posições nacionalistas em mutuais étnicas, deixo por ora de comentar essa variante do liberalismo, alertando ainda o leitor para não se deixar enganar pela presença de portadores do ideário nas mutuais como se fosse condição suficiente para estabelecer vínculos.

⁷ *O Exemplo*. Porto Alegre, 5 jan. 1903, p. 2, LIVRO de Registro de matrícula... *op. cit.*, fl. 37; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem*. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre: EST, 2003, p. 150; LIVRO de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 54v, cod. 32), LIVRO de atas... 1856-1860, *op. cit.*, sessão de 22 set. 1858, fl. 48.

⁸ PEREIRA, Nalde Jaqueline Corrêa. As origens de *O Artista* (1862-3). In: ALVES, Francisco das Neves, TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *A cidade do Rio Grande – estudos históricos*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande/Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995, p. 121-131; ALVES, Francisco das Neves. Os artistas e a questão da escravidão: um estudo de caso. In: *idem* (org.). *O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2001, p. 11-19. Anos depois o mesmo jornal é qualificado de “órgão liberal” em *Anuario da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1885*. Publicado sob a direção de Graciano A. Azambuja. Porto Alegre: Gundlach, 1884, p. 16.

⁹ Para a Argentina, v. DEVOTO, Fernando J. Programs and politics of the first italian elite in Buenos Aires (1852-1880). In: GABACCIA, Donna R., OTTANELLI, Fraser M. (ed.). *Italian workers of the world*. S/I: University of Illinois, 2001. Capturado em 11 nov. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.press.uillinois.edu/epub/books/gabaccia/ch2.html>.

¹⁰ TELLES, Leandro. *Do Hilfsverein ao Colégio Farroupilha, 1858-1974*. [Porto Alegre]: Associação Beneficente e Educacional 1858, 1974, p. 29-31.

Outros exemplos deixam claros os vínculos a que me refiro. Embora venha a retomar esse relato mais adiante, basta agora indicar que a Sociedade Beneficente Fraternidade Artística, em Pelotas, fundou-se em 1880 e, logo depois de instalada e tendo eleito sua diretoria, esta se cindiu depois de um manifesto assinado pelo vice-presidente, tesoureiro, 2º procurador, um membro da comissão de sindicância e 7 dos 12 diretores de mês. Conquanto não esteja explícito no manifesto, ocorreu que a entidade passou a apoiar a candidatura do membro de tradicional família local Fernando Osório para deputado geral, que também estava em processo de cisão com o Partido Liberal no Rio Grande do Sul. Os cindidos da entidade viriam a constituir a Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas.¹¹

Não se deve pensar que apenas o Partido Liberal se interessava por sociedades de socorros mútuos, uma vez que mesmo os conservadores em países como a Inglaterra envolviam-se com formas específicas de mutuais como as Lalloway societies.¹² Já mencionei no cap. 3 a tentativa de constituição da Sociedade Militar em 1833, por parte dos restauradores de D. Pedro I em Porto Alegre. Em outro exemplo de cisão, também fica claro o envolvimento de conservadores em mutuais. Já me referi aos vínculos da Beneficência Porto-Alegrense com o Partido Liberal, ou, mais precisamente, com importantes nomes da reconstituição do Partido Liberal no Rio Grande do Sul. Mas a gestão de Félix da Cunha na entidade não foi tranqüila. Retomando uma história já parcialmente narrada nesta tese, em abril de 1859, consta que se estouraram foguetes na sede da Beneficência Porto-Alegrense quando da saída do presidente da Província Ângelo Muniz da Silva Ferraz, cuja gestão se fizera em aliança com os conservadores. A entidade emitiu nota protestando contra o ato que dizia inverídico, mas em novembro, em meio a uma assembléia, Luiz Francisco Cavalcante de Albuquerque (que viria a ser o proprietário do *Jornal do Comércio*) acusou o tesoureiro da primeira gestão, Félix da Cunha – que agora presidia a entidade –, de negligência. Em defesa do presidente, outro sócio “repelindo as insinuações do Sr. Cavalcanti (sic), que avançou a dizer que havia partidos na sociedade”. Em fevereiro de 1860, o mesmo Cavalcante propõe que as eleições para diretoria sejam por chapas e não com voto nominal, e que a assembléia pudesse “suspender do

¹¹ Esses eventos foram tratados em LONER, Beatriz Ana. *A lenta construção de identidades em comum entre trabalhadores no final do Império*. Pelotas, Paper apresentado nas Jornadas de História do Trabalho, em nov. 2002. V. tb. *Diário de Pelotas*. Pelotas, 30 e 31 ago. 1881 (BPP).

¹² NEAVE, *op. cit.*, p. 59 e 43.

exercício de seu cargo os membros da diretoria”, mas ambas propostas são rejeitadas. Na assembléia de 18 de março de 1860, Eudoro Brasileiro Berlink comenta alguns artigos publicados em certo periódico. Infelizmente, nem o periódico desse momento foi encontrado nesta pesquisa, e tampouco os livros de atas posteriores, mas se sabe que em 25 de março desse mês (dia das eleições na Beneficência Porto-Alegrense) 33 sócios se cindiram da entidade e fundaram a Sociedade de Beneficência Brasileira União. Dentre os nomes dos sócios no primeiro ano da nova entidade, alguns há que são conhecidos na política conservadora da Província: Eudoro Brasileiro Berlink chegou a deputado provincial entre 1869 e 1872, ao passo que Joaquim Antônio Vasques, entre 1873 e 1877; José Bernardino da Cunha Bittencourt exerceu várias vezes a deputação desde 1854; João Câncio Gomes também é qualificado como “inclinado à política do Partido Conservador” e Antônio Pedro de Miranda e Castro era possivelmente parente de João Capistrano de Miranda e Castro, que chegou a exercer a presidência da Província em 1848 e 1870 no mesmo partido.¹³

Mas não se deve crer que Beneficência Porto-Alegrense e Beneficência União fossem réplicas, respectivamente, dos partidos Liberal e Conservador. Um dos cindidos era Ignácio de Vasconcellos Ferreira, notório liberal, ao passo que os conservadores José Bernardino da Cunha Bittencourt e José Antônio do Vale Caldre e Fião se tornam sócios benfeitores da Porto-Alegrense em 1873. O fato de haver preferências dos membros de um ou de outro partido a cada entidade revela, sobretudo, os recursos disponíveis às entidades para o acesso aos detentores de poder, tendo como contrapartida tácita o acesso dos políticos a grupos organizados de votantes. É uma contrapartida quase explícita nos estatutos de 1868 da Beneficência Porto-Alegrense, que definia como critério de filiação a renda mínima anual de 100\$000 (idêntica àquela para o exercício do voto) e, ainda em 1936, a entidade se qualificava como composta de “proletários eleitores”. Não obstante, a ação mais contundente de José Bernardino da Cunha Bittencourt com respeito às

¹³ Para os foguetes na sede da entidade, v. *O Conciliador*. Porto Alegre, 1º de maio de 1859, p. 1 (MCSHJC). Para a aliança de Ferraz com os conservadores, PICCOLO, *A Política...*, *op. cit.*, p. 25. Os debates na Beneficência Porto-Alegrense podem ser vistos em: LIVRO de atas... 1856-1860, *op. cit.*, fl. 82 e 97-98. A lista dos sócios que se cindiram para criar a Sociedade de Beneficência Brasileira União está em: ALMANAK Administrativo Commercial e Industrial Rio-Grandense para 1873. Por Antônio de Azevedo Lima e Ignácio de Vasconcellos Ferreira. Ano I. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, [1872], p. 226 e ss. (BPE). Para os vínculos políticos dos mencionados, FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1988.

sociedades de socorros mútuos não beneficiou a União ou a Porto-Alegrense, mas a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Porto Alegre, para a qual obteve loterias.¹⁴

Quando se fala no acesso aos detentores de poder, muito provavelmente se pensa que é algo relacionado a relações de clientela, mas há motivos para crer que nem sempre se trata disso. Mesmo Paulo Cesar Borges Duarte, cujo estudo sobre a atuação dos Clubes Caixeirais se constrói com ênfase no paternalismo entre comerciantes e caixeiros, não generaliza esse tipo de relação pessoal na interpretação da ascensão à presidência da Província do médico Miguel Rodrigues Barcellos – que já trabalhara para o Clube Caixeiral de Pelotas – como meio para obter a principal reivindicação da categoria na cidade. Mas o médico liberal não foi o primeiro (nem o último) Presidente de Província a sancionar os códigos de posturas municipais garantindo o fechamento de portas e tampouco sua posição favorável era consensual no Partido Liberal, uma vez que os deputados provinciais Carlos von Koseritz e Frederico Haensel teriam sido contrários à aprovação da mesma medida em Porto Alegre alguns meses antes, em debate no qual mesmo Gaspar Silveira Martins intervieria.¹⁵ Como tratarei do fechamento de portas no capítulo 9, basta-me, por ora, salientar que não me consta que os argumentos favoráveis ou contrários à medida tenham sido construídos com referência ao mérito genérico das entidades aqui tratadas. Dizendo em outros termos, interpretar a posição dos partidos sobre os interesses efetivamente representados por essas entidades pouco ilumina sobre sua posição com respeito à existência das entidades. Por isso afirmo, já temendo cansar o leitor com o que será reiterado ao longo deste capítulo, que – afora em momentos pontuais – nem liberais, nem conservadores dedicavam especial atenção às sociedades de socorros mútuos.

7.1.2 – ABOLIÇÃO, REPÚBLICA E MONARQUIA

Não abuso da verdade ao afirmar que a abolição da escravidão foi importante tópico nos debates políticos do Império brasileiro, sobretudo em seu final. Por isso, também, não vejo abuso ao abordar os três temas em epígrafe de forma conjunta,

¹⁴ SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha Ltda, 1954, p. 43-44.

¹⁵ DUARTE, Paulo Cesar Borges. *Despachando no balcão: caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*. Porto Alegre, 2001. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 2001, p. 161-170; FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983, p. 80-84.

sobretudo quando a propaganda republicana no Rio Grande do Sul, como é sabido, foi intransigente no combate à escravidão.¹⁶ Nesta seção, trato das posições relativas à Monarquia, República (ainda durante o Império) e à triade Escravidão/Abolição/Emancipação.

Em 20 de julho de 1885, o Club Caixeiral Porto-Alegrense deliberou promover “palestras literárias”. O tema escolhido para a primeira delas foi “Qual dos dous estados facilita mais o progresso das nações: o monárquico ou o republicano?”. A sessão se iniciara com a declamação de um poema sobre Tiradentes, depois transcrito, e a palestra literária continuou com dois caixeiros, cada um com uma posição, defendendo cada uma das formas de governo. Consta que a defesa da República saiu amplamente vitoriosa, levando à derrota da argumentação de H. dos Santos:

“O nosso amigo foi infeliz na defesa dos princípios monárquicos e nem poderia deixar de ser assim, achando-se ele completamente deslocado, pois sincero republicano como é, só com o fim de animar as palestras é que tomou o compromisso de defender a causa inglória dos retrógrados.”

A dificuldade de encontrar um monarquista entre os caixeiros parece reiterada pelas constantes referências de seu envolvimento na propaganda republicana. Poucas semanas depois do caso relatado, João Maia fizera no mesmo Club uma palestra “sobre os acontecimentos do dia 20 de setembro” (aniversário da Farroupilha).¹⁷ O republicanismo não se restringia à entidade porto-alegrense: o mesmo periódico também trazia colunas com informes sobre outras cidades do Rio Grande do Sul, como a coluna “Cartas de São Gabriel”, que em 22 de novembro de 1885 trouxe um artigo republicano sobre a mesma Farroupilha. Esse último artigo não surpreende, uma vez que o correspondente, J. Mamede, orador do Club daquela cidade, já se despedia de seus leitores com a saudação “Saúde e Fraternidade”, que viria a ser adotada como padrão de polidez no futuro regime republicano rio-grandense.¹⁸ Em Cachoeira [do Sul], um artigo que excede o período desta seção, pois foi publicado em 31 de março de 1900, trazia uma comparação

¹⁶ Há muitas referências sobre a relação da propaganda republicana com a escravidão no Rio Grande do Sul, mas o texto básico é o de BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

¹⁷ *O Athleta*. Porto Alegre, 16 ago. 1885, p. 1 e 4; 9 ago. 1885, p. 1; 27 set. 1885, p. 1 (de onde proveio a citação); 20 set. 1885, p. 1 (MCSHJC). O mesmo caso e tema já foi tratado por DUARTE, *op. cit.*, p. 175 e ss.

¹⁸ *O Athleta*. Porto Alegre, 22 nov. 1885, p. 1-2; 18 abr. 1886, p. 3 (onde aparece seu cargo de orador).

entre os custos das monarquias e repúblicas – demonstrando serem estas as mais baratas. Antes disso, contudo, outro jornal do clube dessa cidade noticiava a criação de clubes republicanos no Rio de Janeiro ou as palestras locais, e mesmo no próprio clube, proferidas por importantes nomes do partido rio-grandense, como Barros Cassal, Borges de Medeiros, Assis Brasil, Júlio de Castilhos e outros. E, antes de Porto Alegre, o Clube Caixeiral de Pelotas, já em 1882, promovia palestras sobre a independência do Brasil, saudando Tiradentes.¹⁹

Não se creia, contudo, que o pensamento republicano estava restrito aos clubes caixeirais, porque, afora a possibilidade de serem galhofeiras certas “chapas republicanas” em clubes carnavalescos de Pelotas, pelo menos a Classes Laboriosas teve em 1882 uma “chapa republicana” (aparentemente como chapa oficial) a concorrer às eleições.²⁰ Do mesmo modo, a bibliografia reporta disputas entre monarquistas e republicanos em mutuais italianas de outras partes e é provável que no Rio Grande do Sul disputas também se travassem no interior dessas entidades. Outra entidade no interior da qual o pensamento republicano ocupou a atenção do grupo dirigente foi a Sociedad Española de Socorros Mútuos em Porto Alegre, quando da Guerra Civil entre 1936 e 1939. A entidade dava ao representante diplomático o cargo de presidente honorário, mas José Barreras, presidente efetivo da entidade em 1936, preferiu renunciar a esse cargo quando foi nomeado como “representante de los rebeldes españoles”. A despeito da vitória de Franco, e mesmo depois de terminada a Guerra Civil, a Sociedad Española manteve posição de apoio à República derrotada e mantinha entre seus bens ainda na década de 1990, como testemunhou o autor destas linhas, uma bandeira republicana.²¹ E a relação do ideário republicano com as entidades pode ir além, quando se verifica que um típico clube político republicano, como é o caso da União Republicana de Porto Alegre, mantinha práticas de socorro mútuo como atesta seu balancete de 15 de maio de 1888 que assinala como despesas, além de “Impressos

¹⁹ Para Cachoeira: VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet. *Imprensa operária gaúcha: fontes na Biblioteca Riograndense*. Rio Grande, monografia de Bacharelado em História-FURG, 1999, p. 27; DUARTE, *op. cit.*, p. 176-178. Para Pelotas: CLUB CAIXEIRAL [Pelotas]. *Relatório apresentado à Assembléia geral de 25 de Dezembro de 1904*. Pelotas e Rio Grande: Oficinas da Livraria Commercial, s/d., p. 31.

²⁰ *Diário de Pelotas*. Pelotas, 8 jan. 1882 (BPP).

²¹ Sociedad Española de Socorros Mutuos de Porto Alegre. *Memória y cuentas generales, ejercicio 1936*. Porto Alegre: s.ed., [1936], p. 46 (anexo a: Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições sociais, 1936-1937 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.4 – Proc. n. 1134, 5 abr. 1937).

e livros”, outros 37,45% destinados a “socorros”.²²

Isso não significa que não existissem monarquistas entre os membros de mutuais, e as próprias disputas reportadas alhures entre mutuais italianas permitem inferi-lo. Penso mesmo que estes fossem majoritários no Rio Grande do Sul, a julgar pelos nomes dessas entidades, usualmente de membros da família real. Provavelmente eram também monarquistas os membros da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas, que pareciam gentilmente recusar o convite para os festejos da República brasileira em 1898 e saudaram o Intendente Municipal daquela cidade, em correspondência de 1900, não com o polido e comum “Saúde e Fraternidade”, mas com um “Deus guarde Vossa Excelência”. Conquanto tais indícios monarquistas na Sociedade Portuguesa de Beneficência não se tenham estendido para anos posteriores, sabe-se que o Grêmio Republicano Português, em Pelotas, fundado no mês seguinte ao da proclamação da república naquele país, e que chega a criar uma “caixa de assistência e repatriação”, extinguiu suas atividades na fusão com o Congresso Português 1º de Dezembro. Esta última entidade tinha como principais objetivos as atividades sociais, sem descurar de prometer criar uma “caixa de socorros mútuos” quando fosse possível, mas não era a única opção para os republicanos portugueses da cidade, que se poderiam fundir com a Sociedade Portuguesa de Beneficência ou a Caixa de Socorros Marquês de Pombal, cujos nomes e trajetórias talvez estivessem ligados demais à forma de governo suprimida em 1910. E a presença de portugueses monarquistas também é clara na existência, provavelmente no Rio de Janeiro, do Centro Beneficente Paiva Couceiro, que levava o nome do “oficial que, mantendo-se fiel ao Rei, adquiriu certa notoriedade pelas suas tentativas, mal-sucedidas, de restaurar uma dinastia deposta”.²³

Se atribuir a uma associação o nome de um golpista monarquista é uma clara posição de defesa dessa forma de governo, a busca e o uso do adjetivo “Imperial”

²² *A Federação*. Porto Alegre, 21 maio 1888, p. 2 (MCSHJC).

²³ Para a Sociedade Portuguesa de Beneficência: Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 14 nov. 1898 e 29 set. 1900 (maço 56, env. 1). Para o Grêmio Republicano Português e sua fusão com o Congresso: Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 11 maio 1925 e LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe*. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora UFPel/Unitrabalho, 2001, p. 449. Para o Congresso Português: ESTATUTOS do Congresso Português 1º de Dezembro. Pelotas: Oficina Typographica de Damião Moura, [1905]. (A documentação primária desta nota está toda na BPP). Para o Centro Beneficente Paiva Couceiro, v. SILVA, Pedro Ferreira da. *Assistência social dos portugueses no Brasil*. São Paulo: Arquimedes Edições, [1966], p. 98.

em várias entidades não parece designar mais do que uma acomodação ao regime vigente e um indício de relações estreitas com algum membro da elite política nacional. Ignoro se o adjetivo significava mais do que um incremento na credibilidade – assemelhando-se às declarações de “utilidade pública” do regime republicano (v. cap. 6) –, mas nem todas as entidades o adquiriam, e aparentemente eram mais comuns na cidade do Rio de Janeiro, facilitado pelo contato com a elite política. Assim, de 15 entidades do Rio de Janeiro mencionadas por uma autora, duas são “Imperiais”. A falta de informações sobre outras partes do Brasil fê-la apenas mencionar uma Imperial Sociedade Auxiliadora da Indústria em Pernambuco, enquanto minha própria pesquisa, que não se deteve especificamente nesse ponto, apenas identificou a Imperial Sociedade União e Recreio, na cidade do Rio Grande, e que não era uma sociedade de socorros mútuos.²⁴ É provável que o adjetivo não fosse fulcral para identificar pendores monarquistas nas entidades, mas não era tema de tão pouca importância. Em meio a disputas políticas internas na Beneficência Porto-Alegrense, o sócio Bonfim reclamou na assembléia geral de 26 de setembro de 1868 que a entidade mandara imprimir diplomas com as armas imperiais, sem ter licença para isso e tampouco o título de Sociedade Imperial; o presidente respondeu que o que fora impresso era apenas o “emblema da União” e que tal reclamação do sócio não passava de mais um exemplo das “questõezinhas” utilizadas em detrimento da fraternidade interna da mutual. Cerca de quatro anos depois, à beira de nova eleição e ainda com o presidente nomeado pelo Executivo provincial, um sócio propõe agregar “à Sociedade o título de Humanitária, e requerendo a proteção de Suas Majestades Imperiais para a Sociedade”; sua proposta é levada ao recentemente criado Conselho, onde sequer é apreciada porque o tema principal é, mais uma vez, o empenho para obter uma nomeação de presidente do agrado da entidade.²⁵

Por essa ocasião, articulava-se a nomeação do vice-presidente Aurélio Bittencourt para a presidência da Beneficência Porto-Alegrense, o que merece destaque porque, como é sabido, era um negro que no futuro ainda viria a ocupar altos postos no governo do estado. Por enquanto, era apenas um funcionário público, mas isso me permite tomar o evento como mote para tratar da relação das

²⁴ HAHNER, June. *Pobreza e política*. Os pobres urbanos no Brasil 1870-1920. Brasília: EdUnB, 1993, p. 97-98 e 101-103; *O Povo*. Rio Grande, 21 jun. 1856, p. 4 (BPP).

²⁵ LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1867-1873 (AHRs – Arquivos Particulares, Lata 49v, cod. 02), fls. 35 e 105.

sociedades de socorros mútuos com o abolicionismo. Identificar as relações das mutuais com o abolicionismo requer o estabelecimento de algumas distinções entre o que pensavam as entidades sobre os escravos, sobre a escravidão e sobre a campanha abolicionista, propriamente dita.

Como seria típico das pretensões estamentais das sociedades de socorros mútuos, a idéia mais freqüente sobre os escravos é sua incapacidade de associação, seja devido à sua posição no mercado, seja devido a algum estigma moral que os faz indignos de se associar. O primeiro caso é, de fato, o mais freqüente, porque as sociedades de socorros mútuos definiam seus sócios como livres, podendo, portanto, dispor de sua remuneração ao contribuírem com a associação. Como não considere como mutuais as entidades que, de alguma forma, contribuía para a alforria de seus membros, e, sendo a obtenção da liberdade civil o principal anelo dos trabalhadores escravizados, não é estranho que a condição de escravo seja estranha ao universo das sociedades de socorros mútuos, que não de forma incidental. Assim, consta que um dos fundadores da Associação Tipográfica Fluminense, a despeito das tentativas de alforriá-lo, teve de se retirar da entidade do Rio de Janeiro. Mencionei no capítulo 2 que apenas a Sociedade [Lotérica] Beneficente Feliz Esperança, no Rio Grande do Sul, aceitava escravos, e, ainda assim, em um período sobre o qual há poucas informações e antes de ela ser incorporada a esta pesquisa, ou seja, quando já teria deixado de promover a cotização para a compra de bilhetes de loterias que, se premiados, permitiriam a compra da liberdade de seus afiliados.²⁶ Já a idéia de que os escravos teriam certa mácula moral que não se apagaria com a mudança de condição jurídica é clara em estatutos de entidades que vetavam a participação de libertos, usando ou não de eufemismos relacionados à cor da pele dos candidatos a sócios. Pelo menos duas entidades do Rio de Janeiro no período imperial vetavam a associação daqueles que tinham a “cor preta”: a Sociedade Beneficente dos Artistas em São Cristóvão e a União Beneficente Comércio e Artes. Para o Rio Grande do Sul, ignoro se os estatutos do Bürgerklub que restringiam a candidatura a sócio aos que falassem alemão e pertencessem “à raça caucásica” já estavam em vigor no período imperial

²⁶ Para a Associação Tipográfica Fluminense, v. VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários*. Mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, p. 99-100. Sobre a Feliz Esperança, v. LONER. *Construção de classe...*, *op. cit.*, p. 247. Ainda em 1884, a entidade auxiliava a compra de liberdade de membros, (*A Discussão*. Pelotas, 5 fev. 1884).

ou foram adendados em período posterior.²⁷

Mesmo que essa restrição não fosse explícita em estatutos, é possível que fosse aplicada efetivamente pelas entidades, e o contraponto que a confirmaria é a inexistência de referências também explícitas à permissão de associação de libertos. Algumas entidades de Porto Alegre e de Pelotas eram reconhecidas pela presença de negros, conquanto nada esteja explícito em seus estatutos, o que difere da Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho, de Rio Grande, que restringia seus sócios aos grupos negros. Como já mencionei no capítulo 5, em Porto Alegre, a Beneficência Porto-Alegrense e a Beneficência Brasileira União admitiam libertos, ao passo que em Pelotas, as Feliz Esperança, Fraternidade Artística e Harmonia dos Artistas tendiam a definir seus sócios pela condição social de trabalhador, mas nada explicitavam também sobre a condição jurídica contemporânea ou pregressa, e é improvável que essas reconhecidas entidades negras supusessem máculas morais nos que haviam sido escravos. Nada disso nos pode surpreender quando a presença de libertos em sociedades de socorros mútuos já era constatada em uma memória contemporânea acerca da situação dos ex-escravos:

"a família, de que os escravos faziam pouco caso (...) constitui-se rapidamente na população emancipada. Em seguida à família vem a propriedade (...). Sociedades de socorros mútuos, prelúdios das caixas econômicas, vivamente reclamadas, virão em auxílio deste movimento, revelando hábitos de ordem e previdência a raças, que eram reputadas incapazes deles".²⁸

Mesmo que existam relações entre o que as sociedades de socorros mútuos pensavam sobre os escravos – mormente sua capacidade de se tornarem membros dessas entidades – e o que pensavam sobre a instituição da escravidão, algumas diferenças se revelam na percepção de que a existência dessa condição jurídica têm efeitos sociais (ou morais!) que excedem a situação dos cativos. Exemplos dessa percepção nas prescrições de tom filantrópico existem nos estatutos de entidades,

²⁷ Para a entidade de São Cristóvão ver a referência e a citação em: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. *Estudos Econômicos*. n. 15, 1985, p. 66 e PEREIRA, Ronaldo. Associações de classe profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889). *Diálogos*. DHI/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 201. Para a Comércio e Artes, v. Decreto n. 3345, de 21 nov. 1864. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1864*. Tomo XXIV – Parte 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864. Sobre o caso do Bürgerklub em Porto Alegre, já mencionado nesta tese, a referência é: Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições assistenciais e educacionais, 1893-1915, (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.3), correspondência de 11 out. 1914.

²⁸ SOUZA, João Cardoso de Menezes e. *Teses Sobre Colonização no Brasil*. Relatório Apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1875. Rio de Janeiro, 1875. *apud* SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 140. Agradeço

algumas já mencionadas. A Beneficência Porto-Alegrense, quando ainda debatia seus primeiros estatutos em janeiro de 1857, aprovou por unanimidade a indicação de criação de um fundo para “concorrer para a liberdade de qualquer moça de cor que a desgraça a tenha colocado em tal estado”. A Sociedade Umanitária, de Camaquã, pretendia, mesmo, ampliar o alcance da Lei do Ventre Livre ao definir no artigo 99 de seus estatutos de 1873 que “no dia 7 de setembro de cada ano a sociedade libertará uma ou mais crianças do sexo feminino, desde a idade de quatro anos até a de doze”. Já o artigo 58 dos estatutos da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística, em Pelotas, definia que, em caso de extinção da entidade, “o fundo que então existir em caixa será aplicado à liberdade de escravos morigerados e de bom procedimento” e acrescentava, em seu artigo seguinte, que seriam preferidos os escravos homens para receber o benefício. Na mesma cidade e no mesmo ano de 1881, o Grêmio Tipográfico definia que, em caso de sua extinção, seus fundos seriam doados à Câmara Municipal para serem aplicados em emancipações.²⁹ Em todos os casos, a escravidão é percebida como um mal social, parcialmente sanado pelo desejo dos sócios – que, aliás, não passou de desejo, porque não constam despesas de emancipação da Beneficência Porto-Alegrense, pouco se sabe do destino da Umanitária e do Grêmio Tipográfico e a Fraternidade Artística seguiu existindo até o século XX. Contudo, muito além da expressão desses desejos de emancipação foi a forma como o Grêmio dos Artistas, de Porto Alegre, especificava a mácula moral da escravidão não no cativo, mas em seu proprietário. O artigo 19 de seus estatutos abordava os deveres dos sócios, todos relacionados à sua relação com a entidade, afora o parágrafo 4º: “não admitir em suas oficinas, quer como aprendizes, oficiais ou simples trabalhadores, pessoas escravas, salvo para o serviço puramente doméstico, preferindo, não obstante, para estes, pessoas livres”. Os que não cumprissem com esse dever poderiam ser expulsos, conforme o artigo 155, e também não obteriam qualquer assistência

a Paulo Roberto Staudt Moreira pela valiosa indicação.

²⁹ LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1860 (AHRs – Arquivos Particulares, Lata 49v, cod. 01), sessão de 8 jan. 1857, fl. 6; ESTATUTOS da Sociedade Umanitária. Requerimentos – Diversos – 1873 (AHRs, maço 163); ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística. Ato de 3 de março de 1881. *Colecção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, s/d.; ESTATUTOS do Gremio Typographico. Aprovados em assembléia geral no dia 2 de fevereiro de 1881. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1881 (NPH – MF1).

jurídica por parte da entidade no caso dos crimes “contra a liberdade individual, isto é, o de reduzir pessoa livre à escravidão”.³⁰

Os dois últimos casos da década de 1880 já poderiam ser incorporados à relação das mutuais com a campanha abolicionista, mas destaco que o envolvimento das entidades muito excedeu a simples manifestação do desejo em estatutos. O Montepio Pernambucano chegou a promover uma sessão magna em 1884 na qual discursou Joaquim Nabuco. No Rio de Janeiro, a Associação Tipográfica Fluminense teria comemorado o fim da Guerra da Tríplice Aliança com a libertação de dois escravos e, mais tarde, criou o Clube Abolicionista Gutemberg, libertando outros cativos, enquanto membros de sua diretoria também integravam outras associações abolicionistas. Quando, nessa mesma cidade, se criou o Clube dos Libertos Contra a Escravidão, a solenidade contou com a presença das “Sociedades Benéficas Amparo Operário, União Benéfica Niteroiense e Vinte e Seis de Maio”.³¹ Eventos desse tipo também ocorriam no Rio Grande do Sul. Quando se solenizou a inauguração do Clube Abolicionista em Pelotas, estavam presentes a Classes Laboriosas, o Clube Caixeiral, o Grêmio Tipográfico, a Fraternidade Artística e a Harmonia dos Artistas. A despeito da presença de mutuais, o Clube Abolicionista estava longe de catalisar simpatias, como se pode ver pela atuação de Ernesto Gernsgross na primeira reunião. Esse membro do Grêmio Tipográfico apoiou um protesto sobre a presença de senhores de escravos no Clube. Derrotada a proposta sobre o compromisso moral de emancipação, Gernsgross “retirou-se da reunião declarando não querer fazer parte de uma associação cujos membros eram os primeiros a sustentarem princípios que não sabiam abraçar”. Mais do que isso, o Clube é apenas um exemplo das disputas que então ocorriam em Pelotas, o centro da escravidão rio-grandense. Poucos dias depois de fundado o Clube Abolicionista, cria-se o Clube Emancipador; favoráveis ao Clube Abolicionista eram alguns redatores do jornal *A Voz do Escravo*, envolvidos não apenas com o Partido Liberal, como com a dissidência conhecida como osorista ou florista que, na cidade, apoiava a candidatura de Fernando Osório à deputação

³⁰ ESTATUTOS do Grêmio dos Artistas. Ato n. 14 de 9 de fevereiro de 1882. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Off. Typ. de Carlos Echenique, 1908.

³¹ BEIGUELMAN, Paula (org.) *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Ática, 1982, p. 122-123 (Grandes cientistas sociais 23); HAHNER, *op. cit.*, p. 109; VITORINO, *op. cit.*, p. 100-101; *A Voz do Escravo*. Pelotas, 30 jul. 1881, p. 3 (AHMPA). Outros exemplos da relação de mutuais com escravidão e abolição podem ser vistos em BATALHA, Cláudio H. M. Sociedade de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*.

geral, contra o nome de Antunes Maciel; eram também alguns dos que, poucos dias antes, venceram eleições na Fraternidade Artística e levaram à cisão da mutual com a criação da Harmonia dos Artistas pelos descontentes com o resultado eleitoral.³²

É provável que, por Pelotas ser um centro escravista no Rio Grande do Sul, o abolicionismo fosse tema mais candente e envolvesse mais as sociedades de socorros mútuos, porque, em outras cidades, há poucos vínculos estreitos entre as entidades e o abolicionismo. Consta que a Beneficência Portuguesa em Porto Alegre, não quis tomar parte oficial na solenidade abolicionista de 7 de setembro de 1884, embora “a grande maioria de seus sócios” tenha entregado cartas de alforria aos organizadores do evento, mas isso muito dista do que fez a Feliz Esperança, em Pelotas, que mandou pintar os retratos da “trindade do abolicionismo no império os senhores doutores José Mariano, Joaquim Nabuco e José do Patrocínio”.³³ Enquanto a moderação típica das mutuais fê-las, de modo geral, resguardarem-se da participação na campanha abolicionista, a assinatura da Lei Áurea permitiu às entidades manifestarem-se. A festividade em 16 de maio de 1888 em Porto Alegre contou com a presença da Sociedade Italiana Vittorio Emanuele, Club Caixeiral, Beneficência Portuguesa, Previdência, Beneficência Porto-Alegrense e Brasileira União e a sobra de caixa do Centro Abolicionista da cidade seria distribuído entre a Santa Casa, o Hospício São Pedro, o Asilo de Mendicidade e as mutuais Beneficência Porto-Alegrense, Brasileira União, Beneficência Portuguesa, Vittorio Emanuele e “Alemã” (possivelmente o Hilfsverein). Já em Cachoeira, o jornal dos caixeiros teria dito que “se não fosse por nós, passaria despercebido o primeiro dia da nação brasileira”.³⁴

Quando antes afirmava que a Beneficência Porto-Alegrense não era uma réplica do Partido Liberal, deixei de mencionar um interessante caso tratado pela bibliografia, o da Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade, em Porto Alegre, criada em 1883 e ré de processo em 1885.³⁵ Destinada a carrear fundos para a compra da liberdade de seus sócios, os estatutos diferiam um pouco das mutuais que venho estudando pela inexistência de mecanismos democráticos de escolha de

Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 63-65.

³² LONER. *A lenta construção...* *op. cit.* Sobre os debates e a solenidade de inauguração do Clube Abolicionista, *Diário de Pelotas*. Pelotas, 18 out. e 26 ago. 1881 (BPP).

³³ SPALDING, *op. cit.*, p. 53; *Correio Mercantil*. Pelotas, 18 out. 1887 (BPP).

³⁴ Para Porto Alegre: *A Federação*. Porto Alegre, 17 maio, p. 2. E 18 maio 1888, p. 2. (MCSHJC). Para Cachoeira: *A Idéia*. Cachoeira, 27 jun. 1888 *apud* DUARTE, *op. cit.*, p. 177.

³⁵ O caso da entidade é detalhado em MOREIRA, *op. cit.*, p. 126 e ss. e a identificação dos nomes desse parágrafo foi feita em: LIVRO de Registro de matrícula... *op. cit.*; LIVRO de Propostas para Sócios..., *op. cit.*

diretorias – aliás, inexistência de qualquer mecanismo de escolha de diretorias – e pelo procedimento semelhante ao das "dividing societies". A interpretação sobre a Emancipadora a alinha com o Partido Liberal, não apenas pelos vínculos de seus diretores, como pelas testemunhas de defesa invocadas, ao passo que a acusação foi vinculada a certos nomes do Partido Conservador. Dos 5 réus do processo movido contra a Emancipadora, 3 eram prováveis membros da Porto-Alegrense: Theodoro de Oliveira Ramos (associado em 1859), Marcolino da Silva (associado em 1876) e, em que pese possível homonímia, José Antônio da Silva (associado em 1884). Dentre as 10 testemunhas de defesa, 3 também eram membros da Porto Alegre (Aurélio Veríssimo Bittencourt (associado em 1867), Policarpo Antônio Araponga do Amaral (médico associado em 1859) e Sóter Caio da Silva (associado em 1879). É ainda possível que um dos libertados pela entidade, "Horácio, ex-escravo de José Ferreira da Silva" tenha se associado à Porto-Alegrense com o nome de Horácio Ferreira da Silva em 1884. Esse tipo de evidência, como outras deste capítulo, não me leva a afirmar o vínculo das entidades com certas posições políticas, mas o de seus sócios. O hiato entre as posições políticas ou religiosas de sócios de mutuais e as posições pretensamente "apolíticas" das entidades não deve ser interpretado como uma hipocrisia das mutuais, porque o fato de pessoas mutualizadas terem interesses espirituais não implica, necessariamente, que tais interesses utilizem a mutual como meio de expressão.

Custa-me crer que o envolvimento com o abolicionismo e a emancipação escrava se pautasse pelo interesse nos fundos destinados à compra de alforrias – como era a acusação aos diretores da Emancipadora Esperança e Caridade –, mas pode-se identificar esse tipo de interesse nas outras posições políticas aqui tratadas. Já mencionei o caso do médico liberal Miguel Rodrigues Barcellos, que atuava no Club Caixeiral de Pelotas e aprova, quando Presidente da Província, leis de fechamento de portas, mas não mencionei que, na mesma época em que o Caixeiral de Porto Alegre fazia suas "palestras literárias" de conteúdo republicano, ocuparam o cargo de médico da entidade os republicanos Ramiro Barcellos e Protásio Alves.³⁶ É difícil saber se isso não passava de uma coincidência possível devido à disseminação do republicanismo em Porto Alegre, mas a ausência de maior detalhamento na documentação leva a algumas interpretações paradoxais. Uma relação racional entre compradores e prestadores de serviços, como é a das mutuais e médicos, suporia uma remuneração

contratada dos primeiros aos segundos. Contudo, era freqüente que médicos exercessem gratuitamente suas atividades nas entidades. Não havendo remuneração contratada, compensações simbólicas obtém relevo, tal como também acontece em relações clientelares de troca de favores. Assim, a Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas quis “recompensar” o médico Antônio Francisco de Santos Abreu, depois de mais de 25 anos de serviço gratuito, com uma “graça” do governo português. Tentou em 1886, mas o pedido não chegou ao Monarca, de forma que, no ano seguinte, empenhou-se ainda mais: acionou o vice-cônsul português em Pelotas, que conhecia alguém da cidade do Porto, que tinha “força de vontade, energia e valiosas influências (...) junto ao governo português”, o que foi eficiente na concessão do título de Barão de Santos Abreu em 1887.³⁷ Seria defensável o mesmo tipo de procedimento entre aqueles republicanos que defendiam a igualdade dos cidadãos e, portanto, não a liberalidade dos favores, mas a liberdade de contrato? Uma resposta negativa à questão demandaria a busca por evidências de alguma forma de remuneração para os médicos republicanos do Club Caixeiral Porto-alegrense ou de disseminação do pensamento republicano. Caso nada disso seja encontrado ou presumido, é forçoso admitir que a moeda com a qual os médicos republicanos eram remunerados chamava-se “voto” em meio a uma relação clientelar.

7.1.3 – CASTILHISTAS-BORGISTAS E FEDERALISTAS

Toda tipificação ou classificação é simplificadora, e a desta seção não o é menos que as precedentes. Mas já se tornou comum interpretar a história política do Rio Grande do Sul por meio do bipartidarismo que, na República Velha, se expressava em posições ideológicas claras e opostas: o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) liderado por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, permeado por forte influência positivista comtiana; contra o PRR, uma constelação nem tão coerente politicamente, uma vez que abrigava, por exemplo, parlamentaristas e

³⁶ Respectivamente: *O Athleta*. Porto Alegre, 15 fev. 1884, p. 4 e 16 maio 1886, p. 4. (MCSHJC).

³⁷ As expressões “recompensa” e “graça” são citações do seguinte original: RELATÓRIO da Diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas apresentado pelo seu presidente Antônio Lopes Rios em ASSEMBLÉIA Geral de 23 de Janeiro de 1887. Pelotas: Imp. A Vapor do Correio Mercantil, 1887, p. 5-6. Para a concessão da graça, v. RESUMO Histórico da fundação da Sociedade Portuguesa de Beneficência – publicação autorizada pelo Conselho Deliberativo em sessão de 13 de junho de 1926, p. 19 (anexo a: RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência relativo à gestão de 1º de julho de 1925 a 30 de junho de 1926, apresentado e aprovado em Sessão de Assembléia Geral de 1º de agosto de 1926 pelo presidente J. B. Eça de Queiroz. Pelotas: Off. Graphics da A Guarany, 1926).

presidencialistas, dissidentes do PRR também com influências do Apostolado Positivista, oposição que só se consolidaria na década de 1920 com a criação do Partido Libertador e seu vínculo com o Partido Democrático Nacional. Consciente das dificuldades de tipificar de forma clara esses ideários políticos, e mesmo medir a distância entre o castilhismo-borgismo e o positivismo, ou ainda adotar um termo comum a toda a oposição política – que, ao longo de décadas, se contrapunha à Constituição estadual de 14 de Julho de 1891 – que não simplesmente “oposição”, em benefício da concisão e do atendimento dos objetivos desta tese, resumo o fenômeno aos termos usados no título da seção, preferindo “federalista” para o grupo mais constante da oposição.³⁸

Já me referi à saudação “Saúde e Fraternidade”, que se tornou a forma polida corrente na correspondência oficial do Rio Grande do Sul. Mas há indícios de que nem sempre o uso da saudação resultasse apenas de polidez, quando se verifica que às vezes não se mantinha. As Comissões de exame de contas do Club Beneficente 24 de Maio, em Porto Alegre, saudaram a associação dessa forma em 1912 e 1914, mas não em 1911 e 1913. Tal diferença talvez resultasse da ação mais efetiva de militares do Exército na entidade – normalmente próximos do PRR –, uma vez que neste último ano, como já mencionei no capítulo 5, toda a Comissão se compunha de oficiais, que ainda teceram loas ao coronel que por anos vinha ocupando o cargo de tesoureiro.³⁹ Outro exemplo de envolvimento mais efetivo com

³⁸ Há uma extensa bibliografia sobre o tema, mas limito a referência aos textos clássicos sobre bipartidarismo e oposição na República Velha (TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius [orgs.]. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119-191; ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981) e uma apreciação recente acerca das relações entre o PRR e o positivismo (BOEIRA, Nelson. O positivismo no Rio Grande do Sul: questões pendentes e temas para pesquisa. In: RECKZIEGEL, Ana Luiz Setti, FÉLIX, Loiva Otero [orgs.] *RS: 200 anos*. Definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 237-246).

³⁹ RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo 1º Secretário no exercício do cargo de Presidente 2º Tenente Oscar Coelho de Castro em sessão de Assembléia Geral, em 16 de Julho de 1911, ao empossar seu sucessor no exercício do cargo. Julho de 1910 a Junho de 1911. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria do Globo, 1911; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado por João de Oliveira Bandeira, Vice-presidente no cargo de Presidente em sessão de Assembléia Geral, em 18 de Julho de 1912, ao empossar seu sucessor no exercício do cargo. Julho de 1911 a Junho de 1912. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria Americana, 1912; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado por João de Oliveira Bandeira, Presidente. Em sessão de Assembléia Geral em [?] de Julho de 1913, ao empossar seu sucessor no exercício de seu cargo. Julho de 1912 a Junho de 1913. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria do Globo, 1913; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo Presidente José de Carvalho em sessão de Assembléia Geral em 5 de Agosto de 1914, ao empossar a nova Diretoria. Julho de 1913 a Junho de 1914. Porto Alegre: Livraria Americana-Cunha, Tenzsch & C., 1914 (IHGRGS).

o ideário castilhistaborgista pode ser visto nas mutuais de funcionários públicos. As constituições nacional e regional definiam o voto aberto e, no Rio Grande do Sul, a máxima do “viver às claras” era especialmente valorizada pelas lideranças republicanas. A própria Constituição estadual de 14 de julho de 1891 definia o crime de anonimato. Com isso, torna-se compreensível que, ao contrário da grande parte das sociedades de socorros mútuos que elegiam suas diretorias por meio do voto secreto, os estatutos de 1914 e os de 1920 da Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul prescreverem que “a votação se fará em cédula assinada e, na apuração será lido o nome do signatário; as cédulas devem conter o nome e o sobrenome de cada funcionário a eleger”. Enquanto as votações na mutual de funcionários públicos estaduais se adequavam à máxima do “viver às claras”, a dos municipais de Porto Alegre procurava permitir tanto manifestações de fidelidade político-ideológica quanto o que compreendemos hoje por funcionamento democrático, quando seus estatutos prescreviam que o escrutínio seria secreto, mas poderia “assinar sua cédula o sócio que assim o entender”.⁴⁰

Já mencionei o vínculo explícito da União Republicana – que era um clube político – com os socorros mútuos, e outro vínculo explícito também ocorre, provavelmente, em uma entidade sobre a qual pouco pude saber, que é a Sociedade Mutualidade Republicana Pátria e Trabalho, existente em Pelotas em 1904.⁴¹ Não custa, no entanto, retomar o mencionado Club Caixeiral Sul-riograndense, considerando sua organização semelhante ao da Constituição de influência positivista adotada no Rio Grande do Sul. Fundado algumas semanas depois de proclamada a República, a entidade tinha apenas por fins “unificar a classe” e “pugnar pela manutenção da República dos Estados Unidos do Brasil, sob os laços da federação”. Seus estatutos eram encimados pelo lema “ordem e progresso” e definiam o presidente com plenos poderes sobre quaisquer assuntos,

⁴⁰ O crime de anonimato era definido no art. 71, § 16º da Constituição estadual, que foi consultada em SOARES, Mozart Pereira. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: IEL, 1991. As demais referências são: ESTATUTOS da Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários e Empregados Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Graphics d’A Federação, 1914 (art. 57); ESTATUTOS da Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários e Empregados Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul. Reformados pela Assembléia Geral em reunião extraordinária de 20 de Dezembro de 1920. Porto Alegre: Globo, s/d. (art 54, § único); ESTATUTOS da Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre – Capital do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Livraria Americana, 1923 (art. 30).

⁴¹ Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 15 set. 1904 (maço 56, env. 2) (BPP).

após consultados os sócios que encaminhariam por escrito os fundamentos de suas sugestões. Esse presidente, com mandato de 5 anos e passível de recondução, seria eleito em voto escrito e aberto por maioria de 2/3, escolheria todos os demais membros da diretoria e ainda indicaria seu sucessor. Muito semelhante à constituição de 14 de Julho de 1891, os estatutos são datados de 25 de janeiro desse ano, o que indica ter sido ele também inspirado pelas Bases de uma Constituição, de autoria do Apostolado Positivista em janeiro de 1890.⁴²

Afora o último exemplo, há poucos motivos para crer que houvesse muito além de um interesse bajulatório das mutuais na consagração do ideário do partido político que por décadas dominou o aparelho estatal rio-grandense. Então, convidar o Intendente Municipal de Porto Alegre para festividades da Sociedad Española na República Velha pouco diferia do convite para o interventor estadual Flores da Cunha palestrar em 1933. Da mesma forma se pode interpretar a condição de “sócio protetor” do Intendente Municipal de Porto Alegre na Sociedade União e Progresso, a saudação da Liga Operária de Jaguarão, quando de sua fundação, àquele que ocupava o mesmo cargo naquela cidade, ou o convite do Club Caixeiral para que João Py Crespo, este de Pelotas, ocupasse a presidência honorária do Comitê pró-Semana Inglesa em 1930.⁴³

Havendo racionalidade na bajulação, há também que demonstrar que seus benefícios superam custos. O custo de conceder honras a quem ocupa cargo público seria muito inferior à concessão a quem o disputa em eleições, aumentando a vantagem sobre os benefícios que o governante pode dispensar às mutuais. Não é à toa que a Liga Operária em Pelotas advertia, em ofício ao Intendente Municipal em 1912, que, embora demandasse certas medidas, não queria que, de suas demandas “[surgissem] maquiavelismos políticos”.⁴⁴ Custos e benefícios parecem ter sido

⁴² ESTATUTOS do Club Caixeiral Sul-rio-grandense. Rio Grande: s/ed., 1891 (BRG). Para os vínculos entre a Constituição estadual de 14 de Julho e as Bases de uma Constituição, v. DOHMS, Hermann Gottlieb. O Positivismo no Brasil. In: DREHER, Martin N. (org.) *Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 67-132 e TRINDADE, Héglio. O jacobinismo castilhisto e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In: ____ (org.) *O Positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Ed. da universidade-UFRGS, 1999, p. 137-151. Para os anos posteriores da entidade, v. ALVES, Francisco das Neves. O trabalho é uma luta divina – um jornal de caixeiros na cidade do Rio Grande: fragmentos de vivências. In: ____ (org.). *O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande*. op. cit., p. 97-111.

⁴³ Porto Alegre. Câmara Municipal. 1.11.1.5.2.3 – Instituições assistenciais, educacionais e culturais (1916-1923) correspondência de 14 nov. 1919 (AHMPA). Para Jaguarão: *O Diário*. Porto Alegre, 3 maio 1912, p. 8 (MCSHJC). Para Pelotas: Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 5 jul. 1930 (maço 60, env. 14) (BPP).

⁴⁴ Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 8 out. 1912

sopesados na relação que, também em Pelotas, a Sociedade Portuguesa de Beneficência mantinha com a Intendência Municipal. Retribuindo suas “finezas” em 1921, nada cobraria pela internação hospitalar de uma sua “recomendada”, evidenciando que as ofertas amiúde feitas a cada governante oferecendo seus recursos eram às vezes utilizadas pelo poder público. Conquanto a maior parte das “finezas” versasse sobre subvenções diretas e indiretas, a estreita relação entre a mutual e Intendência Municipal também se revela no convite feito à entidade para o banquete em homenagem a Washington Luiz em 1926, ou no esforço para enviar para o hospício em Porto Alegre um louco que estava hospitalizado.⁴⁵

Mesmo com algumas vantagens para as mutuais, não se deve exagerar na apreciação das relações de clientela. Se o leitor observar novamente o Gráfico 6.1 (publicado no cap. anterior), verificará que entre os anos de 1907 e 1910, o valor nominal das subvenções concedidas pelo estado do Rio Grande do Sul permanece estável, embora tenha aumentado a quota proporcional destinada às mutuais nesses anos. Em 1907 houve eleições para a Presidência do Estado nas quais concorreu uma dissidência do PRR apoiada por outros grupos oposicionistas. A aliança se manteve nas eleições municipais de Porto Alegre no ano seguinte e, ainda em 1909-1910, parte da oposição estadual apoiou a candidatura presidencial de Rui Barbosa contra o apoio do PRR a Hermes da Fonseca. Renhidas eleições estaduais também ocorreram em 1922, quando novamente as mutuais assumem destaque entre as instituições subvencionadas, na lei do orçamento para o ano seguinte. É neste ano que a Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul, criada na década anterior, passa a receber subvenções, como também a União e Progresso, ambas de Porto Alegre. Mesmo matizada, a relação entre eleições e subvenções em 1922 é muito mais evidente que no período anterior, porque os valores nominais de subvenção na primeira década do século XX se mantiveram estáveis e, quando muito, foram incorporadas novas mutuais à lista de subvencionadas a partir de 1909. Nesse primeiro caso de disputa eleitoral em 1907, portanto, o Partido Republicano não teve interesse em distribuir dinheiro público às mutuais, como ocorreu em 1922. E em nenhuma das duas disputas, as

(maço 57, env. 5) (BPP).

⁴⁵ Os trechos citados estão em: Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 26 maio 1921 (maço 58, env. 8). As ofertas do hospital podem ser vistas em correspondências da mesma entidade em s/d, maço 58, env. 8; 3 jul 1922 e 20 abr. 1923 (maço. 58, env. 9). 5 out. 1930 (maço 60 env. 14). O banquete para Washington Luiz e o caso do louco

mutuais parecem ter sido especialmente relevantes na obtenção de resultados para situação ou oposição, como se pode inferir por meio de alguns números. Dentre os doze municípios onde o candidato de oposição em 1907 fez mais de 40% dos votos, apenas seis contavam com sociedades de socorros mútuos, o que indica que a presença de entidades não teria sido relevante para angariar votos para qualquer dos candidatos. Na eleição de 1922, para a qual foram também calculados o percentual de habitantes que votaram, se verifica que em Bagé, onde havia mutuais, houve mais de 10% de comparecimento, como também ocorreu em São Sebastião do Caí, onde não havia entidades, e em São Lourenço, onde apenas encontrei associações escolares, parcialmente identificáveis com mutuais. Nessa eleição, o candidato oposicionista recebeu mais de 30% dos votos em municípios como Alegrete, Quaraí e Uruguaiana, onde havia mutuais, como também em municípios como Canguçu, Camaquã e Erval, onde não havia. Nas regiões de colonização alemã antiga, a percentagem de votos oposicionistas se aproximou em São Leopoldo e Taquara, embora apenas a primeira contasse com mutuais. E a União Operária Beneficente, de Caçapava, que receberia subvenção em 1925 de 5 contos de réis, tinha sede em um município que dera quase metade de seus votos ao candidato oposicionista em 1922.⁴⁶ Salvo engano ou desconhecimento meu acerca de estudos locais mais pormenorizados, penso que só uma imaginação fértil pode vincular a existência de mutuais e a concessão de subvenções à capacidade de mobilização política nas disputas entre situação e oposição ao longo da República Velha.

O máximo que se poderia verificar nessa relação seria a possibilidade dos grupos de situação e oposição recrutarem quadros políticos nas mutuais e isso foi especialmente evidente nos anos de instabilidade política no Rio Grande do Sul no começo da República.⁴⁷ Em Porto Alegre, existia a Liga Agrícola-Industrial, criada no

estão em correspondência de 1º e 19 jun. 1926, maço 59, env. 11 (BPP).

⁴⁶ Para os dados eleitorais: ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 733; KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: Vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 101-103; GERTZ, René E. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, Antônio (org.) *Etnias e Carisma*. Poliantéia em homenagem a Rovilio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 964.

⁴⁷ O caso a seguir provém quase exclusivamente do texto de BAK, Joan L. *Incorporating "The Proletariat" in Brazil's First Republic: Founding Moments in Rio Grande Do Sul, 1889-1892*. Paper prepared for delivery at the American Historical Association One Hundred Fourteenth Annual Meeting, Chicago, January 6-9, 2000, a quem agradeço pelo direito de usá-lo. Também trata do caso Ricardo PACHECO. *O cidadão está nas ruas*. Representações e práticas acerca da cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1891). Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 2001, p. 99 e

começo de 1889 como um grupo de pressão contra certas políticas tarifárias. A entidade contava com artesãos, trabalhadores e burgueses e algumas de suas lideranças, além de membros do PRR, também integravam a diretoria da União Operária – que, essa sim, era uma sociedade de socorros mútuos. A dissidência cassalista do PRR, datada de 1890, passou a manter uma aliança com os operários por meio de outra organização, chamada Centro Operário e, em resposta a essa, criou-se a Liga Operária, que pretendia criar uma sociedade de socorros mútuos. Essas entidades eram lideradas por pessoas que viriam a se candidatar, e alguns se elegeriam, nas eleições ocorridas até 1893, envolvendo-se nas disputas que desembocariam na Revolução Federalista. Mesmo sendo uma disputa política em Porto Alegre, ambos os grupos mantinham relações com a Liga Operária de Pelotas – esta também uma sociedade de socorros mútuos –, que também elegeria um de seus membros pelo PRR. Afirmar que o fornecimento de quadros para as disputas políticas é o “máximo” que ocorre significa dizer que sequer há certeza de que a liderança ou associação a uma mutual é condição necessária para integrar a elite política, porque outras relações podem estar em jogo que não as produzidas no interior das entidades. Não há dúvidas de que Aurélio Bittencourt era importante nome no PRR, mas isso não me leva a afirmar os vínculos da Beneficência Porto-Alegrense com o partido, algo que também não pode ser afirmado sobre Lesseigneur, da Societé Française, Guelfo Zaniratti, da Vittorio Emanuele II, Alberto Bins, do Gemeinütziger Verein, ou Francisco de Paula da Cunha Louzada, do Club Beneficente 24 de Maio.⁴⁸ Retomando afirmação já enunciada, interesses espirituais (nestes casos, especificamente políticos) de mutualizados não precisam se expressar em todas as sociações por eles mantidas, e isso é o que permite qualificar as sociedades de socorros mútuos como atendendo ideal-tipicamente a estratégias privadas.

O caso narrado de Porto Alegre é interessante porque indica a existência de

ss.

⁴⁸ “Père” Lesseigneur era um dos membros da Societé Française e alguém referido apenas por esse sobrenome pertenceu ao Partido Republicano (SPALDING, Walter. Os franceses no Rio Grande do Sul. In: BEUX, Armino (org.). *Franceses no Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre?]: Metrópole, [1976], p. 27-60; AITA, Carmen Silva Aragones. *As relações de poder e o discurso moderno na república rio-grandense (1882-1898)*. Porto Alegre, diss. Mestrado em História do Brasil-PUCRS, 1994, p. 108, nota 5). Guelfo Zaniratti aparece amiúde no texto de BAK (*op. cit.*) e é membro da Vittorio Emanuele II em: Processo-crime (Júri). Porto Alegre, n. 5203.1, Maço 294, Estante 29, 1915 (APERGS). Alberto Bins teve biografia publicada e nela aparece sua provável filiação ao Gemeinütziger Verein: FAUSEL, Erich. *Alberto Bins: o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermond, [195?], p. 8.

membros de sociedades de socorros mútuos também na oposição política do Rio Grande do Sul da República Velha. Os “cassalistas”, com efeito, aparecerão em outros momentos da história operária regional, vinculados às mais diversas associações de trabalhadores e – não se duvide – sociedades de socorros mútuos. Mesmo que esse grupo oposicionista seja mais difícil de encontrar em outras cidades que não Porto Alegre, mesmo um jornal operário na órbita dos anarquistas, como o *Folha do Povo*, de Santa Maria, diria sobre o importante político liberal e federalista, que “Gaspar [Silveira] Martins não foi um libertário; não foi também um revoltado; mas foi um avançado, formou na vanguarda do seu tempo”. Se tal posição foi encontrada entre militantes operários que recusavam a participação político-partidária, não seria difícil encontrar críticas típicas da oposição em sociedades de socorros mútuos, como de fato ocorreu no jornal da Sociedade Beneficente União dos Artistas, de Uruguaiana. Em comentário sobre a regulamentação das 8 horas de trabalho por meio de lei municipal no Rio de Janeiro, avaliava que seria difícil tal medida no Rio Grande do Sul, pelo menos dessa forma, porque, seguindo os ditames legais da Constituição de 14 de Julho, “não temos Conselho Municipal para promulgar leis ou discutir projetos. Temos aqui mal disfarçada ditadura exercida pelo Dr. Borges de Medeiros...”.⁴⁹ Conquanto não tenha sido possível verificar os vínculos políticos dos membros de duas entidades, consta que em Alfredo Chaves (atual Veranópolis) foi fundada em 1891 a *Confederazione Italiana*, mas a localidade foi bastante afetada pela movimentação de tropas durante a guerra civil de 1893 a 1895. Com isso, em Alfredo Chaves, houve um “expressivo grupo de soldados que, durante a longa permanência, dão origem a outra sociedade – Societá Real Caza di Savóia – agrupando outros homens (...), porém com interesses diferentes daqueles compartilhados pela Confederazione Italiana.” A segunda entidade teria existido por cerca de um ano, quando se fundiu com a primeira, criando-se a Società Italiana Principe di Piemonte.⁵⁰

Mas a existência de membros de sociedades de socorros mútuos com certas posições políticas é pouco relevante para o estabelecimento de vínculos entre ideários e grupos com mutuais, quando penso que a associação às entidades

⁴⁹ Respectivamente: *Folha do Povo*. Santa Maria, 21 jul. 1920, p. 1; *A União*. Uruguaiana. 1 nov. 1919, p. 1 (AMORJ).

⁵⁰ FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis*. Veranópolis: SMEC, 1992, p. 213-214; GUZZO, Paulo Cesar, NETSON, Luiz. *História da Sociedade Alfredo-Chavense – SOAL*. In: COSTA, Róvilio (org.) *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 254-255.

compõe uma estratégia privada. Aproximaria-se de uma estratégia pública quando o grupo ou ideário político advoga a existência de mutuais e isso só seria verdadeiro se fosse alargado o âmbito desta tese para as cooperativas que, estas sim, foram advogadas pelo PRR no governo do estado, inclusive com formas de isenção tributárias, como já indiquei no capítulo 6.⁵¹

É patente que as sociedades de socorros mútuos receberam pouca atenção por parte das lideranças políticas de situação e oposição, a menos que se descubram outros casos locais semelhantes ao descrito por Marçal para Quaraí. No município fronteiriço, o jornalista Dartagnan Tubino, um dos fundadores locais do Partido Republicano, teria idealizado o Clube União Caixeiral e a Sociedade União Operária Beneficente, logo passada a Revolução Federalista. Por vários anos, as entidades teriam se mantido ligadas às lideranças do PRR na cidade, partido que já em 1894 contava com um operário gráfico entre os seus conselheiros municipais. Contudo, não parece que esse operário proviesse das sociedades de socorros mútuos mencionadas, não apenas porque elas são posteriores ao evento, como também porque seu nome não aparece no jornal das entidades.⁵² Casos como esse aparecem quando se têm presente a existência de entidades e os principais nomes da articulação política local e, na falta de mais estudos, só posso até o momento alinhar Quaraí como exceção.

Esse pouco interesse pelas sociedades de socorros mútuos por parte dos partidos da República Velha, contrastando com a atenção às cooperativas, dificilmente pode ser imputado a falhas na pesquisa ou na documentação. Ouso dizê-lo porque, na verdade, só encontrei dois documentos a indicarem uma elaboração um pouco maior acerca da natureza do socorro mútuo, de qualquer forma, de autoria de intelectuais e não dos decisores de políticas, e ambos se propondo a estudar amplamente a “questão social” desde o ponto de vista partidário. Em 1918, o Major João Cezimbra Jacques em marcado texto positivista em que propunha a “solução sociocrática” à questão social, apenas lembra a necessidade do Estado garantir aposentadorias a idosos e inválidos e um sistema de seguro de

⁵¹ Para maiores informações sobre a relação de cooperativas com o PRR, v. ERTZOGUE, Marina Haizenreder. *Associações rurais, sindicatos agrícolas e cooperativas. Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre (PUCRS), v. XXII, n. 1, p. 103-119, jun. 1996; BAK, Joan Lamaysou. *Some antecedents of corporatism: State economic intervention and rural organization in Brazil. The case of Rio Grande do Sul (1890-1937)*. S/I: tese de doutoramento (PhD)-Yale, 1977.

⁵² MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo-Museu do Trabalho, 1985, p.125-130. Consultei também uma coleção lacunar do jornal *O*

saúde, e isso compõe muito pouco das avaliações sobre a agitação do movimento operário da época. Já F. Contreiras Rodrigues escreve, no final da década de 1920, um livro com a pretensão de servir de plataforma de debates para o Partido Democrático Nacional, para onde confluíram os grupos da oposição política no Rio Grande do Sul. Com certa erudição, o autor menciona como “medida de ordem privada” os seguros de saúde feitos “por mutualidade ou socorros mútuos”, mas essa é uma apreciação genérica sobre o problema no mundo. Em sua análise da questão social no Brasil, o mais próximo que chega ao tema é o elogio à Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.⁵³

A ausência de maior elaboração intelectual desses grupos políticos sobre as sociedades de socorros mútuos não é específica do Rio Grande do Sul. O Partido Nacional (Partido Blanco) do Uruguai, embora viesse a manter uma aliança tácita com o PRR, poderia ser mais facilmente comparado com os federalistas no Rio Grande do Sul, seja por causa da composição social de suas lideranças – em sua maioria provenientes do latifúndio pecuarista, como eram os irmãos Aparício e Gumersindo Saraiva/Sarabia, atuantes nos dois lados da fronteira –, seja por causa do perfil tendencialmente oligárquico de sua atuação política. Da mesma forma, o Uruguai tinha sociedades de socorros mútuos, como ainda tem, mas sobre elas o pensamento político parece ter se detido pouco. O Partido Blanco, particularmente, só as teria mencionado nos documentos no Congresso de La Florida, em 1920, propondo-se a fundar sanatórios mutualistas e criar sociedades de socorros mútuos para os simpatizantes do grupo político em cada capital departamental, mas mantendo o monopólio da direção.⁵⁴

Amador. Quaraí, 1º jan.-27 jun. 1896 (MCSHJC).

⁵³ JACQUES, Major João Cezimbra. *A proteção ao operariado na República*. Sobre o problema das classes: Capitalistas, Burguesia e Proletariado. Rio de Janeiro: Aurora, 1918, p. 34-35; RODRIGUES, F. Contreiras. *A questão social e o Partido Democrático Nacional*. Rio de Janeiro: Typ. do Anuario do Brasil, 1928, p. 218 e 249-250. Uma análise do pensamento de Contreiras Rodrigues, que inclui este último livro, pode ser vista em: TORRES, Luiz Henrique. O pensamento político de Félix Contreiras Rodrigues. *Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, 9-11 out. 2000. Porto Alegre: www.rgbdesigndigital.com.br, s/d, comunicacao47.pdf (CD-ROM).

⁵⁴ Para as relações do Partido Blanco com os partidos no Rio Grande do Sul, v. RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. A construção do Rio Grande do Sul republicano: a variável internacional. In: RECKZIEGEL, FÉLIX (orgs.), *op. cit.*, p. 123-129. A referência sobre os blancos e o mutualismo é: OLIU, Estela Abal, SEMBLAT, Isabel Ezcurra. *El Partido Nacional y la cuestión social: investigación histórica*. Montevideo: [Productora Grafica Ltda.], [1996?], p. 41.

7.1.4 – O PENSAMENTO NACIONALISTA E SEUS EFEITOS

É patente que várias das posições políticas até o momento abordadas (e algumas que virão a ser estudadas no próximo capítulo) partilham da compreensão de que disputam posições dentro de uma comunidade política nacional. No entanto, o pensamento nacionalista deixa de ser apenas implícito em alguns grupos, embora, algumas vezes o conteúdo explícito deva ser pensado sob outros parâmetros que não o da "nação", mas, por exemplo, o da etnicidade. Ademais, não é correto afirmar que formas de política variantes do fascismo sejam decorrências necessárias do nacionalismo, embora a inexistência do nacionalismo rouba a consistência daquilo que se poderia compreender, de forma ampla ou restrita, como fascismo. Desse modo, esta seção difere um pouco das demais, ao abordar variantes de um conjunto nem sempre facilmente consolidado como se fosse um grupo político.

O tema do nacionalismo aparece com muito maior freqüência nas mutuais étnicas, principalmente em virtude do padrão de linguagem corrente no período abordado pelo meu universo empírico, capaz de se referir a grupos étnicos como se fossem grupos nacionais. Seria possível mapear a relação de mutuais com as formas de pensamento nacionalista atendendo a pelo menos uma de três possibilidades. A primeira delas envolveria o uso de ideários nacionalistas como um recurso em busca de compensações e/ou recursos na terra de origem dos grupos associados a mutuais. A segunda possibilidade tomaria tais ideários como recurso no interior dos grupos desterrados, ao passo que a terceira possibilidade os tomaria como recursos perante as condições do lugar de destino.

A primeira possibilidade, envolvendo o nacionalismo como recurso na terra de origem, é o padrão do discurso nacionalista propriamente dito, quando grupos pleiteiam a constituição de um aparato estatal cujos postos são monopolizados pelos membros da "nação", seja qual for o fundamento imaginário desse ente. Em grupos emigrados, o uso do discurso nacionalista propriamente dito pode ser utilizado como argumento para o envio de dinheiro no sustento de posições políticas, ou ainda para propagandear a legitimidade da pretensão nacional perante os Estados de destino. É verdade que exagero um pouco quando penso que o envio de donativos para vítimas de terremotos (v. cap. 5) ajuda a "sustentar posições políticas", porque é improvável que seja este o desejo primário dos doadores. Não obstante, como outras situações nas quais aparecem ideários nacionalistas, são os membros da elite política dos "nacionais" que podem ser os principais beneficiários, ao serem

escolhidos, por exemplo, para a ocupação de cargos diplomáticos do Estado de origem. É improvável, por exemplo, que fosse outro o desejo dos fundadores da Giuseppe Mazzini, de Quaraí, quando definem como objetivos da entidade a comemoração de datas pátrias italianas e a obtenção de um posto diplomático na cidade, aos quais acrescentam, condicionalmente: "no caso de permitirem as circunstâncias do fundo social (...), tratará de difundir os ramos da instrução e mútua proteção entre os sócios". No caso de Estados não constituídos ou há pouco constituídos, de qualquer modo com um aparato diplomático pouco ou mal montado, certamente as mutuais têm a possibilidade de compartilhar a ocupação dos postos oficiais. Infelizmente, não há muitos estudos sobre a representação diplomática no Rio Grande do Sul, capazes de me indicar a possibilidade disso ter acontecido com poloneses – cujas entidades freqüentemente têm nomes de clara inspiração nacionalista, como "Águia Branca" –, mas é interessante constatar que mutuais sírio-libanesas só se constituíram no Rio Grande do Sul depois da Primeira Guerra Mundial e da derrota da Turquia.⁵⁵

A segunda possibilidade, a que toma os ideários nacionalistas como recurso dentro dos grupos imigrados, parece ser o padrão nas mutuais em atividade no Rio Grande do Sul. O leitor já pode inferir por que: havendo concorrência no mercado previdenciário, é necessário às mutuais de imigrantes se cercarem de atributos que as façam agregar mais associados. Uma objeção a esse argumento seria o de que bastaria o uso da língua para definir o quanto pode atrair uma mutual de imigrantes, uma vez que as mutuais abertas suporiam, de parte do interessado em se mutualizar, o conhecimento do idioma utilizado na entidade. Isso é correto, e talvez por essa razão um antropólogo tenha anotado sobre o estatuto da única sociedade de socorros mútuos em Antônio Prado, na zona colonial italiana: "nada sobre nacionalidade".⁵⁶

Ao incorporar essa segunda possibilidade para explicação da existência de ideários nacionalistas em mutuais no Rio Grande do Sul, é necessário levar em conta que o limite entre esta e a primeira possibilidade pode ser muito tênue, uma

⁵⁵ O único estudo que conheço que interessaria nesta tese sobre a ocupação de cargos diplomáticos é o de IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder. A imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. Em São Paulo, mutuais sírias existem desde o começo do século XX, mas libanesas, só existe uma fundada em 1920 (LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado. O mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto, 1990, p. 129).

⁵⁶ Já fiz essa referência no cap. 5: AZEVEDO, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul*.

vez que, em ambos os casos, está em jogo o prestígio do dirigente e de uma associação entre os membros de um mesmo grupo nacional. Isto não quer dizer, contudo, que se trata exatamente da mesma coisa, porque os recursos em jogo também são diferentes. Mais do que isso, é possível que cada agente tenha um diferente objetivo com o uso do mesmo produto cultural, afirmação só plausível quando se dissolve metodologicamente a consistência interna do grupo integrante da mutual. E, se correta esta última suposição, certos ideários, mesmo nacionalistas, podem ser apropriados por diferentes agentes, inclusive os interessados em simplesmente obter maiores recursos no Estado de destino (por exemplo, a capacidade de interlocução com os governantes, obtida quando ocupada a condição de liderança do grupo), configurando a terceira possibilidade de interpretação.

Se bem observado, o mapeamento das possibilidades de uso de discursos nacionalistas só serve para identificar diferentes usos, mas não para explicar exatamente porque ele é utilizado. Esse circunlóquio é necessário para explicitar minha posição: o sujeito da ação não é o produto cultural, e tampouco seu uso, mas os indivíduos e grupos que o utilizam e a explicação para ação depende da identificação das intenções dos agentes (inclusive os efeitos não-intencionais). Quando defino as sociedades de socorros mútuos como uma das instâncias onde ocorre a ação, é necessário ainda incorporar o peso que eventualmente têm essas entidades na definição do estamento, algo que pode ser feito também por associações de outros tipos (culturais, desportivas, escolares, políticas, etc.) ou mesmo religiões.

É essa atenção que permite pôr em destaque o papel das sociedades de socorros mútuos na difusão de ideários nacionalistas, ou mesmo de variantes do fascismo. Retomando a argumentação do capítulo 5, é difícil avaliar até que ponto a filiação a mutuals indica a adesão aos interesses espirituais por ela divulgados – que não os decorrentes da respeitabilidade ocasionada pela ausência de descenso social. E, ademais, a ocupação de cargos de dirigente na mutual é eficiente para divulgar ideários no seio da entidade – tenham esses ideários qualquer das três formas acima assinaladas –, quando as associações são o âmbito prioritário, dentro do grupo étnico, para a satisfação de interesses espirituais relacionados ao nacionalismo. Há elementos suficientes para afirmar que, entre os italianos, as sociedades de socorros mútuos foram mais importantes que entre os alemães para

a satisfação de interesses espirituais no Rio Grande do Sul, mas que, em nenhum dos dois grupos, foram os âmbitos prioritários, porque a imprensa na língua do país de origem e as religiões tinham um papel bem mais importante na definição dos valores que compunham a "identidade". Não obstante, as mutuais tinham duas vantagens sobre a imprensa e sobre as religiões: elegiam suas diretorias, permitindo a troca do grupo dirigente lançando mão de recursos típicos da disputa política, e não da formação teológica ou da transmissão da propriedade, no caso de compra ou criação de um periódico; e esse grupo dirigente dispunha sobre bens e arrecadava dinheiro entre os associados.

Posso afirmar que entre alemães no Rio Grande do Sul as mutuais teriam menos peso em função da comparação entre os inventários de associações em dois álbuns comemorativos, publicados em 1924 e 1925: são poucas as mutuais de alemães, frente ao número total de entidades, ao passo que quase todas as de italianos são de socorros mútuos.⁵⁷ Por outro lado, a concorrência com religiões em meio a italianos é mais pronunciada do que entre alemães, uma vez que, entre os últimos, a organização evangélica no período imperial assemelha-se à de qualquer outra associação voluntária. O peso das mutuais entre italianos na divulgação de ideários nacionalistas ocorria porque essas mutuais não raro reproduziam nos países para onde essas populações emigraram o projeto auto-imputado de secularização da sociedade, motivo por que eram positivamente avaliadas e impulsionadas sobretudo pelo Mazzinismo, mas também por liberais moderados, contrários à Igreja Católica. Giuseppe Mazzini, especificamente, era simpático às sociedades de socorros mútuos, a ponto de haver fomentado em Londres, em 1840, um setor da Jovem Itália na forma de uma "self-help society" entre os artesãos italianos exilados. Também na Argentina, as sociedades de socorros mútuos mencionavam e invocavam o pensamento de Mazzini, ao lado de quem também figurava Garibaldi.⁵⁸ Em virtude de suas ligações com o Rio Grande do Sul,

⁵⁷ CEM Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999, p. 301 e ss.; *CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre/Roma: Globo/Ministeri degli Affari Esteri, 1925, p. 364 e ss.

⁵⁸ TOMASSINI, Luigi. Mutual Benefit Societies in Italy, 1861-1922. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 248 e ss.; DROZ, Jacques (dir.). *História geral do socialismo*. Vol. 5: Os partidos socialistas europeus. Lisboa: Horizonte, 1979, p. 343-345; GABACCIA, Donna L. Class, Exile, and Nationalism at Home and Abroad: The Italian Risorgimento. In: GABACCIA, Donna R., OTTANELLI, Fraser M. (ed.). *Italian workers of the world*. S/I: University of Illinois, 2001. Capturado em 11 nov. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.press.uillinois.edu/epub/books/gabaccia/ch1.html>. Para o mesmo fenômeno na Argentina, v. DEVOTO, Fernando J. Las sociedades italianas de ayuda mutua de Buenos Aires y Santa Fe. Ideas y problemas. *Studi Emigrazione*. Roma, set. 1984, n. 75, p. 337-338;

Giuseppe Garibaldi é sempre mais mencionado pelas entidades na região, mas o nome de Mazzini também aparece em entidades de Porto Alegre e de Quaraí. De posse dessas informações, posso afirmar que a propaganda nacionalista em meio a mutuais italianas tenderia a ser mais eficiente – seja qual for a possibilidade interpretativa à qual se atribuisse eficiência – do que aquela promovida em meio a mutuais alemãs.

Isso não significa que não existisse esse tipo de propaganda em mutuais de outros grupos: as "Fiestas de la Raza" a cada 12 de outubro, entre espanhóis, o 14 de Julho entre os franceses e o 7 de Setembro entre os brasileiros mereciam comemorações comparáveis aos 20 de Setembro italianos, mas o sentido das solenidades poderia ser muito diferente. Pelo fato do 20 de Setembro ser uma solenidade que lembrava a derrota de uma associação internacional como a Igreja Católica, o sentido da festividade nacionalista italiana não era apenas dirigida para consumo interno do grupo étnico, como eram, por exemplo, as Fiestas de la Raza espanholas.⁵⁹

É no estudo da propaganda fascista que normalmente vários estudos percebem as mutuais como algo além de expressão de interesses, sejam materiais ou espirituais. A Príncipe di Napoli, de Caxias, é uma das entidades mais mencionadas, e há motivos para isso, uma vez que é na cidade que se instala o primeiro *Fascio* do Rio Grande do Sul, já em 1923. A partir de outubro de 1924, começam a aparecer cada vez mais estreitas relações entre a entidade e o *Fascio*: nessa época, com prudência, a entidade consulta o agente consular antes de tomar decisões. Telegramas protocolares à família real e ao primeiro ministro Mussolini são periodicamente enviados, mas, em 20 de setembro de 1926, o consócio e agora Intendente Municipal Celeste Gobbato qualifica em discurso o Duce de "gigante". Em

SILBERSTEIN, Carina F. de. Mutualismo y educación en Rosario: las escuelas de la Unione e Benevolenza y de la Sociedad Garibaldi (1874-1911). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, n. 1, dic. 1985, p. 84-85; PRISLEY, Leticia. Inmigrantes y mutualismo. La Sociedad Italiana de Socorros Mutuos e Instrucción de Belgrano (1879-1910). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 2, n. 15, abr. 1987, p. 44.

⁵⁹ POZO ANDRÉS, María del Mar del, BASTER, Jacques F. A. The Rebirth of the 'Spanish Race': The State, Nationalism, and Education in Spain, 1875–1931. *European History Quarterly*. V. 29, n. 1, p. 85 ; VARGAS, *op. cit.*, p. 235-241; 1789. 14 De Julho! Discurso proferido por Carlos Fuhro no salão da Liga Operária de Pelotas, na ocasião da saagração civil da bandeira da Societé "Union Française" na noite de 14 de Julho de 1909. Rio Grande: Oficinas a vapor do O Tempo, 1909; Diretoria, 3 set. 1857. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860, *op. cit.*, fl. 27; ESTATUTOS da Sociedade Umanitária, *op. cit.*, art. 99. Para um exemplo das diferença sobre o 20 de Setembro em outro universo, que não o Rio Grande do Sul, v. TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*. Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo:

janeiro de 1930, quando o mesmo Gobbato preside a entidade, o *Fascio* passa a se reunir na sede da Sociedade, que só depois disso se instala oficialmente. Em novembro de 1930, o novo presidente é eleito por aclamação “com o direito de escolher seus colaboradores”. A vitória na Revolução de 30 levou a entidade a saudar Oswaldo Aranha e compará-lo ao Duce.⁶⁰ Um estudo sobre o fascismo em Caxias destaca a mutual como instância privilegiada de ação fascista, mas não se poderia depreender daí que a mutual era apenas **objeto** dessa ação: os agentes consulares nomeados para a cidade provinham freqüentemente dos quadros dirigentes da mutual, o que fazia com que a participação nesta fosse um requisito na carreira política, e seria importante definir se são os dirigentes que se tornam agentes consulares ou se são fascistas que se tornam dirigentes, ou seja, seria necessário um estudo mais profundo e específico da associação como tal.⁶¹ Essa tarefa seria especialmente relevante, porque um estudo sobre os *Fasci al Estero* atribuiu a maior penetração fascista no Brasil, em comparação com a Argentina, devido à "relative disorganization of Italian emigration" no primeiro país e à "deep-rooted democratic tradition" fomentada nas associações.⁶² Seria necessária uma comparação mais extensa das mutuais italianas para avaliar o que a autora generaliza como uma indistinção entre associados à mutual e o Partido fascista, porque em nenhum momento a entidade deixa de prestar os socorros e manter seus objetivos estatutários. Com isso, remontando a discussões anteriores, o fato das lideranças das mutuais serem da “elite” e estarem, portanto, vinculadas aos objetivos de expansão do fascismo no exterior, não significa que a maior parte dos sócios o fosse. Isso é tanto mais provável quando se verifica que, em 1930, não há eleições para a diretoria da entidade, mas uma simples aclamação. Uma comparação mais ampla das relações entre fascismo e mutual seria importante para saber até que ponto as referências a Mussolini são fascistas, ou apenas nacionalistas. É provável que duas outras entidades possam ser explicadas pelo mesmo modelo adotado em Caxias. A primeira seria a mutual de Pelotas, cidade onde existe uma seção do *Partito Nazionale Fascista* no começo de 1925. Nas eleições de 1926 na mutual, há

Nobel, 1989, p. 174.

⁶⁰ GARDELIN, *op.cit.*, p. 105-133.

⁶¹ GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. O fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994, sobretudo p. 105-113; BERTONHA, João Fábio. Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a ação do fascismo italiano e do integralismo no Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXIV, n. 2, p. 247-268, dez. 1998.

⁶² CAPRARIIS, Luca de. 'Fascism for Export'? The Rise and Eclipse of the Fasci Italiani all'Estero.

pelo menos dois membros da seção, ao passo que na de 1927, 3 entre 19 membros. Ignoro os motivos da interrupção de correspondência com a Intendência Municipal de Pelotas, porque, depois disso, a próxima informação disponível é a de que o principal personagem nessa suposta colonização da mutual italiana pelo fascismo, Ernesto Ronna, foi nomeado agente consular em 1929. A outra mutual é a Benevolenza, de Santa Vitória do Palmar, que atraía na década de 1930 membros da elite, entidade cuja assembléia em 1940, já depois da nacionalização, resolve doar o prédio ao governo italiano, depois de haver colocado em 1936 uma placa de mármore saudando o Duce.⁶³ No entanto, a Società Italiana di Mutuo Soccorso e Ricreativa, de Santa Maria, inaugurou sua cancha de bolão (ou bocha?) em 1931 e organizaram-se dois times: o primeiro denominou-se “Garibaldi” ao passo que o segundo, fundado pouco tempo depois, tomou o nome de “Mussolini”.⁶⁴ Seria possível encontrar entre os dois times qualquer divergência de opção política que fosse além do renome dos homenageados?

Quando digo que esse tipo de estudo põe em relevo a mutual como algo mais do que uma expressão de interesses, é porque a forma de funcionamento da entidade pode ser muito relevante, sobretudo pelo fato de que alguns estudos atribuem o êxito fascista na conquista dos postos dirigentes nas associação não necessariamente por meio da persuasão política, mas por meio das subvenções provenientes dos consulados.⁶⁵ Isso é necessário reter para comparar com o caso do nazismo nas mutuais alemãs. Duas diferenças podem ser constatadas: a principal é a do peso relativo das mutuais alemãs na conformação do grupo étnico. Dizendo em outros termos, enquanto para italianos e espanhóis a mutual era a principal entidade a responder institucionalmente pelo grupo étnico, entre os alemães havia uma infinidade de Vereine com os mais diversos objetivos. Com isso, aumentavam a concorrência por subvenções, assim como as possibilidades de uma carreira de dirigente étnico, que poderia passar por mutuais, mas poderia também ocorrer em clubes desportivos ou sociedades de canto. Isso permitiria supor que o

Journal of Contemporary History. New Delhi, V. 35, n. 2, 2000, p. 158.

⁶³ Para Pelotas: Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis: 7 abr. 1925, 29 mar. e 3 ago 1926, 11 jun. 1927 (maço 59, env. 10, 11, 12); Consulados, 2 ago. 1929 (maço 86, env. 2) (BPP); AZAMBUJA, Péricles. *História das terras e mares do Chuí*. Caxias do Sul: UCS/Porto Alegre: EST, 1978, p. 119-126.

⁶⁴ BELÉM, J. *História do município de Santa Maria 1797-1933*. Porto Alegre: Selbach, 1933, p. 233-234.

⁶⁵ TRENTO, *op. cit.*, p. 321 e ss.; BERTONHA, *op. cit.*, p. 257 faz referência à "deficiência material da rede de propáganda fascista" no Rio Grande do Sul.

envolvimento específico das mutuais na política do país de origem tenderia a ser menor em comparação com outros grupos étnicos. A segunda diferença, também importante, é o fato da imigração, e tendencialmente também as mutuais, serem antigas, e anteriores à unificação do Estado Nacional alemão, ao contrário das mutuais italianas e espanholas. Isso tenderia a fazer as mutuais ciosas de sua autonomia. O exemplo já mencionado da frustrada fusão do Krankenverein e do Hilfsverein é ilustrativo: um dos motivos pelos quais as condições da segunda foram considerados inaceitáveis pela primeira era a exigência de que o presidente da entidade fosse um alemão nato, o que a entidade com o quádruplo dos associados da outra não aceitou.⁶⁶ Ambas as diferenças são acentuadas pela década que separa o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha: se a polarização política de fato teve efeitos nas mutuais, seus efeitos também seriam mais tardios nas entidades germanófonas, que, ademais, partilhavam de um suficientemente disseminado e reiterado ideário germanista que definia os sentidos possíveis dos interesses espirituais, que passavam ao largo da atividade política da Alemanha.⁶⁷

Houve, de fato, filiação de entidades (não necessariamente mutuais) a centrais alemãs, obtidas por meio da presença compacta de nazistas em assembleias das entidades “em geral mal freqüentadas pelos sócios”. Diferentes dos fascistas, que enviaram profissionais altamente especializados para a propaganda entre as elites, os nazistas teriam avaliado os benefícios de incorporar setores da classe operária e fizeram sua propaganda nas Caixas de Auxílio, especialmente nos bairros de Navegantes e São João, em Porto Alegre. Mas a presença de militantes mais antigos nessas associações tornava difícil a ação nazista. Uma declaração de janeiro de 1933, de parte dos moradores do bairro, criticava asperamente as “calúnias dos suásticos” e sua conduta, que “tem gerado desarmonia entre a colônia alemã da forma mais deprimente”. Conquanto tenha havido vínculos de nazistas, e mesmo do nazismo propriamente dito, com mutuais ou atividades dessas mutuais étnicas (como é o caso do Ginásio Teuto-brasileiro Farroupilha ou do Hospital Alemão, ambos vinculados ao Hilfsverein), o grupo de entidades vinculadas à Associação das Caixas Funerárias e de Doença parece ter mantido por bastante tempo uma posição anti-nazista. Como se poderia prever, as relações das lideranças

⁶⁶ TELLES, *op. cit.*, p. 46-47.

⁶⁷ Há vários estudos sobre o tema, mas o especialmente relevante para esta discussão é o de GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

dessas entidades com a representação diplomática não era das melhores.⁶⁸

A despeito das diferenças entre italianos e alemães, duas semelhanças saltam aos olhos: a incorporação de ideários fascistas e nazistas às mutuais foi tentada por grupos há pouco provenientes dos países de origem e pela diplomacia, e ambos sofreram resistência, não necessariamente promovida por posições anti-fascistas, ou anti-nazistas, mas pelo desejo de manter eventuais disputas sobre a conformação de interesses espirituais nas mutuais nos cânones rotineiros. Isso, contudo, gera um paradoxo que retomo ao final deste capítulo: a resistência a ideários fascistas e nazistas não resultou, como teria sido afirmado para a Argentina, pelos ideários e funcionamento democráticos das mutuais, mas por sua tendência oligárquica.

7.2 – GRUPOS RELIGIOSOS

7.2.1 – A IGREJA CATÓLICA

É difícil identificar regularidades na conduta da Igreja Católica, ou, mais precisamente, de suas autoridades (o clero) com respeito às sociedades de socorros mútuos. Aparentemente, mesmo durante o Império, ela não manifestava restrições a essa forma de associação. A Beneficência Porto Alegrense, por exemplo, tinha como membro o padre Agnelo [?] Gomes da Costa de Souza em 1º de junho 1862 e nomeara o bispo D. Sebastião Dias Larangeira sócio protetor em 20 novembro de 1871. Em 1870, enquanto ainda sob intervenção da Província, o presidente nomeado foi o “sr. sócio Reverendo Padre Hildebrando de Freitas Pedrozo” (que não teve participação saliente), e também não houve restrições à filiação do cônego Bernabé Corrêa da Câmara, proposto em 15 de novembro de 1884.⁶⁹ Também no Rio de Janeiro, uma das primeiras entidades legalizadas foi a Sociedade dos Seculares Empregados de Igrejas em 1861, e seria difícil supor que restrições a essa forma de associação deixassem de abalar a relação do clero com esses

⁶⁸ As informações e trechos citados deste parágrafo podem ser encontrados em: GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1991, p. 51-54; GERTZ, René (ed.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)*. Porto Alegre: EST, 1989, p. 146-150.

⁶⁹ Arquivos Particulares - LIVRO de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1884. (AHRs – cod. 30, L 53v), fls. 23 e 62; Ata da sessão ordinária de assembléia geral, 29 mar. 1870. Arquivos Particulares - LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1867-1873. (AHRs - cod. 02 L 49v), fl. 66; [Proposta de] Marcos Antônio Ennes Bandeira em 15 nov. 1884. Arquivos Particulares - LIVRO de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885 (AHRs - cod. 32 L 54v).

trabalhadores.⁷⁰ De forma semelhante, Fructuoso Vicente Vaz, ativo sócio que se chegou a remir junto à Beneficência Porto Alegrense, era sacristão da Igreja do Rosário e intermediava as boas relações entre ambas entidades.⁷¹

Contudo, são conhecidos alguns casos de conflitos entre o clero católico e um tipo particular de sociedades de socorros mútuos: as de italianos, conflitos provenientes do nacionalismo auto-imputado pelas entidades, já mencionado. Dois casos no Rio Grande do Sul confirmam a disputa entre a igreja e as mutuais italianas. Em um deles, ocorrido em 1895 em Porto Alegre, o jornal católico *Deutsches Volksblatt* teria publicado em 20 de setembro um artigo alusivo à importante data da consolidação do Estado italiano, data em que coincidiam os aniversários da rendição militar do Papa e da deflagração da Farroupilha. O artigo se referiria ao país como uma “nação desprezível, baixa, torpe, miserável”, cujos habitantes seriam “bandidos, homens sem moral, guiados por instintos vis”. Uma reunião dos súditos italianos é convocada para a manhã de 29 de setembro, na sede da Sociedade Vittorio Emanuele II, de onde sai um grupo estimado entre 200 e 600 pessoas para empastelar a Tipografia do Centro, onde era impresso o jornal. O processo criminal movido não esclareceu o papel da entidade e sequer a condição de sócios dos réus, que foram, afinal, absolvidos.⁷²

Em outro caso, os vínculos com a mutual também são tênues, mas o conflito foi (quase) mais explosivo. Dois homens foram acusados de produzir e colocar uma bomba com o objetivo de destruir um convento de capuchinhos em Alfredo Chaves (atual Veranópolis) na madrugada de 20 para 21 de setembro de 1908. A bomba não chegou a explodir, talvez por defeito dos estopins e por ter sido encontrada pelos frades, e os acusados foram, ao final, absolvidos. Ao longo do processo criminal, nunca aparecem referências à Sociedade Príncipe de Piemonte, e sequer se sabe se o acusado italiano Viglierchio era sócio (se supõe que o polaco Tempski

⁷⁰ Dec. n. 2738, de 6 fev. 1861. BRASIL. *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1861*. Tomo XXIV, parte II. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1861.

⁷¹ A informação de que o sócio também era “sacristão-mor da Igreja de Nossa Senhora do Rosário” consta em: Ata de Assembléia Geral, 28 abr. 1872. Arquivos Particulares - LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1867-1873. (AHRS - cod. 02 L 49v), fl. 108.

⁷² O evento já foi tratado por SIMÕES, Rodrigo Lemos, CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX. Estudos Ibero-americanos*. PUCRS, v. XXII, n. 1, p. 95-101, jun. 1996; e por QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a questão social*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (mestrado em História) – IFCH/UFRGS, 2001, p. 71-72 e 120-124. Também consultei o Processo-crime. Porto Alegre. Sumário. N. 1834, Maço 75, Estante 33 e/c. 1895. Réus: Cesare Pelli, Virgilio Arzzani, Francisco Provenzano, Luis Mancusi, Mario de Candia, Giovanni Aita (APERGS).

não o poderia ser), ainda que conste que no dia 20 houve desentendimento entre a entidade e os curas “por motivos dos bailes públicos realizados na praça”. Mas a versão romanceada do caso, escrita originalmente a partir de 1929 e publicada em 1941, apresenta Tognó Brusafrați (Viglièrchio) como iniciado na maçonaria e no conflito com o clero depois de um jantar na sede da Sociedade de Mútuo Socorro.⁷³

Mas não se pode afirmar que as relações entre o clero e as mutuais de italianos fossem sempre conflituosas, seja por eventual indisciplina dos primeiros, seja por eventual desinteresse das segundas na propaganda do nacionalismo na terra de origem. Se em Silveira Martins e Arroio Grande, o clero claramente combatia as mutuais, há casos em que agem conjuntamente, ou de forma fraternal. Por ocasião da tentativa de construção de um hospital italiano em Porto Alegre, a comissão responsável era predominantemente formada por dirigentes de sociedades de socorros mútuos, mas o sacerdote Giovanni Menegotti, presidente da sociedade italiana musical [de?] Dona Isabel também a integrava. Em Conde d’Eu (atual Garibaldi), um dos 44 sócios fundadores da Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso Stella D’Italia, em 1884, era o pároco D. Domenico Greca. A Sociedade Umberto I, na Linha Jansen, em Bento Gonçalves, publicou foto de sua sede em frente da qual acredito estar um sacerdote católico. A Sociedade Principe di Napoli, em Caxias, dividia resultados de tómbolas com a comissão para a construção da igreja e participou dos festejos do lançamento de sua pedra fundamental, promovia missas e mandava benzer estandartes, e tomou atitude que levou à demissão do secretário (que também saiu da entidade) quando a assembléia geral recusou-se a participar da manifestação de 20 de setembro de 1896.⁷⁴

Talvez pela difusão do mutualismo na Itália, talvez pela possibilidade dessas

⁷³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Tognó Brusafrați/Tonho Queima frades. Porto Alegre: EST, 1997. O volume inclui, entre outros textos, a transcrição do processo criminal; a transcrição de LIBERALI, Ricardo D. *Tognó Brusafrați: Bravure de do compari*; uma introdução de Mário Gardelin e Rovílio Costa, de onde extraí os trechos citados diretamente (p. 11, apud DUARTE, Eduardo. *Sintese histórica de Veranópolis: 1886-1950*. Veranópolis: Prefeitura Municipal, 1958).

⁷⁴ Para Silveira Martins e Arroio Grande, MARIN, Jérri Roberto. “*Ora et labora*”: o projeto de restauração católica na ex-colônia Silveira Martins. Porto Alegre, 1993. dissertação mestrado (História-UFRGS), 1993, p. 143 e ss. As demais referências provêm de: *A Federação*. Porto Alegre, 22 nov. 1886; STATUTI della Società Operaia Italiana di Mutuo Soccorso Stella D’Italia nella colonia Conte D’Eu. Porto Alegre: Gundlach, 1886 (reproduzido em MIGOT, Aldo F. *História de Carlos Barbosa*. Carlos Barbosa/Porto Alegre/Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa/ EST/ EDUCS, 1989. p. 651-663); CINQUANTENARIO, *op. cit.*, p. 381; GARDELIN, *op. cit.*, p. 105-107. Outro exemplo interessante é o da Liga Operária em Porto Alegre, cujo programa era “próximo ao postulado da doutrina positivista” de orientação, mas que benzeu seu estandarte em uma Igreja (PACHECO, *op. cit.*, p. 106-107).

entidades agruparem trabalhadores sem necessariamente instrumentalizá-los para a luta de classes, que a encíclica *Rerum novarum*, uma inflexão no pensamento social católico datada de 1891, concebe as sociedades de socorros mútuos, quando devidamente providas de assistência religiosa, como associações recomendáveis, e praticamente só fala delas. Tal posição não é nova dentro do catolicismo do final do século XIX, uma vez que a economia social – ou, mais precisamente, os efeitos do pauperismo – são preocupação de leigos e clérigos desde pelo menos os anos 1820, tanto de parte de liberais quanto de anti-liberais. Foram os últimos, contudo, que estabeleceram as bases do que fora ratificado pela encíclica, espelhando-se nas corporações do Antigo Regime. A *Rerum novarum* abdica de detalhar o funcionamento das associações prescritas, mas recomenda sociedades de socorros mútuos, sequer definindo se deveriam ser exclusivamente de operários ou mistas com patrões.⁷⁵

Dentre os efeitos da encíclica, clérigos e leigos propagandearam e implementaram sociedades de socorros mútuos e “círculos católicos”. Não é claro se os “círculos” em todos os países eram apenas um nome padrão para as sociedades de socorros mútuos de orientação católica. Nascidos em meados do século XIX na França e combinando prédica moral e religiosa com auxílios, já existiam com esse nome em 1885 no Uruguai e só em 1892 na Argentina, conquanto já houvesse intentos semelhantes de associações católicas de trabalhadores em Córdoba em 1877. Nesse último país, havia notícias de círculos com fraudes, pouco freqüentados ou com socorros insuficientes, sobretudo quando administrados pelo patronato.⁷⁶

⁷⁵ AUBERT, Roger. A Encíclica *Rerum novarum*, ponto final de um lento amadurecimento. In: PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Da Rerum novarum à Centesimus annus*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 7-28; GUESLIN, *op. cit.*, p. 69-91. Ignoro se por problemas, ou apenas diferenças editoriais, a indefinição da encíclica acerca do caráter misto das associações está no parágrafo 68 em PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, *op. cit.*, p. 103 e no parágrafo 34 em: Encíclica ***Rerum Novarum***. Del Sumo Pontífice León XIII Sobre la Situación de los Obreros. Capturado em 20 dez. 2001. Online. Disponível na Internet: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_sp.html. O mesmo Papa, já em 1884, estimula a formação de associações de trabalhadores para a defesa de seus “interesses temporais e sua moralidade” (deixando entender que se tratam de sociedades de socorros mútuos) em concorrência com a Maçonaria no parágrafo 35 de: Encíclica ***Humanum Genus*** do Papa Leão XIII sobre a Maçonaria. Capturado em 20 dez. 2001. Online. Disponível na Internet: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18840420_humanum-genus_po.html.

⁷⁶ GUESLIN, *op. cit.*, p. 83-88; VERBRUGGEN, Paule. The mutualist movement in Belgium. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 426; TOMASSINI, *op. cit.*, p. 251-252; ZUBILLAGA, Carlos, BALBIS, Jorge. *Historia del movimiento sindical uruguayo*. Tomo IV: Cuestión social y debate ideológico. Montevideo: Banda Oriental, 1992, p. 44-50 e 109-117; SONEIRA, Abelardo Jorge. *Las estrategias institucionales de la Iglesia Católica (1880-1976)*. Buenos Aires: CEAL, 1989, p. 67. Para a situação dos círculos católicos na Argentina, v. BIALET-MASSÉ, Juan. *Informe sobre el estado de las clases obreras argentinas a comienzos del siglo* (vol 2). Buenos Aires: Centro Editor de America Latina,

Como é sabido, a difusão dos círculos operários no Brasil é bem posterior, mas não os intentos de associações católicas entre os trabalhadores. Para Pernambuco, onde se sabe de uma Federação Operária Cristã funcionando nas décadas de 1910 e 1920, consta que o industrial Carlos Alberto de Menezes já em 1900, por ocasião do I Congresso Católico Brasileiro em Salvador, apresentava uma tese sobre “Sociedade de Socorro Mútuo entre operários”, que foi por ele aplicada na Corporação Operária de Camaragibe. O mesmo personagem teria influenciado o deputado baiano Inácio Tosta que apresentou projeto na Câmara sobre sindicatos agrícolas (sancionado em 1903) e sobre demais sindicatos profissionais (sancionado em 1907). Em Minas Gerais, fundou-se a Confederação Católica do Trabalho em 1919, cujos 18 sindicatos, aparentemente, mantinham uma Caixa Beneficente em comum. Em São Paulo, Azis Simão reporta associações operárias católicas (sem o nome “círculo”) desde 1906.⁷⁷

O circulismo no Brasil nasce em 1932 na cidade de Pelotas, no Rio Grande dos Sul, mas isso também não significa que associações católicas não existissem antes dessa data na região. Elas existiam mesmo antes do Arcebispo D. João Becker tratar da “questão operária” em uma Carta Pastoral de 1914. Nesse documento, explicitamente calcado na *Rerum novarum* (há trechos praticamente idênticos), Becker vai além, ao indicar, primeiro, a necessidade das associações católicas – basicamente de socorros mútuos – promoverem o atendimento das necessidades materiais e, em segundo lugar, das espirituais.⁷⁸ Talvez a diferença produzida por esse documento – o que outras pesquisas poderiam definir – seria a necessidade de aprovação episcopal para as associações existentes, tal como ocorreu com a Aliança Católica dos Operários. Com sede em Porto Alegre e existente desde pelo menos meados de 1912, Becker autoriza seu funcionamento

1985, p. 278-281. Para a Asociación Católica de Obreros em Córdoba, v. VAGLIENTE, Pablo José. *Construyendo la esfera pública desde el asociativismo*. (Córdoba, 1850-1880). Palos de la Frontera, 2000. Tesis de Maestría en Historia Latinoamericana – Universidad Internacional de Andalucía, 2000, p. 109 e ss.

⁷⁷ BATALHA, Cláudio H. M.. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 28; MIRANDA, Carlos, A questão social e os círculos operários do Recife. *Clio: revista de pesquisa histórica* (UFPE). Recife, n. 16, 1996, p. 30-31; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. São Paulo: HUCITEC, 1988, p. 155-172; SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981, p. 193-195.

⁷⁸ BECKER, D. João. *A questão operária*. Segunda carta pastoral de D. João Becker, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1914, p. 50: “Todas as associações e sodalícios católicos de operários desenvolvam a sua atividade para que sócios se melhorem de condições econômicas e domésticas, o quanto for possível, e pratiquem os deveres da religião”.

no começo de 1915. Apesar de seu nome, os sindicalistas da FORGS observaram criticamente que, no banquete oferecido pela entidade ao aniversário de um sacerdote, discursaram dois sargentos e um cabo da Brigada Militar, advertindo que a Aliança Católica dos Operários era “composta exclusivamente por soldados”.⁷⁹

Outras entidades existiam também antes da carta pastoral, datada de 25 de fevereiro de 1914. Em março de 1910, por exemplo, um sacerdote capuchinho fundara a Cristoforo Colombo em Nova Trento (atual Flores da Cunha) e ainda em 1925 tinha influência do clero católico.⁸⁰ A Diocese de Pelotas, contudo, parecia apostar mais nesse tipo de associação. A Sociedade Beneficente União Pelotense, existente em 1913, contava com 239 membros e, segundo interpretação alheia, auxiliava o Bispo, não apenas contra as correntes radicais do movimento operário, mas contra a autonomia de que se arvoravam as irmandades. Seria a mesma “Sociedade Católica Beneficente União Operária Pelotense” ainda existente em 1927? O jornal da Diocese teria oferecido, em meados dos anos 1910, espaço em seu jornal para a Sociedade União Operária de Rio Grande e nessa outra cidade mantinha, em 1913, a “Católica R. Grande”, com 160 membros. Já em Jaguarão, uma cidade bem menor, a associação parecia mais eficiente para implementar o catolicismo, porque a Sociedade Beneficente Operária Jaguareense fora fundada em 1911 e em 1913 contava com 215 membros. Seguindo interpretação contemporânea, era entidade na qual “certos padres interesseiros” introduziram o “espírito religioso” e possivelmente existiu até 1939.⁸¹

É possível estabelecer vínculos entre esses intentos católicos no Rio Grande do Sul e o circulismo dos anos 1930? Creio que não, por duas razões. A primeira delas é a ausência de maiores evidências acerca de continuidades e vínculos organizativos entre as entidades antes e depois de 1932, e de evidências acerca de continuidades e vínculos (mesmo pessoais) dos quadros dirigentes ou influentes nessas entidades. João Batista Marçal, ao falar de intentos católicos no movimento operário do Rio Grande do Sul, menciona uma entidade de Santa Maria e outra de

⁷⁹ *O Independente*. Porto Alegre, 29 maio 1913, p. 3 (AHMPA); *Actualidade*. Porto Alegre, 27 mar. 1915, p. 2-3 (IHGRGS); *A Voz do Trabalhador*. Porto Alegre, 11 ago. 1912, p. 3 (NPH).

⁸⁰ CINQUANTENARIO..., *op. cit.*, p. 383.

⁸¹ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe...*, *op. cit.*, p. 150-151, 196, 215; *Opinião Pública*. Pelotas, 21 jan. 1914, p. 1 e 25 mar. 1914, p. 1 (que se refere a ela como “sociedade católica Operária Jaguareense”); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941, p. 102; CARTA Pastoral de D. Francisco de Campos Barreto, Bispo de Pelotas. Apresentando o relatório de 1913. Pelotas: Livraria Comercial

Pelotas (em 1915 e 1920, respectivamente) como exemplos da “vertente original dos futuros ‘Círculos Operários’”.⁸² Contudo, estudos que abordam o movimento operário em Pelotas, onde teria existido o primeiro Círculo, não encontraram vínculos entre as entidades antes e depois de 1932,⁸³ e mesmo observam uma diferença importante entre uns e outros:

“(…) aquela era uma proposta de certa forma voltada para dentro da Igreja, pois o bispo utilizava a União Pelotense como um instrumento a seu favor na política interna da igreja em Pelotas. Já o COP [Círculo Operário, ALSJ] se estruturou, buscando aproveitar as propostas sindicais do governo para montar um aparato religioso dentro do movimento operário, com a missão de combater o comunismo e disputar não só o operário enquanto classe, mas sua pessoa e sua alma para a igreja”.⁸⁴

É verdade que a difusão da proposta dos círculos podia contar com as associações já existentes. Um estudo para São Paulo vincula o “movimento circulista” à criação do Centro Operário Católico Metropolitano em 1919.⁸⁵ Embora não pareça ser o caso do Círculo em Pelotas, também no Rio Grande do Sul há registros de que alguns foram fundados a partir da transformação (ou não) de entidades que já existiam, tal como ocorrera em Santa Maria – cuja entidade teria sido criada em 1921, mas em 1933 pouco funcionava –, Bagé – onde uma “entidade de ajuda mútua” fundada por um médico deliberou transformar-se em Círculo, cerca de um ano depois de sua criação – e em Galópolis (município de Caxias do Sul) – onde uma caixa de empresa datada de 1929 já mantinha vínculos com a Confederação Nacional de Operários Católicos.⁸⁶ Mas esses 3 exemplos são poucos, comparados aos 30 Círculos fundados no Rio Grande do Sul até 1938, e menos significativos são, ainda, quando se verifica que, até esse ano, nenhum havia sido criado em Jaguarão, onde, como já disse, houvera entidade de orientação católica, que continuava funcionando pelo menos até 1939.⁸⁷ Da mesma forma,

Meira & Cia, 1914.

⁸² MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo-Museu do Trabalho, 1985, p. 57.

⁸³ BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os Círculos Operários (1932-1935)*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (mestrado História), UFRGS, 1996, p. 50.

⁸⁴ LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937*. Porto Alegre, 1999. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) – IFCH, UFRGS, 1999, p. 458.

⁸⁵ FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem*. Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: Hucitec, 1998, p. 196-197.

⁸⁶ Respectivamente: *O Trabalho*. Porto Alegre, 3 abr. 1937, p. 3 (NPH); BARRETO, *op. cit.*, p. 63-65; DIEHL, Astor. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990, p. 56.

⁸⁷ BARRETO, *op. cit.*, p. 60; ignoro se a entidade de Jaguarão, antes mencionada, manteve sempre orientação católica.

afora os dois exemplos acima mencionados de entidades já existentes nos anos 20, não se encontraram vínculos maiores dos quadros de círculos e de entidades anteriores. Beatriz Loner menciona que “membros de associações sindicais dos anos 10 e 20 estavam ligados à Igreja” em Pelotas e Rio Grande, o que a faz vincular o surgimento dos Círculos ao “amadurecimento de trabalhos anteriores”, mas não explicita os elementos que sustentam a afirmação. Com efeito, embora a autora traga os nomes de militantes sindicais de anos anteriores que seguem em atividade nos anos 30, não são os mesmos atuantes nos Círculos Operários, o que me permitiria supor que esses quadros poderiam estar antes disso envolvidos em atividades paroquiais leigas, marianas, vicentinas, etc., mas aparentemente não no movimento operário.⁸⁸

A segunda razão pela qual tenho reservas aos vínculos entre círculos e sociedades de socorros mútuos é a inexistência de maiores evidências acerca de semelhanças (ou diferenças resultantes de decisão pautada pela experiência) na gestão orçamentária dessas entidades. É provável que se encontrariam diferenças na composição de receitas e despesas desses dois grupos de entidades, uma vez que a estrutura administrativa recomendada aos círculos era muito maior do que aquela amiúde presente em uma sociedade de socorros mútuos. Como se sabe, os primeiros círculos na França já poderiam abrigar atividades de socorro mútuo, mas não se restringiriam a isso. Também em Portugal, os Círculos Católicos de Operários teriam sido muito mais disseminados que as Associações Protetoras de Operários, que, ao contrário dos primeiros, “nunca chegaram a ultrapassar o universo do mutualismo e do assistencialismo”. A diferença entre ambas entidades possivelmente também existia na Bélgica onde, devido à influência da democracia cristã no mutualismo católico, os círculos não teriam se expandido nesse país, ao contrário das sociedades de socorros mútuos.⁸⁹ Também no Brasil, a minuciosa orientação para a organização dos círculos em quatro departamentos (ensino e educação, cooperativismo, benefício e defesa, saúde) e 34 seções excederia o socorro mútuo propriamente dito. Dentre as seções que poderiam ser objeto de comparação com as práticas de socorro mútuo, figurariam as três do departamento

⁸⁸ LONER, *Construção de classe, op. cit.*, p. 151; BARRETO, *op. cit.*, p. 54; LONER, *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas, op. cit.*

⁸⁹ Respectivamente: GUESLIN, *op. cit.*, p. 84; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Algumas Reflexões Sobre os antecedentes do Estado Novo Português*. Capturado em 18 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1texto9.html>; REZSOHAZY, Rudolf.

de Cooperativismo (cooperativas de produção, de consumo, de crédito), cinco do departamento de Saúde (hospital, sanatório, atendimento médico, dentário, parteira) e sete do departamento de Beneficência e Defesa (vila operária, assistência moral e jurídica, pecúlios, agência de colocação e informações, seguros sociais, abono familiar, caixa de caridade). Contudo, o detalhamento na organização contrastaria com a incapacidade prática de manter tantos serviços.⁹⁰ É o estudo dos balanços dos dois tipos de entidades que revelaria ou não diferenças, pois os estatutos da Sociedade Aliança Católica dos Operários, em Porto Alegre, não prescrevem uma divisão administrativa tão sofisticada como a dos círculos, mas deve-se atentar a duas semelhanças. A primeira é o volume de socorros previstos pela Aliança, que somam 24, cujas normas para implementação consomem mais de uma centena de artigos dos estatutos. Na falta de pesquisa mais pormenorizada sobre a implementação desses socorros, só se pode supor que, tal como ocorreria nos Círculos, o prescrito em estatutos contrastaria com as possibilidades efetivas de seu cumprimento. A outra semelhança é a padronização dos estatutos, uma vez a Arquidiocese de Porto Alegre definiu, sim, um padrão que deveria ser incorporado ao funcionamento de cada entidade.⁹¹

Repetindo minha avaliação, em que pesem as orientações para a formação dos círculos, enquanto não forem comparados seus orçamentos com os de sociedades de socorros mútuos contemporâneas, não é possível explicar seu êxito em função dos serviços prestados aos membros, uma vez que há décadas existiam entidades que prestavam tais serviços, tal como o leitor tem visto nesta tese.⁹² Dessa forma, bastaria indicar essa possibilidade de pesquisa com os dados disponíveis. O Círculo Operário Pelotense contava com 774 sócios em 1939 e encaminhou correspondência ao interventor estadual dizendo haver atendido naquele ano 548 pessoas com benefícios materiais, “quase a metade não sócios”. Se estimamos que os atendidos que não eram sócios somavam 250 pessoas, isso nos levaria a dizer que 38,5% dos sócios foram atendidos naquele ano, o que não é um número impossível de encontrar em sociedades de socorros mútuos, porque,

Histoire du mouvement mutualiste chretien en Belgique. Paris/Bruxelles: Erasme, 1957.

⁹⁰ BARRETO, *op. cit.*, 79.

⁹¹ ESTATUTOS e Regulamento da S. Aliança Católica dos Operários Rio-Grandense de Porto Alegre (Sociedade de Seguros Mútuos). Fundada em 19 de março de 1912. Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1915 (IHGRGS).

⁹² Para uma interpretação primordialmente assentada no caráter assistencial dos círculos operários, v. DIEHL, *op. cit.*, p. 9, 97-104, 110; FARIAS, *op. cit.*, p. 211 e ss.

apenas como exemplo, a Sociedade Protetora das Classes Laboriosas em Rio Grande socorrera 38,93% de seus 2332 sócios em 1921.⁹³ Contudo, na falta de informações sobre a composição da receita dos círculos operários, o que nos permitiria avaliar a percentagem de custo com a assistência, é arriscado afirmar peremptoriamente os vínculos entre eles e as sociedades de socorros mútuos, sobretudo porque nos poríamos satisfeitos ao tomar a intenção circulista como se fosse a prática.

Para concluir este tópico, basta reiterar que a Igreja Católica era indiferente às sociedades de socorros mútuos, a menos que estas envolvessem esforços de afirmação identitária anti-católica, e isso parece ter ocorrido pouco no Rio Grande do Sul. Em contrapartida, a Igreja era favorável, quando envolviam esforços de afirmação identitária católica.

7.2.2 – MAÇONARIA

A rigor, a Maçonaria não é nem um grupo religioso, tampouco político, inclusive por não pretender orientar seus membros em qualquer dessas duas esferas, mas uma “associação fraternal, possuidora de uma organização baseada em rituais e símbolos na qual o segredo ocupa papel fundamental”. Mas nos itens anteriores, já se prenunciava sua importância na conformação de uma estratégia reativa da Igreja Católica uma vez que a Maçonaria representou em várias partes do mundo – inclusive no Rio Grande do Sul – uma instituição a consolidar o pensamento liberal. Assim, muitas seriam as interseções entre Maçonaria e liberalismo, ao ponto de, entre 19 parlamentares provinciais maçons do Rio Grande do Sul com identificação partidária, apenas 4 pertenceram ao Partido Conservador.⁹⁴

A propaganda e o caráter filantrópicos e auto-imputados pela Maçonaria permitiram, em muitos casos, estreitas relações com sociedades de socorros mútuos. Isso parece ter ocorrido com mais intensidade no mundo anglo-saxônico onde as entidades aqui analisadas integrariam genericamente as “fraternal

⁹³ Respectivamente: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941, p. 125; Círculo Operário Pelotense, 14 fev. 1940 (Documentação dos Governantes, Maço 134 - AHRS); RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1921. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922, p. 232.

⁹⁴ Valho-me sobradamente da argumentação e dados de COLUSSI, Eliane Lúcia. *A maçonaria*

societies”, tal como também é qualificada a Maçonaria. Um autor observou que “It would be difficult to exaggerate the tremendous influence of Freemasonry as a model for American [mutual benefit, ALSJ] societies”, o que é possível verificar por pelo menos duas características genéricas do mutualismo nos Estados Unidos e nos demais países anglo-saxões: a existência de rituais de filiação e o sistema autônomo de lojas (“lodges”). Para a Inglaterra, o sistema de lojas nas “affiliated societies” espalhou ramos no Canadá, Nova Zelândia, Austrália, nos Estados Unidos e, com algumas diferenças, na Irlanda. Essas entidades tinham nomes e organização que emulavam a maçonaria, tais como a Independent Order of Oddfellows, Loyal Order of Ancient Shepherds ou a United Ancient Order of Druids. Segundo o autor, “the eccentric nomenclature was partly to gain attention and partly to create confidence through claiming great antiquity”. Outro estudo avalia que os vínculos entre a Maçonaria, as sociedades de socorros mútuos e os sindicatos (e não apenas a influência de um no outro) tendem a ser obscurecidos pelo fato da historiografia não haver estudado suficientemente os dois primeiros tipos de entidades, o que se dispõe a fazer.⁹⁵

Também no Brasil, os grupos maçônicos mencionavam e se envolviam com as sociedades de socorros mútuos. Contudo, seria prudente tipificar esse envolvimento em ordem decrescente de confiabilidade das evidências. As mais fortes evidências são aquelas em que a Maçonaria propagandeia e pratica internamente o socorro mútuo. O *Boletim do Grande Oriente do Brasil*, por exemplo, não apenas recomenda a criação de caixas nas lojas, mas traça algumas orientações gerais para seu funcionamento, como a relação entre o valor da jóia e a idade do membro, ou os cuidados nas normas de remissão. Mas uma das principais razões para que se pratique o mutualismo interno, segundo o autor, não é a inexistência de auxílios, uma vez que isso já seria uma obrigação tácita das lojas para com seus membros, mas a “inspeção” a que seriam submetidas as famílias dos maçons para ver se estavam na miséria com a morte de seu chefe e a “vergonha” daí decorrente. Em suma, o artigo recomenda as “caixas de previdência” para que o

gaúcha no século XIX. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 19 e 33 e 229.

⁹⁵ BEITO, David T. *From Mutual Aid to the Welfare State*. Fraternal Societies and Social Services, 1890-1967. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000, p. 296, 1, 11, 15 e *passim*. NEAVE, *op. cit.*, p. 44-45. Para os demais países, consultar também os respectivos textos nesse mesmo volume; JAMES, Bob. *Craft, Trade or Mystery? Part One - Britain from Gothic Cathedrals to the Tolpuddle Conspirators*. Capturado em 27 mar. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.takver.com/history/benefit/index.htm>.

auxílio percebido o seja como um direito do membro, e não como um favor das lojas.⁹⁶ Já antes disso, no Rio Grande do Sul, havia caixas internas. A Loja Artista, em Pelotas, instituiu um “Montepio” em 1º de janeiro de 1877 (ou 1876?), que, semelhante a qualquer outra sociedade de socorro mútuo, fornecia aos doentes “médico, botica, e uma quantia diária que os preservará de lutas com as primeiras necessidades da vida”. Também a loja Filantropia Itaquiense, em Itaqui, criou uma caixa de socorros em 1878, mas ambas iniciativas teriam sido efêmeras.⁹⁷ Se em âmbito nacional, a Beneficência Maçônica seria criada em 1912, em âmbito regional, o Grande Oriente do Rio Grande do Sul define em 1900 a criação de um montepio, só efetivado em 1904, e que deveria fornecer médico, remédios e advogado. Eliane Colussi destaca dois efeitos desse montepio: o aumento do número de membros dessa potência; e o mesmo tipo de restrição à filiação existente em sociedades de socorros mútuos, a saber, a de doentes. Mais tarde, em 1934, também existe uma Sociedade Maçônica de Pecúlios por Morte, com sede em Porto Alegre.⁹⁸

Menos fortes são as evidências de lojas que se envolvem ativamente na constituição de sociedades de socorros mútuos que com elas não mantêm ligação orgânica. Há alguns exemplos desse tipo de evidência em Pelotas, não se sabe se por maior freqüência, pesquisa ou melhor documentação. A Sociedade Beneficente Protetora das Classes Laboriosas, fundada em 1880 nessa cidade, segundo uma autora, combinaria “o caráter mutualista, no atendimento aos sócios, com o caráter benemerente de auxílio às pessoas necessitadas”.⁹⁹ No que concerne a seus vínculos com a Maçonaria, sabe-se que a entidade fazia suas reuniões entre 1880 e 1884 nos salões das Lojas Artista, Rio Branco e Honra e Humanidade e, pelo menos uma vez, foi referida como sendo uma “corporação maçônica”. A ata de instalação solene da Classes Laboriosas reporta a presença das mutuais portuguesa, alemã e italiana da cidade, além das sociedades de beneficência (sic!) “Honra e Humanidade ao Lavradio, Comércio e Indústria aos dous Orientes e Artista”.¹⁰⁰ Ao que consta, a

⁹⁶ *Boletim do Grande Oriente do Brasil*. S/l, ano 17, n. 9 e 10, nov. dez. 1892, p. 330-334. Todas as expressões entre aspas são citadas. Agradeço a Benito Bisso Schmidt pelo acesso a essa fonte.

⁹⁷ COLUSSI, *op. cit.*, p. 428. O trecho entre aspas foi citado pela autora a partir de *A Acácia – folha maçônica*. 1876, ano 1, n. 51, p. 4. Como a fonte, aparentemente, é o mesmo artigo citado anteriormente na p. 280, onde transcreveria o jornal *Diário de Pelotas* (Pelotas, 28 Dez 1876), este, de fato, informa que a caixa se criaria no próximo 1º de janeiro de 1877.

⁹⁸ COLUSSI, *op. cit.*, p. 428-430. ESTATUTOS da Sociedade Maçônica de Pecúlios por Morte. Porto Alegre: s/ed., 1934 (IHGRGS).

⁹⁹ LONER, *Construção de classe...*, *op. cit.*, p. 111.

¹⁰⁰ Para reuniões nas lojas, v. *Jornal do Comércio*. Pelotas, 29 ago. e 11 out. 1880; *Correio Mercantil*. Pelotas, 29 dez 1880, 06 jan. e 22 jul. 1881, 6 jan. 1882; *A Discussão*. Pelotas, 14 ago. e 11 out. 1884.

entidade homônima de Rio Grande também manteria esse tipo de vínculo com a Maçonaria, mas desconheço pesquisas que indiquem o mesmo para a também homônima de Bagé.¹⁰¹

Outros interessantes casos ocorridos em Pelotas também permitem supor vínculos mais estreitos de sociedades de socorros mútuos com lojas maçônicas. Independente de cisões e fusões ocorridas em meio às mutuais italianas, o nome de Unione e Philantropia não apenas foi disputado pelas entidades, como foi utilizado na Loja maçônica de italianos fundada em 1902.¹⁰² Já a Sociedade Beneficente Tipográfica Gutemberg convidou a loja Rio Branco para ser a paraninfa de seu estandarte, solenidade que foi feita “pelo ritual maçônico em seu templo”.¹⁰³ Outro caso em que mutuais muito se aproximam de lojas maçônicas poderia ser visto não mais em Pelotas, mas em Cruz Alta: a União Operária dessa cidade denominava sua sede de “templo”, premiava sócios com atribuição de diplomas que conferiam “graus”, trazia esquadro e compasso em seu brasão e freqüentemente se envolvia em atividades junto com a Loja Harmonia Cruzaltense.¹⁰⁴

Fracas são as evidências em que maçons se filiam – e mesmo exercem cargos dirigentes – em sociedades de socorros mútuos, ou simplesmente as subvencionam. Penso serem tais evidências fracas porque nem sempre é possível ter claro se essa atitude tomada por maçons dependia de orientação do grupo ou era de iniciativa individual, ou mesmo concernente a uma estratégia privada de ascensão social, o que não seria diferente dos demais membros de sociedades de socorros mútuos. Eliane Colussi, ao identificar a filantropia maçônica na região a partir da década de 1870 como “atividade autônoma, regular e sistemática”, a pensa como expressão da disputa com a Igreja Católica. A autora ainda identifica dirigentes maçônicos envolvidos na Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense e na

A “corporação maçônica” aparece em *Correio Mercantil*. Pelotas, 24 Jan. 1882. A ata de instalação da entidade está anexa a ESTATUTOS da Associação Beneficente das Classes Laboriosas. Pelotas: Typ. do Correio Mercantil, 1880 (NPH – MF 1).

¹⁰¹ LONER, *Construção de classe...*, *op. cit.*, p. 111.

¹⁰² Para as disputas sobre o nome de entidade Unione e Philantropia, v. ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universidade Federal de Pelotas, 2001, p. 130-135. Para a Loja maçônica, v. ROSA, Cláudia Regina Gomes da. *Jornal “O Templário”: órgão da maçonaria em Pelotas*. Pelotas, 1997. Monografia (curso de Licenciatura em História-UFPel), 1997, p. 10.

¹⁰³ SOCIEDADE Beneficente União Typographica Gutenberg. *Relatório da gestão de 17 de setembro de 1911 a 17 de setembro de 1912*. Apresentado à assembléia geral em 20 de setembro de 1912. Pelotas: Diário Popular, 1912, p. 6.

¹⁰⁴ SOARES, Ubirathan Rogério. *A União Operária e a gênese da organização operária em Cruz Alta/RS – 1897-1930*. Monografia (curso de especialização em história do Brasil – UFSM), 1995, p.

Beneficência Portuguesa, em Porto Alegre, e na Sociedade Protetora dos Artistas, em Bagé. Como suas fontes para essas informações foram, possivelmente, oriundas da Maçonaria, seria mais fácil afirmar a consonância do grupo com tais envolvimento. Contudo, nada há nos estatutos de quaisquer dessas entidades que se assemelhe a influências maçônicas (seja lá o que isso queira dizer), ao contrário do que foi visto para a União Operária de Cruz Alta.¹⁰⁵

Talvez por não ser meu interesse específico nesta tese identificar maçons em sociedades de socorros mútuos, talvez porque as listas de maçons com as quais trabalhei (manualmente), assim como as listas de sócios de entidades, não foram extensivas...¹⁰⁶ Em suma, embora não tenha feito esforço sistemático na identificação de maçons nas entidades, pude encontrar alguns casos que, não obstante, pouco me autorizariam a afirmar a existência de “orientações maçônicas” para o envolvimento de seus membros em sociedades de socorros mútuos. Então é possível encontrar em mutuais teutas de Porto Alegre: Emil Wiedemann como sócio do Hilfsverein e presidente do Krankenverein em 1873 em Porto Alegre, além de membro das lojas Zur Eintracht em 1876 e da loja Harmonia IV em 1895; Carlos Jansen, membro do Hilfsverein e da Zur Eintracht; August Walmrath, membro da loja Fidelidade e Firmeza em 1897 e do Hilfsverein. Na mutual francesa da mesa cidade, o sócio Lazare Debize era membro da loja Luz e Ordem em 1869, tal como também o era Constant Ginatu/Genatio. Nas mutuais italianas, onde se poderia esperar muitos registros coincidentes com a maçonaria, talvez novas pesquisas os indiquem em maior profusão, mas pouco também encontrei – em Porto Alegre: Adelchi Colnaghi, grau 3 na loja Ausonia, chegou a diretor da Vittorio Emanuele II; fundador da mesma entidade, Constantino Malmati/Maluati tinha o mesmo grau na mesma loja, mas é possível que sua iniciação na Maçonaria tenha ocorrido depois de seu

63, 88, 92.

¹⁰⁵ COLUSSI, *op. cit.*, p. 418.

¹⁰⁶ As listas de maçons trabalhadas foram as de COLUSSI, *op. cit.*, p. 502-574; AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva/Ed. Universitária/UFPel, 1999, p. 199-209 (reproduzindo *O Templário*. Pelotas, 27 jun. 1935); BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993, p. 42-43; **Principais maçons da Loja Concórdia**. Capturado em 25 maio 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.italnet.com.br/concordia/macons.html>. As listas de sócios trabalhadas foram as de TELLES, Leandro. *Do Hilfsverein ao Colégio Farroupilha, 1858-1974*. [Porto Alegre]: Associação Beneficente e Educacional 1858, 1974, p. 29-31; GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) – IFCH, UFRGS, 1996; SPALDING, Os franceses... *op. cit.*; BORGES, *op. cit.*, p. 103-172; CINQUANTENARIO, *op. cit.*, p. 379-380; Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Vitor Manuel II. Requerimentos – Diversos – 1881 (Maço 198 - AHRs).

envolvimento na mutual, porque, dentre as assinaturas do ofício encaminhado à presidência da Província, a única marcada (:.) foi a de Giovanni Cariboni. Também na Sociedade Regina Margherita, de Bento Gonçalves, dentre os 34 sócios fundadores, apenas identifiquei um que era (ou viria a ser) maçom – sobre seu primeiro presidente há dúvidas acerca de sua iniciação – e, na diretoria de 1925, apenas um, entre 5 membros, também foi identificado. O cotejo dos maçons com os membros de sociedades de socorros mútuos étnicas é consistente com o perfil social que Eliane Colussi traçou dos dirigentes maçônicos, isto é, 64,75% deles pertenceriam aos “setores médios” identificados no cap. 4, número semelhante aos encontrado em mutuais. Não obstante, também encontrei maçons em entidades como o Grêmio Tipográfico de Pelotas, cujo vice-presidente em 1881 havia pertencido à loja Fraternidade e Honra em 1873.¹⁰⁷

Talvez por ser uma antiga e longeva entidade étnica de brasileiros, talvez por haver trabalhado com amostra considerável de seus registros de sócios, pude identificar vários membros na Sociedade de Beneficência Porto Alegrense que eram, ou viriam a ser, maçons. Mas, bem mais interessante que isso, foram duas outras situações encontradas. Em uma delas, em meio a um debate em assembléia geral sobre a necessidade ou não de se manter os retratos dos sócios fundadores da entidade na sala das sessões, o então presidente Cláudio José Monteiro deixa sua cadeira para se pronunciar, entre outras coisas declarando que “não era aqui que [ele] vinha ter importância pois que pertencia a uma Sociedade a qual não só é Provincial como Universal”. O nome do presidente não foi encontrado em nenhuma lista de maçons, mas seu comentário o deixa entrever a qual “Sociedade” se referia. Anos mais tarde, o sócio Marcos Antônio Ennes Bandeira, sobre o qual há registro de sua pertinência à Maçonaria em 1895, apresenta sozinho nada menos do que 44,5% das 319 propostas de sócios entre 5 de março e 17 de novembro do ano de 1884.¹⁰⁸

Como se pode perceber, por mais que sejam encontrados registros de sócios – e mesmo de dirigentes maçons – nas entidades, é difícil vincular isso a uma estratégia do grupo para ampliar sua representatividade, a menos que se lance mão

¹⁰⁷ *Jornal do Comércio*. Pelotas, 4 ago. 1881; COLUSSI, *op. cit.*, p. 525.

¹⁰⁸ Ata da sessão extraordinária de assembléia geral, 13 nov. 1867. Arquivos Particulares - LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1867-1873. (AHRs - cod. 02 L 49v), fl. 18; COLUSSI, *op. cit.*, p. 565; Arquivos Particulares - LIVRO de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885. (AHRs - cod. 32 L 54v).

de hipóteses conspiratórias ou, ao contrário, se reforce o argumento com evidências mais fortes. E essas podem ser encontradas também no estudo de estratégias de aumento de receitas das sociedades de socorros mútuos, quando se procuram indivíduos endinheirados compensando-os com benefícios simbólicos. O maçom e deputado provincial Antônio Pereira Prestes recebeu o título de "sócio benfeitor" da Beneficência Porto Alegrense por ter incorporado a entidade como beneficiária de loteria. A mesma entidade foi favorecida pelo boicote maçônico às obras católicas, depois do bispo Diocesano de Porto Alegre negar a encomenda do corpo de Dantas da Gama, em 1900. Francisco Marques Coimbra, que doaria 500\$000 para as obras da Igreja das Dores, redistribuiu sua doação entre uma loja maçônica, a Grande Associação Beneficente de Senhoras (composta de esposas de maçons) e para a Beneficência Porto Alegrense. Quando a loja Zur Eintracht, de Porto Alegre, abateu colunas, seu prédio foi doado para uma entidade alemã, possivelmente o Hilfsverein. Tais casos indicam as vantagens da indefinição religiosa da maior parte das sociedades de socorros mútuos, uma vez que, dentre os 26 homens que receberam o título de "sócios benfeitores" da Beneficência Porto Alegrense até 1888, 5 eram maçons, embora a mesma honraria tenha sido concedida ao político provincial José Bernardino da Cunha Bittencourt, "verdadeiro porta-voz dos posicionamentos e vontades do bispo" D. Sebastião Dias Larangeira em seus embates com a maçonaria. Diga-se, de passagem, que o bispo também ganhou o título de "sócio protetor". Em suma, a entidade homenageava a quem lhe trouxesse prestígio, dinheiro, ou ambos.¹⁰⁹

Para encerrar esta seção, apenas destaco o maior envolvimento maçônico que católico com as sociedades de socorros mútuos, talvez pelo fato destas permitirem – em função da tendência de neutralidade política e religiosa – a ação "desinteressada" dos primeiros em benefício de uma prática de assistência secularizada.

7.2.3 – OUTROS GRUPOS RELIGIOSOS

¹⁰⁹ Ata da sessão extraordinária de assembléia geral, 28 abr. 1872. Arquivos Particulares - LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1867-1873. (AHRS - cod. 02 L 49v), fl. 109; COLUSSI, *op. cit.*, p. 404-405, 419, 391 e ss.; Arquivos Particulares - LIVRO de Registro de Sócios Benfeitores Sociedade Brasileira União Porto-Alegrense [sic!]. 1866-1873. (AHRS – cod. 31 L54v); Arquivos Particulares - LIVRO de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1884. (AHRS – cod. 30, L 53v), fl. 62.

Neste item, apenas menciono alguns casos nos quais pude identificar condutas de outros grupos religiosos que interessam a esta tese. Como se sabe, existem certas práticas solidárias – se não associações muito próximas das típicas sociedades de socorros mútuos – intrinsecamente vinculadas a grupos religiosos específicos: as “deposit societies” estariam vinculadas à Igreja Anglicana, na Grã-Bretanha; as “affiliated societies” em operação na Irlanda tendiam a ser controladas por católicos; as caixas Raiffeisen – que também existiram no Rio Grande do Sul – nasceram ligadas ao luteranismo alemão. Nos Estados Unidos, um estudo já verificou os estreitos vínculos da African Methodist Episcopal Zion Church com uma loja maçônica/sociedade de socorro mútuo intitulada North Carolina Grand Lodge of Prince Hall Masons.¹¹⁰

Situações diferentes são aquelas em que o grupo religioso é espelhado por uma “Sociedade Beneficente” que, como associação civil, não pode ser com tanta facilidade expropriada de seus bens por efeito de mudanças legais. Tal medida, embora comum ao longo do século XIX em lojas maçônicas, teria sido explicitamente recomendada pelo Grande Oriente do Rio Grande do Sul em 1899, “por conta dos problemas de patrimônio”. Com efeito, em estatística do final dos anos 30, na qual estão separadamente elencadas as “instituições de caridade” e as “sociedades de beneficência e de auxílios mútuos”, podem ser encontradas entre as últimas a Sociedade Beneficente Loja Luz Transatlântica, em Jaguarão, a Loja Maçônica Fraternidade, em Pelotas, a Sociedade Beneficente Liga Maçônica Rio Branco 3^a, em Piratini, e a Associação Rocha Negra, em São Gabriel. Antes disso, em 1907, a Loja Regeneração, fiel ao Grande Oriente do Brasil, também tinha sua Associação Beneficente para gerir o patrimônio. Mas não só a maçonaria tomava essa atitude, pois, em Porto Alegre, funcionavam em 1939 a Sociedade Espírita Beneficente Santa Cruz e a Sociedade Filosófica Transcendental, e os estatutos do Centro Beneficente Espírita Allan Kardec definiam essa entidade como uma “transformação da Sociedade Espírita Allan Kardec”.¹¹¹

¹¹⁰ NEAVE, *op. cit.*, p. 43; CAMPBELL, John. Friendly societies in Ireland (1800-1980). In: LINDEN, *op. cit.*, p. 72-73 e 77; GUESLIN, *op. cit.*, p. 78 e ss.; HACKETT, David G The Prince Hall Masons and the African American Church: The labors of Grand Master and Bishop James Walker Hood, 1831-1918. *Church History*. Chicago, v. 69, n. 4, dec. 2000. Disponível para download em <http://www.proquest.umi.edu>

¹¹¹ COLUSSI, *op. cit.* p. 421; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941, p. 101-105; ESTATUTOS da Associação Beneficente “Regeneração”. Instalada em 1º de julho de 1907. Porto Alegre: Typographia da

Há, contudo, dois grupos de casos em que a “sociedade beneficente” não parece ser apenas um artifício jurídico de um grupo religioso, mas uma instituição que adota práticas de socorro mútuo para seus membros. Isso ocorreria com a Sociedade Operária Beneficente Africana, cujos objetivos, tal como descritos em estatutos, eram “proporcionar diversões aos seus associados, principalmente festas características conforme os usos africanos” e “auxiliar aos seus sócios em caso de moléstia ou morte e a suas famílias”. Aparentemente, a sociedade era uma casa de religião afro-brasileira apenas mantendo uma fachada beneficente; mas, se essa entidade é a mesma Sociedade Religiosa Beneficente Africana existente em 1924 em Porto Alegre e fundada 3 anos antes, sabe-se que ela, como outras mutuais faziam, socorreu cerca de 26% de seus 137 sócios, custeando assistência à saúde, auxílios em dinheiro e enterros.¹¹² Também interessante na Operária Beneficente Africana é que ela coincide com o primeiro registro de associação mista que admite mulheres na diretoria – o que, se típico de entidades negras, como me permito argumentar a partir do estudo de Loner –, aumentaria a curiosidade sobre agremiações como a Sociedade Beneficente Grupo Joaquinense, de Porto Alegre, que prestava socorros a seus sócios e que tinha uma “presidenta” em 1925.¹¹³ Mesmo que o último caso mencionado não passe de uma suspeita, pode-se perceber em Porto Alegre algum esforço em institucionalizar grupos religiosos afro-brasileiros como sociedades de socorros mútuos. Isso contrastaria, por exemplo, com o Recife nos anos 1970, onde práticas de ajuda mútua foram identificadas nas casas de Xangô mas, a julgar pela bibliografia disponível, não mantinham qualquer relação com as sociedades de socorro mútuo dessa cidade.¹¹⁴

Livraria do Globo, 1907 (IHGRGS); ESTATUTOS e Regimento Interno do Centro Beneficente Espírita Allan Kardec. Fundado a 16 de janeiro de 1898. Aprovados em assembléia geral extraordinária de 14 de outubro de 1915. Porto Alegre: Livraria Americana, 1916 (IHGRGS).

¹¹² *A Federação*, 19 ago. 1929, p. 8 (Anexo a: Sociedade União Operária, Porto Alegre, 27 dez. 1929. AHMPA: Câmara Municipal. 1.11.1.5.2.1.3 – Instituições assistenciais, educacionais e culturais 1924-1929); RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul*. Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1924. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1925, p. 242; AHMPA: Câmara Municipal. 1.11.1.6.1.1 – Instituições assistenciais (1897-1923, 1924-1933). Agradeço a Jane Rocha de Mattos pela indicação e transcrição desta última fonte.

¹¹³ LONER, Beatriz Ana. *Entidades mutualistas negras*. [Pelotas], 1999. Comunicação apresentada no XX Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 1999, p. 4, Sociedade Beneficente Grupo Joaquinense, Porto Alegre, 7 nov. 1925. (AHMPA: Câmara Municipal. 1.11.1.5.2.1.3 – Instituições assistenciais, educacionais e culturais 1924-1929).

¹¹⁴ MOTTA, Roberto. SCOTT, Parry (org.). *Sobrevivência e fontes de renda*. Estratégias das famílias de baixa renda no Recife. Recife: Sudene/ Ed. Massangana, 1983 (cap. VIII - Xangô e ajuda mútua, p. 127-132); TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto. *A forma organizativa de auxílios mútuos: contestação ou adaptação*. Rio de Janeiro; 1982. Dissertação de mestrado (IUPERJ), 1982.

Outras entidades que combinariam práticas de socorro mútuo com interesses espirituais seriam as judaicas. Um memorialista, ao enumerar as “entidades de caráter religioso” em Porto Alegre, menciona o Centro Israelita, que mantinha uma Laispar Casse (caixa de empréstimos); o Poilisher Farband, que pagava metade da assistência médica de seus sócios e mantinha uma Laispar Casse; o Linath Hatzedek, que mantinha sinagoga e se naturalizou com o nome Sociedade Beneficente Israelita de Socorros Mútuos. Segundo o mesmo autor, também em Pelotas e Rio Grande as entidades judaicas mantinham atividades de socorro mútuo, isso sem mencionar os intentos de constituição de escolas, existentes em várias cidades.¹¹⁵ Ignoro se a indistinção entre práticas religiosas e de socorro mútuo é comum a outros grupos ou mesmo a outras entidades judaicas, mas quando o Linath Hatzedek requereu à Câmara Municipal de Porto Alegre a dispensa de impostos, um parecer da Diretoria de Rendas informava que o rabino era também o presidente da entidade e a receita de ambos, sinagoga e sociedade, teria sido contabilizada em conjunto. Da mesma forma, alguns depoimentos de membros dessas associações não fazem uma distinção clara entre o serviço religioso e o de socorro mútuo. Israel Lapchik, que chegou a ser diretor do Poilisher Farband/Sociedade Maurício Cardoso em período posterior ao abordado nesta tese, se refere à entidade como uma “sinagoga [que] vinha prestando serviço não só como sinagoga no sentido de rezas nos cultos, mas tinha uma parte de assistência social”.¹¹⁶

É possível que outros grupos religiosos tenham mantido práticas de socorro mútuo, uma vez que, como já visto, este capítulo não se prende exclusivamente às sociedades **para** socorro mútuo, mas amplia o escopo para as associações **com** socorro mútuo. E isso não significaria sequer um fechamento religioso nas entidades, uma vez que, a julgar por um artigo possivelmente escrito pelo próprio Codificador do espiritismo, auto-referido como Allan Kardec, os espíritas fariam melhor se, ao invés de criarem sociedades de socorros mútuos próprias, propagassem as já existentes “porque são úteis; que, para as tornar melhores, nelas

¹¹⁵ EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica*. Caxias do Sul/Porto Alegre: EDUCS/EST, 1984, p. 50-51, 58-59, 62-63, 122-123. Para a existência de Laispar Cassen em Pelotas, v. GILL, Lorena Almeida. “*Clientelchicks*”: os judeus da prestação em Pelotas (RS) 1920-1945. Pelotas: Ed. Universidade Federal de Pelotas, 2001, p. 94.

¹¹⁶ Respectivamente: Sociedade Beneficente de Socorros Mútuos Linoth Hasedec (sic!). Proc. n. 1356. 24 maio 1937. AHMPA: Câmara Municipal. 1.11.1.5.2.1.3 – Instituições assistenciais, educativas 1936-1937); LAPCHIK, Israel. Entrevista em Porto Alegre, 1987. ICJMC, n. 150, p. 23. V. também: HALPERN, Josef Szulim. Entrevista em Porto Alegre, 1987. ICJMC, n. 014, p. 24 e (complementação), 1988, p. 6.

façam penetrar o elemento espírita, nelas penetrando eles próprios, o que lhes seria mais proveitoso e para a doutrina”. Ignoro se o debate francês ou em espíritas de outros países foi grande, ou mesmo se a orientação teve algum efeito. Sem sabê-lo, posso, quando muito, apenas indicar que Angel Aguarod, presidente da Sociedade Espírita Paz e Amor e fundador da Federação Espírita do Rio Grande do Sul, foi também o orador oficial da sessão da Sociedad Española de Socorros Mutuos, em Porto Alegre, relativa ao Centenário da Independência do Brasil.¹¹⁷ Posição parecida sobre as entidades – agora não exclusivamente as de socorros mútuos – foi a defendida por Ferdinand Schröder em um jornal evangélico-luterano. Em artigo sobre a “cultura associativa” (Gesellschaftskultur) no sul do Brasil, tende a lamentar a tendência liberal/democrática/parlamentar/individualista (os adjetivos são usados de forma algo indistinta) das entidades de imigrantes alemães influenciadas por Koseritz no século XIX, mesmo avaliando-as como efeito de “reação” e como esteios contra os jesuítas. Mas só a ação religiosa de um Rotermund, segundo o autor, teria sido capaz de transformar as mesmas bases “democráticas-parlamentares” das primeiras comunidades evangélicas em uma verdadeira Igreja. A manutenção dessas bases nos Estados Unidos não levaria a outro destino que o afastamento da Igreja alemã, o que não é desejado pelo autor.¹¹⁸

Talvez a principal diferença entre o judaísmo e as religiões afro-brasileiras, de uma parte, e as antes tratadas Maçonaria e Igreja Católica, de outra, é que estas pensariam o socorro mútuo com um meio para atingir certos objetivos, ao passo que os primeiros teriam nas práticas de socorro mútuo – institucionalizadas ou não – o mesmo interesse de tantos outros que se filiaram a tantas outras entidades: assegurar-se contra eventos capazes de levar ao descenso social. Se o texto de Allan Kardec teve efeito entre os espíritas, posso situar a religião em uma situação intermediária entre os dois pólos, pois não interessaria, tanto a seus membros quanto à doutrina, a adoção de marcas ou entidades distintas das de outros trabalhadores. Isso ocorreria porque, segundo estimativa e linguagem do mesmo

¹¹⁷ Respectivamente: Do Projeto de Caixa Geral de Socorro e Outras Instituições para os Espíritas. *Revista Espírita*, jul. 1866. Capturado em 13 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.jhbaldin.com/caixageral.htm>; *A Federação*. Porto Alegre, 7 set. 1922, p. 27 e 28; *FERGS – Institucional – A FERGS*. Capturado em 13 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.fergs.com.br/institucional/fergs.html>.

¹¹⁸ SCHRÖDER, Ferdinand. Die Gesellschaftskultur des Deutschtums in Südbrasilien. *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien*. maio/jun. 1932, caderno n. 5/6, p. 48-49. Agradeço imensamente a Marcos Tramontini pelo acesso a esta fonte, sem a qual, nada teria a dizer sobre os evangélicos-luteranos.

texto, apenas 5% dos “espíritas completos” seriam “ricos”, enquanto os demais, “trabalhadores”. Já desde a perspectiva doutrinária, a crítica às caixas de socorros restritas aos religiosos é explícita: “Por sua natureza, o Espiritismo nem pode ser uma filiação, nem uma congregação. Deve, pois, no seu próprio interesse, evitar tudo quanto lhe desse aquela aparência”. O Kardecismo se qualifica exatamente de forma oposta ao luteranismo no Rio Grande do Sul, e isso tem efeitos na maneira de conceber as entidades: para os espíritas, elas são um possível meio da ação religiosa, ao passo que, para os luteranos, são um dado de realidade, cujos limites devem ser indicados aos fiéis.



Uma tese deve exceder a mera acumulação de informações, impressão que pode ter ficado na leitura deste capítulo. Com efeito, não há grupos efetivamente contrários às sociedades de socorros mútuos, ao passo que as posições favoráveis são todas conjunturais, melhor relacionadas a entidades específicas que ao associativismo nessa forma. De que serve então essa acumulação de informações? Sua necessidade ficará mais clara na comparação com o capítulo a seguir, quando a capacidade de certos grupos e ideários de dispor, disputar e influenciar a conformação das estratégias de representação de interesses nas sociedades de socorros mútuos revelar a diferença entre o que seria uma relação “política” com o exterior das entidades e aquilo que pode ser percebido como sendo disputas políticas internas.

É verdade que esse tema já poderia ter sido tratado neste capítulo, quando estudei nacionalismo e variantes do fascismo, mas, para este ponto, a pesquisa se ressentiu de fontes, mas não de alguma reflexão. Deixei em suspenso o debate acerca de ser a democracia interna – se existente – um fator contrário ou não à incorporação de ideários fascistas às mutuais. O associativismo como prática tendencialmente democrática é o tópico principal da leitura neo-tocquevilleana de Putnam, e não está ausente da definição de sociedades de socorros mútuos adotada por Linden.¹¹⁹ A incorporação de ideários fascistas nas mutuais seria um

¹¹⁹ PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia. A experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro:

acidente de percurso? Interpretá-lo dessa forma me faria adotar uma posição historicista, semelhante àquela utilizada na Alemanha, após a Segunda Guerra Mundial, para interpretação do nacional-socialismo: fenômeno desviante da cultura, e só explicável por efeito de atribuições morais (*hybris*) aos dirigentes ou ao povo.¹²⁰ Ademais, mesmo estudos para a Itália puseram em dúvida o argumento de Putnam, ao identificar a densidade associativa do norte do país também ao apoio ao fascismo, e não só à cultura cívica democrática a partir dos anos 1970, como supunha Putnam.¹²¹

Certamente não é um estudo modesto sobre um universo empírico tão pequeno, não destinado a explicar especificamente o fascismo, que não pesquisou nas fontes adequadas, que resolverá o problema. Minha pretensão é apenas destacar as condições de aplicação de certas interpretações ao estudo das mutuais e, para isso, é possível retornar à própria fonte intelectual de Putnam. Tocqueville, com efeito, opõe democracia a despotismo, mas há poucas dúvidas de que variantes do fascismo não são um tipo particular de despotismo referido pelo autor, porque este o define também como esforço para isolar os homens, não associá-los, ao contrário das políticas corporativas típicas de variantes fascistas. Ademais, Tocqueville não despreza as associações políticas e, pelo contrário, as valoriza, essas sim, como escolas de democracia, ao não sofrerem do mesmo mal das associações civis, nas quais os indivíduos arriscam também seu dinheiro.¹²² A distinção entre interesses espirituais e materiais não está ausente do pensamento tocquevilleano, como muitas vezes me parece ausente no estudo das sociedades de socorros mútuos, e não tenho dúvidas de que um dos principais fatores a orientar as opções políticas no interior das mutuais não seja a sedução deste ou daquele

Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996, desenvolvida principalmente nas p. 100 e ss. LINDEN, Marcel Van Der (ed.). *Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996, p. 14-15.

¹²⁰ RÜSEN, Jörn. Reflexão sobre os fundamentos e mudança de paradigma na ciência histórica alemã-ocidental. In: NEVES, Abílio Afonso Baeta, GERTZ, René E. (orgs.). *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/ICBNA, 1987, p. 21-23; MERGEL, Thomas. Algumas considerações a favor de uma História cultural da Política. *História-UNISINOS*. V. 7, n. 8, 2003, p. 17-18.

¹²¹ WELLHOFER, E. Spencer. *Democracy and Fascism: Class, Civil Society and Rational Choice*. Paper presented at the European Consortium for Political Research Torino, Italy March 22-27, 2002. Capturado em 14 out. 2002. Disponível para download na Internet: <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/turin/ws7/Wellhofer.pdf>.

¹²² TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. De uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 125 e ss. Sobre associações políticas e interesses materiais, v. especialmente, p. 142.

ideário, e sequer a presunção clássica da História social acerca da correspondência entre situação de classe e ideário político. O foco no fenômeno associativo torna complexa a relação entre interesses materiais e espirituais, porque podem existir ambos os tipos de interesses também em âmbito associativo. Dizendo em outros termos, e pensando em explicações para a adesão a certos ideários, o interesse material privado dos associados (por exemplo, por subvenções) pode levar à adoção de interesses espirituais pelas associações (por exemplo de apoio a certos governos), sem que o hiato entre associação e associados seja resolvido. Isso talvez formalize melhor a diferença entre a existência de simpatias para o fascismo, sem que isso resulte numa adesão formal, configurando o paradoxo de uma simpatia "política" restrita à vida privada.

É por isso que tive muito cuidado neste capítulo ao identificar vínculos políticos de associados com vínculos políticos de associações. Isso não quer dizer que sejam, necessariamente, duas esferas separadas, porque, se assim fosse, este capítulo não precisaria ser escrito. Quando os diretores da Sociedade Emancipadora Esperança e Caridade foram processados, suas testemunhas provieram do Partido Liberal no Rio Grande do Sul, mas não é possível saber se o ingresso de sócios na Beneficência Porto-Alegrense era um caminho para o Partido Liberal, ou o contrário, e é possível indicar tanto a associação civil quanto a associação política como espaços de sociabilidade que fez com que certas pessoas fossem chamadas como testemunhas de defesa.

É a sociabilidade que também faz dirigir o interesse para os grupos religiosos que escolhem seus membros depois de prová-los moralmente, como já afirmava Weber, e a capacidade dessa presunção de definir os que são candidatos à salvação gera a confiança recíproca que existiria tanto nos puritanos norte-americanos quanto nos membros de sociedades de socorros mútuos. O tema é particularmente interessante para o estudo do caso brasileiro, em virtude da proliferação de associações voluntárias na forma de irmandades e confrarias desde o período colonial, e talvez coubesse indagar com mais atenção qual era a conduta ética requerida por essas associações. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, já foi assinalado que não era a do monopólio associativo pelo menos nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, que não tinham restrição à filiação de

brancos.¹²³ Isso merece destaque, porque significaria a possibilidade de aplicar às Irmandades católicas o mesmo modelo de tensão entre interesses materiais e espirituais que identifiquei para as sociedades de socorros mútuos.

Termino este capítulo de forma semelhante aos anteriores: ainda descontente com as afirmações que consegui produzir, mas o suficiente satisfeito com a possibilidade de incorporação das sociedades de socorros mútuos aos estudo do universo empírico tratado.

¹²³ MORTARI, Cláudia. Os Homens Pretos do Desterro: um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860). Porto Alegre, 2000. Dissertação (mestrado em História do Brasil), PPG -PUCRS, 2000; MÜLLER, Liane Susan. *“As contas do meu rosário são balas de artilharia” – Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. Porto Alegre, 1999. Dissertação (História do Brasil) – IFCH, PUCRS, 1999.

8 – Mutuais e movimento operário

No capítulo anterior, grupos políticos e religiosos; neste, movimento operário. Existe substancial diferença? Já antecipando a resposta, penso que pouca, porque a existente reside na pretensão dos grupos políticos agora tratados de representar os “trabalhadores” (ou a “classe operária”, ou o “proletariado”, etc.). A relação desses grupos com as sociedades e as práticas de socorro mútuo é bastante mais intensa – e não é à toa que este capítulo trata de **mais** eventos ligados a **menos** grupos. O primeiro e o segundo sub-capítulos abordam aqueles ideários passíveis de serem genericamente denominados de socialistas estatistas e anti-estatistas, este último mais facilmente referido como próximo do anarquismo. O terceiro sub-capítulo aborda uma forma particular de socialismo estatista, o bolchevismo, e o “resto”, ou seja, os ideários não-socialistas. Por estranho que possa parecer a inclusão desse “resto”, ele é necessário para demarcar o que há de comum nos outros três, a saber, o problema de justificar politicamente e incorporar ao funcionamento de entidades sindicais centradas na implementação de estratégias públicas as práticas de socorros que atendiam a interesses privados dos trabalhadores. Em suma, o problema desses ideários revolucionários é o mesmo problema desta tese, a saber, a possibilidade de formas de organização para a implementação de estratégias privadas, como são as mutuais ou as caixas de beneficência sindical, poderem servir à implementação de estratégias públicas. Encerro o capítulo com algumas conclusões preliminares.

8.1 – SOCIALISTAS (ESTATISTAS)

A bibliografia sobre as sociedades de socorros mútuos muitas vezes as toma como antecessoras da organização em sindicatos, ou mesmo como primeira forma de associação onde se desenvolvem formas de pensamento socialista.¹ Já foi possível verificar que não é apenas o socialismo que se desenvolve em meio às sociedades de socorros mútuos, mas é difícil colocá-lo apenas como mais um

¹ Outros exemplos serão vistos neste capítulo. Portanto me restrinjo às referências de DEVÉS VALDÉS, Eduardo. Orígenes del socialismo chileno (Fermín Vivaceta y el mutualismo en la segunda mitad del siglo XIX). *Cuadernos hispanoamericanos*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, mar. 1988, p. 31-48; RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). *Cadernos AEL: Sociedades*

ideário, pois o fato de serem associações que lidam com questões do mundo do trabalho fez com que tinta corresse – e energia fosse eventualmente despendida – no debate sobre a possibilidade de incorporá-las a alguma plataforma socialista. Isso não foi casual, porque as sociedades de socorros mútuos, se não foram contemporâneas, antecederam cronologicamente a criação de associações de tipo sindical e grupos socialistas – fossem estatistas, sobretudo os de orientação marxista, fossem anti-estatistas, de tradição anarquista. Com isso, talvez se pudessem generalizar afirmações sobre a relação entre as mutuais e o movimento operário na Itália:

“as an environment receptive to the cultural and conceptual development of solidarity and representation, the growth of this type of organization became an essential substratum for the popular action of the leftist popular parties.”²

Hoje em dia, me parece possível generalizar a afirmação, mas não creio que se possa avaliá-la como consensual, por razões que envolvem: (a) o padrão de neutralidade política das sociedades de socorros mútuos, fazendo com que seu envolvimento com o movimento dos trabalhadores tendesse a ser esporádico ou contingente; (b) relacionada a isso, a também oscilante posição do movimento operário e dos socialistas sobre as entidades; e (c) as condições de desenvolvimento de cada tipo de associação (mutual, sindicato, partido) em sua relação com o ambiente sócio-político. Trato agora das duas últimas razões, porque a primeira será tratada mais tarde.

É inegável que a mais coerente tradição intelectual dentro do pensamento socialista foi o marxismo. Contudo, mesmo nele, as posições defendidas sobre as sociedades de socorros mútuos parecem mais decorrentes de apreciações conjunturais rápidas, como se pode verificar mesmo em textos de Marx e Engels. Há motivos para crer que o tom crítico aos “filantropos, humanitários, melhoradores das classes trabalhadoras” no Manifesto do Partido Comunista incluísse também os que advogassem as sociedades de socorros mútuos, pois logo em seguida os autores se referem – também como partidários do “socialismo conservador ou burguês” – àqueles que defendiam medidas que “reduz[i]am à burguesia os custos do seu domínio e lhe simplifi[cavam] o orçamento”. A reticência também é clara em texto de Engels, em 1842, sobre “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, quando menciona os

operárias e mutualismo. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 30 e ss.

² TOMASSINI, Luigi. Mutual Benefit Societies in Italy, 1861-1922. In: LINDEN, Marcel Van Der (ed.). *Social security mutualism*. The comparative history of Mutual Benefit Societies. Bern: Lang, 1996, p. 226.

“mutual benefit funds” como entidades de trabalhadores cujos auxílios só eram possíveis quando não havia desemprego, fenômeno que, quando ocorria, tendia a diminuir as receitas e aumentar as despesas dessas entidades.³ É fácil traçar as semelhanças entre esses textos e os outros de marxistas posteriores. José Carlos Mariátegui, historiando os “Antecedentes e desenvolvimento da ação classista” no Peru, em 1929, traz várias menções pouco elogiosas ao “mutualismo amarillo” do país que, “al servicio de todos los gobiernos”, se prestava como ajudante na política externa do governo Billingham (1912-1914) ou apoiava a perseguição aos trabalhadores de esquerda, em 1926. E, fazendo eco a Engels e ao Manifesto, dois textos de William Morris em 1888 aprofundam a crítica às sociedades de socorros mútuos (como também aos sindicatos), por serem formas de taxação que apenas mascaram a exploração de classe.⁴ A expressão dessa concepção não se restringia ao textual da propaganda de idéias, uma vez que tinha efeitos na conduta dos grupos políticos. Assim, na Austrália, os grupos socialistas formados no final da década de 1880 não atribuíam qualquer papel às sociedades de socorros mútuos em seus programas políticos, tal como também ocorreu na fundação do Partido Social-democrata húngaro, em 1890. Algo diferente era a situação no Império Russo, quando as entidades foram convidadas para uma conferência de associações de trabalhadores, em 1905, a despeito dos bolcheviques as considerarem “organizações reacionárias”, ao passo que os mencheviques as concebiam com certa empatia devido à sua crença na necessária neutralidade política das agremiações não-partidárias.⁵

A posição dos mencheviques não era, contudo, estranha dentro do pensamento socialista, porque a desconfiança para com as sociedades de socorros mútuos não era a única possível dentro da tradição marxista – e mesmo do pensamento marxiano. Em texto para a Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1866, Marx traz vários elementos de avaliação do trabalho cooperativo,

³ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: *Idem. Obras escolhidas*. Tomo I Moscovo: Progresso/Lisboa: Avante!, 1982, p. 131-132; ENGELS, Frederick. *The Condition of the Working Class in England*. Capturado em 4 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1842/12/25.htm>.

⁴ MARIÁTEGUI, José Carlos. Antecedentes y desarrollo de la acción clasista. Capturado em 4 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.marxists.org/espanol/mariateg/antece.htm>; MORRIS, William, BAX, E. Belfort. *Socialism From The Root Up*. Capturado em 4 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.marxists.org/archive/morris/works/1888/sru/ch22-1.htm>; MORRIS, William. *Dawn of a New Epoch*. Capturado em 4 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.marxists.org/archive/morris/works/tmp/epoch.htm>.

⁵ Respectivamente: MARKEY, Raymond. Mutual benefit societies in Australia, 1830-1991. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 161-162; HITCHINS, Keith. Mutual benefit societies in Hungary, 1830-1941. In: *Idem*, p. 377; SEMENOV, Aleksandr. Mutual benefit societies in Russia. In: *Idem*, p. 413-414.

qualificando-o como um dos “movimento espontâneos” de classe. Como tal, não poderia transformar a sociedade, mas era capaz de demonstrar a possibilidade de sua transformação, ao instaurar uma “associação de produtores livres e iguais”. Não obstante, tece recomendações de orientação socialista às cooperativas, inclusive frente ao risco de se converterem em “sociedades burguesas por ações”.⁶

Embora ecos dessa posição, bem mais favorável às formas solidárias também eventualmente existentes nas sociedades de socorros mútuos, possam ser no futuro encontrados em textos de Lênin, como veremos a seguir, é injusto com o pensamento marxiano omitir o contexto no qual emerge essa posição mais matizada. E tal posição emerge, com efeito, da avaliação de que os tais “movimento espontâneos” da classe trazem possibilidades antes imprevisas no conflito social. Tais possibilidades não se restringem ao apoio condescendente àquilo que era tomado como inofensivo, mas um investimento militante em formas de associação o suficiente sedutoras para os grupos sociais que se constituíam como o público da Associação Internacional dos Trabalhadores. Com efeito, a partir da segunda metade do século XIX, muitos dos grupos socialistas vão atuar em (ou constituir) entidades como as que aqui interessam. Judeus socialistas nos Estados Unidos e Canadá constituíram mutuais sob o nome de Arbeiter Ring. Na Itália, também era grande a atividade socialista na tentativa de liderarem as sociedades de socorro mútuo, que, amiúde, serviam para expandir sua área de influência eleitoral. Em Portugal, não eram as mutuais, mas as cooperativas que eram “glorificadas” pelo movimento operário reorganizado por marxistas em 1895, e essas outras entidades teriam se beneficiado da reorientação da poupança popular antes absorvida pelas sociedades de socorros mútuos. Na Alemanha, na década de 1860, os marxistas desprezavam o mutualismo, ao passo que Ferdinand Lassalle e seus *Allgemeine deutsche Arbeitervereine* estruturavam-se principalmente como mutuais. Contudo, o Congresso de Eisenach em 1869, quando grupos partidários de Marx e dissidentes de Lassalle originaram o Partido Social-democrata, este admitia a necessidade da criação de sociedades de socorros mútuos “to prepare their members for socialism”. A atividade socialista também ocorria nas sociedades de socorro mútuo da Áustria, na década de 1880, mas, como na Alemanha, o debate foi cedo dirigido também ao cooperativismo e à atitude frente à política estatal de previdência. No Império Russo, os socialistas, inclusive de

⁶ MARX, C. Instrucción sobre diversos problemas a los delegados del consejo central provisional. In *Idem*, ENGELS, F. *Obras escogidas*. Tomo II. Progreso: Moscú, 1986, p. 82 e 83.

orientação marxista teriam sido as única força política no movimento popular e, como tal, também influenciavam as mutuais. Na parte polonesa do Império, mais especificamente, partidos e sindicatos de orientação socialista incluíram as entidades em seus programas políticos no final do século XIX.⁷

Dois outros países podem ser destacados por causa do peso das sociedades de socorros mútuos e/ou cooperativas na conformação dos grupos socialistas. Na Bélgica, onde as duas principais forças políticas a impulsionarem a formação de sociedades de socorros mútuos eram a Igreja Católica e os socialistas, esses últimos constituíram o Partido Operário Belga com a adesão de 59 entidades, cinco delas sociedades de socorros mútuos e outras cinco cooperativas. Consta que as últimas tinham maior expansão e autonomia, ao passo que as mutuais eram então estreitamente dependentes do movimento socialista, uma vez que dentre os fundadores, a maioria pertencia a entidades desse tipo sem afiliação política. Ainda em 1911, 37% dos membros do partido se vinculava a cooperativas, mas as mutuais cresceriam depois da Primeira Guerra Mundial, também por efeito da criação de sindicatos de “múltiplas bases”, isto é, que mantinham caixas de mútuo socorro.⁸ O outro país onde o movimento socialista se ligava a mutuais e cooperativas era a Argentina, país que, tal como ocorreu na Bélgica, teve um partido cujos membros eram associações e não pessoas. Para ser mais preciso, o artigo 1º do estatuto do Partido Socialista argentino declarava ser formado de “todos los grupos políticos, sociedades gremiales, círculos de estudios sociales y de propaganda, sociedades de socorros mutuos y cooperativas que hagan formal declaración de adhesión a su programa y método de acción...”, permitindo em seu artigo 2º que membros isolados se filiassem onde não houvesse grupos como os assinalados. Talvez um importante motivo a justificar a aceitação de sociedades de socorros mútuos como membros do Partido Socialista Obrero fosse sua presença no congresso de fundação, uma vez que é provável que fossem entidades desse tipo as Fomento Tipográfico, Unión

⁷ Para os Arbeiter Ringe, v. PALMER, Bryan D. Mutuality and the masking/making of difference: mutual benefit societies in Canada, 1850-1950. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 144-145; BEITO, David T. *From Mutual Aid to the Welfare State*. Fraternal Societies and Social Services, 1890-1967. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000, p. 55-56. Para Itália e Portugal, v. TOMASSINI, *op. cit.*, p. 253-255 e FONSECA, Carlos da. Problems in the history of portuguese mutualism, 1834-1934. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 300. Para Alemanha e Áustria, v. STOLLBERG, Gunnar. *Hilfskassen in Nineteenth Century Germany* e MADERTHANER, Wolfgang. Mutual benefit societies in Austria: history of a nationalization. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 319 e 347; e ainda: DROZ, Jacques (dir.). *História geral do socialismo*. V. 3. Lisboa: Horizonte, 1977, p. 650-668.

⁸ VERBRUGGEN, Paule. The mutualist movement in Belgium. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 422-426; DROZ, Jacques (dir.). *História geral do socialismo*. V. 5. Lisboa: Horizonte, 1979, p. 454 e 457.

Obrera Social de Paraná e a Sociedad Francesa de Artes Gráficas. O partido ainda se envolveria com cooperativas – e uma das entidades presentes no congresso de fundação também o era – como a de publicações em 1896, de consumo em 1898 e de crédito e edificação em 1907. Para o principal intelectual socialista argentino, Juan Bernardo Justo, o cooperativismo não seria apenas um “recurso complementario de carácter circunstancial cuya legitimidad fincaría en prácticas que lo trascienden”, mas o foco de articulação de concepções que até 1909 seriam tratadas de forma autônoma, dispendo tanto sobre a coletivização possível dentro do capitalismo, quanto sobre a forma de catalisar apoio dos setores progressistas do país. O pensamento socialista argentino ainda desenvolveu uma reflexão sobre a distinção entre as “mutualidades autênticas” e as “pseudo-mutualidades”, este último grupo a incluir os Círculos Católicos de Obreros, as empresas médicas, caixas de empresa e mutuais de estrangeiros, as últimas por fazerem restrições ao ingresso e as penúltimas por não permitirem o controle dos associados.⁹

A proximidade geográfica da Argentina com o Uruguai permitia um intenso intercâmbio de publicações e militantes entre os dois países e, neste último, muito dos primórdios da atividade socialista tinha suporte institucional nas “sociedades de mutuo y mejoramiento”, criadas, de forma geral, no período entre 1884 e 1901. Algumas tinham sua origem em sociedades de socorros mútuos já existentes; outras resultavam da incorporação de práticas mutuais a sociedades de resistência; e ainda havia aquelas nascidas já como entidades de “mutuo y mejoramiento”. A mais importante entidade de orientação socialista foi a Asociación de Obreros y Albañiles de Mutuo y Mejoramiento, criada em Montevideu em 1894 em meio a um conflito com o patronato. Protagonista do setor sindical dos socialistas uruguaios, teve marcada influência sobre outras categorias, como os trabalhadores em charqueadas da Villa del Cerro. O caráter também mutual da Asociación de Albañiles teria levado,

⁹ ODDONE, Jacinto. *Historia del socialismo argentino (1896-1911)*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1983, vol 1, p. 59 e 67 (de onde proveio a citação) e vol. 2, p. 273-281 (sobre cooperativas). Para Justo e o cooperativismo, GELI, Patricio, PRISLEI, Letícia. Una estrategia socialista para el laberinto argentino. Apuntes sobre el pensamiento político de Juan B. Justo. *Entre pasados*. Revista de Historia. Buenos Aires, n. 4-5, fines de 1993, p. 32-33 (de onde proveio a citação); RODRIGUEZ BRAUN, Carlos. *Orígenes del socialismo liberal. El caso de Juan B. Justo*. IUDEM (Documento de trabajo 2000-5), 2000. Disponível para download em: <http://www.ucm.es/info/iudem/rbraun.DT00-5.pdf>. Para a discussão acerca das “autênticas mutualidades”, v. THOMPSON, Andres. Beneficencia, Filantropía y Justicia Social: el “tercer sector” en la historia argentina. In: *Idem* (comp.). *Público y privado. Las organizaciones sin fines de lucro en la Argentina*. Buenos Aires: Losada/ UNICEF, 1995, p. 47 e RECALDE, Héctor. *Beneficencia, asistencialismo estatal y previsión social*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991, p. 120-125.

inclusive, à aprovação de uma proposta de transformá-la em uma Unión Obrera, à qual trabalhadores de outras categorias se associariam para gozarem de socorros para, mais tarde, constituírem seus próprios grêmios. Além disso, tal como na Argentina, também havia cooperativas de orientação socialista no Uruguai.¹⁰

Mas não se creia que o socialismo fosse a única, ou mesmo a principal força política a impulsionar cooperativas na Argentina (ou em outros países), uma vez que é provável que outros grupos políticos os propagandassem. Isso é tão mais provável quando se verifica que a Argentina foi o primeiro país sul-americano (e o terceiro país americano, depois de Barbados e Estados Unidos da América) a participar de um Congresso Internacional de Cooperativas em 1921 e, a julgar pelas posições amiúde reformistas desses congressos, não foram os socialistas que enviaram delegados.¹¹

Mesmo que houvesse cooperativas e sociedades de socorros mútuos socialistas em diversos países, sua posição nos partidos socialistas não era necessariamente ótima ou objeto de consenso. O social-democrata alemão August Bebel, no final da década de 1890, afirmava

“que actualmente no existen, ni pueden existir, cooperativas socialistas; que nosotros consideramos sencillamente una tontería la fundación de cooperativas socialistas en oposición a la sociedad burguesa. Las asociaciones que dentro de nuestro Partido se desarrollan con carácter de cooperación, están simplemente en el terreno de la previdencia y del socorro mutuo”.¹²

Essa posição assumia a cautela frente às cooperativas – posição que também não era unânime no Partido Social-Democrata da década de 1890. Eduard Bernstein dedica um capítulo inteiro de seu *Socialismo Evolucionário* a louvar as cooperativas e fazendo mais: revisando a posição marxiana de apoio limitado às cooperativas de produção, destaca o êxito econômico das cooperativas de consumo. Já Rosa Luxemburgo, em livro crítico a este, destaca o descompromisso do revisionista com a supressão do modo capitalista de produção, ao considerá-lo um efeito da

¹⁰ LÓPEZ D’ALESSANDRO, Fernando. *Historia de la izquierda uruguaya: 1 – anarquistas y socialistas (1838-1910)*. 2. Ed. Montevideo: Carlos Alvarez, 1994, p. 123, 128, 145-146, 153-154; ZUBILLAGA, Carlos. *Pan y trabajo*. Organización sindical, estrategias de lucha y arbitraje estatal en Uruguay (1870-1905). Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, [1996?], p. 11-24.

¹¹ MÜLLER, Hans. *Geschichte der internationalen Genossenschaftsbewegung*. Halberstadt: H. Meyers Buchdruckerei, 1924, p. 94, 108, 248.

¹² BEBEL, Augusto. Inutilidad social de las cooperativas. *La Montaña*. Buenos Aires, 15 jul. 1897. (transcrito em: LA MONTAÑA. Periódico socialista revolucionário – 1897. [Buenos Aires?]: Universidad Nacional de Quilmes, 1996, p. 182).

distribuição de bens. Como não estou aqui para avaliar a razão deste ou daquele socialista, basta-me indicar a convivência – é verdade, nem sempre tranqüila – dessas diversas posições dentro do mesmo partido.¹³

Os socialistas no Brasil e no Rio Grande do Sul não podem ser considerados nem adeptos da “planta exótica” e, tampouco, pensadores exclusivamente “nacionais”. É interessante a imagem do “porre ideológico” que vitimava os militantes, inebriados que estavam com a profusão da literatura socialista internacional como possível instrumento para pensar a sua ação política no Brasil. A pouca sofisticação do pensamento socialista no Brasil aliado à sua tendência marcadamente reformista têm levado autores a debater a adequação de qualificações como “marxistas” ou “socialistas”. É certo que o termo “socialista” teve um uso bastante elástico no Brasil da passagem do século XIX para o século XX, designando qualquer um que tivesse preocupações sociais que o distinguisse dos “individualistas”. Talvez por isso June Hahner afirme que o termo “socialista” era “usado muitas vezes incorretamente no Brasil” e algumas vezes o usa entre aspas para marcar o que pensaria como um uso licencioso do termo. Mais cauteloso, Evaristo de Moraes Filho inclui esses pensadores na “proto-história do marxismo no Brasil”, ao passo que Cláudio Henrique de Moraes Batalha argumenta que tais personagens “podem não ser marxistas pelos critérios de hoje, mas seriam classificados como tais pelos critérios de seu tempo”.¹⁴ Para o Rio Grande do Sul, as interpretações recentes do socialismo têm preferido subscrever a posição de Batalha.¹⁵ Também aqui o faço, principalmente interessado na influência identificada por esse autor e constatada também no Rio Grande do Sul do divulgador francês do marxismo Benoît Malon, cujo “socialismo integral” assumia

¹³ BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p. 96-113; LUXEMBURG, Rosa. **Chapter VII: Co-operatives, Unions, Democracy**. Capturado em 5 fev. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://www.marxists.org/archive/luxembur/works/1900/ref-rev/ch07.htm>.

¹⁴ A citação de June HAHNER provém de: *Pobreza e política*. Os pobres urbanos no Brasil 1870-1920. Brasília: EdUnB, 1993, p. 244 e o uso dos termos entre aspas ocorre, por exemplo, nas p. 244, 246 e 247. MORAES FILHO, Evaristo de Moraes. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al.* *História do marxismo no Brasil*: v. 1: o impacto das revoluções. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 15-45 (a expressão “porre ideológico” ocorre na p. 37). BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil*: v. 2: os influxos teóricos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995, p. 11.

¹⁵ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe*. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora UFPel/Unitrabalho, 2001, p. 352-356; SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul*: Antônio Guedes Coutinho (1869-1945). Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 2000, p. 75 e ss. PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *“Que a União Operária seja nossa pátria!”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Edufsm/Porto Alegre: Ed. Universidade-UFRGS, 2001, p. 60-61.

posição claramente reformista e de apoio a associações proletárias, inclusive cooperativas de consumo.

Houve vários partidos socialistas no Brasil e no Rio Grande do Sul e vinculá-los estritamente a quaisquer das posições internacionais antes elencadas é pouco eficiente, uma vez que aquelas servem mais para orientar nossa atenção ao rol de possibilidades da relação dos socialistas com as mutuais e outras associações solidárias, como as cooperativas. Ao invés de tratar de cada caso dessa relação, creio ser melhor tipificá-la em três grandes grupos de eventos. O primeiro grupo seria aquele em que os socialistas advogam e implementam sociedades de socorros mútuos e outros empreendimentos solidários. Dentre esses outros empreendimentos, cabe destacar o que já foi observado por Evaristo de Moraes Filho, que é a “existência do cooperativismo na maioria dos programas dos partidos socialistas”. Os programas transcritos por esse autor vão além, ao trazer como propostas do Partido Operário do Brasil e do Partido Operário de São Paulo, ambos de 1890, a criação de montepios; a criação de bolsas de trabalho e auxílio público para cooperativas, como propunha o Partido Operário Brasileiro, de 1893; a transferência da propriedade individual para cooperativas e sua criação, pelo Partido Operário-Socialista, de 1895. O Programa Mínimo do Partido Socialista de 1902 reivindicava a concessão das obras públicas a cooperativas de trabalhadores e o Partido Socialista criado no Rio de Janeiro em 1912 propunha a criação de bolsas de trabalho cujos fins incluiriam “a mutualidade, o socorro”. Ainda em 1925, o Partido Socialista Brasileiro assumia a tarefa de promover a “animação franca e proteção intensa às cooperativas”.¹⁶

Receando parecer contraditório com o que afirmava acima, mas avaliando o benefício da clareza da exposição, deixo por ora de falar naqueles partidos “socialistas” para me deter nos socialistas estatistas que, no Rio Grande do Sul, não chegaram a constituir partidos mais duradouros do que aqueles que havia em outras partes do Brasil. Contudo, é interessante constatar que, diferente dos programas socialistas em outras partes do Brasil, nem o do Partido Socialista do Rio Grande do Sul, de 1897, e tampouco o do Partido Operário Rio-Grandense, de 1905 sequer mencionam cooperativas e sociedades de socorros mútuos. O programa do primeiro

¹⁶ MORAES FILHO, Evaristo de. (org.). *O socialismo brasileiro*. Brasília: Ed. UnB, [1981?], p. 58, 238, 240, 242, 244-245, 249, 258 e 259. Não é demais observar que o pai do autor, um militante socialista, em escritos do começo do século XX advogava a organização em sindicatos onde “podem-se criar associações de socorros mútuos, caixas econômicas, etc.” e que também poderiam dar origem a cooperativas. MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 3. ed. São

deixava no máximo entrever alguma simpatia por cooperativas de produção quando propunha que, “na concorrência pública para obras do Estado, (...) [dar] preferência à que houver sido feita por qualquer associação de trabalhadores”.¹⁷

Isso não significa que os socialistas no Rio Grande do Sul desprezassem mutuais e cooperativas, uma vez que algumas entidades sob seus auspícios assumiam essa forma. A mais duradoura delas foi o Allgemeiner Arbeiterverein, fundado em 1892, no mesmo ano do homônimo paulistano. É a homonímia que permite vinculá-los às propostas de Ferdinand de Lassalle: há notícias sobre comemorações em Porto Alegre de seu aniversário e da insurreição berlinesa de 1848. Em agosto de 1913, em relatório ao 2º Congresso Operário Brasileiro, informava contar com 190 sócios e ter por fins: “1) organizar a classe operária; 2) socorrer os sócios em greve; e 3) socorrer os sócios em caso de doenças (beneficente)”. Encontram-se notícias sobre o Allgemeiner Arbeiterverein de Porto Alegre até pelo menos 1928, embora se possa suspeitar que o empenho associativo mais se dirigisse, ao longo do tempo, para atividades recreativas, uma vez que, em 1909, esse era o tipo de atividade noticiada pela imprensa e, no final da década de 1910, um militante anarquista alemão assim qualificasse a entidade.¹⁸

Comparadas com o Arbeiterverein, nenhuma outra mutual socialista foi tão longeva, mas houve as que existiram por alguns anos. A Liga Operária Internacional, de Porto Alegre, foi criada em 1895 e não era exatamente uma sociedade de socorros mútuos, embora seus estatutos definissem a criação interna de uma “Caixa de Socorros” contra doença, desemprego e pagamento de transporte em caso de migração. Os mesmos estatutos nada falam sobre “socialismo”, mas são muito

Paulo: LTr, 1986, p. 100 e 113-141.

¹⁷ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/Tchê!, 1992, p. 94 (de onde proveio a citação) e 126-134.

¹⁸ Um panorama do Allgemeiner Arbeiterverein pode ser visto em MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo-Museu do Trabalho, 1985, p.61-63 e PETERSEN, *op. cit.*, p. 95-96. A última autora afirma, baseada em texto de René GERTZ (Um jornal anarquista em Porto Alegre: *Der freie Arbeiter*. *Veritas*. Porto Alegre, v. 35, n. 149, dez. 1990, p. 607), que a entidade teria existido possivelmente até Segunda Guerra Mundial, mas o fichamento desse autor sobre o jornal *Der freie Arbeiter* (existente até 1930) traz a última notícia sobre a entidade em 25 fev. 1928, p. 3. É também desse jornal (1 abr. 1922, p. 4) a notícia sobre os 30 anos do homônimo de São Paulo (e agradeço a René Gertz pelo acesso ao fichamento). Para as comemorações do aniversário de Lassalle e da insurreição de 1848, v. por exemplo: *Echo Operário*. Rio Grande, 12 set. 1897, p. 4 (NPH); *Echo do Povo*. Porto Alegre, 17 mar. 1912, p. 2 (MCSHJC). Para atividades recreativas no Allgemeiner, v. *Echo do Povo*. Porto Alegre, 4 out. 1909, p. 2-3 (MCSHJC) e GERTZ, René E. (ed.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1989, p. 132. O relatório do Allgemeiner está em: Congresso Operário de 1913, cód, 41-2-23-A, doc. 175

estritos os vínculos entre a Liga e o Partido Socialista de 1897, inclusive pela repetição dos mesmos nomes. Não obstante – e apenas como exemplo do que ocorria na entidade –, uma sessão em janeiro de 1897 debateu a criação de uma “Cooperativa Tipográfica que tem por fim a fundação de um jornal para a defesa de todos os interesses do proletariado”, a definição de uma comissão para elaborar projeto de montepio e o pedido de auxílio para migração de um sócio. Há registros de outras reuniões da projetada cooperativa tipográfica, mas quando finalmente foi publicado um jornal em Porto Alegre que, segundo informações, era da cooperativa, o jornal publicava notícia de sua dissolução.¹⁹ Devido ao fato de que homônimas se criaram no Rio Grande do Sul na mesma época, é possível supor que a forma se assemelhasse. A Liga Operária Internacional de São Leopoldo existiu de 1896 a 1898 e parte de seus quadros viriam a integrar a União Operária Leopoldense, ao passo que a Liga de Cachoeira [do Sul], criada em 1897, existiu pelo menos até 1999 (isso mesmo!). Sobre essa última, é mais difícil afirmar que tinha algo de socialista, se foi fundada com os mesmos objetivos das demais e assim se manteve, porque a Confederação Socialista Brasileira contaria com associados em 1902 nas cidades de Porto Alegre e São Leopoldo, e se esperavam associações em Pelotas, Rio Grande, Bagé e Alegrete, mas nada se fala de Cachoeira. Ainda em 1905, um jornal socialista noticiava que o Partido Operário Rio-grandense se faria conhecer naquela cidade, onde pretendia fundar um “centro em que se agremie em comum, para a defesa de todos os seus direitos, o elemento operário cachoeirense”.²⁰ Da mesma época de fundação é a Sociedade [Associação Cooperativa] Mútua Proteção de Alegrete, fundada em 1897 e existente pelo menos por mais 10 anos. Diferia das demais por haver mantido, durante algum tempo, um jornal e por adotar a forma de

(AGCRJ).

¹⁹ PETERSEN, *op. cit.*, p. 96-101; PETERSEN, LUCAS, *op. cit.*, p. 62-67; MARÇAL, *Primeiras lutas...*, *op. cit.*, p. 89-90; *Gazetinha*. Porto Alegre, 17 jan. 1897, p. 2 (MCSHJC). O jornal era o *Voz do Operário*. Porto Alegre, 1 abr. 1899 (NPH), em cuja p. 4 consta o aviso de dissolução da Cooperativa Tipográfica. Para mais informações sobre o jornal, v. PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul. 1874-1940*. Porto Alegre: FAPERGS-Ed da Universidade-UFRGS, 1989, p. 96-99.

²⁰ Sobre a Liga de São Leopoldo e o papel do socialista Rodolfo Adolfo Pflugrath nas entidades dessa cidade, v. seu necrológio publicado em *A Democracia*. Porto Alegre, 13 jan. 1907, p. 2 (MCSHJC). Sobre a União Operária Leopoldense, v. MARIANO, Ibanes Oliveira. *A União Operária Leopoldense*. Monografia de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2001. Para a Liga de Cachoeira, v. CAMOZATO, Benjamin C. (org.) *Grande Álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Cachoeira: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922; *O Exemplo*. Porto Alegre, 13 nov. 1902, p. 2 e *A Democracia*. Porto Alegre, 14 maio 1905, p. 3 (MCSHJC)

cooperativa para editá-lo.²¹ Há ainda outros eventos da relação dos socialistas com mutuais e cooperativas. Quando da disputa dos sindicalistas e anarquistas com os socialistas no interior da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) em 1911, algumas sociedades de socorros mútuos de Porto Alegre se posicionaram a favor do socialista Francisco Xavier da Costa, como a União dos Correeiros, a Liga dos Pintores e o Allgemeiner Arbeiterverein. Outra das entidades que apoiou Xavier da Costa foi a Towarzystwo Naprzód (Sociedade Operária Polaca), que tinha, entre outros objetivos, o de “reunir o elemento operário polaco (...), socorrendo-os quando necessitados”. Alguns anos mais tarde, em 1914, o jornal socialista *A Vanguarda* noticiava que os cocheiros e carroceiros de Porto Alegre iriam constituir uma sociedade de socorros mútuos, idéia que havia nascido no Partido Socialista.²²

Mas esses últimos exemplos, quando mutuais assumem claramente a defesa de um socialista em disputas da “pequena política” operária, indicam melhor o grau de compromisso das entidades com seu sócio benemérito Xavier da Costa, do que a adoção de seu ideário. Na prática, o fato de se encontrarem facilmente socialistas em atividade política nas sociedades de socorros mútuos não transforma essas entidades em entidades socialistas. Amiúde os leitores são bem advertidos pelo historiador Benito Schmidt de que as entidades das quais fala em seus escritos seriam “mais ou menos socialistas”, referindo-se à Sociedade União Operária de Rio Grande ou a outras entidades de Porto Alegre.²³ Se a adesão ao socialismo é clara por parte de alguns militantes e entidades, em outras – notadamente as sociedades

²¹ ARAÚJO FILHO, Luiz. *O município de Alegrete*, Alegrete: Irmão Prunes/ Livraria O Coqueiro, 1907, p. 176; VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet. *Imprensa operária gaúcha: fontes na Biblioteca Riograndense*. Rio Grande, monografia de Bacharelado em História-FURG, 1999, p. 37-38 (citando *O Social*. Alegrete, 12 fev. 1899).

²² Para as informações sobre a disputa de 1911, v. BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre – 1906-1911)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999, p. 84-91. Para o caráter de socorro mútuo da União dos Correeiros e da Liga dos Pintores, v. *Echo do Povo*. Porto Alegre, 21 mar. 1910, p. 2 (MCSHJC) e Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições assistenciais e educacionais, 1916-1923 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.3), correspondência de 27 nov. 1919. Para a Towarzystwo Naprzód, v. *A Democracia*. Porto Alegre, 6 ago. 1905, p. 3 *apud* SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas. Tese (doutorado em História) – IFCH-UNICAMP. 2002, p. 189 (nota 48). Para a entidade de cocheiros em 1914, *A Vanguarda*. Porto Alegre, 3 out. 1914, p. 2 (NPH).

²³ A expressão “mais ou menos socialista” foi usada por SCHMIDT, Benito Bisso. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, p.150. Em sua tese de doutorado, o mesmo autor menciona para algumas entidades “adesão ao socialismo ou simpatia por essa tendência” e as relações do socialista Xavier da Costa com diversas entidades: *O patriarca...*, *op. cit.*, p. 210-211 e 196-197.

de socorros mútuos – o socialismo é um ideário que pretende influenciar as associações e seus membros. Os membros da Sociedade União Operária de Rio Grande – talvez a maior dessas entidades –, foram tipificados pelo mesmo autor da seguinte forma: “socialistas, anarquistas e mutualistas, além daqueles que simplesmente queriam usufruir dos benefícios oferecidos pela associação, como montepio, cooperativa, escola, atividades artísticas e recreativas, etc.”. Dessa forma, dependendo do momento, os socialistas – e o biografado Guedes Coutinho, em particular – qualificavam a aproximação política da entidade com sua posição ao sabor das circunstâncias: o jornal *Echo Operário* nasce em 1896 como “Órgão da União Operária”, mas em 1897, com as restrições manifestadas em assembléia da entidade à atividade socialista também desenvolvida nas páginas desse periódico, passa a ser “Órgão da classe operária”, para, em 1898 vir a ser “Órgão do Partido Socialista”.²⁴

Mas não era só em Rio Grande que os socialistas atuavam em mutuais, porque entidades com o nome de [Sociedade] União Operária ou Liga Operária existiram em pelo menos 37 municípios (dos 88 existentes no marco final desta pesquisa). Se é difícil crer na existência de socialistas em pequenas cidades, nas maiores, esse tipo de entidade foi muito facilmente transformado em *locus* de militância socialista. Isso não significa, contudo, que os socialistas, quando existiam, fossem necessariamente hegemônicos nas entidades. O caso da Liga Operária de Pelotas é um bom exemplo. Fundada em 1887 com o nome de Congresso Operário, agrupava patrões e trabalhadores e a prática do socorro mútuo era, então, pouco mencionada por seus estatutos, que formalizavam um grupo de interesses principalmente a combater o projeto de Tarifa Especial proposto pelo Partido Liberal da Província. Em 1890, a decisão da entidade de apoiar candidatos republicanos à Constituinte teria permitido a ascensão de socialistas, em aliança com republicanos radicais, aos postos dirigentes. A publicação de um jornal por esses socialistas e as polêmicas encetadas levaram à demissão de parte dos socialistas e a expulsão de outros – sobretudo quando iniciaram a edição de outro periódico com o nome *Democracia Social* a partir de 1893. Mesmo expulsos da entidade, os editores do *Democracia Social* ainda

“consideravam que o operário consciente não devia sair da Liga, mas lutar

²⁴ *Idem*. A diretora... *op. cit.*, p. 153-157. Trecho e argumentação semelhante sobre as relações com os socialistas pode ser encontrado em: *Idem*. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 125-128. Sobre o *Echo Operário*, v. *Ibidem*, p. 148-149.

dentro dela, disputando seu controle, embora reconhecendo que ela possuía um erro de origem fundamental, pretendendo representar, ao mesmo tempo, duas classes com interesses antagônicos”.²⁵

Nas páginas desse jornal, é possível acompanhar as disputas que o grupo socialista vinha mantendo na entidade e na cidade e, interessantemente, as práticas de socorro mútuo, se então existentes na Liga Operária, não eram mencionadas. Isso não significa que os socialistas de Pelotas menosprezassem essas atividades, como se pode ver em artigo sobre a localização da sede da Sociedade Amparo Mútuo. Mais do que isso, a despeito da qualidade do socialismo do jornal, ele publicava balanços e comentários elogiosos a caixas patronais de empresa, como era possivelmente a Caixa de Socorros Mútuos dos Operários da Fábrica Cordeiro e Wiener, e certamente era a Mutualidade da Companhia União Fabril, de Rio Grande. Durante um conflito na fábrica de Júlio Silva, quando os trabalhadores eram apoiados pelo jornal, a crítica às multas impostas aos operários atesta o valor conferido a formas de previdência privadas:

“... a importância das multas não reverte em benefício dos próprios operários, constituindo um fundo de beneficência para elas [com elas?], como se dá em todas as oficinas cujos proprietários têm um pouquinho [sic!] de consciência e escrúpulos: elas vão engrossar os lucros dos Srs. Júlio Silva e C.”²⁶

É patente a propaganda sobre e a atuação de socialistas em sociedades de socorros mútuos. Um articulista do jornal porto-alegrense *A Democracia*, por exemplo, em comentário sobre um acidente de trabalho, conclamava a reerguer as “entidades operárias” que funcionassem como “caixas de socorros”. A principal liderança dos socialistas de Porto Alegre, o já antes mencionado Francisco Xavier da Costa, “conferia grande importância ao associativismo, enquanto forma de organização e conscientização do operariado”. E várias das associações praticavam socorros, mesmo não fazendo mais do que isso, como criticava o mesmo periódico em 1907 sobre o Grêmio das Artes Gráficas e Correlatas que, mesmo com poucos sócios, era capaz de prestar “importantes benefícios a alguns de seus sócios quando enfermos”.²⁷

Se é correto interpretar as posições dos socialistas no Rio Grande do Sul

²⁵ Valho-me, sobretudo, do trabalho de LONER, *Construção, op. cit.*, p. 170-173 (dessa última página proveio a citação).

²⁶ Para a Amparo Mútuo: *Democracia Social*. Pelotas, 17 set. 1893, p. 3. Para as caixas patronais: 13 ago. 1893, p. 4 e 23 jul. 93, p. 3. A citação proveio de: 17 dez. 1893, p. 3 (NPH).

²⁷ A primeira citação provém de *A Democracia*. Porto Alegre, 11 jun. 1905, p. 2 (MCSHJC). As demais provém de SCHMIDT, *O patriarca...*, *op. cit.*, p. 184 e 280. O mesmo autor também cita o primeiro artigo, à p. 372.

como afinadas com outras posições no mundo – e é interessante a propaganda do cooperativismo no Partido Operário belga já no jornal *Democracia Social* em 1893 –, não obstante, a posição sobre as caixas de empresa muito diferia da que então era defendida na França, onde, desde a segunda metade do século XIX, greves reivindicavam o controle dos operários sobre as caixas de empresa. A posição do *Democracia Social* deixa claro que o controle sobre o arrecadado nessas caixas passava ao largo das preocupações dos socialistas no Rio Grande do Sul.²⁸ É como se esse grupo político tivesse muitas frentes de atuação (condições de trabalho, de reprodução social, organização dos trabalhadores e dos partidos, disputas políticas nessas associações, gestão de conflitos de trabalho e participação eleitoral) e poucos espaços efetivos de atuação. Assim, participar de entidades com socorro mútuos, ou mesmo de sociedades de socorros mútuos com heterogeneidade ideológica era a atuação possível. Considerados esses limites – aos quais se adicionaria a crise política da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, entre 1893 e 1895 –, causa surpresa a reunião de um Congresso Operário Estadual em 1898, talvez o primeiro estadual do Brasil. Várias das entidades antes mencionadas – e outras ainda – compareceriam ao Congresso Operário realizado em Porto Alegre, e nele foram debatidas três propostas que agora interessam. A primeira, aprovada, era a criação de câmaras de trabalho nas sedes das Ligas Operárias que teriam por objetivo institucionalizar espaços de negociação com o patronato, atividade que envolvia também a colocação de desempregados. A segunda proposta, apresentada pela União Operária de Cruz Alta, era a criação de cooperativas. Tal proposta motivou debates que contrastariam a posição adotada no Rio Grande do Sul com as dos socialistas em outras partes, uma vez que sua rejeição levou em conta argumentos como os de que as cooperativas operárias não poderiam concorrer com o Capital, ou mesmo de que elas representariam o Capital. A terceira proposta foi a de que o Congresso se declarasse socialista, o que foi aprovado com o voto contrário do delegado da União Operária de Cruz Alta, o que é sintomático quando se constata que fora ele quem trouxera a proposta derrotada de criação de cooperativas.²⁹

A despeito da União Operária de Cruz Alta haver recusado a declaração de

²⁸ Para o cooperativismo no Partido Operário belga: *Democracia Social*. Pelotas, 23 jul. 93, p. 2 (NPH). Para as greves na França, CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 376.

²⁹ A possibilidade desse congresso ser o primeiro estadual do Brasil provém da leitura de RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979. A transcrição dos

“socialista” ao congresso – proposta, aliás, apresentada por um anarquista – ela será uma das entidades que desenvolverá, anos mais tarde, estreitas relações com os socialistas de Porto Alegre, ao conferir o título de sócio benemérito a Francisco Xavier da Costa e indicar como delegado a um congresso operário em 1909 – que não se realizou – Carlos Cavaco, depois de tê-lo recebido calorosamente quando em passagem por aquela cidade.³⁰ O fato da entidade primeiro recusar a qualificação e, anos mais tarde, cultivar relações com os socialistas é suficiente para qualificá-la como tal? Se é correta essa percepção das sociedades de socorros mútuos como espaços de atuação política de socialistas, é com maior cuidado que se pode adotar essa qualificação para as entidades porque, se encontramos socialistas atuando nelas, nossa tendência é vinculá-las ao grupo político. Contudo, a idéia das sociedades de socorros mútuos como espaços de atuação de grupos políticos obtém comprovação empírica quando a hegemonia desse grupo – se existente – é contestada internamente ou posta à prova na relação das entidades com outros grupos. Caso não exista esse tipo de evidência, as informações disponíveis provêm de fontes como livros de atas (raramente existentes ou pesquisados), a imprensa obreirista socialista (que propagandeia as inserções dos militantes) e a grande imprensa por meio da qual cruzamos nomes de militantes com entidades. O último procedimento, é, com efeito, um dos que produz evidências mais fracas que os demais, o que não me autorizaria, por exemplo, a vincular o Club Beneficente 24 de Maio, em Porto Alegre, ao socialismo, a despeito de Xavier da Costa ter ocupado o cargo de 1º secretário da entidade em 1902.³¹

debates do Congresso foi publicada em PETERSEN, LUCAS, *op. cit.*, p. 104-110.

³⁰ SOARES, Ubirathan Rogério. *A União Operária e a gênese da organização operária em Cruz Alta/RS – 1897-1930*. Monografia (curso de especialização em história do Brasil – UFSM), 1995, p. 99-100; SCHMIDT, *O patriarca...*, *op. cit.*, p. 287-288, 325. Outros casos de associações de trabalhadores concedendo honras a Xavier da Costa, inclusive a Sociedade Auxiliadora Operária, de São Leopoldo, podem ser vistos em: *Ibidem*, p. 281, 282, 312, 315, 325.

³¹ Utilizo a expressão “imprensa obreirista” para me referir aos periódicos que se dirigem aos trabalhadores sem, necessariamente, vincularem-se a associações de trabalhadores; assim, a “imprensa operária” se restringiria basicamente à imprensa sindical e, com isso, alinho-me à terminologia de ZUBILLAGA, Carlos, BALBIS, Jorge. *Historia del movimiento sindical uruguayo*. Tomo II: Prensa obrera y obrerista (1878-1905) Montevideo: Banda Oriental, 1985, p. 16. Para Xavier da Costa no Clube Beneficente 24 de Maio, v. SCHMIDT, *O patriarca...*, *op. cit.*, p. 136. Minha descrença nos vínculos da entidade com o socialismo resultam da leitura de seus estatutos e relatórios da década seguinte: ESTATUTOS do Club Beneficente 24 de Maio. Aprovados em sessão de Assembléia Geral realizada em 8 de abril de 1908. Porto Alegre: Oficinas a Vapor da Livraria do Comércio, s/d.; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo 1º Secretário no exercício do cargo de Presidente 2º Tenente Oscar Coelho de Castro em sessão de Assembléia Geral, em 16 de Julho de 1911, ao empossar seu sucessor no exercício do cargo. Julho de 1910 a Junho de 1911. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria do Globo, 1911; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado por João de Oliveira Bandeira, Vice-

Mesmo atuando em sociedades de socorros mútuos e participando de debates sobre, por exemplo, a possibilidade de pedir subvenções aos governos capitalistas, os socialistas poderiam, mesmo, simpatizar com cooperativas, mas sempre consideraram o socorro mútuo como estando aquém do socialismo, e isso talvez fosse um dos temas com respeito aos quais sua participação poderia gerar cizânias. Dessa forma, estando aquém, os socialistas poderiam conceber as práticas de socorro mútuo como um avanço a prenciar outros ou, ao contrário, como energia despendida à-toa. Até o momento, apenas forneci exemplos da primeira concepção, mas a segunda também pode ser encontrada. No mesmo texto de 1898 em que a Sociedade União Operária, de Rio Grande, é qualificada – também devido ao seu montepio, suas cooperativas de consumo e produção e suas escolas – como socialista “em todos os seus atos”, a despeito de “não [admitir] a luta política”, outras entidades são mencionadas. A Liga Operária Internacional, de Porto Alegre, e a Liga Operária, de Pelotas, são igualmente indicadas como integrantes do “socialismo”, ao passo que o interesse pelas demais entidades da época é apressadamente extinto em sintomático parágrafo:

“Depois das três associações citadas, só restam algumas outras com tendências socialistas, mas que nada fazem no intuito de favorecer o operariado, pois são ou beneficentes ou recreativas; tais são a Liga Operária, de Alegrete, a União Operária, de Cruz Alta, a Liga Operária, de Santana do Livramento e a Liga Operária, de Quaraí”.³²

Alguns anos depois, o jornal *Avante*, de Porto Alegre traz um artigo que muito se assemelha à posição do Partido Social-democrata alemão, quando identifica a fundação de “associações beneficentes” como conduta espontânea dos operários que “não haviam estudado a causa de seus males nem o meio de curá-los”. As sociedades de socorros mútuos são comparadas a um “chá inofensivo” prescrito a um doente e os resultados do grande esforço para constituí-las “representavam o doloroso parto da montanha, cujo filho era o ratinho dos benefícios em caso de

presidente no cargo de Presidente em sessão de Assembléia Geral, em 18 de Julho de 1912, ao empossar seu sucessor no exercício do cargo. Julho de 1911 a Junho de 1912. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria Americana, 1912; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado por João de Oliveira Bandeira, Presidente. Em sessão de Assembléia Geral em [?] de Julho de 1913, ao empossar seu sucessor no exercício de seu cargo. Julho de 1912 a Junho de 1913. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, 1913; RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo Presidente José de Carvalho em sessão de Assembléia Geral em 5 de Agosto de 1914, ao empossar a nova Diretoria. Julho de 1913 a Junho de 1914. Porto Alegre: Livraria Americana-Cunha, Tenzsch & C., 1914 (IHGRGS).

³² Para o debate sobre a subvenção às escolas: *Echo Operário*. Rio Grande, 19 set. 1897, p. 2-3 (NPH). A citação estaria no mesmo jornal, na edição de 23 jan. 1898, p. 2, mas usei a transcrição

moléstias”. O artigo pensa o socorro mútuo como insuficiente sem as greves, a percepção da luta de classes e a luta política para arrancar direitos ao patronato.³³ Dez anos depois, um jornal de Bagé também indicava os limites do socorro mútuo, sem, contudo, avançar em programas socialistas. O articulista apenas afirmava que as “agregações beneficentes” não trariam avanços enquanto não se disseminasse a educação entre os trabalhadores.³⁴ Os três artigos são claros: as práticas de socorro mútuo não são necessariamente ruins – e nenhum deles propõe seu fim –, mas são insuficientes para o avanço da luta socialista, que só ocorrerá quando socialistas fizerem dessa prática um meio para a ação política.

8.2 – ANARQUISTAS E SINDICALISTAS

Não são as práticas de socorro mútuo o cerne das diferenças entre socialistas estatistas e os anarquistas na passagem do século XIX para o XX, mas o valor da luta dentro do aparelho de Estado. Contudo, algumas posições críticas dos socialistas a mutuais e cooperativas têm nuances que se aproximam de algumas posições ácratas, estas que também percebem a insuficiência, mas avaliam-nas como desnecessárias, quando não perversas, ao conceberem uma economia das pulsões revolucionárias que podem ser desviadas de seu curso pelo esforço em manter associações e condutas como as que venho abordando. E, de fato, posições como essa tendem a ser as mais freqüentemente atribuídas aos anarquistas em outras partes.³⁵

No entanto, prefiro precisar as concepções vigentes entre os libertários sobre mutuais e cooperativas: diferentes dos marxistas, cujas posições sobre temas concretos podem variar tomando como limite dessa variação os escritos do próprio Marx, os anarquistas não têm um *corpus* consolidado e consensual de textos que orientem posições. Portanto, não é surpreendente encontrar um Proudhon denominando seu modelo de sociedade como pautada pelo “mutualismo”. É bem verdade que Proudhon não propunha a constituição de sociedades de socorros mútuos, mas

de PETERSEN, LUCAS, *op. cit.*, 76-77.

³³ *Avante*. Porto Alegre, 4 abr. 1901, p. 3-4 (IHGRGS). Agradeço imensamente a Benito Bisso Schmidt pelo acesso a seu fichamento desta fonte e a atenção que me fez a ela dedicar.

³⁴ VIEIRA, Napoleão. 1º de Maio. *A Defeza*. Bagé, 1º maio 1911, p. 2 (NPH).

³⁵ Apenas como exemplos: FONSECA, *op. cit.*, p. 300-301; LÓPEZ D’ALESSANDRO, *op. cit.*, p. 69; FALCÓN, Ricardo. *El mundo del trabajo urbano (1890-1914)*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1986, p. 34.

cooperativas de crédito. Contudo, a homonímia entre o modelo econômico proudhoniano e o termo genérico amiúde utilizado para as sociedades de socorros mútuos não apenas pôde levar a interpretações apressadas sobre o ideário político de próceres de mutuais – como faz João Batista Marçal ao incluir caixeiros de Porto Alegre entre os anarquistas –, mas permitiu que tintas proudhonianas colorissem as posições adotadas nos primeiros congressos da Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional) sobre algumas formas de associação.³⁶ A enganosa homonímia, porém, permite precisar um pouco melhor o perigo de generalizar as posições anarquistas sobre as sociedades de socorros mútuos: um autor chegou a dizer que o movimento cooperativista na Espanha era mais proudhoniano que anarquista, e que a leitura feita pelos militantes espanhóis da obra de Proudhon ignorava seu modelo econômico e se fixava no caráter federalista.³⁷

Outros autores anarquistas também escreveram sobre sociedades de socorros mútuos e cooperativas – e com freqüência textos contrários. Bakunin, por exemplo, menciona as “associações livres”, a exemplo de “sociedades de socorro mútuo, (...) bancos de trabalho, (...) associações cooperativas de produção e de consumo” como sonhos ineficientes dos socialistas pacíficos, por oposição aos revolucionários. Já Malatesta também identifica limites nas mutuais e cooperativas, e mesmo sindicatos, mas não os despreza de todo, pensando-os como associações de massa onde se desenvolveria o trabalho de propaganda:

“... todos los movimientos creados por los intereses materiales e inmediatos (y no se puede crear sobre otras bases un amplio movimiento obrero), si falta el fermento, el impulso, la obra concertada de los hombres de ideas que luchan y se sacrifican con miras a un porvenir ideal, tendien fatalmente a adaptarse a las circunstancias, fomentan el espíritu de conservación y el temor a los cambios en aquellos que consiguen obtener mejores condiciones y terminan muchas veces por crear nuevas clases privilegiadas y por contribuir y hacer soportar y consolidar el sistema que se quisiera abolir”.³⁸

As diferenças entre as duas posições são mais facilmente imputáveis às diferenças nos ambientes de militância: enquanto Bakunin não acreditava nas novas

³⁶ Sobre Proudhon, v. BANCAL, Jean. *Proudhon: pluralismo e autogestão*. Brasília: Novos Tempos, 1984 e GUESLIN, *op. cit.*, p.59-67. Sobre os caixeiros de Porto Alegre: MARÇAL, *Os anarquistas...*, *op. cit.*, p. 23-30; Sobre a Primeira Internacional: GARCIA, Victor. *La Internacional obrera*. Madrid: Jucar, 1977, p. 44-80 (principalmente, p. 44, 51, 57-58, 73).

³⁷ BOOKCHIN, Murray. *The spanish anarchists: The heroic years, 1868-1936*. New York: Free Life, 1977, p. 20-21.

³⁸ As citações provém, respectivamente, de: BAKUNIN, Mikhail. *Socialismo e liberdade*. [São Paulo?]: Luta Libertária, s/d. p. 89; RICHARDS, Vernon. *Malatesta: vida e ideias*. 2. Ed. Barcelona: Tusquets, 1977, p. 162. Outros exemplos semelhantes da posição de Malatesta podem ser vistos nas p. 164, 172, 227.

propostas de associação no século XIX, Malatesta escrevia desde sua experiência na Itália, cujo movimento operário no século XX – inclusive suas correntes de esquerda – também se desenvolviam por meio das sociedades populares como mutuais e cooperativas. Essa diferença de ambiente é crucial também para avaliarmos dois cenários onde é possível encontrar anarquistas e sociedades de socorros mútuos.

O primeiro desses cenários é o da criação de seções da Primeira Internacional em países latino-americanos. Atividades continuadas de núcleos internacionalistas só existiram no México, Uruguai e Argentina a partir da década de 1870 e este último país era o único de maioria marxista, enquanto os outros dois tinham maioria anarquista. No México, bakuninistas e proudhonianos dentro do Gran Círculo de Obreros, mantinham atividades de resistência, propaganda e cooperativismo em entidades caracterizadas como “mutualistas”.³⁹ No Uruguai, a seção da Internacional se criou por meio de correspondência com o Gran Círculo mexicano em 1875, onde declaram como tarefa a realizar, entre outras, a fundação de sociedades de socorro mútuo. Esses internacionalistas do Uruguai – talvez predominantemente proudhonianos – chegavam a criticar os limites do puro socorro mútuo na década de 1880, mas é interessante verificar o nome pouco, por assim dizer, “combativo” de uma das entidades do interior filiadas, como a Sociedad Humanitaria, Agrícola, Pastoril y Obrera de Paysandú, que mantinha cooperativa agrícola.⁴⁰

O segundo cenário é o de algumas décadas adiante, quando anarquistas já têm posições mais consolidadas sobre as entidades de tipo sindical e sobre as sociedades de socorros mútuos. Os casos de dois países são interessantes para o detalhamento das posições anarquistas. Na França, o modelo da Confederação Geral do Trabalho (CGT), que se fundiu com a Federação das Bolsas de Trabalho em 1902 e, de forma geral, advogava o sindicalismo revolucionário, compreendia os sindicatos “comme une contre-société combattante plus que une contre-société communautaire, sul le modèle anglais”. Tal posição, embora não fosse exclusivamente mantida por anarquistas, forneceu o paradigma do “anarco-sindicalismo”, tal como veio a

³⁹ GODIO, Julio. *Historia del movimiento obrero latinoamericano*. San José: Nueva Sociedad, 1985. vol 1 – Anarquistas y socialistas 1850-1918, p. 60-61 e 272-275; HART, John Mason. Mexican mutualism in historical perspective. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 593-599; GROSSO, Juan Carlos. Organizaciones y conflictos laborales en Mexico a fines del siglo XIX: el caso de los trabajadores textiles de Puebla. *Anuario. Escuela de Historia*. [Rosario (Argentina)], n. 14, segunda época, 1989-1990, p. 140-142.

⁴⁰ LÓPEZ D’ALESSANDRO, *op. cit.*, p. 49-73.

ser chamado, devido à manutenção da neutralidade política e religiosa dos sindicatos e sua função básica de combate ao patronato. Teoricamente haveria pouco espaço nesse modelo para a prática do socorro mútuo nas entidades sindicais, porque o combate ao patronato deveria ser a função não apenas básica, mas única dos sindicatos. Embora seja possível atribuir esse discurso contrário à prática do socorro mútuo como resultante de motivações ideológicas condicionadas por injunções legais que separaram as sociedades de socorros mútuos do movimento operário francês, mesmo as bolsas de trabalho sindicalistas já vinham oferecendo serviços vários como a colocação de desempregados, ajuda para viagens (*viaticum*), remuneração por doença ou desemprego, etc.⁴¹

A posição da CGT francesa serviu de modelo para militantes de vários países, inclusive da América ibérica. O interessante do caso da Argentina – parcialmente reproduzido no Uruguai – é que, nesse país, anarquistas e sindicalistas revolucionários com frequência estavam em centrais sindicais diferentes, em concorrência no movimento operário. É por isso que me detenho com mais vagar nesse país para melhor explicitar algumas das diferenças relevantes para esta tese. A segunda e também efêmera Federación Obrera Argentina durou de 1894 a 1895 e, neste segundo ano, uma das onze entidades de trabalhadores a ela filiadas era a Sociedad de Socorros Mutuos y Mejoramiento Social de Trabajadores de Tolosa. É só em 1901 que o periódico *La Organización* promove uma reunião de entidades de Buenos Aires com o intuito de convocar um congresso. A pauta proposta inicialmente para esse congresso se compunha de quatro pontos, dois dos quais eram a fundação de uma bolsa de trabalho e a fundação de cooperativas. Rapidamente se realiza o congresso onde se fundaria a Federación Obrera Argentina (posteriormente “Regional Argentina”, portanto FORA), congresso onde se debate por duas vezes o socorro mútuo. Longe de ser uma decisão simples, a primeira moção aprovada

⁴¹ ROSANVALON, Pierre. *La question syndicale. Histoire et avenir d'une forme sociale*. [Paris]: Calmann-Levy, 1988, p. 77-89 (a citação proveio da p. 83); DROZ, Jacques (dir.). *História geral do socialismo*. V. 4. Lisboa: Horizonte, 1979, p. 237 e ss.; DREYFUS, Michel. Les liens entre la mutualité et le mouvement ouvrier aux XIXe et XXe siècles. CENTRE d'histoire du travail (dir.). *Mémoires des solidarités*. Ramonville Saint-Agnes: Erès, 1997, especialmente p. 57-59 (agradeço a gentileza de Benito Bisso Schmidt por me indicar e obter essa referência). Amiúde afirmo a impossibilidade de denominar a posição da CGT (e os movimentos operários aí inspirados) de “anarco-sindicalismo”. Detalho os argumentos em: SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. O anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-historiográfico. In: D'ANGELO, Ana Lúcia Velinho. (Org.). *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre: UE Porto Alegre, 1995, p. 151-159 e em *Idem*. Anarquismo e anarquistas no Rio Grande do Sul. In: FÉLIX, Loiva Otero; RECKZIEGEL, Ana Luiz. (Org.). *RS: 200 anos - Definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 277-289.

deixava às filiadas a decisão de manter caixas, mas recomendava a independência dos fundos de resistência e lembrava a existência de outras “sociedades de socorro mutuo de carácter puramente obrero”. Retomado o debate, aprova-se outra moção que reconhece o socorro mútuo como “medio ineficaz” para a resistência, mas deixava a cada entidade a decisão de mantê-lo. O segundo congresso da entidade, efetuado em 1902, já expõe divergências entre os principais grupos políticos então atuantes no movimento operário, socialistas, sindicalistas e anarquistas, mas ainda se permite adotar posições que busquem transigir com uns e outros. Além de aprovar moção favorável ao estudo das bolsas de trabalho, também adota uma resolução bastante moderada sobre o cooperativismo, ao afirmar que esse tipo de entidade poderia trazer benefícios, mais prováveis no caso de cooperativas de consumo, que eliminariam os intermediários, do que as cooperativas de produção, “medio accidental de defensa”. Mas as disputas no interior mesmo desse segundo congresso da Federação levaram à retirada de parte dos delegados que, no ano seguinte, viriam a fundar a Unión General de Trabajadores (UGT), composta basicamente por socialistas e parte dos sindicalistas revolucionários. Agora é necessário acompanhar as resoluções de cada entidade em seus congressos até sua reunificação. A ampla maioria de anarquistas na FORA levou o terceiro congresso da entidade, reunido em 1903, a declarar que todas as cooperativas eram “perjudiciales a la clase trabajadora, porque enerva[n] el espíritu de rebeldía fomentando la ambición”. Até o sexto congresso não haverá resolução diferente sobre cooperativas, ainda que socorros como as bibliotecas, escolas sociais e as bolsas de trabalho sigam atraindo as simpatias dos militantes anarquistas. Já a UGT, em seu primeiro congresso de 1903, define que a decisão sobre cooperativas ficaria a cargo das filiadas, mas o segundo congresso, no ano seguinte, já as recomenda. O terceiro congresso, celebrado em 1905 continua recomendando as “instituciones de cooperación socialista” como escolas de ação. A reunificação das entidades ocorreria em 1907 e antes disso os quarto congresso da UGT e sexto da FORA manifestam-se favoráveis à fusão, mas apenas o último volta a se referir às cooperativas. Conquanto a resolução aprovada ainda tenha o mesmo tom crítico das de anos anteriores na entidade, a posição minoritária do delegado dos sapateiros avaliava que as cooperativas não poderiam ser desconsideradas uma vez que essas formas de associação poderiam ser o “embrión de la sociedad del porvenir”. Depois da unificação e nova cisão, não mais encontrei na bibliografia posições sobre

cooperativas e mutuais entre anarquistas e sindicalistas da Argentina.⁴²

Parece evidente que não há posições unânimes entre os anarquistas sobre as práticas que aqui interessam – como também não as há entre os socialistas –, me fazendo pôr em relevo os contextos de emergência de cada texto. E tais contextos são tão relevantes que é possível encontrar, em outro momento, a mesma FORA de orientação anarquista declarar que seus grêmios não deveriam se sentir “inibidos” de constituir caixas de assistência para seus associados. Tal resolução, contudo, só é tomada em 1962, quando a entidade já estava bastante reduzida.⁴³ A percepção sobre o contexto no qual e para o qual se escreve é clara nas passagens já mencionadas de Malatesta, assim como também é para Neno Vasco, o principal divulgador de suas idéias para o público lusófono. Em um interessante capítulo de seu livro *Concepção anarquista do sindicalismo*, publicado em 1923, ele desenvolve o seguinte raciocínio: o sindicato não deve ter outras funções que a resistência, porque as práticas mutuais ou cooperativas trazem associados apenas interessados no benefício privado, que baixam seu custo de reprodução social – beneficiando o patronato – e ainda reforçam nas lideranças sindicais a burocratização e a moderação política. O autor chega a admitir componentes pedagógicos nas práticas de socorro mútuo quando fomentam “o espírito associativo e a capacidade administrativa” do operariado, mas tais elementos, mesmo importantes para o movimento operário, não devem ser exercidos pelos sindicatos. Ainda que o argumento seja o mesmo utilizado em outro momento, o tom mais incisivo dos textos publicados no Brasil em 1913 convergem com o esforço dos militantes anti-estatistas de combaterem os sindicalistas-cooperativistas que no ano anterior tinham feito um congresso. É como se, passada a premência do combate, amainassem as críticas.⁴⁴

Neno Vasco militou no Brasil na primeira década do século XX e, proclamada a república em Portugal, para lá retornou, sem perder o contato com os ativistas do

⁴² Tomei a liberdade de não referenciar a cada passo essa tentativa de síntese das posições mantidas, mas elas constam na bibliografia, especialmente nas páginas a seguir indicadas: ABAD DE SANTILLÁN, Diego. *La FORA: ideología y trayectoria*. 2 ed. Buenos Aires: Proyección, 1971, p. 84-87, 104, MAROTTA, Sebastián. *El movimiento sindical argentino: su génesis y desarrollo (1857-1914)*. V. 1. 2. Ed. Buenos Aires: Libera, 1975, p. 103, 124, 132-133, 148, 189, 181, 196, 305-306; BILSKY, Edgardo J. *La FORA y el movimiento obrero (1900-1910)*. V. 2. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1985, p. 193, 197, 202.

⁴³ LÓPEZ, Antonio. *La FORA en el movimiento obrero*. Buenos Aires: Tupac, 1998, p. 158.

⁴⁴ VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo*. [2. Ed.]. Porto Afrontamento: 1984, p. 121-124; *Idem*. Sindicalismo revolucionário – valor do mutualismo. *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15 mar. 1913, p. 3; *Idem*. Sindicalismo revolucionário – valor do cooperativismo. *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1 abr. 1913, p. 1-2.

Novo Mundo; seu texto serve de mote para a descrição das posições anarquistas no Brasil, que não eram muito diferentes das demais. Nos três congressos operários brasileiros nos quais anarquistas e sindicalistas predominavam, mutualismo e cooperativismo eram debatidos e reiteradamente criticados. No congresso de 1906, o tema 1 incluía o chamado “sindicato de bases múltiplas”, que manteria resistência, cooperativismo e “subsídio de desocupação, de doença”. A resolução do congresso qualificava os socorros de “obras secundárias”, que atrapalhariam as atividades de resistência e aconselhava que tais atividades não se efetuassem nas associações. O tema 4, que dispunha sobre a abolição de multas, avaliava que essas compunham a receita de “diversas associações de auxílios mútuos (...) que não [traziam] nenhum resultado benéfico aos trabalhadores” e, por isso, também aconselhava os operários a não fazerem parte dessas caixas patronais. Esse primeiro congresso recusa de tal forma a avaliação dos socorros que, frente ao tema 10, sobre a possibilidade de criar asilos e benefícios para inválidos, apenas argumenta que os operários não tinham capacidade de poupança “para a montagem de asilos ou hospitais...”. O segundo congresso, ocorrido em 1913, reitera várias das posições do primeiro, mas as formas realmente existentes de associação dos trabalhadores no Brasil irrompem novamente no tema 3, quando se debate sobre a possibilidade de se federarem “as associações exclusivamente beneficentes”. Possivelmente pelo fato de muitas entidades representadas no Congresso (v. abaixo) serem mutuals, a resolução apenas aconselha que as federações estaduais e locais restrinjam a filiação às associações cujo fim principal (não exclusivo) seja a resistência. Também o tema 12 aqui interessa, uma vez que ele trata das bolsas de trabalho, que são, em princípio, rejeitadas devido à imaturidade da organização operária do Brasil. E o tema 18, sobre o cooperativismo, gera a mais explícita condenação do congresso, explicável pela disputa já mencionada com os sindicalistas-cooperativistas. O terceiro congresso, em 1920, acompanha, em linhas gerais, as resoluções dos outros dois, mas com algumas nuances que merecem relevo. O tema i), sobre a “beneficência nos sindicatos”, continua sendo prática condenada, ao mesmo tempo que admite sua existência. Mas a crítica é menos incisiva quando recomenda a separação das caixas de resistência das caixas de benefícios (posição que não é diferente da legislação de 1907, cf. cap. 6), “deixando aos novos associados a liberdade de contribuir ou não para as mesmas”. Já o tema m), sobre cooperativismo, também segue sendo condenado, mas o argumento principal é o de que os fins de sindicatos e cooperativas são

diferentes, e que não deveria haver “relação funcional” (isto é, institucional) entre ambos.⁴⁵

As resoluções dos congressos são claras ao condenarem as práticas do socorro mútuo e das cooperativas, mas, da declaração ao ato, há alguma distância, como afirma incisivo Cláudio Batalha: “sabemos que discurso e prática nem sempre caminham juntos, na maioria das vezes não caminham juntos”.⁴⁶ E quando me refiro ao ato, penso no que realmente ocorria e que tipo de entidade realmente estava representada nos congressos. No de 1906, por exemplo, é provável que incluíssem socorros entidades cujos nomes parecem tanto com o de mutuais, tais como o Centro Artístico Cearense, o Centro Protetor dos Operários de Pernambuco e outras Uniões Operárias e Centros Operários então presentes. No segundo congresso operário estadual de São Paulo, reúnem-se também várias Ligas Operárias municipais em 1907, e a transcrição dos debates revela algumas divergências dos delegados sobre o subsídio em caso de greve e a instituição de cooperativas. No congresso operário estadual do Paraná, ocorrido no mesmo ano, reuniram-se a Federação Operária, duas outras entidades e “12 sociedades beneficentes”.⁴⁷ E no terceiro congresso operário brasileiro, em 1920, estavam representados a Associação (ou Aliança) dos Empregados no Comércio e Indústrias, do Rio de Janeiro, a Sociedade Operária Jaguareense, do Rio Grande do Sul, o Centro Operário de Jaú, de São Paulo, e a Associação Beneficente Irmãos Artistas e a Liga Operária de Cataguazes, de Minas Gerais. Longe dessa ser apenas uma presença nominal, é interessante verificar o relatório da Aliança dos Empregados no Comércio e Indústrias ao congresso marcadamente sindicalista. Filiada à Federação Operária do Rio de Janeiro, “visto que está de acordo com sua orientação”, sugere, entre outras medidas “manter entre todas as classes organizadas o auxílio mútuo, sem medir sacrifícios, mesmo que uma parte seja enfraquecida” e diversas medidas sobre a organização de cooperativas.⁴⁸ Essa relação real entre as entidades autorizaria Edgar Rodrigues (usualmente

⁴⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil 1889-1930*. Documentos. V. 1: o movimento operário. São Paulo Alfa-Omega, 1979, p. 48, 52 e 54; 189, 194, 198, 169, 170.

⁴⁶ BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 8, dez. 1997, p. 93.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 44-45 e 75-76, 98-101, 103-104; VALENTE, Silza Maria Pazello. *A presença rebelde na cidade sorriso*. Contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba 1890-1920. Londrina: Ed. UEL, 1997, p. 148.

⁴⁸ RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979, p. 184-185 e 180-182. Para a Irmãos Artistas como sociedade de socorros mútuos (embora a autora não qualifique assim a Liga Operária de Cataguazes), v. DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. Um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira

tão cioso da definição clara entre o que seria a militância libertária e o que seriam os desvios autoritários ou pró-capitalistas) a abordar as bases de acordo da Federação dos Trabalhadores de Pernambuco em 1920, cujo ponto 7 dispunha sobre os serviços de assistência judiciária, e farmacêutica.

O segundo congresso operário brasileiro – cujas resoluções condenam cooperativismo e socorro mútuo – é dos mais interessantes para pensar essas práticas no movimento operário, porque antes e depois dele manteve-se um jornal onde se esgrimiam argumentos, e parte da documentação do evento se preservou. Nesta, com efeito, se verificam originais de relatórios enviados e mesmo propostas de temas para discussão. A Sociedade de Socorro Mútuo Esperança e Calma, do Ceará, acabou não comparecendo, mas enviou ofício capaz de revelar a relação que mutuais pretendiam manter com o congresso e com a Confederação Operária Brasileira:

“Eu, tendo lido uma correspondência que se pronunciava sobre o fundamento do Segundo Congresso (...), fiquei profundamente compenetrado da utilidade do mesmo congresso, eu como 1º secretário de uma [a]gremiação do trabalho nesta capital, tenho o ardente desejo de tuma parte em toudo movimento que tenha por fim o progresso e a colectividade do operariado de nosso país, bem assim como tumar conhecimento das istruições do segundo congresso; pesso a V. S. em nome dessa sociedade lhe ficarei grato [sic!]”.

Na lista das entidades aderentes ou solidárias ao congresso, constam a Fênix Caixeiral, a Fraternidade e Progresso, o Centro Operário Primeiro de Maio, a Sociedade Beneficente Progressiva dos Operários em Fábricas de Tecidos, da cidade e estado do Rio de Janeiro, a Irmãos Artistas, União Operária, Liga Operária Machadense e Liga Operária Uberabense, de Minas Gerais, União Operária, União Operária Beneficente e Centro Operário Beneficente e Instrutivo, do estado de São Paulo, Centro Tipográfico Cearense e Liga Operária Cuiabana, do Mato Grosso, afora as entidades do Rio Grande do Sul sobre as quais falo mais abaixo. Posso supor, devido ao fato dos nomes não serem de “sindicatos” como previa o sindicalismo desde o Primeiro Congresso, que, se não eram todas mutuais, é provável que ainda mantivessem práticas de socorro mútuo entre seus membros ou há pouco o tivessem suprimido. Uma das que não foi mencionada acima, mas participou do Congresso, o Centro Cosmopolita, concedia socorros pecuniários, assistência médica e

República. São Paulo: HUCITEC, 1988, p. 83-84 e 214. Sobre a Federação dos Trabalhadores de Pernambuco, RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social. 1913-1922*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972, p. 289-290.

farmacêutica, além de pretender constituir cooperativas e construir e alugar imóveis para sócios. O Centro dos Trabalhadores de Passo Fundo (Rio Grande do Sul), sobre o qual não há notícias antes desse ano, informava que apenas em 29 de junho passara “à organização sindicalista” e é provável que ele não passasse de uma mudança ocasional da Sociedade Operária Beneficente dessa cidade, que existiu pelo menos entre 1909 e 1939.⁴⁹

A correspondência enviada ao Congresso é das mais interessantes, porque revela duas coisas. A primeira – e agora alerto o leitor que esta pode ser apenas uma impressão equivocada causada pela pesquisa apressada e orientada por meus interesses nessa documentação – é que as supostas sociedades de socorros mútuos explicitavam o caráter democrático de suas decisões sobre a adesão ao Congresso, algo raro, se não inexistente, nos sindicatos. Assim, a Fraternidade e Progresso oficiou que sua decisão foi tomada em assembléia geral em 14 de agosto, instância administrativa também mencionada pelo Centro Operário Beneficente e Instrutivo de Jaú. A delegação era procedimento delicado, uma vez que as entidades deveriam enviar seus representantes e, caso não pudessem, autorizar ou nomear representantes da própria cidade do Rio de Janeiro. O jornal *O Trabalho*, de Bagé, no Rio Grande do Sul, nomeia como delegado Astrogildo Pereira, um dos organizadores do Congresso, em correspondência assinada por Nicolau Tolentino Marques; mas o mesmo subscritor, encaminhando ofício pela Sociedade União Operária, da mesma cidade, desmente notícia publicada de que havia nomeado delegado, em clara demonstração de racionalidade e transparência administrativa e separação entre cargo e pessoa. O que ainda quero ressaltar é que, contrariando um pouco as previsões, sindicatos não estariam, necessariamente, mais auto-imputando-se o protagonismo da prática revolucionária que as mutuais, propensas a reformas, uma vez que a Sociedade Beneficente dos Alfaiates, de Bagé, encerra sua carta na qual nomeia colegas do Rio de Janeiro com a saudação “Almejo-vos Revolução Social”, ao passo que a entidade sobre a qual recaía a confiança da primeira, o Sindicato dos Alfaiates, propõe como tema de discussão o seguinte:

⁴⁹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Congresso Operário de 1913. Cód. 41-2-22-A e 41-2-23-A . O documento em epígrafe leva o n. 71 e o do Centro dos Trabalhadores, doc. 59, ambos no primeiro códice. A lista de entidades aderentes ou solidárias está em PINHEIRO, HALL, *op. cit.*, p. 182-186 e as informações sobre o Centro Cosmopolita está em CONJUNTO Universitário Cândido Mendes. Centro de Memória Social Brasileira. *A assistência médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para sua história no período de 1870-1945*. Rio de Janeiro; Centro de Memória Social Brasileira; 1980, p. 327-328.

“9. Podem as organizações sindicalistas incluir em seus programas internos, sem quebra de seus princípios, o auxílio mútuo a seus associados em caso de doença ou crise econômica e a título de propaganda incluir nesses programas a diversão coletiva, como sejam festas, espetáculos, bailes, excursões, etc. etc.?”

Esta proposta – no máximo sintetizada na pauta de debates do Congresso – não pode ser simplesmente interpretada como vacilação nas posições sindicalistas dos militantes do Rio de Janeiro, mas como tentativa de manter certa estabilidade nas entidades dirigidas por esses militantes, tal como o relatório da entidade tenta argumentar, ou, até mesmo, satisfazer estratégias privadas, como venho argumentando nesta tese. Com efeito, a Sociedade Beneficente e Progressiva dos Empregados em Fábricas de Tecidos, do Rio, adere inicialmente ao Congresso e depois se retira, mas não por quaisquer divergências. Ocorreu que a adesão foi feita por lideranças assumidamente sindicalistas que apenas usavam “o manto da Beneficência”, mas o sindicato da categoria se constituiu e a entidade avaliou que ele deveria representar os trabalhadores. Não obstante, não há menção de que o “manto da Beneficência” tenha deliberado sua auto-extinção.⁵⁰

A melhor demonstração de que as afirmativas textuais combatendo cooperativas e socorros não podem ser tomadas como retratos de como realmente estavam organizados os militantes anarquistas e sindicalistas pode ser vista no acompanhamento da coleção do jornal *A Voz do Trabalhador*. Editado no Rio de Janeiro entre julho de 1908 e dezembro de 1909, e retomado entre janeiro de 1913 e junho de 1915, pretendeu ser um informativo nacional do movimento operário sob orientação sindicalista. Na primeira fase do jornal, a tentativa baldou-se devido à inconstância das informações e artigos enviados, como amiúde os editores reclamavam. Na segunda fase, talvez estimulada pelo Segundo Congresso Operário, a rede de informações parece funcionar melhor. Em ambas as fases, artigos de combate aos socorros e cooperativas dividem espaço com posições favoráveis ou apenas constatando sua existência. Em um mesmo número de agosto de 1908, publica-se um artigo do anarquista Eliseo Reclus contrário às cooperativas e uma propaganda de uma chapelaria

⁵⁰ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Congresso Operário de 1913. Cód. 41-2-22-A, doc. 24, 25, 26, 13 e 60. Em envelope avulso com a inscrição “s/valor” no mesmo códice aparece a proposta do Sindicato dos Alfaiates, transcrita; e seu relatório, onde argumenta em favor de benefícios foi publicado em PINHEIRO, HALL, *op. cit.*, p. 147. A transcrição da nomeação de Astrogildo Pereira como delegado do jornal de Bagé foi também publicada em PETERSEN, *Guia...*, *op. cit.*, p. 90-91. O ofício da Sociedade Beneficente e Progressiva dos Empregados em Fábricas de Tecidos está em: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Congresso Operário de 1913. Cód. 41-2-22-A, doc.

cooperativada em Lisboa. Tempos depois, segue um artigo crítico ao último, mas a Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros, do Rio de Janeiro, não apenas continua mantendo sua cooperativa, como a propagandeia nas páginas do jornal. Na segunda fase, abundam os artigos contrários ao cooperativismo – cujo principal argumento é sua incapacidade de concorrência com os empreendimentos capitalistas – e à central sindicalista-cooperativista (Confederação Brasileira do Trabalho), mas causa surpresa um artigo laudatório aos socorros do Grêmio e Caixa dos Maquinistas da Marinha Civil, seguido de uma Nota da Redação que critica essa prática. Mas é como se a repetição do mesmo argumento não satisfizesse sequer os que dele já estavam convencidos, uma vez que, para reforçar sua posição, os editores publicam uma nota sobre o Congresso da União Livre dos Sindicatos Alemães (Freie Vereinigung Deutscher Gewerkschaften) que faculta a seus filiados a adesão a cooperativas de consumo, e veta as de produção.⁵¹

Sheldon Maram, em texto do início dos anos 1970, acreditava que uma caracterização da ação dos anarquistas no Brasil poderia prescindir do estudo dos casos do Sul, que pouco diferiam dos casos do Rio de Janeiro e São Paulo. Mas, pelo menos no que concerne às decisões do Segundo Congresso Operário sobre os socorros, algumas posições da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) foram algo diferentes das do movimento operário no Sudeste.⁵² O primeiro tema da terceira sessão, indagando sobre a possibilidade dos sindicatos de resistência aceitarem também “o subsídio de desocupação, de doença ou de cooperativismo” foi dos mais debatidos, principalmente porque poderia levar à revisão da resolução do Primeiro Congresso, que não o recomendava, embora facultasse sua manutenção dada a autonomia dos membros da Confederação. A moção aprovada ratificou a resolução do Primeiro Congresso – ressalvada a parte sobre cooperativismo, que mereceu outra moção – mas os delegados terçaram argumentos, demonstrando que não era tema desinteressante aos que se reuniam. Além de quatro declarações de voto contrárias à revisão da declaração do Primeiro Congresso, que usavam de qualificações aos socorros que variavam de um ameno “contraproducente” aos incisivos

87.

⁵¹ Todos os artigos são d’*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, respectivamente: 15 ago. 1908, p. 1 e 4; 22 nov. 1908, p. 2; 17 abr., p. 4; 22 jul., p. 4; 3 ago., p. 4; 30 ago., p. 4; 9 dez. 1909, p. 4 (sobre a cooperativa de chapeleiros); 15 fev., p. 2; 15 mar., p. 3; 1 abr., p. 1-2; 1 maio, p. 3; 1 jun., p. 1; 15 out., p. 1 e 2; 1 nov., p. 1, 15 nov. 1913, p. 2; 1 fev., p. 1; 1 maio, p. 3; 5 jul. 1914, p. 3.

⁵² MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 11; SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *A Confederação*

“nocivo” e “pernicioso”, três outras moções foram apresentadas, duas das quais admitindo os socorros. A que o recusava provinha da Fraternidade e Progresso, que considerava que as caixas de beneficência seriam um “centro de esmola”. O representante da Associação das Artes Gráficas de Manaus, um militante do Rio de Janeiro sobre o qual ignoro se atendia ao que lhe delegara a entidade ou atendia a suas próprias convicções, apresentou moção que, formalmente, não revisava a resolução do Primeiro Congresso, sobretudo por recomendar apenas a caixa de resistência, mas insistia no fato de que o principal era a organização dos trabalhadores e considerava válidos os meios para implementar a “propaganda associativa”. Já a delegação da FORGS propõe um modelo próximo ao da lei de 1907, com caixas de beneficência separadas das caixas gerais dos sindicatos, que não seriam obrigatórias aos sindicalizados, tampouco proibidas, apenas permitidas. A delegação da FORGS também se pronunciou favorável à padronização de estatutos – e também foi derrotada – e, caso se tenha pronunciado sobre bolsas de trabalho, tema no qual tinha alguma experiência, sua declaração não foi publicada devido à “larga discussão” ocorrida.⁵³

Poder-se-ia pensar que as posições defendidas pela FORGS no Congresso não fossem de uma típica entidade sindicalista, portanto não-estatista. Com efeito, dois de seus delegados, Lucídio Marinho Prestes e Luiz Derivi, eram militantes de Porto Alegre que poucos anos antes haviam mantido relações estreitas com o grupo socialista da cidade, e o primeiro seguiria mantendo. Ademais, é só no final dessa década de 1910, passada uma crise interna depois da qual se consolidou na FORGS a hegemonia anarquista e/ou sindicalista, que os militantes se referirão à entidade como entrando “em nova fase” e chegando a usar o termo “anarco-sindicalista”.⁵⁴ Nesse caso, mesmo a Bolsa de Trabalho da FORGS, implementada no começo de 1912 e que existiu pelo menos até agosto de 1913, conforme o relatório

Operária Brasileira e o Rio Grande do Sul (1913-1915). *Logos*. Canoas, v. 7, n. 1, p. 45-54, 1995.

⁵³ Os debates referidos foram publicados n’ *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1 out. 1913, p. 3-4.

⁵⁴ João Batista MARÇAL (*Primeiras lutas...*, *op. cit.*, p. 20) menciona 1910 como momento de ruptura na hegemonia política da FORGS, quando sua direção passou dos socialistas para os anarquistas, mas, desde a dissertação de Jorge Luiz Pastoriza JARDIM (*Comunicação e militância. A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*). Porto Alegre, dissertação de mestrado em História-PUCRS, 1990, p. 99) a bibliografia tem reavaliado paulatinamente essa interpretação, indicando a continuidade dos vínculos dos socialistas com a Federação (p. ex.: BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, p. 77 e ss.). Para a “nova fase”, v. *O Sindicalista*. Porto Alegre, 1 abr. 1919, p. 2 (APERGS). Para o uso do termo “anarco-sindicalista” nas memórias de um militante, v. GERTZ, *Memórias...*, *op. cit.*, p. 126.

da entidade à Confederação Operária Brasileira, mesmo essa “Bolsa de ocupações” não poderia ser atribuída a influências anarquistas ou sindicalistas. Os poucos números dessa atividade no primeiro mês de sua existência revelam que, ao contrário da expectativa de uma bolsa de trabalho em que a oferta supera a demanda – uma vez que aqueles que ofertam seu trabalho pertencem à base social da Federação Operária, o que não ocorre com os que demandam – houve 43 ofertas de emprego, 8 trabalhadores anunciaram sua procura e pelo menos 17 foram colocados.⁵⁵

Sim, talvez haja motivos para crer que as posições da FORGS naquele momento resultassem de um pacto de transigência com os socialistas que ainda estavam na entidade, mas essa interpretação só é possível se for ignorado o que era a principal associação a protagonizar a atividade anarquista em Porto Alegre, a União Operária Internacional. Criada no começo do século XX – e os registros que dão suporte à bibliografia variam o ano de sua criação entre 1902 e 1906 – a União Operária Internacional tem sido interpretada, com base nos relatos dos próprios militantes anarquistas, como uma associação por meio da qual atuavam os militantes desse ideário, que “fizeram [dela] campo de ação para desenvolverem sua propaganda”. Mais recentemente, considerando as disputas políticas no movimento operário, Benito Schmidt interpretou-a a como “um campo de alianças e de conflitos, onde digladiavam-se socialistas e anarquistas”. Mesmo correta a interpretação, há que se considerar que os principais militantes anarquistas de Porto Alegre provinham de seu quadro de membros, e suas posições não raro combatiam as da principal liderança socialista, Francisco Xavier da Costa, que chegou a ser recusado como sócio em primeira discussão. Mas o que era a entidade? Ao contrário da interpretação de Jorge Jardim, que a qualifica como “braço sindical” de um grupo anarquista, não posso concebê-la como tal, porque seus sócios não precisavam pertencer à mesma profissão e nunca encontrei registros de que ela liderasse greves ou negociasse com o patronato. Talvez fosse um clube político de anarquistas – e certamente o era depois de sua reorganização em 1917 –, mas, mesmo que os redatores do importante jornal *A Luta* pudessem ser encontrados entre os membros da *Internacional*, o periódico só viria a aparecer institucionalmente ligado à entidade em 1918, quando

⁵⁵ Os números constam em: *O Diário*. Porto Alegre, 25 fev., p. 4; 1. mar., p. 3, 17 mar., p.2, 31 mar. 1912, p. 1 (MCSHJC). A parte do Relatório da FORGS ao Segundo Congresso Operário que fala na “Bolsa do Trabalho” foi publicado em: PETERSEN, LUCAS, *op. cit.*, p. 170. O jornal da FORGS *A Voz do Trabalhador* (Porto Alegre, 11 ago. 1912, p. 4 – NPH) disse que estava publicando o movimento da Bolsa naquela data, mas não o fez.

publica alguns números, ao contrário de seu papel marcante entre 1906 e 1911.⁵⁶

É verdade que toda classificação simplifica a realidade, mas assinalo que a existência da União Operária Internacional por cerca de 15 anos – o último registro que dela encontrei é de 1920, uma vez que em 1922 viria a ser criado um centro de propaganda libertária que se referia à “antiga” entidade – talvez tenha sido possível por ser ela uma sociedade que mantinha práticas de socorro mútuo. Não há muitas evidências para assim concebê-la, mas elas existem. Em primeiro lugar, o jornal da entidade em 1918 afirma ser ela “a mais antiga associação operária de Porto Alegre”, que contava 30 anos. Ressalvada a possibilidade do erro tipográfico, que a levaria a herdar apenas a memória da Liga Operária Internacional – como já visto acima, entidade que mantinha práticas de socorro mútuo –, os 30 anos mencionados fariam da União Operária Internacional a continuadora da União Operária, já existente em 1888 e que também era sociedade de socorros mútuos. Mas a suposição parece mais verossímil quando se verifica que o lema da entidade era “Um por todos e todos por um”; em 1907, o jornal *A Luta* noticia e saúda o 4º Congresso da UGT argentina – sindicalista e não anarquista, portanto tolerante à prática de socorro mútuo –; em 1908, quando da cerimônia de batismo do estandarte da União dos Pedreiros, consta a presença de um orador da “Beneficência União Internacional”; e, em 1912, a entidade contava com o “grupo beneficente n. 1” que atendia a sócios doentes. Esses dois últimos casos já teriam ocorrido depois dos anarquistas ganharem “acentuada preponderância” na entidade e, se bem observado, a constituição de grupos beneficentes no interior das entidades não é proposta diferente daquela defendida pela FORGS no Segundo Congresso Operário, o que me autoriza a afirmar a inexistência de restrições dos anarquistas e sindicalistas de Porto Alegre às práticas de socorro mútuo.⁵⁷

⁵⁶ O relato dos anarquistas de Porto Alegre consta em: *A Vida*. Rio de Janeiro, 31 dez. 1914, p. 14, de onde também extraí o trecho citado. Os anos de sua criação, que variam de 1902 a 1906 aparecem em: PETERSEN, “*Que a União..*”, *op. cit.*, p. 140-141; MARÇAL, *Primeiras lutas...*, *op. cit.*, p. 91; *O Diário*. Porto Alegre, 14 jan. 1912, p. 4 (MCSHJC). A interpretação citada de Benito SCHMIDT (*O patriarca..*, *op. cit.*) está na p. 191. A recusa de filiação de Xavier da Costa à União Operária Internacional está nos textos agora referenciados de PETERSEN, p. 167-168 e SCHMIDT, p. 191-192. A interpretação de JARDIM (*op. cit.*) sobre a União Operária Internacional e seu vínculo com o jornal *A Luta* está nas p. 96 e 113. A reorganização da União Operária Internacional é mencionada em: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 21 jul. 1917, p. 2: “destina-se unicamente à propaganda de idéias de emancipação operária” (MCSHJC).

⁵⁷ Para os últimos registros da União Operária Internacional, v. [LONER, Beatriz]. 3º Congresso Operário Brasileiro – Relato de Santos Barboza. *História em Revista*. Pelotas, v. 4, dez. 1998, p. 147 e sua referência como “antiga” e extinta associação, *Der freie Arbeiter*. Porto Alegre, 10 jun. 1922, p. 4 (FREG). O artigo que menciona os seus 30 anos está em *A Luta*. Porto Alegre, 1º maio

Se a principal entidade a congregar anarquistas em Porto Alegre mantinha práticas de socorro mútuo, não há razões para crer que a FORGS, mesmo depois da entrada de militantes anarquistas e sindicalistas, apenas tolerasse essas práticas. É mais provável que as considerasse normais, uma vez que seu relatório à Confederação Operária Brasileira em 1913 indicava como associadas a própria União Operária Internacional, a União Tipográfica – que no começo de 1912 reformara seu “sistema beneficiário” e mantinha dois grupos beneficentes – o Allgemeiner Arbeiterverein, já mencionado, e, na cidade de Montenegro, a União dos Trabalhadores, que era possivelmente a mesma a União Operária daquela cidade. Isso também se confirma pela entrevista concedida a um jornal do Rio de Janeiro, quando os delegados do Rio Grande do Sul admitiram a existência de grupos beneficentes no interior das entidades.⁵⁸

Como a FORGS, na prática, representava apenas as associações de Porto Alegre, uma vez que a delegação de entidades do interior nas reuniões era feita por militantes residentes na cidade-sede da Federação, não se deve generalizar para todo o Rio Grande do Sul a sua posição. Com efeito, os militantes de Pelotas no Congresso de 1913 recusaram totalmente o mutualismo e o militante Zenon de Almeida, então radicado no Rio de Janeiro, mas ligado ao movimento operário rio-grandense, também o critica em conferência proferida em festividade. Ainda em 1914, um artigo proveniente de Bagé tecia críticas a entidades daquela cidade pelo simples fato de serem sociedades de socorros mútuos. Lebindo Vieira assinalava que não pertencia nem à União Operária, tampouco à Liga Operária e relata um pouco do transcurso das entidades. A primeira se compunha de trabalhadores mas seus dirigentes eram “patrões e doutorecos”. Em maio de 1913, um grupo de operários venceu as eleições para a diretoria e os antigos dirigentes do “bloco patronal, despeitado[s] com a derrota” cindiram-se para criar a Liga Operária. O interessante da crítica feita inclusive à União Operária é que a entidade volta a ser objeto de comentário alguns anos depois. O grupo anarquista ou sindicalista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

1918, p. 3 (AMORJ). As referências de 1907, 1908 e 1912 estão, respectivamente, em: *A Luta*. Porto Alegre, 3 fev. 1907, p. 4 (NPH); *Echo do Povo*. Porto Alegre, 17 set. 1908, p. 1; *O Diário*. Porto Alegre, 14, p. 4 e 16 jan. 1912, p. 1, onde se menciona o lema (MCSHJC). A “acentuada preponderância” dos anarquistas da entidade é a expressão usada no relato publicado em *A Vida*. Rio de Janeiro, 31 dez. 1914, p. 14.

⁵⁸ O Relatório da FORGS com as filiadas e a entrevista foram publicados em PETERSEN LUCAS, *op. cit.*, p. 168 e 174. A informação sobre socorros na União Tipográfica está em: *O Diário*. Porto Alegre, 23 jan. 1912, p. 2 e 21 abr. 1912, p. 2. Sobre a União Operária de Montenegro como filiada à FORGS, v. *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15 ago. 1913, p. 4.

daquela cidade avaliava em 1919 que a União Operária não poderia ser espezinhada, talvez por ser eficiente sociedade de socorros mútuos:

“O prestígio que goza essa associação no seio do operariado bageense dispensa-nos de comentários que venham a exaltar sua utilidade, pois é sabido que ela em todos os tempos tem merecido a preferência dos trabalhadores fiéis, por ser um teto onde se conjugam as necessidades obreiras e se defendem os interesses extorquidos”.⁵⁹

Posso afirmar que a recusa dos militantes anti-estatistas às práticas de socorro mútuo não era uma questão de princípios, mas conjuntural: o texto propagandístico é escrito com o objetivo de manter o jornal operário ou obreirista com “mensagens atualizadas, [podendo ser] lido bastante tempo depois de editado” e, com isso, a reiteração de posições a orientarem a conduta dos leitores tem objetivo diferente da avaliação das relações efetivamente constituídas entre as entidades.⁶⁰ Dessa forma, se pode compreender a distinção entre as posições explicitadas pelos militantes anarquistas e sindicalistas e aquilo que foi fácil encontrar no Rio Grande do Sul, como a avaliação positiva da União Operária de Bagé ou a imensa rede de contatos que a FORGS mantinha em 1913 com diversas entidades, inclusive de socorros mútuos. É patente que a aspereza do artigo de Lebindo Vieira n’*A Voz do Trabalhador* deveu-se muito ao fato do jornal haver publicado em número anterior a diretoria “patronal” da Liga Operária, que escreveu para a Confederação possivelmente para manter relações que já se acostumara a manter mesmo com militantes anti-capitalistas.

Quando falo da facilidade de encontrar relações dos sindicalistas e anarquistas com mutuais e práticas de socorro mútuo, penso, por exemplo nas representações aos congressos operários estaduais do Rio Grande do Sul na década de 1920, todos com orientação sindicalista ou nas filiações à FORGS também desse período. No Segundo Congresso estadual, ocorrido em 1920, a União Operária de Bagé quis se fazer presente e delegou sua representação a um militante de Porto Alegre, que a recusou por “desconhecer a orientação daquela

⁵⁹ Como já dito, os debates do Congresso estão em: *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1 out. 1913, p. 3-4. A conferência de Zenon de Almeida, encomendada pelo Sindicato dos Sapateiros do Rio de Janeiro foi publicada no mesmo jornal em 1 abr., p. 2, 5 set, p. 4 e 1 out. 1914, p. 4 e ainda reproduzida em MARÇAL, *Os anarquistas...*, *op. cit.*, p. 183-196. O artigo de Lebindo Vieira foi publicado n’*A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1 abr. 1914, p. 3, e o comentário de anos depois consta em *A Dor Humana*. Bagé, n. 2, 11 out. 1919, p. 3 (AMORJ). O mesmo jornal, em seu número anterior (4 out. 1919, p. 4) afirmava sobre a União Operária: “A diretoria desta sociedade reúne-se o 2º domingo de todos os meses, como Sociedade Beneficente forma de fato às aspirações dos trabalhadores [sic]!”.

⁶⁰ Para a imprensa operária (e obreirista), valho-me da análise de JARDIM, *op. cit.*, p. 149.

União”. A pretensão da associação de Bagé não era descabida, quando se verifica, no relatório da FORGS ao 3º Congresso Operário Brasileiro, que a ela eram filiadas as Uniões Operárias de Vacaria, de Cruz Alta e a de Uruguaiana. No 3º Congresso Operário estadual, aderiram as União Operária de Alegrete, Sociedade União Operária de Rio Grande e Liga Beneficente dos Pintores, de Porto Alegre. Neste congresso, os militantes da UGT de Bagé voltam a qualificar a União Operária daquela cidade de “amarela”, pedindo não serem com ela confundidos. Já o 4º Congresso estadual, em 1928, tem representações da União Operária Beneficente de Cacequi e da União Operária Beneficente de Alegrete.⁶¹

Neste mesmo 4º Congresso, o delegado da UGT de Uruguaiana, referido apenas como “Pinto” faz dois interessantes pronunciamentos. O mais vistoso é o de uma longa proposta que condena o sindicalismo, em qualquer de suas formas – inclusive o da FORA argentina –, em benefício de uma “organização moldada pelos métodos bakuninianos que, segundo ele, foram experimentados em 1870 e, mais tarde, desviados de sua rota inicial por elementos sindicalistas”. Essa proposta esquerdista poderia ser interpretada como mais eficiente quando o relato do mesmo militante sobre a organização em sua cidade dá conta de que a UGT de Uruguaiana tinha “um dos mais sólidos e confortáveis edifícios sociais, cujos associados lutam agora pela aquisição de uma tipografia...”.⁶² As UGT’s se constituíram no Rio Grande do Sul em meio à disputa política que rachou a FORGS em 1918, quando anarquistas e sindicalistas foram expulsos por um bloco reformista próximo do Partido Republicano. A UGT de Porto Alegre, se não era composta exclusivamente de anarquistas, estava em sua órbita política e é provável que o mesmo ocorresse em outras cidades onde se criaram homônimas, inclusive onde se publicaram jornais. Assim, a UGT de Rio Grande editou o jornal *O Nosso Verbo*, a UGT de Santa Maria publicou o *Folha do Povo* e a UGT de Bagé era responsável pelo *A Dor Humana*. As referências à UGT de Uruguaiana datam de 1921, momento sobre o qual Edgar Rodrigues teria dito que editava o jornal *A União*, periódico qualificado em 1921 pela FORGS (novamente sob orientação sindicalista a partir do final de 1918) como libertário. Infelizmente, não sobreviveram exemplares desse ano de 1921, mas alguns números do *A União* dos anos de 1919 e 1920 indicam o que pode ter ocorrido. Nessa época, o jornal pertencia à Sociedade Beneficente União dos Artistas, uma

⁶¹ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 41, 48-49, 51, 72; [LONER], *op. cit.*, p. 146.

⁶² RODRIGUES, *op. cit.*, p. 73-75.

sociedade de socorros mútuos quase como outras existentes. Não encontrei registros sobre a entidade anteriores a 1919, mas é provável que a entidade referida como União Operária em Uruguaiana, pelo relatório da FORGS em 1913, fosse a mesma ou sua antecessora. Em 1909 chegou a existir na cidade um efêmero jornal chamado *O Artista*, mas não consta ser ele de propriedade da União dos Artistas. A distância entre esse período do jornal e propostas sindicalistas pode ser evidenciado pela crítica feita pelo jornal da UGT de Santa Maria pelo fato de *A União* posicionar-se favorável a um candidato à Intendência Municipal.⁶³ Outros artigos do jornal também evidenciariam essa distância. Como previsível, há muito espaço dedicado à divulgação dos avisos da entidade, sua diretoria e resoluções, e por meio destes, é possível verificar que a União dos Artistas não diferia muito de outras sociedades de socorros mútuos: traz avisos de cobranças de mensalidades atrasadas, louva o Clube Caixeiral da cidade por dispender recursos no pagamento de socorros e, ao trazer a nominata de diretoria, nos permite verificar que, de 7 membros, 4 foram reeleitos, o que indica a provável inexistência de grandes alterações nos quadros de membros quando da publicação do jornal. A posição política do jornal – e, ao que se supõe, da entidade – também transparece em textos despreocupados das grandes questões relacionadas à luta de classes, ou, quando muito, indicam um moderado reformismo, como é de praxe em sociedades de socorros mútuos. Então, o jornal louva a iniciativa de alfaiates que iriam constituir uma associação própria que teria por fim a prática do esporte e apóia projeto de lei regulamentando as 8 horas de trabalho, porque viria a “equilibra[r] os interesses de empregados e patrões”, posições que não seriam improváveis quando se verifica que o presidente da União dos Artistas era proprietário de uma oficina mecânica, o tesoureiro, de uma alfaiataria e um dos diretores, de uma marmoraria. Às vezes aparece o mesmo tipo de comentário, em tom de crônica de costumes, semelhante aos que aparecem cerca de 25 anos antes em jornais socialistas de Porto Alegre, como a *Gazetinha*. Dessa forma, criticam o preço da carne, reclamam das “hordas de moleques (...) jogando as

⁶³ Para a UGT de Porto Alegre e o racha da FORGS, v. SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A Greve Geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 5, p. 183-205, 1996. Para o jornal *O Artista*, em Uruguaiana, v. *Echo do Povo*. Porto Alegre, 18 jun., p. 3 e 11 out. 1909, p. 2; A informação de que o *A União* pertencia à UGT de Uruguaiana, também utilizada por JARDIM, *op. cit.*, p. 116 e PETERSEN, *Guia...*, *op. cit.*, p. 92, provém de Edgar RODRIGUES (*Trabalho e conflito – Pesquisa histórica 1900-1935*. S.n.t, p. 299), mas é provável que isso apenas tenha ocorrido em 1921, ano do único exemplar inventariado pelo autor (cf. RODRIGUES, Edgar. *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997, p. 44). Com respeito às referências ao jornal feitas pelo *O Syndicalista* (da FORGS) e o *Folha do Povo* (da UGT de Santa Maria), JARDIM, *op. cit.*, p. 116.

‘bolitas’, botões, futebol, etc., impedindo assim o trânsito público”, apóiam a norma municipal que obrigava a caiar as casas, e pedem fiscalização sobre águas sujas atiradas à rua.⁶⁴ O “sólido e confortável” prédio da UGT da Uruguaiana mencionado por Pinto não deveria ser outro que aquele que era da União dos Artistas.

Mas como poderia uma sociedade de socorros mútuos se transformar em grupo anarquista de orientação bakuninista? Infelizmente, não saberia responder na falta de melhores fontes, mas o próprio jornal *A União* indica o que poderia estar ocorrendo. Na prática, o jornal permite delinear um retrato dos diferentes interesses que procuram um periódico de uma sociedade de socorros mútuos para sua divulgação por ser ele um recurso valioso para grupos políticos, ao lado dos imóveis e das finanças de uma mutual. E é o que parece ter ocorrido na União dos Artistas, uma vez que, ao lado de posições moderadas ou reformistas, aparecem no jornal textos e notícias que indicam a atividade militante de anarquistas na cidade. Existem textos de Bakunin, Kropotkin e Sebastian Faure; textos de prováveis militantes locais com expressões como “campanha libertária” contra os “perseguidores e sugadores de nosso labor cotidiano”; listas de jornais libertários brasileiros; manifestos de deportados; apoio ao boicote da FORGS contra o jornal *Correio do Povo* e mesmo uma letra algo modificada do hino anarquista *Hijos del Pueblo*, em homenagem a grevistas paraguaios. Esse último hino foi publicado pouco depois da chegada, proveniente do Paraguai, do militante Emilio Goltz, mas não é com ele que se inicia a publicação desse tipo de texto, e sua presença talvez não tenha feito mais que somar forças a um grupo de anarquistas já atuantes, uma vez que manifestos da Federação Operária são publicados e se inicia uma intensa campanha de associação de categorias profissionais, que denominam suas entidades, tal como também ocorria em Corumbá, de “grêmios”.⁶⁵ Então, em 29 de maio de 1920 já se publicam convites e notícias de reuniões dos grêmios de pedreiros, alfaiates, tipógrafos, estivadores, pintores e marmoristas, mecânicos, ferreiros e eletricitas, carpinteiros e marceneiros, e de

⁶⁴ As referências aos artigos do jornal estão, respectivamente em: *A União*. Uruguaiana, 22 nov. 1919, p. 4; 8 nov. 1919, p. 3-4, 1 nov. 1919, p. 2 e 4; 18 out. 1919, p. 3; 18 out. 1919, p. 3-4; 1 nov. 1919, p. 1; 29 maio 1920; 18 out. 1919, p. 3; 1 nov. 1919, p. 4; 8 nov. 1919, p. 2; 6 dez. 1919, p. 1 (AMORJ). Para comparação com a *Gazetinha*, MAUCH, Cláudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: ___ et al. *Porto Alegre na virada do século XIX*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade-UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994, p. 9-24.

⁶⁵ *A União*. Uruguaiana, 18 out. 1919, p. 2-4, 1 nov. 1919, p. 2; 22 nov. 1919, p. 2-3; 6 dez. 1919, p. 2; 8 nov. 1919, p. 4; 20 dez. 1919, p. 2 (AMORJ). Sobre grêmios em Corumbá: OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Movimento Operário no Sul de Mato Grosso: avanços e recuos dos trabalhadores do Rio Paraguai – 1917-1926*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, PUCRS, 2000.

sapateiros e aparadores na sede da União dos Artistas. É claro que algumas das notícias indicam que as reuniões iniciais foram frustradas por falta de comparecimento, mas a intensa atividade de associação profissionalmente diferenciada tornaria verossímil a informação de Edgar Rodrigues de que o jornal já em 1921 pertenceria à UGT de Uruguaiana: é provável que União dos Artistas e seu jornal tenham sido “colonizados” por anarquistas ou sindicalistas ligados à atuação da Federação Operária, que, não obstante, ainda podiam manter o *A União* inclusive com publicidade.⁶⁶

Neste ponto, já é possível uma tentativa de sistematização das relações de anarquistas e sindicalistas com as práticas de socorro mútuo. A mais reportada pela bibliografia é a posição de recusa dessas práticas, uma posição aparentemente de limitado alcance no movimento operário do Rio Grande do Sul. Com exceção da experiência das cooperativas da década de 1910 no estado, combatidas pela FORGS como disfarce para “trusts”, a recusa das práticas – semelhante ao que ocorria no resto do Brasil – “estava mais presente no discurso, pois diversas sociedades ‘de resistência’ continuaram a prestar alguns dos auxílios das sociedades mutualistas”. Então, o efêmero Sindicato dos Operários Alfaiates, criado em 1906, dizia ter nascido “dos escombros da extinta União Protetora dos Alfaiates”, entidade “fundada em moldes não perfeitos e viciosos” que, depois de três anos de “inação”, acabou. Não há dúvida de que aí há crítica às práticas e sociedades de socorros mútuos, mas sou capaz de afirmar que os militantes do Rio Grande do Sul não faziam da recusa o ponto forte de sua posição, porque o mesmo texto contemporiza sobre as razões da extinção da União Protetora: “É bom que se diga: [acabou] não por inaptidão de seus organizadores, mas sim por desconhecer-se então a organização operária pelo moderno sindicato”.⁶⁷

⁶⁶ RODRIGUES, *Pequena...*, *loc. cit.* menciona a publicidade no jornal em 1921.

⁶⁷ Para as cooperativas no Rio Grande do Sul, ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Associações rurais, sindicatos agrícolas e cooperativas. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre (PUCRS), v. XXII, n. 1, p. 103-119, jun. 1996; BAK, Joan Lamaysou. *Some antecedents of corporatism: State economic intervention and rural organization in Brazil. The case of Rio Grande do Sul (1890-1937)*. s/l: tese de doutoramento (PhD)-Yale, 1977. Para a posição da FORGS, v. *Echo do Povo*. Porto Alegre, 24 nov. 1913, p. 4 (MCSHJC). Assinalo que o combate a essas cooperativas para-oficiais não se teria estendido a todas as cooperativas, uma vez que o jornal anarquista *Der freie Arbeiter* (Porto Alegre, 13 mar. 1922, p. 4) tentou ser editado por uma entidade desse tipo e mesmo viria a apoiar a criação de cooperativas rurais (3 fev. 1923, p. 6-7).

A interpretação citada sobre a recusa às práticas de socorro mútuo é de: BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 15-16. Refiro-me ao Sindicato dos Operários Alfaiates como efêmero, porque, depois de 1907, quando talvez tenha editado apenas um número de seu jornal, não há mais informações sobre a entidade, a despeito do

Embora a nova entidade dos alfaiates, ao que se supõe, recusasse as práticas de socorro mútuo, não pensavam seus militantes que isso indicasse posições políticas, ou mesmo o “caráter” das lideranças. De certa forma, ocorria uma despolíticação das práticas de socorro mútuo, que permitiria que anarquistas e sindicalistas as tolerassem, ou as considerassem normais nas entidades. Tal é a posição da FORGS no Segundo Congresso Operário Brasileiro, da União Operária Internacional, ao admitir a constituição de grupos beneficentes internos, ou mesmo da União dos Pedreiros. A última entidade, criada em 1906, tinha, em setembro de 1908, entre 100 e 200 sócios; em fevereiro de 1912 organizava mais de 600 trabalhadores; em agosto de 1913, tem 1400 associados, representando 42,68% dos associados à Federação Operária. É difícil dizer se esse crescimento de 133% em um ano e meio teve alguma relação com a tentativa de criar uma União Beneficente dos Pedreiros em junho de 1911 – aparentemente abortada – e a criação de um grupo beneficente interno em junho de 1912, mas é patente que a entidade contava com anarquistas e sindicalistas em seus quadros de membros e tinha peso considerável na direção da Federação Operária durante período sindicalista. Um pouco antes da greve geral de 1917, quando o então Sindicato dos Pedreiros muito se empenhou em sua convocação, divulgava a sua caixa beneficente, aberta “a todas as classes”, que prestaria socorros em caso de doença. Para integrar a caixa, contudo, era necessário ser sócio de alguma entidade filiada à FORGS.⁶⁸ O Sindicato dos Condutores de Veículos à Tração Animal, em Rio Grande, que funcionou entre 1916 e 1917, assumia-se como estando organizado “pelas normas estabelecidas pelo Sindicalismo revolucionário”, incluindo como meios de ação a sabotagem e o boicote, e definindo a rotatividade da direção em assembleias gerais. Mas o seu Estatuto também incluía o regulamento da Caixa de Socorros, destinada a indenizar os membros pela morte ou doença de animais e carroças inutilizadas. O que seria apenas uma atitude tolerante com respeito à prática de socorros ganha mais relevo quando se vê que é no Regulamento da Caixa de Socorros, e não no Estatuto do Sindicato, que se definem os procedimentos em caso do “associado [ser] admoestado por qualquer autoridade, pública ou social, pelos maus tratos que por acaso possa dar aos animais” – fazendo

que foi publicado e citado em: *O Alfaiate*. Porto Alegre, 12 out. 1907, p. 4 (NPH).

⁶⁸ As informações provêm, respectivamente, de: *Echo do Povo*. Porto Alegre, 17 set. 1908, p. 1; *O Diário*. Porto Alegre, 21 jan. 1912, p. 1; PETERSEN, LUCAS, *op. cit.*, p. 168; *Echo do Povo*. Porto Alegre, 15 jun. 1911, p. 2; *O Diário*. Porto Alegre, 2 jun. 1912, p. 3; *Correio do Povo*. Porto Alegre, 21 jul. 1917, p. 2 (MCSHJC).

clara referência à Protetora dos Animais. Tais procedimentos indicam que a Caixa não era um apêndice do Sindicato – a despeito de aparentá-lo, talvez em sintonia com o discurso sindicalista –, mas atividade integrante de sua estrutura administrativa.⁶⁹

Talvez por serem toleradas, ou consideradas normais, as práticas de socorro mútuo sequer eram mencionadas na imprensa de orientação anti-estatista, ou, quando eram, costumavam aparecer como agravante de problemas políticos que eram, esses sim, relevantes. Então, a Liga Operária de Pelotas sofreu uma “reorientação (...) pelo anarquismo” depois de 1911, completada em 1914 com a entidade assumindo completamente o sindicalismo revolucionário. Mas quando a entidade deixou de prestar socorros, se é que o fez? Mesmo enquanto provavelmente ainda os prestava, na passagem do século XIX para o XX, contou com associados e palestras anarquistas, mas a ruptura de 1913-1914 (reportada em 1915) apenas se refere à Liga Operária como mantendo um “programa recreativo, tavernista e de tavolagem”, nada mencionando sobre socorros, nem sua existência, tampouco sua extinção. Já a Sociedade União Operária de Rio Grande, que por muito tempo manterá socorros, teve associados de várias posições políticas, “inclusive anarquistas, os quais estavam sempre presentes como grupo, pressionando e ameaçando a dominação burocrática na entidade”, algo que continua na década de 1920. Por outro lado, a UGT de Santa Maria praticamente nada menciona de nefasto na existência da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, com exceção da conduta de seu “gerente crônico, digo, perpétuo”, acusado de enriquecimento injusto e ilícito, porque “ganha um enorme ordenado por cumprir as obrigações inerentes ao cargo, e que além disso vai adquirindo fortuna sem saber como...”. Fenômeno semelhante também ocorria alhures. Os anti-estatistas do Ceará traziam em seus jornais críticas ao cooperativismo e ao Centro Artístico Cearense pela sua relação com políticos, e qualificavam a beneficência nas associações de trabalhadores como efeito da ignorância de seus sócios. Não obstante, mantinham relações simpáticas, quando não institucionais, com entidades como a Beneficente dos Tecelões e Redeiros, a Beneficente dos Pedreiros, a Beneficente Centro dos Carroceiros e mesmo com a Associação Gráfica, entidade que era um dos principais esteios do grupo político e

⁶⁹ ESTATUTOS do Sindicato dos Condutores de Veículos à Tração Animal. Rio Grande: s/ed., [191-] (NPH). Para a data de funcionamento da entidade, v. LONER, *op. cit.*

que retirou os socorros de seus estatutos mas teve que voltar a oferecê-los.⁷⁰

É necessário abrir um parêntese ao falar da posição de tolerância ou de normalidade perante a prática dos socorros. Acredito que o debate sobre os socorros não era apenas um debate sobre as condições ideais de organização, porque a incorporação ou não do atendimento a estratégias privadas nos sindicatos punha em pauta, por exemplo, o destino do dinheiro arrecadado, ou ainda os critérios para a escolha de certos dirigentes. Quando digo que houve uma despolitização dessa questão por parte de importantes parcelas do movimento operário rio-grandense no começo do século XX, penso que a avaliação dos militantes era sobre a possibilidade de combinar a implementação de estratégias privadas sem prejuízo da estratégia pública prescrita para a organização chamada “sindicato”.

É importante destacar que a politização de certas estratégias privadas, como é o caso das atividades educativas implementadas por anarquistas e sindicalistas nas associações, nem sempre trazia um resultado diferente do trazido pela concessão dos socorros propriamente ditos. Embora João Batista Marçal interprete a Escola Eliseo Reclus, de Porto Alegre, como “núcleo efetivo de arregimentação, discussão e educação política”, formando “uma vanguarda operária”, o autor não aporta evidências de que antigos alunos se convertessem em militantes. É possível que isso tenha ocorrido com empreendimentos educacionais mais longevos, como o da Sociedade União Operária de Rio Grande, mas só um estudo prosopográfico sobre seu alunato permitiria ratificar essa interpretação, o que confirmaria como politicamente efetivo aquilo que era concebido como politicamente relevante.⁷¹

O texto de Neno Vasco seria paradigmático das posições anarquistas e sindicalistas defendidas no Brasil e ele é explícito ao avaliar que a incorporação de benefícios ou práticas cooperativas nos sindicatos os poderia conduzir à burocratização, e alerta também mesmo para o perigo do *closed shop*, o monopólio da oferta de mão de obra pelos sindicatos. Segundo esse autor, ambos procedimentos levariam ao sindicato associados premidos por valores outros do que os prescritos pelos militantes anarquistas e sindicalistas, mas mesmo tal avaliação

⁷⁰ BARBOSA, Santos. Resumo histórico do movimento anarquista em Pelotas. *A Vida*. Rio de Janeiro, 28 fev. 1915, p. 62; LONER, *op. cit.*, p. 186-87, 366-69; 203 e 221 e ss.; *Folha do Povo*. Santa Maria, 21 jul. 1920, p. 3 (AMORJ). Para o Ceará: GONÇALVES, Adelaide, SILVA, Jorge E. (orgs). *A imprensa libertária do Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000 (respectivamente p. 94, 123, 127, 104, 106-107, 173-174, 213, 237).

⁷¹ MARÇAL, *Primeiras lutas...*, *op. cit.*, p. 68. Sobre outros empreendimentos educacionais no Rio Grande do Sul, v. CORREA, Norma Elisabeth Pereira. *Os libertários e a educação no Rio Grande*

deve ser ressalvada.⁷² Penso que tratar de socorros e de *closed shop* como se fossem o mesmo tipo de prática, ou muito próximas, não é conveniente. Pode parecer que as Bolsas de Trabalho, como as da FORGS, sejam apenas versões amainadas da capacidade que eventualmente podem ter os sindicatos no controle do mercado de trabalho quando impõem o *closed shop*, mas, enquanto as primeiras são um serviço entre outros prestados por sindicatos – pondo a atenção ao interesse privado a serviço da estratégia pública –, o segundo não apenas pode conformar o sindicato, como limitar a estratégia privada do trabalhador no acesso ao mercado de trabalho.

Pelo menos quatro categorias em Porto Alegre – três delas certamente com lideranças próximas dos anarquistas – o impuseram (ou tentaram impor) o *closed shop* na década de 1910. Consta que os marmoristas o tentaram em uma greve em 1914, mas não tiveram êxito, assim como também ocorreu com a greve de pintores entre agosto e setembro de 1917, embora se ignorem detalhes da organização e conflitos anteriores e posteriores dessa categoria e, tampouco, o perfil político das lideranças do sindicato. Já os padeiros são uma categoria com forte presença anarquista na década de 1910 e fazem pelo menos duas greves para obtenção do *closed shop* na década de 1920, que segue em vigor no começo dos anos 1930, quando as referências ao local de trabalho são constantes nas instâncias decisórias do sindicato. No final da década de 1910, houve vários momentos em que greves de padeiros ocorriam em solidariedade aos canteiros, ambos sindicatos com lideranças anarquistas, mas apenas o último tendo conquistado o *closed shop* em setembro de 1916 e o mantido pelo menos até 1922. O interessante do fenômeno é que a limitação das escolhas individuais causada pelo *closed shop* – o que é também um dos pontos da crítica de Neno Vasco a esse procedimento – é claro quando se vê que os canteiros de Porto Alegre se referiam em inquérito policial aos delegados sindicais em cada pedreira como “chefes” que dão “ordens”, sem que isso seja percebido como pernicioso pelos anarquistas. Muito pelo contrário, o Sindicato dos Canteiros em Porto Alegre ajudará a sustentar a imprensa anarquista e serão referidos como a única entidade sob seu controle na cidade no final da década de 1920. Em Porto Alegre, é provável que o procedimento sindical fosse o mesmo adotado em São Paulo pela União dos Canteiros, “submetendo associados a

do Sul: 1895-1926. Porto Alegre, 1987. Dissertação Mestrado em Educação, UFRGS.
⁷² VASCO, *op. cit.*, p. 122 e 125.

juízo, impondo-lhes multas e suspensões do trabalho”, mas nessa última cidade, isso é motivo de críticas por parte dos anarquistas. O que daí se depreende é o *closed shop* admitido pelos anarquistas quando é um recurso sob seu controle. Mas não se creia que possa ser um “socorro” tão facilmente despolitizado como foram outros no Rio Grande do Sul, uma vez que, quando desejado e adotado, dilata por toda a associação sindical valores que podem ou não se adequar a certos ideários políticos. Assim, as relações entre associações de canteiros de diferentes cidades que, juntas, manejavam a rede de migrações que permitia o *closed shop*, poderiam se sobrepor a diferenças políticas consideráveis. Na Argentina, onde anarquistas e sindicalistas amiúde estavam em federações separadas, muitas vezes se debatiam as relações dos sindicatos de canteiros afiliados a Federações rivais. Quando já se debatiam as posições favoráveis e contrárias ao Estado soviético, uma tensa correspondência de Porto Alegre à *Federación Sudamericana de Picapedreros*, em Montevideu, dizia “que no se adherían si esta no concordaba con los principios del sindicalismo revolucionário”; diplomática e evasiva resposta fê-la filiar-se. Filiar-se à *Federación*, independente de posições políticas em momento crítico do debate, não era uma questão menor, porque parte da legitimidade do sindicato dependia das relações estabelecidas alhures e as diferentes orientações políticas ou deveriam se homogeneizar, ou deveriam colaborar.⁷³ De qualquer modo,

⁷³ Para os marmoristas: *Echo do Povo*. Porto Alegre, 23 jan., p. 4 e 27 jan. 1914, p. 4 (MCSHJC); *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1 jan., p. 4; 15 fev., p. 4 e 1 mar. 1914, p. 2. Para os pintores: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 31 ago., p. 5; 1 set., p. 4; 2 set. 1917, p. 5 (MCSHJC). Para os padeiros: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 7 maio 1920, p. 4 (transcrito em: THADDEU, Vera Lúcia Trommer. *Transcrição das notícias compiladas no Correio do Povo no período 1920-1923 sobre a organização e as greves do operariado rio-grandense*. Trabalho de Graduação em História, IFCH-UFRGS, 1981, NPH 014-P); *Correio do Povo*. Porto Alegre, 9 mar. 1929, p. 8 (NPH 398-E); FORTES, Alexandre. “Buscando os nossos direitos...” Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937. Campinas, 1994 Dissertação Mestrado em História, Unicamp, p. 100-103; *Idem*. “Nós do Quarto Distrito...”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Campinas, 2001. Tese Doutorado em História-UNICAMP, p. 366-371; *Idem*. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário nas primeira metade do século XX. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 194-201. Para canteiros: SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Os sindicatos da Idade da Pedra. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 95-114, 2002; e Quem construiu o calçamento da Rua da Praia? (E de outras tantas ruas do Cone Sul). In: D'ANGELO, Ana Lúcia Velinho. (Org.). *Histórias de Trabalho. Versão 1995*. Porto Alegre: UE Porto Alegre, 1996, p. 135-154; *A Plebe*. São Paulo, 16 jun. 1917, p. 6 (transcrito em: KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1981, p. 135). Para divergências políticas no Uruguai e Argentina, v. LÓPEZ D'ALESSANDRO, Fernando. *Historia de la izquierda uruguaya. La fundación del Partido Comunista y la división del anarquismo (1919-1923)*. Montevideo: Vintén, 1992, p. 248; MAROTTA, *op. cit.*, p. 470-471, 487-489, 524-535; *El Picapedrero*. Montevideo, nov. 1919. Para relações do Sindicato em Porto Alegre com a *Federación*, v. *El Picapedrero*. Montevideo, feb. 1919 (BN-U). Além dos textos acima referenciados de Alexandre Fortes, outro exemplo de *closed shop*, pode ser visto em: CRUZ,

e fechando o parêntese de algumas páginas, o modelo prescrito por anarquistas e sindicalistas de uma associação voluntária cujo fim precípua seria o da implementação de estratégias públicas seria posto em risco, segundo esses militantes, se o sindicato misturasse o atendimento a estratégias privadas (prestando socorros) ou deixasse de ser uma associação voluntária (impondo o *closed shop*).

Voltando à exposição das relações possíveis entre anarquistas e sindicalistas, de uma parte, e práticas de socorro mútuo, de outra, já foi visto que pode haver a recusa ou a tolerância. Mas o caso da Sociedade Beneficente União dos Artistas, de Uruguaiana, aporta um exemplo em que os militantes usam de recursos das mutuais, e esta é a terceira forma de relação. Se bem observado, essa terceira conduta não se opõe ao prescrito pelos textos desses militantes, ao separar as atividades típicas de cada tipo de entidade. No Rio Grande do Sul, esse também foi um fenômeno comum e os limites entre esta posição e a anterior tendem a ser nebulosos, quando se poderia pensar que um grupo de anarquistas atuando dentro de uma mutual pode ser interpretado de ambas as formas. Contudo, detenho-me agora nas relações mantidas entre associações diferentes, não ignorando que o atendimento a estratégias privadas de um ou alguns anarquistas, satisfeito pela filiação à mutual poderia permitir o estabelecimento dessas relações entre associações. Tais relações podem se materializar no empréstimo ou aluguel de uma sede para reuniões. A União Tipográfica em Porto Alegre – que contava com socialistas e anarquistas em seus quadros – fez sua reunião de fundação na sede da Beneficência Porto-Alegrense em 1910, e nesse ano, quase 88% do total de sua despesa foi feita com “socorros”. O anarquista alemão Friedrich Kniestedt era sócio da Caixa de Socorros Navegantes, e chegou a ser seu diretor e, nos anos 1930, a sede da entidade acolherá palestras anti-nazistas. O jornal por ele editado traz artigos sobre a entidade e outras mutuais alemãs, mas lamenta que o grupo de teatro que gerava receita para o grupo estava com dificuldades de obter palcos para apresentações, inclusive porque a mutual *Gemeinütziger Verein* discordava do teor das peças apresentadas. Não se pode dizer que, genericamente, as mutuais concordassem com anarquistas e sindicalistas, mas não os vetavam em suas sedes. Assim, o Sindicato dos Marceneiros reunia-se em Porto Alegre no ano de 1917 na sede da Sociedade Águia Branca, uma mutual polonesa. Mas uma relação mais

estreita entre os grupos políticos e as mutuais parece ter passado pelo provável parentesco entre o pedreiro Luiz Derivi, importante nome sindicalista na Federação Operária, e Pietro Derivi, que amiúde representava e exercia cargos na mutual Elena di Montenegro. O próprio Luiz representara uma vez a entidade em solenidade de aniversário de outra mutual, e sua sede era local de reunião e comemorações de 1º de Maio da FORGS e seus sindicatos filiados. Não se duvide que o nome de Derivi também tenha contribuído para a sucursal da União dos Pedreiros, na Tristeza, transferir sua sede para o salão da mutual italiana Giuseppe Mazzini.⁷⁴

Dois outros casos ocorrido em 1917 em Porto Alegre deixam claro o uso dos recursos de mutuais por anarquistas e sindicalistas. Operários tecelões (que, provavelmente não tinham sindicato, uma vez que esse não é mencionado) estavam em greve desde novembro de 1916, e em 4 de janeiro de 1917 deram uma surra em seu chefe. Os grevistas se reuniam no Salão 8 de Junho, cujo proprietário declarou no inquérito policial que seu salão sediava essas reuniões, assim como as da Sociedade Beneficente dos Operários da Fábrica de Meias. Que relação teria uma inofensiva entidade – e não se duvide se fosse uma caixa de empresa de orientação patronal – e os truculentos operários? Há motivos para crer na sinceridade do dono do salão, que disse não assistir às reuniões, mas cujo depoimento acaba vinculando aos grevistas agressores a familiaridade da fisionomia dos membros de uma entidade provavelmente inofensiva.⁷⁵ O outro caso é o da greve geral de 1917, ocorrida em julho-agosto. As reuniões dos grevistas ocorriam em três locais da cidade: na própria sede da FORGS, no salão 1º de Maio, localizado no bairro Navegantes, e na Sociedade Beneficente União e Progresso, que cedeu sua sede logo no início do movimento paredista. Na mutual se reuniriam durante a greve condutores de carroças, canteiros, trabalhadores da companhia Força e Luz (eletricidade e bondes), tipógrafos e chapeleiros.⁷⁶

⁷⁴ *O Independente*. Porto Alegre, 16 jun. 1910, p. 2 e 19 jan. 1911, p. 2 (AHMPA); GERTZ, *Memórias...*, *op. cit.*, p. 145-148; *Der freie Arbeiter*. Porto Alegre, 17 fev. 1923, p. 4; 31 ago. 1926, p. 2 e 4 e maio 1929, p. 4; *Echo do Povo*. Porto Alegre, 18 out. 1909, p. 2, 25 abr. 1910, p. 3 e 7 ago. 1911, p. 2; *O Diário*. Porto Alegre, 28 abr., p. 7 e 2 jun. 12, p. 3; *A Federação*. Porto Alegre, 25 ago. 1917, p. 8 (AHMPA).

⁷⁵ Relatório das investigações policiais procedidas acerca da agressão de João Fantinel, ocorrida em 4 do corrente, enviado ao Dr. Juiz Distrital do Crime em 8 de janeiro de 1917. Polícia. Documentação avulsa. Porto Alegre. Transcrição de relatórios 3. Distrito. 1914-1917 (AHRs – Polícia. Documentação avulsa, cód. 48). Quando digo que o sindicato provavelmente não existia é porque um boletim da FORGS sobre a greve não o menciona: FORGS. *A Greve dos Meieiros*. [Porto Alegre], s.d. (Anexo a: Processo-crime n. 856. Réus: Ângelo Cavanellas e outros. Maço 53, Estante 29 e/c. 1917. Tribunal do Júri, fl. 55 – APERGS).

⁷⁶ As referências pertencem aos jornais *Correio do Povo* e *A Federação*, os únicos de Porto Alegre

Esses exemplos indicam o quanto as atividades de sindicalistas, ou mesmo do movimento operário, poderiam utilizar recursos das mutuais, o que não me faz mais do que supor amistosas relações entre o grupo político e as entidades que aqui interessam. Outros exemplos dessa relação amistosa ainda poderiam ser mencionados. Um pouco antes da greve geral em Porto Alegre, noticiara-se que uma entidade de ferroviários pedira filiação à FORGS, mas isto se revelou falso porque, a exemplo do que também viria a ocorrer em 1919, era a 2ª seção da Associação Protetora dos Ferroviários, com sede em Montenegro, que se aproximava dos sindicalistas, não a 1ª seção, com sede em Santa Maria. Logo depois da greve, a FORGS recebeu proposta de filiação da União Operária Beneficente de Caçapava, e, dois anos depois, noticiava que uma greve de tecelões em Uruguaiana ocorrera também por causa da atividade de representação de interesses promovida pelo presidente da Sociedade Beneficente União dos Artistas. Ainda em 1919, a Sociedade Beneficente União e Progresso continuava sediando conferências favoráveis aos sindicalistas.⁷⁷ Deixo para debater mais tarde o que há ou não de “político” nessa amistosidade anti-estatista para com as mutuais no Rio Grande do Sul.

8.3 – BOLCHEVISTAS E REFORMISTAS

Ao iniciar a escrita deste sub-capítulo, não me passam despercebidas duas possíveis críticas à definição temática. A primeira diz respeito à conjugação, em uma mesma seção, de grupos ideológicos distintos, como bolchevistas e reformistas. A decisão de juntá-los, contudo, não foi apenas um capricho de minha parte, como argumentarei dentro de pouco. A outra crítica é a separação entre socialistas e bolchevistas. Essa segunda crítica é mais contundente, inclusive porque poderia versar também sobre a decisão de separar anarquistas e socialistas, quando os primeiros amiúde auto-referiam-se como “socialistas”. A dificuldade de clara tipificação poderia ainda versar sobre o ideário bolchevista, algo que nos permitiria (ou não) retomar seus escritos mesmo anteriores à Revolução Soviética, ou ainda, à separação entre bolchevistas e menchevistas, como representativos do que quero

que seguiram sendo editados na semana da greve geral, entre 31 de julho e 5 de agosto de 1917, que são as principais fontes para o estudo do evento, o que já foi feito também em minha dissertação de mestrado.

⁷⁷ *Correio do Povo*. Porto Alegre, 22 jul., p. 4 e 27 jul. 1917, p. 2; *Notícia*. Porto Alegre, 1 out. 1917, p.

agora abordar.

Que seja: ainda que a Revolução de 1917 seja realmente um marco no bolchevismo mundial, é preferível abordar Lênin e os leninistas como um bloco com posições de esquerda dentro do espectro socialista estatal. Tal posição de esquerda aparece, por exemplo, na reticência às cooperativas em um texto de Antonio Gramsci sobre o Partido Socialista Italiano em 1921, quando estimava que um oitavo do partido pertenceria a organizações econômicas como “ligas, Cámaras de trabajo, cooperativas y mutualidades” e que estes membros estariam mais interessados em garantir suas posições e empregos do que em debater política no próximo congresso.⁷⁸ Essa posição crítica sobre as mutuais mal aparece em textos do próprio Lênin, que se refere a elas, de forma positiva, em textos do final do século XIX. Em uma proposta de programa para o Partido Social-democrata russo, escrita em 1895-1896, afirmava que a industrialização naquele país levava à organização dos trabalhadores que, contudo, não passava de organização para fazer greves. Avaliava a necessidade do partido fomentar sindicatos e sociedades de socorros mútuos. Um ano depois, explicava o limite: na Rússia não havia liberdade de organização para os trabalhadores, ao contrário de outros países onde eles “have the right to organise unions, mutual benefit societies, to openly resist the employer, to present their demands to him, to conduct strikes”.⁷⁹ No começo do século XX, entretanto, as sociedades de socorros mútuos continuam aparecendo no famoso *Que fazer?*, mas agora numa percepção que sublinha seus limites. As mutuais não seriam um meio revolucionário, mas entidades que, se existentes e legalizadas, liberariam a atenção dos revolucionários para a revolução. Seriam, portanto, não um meio para fazer a revolução, mas um meio de agitação.⁸⁰ Depois disso, o pouco interesse de Lênin sobre as sociedades de socorros mútuos decaiu ainda mais, ao passo que as cooperativas assumem relevo como meios de reconstrução da economia soviética. Pouco antes da revolução, em texto crítico a outras forças políticas datado de 22 de setembro de 1917, o marxista reiterava os limites da ação

5 (MCSHJC); *O Sindicalista*. Porto Alegre, 1 abr., p. 4; 17 jun., p. 4, 11 jul. 1919, p 3 (APERGS).

⁷⁸ GRAMSCI, A[ntonio]. Un partido de masas. *L'ordine nuovo*. 5 out. 1921. Capturado em 4 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.marxists.org/espanol/gramsci/oct1921.htm>.

⁷⁹ Respectivamente: LENIN, V. I. *Draft and Explanation of a Programme for the Social-Democratic Party*; *Idem. The New Factory Law*. Capturados em 4 jan. 2002. Online. Disponíveis na Internet: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1895/misc/x01.htm>; <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1897/newfactlaw.htm>.

⁸⁰ *Idem. Que hacer*. Capturado em 4 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.marxists.org/espanol/lenin/1900s/quehacer/qh4.htm>.

política das cooperativas: “Everybody knows that co-operative (...) work is done *not only* by revolutionaries, but *also* by reactionaries; everybody knows that people are elected to co-operatives (...) primarily for work that is *not* of general political scope and importance”.⁸¹ Mas em textos posteriores, inclusive em congressos do Partido Comunista, Lênin declarará sua confiança no papel positivo das cooperativas dentro do regime soviético, posição que viria a ser posteriormente endossada por outros leninistas como Stalin e Mao.⁸²

O desaparecimento dos textos sobre mutuais, paralelo às referências crescentes às cooperativas pode ser visto nas resoluções dos congressos da Internacional Comunista. Pelo menos os Terceiro, Quarto e Quinto Congressos (entre 1921 e 1924) abordaram as cooperativas. Enquanto o Terceiro e, possivelmente, o Quarto Congresso as tomaram genericamente como instrumentos da reconstrução dos países pós-revolucionários ou de propaganda bolchevista nos países nos quais se desenvolvia a atividade política pró-soviética, o Quinto Congresso detalhou com mais vagar não apenas o que se esperava das cooperativas, mas o que se esperava dos Partidos Comunistas na relação com essas entidades:

a) Todos los miembros de los partidos comunistas deben hacerse cooperativistas; tienen la obligación de formar en las cooperativas células comunistas (...);

b) Todos los asuntos que atañen al trabajo en las cooperativa se deben examinar sin demora alguna por los partidos comunistas (...). En todos los conflictos, sean políticos o económicos, hay que admitir la participación de las cooperativas;

c) Cada partido comunista debe encargar trabajo cooperativo a los militantes más enérgicos;

d) La prensa del Partido debe conceder a los asuntos cooperativos un

⁸¹ *Idem. Heroes of Fraud and the Mistakes of the Bolsheviks*. Capturado em 4 fev. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/sep/22.htm> (grifos do original).

⁸² Por exemplo: *Idem. Speech To The Third Workers' Co-Operative Congress*. December 9, 1918 Brief Newspaper Report; *Measures Governing the Transition From Bourgeois-Co-Operative to Proletarian-Communist Supply and Distribution*; *Draft Decisions And Directives On Co-Operatives*; *On Cooperation*; *Eighth Congress of the R.C.P.(B.)* March 18-23, 1919; *Ninth Congress of the R.C.P.(B.)* March 29-April 5, 1920; Part III: *Tenth Congress of the R.C.P.(B.)* — 1921. [STALIN, J. V.] *Report of the C.C. to the 16th Congress of the CPSU(B)*; *Idem. On the Grain Front*; [ZEDONG, Mao] *1934: Our Economic Policy*. Capturados em 4 jan. 2002. Online. Disponíveis na Internet: <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1918/dec/09.htm>; <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/feb/02.htm>; <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/jan/26.htm>; <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1923/jan/06.htm>; <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/mar/18b.htm>; <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/mar/29.htm>; <http://www.marxists.org/archive/lenin/works/1921/mar/10thcongress/ch03.htm>; <http://www.marxists.org/reference/archive/stalin/works/1930/aug/27.htm>; http://www.marxists.org/reference/archive/mao/works/1934/01_23.htm; http://www.marxists.org/reference/archive/mao/works/1934/01_23.htm.

espacio importante. Los diarios deben, siempre que sea posible, editar suplementos cooperativos".⁸³

A bibliografia não chega a interpretar a ação do Partido Comunista do Brasil entre 1923 e 1924 como resultante do dever de obediência de uma seção nacional de um Partido internacional. Como a ação dos comunistas não integra meu interesse estrito nesta tese, e tampouco trabalhei diretamente com a documentação própria, apenas destaco que não vi referências dos debates internacionais para explicar a ação nacional do Partido nesse período, quando ocorreu uma aliança tática entre “um partido revolucionário, um jornal conservador e uma confederação reformista”, como escreveu uma autora referindo-se, respectivamente, ao Partido Comunista, ao jornal *O Paíz* e à Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira.⁸⁴ Mesmo que não venha a tratar agora do reformismo, cabe indagar como tal aliança foi possível. Tanto Batalha quanto Peixoto coincidem na avaliação de que o que então ocorria no Rio de Janeiro resultava do esforço dos bolchevistas de se ligarem a associações de trabalhadores com grande número de associados para contarem com maiores recursos no combate das posições anti-estatais do movimento operário, como os anarquistas e sindicalistas. Mas sublinho que a aliança tática poderia ser também justificada pelas resoluções da Internacional Comunista sobre cooperativas como movimento social no qual deveriam atuar os militantes, e eis que uma confederação que já se orientava pela aproximação entre sindicalismo e cooperativismo – como prescrito para a propaganda das seções da Internacional – abria espaço para o debate e a ação dos bolchevistas.

São as cooperativas, e não as mutuais, o foco da atuação bolchevista, porque as vitórias do movimento operário e socialista e da própria Revolução Soviética desencadearam esforços governamentais na promoção de reformas dentro do capitalismo que satisfizessem ou resolvessem, mesmo parcialmente, as demandas do grupo social. Mesmo o Brasil – país que, embora importante, não era crucial no processo mundial de acumulação capitalista – passou a contar na década de 1920 com um sistema estatal de proteção social e um órgão estatal responsável pelo

⁸³ A citação pertence a: V CONGRESO de la Internacional Comunista. Segunda parte. Cordoba {Argentina}: Pasado y Presente, 1975, p. 138. Entre as p. 136 e 138 estão as resoluções sobre cooperativas, que remetem ao IV Congresso, cujas resoluções não tive oportunidade de consultar. Para o III Congresso, III INTERNACIONAL COMUNISTA. *Manifestos, teses e resoluções do 3º Congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1989, p. 181-183.

⁸⁴ PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *O trem da História: a aliança PCB/CSCB/O Paiz*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 13; BATALHA, op. cit., p. 27.

cumprimento da legislação do trabalho (v. cap. 6). Nessas condições, os bolchevistas tinham diante de si dois recursos antes limitados ou inexistentes para os partidos socialistas: um partido internacional centralizado e Estados supostamente dispostos a negociar demandas dos trabalhadores. Assim, a avaliação dos bolchevistas sobre o uso desses recursos como instrumentos em um projeto revolucionário internacional assume relevo no pensamento socialista, e é exatamente disso que se trata: como utilizar politicamente dos recursos disponíveis. Não é estranho, portanto, que o Partido Comunista da Argentina, embora fizesse campanha contra o Projeto de Lei de Aposentadorias em 1924/1925, criticasse a posição da Federação de sindicatos de abster-se das eleições para a Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários, ao invés de, como propunham os bolchevistas, constituir uma lista exclusivamente operária, e isso fosse notícia na imprensa bolchevista do Rio Grande do Sul.⁸⁵

Mas cabe indagar se o interesse dos bolchevistas pela utilização dos recursos existentes implicava algo além do seu uso – por exemplo, o seu fomento. E tenho motivos para crer que o trabalho de construção de sistemas de socorro mútuo ou cooperativos era muito elevado para que a atividade política dos bolchevistas – mesmo quando prescrita em congressos da Internacional – dirigisse muita atenção às práticas que aqui interessam. O Segundo Congresso do Partido Comunista do Brasil, em maio de 1925, de fato, tem um capítulo sobre a cooperação que prescreve a abertura de espaço no jornal, mas o tema aparentemente não retorna posteriormente ao debate. A percepção, não mais do que instrumental das práticas de socorros, é clara em um jornal pró-soviético de alfaiates (mais uma vez a categoria!) no Rio de Janeiro. Um artigo qualifica as “associações beneficentes” como “uma espécie de morfina [que] entorpece a ação reivindicadora da massa operária” e que, ainda, “servem indiretamente aos interesses da burguesia”. O tom semelhante a alguns textos anarquistas se desfaz quando o autor argumenta que tais associações não devem ser destruídas, mas “modificadas, adaptadas às necessidades de luta cotidiana contra o patronato”. Estaríamos aí frente a uma fonte

⁸⁵ Para o Projeto de Lei de Aposentadorias na Argentina e a campanha contrária, v. ISUANI, Ernesto A. *Los orígenes conflictivos de la seguridad social argentina*. Buenos Aires: CEAL, 1985, p. 110 e ss.; REINOSO, Roberto (comp.) *“Bandera proletaria”: selección de textos (1922-1930)*. Buenos Aires: CEAL, 1985, p. 89-93. Para as posições do Partido Comunista, v. CORBIÈRE, Emilio J. *Orígenes del comunismo argentino*. (El Partido Socialista Internacional). Buenos Aires: CEAL, 1984, p. 114 e 116). Um comentário sobre a legislação aparece em: *Martelo e Foice – Hammer und Sichel*. Porto Alegre, 8 ago. 1924, p. 1 (AMORJ).

que permitiria sustentar a interpretação que fez Alexandre Fortes das práticas solidárias no Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre nos anos 30, entidade com grande atuação bolchevista? Segundo a modelagem do autor, as práticas de socorros cimentariam a solidariedade interna do sindicato e estariam articuladas com as atividades de resistência propriamente ditas, todas igualmente constitutivas da organização de classe. Conquanto não tenha pesquisado a documentação utilizada pelo autor, penso que podem se assemelhar o defendido pelos alfaiates cariocas e o defendido pelos metalúrgicos porto-alegrenses, desde que à luz da continuação do artigo daqueles. Com efeito, ao artigo se segue um post-scriptum, em que J. C. precisava sua posição:

“A fim de evitar interpretações errôneas acerca do que dissemos acima, é mister que acentuemos que não condenamos a beneficência como MEIO, como uma forma de atrair as massas ao Sindicato e manter entre elas uma certa confiança e um relativo conforto. Condenamo-la, sim, como um FIM”.⁸⁶

Essa posição não é igual àquela que era, por padrão, defendida pelos anarquistas contrários aos socorros nos sindicatos, e a diferença reside em dois tópicos. O primeiro é o da relação instrumental entre a resistência sindical e a atração das “massas” por meio dos socorros. Assim pensada, a prática dos socorros se configuraria como um mal necessário para a constituição e estabilidade das associações, mas o valor da existência das associações sindicais residiria em sua capacidade de resistência. Com isso, a tarefa da vanguarda revolucionária seria, quando muito, manter as funções que garantiriam o caráter de massa dos sindicatos, mas não necessariamente se ocupar delas, estudá-las ou fomentá-las. Mas o segundo tópico da diferença é a admissão de que, mesmo sendo uma “morfina” ou um mal necessário, a prática de socorros é eficiente não apenas como uma promessa cujo objetivo é a conquista de associados. Com efeito, o post-scriptum do texto dos alfaiates admite que os socorros permitiriam “um certo conforto”, ao passo que os metalúrgicos de Porto Alegre, mesmo ressalvando que as “caixas beneficentes” não resolveriam a situação dos trabalhadores, fundaram a sua “para que se possa amenizar um pouco a miséria angustiosa que quase sempre entra

⁸⁶ Resoluções do Segundo Congresso do Partido Comunista foram consultadas na reprodução de CARONE, Edgar. *O P.C.B.* Vol. I, 1922-1943. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 41. O artigo citado, com os grifos do original, está em: *O Alfaiate*. Rio de Janeiro. Jul. 1926, p. 3 (AMORJ). O texto de Alexandre FORTES (Da solidariedade à assistência ..., *op. cit.*) aporta essa interpretação nas p. 213-216.

junto com a doença no lar do operário”.⁸⁷ Em ambos os textos, admite-se que os socorros funcionam, e não que sejam promessas vazias. E, se retomarmos mesmo os textos anarquistas e sindicalistas de antes de 1930, a mesma coisa deixa ser entrevista: enquanto as cooperativas são atacadas por não funcionarem na concorrência com empresas capitalistas, as práticas de socorros são atacadas porque, de fato, atendem a necessidades dos sócios desviando seu interesse da luta reivindicativa. Como já visto, há pouca diferença entre essas posições bolchevistas e aquilo que os anti-estatistas do Rio Grande do Sul pensavam, diferente dos militantes de outras partes, ou seja, que esse suposto desvio das pulsões revolucionárias não era inexorável e que, portanto, a prática de socorros no âmbito dos sindicatos – ou, ainda melhor, fora de seu âmbito em uma rede de associações politicamente solidárias – não era um mal necessário, porque sequer era necessariamente um mal.

Ao final deste capítulo retomo o raciocínio, não sem antes mencionar outros exemplos da relação de bolchevistas com as condutas que aqui interessam. Uma das primeiras menções dos bolchevistas rio-grandenses ao socorro mútuo se resume a uma breve nota sobre a fundação de uma “associação de amparos e caixa de socorros aos doentes” em Hamburgo Velho, então município de São Leopoldo. A nota se resume a informar e saudar o avanço da consciência de classe entre aqueles trabalhadores, mas, muito mais, indica a existência de contatos com os trabalhadores germanófonos da região, uma vez que, no jornal bilíngüe onde foi publicada, a mesma entidade foi indicada como “**Arbeiter**-Unterstützungs- und Krankenkassenverein” (grifo meu) e outra nota dá conta de uma mobilização de trabalhadores curtumeiros na localidade, cujas relações com a recente associação não são explicitadas.⁸⁸ Não obstante, o tema da previdência estatal aparece com bastante maior freqüência no mesmo jornal que circulou entre 1923 e 1925. O programa defendido pelo jornal – e, suponho, por instância deliberativa dos bolchevistas no Rio Grande do Sul – incluía, como primeiro ponto de reivindicação ao “governo ou respectivo poder competente” a “introdução de caixas de socorro obrigatórias para doentes”. Alguns meses depois, o mesmo jornal publica, exclusivamente em português, reivindicações de sua União dos Ofícios Vários “que

⁸⁷ Estatuto da caixa de beneficência [do Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Porto Alegre], versão de outubro de 1935 *apud* FORTES, Da solidariedade à assistência ..., *op. cit.*, p. 207.

⁸⁸ Martelo e Foice – *Hammer und Sichel*. Porto Alegre, 8 ago. 1924, p. 3 (AMORJ).

servirão de base para a luta geral”. Essas reivindicações incluíam “50% dos salário diário em caso de doenças”, “tratamento médico gratuito e idem os fornecimentos de medicamentos”, para os ferroviários, o “fornecimento de gêneros alimentícios pela cooperativa durante as greves” e ainda, no que concerne à previdência estatal, que “as contribuições para as [Caixas de Aposentadorias e Pensões] deverão ser pagas pela Administração”, estendendo aos municipais as mesmas reivindicações dos ferroviários. Por extremadas que possam ser essas propostas sobre a previdência estatal, há que considerar que eram possivelmente desconsideradas, mesmo pelos demais militantes operários, uma vez que, ainda em 1928, o Partido Comunista contava com cerca de 80 militantes no Rio Grande do Sul, o que o levou a ser “pejorativamente conhecido por ‘os 12 apóstolos’, por não se conseguir expandir e pelo espírito de seita”.⁸⁹

Não obstante, e de forma semelhante ao que ocorria com anarquistas e sindicalistas, os bolchevistas poderiam manter relações amistosas solidárias com mutuais e outras entidades. Tais relações poderiam envolver a presença de comunistas em postos de dirigentes dessas entidades, como é o caso do presidente da Liga de Cultura Judaica [?], Samuel Speisky, que também era o responsável por acolher informações sobre o trabalho de menores de 14 anos para o jornal *Martelo e Foice – Hammer und Sichel*.⁹⁰ É conveniente desconfiar das fontes que mencionam as influências bolchevistas nas entidades, como bem fez um estudo sobre o movimento operário no sul de Mato Grosso, cujos dirigentes recusavam a pecha utilizada para justificar a repressão sobre certos grêmios, mas é provável que a União Proletária de Lagoa Vermelha contasse com, pelo menos, simpáticos ao Partido Comunista em meados da década de 1940, assim como também ocorria com a União e Luz Operária Russo-Branca e Ucraniana entre 1932 e 1935 e a Sociedade Eslava em 1943, estas duas em Porto Alegre.⁹¹

⁸⁹ Os artigos do *Martelo e Foice – Hammer und Sichel* mencionados estão em: 7 jun. 1924, p. 3 e 8 fev. 1924 [sic, na verdade, 1925], p. 1 (AMORJ). A citação da qualificação do Partido em 1928 está em: ROIO, Marcos del. *A classe operária na revolução burguesa*. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 61.

⁹⁰ *Martelo e Foice – Hammer und Sichel*. Porto Alegre, 7 jun. 1924, p. 4 (AMORJ); *Der freie Arbeiter*. Porto Alegre, 6 jun. 1925, p. 4 (FREG). Ignoro o que era a entidade, sobretudo por não ser ela mencionada em EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica*. Caxias do Sul: EDUCS/Porto Alegre: EST, 1984.

⁹¹ OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Movimento Operário no Sul de Mato Grosso: avanços e recuos dos trabalhadores do Rio Paraguai – 1917-1926*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, PUCRS, 2000, p. 159-161; FERRONATO, Frei Luís. Paróquia de Lagoa Vermelha: 1938-1945. In: AMARANTE, Zeli Maria do. *Raízes de Lagoa Vermelha*. Vol. II. Porto Alegre: EST, 1996, p. 110; FORTES, “*Nós do Quarto Distrito...*”, *op. cit.*, p. 135-169. Sobre as duas

O fato de haver dirigentes bolchevistas em entidades certamente indica alguma influência nelas, mas sua eficácia era criticada pelos próprios militantes. Uma apreciação de 1931 sobre a organização da Confederação Geral do Trabalho a partir de 1929 constatava que a entidade não apenas era formada por “muitos grupos que, no fundo, eram anarco-sindicalistas, corporativistas, ‘mutualistas’”, mas acrescentava que os “militantes sindicais revolucionários limitavam-se freqüentemente em conquistar os postos de direção dos sindicatos (...) [por meio de] uma penetração exagerada (até 100%) da direção dos comitês sindicais pelos comunistas”. Sem trabalho de base e uma atividade de propaganda que consolidasse as posições bolchevistas nas entidades, a repressão facilmente se abateu sobre elas, segundo avaliação do mesmo texto. Ainda que tal avaliação não mencionasse especificamente o Rio Grande do Sul, há motivos para crer que a ele também se aplicasse, uma vez que, em 1929, a Associação Protetora dos Ferroviários integrava a Confederação Regional do Trabalho no estado.⁹² De certa maneira, ocupar o cargo de dirigente é apenas uma forma, semelhante a outras, de utilizar os recursos das mutuais, pois o recurso utilizado é o de sua legitimidade pública. Isto é evidente quando do Congresso da FORGS em 1934, momento a partir do qual cresce em muito o peso dos bolchevistas no movimento operário. Dentre as 46 entidades participantes, podem-se encontrar as delegações da Sociedade Beneficente União Operária, de Cruz Alta, a Sociedade Operária Beneficente, de Passo Fundo, e as Uniões Operárias de Dom Pedrito, Bagé e Rio Grande, tendo ainda sido convidadas as de Nova Vicenza (Farroupilha) e Taquara. Cabe destacar o tom das teses apresentadas pelo delegado da União Operária de Dom Pedrito nesse Congresso. Suas alocações mencionavam a “intensificação extrema da crise econômica financeira do regime capitalista, crise que tem sua origem nas próprias contradições inconciliáveis desse regime” ou ainda que “o capital financeiro imperialista intensifica seu domínio no mundo colonial (...) para assegurar a exploração dos trabalhadores e do mundo colonial e semicolonial (...)”. Seria fácil atribuir o extremismo de suas posições à experiência ou à consciência de classe na cidade se fosse possível ignorar sua condição de militante bolchevista e o fato de que, até 1936, não há referências de greves em Dom Pedrito ou mesmo de

últimas mencionadas, não há clareza de que se tratam de mutuais; portanto, não foram incluídas em meu inventário.

⁹² CARONE, *op. cit.*, p. 339 e ss.; PETERSEN, LUCAS, *op. cit.*, p. 312.

um intenso associacionismo.⁹³

Mesmo que não ocupassem cargos de dirigentes e não invocassem em seu proveito a eventual legitimidade das entidades, recursos de mutuais poderiam ser utilizados indicando uma relação amistosa – ou pelo menos não contrária – delas com os bolchevistas. Assim, a fundação do Diretório Municipal da Aliança Nacional Libertadora em Passo Fundo ocorreu na sede da Sociedade Operária Beneficente; e os membros da Aliança em Porto Alegre integravam o Comitê Estadual Pró-Congresso Nacional da Juventude, cujas reuniões ocorriam na sede da Sociedad Española de Socorros Mutuos e, antes disso, já a União Operária de Cruz Alta acolheu discurso do militante bolchevista Pelaio Gil, representando a Confederação Regional do Trabalho no estado no começo de 1930, embora não haja registros de que a ela tenha se filiado.⁹⁴ As avaliações táticas sobre os recursos das entidades para as atividades bolchevistas podem envolver casos como estes agora tratados de relações amistosas, ou ainda outros, como viria a ocorrer na cidade de Santos entre 1947 e 1949, quando o Sindicato dos Operários dos Serviços Portuários sofreu intervenção do Ministério do Trabalho e os bolchevistas se refugiaram politicamente na Associação Beneficente do Empregados da Companhia Docas de Santos, instrumentalizando-a como “sindicato paralelo”. E a avaliação dos recursos poderia se limitar ao número de pessoas reunidas, como ocorria em 1934 em Porto Alegre, quando os membros do Partido Comunista “tinham a tarefa (...) de participar da fundação de círculos [operários], a fim de desmascarar a mistificação de seus patrocinadores”, ou como ocorreu em Lages, em Santa Catarina, no ano de 1929, quando as reuniões para a fundação do Centro Operário ocorriam nas casas dos membros, um deles também pertencente ao Partido Comunista.⁹⁵

⁹³ BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os Círculos Operários (1932-1935)*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (mestrado História), UFRGS, 1996, p. 179-181; PETERSEN, LUCAS, *op. cit.*, p. 384; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941; PETERSEN, Sílvia. As greves no RS (1890-1919). In: DACANAL, José e GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 277-327; MACHADO, Carmen. *O movimento operário e sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937*. Porto Alegre, 1983. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFRGS, 1983, p. 139.

⁹⁴ KONRAD, Diorge Alceno. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Dissertação de mestrado em história do Brasil-PUCRS, 1994, p. 182 e 239; SOARES, *op. cit.*, p. 100.

⁹⁵ SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos. Direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968. São Paulo: HUCITEC/Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995, p. 128 e ss.; MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: 55 anos de PCB*. Porto Alegre [Pallotti], 1989, p. 42; ARRUDA, Arlete Aparecida Hildebrando de. *Centro Operário, primeira*

Não se deve esquecer, contudo – e o último caso é exemplo do que quero afirmar –, que a divergência política com entidades que, entre outras características, também prestavam socorros amiúde levava os bolchevistas a desprezá-las como representantes da inconsciência proletária, e isso é claro na qualificação de Mariátegui para o “mutualismo amarillo” do Peru e na avaliação de 1931 sobre a heterogeneidade da CGT brasileira, ambas já mencionadas acima. Espero haver demonstrado que o fato de prestar socorros não impedia relações amistosas dos bolchevistas com certas entidades, mas, se as relações não fossem amistosas, poderia haver três motivos para não sê-lo: poderiam ser entidades impregnadas de reformismo, ou de mutualismo, ou de assistencialismo. Peço desculpas ao leitor pela ironia, mas além de diferenças fonéticas, gráficas e de métrica, o sentido da qualificação é o mesmo, a saber, a suposição de que exista um ideário o suficientemente estruturado e dirigido à prestação de socorros a desviar a entidade dos reais conflitos de classe. Houve época em que os estudos de história operária não tratavam dos reformistas, e creio que uma certa inércia ainda persiste, mesmo no Rio Grande do Sul, cuja produção acadêmica conta com volume e qualidade. Beatriz Ana Loner, que destaca essa ausência na bibliografia de história operária regional, foi reticente em outro trabalho ao tratar dos reformistas, e o explica:

“... não foi considerada nessa análise a discussão de expressões menos orgânicas dentro do movimento, como os moderados ou colaboracionistas, mais agressivamente definidos como ‘amarelos’, na Primeira República, ‘pelegos’ a partir de 30. Isso ocorreu, não devido à sua inexistência, ou influência insignificante, mas porque sua existência, fluída e eminentemente empírica, não os constituía em uma corrente claramente definida dentro do movimento, como as demais. Pelo menos nas cidades em estudo, seus elementos atuavam apenas em pequenos grupos, construindo-se em reação a outras posições, ou frente a estímulos vindos de diferentes agentes, como o governo, mas ainda marcados por uma atividade pontual. Sua atuação foi detectada, pois influenciava os trabalhadores, e por isso será descrita”.⁹⁶

Mas afinal, como caracterizar e qualificar esses trabalhadores? Reformistas?

organização de trabalhadores de Lages, estado de Santa Catarina (comportamento político de trabalhadores). Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UFRGS, 1983, p. 65. Aparentemente, fenômeno semelhante ocorria na União Beneficente Recreativa Operária, de Florianópolis, cujas chapas de oposição, pelo menos por volta de 1949, “eram compostas de membros do Partido Comunista”: SCHMEIL, Lilian. *Memórias da UBRO*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1995, p. 10.

⁹⁶ LONER, Beatriz Ana. A história operária no Rio Grande do Sul. *História-UNISINOS*. N. especial, 2001, p. 63; *Idem*. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937*. Porto Alegre, 1999. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) – IFCH, UFRGS, 1999, p. 430 (O trecho citado se refere à década de 1930, não incluída em seu *Construção...*, *op. cit.*, mas, neste, os moderados ou reformistas aparecem organizados em partidos que não os das “correntes operárias”, cfe. p. 386-388.

Moderados? Colaboracionistas? Amarelos? Pelegos? Trabalhistas? Getulistas ou ministerialistas (nos anos 1930)? Fascistas? Trade-unionistas? A maior parte dessas qualificações supõe a existência de um “ismo” comparável ao socialismo, anarquismo, bolchevismo, etc. O hábito, mais do que a necessidade, de encontrar um “ismo” também pôde criar o “assistencialismo”, termo utilizado mesmo quando despido de qualquer tom pejorativo para se referir às práticas de assistência. Contudo – e agora me atenho ao que afirmou Batalha –, o reformismo seria antes de tudo uma prática sindical, às vezes resvalando para o reformismo político, que não configura uma única corrente política, uma vez que pode englobar socialistas, republicanos, cooperativistas, positivistas, etc. Ainda que esse alargamento da definição utilizada pelo autor me seja desconfortável, uma vez que já abordei os socialistas estatistas como uma corrente distinta da dos reformistas, seria importante destacar outra das características por ele indicadas, que é o apoio à “idéia de sindicatos fortes e ricos, recorrendo à beneficência como forma de assegurar o número de associados e a entrada de recursos”. À luz desse mesmo texto, ousaria acrescentar que outra das características dessa prática sindical envolve, paralela à auto-definição como trabalhadores com interesses possivelmente (mas não necessariamente) divergentes dos de seus patrões, a possibilidade desses interesses também divergirem dos de outros trabalhadores.⁹⁷ Com isso, embora empiricamente sejam mais raros ou menos destacados, os conflitos de trabalho podem ser promovidos por associações com esse ideário, uma vez que não desconhecem suas diferenças para com os patrões; a contrapartida é que a atividade conjunta com outras categorias de trabalhadores, configurando algo mais do que a “existência fluida” referida por Loner, também seja mais rara. Não obstante, no período abrangido por esta pesquisa, apareceu a atividade conjunta organizada

⁹⁷ As primeiras qualificações aparecem na citação de Loner; as demais são usadas ou criticadas em: FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976, p. 41-59; BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: Pró Arte, 1978; FORTES, “Buscando...”, *op. cit.*, p. 59-72; BAK, Joan. Labor, community, and the making of a cross-class alliance in Brazil: the 1917 railroad strikes in Rio Grande do Sul. *Hispanic American Historical Review*, v. 78, n. 2, 1998, p. 179-227; *Der freie Arbeiter*. Porto Alegre, 5 jan. 1924, p. 3 (FREG); *Revista Liberal*. Porto Alegre, mar. 1922, p. 21 (NPH); BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, 1990. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990. p. 117-127. Apoio-me neste último texto para as considerações sobre o reformismo, destacando que o trecho citado se encontra na p. 120. Para “assistencialismo”, os exemplos talvez sejam incontáveis, mas pensei especialmente no texto de MANFRIM Jr., Moacyr. A força da lei e o assistencialismo entre os ferroviários. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM.

nacional em pelo menos três momentos: em 1912, com a Confederação Brasileira do Trabalho, em 1921 com a Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira e em 1937 com a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos. A última entidade, como indica o nome, tinha como filiadas as associações de orientação católica – basicamente os Círculos Operários –, cujas relações com as práticas de socorro mútuo já foram abordadas em capítulo anterior. As demais receberão agora maior atenção.

O 4º Congresso Operário Brasileiro se deu em novembro de 1912 e sua convocação incluía como temas a “criação de caixas de proteção e auxílio comum para a defesa de todos os interesses das corporações operárias” e a “instituição de corporações protetoras dos velhos, das mulheres e das crianças”, além de outras demandando formas de previdência pública. A esse Congresso aderiram sociedades de socorro mútuo do Rio Grande do Sul, como as Sociedades União Operária de Rio Grande e a de Bagé, a Towarzystwo Naprzód (Sociedade Operária Polaca) e o Allgemeiner Arbeiterverein, ambas de Porto Alegre. Não há muitos detalhes sobre o caso da FORGS nesse Congresso, mas ocorreu que o delegado da União Tipográfica, de Porto Alegre, teve sua credencial recusada por ser ele anarquista, o que levou a Federação a publicar manifesto denunciando o evento. Teria a FORGS apenas a intenção de provocar o debate, ou tencionava realmente dele participar? É sobre isso que não há clareza.⁹⁸

Do Congresso, surgiu a Confederação Brasileira do Trabalho, que não teve vida longa, mas teve alguns frutos no Rio Grande do Sul, como a Associação Geral Proletária Riograndense, criada em meados de 1913 e assumindo-se como “filiada” à Confederação. A entidade nacional e a regional foram ambas efêmeras, mas o grupo que a sustentava no Rio Grande do Sul não o era. De fato, Carlos Cavaco – importante intelectual socialista no estado – atuava no movimento operário desde pelo menos 1906 e era o principal nominado acerca da criação da entidade. É também possível que grande parcela dos favoráveis à Confederação Brasileira do Trabalho proviesse das disputas entre anarquistas e socialistas de Porto Alegre, uma vez que a candente disputa sobre o controle da FORGS encetada em 1911 envolveu a tentativa de criação de nova entidade, a desfederação de outras ou desautorização de delegados, processo criminal e fuga de réu para o Rio de Janeiro, onde o mesmo militante tentou se credenciar para o 4º Congresso e, como já dito,

não pôde. Em suma, as posições do movimento operário rio-grandense sobre a Confederação Brasileira do Trabalho podem ser melhor imputadas às alianças políticas regionais que ao ideário reformista da entidade, porque as pessoas e as entidades vinculadas a cada grupo político – sindicalistas de um lado e “reformistas”, de outro – amiúde trocam de posição sem que isso seja com tanta facilidade interpretado como uma forma de “oportunismo”. Talvez não se possa fazê-lo simplesmente porque as fontes pesquisadas não têm sido suficientes para identificar os recursos que uma posição “oportunista” poderia colocar à sua disposição.⁹⁹

De qualquer maneira, as entidades do interior do Rio Grande do Sul que se fizeram representar no 4º Congresso Operário também aderiram, ou manifestaram alguma simpatia perante os sindicalistas e sua convocação para o 2º Congresso Operário Brasileiro, no ano seguinte, o que significa que os vínculos rio-grandenses com o reformismo nacional eram um fenômeno, quando muito, porto-alegrense. É verdade que a Confederação Brasileira do Trabalho enviou correspondência para o Centro dos Trabalhadores de Passo Fundo, para que este defendesse no 2º Congresso Operário o cooperativismo, mas o máximo que fez a entidade foi comunicar o recebimento à Confederação Operária Brasileira. Já em Porto Alegre, o vínculo com a entidade nacional não era feito pelas entidades estritamente reformistas, mas pelos socialistas que há anos vinham atuando no movimento operário e que, mesmo depois da derrocada da Confederação Brasileira do Trabalho, continuavam em atuação.¹⁰⁰ Isso implica a necessidade de estabelecer diferenças entre o desejo das lideranças e as entidades reformistas, estas últimas se destacando mais por sua desfiliação à Federação Operária do Rio Grande do Sul do que por qualquer filiação, mesmo à Associação Geral Proletária Riograndense, fenômeno, aliás, não reportado posteriormente pela imprensa regional. Já o processo de desfiliação à FORGS fazia parte da disputa de 1911, quando deixaram de ser federadas entidades que há anos mantinham restrições com respeito aos anarquistas, como a União dos Trabalhadores em Madeira, e outras que, há pouco fundadas, propagandeavam-se pela beneficência por meio da qual aumentavam seu

⁹⁸ RODRIGUES, *Alvorada...*, *op. cit.*, p. 191-194; PETERSEN, “*Que a União..*”, *op. cit.*, p. 301-302.

⁹⁹ *Echo do Povo*. Porto Alegre, 22 maio 1913, p. 4 (MCSHJC); *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 15 jun. 1913, p. 3. Para a disputa de 1911: BILHÃO, *loc. cit.*; PETERSEN, “*Que a União..*”, *op. cit.*, p.252 e ss.. Para Cavaco, v. SCHMIDT, *O patriarca...*, *op. cit.*

¹⁰⁰ *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1 nov. 1913, p. 1; 20 ago. 1914, p. 4. Por “estritamente reformistas”, entendo aquelas entidades às quais não se pode imputar influências socialistas, anarquistas, bolchevistas, etc.

quadro social, como ocorria com a União dos Seleiros, Correeiros e Classes Anexas e com a Liga Beneficente dos Pintores.¹⁰¹

Em 1921, foi fundada a Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira, institucionalizando a atividade militante que Sarandy Raposo, funcionário do Ministério da Agricultura, mantinha há mais de uma década. O ofício (na verdade, um telegrama) acima mencionado ao Centro dos Trabalhadores de Passo Fundo em 1913 fora enviado por Sarandy Raposo. Em 1920, contudo, o Ministro da Agricultura aprovou uma resolução, datada de 27 de agosto, que regulamentava a “Propaganda e organização de sindicatos profissionais e sociedades cooperativas”. Talvez fosse apenas a sagração do esforço de Sarandy Raposo, mas era mais. De um lado porque punha lado-a-lado cooperativismo e mutualismo no texto da resolução:

“Art. 9º – A propaganda do sindicalismo-cooperativista e a respectiva organização entre operários e lavradores obedecerão aos seguintes preceitos:

a) o sindicato profissional (...) será a instituição primária, a base insubstituível, pois só a ele foram conferidas por lei a personalidade jurídica e a faculdade de criar instituições cooperativistas e mutualistas profissionais (...) o que vale dizer que a nenhuma outra instituição, indivíduo ou agrupamento de indivíduos foi conferido o direito para essas fundações”.¹⁰²

Não obstante, o que parecia a vitória das idéias de Sarandy Raposo propagandeando o sindicalismo-cooperativista desde o Estado foi sua frustração, porque, depois disso, houve uma retração do poder público no empenho da propaganda, o que levou seu principal intelectual a retomar a militância junto às associações de trabalhadores, daí resultando a criação da Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira. As propostas da entidade consistiam, basicamente, na possibilidade de superação do capitalismo por meio da progressiva posse cooperativa dos meios de produção, objetivo para o qual os sindicatos eram organizações bem talhadas, só lhes faltando esse horizonte de possibilidades. Autores que têm abordado a Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira lançam mão de lisonjeiras qualificações, como “nota de rodapé” na história operária, entidade “fictícia” ou “vistosa fachada”.¹⁰³ Três razões os levam a tanto: o

¹⁰¹ *Echo do Povo*. Porto Alegre, 25 jun. 1911, p. 2 (MCSHJC).

¹⁰² MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Serviço de Informações. *Atos oficiais*. Na Administração do Snr. Dr. Ildefonso Simões Lopes. Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia Villas Boas & C., 1921.

¹⁰³ BATALHA, *O movimento...*, *op. cit.*, p. 27; GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 139; DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 188. Os dois primeiros autores são as referências principais que utilizei sobre a entidade.

aproveitamento de seus recursos – principalmente colunas operárias em jornais e o acesso ao Conselho Nacional do Trabalho – por interesses políticos outros que não os sindicalistas-cooperativistas; sua composição, basicamente restrita a entidades da cidade e estado do Rio de Janeiro; e sua incapacidade de uma ação coordenada. A primeira razão é clara quando se verifica que o interesse das pesquisas sobre a Confederação se centra na aliança com ela feita pelo nascente Partido Comunista, ainda que antigos socialistas usaram de seus postos na entidade para construção de mais um Partido Socialista em 1925.¹⁰⁴ Com respeito à sua composição, é interessante destacar que só encontrei uma referência de que a entidade tivesse alguma expressão no Rio Grande do Sul: o memorialista Everardo Dias afirma que a entidade “controlava os ferroviários e mineiros do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná”. Nada sei sobre os outros dois estados, mas é possível perceber alguma consonância entre a Confederação e o que ocorria com os ferroviários no Rio Grande do Sul, cuja Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul contava, em 1923, pelo menos com armazéns, quando não farmácias, açougues, matadouro, charqueada, salsicharia e alfaiataria nas cidades de Porto Alegre, Santa Maria, Rio Grande, Passo Fundo, Cruz Alta, Cacequi, Bagé, Gravataí, Garibaldi e estações de Jacuí e Taquarembó. É provável mesmo que houvesse comunistas entre os ferroviários do Rio Grande do Sul, a julgar pelas reivindicações publicadas no *Martello e Foice-Hammer und Sichel* de 8 de fevereiro de 1925, que incluíam o fornecimento de gêneros pela Cooperativa em caso de greve (v. acima): o relatório da entidade em 1924 detinha-se na explicação do porquê o suspendera durante as greves de 1917, deixando entrever que perduravam entre os associados posições divergentes sobre o caso. Independente da presença de comunistas ou sindicalistas, é patente que era reformista a posição dominante das associações ferroviárias, mas isso não as fazia integrar a Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira, ou sequer o centro Ferroviário Brasileiro, uma vez que nada encontrei a indicar a filiação às entidades.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Sobre a aliança com os comunistas, v. os trabalhos há pouco referenciados, além de PEIXOTO, *op. cit.* e ZAIDAN FILHO, Michel. O PCB e os sindicatos amarelos na Primeira República. In: *Comunistas em céu aberto: 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 59-95. Para os socialistas, v. GOMES, *loc. cit.*

¹⁰⁵ DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1977, p. 134; RELATÓRIO apresentado pela Diretoria da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Exercício 1923. Porto Alegre: Globo, 1924, p. 7 e 12-19 (IHGRGS); BAK, Joan. Labor, community, and the making of a cross-class alliance in Brazil: the 1917 railroad strikes in Rio Grande do Sul. *Hispanic American Historical Review*. v. 78, n. 2, 1998, p.

No que concerne à incapacidade da Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira de encetar uma ação coordenada, a bibliografia destaca que as divergências pessoais entre Sarandy Raposo e Libânio da Rocha Vaz, liderança também reformista dos trabalhadores em fábricas de tecidos do Rio de Janeiro, obstou as influências do primeiro em dois congressos ocorridos na Capital em julho de 1923. O primeiro foi Congresso Nacional dos Operários em Fábricas de Tecidos, que ocorreu no Palácio Monroe e abordava diversos temas sobre assistência aos trabalhadores. O tom dos debates foi, certamente, reformista ou colaboracionista, mas não se pode qualificar algumas das posições defendidas de “patronais”. Um dos pontos fortes defendidos foi a participação nos lucros das empresas e isso se refletiu, por exemplo, no debate sobre assistência médica e farmacêutica às operárias parturientes, cujos argumentos poderiam ser estendidos a outras formas de assistência pelas fábricas. De um lado, havia os que defendiam ser a assistência paga pelas empresas, onerando o Capital e, de outro, os que pleiteavam a administração dessa assistência pelos próprios trabalhadores.

“Targino Xavier – Nada deve ser dado às nossas mulheres gestantes pelas fábricas. Tudo deve sair da coparticipação.

Manoel Ignácio de Castro – Concorda com o companheiro. A grande experiência que tem do assunto tem demonstrado que a organização da assistência aos operários deve ser feita por eles mesmos e não pelas companhias, pois elas colocam à frente desses serviços médicos amigos ou parentes que, ganhando bons ordenados, nada fazem pela saúde dos operários.

Antônio José Ferreira – Sou da opinião do sr. Presidente e outros companheiros [favoráveis ao pagamento pelas fábricas]. Assim como as empresas consertam em suas oficinas as máquinas, também devem cuidar da peça principal, da metade da máquina humana – a mulher. Por que não correr a assistência por conta das fábricas?

Antônio Silva – Nada quer das companhias; somente duas coisas devem ser exigidas pelos operários: ordenados menos miseráveis e coparticipação! Dêem-nos meios pecuniários aos operários, que eles saberão governar sua vida”.

A continuação do debate levou à derrota da proposta da presidência do Congresso, que pleiteava a assistência paga pelas companhias. Poucos dias depois ocorria o Segundo Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social, em cuja mesa apareciam as lideranças dos operários em fábricas de tecidos, e não

179-227; MANFRIM JÚNIOR, Moacyr. *Caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-1933)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. Outras informações sobre as associações ferroviárias no Rio Grande do Sul e suas posições podem ser vistas em: HARRES, Marluza Marques. Trabalho, assistência e controle entre os ferroviários. *Viação Férrea do Rio*

Sarandy Raposo. Não há referências da participação de militantes rio-grandenses no Congresso Nacional dos Operários em Fábricas de Tecidos, e as escassas referências encontradas sobre o Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social indicam a presença de um nome de Santa Maria (possivelmente sem representação de qualquer entidade) e provavelmente parlamentares do estado, que seriam os “representantes do Rio Grande do Sul” que apresentaram a proposta de uma “moção de benemerência aos presidentes da República passados presentes e futuros”. Tanto a espirituosa proposta, prudentemente adiada pela mesa do Congresso, quanto a ausência de militantes rio-grandenses nesses congressos se explicariam pela guerra civil no estado, que dificultaria a movimentação e mesmo o debate preliminar.¹⁰⁶

O fato de haver, no máximo, tênues vínculos dos militantes rio-grandenses com os grandes eventos e associações nacionais reformistas não me permite desconhecer sua existência, e mesmo seu ponto alto regional, que foi o Congresso Trabalhista de 1933. Nesse Congresso não houve discussões relevantes sobre o tema desta tese, sequer sobre legislação previdenciária, uma vez que o tema central era a reorganização da FORGS e a fundação da Ação Trabalhista, um braço político da entidade que, segundo diferentes posições, deveria apoiar o governo provisório ou manter a independência política de classe. Desde a Lei de Sindicalização, que, na prática, deslegitimava quaisquer pretensões das sociedades de socorros mútuos de representarem os trabalhadores, o espaço dessas entidades no movimento operário se veria reduzido a espaços de sociabilidade para a constituição de sindicatos e sedes para suas reuniões. Não obstante, enviaram delegação ao Congresso de 1933 as Uniões Operárias de Dom Pedrito e a de Montenegro, e o delegado da primeira tomou parte ativa nos debates. E mesmo antes do Congresso, sociedades de socorros mútuos protagonizaram em algumas cidades comícios de Primeiro de Maio em 1931 com a propaganda da sindicalização, como teria ocorrido em Bagé, promovido pela União Operária e Liga Operária, e em Tupanciretã, promovido pela União Operária de Mútuo Socorro. Em Porto Alegre, o antigo socialista Francisco Xavier da Costa envolvia-se com diversas entidades, entre as

Grande do Sul (1920-1942). *História-UNISINOS*. São Leopoldo, v. 6, n. 6, 2002, p. 219-250.

¹⁰⁶ ZAIDAN FILHO, *op. cit.*, p. 68, 77-78, 86-89. O debate do Congresso dos Operários em Fábricas de Tecidos e a mesa do Congresso de Mutualidade estão em: *A Pátria*. Rio de Janeiro, 10 jul., p. 10 e 15 jul. 1923, p. 3 (MCSHJC). Outros detalhes sobre esse último Congresso serão apresentados no capítulo 9.

quais sociedades de socorros mútuos, encabeçando reuniões da Defesa Operária e provavelmente influenciando a participação do Clube Caixeiral na recepção ao Ministro Lindolfo Collor, em fins de novembro de 1931.¹⁰⁷

Xavier da Costa é, mais uma vez, um nome-chave nas entidades de trabalhadores de Porto Alegre, agora as reformistas. O antigo militante tornou-se edil (conselheiro municipal) em 1912 e “deixou de identificar-se publicamente como socialista e (...) passou a se apresentar como republicano”. Na condição de conselheiro, não apenas encaminhava projetos e pareceres do interesse dos trabalhadores manuais ou dos funcionários municipais, como se ocupava de subvenções a suas entidades, como a Associação dos Funcionários Municipais, a Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários Públicos Estaduais e Municipais, a União Operária 13 de Janeiro, a Liga Beneficente dos Pintores e o Clube Caixeiral. Em meados da década de 1920, Vigo Collin o sucedera como “representante dos operários” no Conselho Municipal, e também encaminhava projetos e pareceres do interesse da União Operária 13 de Janeiro e da União e Progresso; essas e outras entidades, tais como a Towarzystwo Polskie D. Białego Orła (Sociedade Águia Branca na época, atual Sociedade Polônia), a Associação dos Empregados no Comércio e a União Internacional dos Choferes (Chauffeurs), enviavam convites, agradecimentos e comunicações de posse de diretorias ao Conselho Municipal, não raro arquivados com a inscrição de “ciente” de algum dos mencionados conselheiros, amiúde indicados para representar o Estado nas solenidades.¹⁰⁸

Já fiz menção a um dos problemas do estudo dos reformistas, que é o de sua definição. Anarquistas e bolchevistas certamente (e não é necessária muita boa vontade para incluir no sujeito desta frase boa parte dos socialistas), ao proporem uma sociedade diferente da capitalista, podem ser denominados de “revolucionários” independente das diferenças, mesmo internas, que possam exhibir. É possível abordá-los em bloco, ainda que nuançando locais e trajetórias diferentes. E os reformistas? Os próprios desconforto e oscilação em formular o termo descritivo para

¹⁰⁷ Para o Congresso Trabalhista, PETERSEN, LUCAS, *op. cit.*, p. 342-359; BARRETO, *op. cit.*, p. 110-177. Sobre os comícios em 1931, *Ibidem*, p. 112. Para os eventos de Porto Alegre, SCHMIDT, *O patriarca...*, *op. cit.* p. 532-533, 540.

¹⁰⁸ A citação está em: SCHMIDT, *O patriarca...*, *op. cit.*, p. 441. Sobre Collin, Xavier da Costa e as entidades, *Ibidem*, p. 439-441, 450, 453, 460-61. Sobre a correspondência das entidades ao Conselho Municipal: Porto Alegre. Conselho Municipal. Correspondência com instituições sociais, culturais, assistenciais, religiosas e privadas. Agradecimentos e congratulações, Convites diversos e Comunicados de posse de diretorias (AHMPA – 1.3.4.1.2, 1.3.4.1.3 e 1.3.4.1.5). Correspondências de 15 mar. 1928, 23 nov. 1916, 15 out. 1919, 4 jan. 1929, 30 abr. 1930, 12 out.

a posição desses trabalhadores revela que eles são apenas “o resto”, aqueles não abordados em pregressas histórias operárias por não merecerem um lugar no panteão da classe “para si”. Contudo, são muito numerosos – e muito vinculados às práticas de socorro mútuo – para serem ignorados nesta tese.

O que fazer, então? Sou incapaz de descrever todas as entidades que poderiam ficar sob a qualificação do reformismo, e me contento com mencionar algumas além das que já apareceram neste capítulo ou em anteriores. Não me detenho, portanto, na Liga Operária de Quaraí, tratada no capítulo anterior, ou na União dos Seleiros, Correeiros e Classes Anexas e na Liga Beneficente dos Pintores, que se cindiram da FORGS quando da entrada dos sindicalistas, como foi visto acima. Mas não posso deixar de mencionar a Sociedade Beneficente União dos Artistas, de Uruguaiana, cujo jornal trazia textos anarquistas. Sim, os trazia, mas também trazia elogios aos legisladores do Rio de Janeiro cujo projeto de jornada de 8 horas “equilibra[ria] os interesses de empregados e patrões” e comentava projetos de “leis sociais” em curso no Congresso Nacional. Outras entidades já mencionadas como tendo ou simpatizando com posições revolucionárias podem ser flagradas em situações dificilmente interpretáveis como consoantes a aspirações de transformação. A União Operária de Cruz Alta, por exemplo, foi em 1930 convidada a debater com o Conselho Municipal a regulamentação da prostituição fora da área urbana, ao passo que a posição da Sociedade União Operária de Rio Grande foi cautelosa, senão colaboracionista, quando das greves generalizadas de 1918 e 1919. Se isso poderia ocorrer com entidades com pendores emancipatórios, o que dizer das que nunca os exibiram? Por ocasião de uma greve de tipógrafos em Rio Grande, houve uma áspera troca de ofícios entre a União Tipográfica, de Porto Alegre e a Sociedade Beneficente Tipográfica Gutemberg, de Pelotas. A primeira condenava a ausência de solidariedade da segunda; esta respondeu que, ao contrário dos tipógrafos em Porto Alegre, “não fizemos distribuição de panfletos subversivos e de nulos resultados, próprios para acirrar ânimos, mas não para minorar a situação de alguém”. Longe de inativa, contudo, a Gutemberg deu dinheiro para os grevistas.¹⁰⁹

Casos como este último tendem a destoar daquilo que venho mostrando

1899, 25 out. 1908, 30 maio [192]3, 12 jan. 1926, 12 jan. 1928, 15 jun. 1929.

¹⁰⁹ Respectivamente: *A União*. Uruguaiana, 1 nov., p. 1 e 6 dez. 1919, p. 3 (AMORJ); SOARES, op. cit., p. 95; LONER, *Construção...*, op. cit., p. 201-202; *Opinião Pública*. Pelotas, 28 jan., p. 1 e 20 jan. 1913, p. 2 (BPP).

neste capítulo, que é uma estreita relação entre as mutuais e o movimento operário. Então, o leitor que estranharia a posição da Gutemberg, talvez já não estranhasse a reunião de gráficos na sede da mais importante e rica mutual italiana de Porto Alegre durante a greve generalizada de 1906. De minha parte, não estranho nenhuma das duas situações, quando vejo o patronato, na mesma greve de 1906, reunindo-se no Clube Caixeiral; e na Associação dos Empregados no Comércio durante a greve de pedreiros em 1911; ou ainda a reunião da União dos Varejistas na sede da mutual italiana Umberto I durante a greve geral de 1917 em Porto Alegre.¹¹⁰ São todos casos em que as mutuais apenas não vetam reuniões em suas sedes, uma vez que não há registros de que tenham sido locais cedidos gratuitamente. Mas há grande distância entre alugar sedes para reuniões de grevistas e envolver-se em procedimentos organizativos e solidários às greves.

8.4 – ALGUMAS CONCLUSÕES PRELIMINARES

Este capítulo, sobretudo quando comparado aos anteriores, me permite antecipar algumas conclusões que, em parte, repisam afirmações que já fiz, mas à luz de novos conteúdos.

Em primeiro lugar, repito: as mutuais não são uma forma, por assim dizer, “primitiva” de sindicalismo, e tampouco há evidências de que as primeiras se transformem e “evolam” para a segunda forma de associação. É certo que, de modo geral, as sociedades de socorros mútuos se constituíram antes dos sindicatos, e isso porque, para que elas se constituam, é necessária a capacidade de poupança dos trabalhadores, não sua pertinência à mesma categoria profissional. Ao integrarem trabalhadores da mesma categoria profissional, permitem-lhes a ação conjunta que caracteriza os sindicatos. Outro não é o sentido do louvor do jornal da Sociedade de Beneficência União dos Artistas, de Uruguaiana, ao esforço dos alfaiates em constituir uma associação desportiva: “os operários vivem distanciados, sem (...) conhecerem-se mutuamente”.¹¹¹ É verdade que diversas Uniões Operárias protagonizaram conflitos de trabalho no Rio Grande do Sul e em outras partes, e mesmo viram nascer de seu seio típicos sindicatos, mas a extinção dessas

¹¹⁰ Respectivamente: BILHÃO, *op. cit.*, p. 51; PETERSEN, LUCAS, *op. cit.*, p. 150; *Correio do Povo*. Porto Alegre, 31 jan. a 7 fev. 1911 (MCSHJC); *A Federação*. Porto Alegre, 4 ago. 1917, p. 2 (AHMPA).

¹¹¹ *A União*. Uruguaiana, 18 out. 1919, p. 3 (AMORJ).

entidades como sociedades de socorros mútuos e sua propalada transformação são fenômenos raramente encontrados. Outro argumento que se oporia a essa concepção evolucionista seria a permanência de práticas de socorros mútuos nas entidades de tipo sindical, mesmo que essas entidades contassem com militantes anticapitalistas entre suas lideranças, tal como ocorria com a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, os sindicatos dos têxteis e dos metalúrgicos em Santo André, a Federação Operária Mineira e a União Operária em Juiz de Fora.¹¹²

A sindicalização legal do pós-1930 dá as entidades então formadas outras prerrogativas que não aquelas típicas do conflito de classe. Álvaro Barreto interpreta os comícios de Primeiro de Maio de 1931 em Bagé e Tupanciretã como promovidos por “associações de ajuda mútua, ainda reminiscências de períodos anteriores da história do movimento dos trabalhadores e que pouco tinham a ver, diretamente, como o contexto propiciado pelo Decreto 19.770”, mas não vincula a existência de dois sindicatos em Montenegro em outubro de 1933 ao não tão vigoroso movimento operário que, com exceção dos trabalhadores em transportes cujas paralisações afetaram a cidade, não promovera nenhuma greve entre 1918 e 1936. A existência de sindicatos legalizados na cidade – portanto sob os auspícios do decreto 19.770 – é melhor atribuível à permanência da Sociedade União Operária (criada em 1906 e em 1943 fundida com um clube desportivo) como espaço de sociabilidade e recurso disponível, uma vez que era em sua sede que funcionava o Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros ainda em 1935.¹¹³

A inexistência dessa transformação de mutuais em sindicatos também é afirmada por outros autores que, não obstante, abordam os dois tipos de associação como instrumentos de construção da “identidade” operária, articulando socorros e

¹¹² Respectivamente: VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico* (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858, 1912). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, p. 135-137; FRENCH, John D. *O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950*. São Paulo/São Caetano do Sul: HUCITEC/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995, p. 84; ANDRADE, Sílvia Maria Belfort de. *Classe operária em Juiz de Fora. Uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EdUFJF, 1987, p. 133-138; DUTRA, *op. cit.*, p. 143-146.

¹¹³ BARRETO, *op. cit.*, p. 112 e 153; sobre greves em Montenegro, MACHADO, *op. cit.*, p. 139 as traz para os anos 30 e as greves de 1917 constam de um quadro de elaboração própria; para o funcionamento do Sindicato dos Marceneiros e Carpinteiros na sede da Sociedade União Operária: *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 16, dez. 1935, p.379. Outras informações sobre a União Operária estão em ARPINI, Elisa Moojen. Sociedade Cultural União Operário. In: KAUTZMANN, Maria Eunice Müller (coord.). *Montenegro de ontem e hoje*. Vol. 2. Porto Alegre: Pallotti, 1982, p. 236-240. Há outros casos em que genéricas Uniões Operárias ou sociedades de socorros mútuos estão empenhadas na constituição de sindicatos legais, como se

resistência.¹¹⁴ Não posso abrir mão e lançar mão de um conceito a meu bel-prazer, tal como poderia agora fazer com "identidade", e, ademais, penso que seu uso para o estudo do movimento operário em sua relação com as mutuais ainda estaria subordinado ao interesse sobre a "resistência". É como se os socorros, tal como afirmavam os bolchevistas, fossem apenas instrumentos cujo sentido só pode ser inferido no horizonte da atividade de resistência. Não quero discordar dessa interpretação, quando me parece frutífera para o estudo das práticas de socorros no âmbito dos sindicatos, embora não seja esse o tema desta tese: a questão que esta tese impõe é se esta interpretação é a melhor para o estudo das sociedades de socorros mútuos. De fato não me parece a melhor, e quero dar dois exemplos que me permitem asseverá-lo. Um deles é o da constituição dos clubes caixeirais no Rio Grande do Sul, sociedades de socorros mútuos que já nascem em meio à luta pelo fechamento de portas das casas comerciais. As vicissitudes da reivindicação não raro a fazia ganhar relevo de tempos em tempos, mas a concessão de socorros – constante nos Clubes – pareceria pouco relevante se fosse adotada a interpretação que os minimiza, quando era provavelmente um dos principais motivos para a associação dos caixeiros e uma das principais rubricas de despesa das entidades.¹¹⁵ É possível, então, o estudo dos socorros como fenômeno que não guardaria maior interesse, que não o da sua condição de instrumento de motivação para a associação? A resposta à questão parece apenas reiterar a proposta de análise que venho desenvolvendo nesta tese, mas chamo a atenção sobre duas afirmações sobre a Liga Operária do Rio de Janeiro. Batalha menciona a entidade fundada em 1870 como exemplo das que, além dos socorros, tentava promover formas de resistência; na tipologia de critérios pouco explicitados utilizada por Pereira, a entidade é qualificada como uma das "associações de classe". Não obstante, assinalam Lobo e Stotz, cerca de 15 anos depois de sua criação, a entidade se limitava a apenas conferir socorros. É provável que isso fosse sabido por todos os que consultaram as fontes, mas a omissão da informação por alguns dos

verá no capítulo 9.

¹¹⁴ V. cap. 1 e BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 46-47.

¹¹⁵ POPINIGIS, Fabiane. *Trabalhadores e patuscos: os caixeiros e o movimento pelo fechamento de portas no Rio de Janeiro (1850-1912)*. Campinas, 1998. Dissertação (mestrado em História) - IFCH-UNICAMP, 1998; DUARTE, Paulo Cesar Borges. *Despachando no balcão: caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*. Porto Alegre, 2001. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 2001.

pesquisadores, indica sua percepção de que, apenas prestando socorros, nada mais havia que pudesse interessar na entidade. Antes de imputar a interpretação dos dois primeiros autores a deficiências de suas análises, creio ser melhor tomar a diferença do interesse sobre as sociedades de socorros mútuos como sintoma do que parece também ocorrer na historiografia espanhola:

“Most studies document the collateral aspect of mutualism in unionism. Documentation does not, however, entail analysis. Even now, we are unaware of the true extent of their strictly mutualist activities, perhaps because of the conception that underlies many studies on the history of the labour movement. We are referring to that teleological idea that considers mutualism important only as preparatory forces for the arrival of unions. Once the unions emerged, the persistence of mutualism ceased to be of interest as a specific subject of study. While this idea is beginning to be discarded, it still carries some weight”.¹¹⁶

Sejam quais forem as motivações das interpretações feitas, o caso da Liga Operária do Rio de Janeiro me permite agora assinalar o tipo de fenômeno que também é encontrado com frequência, mesmo na literatura internacional: a moderação política das sociedades de socorros mútuos.¹¹⁷ Este capítulo aportou vários exemplos de que não era sempre assim – ou, pelo menos, militantes de esquerda atuaram também em sociedades de socorros mútuos –, mas parece existir certa afinidade eletiva entre a moderação política e as mutuais. É como se a concessão de socorros fosse apenas eficiente para fomentar a “identidade” dos grupos sociais, necessária, mas não suficiente para a implementação de estratégias públicas. Se a construção da “identidade” é necessária, a concessão de socorros pode ser um instrumento para construí-la, ou não. Os choferes de Porto Alegre tinham associações e se mobilizavam em meados dos anos 1910, mas nunca parecem ter se filiado à Federação Operária e ainda foram criticados pelos sindicalistas quando constituíram advogado para tratar de seus interesses em 1914.

¹¹⁶ Respectivamente: PEREIRA, Ronaldo. Associações de classe profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889). *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 198; BATALLA, Sociedades..., *op. cit.*, p. 55-56; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 15 (Número especial), 1985, p. 66; CASTILLO, Santiago. Mutual benefit societies in Spain in the Nineteenth and Twentieth Centuries. In: LINDEN (ed.), *op. cit.*, p. 278.

¹¹⁷ CAMPBELL, John. Friendly societies in Ireland (1800-1980). In: LINDEN, *op. cit.*, p. 77-78; CORDERY, Simon. Fraternal orders in the United States: a quest for protection and identity. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 99; PALMER, *op. cit.*, p. 132-133 e 137-138; DREYFUS, Michel. Mutual benefit societies in France: a complex of endeavour. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 211; STOLLBERG, *op. cit.*, p. 225; JOST, Hans Ulrich. Swiss cooperatives and mutual aid associations. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 340; HITCHINS, *op. cit.*, p. 375; ÁVILA ESPINOSA, Felipe Arturo. La Sociedad Mutualista y Moralizadora de Obreros del Distrito Federal (1909-1911). *Historia Mexicana*. México (DF), v. XLIII, n. 1, jul.-sep.1993, p. 117-154.

Quando da greve geral de 1917, uma delegação da FORGS foi visitá-la e pediu sua adesão, o que obteve, mas as evidências indicam que a entidade não se subordinava nem à Federação, tampouco à Liga de Defesa Popular. Em 1919, constava que o Sindicato dos Condutores de Veículos voltara a se reunir e enviara como delegado à FORGS “um esforçado camarada”, cujos esforços parecem ter se baldado quando se verifica que a entidade não se fez representar no Congresso de 1920, talvez por não mais existir. Em 1926, o jornal da União dos Choferes narra a ação de um “benemérito” advogado que, três anos antes, aconselhara a suspensão da beneficência “por 4 anos ou mais, para assim ter verba para outras coisas indispensáveis”. A medida, deliberada em assembléia, resolveu a “situação precária” da entidade interessada em obter uma sede. Em 1928 há notícias da fundação do Centro dos Choferes, cujos estatutos novamente previam socorros.¹¹⁸ A permanência de uma posição moderada nas associações de choferes não significava a permanência da concessão de socorros.

Mesmo que os choferes estivessem fora da órbita de influência dos anarquistas, havia uma semelhança entre ambos: aquilo que já denominei de despolitização das práticas de socorro mútuo. Não sou dos que crêem que “tudo é político” e temo usar abusivamente do termo, uma vez que o sentido que pretendo imprimir à expressão envolve a atribuição de valor à prática do socorro mútuo. Como já explicito no capítulo 1, o valor que atribuo ao socorro mútuo é o do atendimento a estratégias privadas e as justificativas políticas para sua incorporação às associações de tipo sindical requerem acurada elaboração sobre os vínculos entre estratégias privadas e públicas. É isso que as interpretações estribadas na “identidade” tentam fazer, mas não é isso que vejo ser feito pelos militantes do movimento operário no Rio Grande do Sul. Quando falo em “despolitização”, penso que o valor por eles atribuído às práticas de socorros as circunscrevem ao atendimento a estratégias privadas, não as tomando como inerentes componentes das estratégias públicas. Se bem observado acima, a concessão de socorros nas associações de tipo sindical é considerado pelos choferes ou pelo anarquista Neno Vasco como um custo para as entidades. Pode-se depreender da argumentação do

¹¹⁸ *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, 1 abr. 1914, p. 3; SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *“Povo! Trabalhadores!”: tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre, dissertação (mestrado em História-UFRGS), 1994; *O Sindicalista*. Porto Alegre, 27 maio 19, p. 4 (APERGS); PETERSEN, LUCAS, *op. cit.*, p. 226-227; *O Automobilista*. Porto Alegre, 8 maio 1926, p. 1 (MCSHJC); SCHMIDT, *O patriarca...*, *op. cit.*, p. 459-460.

último – como também pode ser feito a partir da posição da FORGS no Segundo Congresso Operário Brasileiro – que há dois custos monetários a serem considerados na incorporação de socorros aos sindicatos: o pagamento do membro individual e a destinação das receitas das entidades. Aumentar o custo de associação implica restringir os membros àqueles que dispõem de alguma capacidade de poupança, ao mesmo tempo que compromete no futuro a receita auferida. Separar, portanto, os fundos de associação e de socorros – como fazia a Liga Operária Internacional de Porto Alegre, em 1896, ou como propunham os militantes rio-grandenses no Congresso de 1913 – significa gerir o orçamento das entidades tomando por princípio a separação de estratégias públicas e privadas dos trabalhadores.

A percepção dos socorros como sendo de natureza diferente das estratégias públicas implementadas pelos grupos políticos operários aparece na filiação individual de militantes a diversas sociedades de socorros mútuos, como já visto, e no contraste entre um estudo sobre o funcionamento do Sindicato dos Metalúrgicos em Porto Alegre, que aborda os socorros prestados, e a inexistência de qualquer menção a essa prática nas memórias de um militante bolchevista desse sindicato no período. A diferença entre estratégias públicas e privadas obsta ao autor do estudo perceber que a “desconfiança e controle sobre os associados” que poderiam fraudar os procedimentos de concessão de socorros – uma mudança de sentido atribuída à repressão estadonovista e à montagem da previdência estatal – na verdade já era feita pelas comissões de visita aos doentes, uma vez que 80 anos de mutualismo era tempo suficiente para que os metalúrgicos não criassem suas caixas de assistência ignorantes dos problemas possíveis, inclusive o do “abuso do direito associativo”, expressão só possível quando o direito associativo comporta a implementação de estratégias privadas.¹¹⁹ Já o custo dos socorros aparece no desgosto polidamente disfarçado do primeiro presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, um “ministerialista” que em 1933 lamentava que uma das “tarefas de vulto” delineadas pela diretoria provisória incluía a de “legar aos seus substitutos planos completos de assistência médica e econômica”; este não é um caso isolado quando se sabe do desconforto das entidades sindicais em prestarem socorros antes que o artigo 592 da Consolidação das Leis do Trabalho definisse a Contribuição Sindical como ori-

¹¹⁹ FORTES, “Buscando...”, *op. cit.*, p. 159 e ss.; MARTINS, *op. cit.* Assinalo que o militante foi entrevistado por Fortes, e aí menciona a prática de socorros, possivelmente quando instado sobre isso.

gem das receitas para tanto destinadas ou quando a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, carente de fundos, baixa a quota dos trabalhadores e suprime os socorros.¹²⁰ A crítica de Neno Vasco aos socorros não diz respeito ao seu valor, mas aos seus efeitos organizativos, algo que não é diferente na análise de Fortes, que também percebe a burocratização do Sindicato dos Metalúrgicos, ou do temor do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, com sua caixa de pecúlio, que viria a restringir a admissão de maçons que não gozassem de saúde (v. capítulo 7). Em suma, a implementação de estratégias privadas por associações orientadas à implementação de estratégias públicas gera uma tensão organizativa, que demanda um esforço dos militantes anticapitalistas para vencer a inércia da afinidade eletiva entre a prática de socorros e a moderação política. E a inércia existe porque a prática dos socorros supõe necessidades geradas pelo capitalismo contra o qual vários grupos políticos lutam, mas essas necessidades são atendidas pelas sociedades de socorros mútuos e pelos sindicatos reformistas também dentro do capitalismo e com os instrumentos do capitalismo. E a afinidade eletiva entre moderação política e sociedades de socorros mútuos poderia ser interpretada também por meio da distinção weberiana entre ética da responsabilidade e ética da convicção: é a segunda que melhor caracterizaria os ideários revolucionários.

Mas ainda existem duas outras semelhanças entre as associações de perfil político reformista e as sociedades de socorros mútuos. A primeira delas é o pouco esforço em constituir federações e confederações de nível superior ao das entidades. Como detalharei no capítulo 9, havia raras federações e confederações de mutuais, como também as havia de sindicatos reformistas, em comparação com as entidades de socialistas, anarquistas e bolchevistas. Aquilo que poderia ser qualificado como uma deficiência da ação concertada de mutuais e sindicatos reformistas – e, de fato, o é – tem como contrapartida a capacidade de deliberação autônoma sobre os rumos das entidades. Dessa forma, é como se a autonomia de cada associação fosse um dos mais preciosos bens pelo qual zelavam os dirigentes dessas entidades. Amiúde a autonomia de sindicatos sob a órbita política de anarquistas era debatida em congressos, debate que inclusive versava sobre padronização de estatutos. Mesmo formalmente autônomos, na prática esses sindicatos agiam conjunta-

¹²⁰ MARÇAL, *Primeiras lutas...*, op. cit., p. 53; OLIVEIRA, Ana Lúcia. IAPB e Sindicato: duas estruturas interligadas. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. N. 13, nov. 1999, p. 141-151; VITORINO, op. cit., p. 163.

mente. Pode-se dizer o mesmo dos reformistas e das sociedades de socorros mútuos? Na maior parte das vezes, não, e isso se revela ainda mais interessante quando se constata a existência de um texto anarquista contrário à organização de federações de mutuais devido ao risco de perda de sua autonomia.¹²¹ De um modo geral, essa autonomia poderia integrar as condições de um funcionamento democrático das entidades, mas isso se revelou também um custo elevado, quando obstou a capacidade de pressão sobre a montagem do sistema estatal de previdência. Essa segunda semelhança, a incapacidade de mutuais e sindicatos reformistas de pressionarem o Estado acerca do sistema público de previdência, tem também uma contrapartida, que é seu interesse e capacidade de debater essas questões. Já mencionei neste capítulo os debates sobre assistência no Congresso dos Operários em Fábricas de Tecidos e, quanto às mutuais, abordarei esse tema no capítulo 9. Esses eventos seriam imputáveis ao perfil reformista das entidades das categorias (ainda que alguns membros do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários tenham sido cassados depois da Intentona de 1935), mas creio que se pode melhor atribuí-los à experiência com o socorro mútuo e explico o porquê. Logo em 1923, quando entrava em vigor a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários e se celebravam os congressos qualificados de reformistas, a posição oficial dos militantes anarquistas era contrária aos benefícios concedidos pelas leis. Mas houve posições muito mais matizadas dentro desse grupo político, como mostra um artigo publicado pelo jornal paulista *A Plebe* e reproduzido pelo carioca *A Pátria*, sobretudo dirigido aos “camaradas que se prezam de revolucionários e de idéias avançadas” que resolveram aderir aos congressos de 1923. O articulista Mauro Serra não acreditava que os que haviam decidido aderir houvessem “claudicado de suas idéias”, mas reiterava as típicas críticas anarquistas. Não obstante, encerra o artigo com a melancólica constatação de que os anarquistas não tinham o que fazer ante a montagem da previdência estatal: “Embora protestemos, ela será um fato. Embora colaboremos, ela será sempre uma legislação contrária às nossas aspirações libertárias”.¹²² Quando os trabalhadores de São Paulo começaram a criar comitês pela obtenção e efetivação da Lei de Férias em 1927, os anarquistas do estado também criticavam o benefício legal. Não obstante, três sindicatos sob sua orientação

¹²¹ *Der freie Arbeiter*. Porto Alegre, 31 ago. 1926, p. 4 (FREG).

¹²² O artigo consta em *A Plebe*. São Paulo, 7 jul. 1923, p. 2 *apud* MANFRIM, *op. cit.*, p. 119. Também está no *A Pátria*. Rio de Janeiro, 14 jul. 1923, p. 4 (MCSHJC).

participaram de comitês, o dos canteiros, o dos chapeleiros e o dos sapateiros. Pelo menos os dois primeiros eram de categorias que já haviam constituído, em algum momento, sociedades de socorros mútuos. Também no Rio Grande do Sul os anarquistas receberam com cautela e desconfiança a legislação trabalhista a partir de 1919, mas se esforçaram em fazê-la conhecida dos trabalhadores, ao invés de ignorá-la, como propunham, sem êxito, as lideranças anarquistas de São Paulo.¹²³ Contudo, nem as mutuais, as entidades mais experientes em temas de previdência, tinham status institucional para pressionar a montagem do sistema estatal, e tampouco o Estado se permitia sofrer a pressão dos sindicatos, tanto antes quanto depois da ascensão de Vargas ao poder nacional.¹²⁴

¹²³ AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002, p. 282-283; LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. (O mutualismo em São Paulo). São Paulo: Contexto, 1990. (Série República), p. 70-73; *Der freie Arbeiter*. Porto Alegre, 11 mar. 1927, p. 4 (FREG).

¹²⁴ MANFRIM, *op. cit.*, p. 147 e ss.

9 – ESTRATÉGIAS PÚBLICAS

9.1 - MODELANDO-SE COMO INTERLOCUTOR

Não é possível representar interesses contra terceiros – algo que compõe a definição adotada nesta tese para "estratégias públicas" – quando falta a capacidade de "representação". Em que medida uma mutual, que atende a interesses privados de seus sócios, tem também essa legitimidade? É patente que nem todas as 406 entidades do inventário a têm, entre outros motivos porque sequer isso integrava necessariamente seus objetivos. Não obstante, os casos e critérios de fechamento tratados na Segunda Parte desta tese envolvem, de modo geral, a pretensão de fazer dos grupos dirigentes da associação voluntária os interlocutores empíricos frente a quaisquer oponentes. Mas a pretensão da legitimidade supõe que ela seja exercida não só quando de conflitos de interesses, porque, se assim fosse, sempre haveria o risco da pretensão estamental ser esvaziada quando o ato retórico dirigido ao público externo à entidade não se cingisse a virtudes. Quando há interesses em jogo, os grupos dirigentes da mutual continuam usando de discursos que tomam a virtude como lugar-comum da argumentação, mas ele terá maiores probabilidades de ser eficiente como lugar-comum quando for comumente empregado.

No capítulo 6, já mencionei casos em que os interesses materiais das mutuais por subvenções indiretas são implementados por meio do argumento de que elas seriam responsáveis pela educação, e não quero fazer deste capítulo uma mera repetição dos eventos que fundamentam minha argumentação. É por isso que focalizo, agora, os eventos por meio dos quais as sociedades de socorros mútuos procuram construir sua legitimidade como interlocutoras, independente da representação de interesses. Os melhores exemplos são os da exibição pública das entidades.

É possível que a bibliografia tenha preferido qualificar as sociedades de socorros mútuos em função de seus critérios de fechamento (e não em função do atendimento a interesses privados de associados), pela existência, tanto no Rio Grande do Sul quanto em outros universos empíricos, de momentos de exibição

pública das entidades.¹ Inúmeras entidades do Rio Grande do Sul promoviam essa exibição, não raro quando da sessão de instalação da sociedade. Como já foi visto, a fundação e debate dos estatutos da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense começam em 15 de dezembro de 1856, mas a data de instalação é 25 de março de 1857, data que acabou se revestindo de solenidade, não apenas pela estilização, mas pelo fato de ser uma Quarta-feira pela manhã, quando se presumiria que vários sócios poderiam estar trabalhando. A data foi tomada como aniversário e data de eleições pela entidade e, no dia mesmo da instalação, depois de lido ofício do Sub-delegado de Polícia do 1º Distrito,

"o sr. Presidente convidou os membros presentes para irem ouvir a Missa na conformidade do Programa da instalação, e suspendendo a sessão dirigiu-se a Sociedade incorporada para a Igreja Catedral; celebrou-se a Missa no Altar de N. S^a da Conceição, retirou-se a Corporação para a casa das Sessões, onde comparece[ram outras autoridades convidadas]".²

De modo semelhante, o Estatuto da Associação [Sociedade] Beneficente das Classes Laboriosas, em Pelotas, inclui o Regimento da entidade e a ata de instalação, solenidade onde compareceram várias "corporações" da cidade e autoridades.³

O apelo auto-imposto pela não-repetição dos eventos descritos às vezes é difícil de cumprir, mas há alguns eventos que deliberei apenas mencionar brevemente ao longo deste trabalho, para permitir seu uso no capítulo final. Deixando de lado as manifestações públicas pela abolição da escravidão, já tratadas no capítulo 7, começo com as exibições semelhantes relacionadas à Proclamação da República. Um "passeio cívico", convocado pelos alunos da Escola Militar para celebrar em Porto Alegre o 30º dia da Proclamação, contou com a participação de mutuais, inclusive de imigrantes. A Sociedade de Beneficência Portuguesa e a Vittorio Emanuele II convocaram seus sócios e compatriotas para, reunindo-se nas sedes, entrarem incorporados na manifestação, "de forma a marcar sua participação como grupo social distinto". Aparentemente, outra mutual étnica, o Gemeinützing

¹ Para Austrália, JAMES, Bob. *Craft, Trade or Mystery?* Part One - Britain from Gothic Cathedrals to the Tolpuddle Conspirators. Capturado em 27 mar. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.takver.com/history/benefit/index.htm>.

² Instalação. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860 (AHRS – Arquivos Particulares, Lata 49v, cod. 01), fls. 18-19.

³ ESTATUTOS da Associação Beneficente das Classes Laboriosas. Pelotas: Typ. a vapor do Correio Mercantil, 1880 (NPH).

Verein, também coadjuvou o evento, que contou ainda com o desfile do Clube Caixeiral Porto-Alegrense e a União Operária local.⁴

Se, em 1889, a recente mudança no regime poderia animar os que acreditavam na universalidade dos valores republicanos, o Centenário da Independência do Brasil poderia confrontar as formas de compreensão sobre os deveres de fidelidade das mutuais étnicas. Mas, longe de ser um efêmero “passeio cívico”, os festejos do jubileu mobilizaram diversos agentes sociais, de forma que o tamanho, concerto e envolvimento das associações variou em Porto Alegre. A “colônia israelita” não faria mais do que uma solenidade com os alunos do Colégio Israelita Brasileiro. Já a “colônia polaca” preferiu prudentemente não envolver especificamente a Sociedade Águia Branca, cujo salão foi apenas “gentilmente cedido por sua diretoria” para a solenidade. A Sociedad Española contribuiu financeiramente para a construção de um monumento que seria ofertado pela colônia de todo o Brasil e erigido no Rio de Janeiro. Como possivelmente o dinheiro não fosse bastante, retornou à entidade em Porto Alegre para a construção de sua sede. De qualquer maneira, a entidade solenizou a Independência na sede da Vittorio Emanuele, onde um orador faria uma exposição. Entre os italianos, cujas mutuais, como já mencionado, envolviam-se ativamente na propaganda nacionalista do país de origem, havia visivelmente um certo desconforto. O convite para os festejos tentava conciliar as motivações de “estrangeiros”, como se pensavam os dirigentes italianos, para homenagear o jubileu dos brasileiros:

“Nesses dias de júbilo para nossos irmãos brasileiros é indispensável que eles saibam que a sua alegria é também a nossa e que estamos ao seu lado. Aqui, onde nós fundamos os nossos lares, nessa terra que é a Pátria dos nossos filhos, devemos acompanhar o povo amigo, que festeja o primeiro século de vida independente”.

A festa principal ocorreria na Vittorio Emanuele II, mas a Princesa Elena di Montenegro iria aproveitar para festejar também a inauguração do retrato da agora Rainha. Os alunos da escola anexa à entidade cantariam primeiro o Hino Nacional Brasileiro e depois o hino à Rainha Elena. Os italianos de Alegrete também solenizariam em separado o Centenário, mas em Caxias, as “sociedades operárias”

⁴ Um bom relato, do qual extraí os trechos citados, pode ser encontrados em PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas: a cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1891)*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História-UFRGS, p. 76-92 (publicado como: *O cidadão está nas ruas. Representações e práticas acerca da cidadania em Porto Alegre (1889-1891)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 2001, p. 52-69). O autor, ao transcrever a manifestação a partir do jornal *A Federação* (16 dez. 1889), menciona a presença de uma entidade denominada

(mutuais italianas), exatamente por terem um caráter étnico diferente das entidades de Porto Alegre, também apareciam de forma diferente. No desfile que ocorreria na cidade, integrariam o sexto grupo, que ladearia não alguma das bandeiras do Brasil, mas o busto de D. Pedro I, junto com as “Damas de Caridade”, integrando o que seria o grupo das entidades de caridade. O orador oficial da solenidade, no entanto, teria feito referências mal-vistas pelas mutuais, que se apressaram em aprovar uma “moção em que se afirmava a adesão, com todo entusiasmo e com todo o coração, ao Brasil hospitaleiro”. De todas as etnias, no entanto, a que mais destaque obteve em Porto Alegre foi a alemã, que integraria as festividades oficiais não só pela presença de dirigentes na Comissão, como pelos “jogos olímpicos” que ocorreriam na sede do Turnerbund. Não obstante, são entidades sociais, sociedades de ginástica ou de canto as que participariam da festa, pois não há registro de presença de mutuais alemãs, exceção feita àquelas que integravam a Liga das Sociedades Germânicas, com evidente destaque para o Hilfsverein e seu Colégio.⁵ Diferente de Porto Alegre, em Montenegro a mutual italiana parece ter uma participação apagada nos festejos do Centenário da Independência, porque a mutual realmente destacada foi a União Operária, que participou do programa oficial, iniciado já às 20 horas de 6 de setembro de 1922, quando foi representado um “drama patriótico” em sua sede. Às 6 horas do dia seguinte, haveria hasteamento de bandeira, ao passo que às 7h30min a União Operária receberia seu estandarte das mãos de “senhoras e senhoritas” da cidade.⁶

É possível que os festejos do Centenário da Independência – mesmo com os eventuais desconfortos causados em mutuais étnicas – tenham condicionado o desejo de fazer não necessariamente celebrações das “nações” dos imigrantes, mas festas nacionais-brasileiras dos grupos étnicos. Posso dizê-lo porque os jubileus das imigrações alemã e italiana no Rio Grande do Sul (1924 e 1925) não podem ser apontados como festas propriamente dos países de origem desses grupos, mas, ao contrário, destacam sua contribuição ao Brasil. Seriam como versões étnicas do

“Gemeindser”, que julgo ser o Gemeinützinger Verein.

⁵ *A Federação*. Porto Alegre, 7 set. 1922, p. 27-28; *Correio do Povo*. Porto Alegre, 7 set. 1922, p. 10; *O Brasil*. Caxias, 7 set. 1922, p. 3; *Gazeta de Alegrete*. Alegrete, 7 set. 1922, p. 24 (AHMPA); VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História da Cultura-PUCRS, 1979, p. 298. A referência aos eventos de Caxias, inclusive a moção da Príncipe di Napoili, está em GARDELIN, Mario. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias*. Porto Alegre: EST/Caxias do Sul: UCS/Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1988, p. 122.

⁶ NETTO, José Cândido de Campos. *Montenegro*. Montenegro: s/ed., 1924, p. 383-385.

centenário da Independência. Isso é claro quando se observam os festejos da colonização alemã, que não ficaram restritos às mútuas homenagens entre “nacionais” e “estrangeiros”. Uma comitiva representando 10 mutuais italianas foi para São Leopoldo para o jubileu alemão, que também contou com a presença de uma comissão da Sociedad Española de Socorros Mútuos.⁷ Os discursos proferidos, sejam de diplomatas ou de autoridades brasileiras, destacavam não os vínculos nacionais originais dos imigrantes, mas sua contribuição à nação brasileira. O Álbum comemorativo do cinquentenário da colonização italiana vai além, apontando a etnia como um grupo político necessário ao Brasil:

“Come i poteri brasiliani sentirono, in un dato momento, il bisogno della colonizzazione dei campi, a tempo opportuno dovranno sentire il bisogno della colonizzazione politica”.⁸

Para não me estender demais nesse tipo de exemplo, basta mencionar que, por ocasião do Centenário da Revolução Farroupilha, Porto Alegre foi povoada por homenagens étnicas. No Parque Farroupilha, principal centro das comemorações, uruguaios, sírio-libaneses e judeus erigiram monumentos e obeliscos. Portugueses presentearam a cidade com um marco de granito na Praça Sepúlveda, ao passo que alemães e italianos contribuíram financeiramente para o Sanatório Belém. Os espanhóis, no entanto, que pouco destaque tiveram em festas anteriores, conseguiram o marco zero da cidade para sua Fonte de Talavera de la Reina. O esforço encabeçado pela Sociedad Española para amearhar as contribuições traz o mesmo tipo de ambigüidade que os documentos italianos do centenário da Independência:

“Somos muchos los españoles que vivimos radicados, talvez para siempre, en este hermoso recanto de este inmenso Brasil. Tanto lo queremos que por veces nos olvidamos de la patria de nacimiento. (...) sentimos cariño por la gente buena de este país gigante, nuestra segunda patria”.⁹

Poderia ampliar o número de exemplos em que as mutuais étnicas, ao contrário do afirmado no capítulo 7 acerca de seus vínculos nacionais, utilizam o fechamento “nacional” para modelarem-se como interlocutores que representam um grupo étnico claramente identificado com o Brasil. Não é muito diferente com mutuais classistas – e o caso dos caixeiros, tratado adiante, tornará isso claro –,

⁷ DUARTE, Eduardo (org.) *O Centenário da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul 1824-1924*. Porto Alegre : Tipografia do Centro, [1946], p. 187-191.

⁸ *CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre/Roma: Globo/ Ministeri degli Affari Esteri, 1925, p. 397.

embora seja patente que a situação de classe dos grupos dirigentes seja relevante para definir o prestígio. Este é um aspecto também relevante para retomar um fenômeno abordado no capítulo 6: o da distribuição de subvenções. Permite-me lembrar que o governo estadual republicano nunca subvencionou mutuais de imigrantes, mas isso poderia ocorrer, como de fato ocorria, em nível municipal. Penso que a explicação para tal posição não é exclusivamente dependente da situação de classe dos grupos dirigentes, mas, de um lado, proveniente de seu prestígio em meio à elite municipal, e, de outro, proveniente da capacidade de incorporar um papel político às mutuais. Quando o estado do Rio Grande do Sul subvencionava mutuais, como já visto nos capítulos 6 e 7, não necessariamente essa atitude trazia votos ao partido de situação, ao passo que só uma história política de cada município daria conta do mesmo tipo de fenômeno em nível local. Não obstante, mencionei o caso da Sociedade União Operária de Rio Grande, que debateu de forma intensa se pediria ou não subvenção ao município na década de 1890: a questão principal não é se ela queria ou não o dinheiro, mas quais os custos internos da dependência perante o poder público, uma vez que daí poderiam provir novas variáveis no processo de escolha dos dirigentes, colocando em destaque, por exemplo, lideranças internas politicamente mais próximas dos governantes.¹⁰ Debates desse tipo não se restringiam a subvenções, uma vez que a diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência sofreu dura crítica por parte de "Alguns sócios" descontentes com o "ato arbitrário e indecoroso" que foi o envio de um telegrama de felicitações ao Ministro do Império em 1883:

"Quiséramos que [a diretoria] nos dissesse desde quando é dado a uma associação puramente beneficente, composta de estrangeiros, intrometer-se nos negócios do país em que funciona, e com que direito a diretoria dispõe a seu bel prazer da vontade e opiniões da associação em geral, cujo número se eleva a muitas centenas.

....

Não pomos em dúvida que esta população tenha motivos para regozijar-se com a reeleição de sua excelência o Ministro do Império, em que sibejam [sic!] belos predicados, quer como cidadão, quer como estadista...

...

Sirvam ao menos estas linhas para provar aos nobres pelotenses que nem todos os sócios da Sociedade portuguesa de beneficência se esqueceram dos seus deveres de estrangeiros a ponto de abdicarem de sua dignidade para se tornarem instrumentos passivos da vontade de uma meia dúzia de bajuladores que só desejam fazer figura".

⁹ VARGAS, *op. cit.*, p. 277.

¹⁰ *Echo Operário*. Rio Grande, 19 set. 1897, p. 2-3; 18 out. 1897, p. 4 (NPH).

Tanto o texto crítico quanto a resposta da diretoria se movem em meio à tensão entre a universalidade do reconhecimento às virtudes do político e o caráter restrito da associação, que é, afinal, a tensão entre argumentos que pensam os portugueses como nacionais em outro país e os que pensam os portugueses como grupo étnico em Pelotas. Conquanto desconheça estudos históricos interessados na constituição de uma "esfera pública" (burguesa ou plebéia) no Rio Grande do Sul, a tensão nas posições dentro da Sociedade Portuguesa de Beneficência revela a dificuldade de aplicar esse tipo de conceito ao universo empírico do qual trato: o texto de crítica às posições da diretoria destaca o dever da entidade no atendimento às estratégias privadas de seus membros, ao passo que a defesa do grupo dirigente argumenta que o lugar da crítica não era o da imprensa, onde se "[atiraria] à publicidade a censura que dignamente poderiam levantar em ocasião oportuna no seio da assembléia geral".¹¹

A dificuldade no uso de um conceito como "esfera pública" não decorre apenas do tema e do universo empírico adotado para esta tese. Já Habermas destaca alguns elementos que agora devem ser enunciados. O primeiro é sua atenção à esfera pública burguesa, destacando a incapacidade, assumida pelo próprio autor, de dar conta de uma esfera pública plebéia, conceito que estaria sendo utilizado pela historiografia para caracterizar o espaço de exibição de diferenças, uso que estaria violando a formulação original centrada na produção de discursos racionais que tomam interesses particulares representados como universais. O segundo elemento é o da aproximação entre a atividade de associações ou grupos de interesses contemporâneos na relação com os homens públicos, adotando um modelo semelhante ao da representação estamental em sociedades aristocráticas. Contudo, esse último elemento violaria a necessária separação entre o público e o privado, que seria, afinal, uma das características distintivas da esfera pública burguesa.¹² Dizer que um conceito é de difícil utilização

¹¹ Ambos os textos teriam sido publicados no jornal *Onze de Junho*. Pelotas, 21 set. 1883, mas foram transcritos e arquivados em: Beneficência Portuguesa. IHGPEL, pasta 119.

¹² HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1984, p. 10, 17-27, 230 e ss. Para os usos historiográficos do conceito, que incluiriam exibições públicas de grupos subalternos, v. MAH, Harold. Phantasies of the Public Sphere: Rethinking the Habermas of Historians. *The Journal of Modern History*. N. 72, mar. 2000, p. 153–182. O principal estudo sobre esfera pública plebéia (denominada como esfera pública proletária) seria o de NEGHT, Oskar and KLUGE, Alexander. *Public Sphere and Experience: Towards an Analysis of the Bourgeois and Proletarian Public Sphere*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1993, bibliografia à qual não tive acesso, mas mencionada tanto por STEELE Tom. *Contested Spaces in Popular Education: the liberal bourgeois public sphere and the proletarian sphere*, quanto por LINDEN, Marcel van der,

não é o suficiente para jogá-lo fora, sobretudo porque sua inadequação para tratar dos fenômenos abordados por esta tese me permite tomá-lo comparativamente para melhor organizar a argumentação. No capítulo 5 já explicito o que me levou a atribuir às sociedades de socorros mútuos uma pretensão estamental, e nada mais coerente com essa pretensão é a exibição "pública" segundo um modelo não-burguês e incongruente com prescrições de cidadania modernizada. E a ausência de separação entre público e privado também seria coerente com a identificação de tensões entre a satisfação de interesses materiais e espirituais, amiúde referidas nesta tese.

O momento da exibição pública é o típico teste de legitimidade dos grupos dirigentes, uma vez que os critérios de sua escolha podem ter origem na falta de opção (quando ninguém quer os cargos), na capacidade administrativa para gerir uma forma de seguro, ou na capacidade de se transformarem em interlocutores do público externo à mutual. Nenhuma das três alternativas é incongruente com a escolha de dirigentes em situação de classe superior à dos associados, ao passo que as duas primeiras podem inviabilizar exposições públicas da mutual. Mas o que são, afinal essas exposições públicas? É claro que existem características intrínsecas a cada um dos eventos, mas os principais até agora descritos podem ser classificados em dois tipos: os desfiles e os monumentos. Cada um dos tipos exibe o prestígio da associação segundo critérios diferentes, porque os desfiles exibem o número de pessoas que atendem ao chamado de uma diretoria, enquanto os monumentos exibem o uso do dinheiro resultante do chamado de uma diretoria. Os capítulos 2, 3 e 4 já estudaram as pessoas e o dinheiro, e agora é o momento de verificar o quanto cada um dos elementos é relevante para a implementação de estratégias públicas.

O direito civil de associação não é igual ao direito de desfilar. Um interessante estudo sobre os eventos de desfile na Irlanda, que poderiam incluir mutuais como a Irish National Foresters e a Ancient Order of Hibernians, assinalou que

"Parades are used to give a sense of cohesion and coherence to the group themselves, to make public displays of power, wealth, strength and authority, to offer challenges or warning to other sectors of society and as celebrations and entertainment. Some parades can be all of these things at the same time, meaning one thing to those participating in them and something quite different

to those watching".¹³

Se a afirmação está correta – como me parece que esteja –, a exibição pública na forma dos desfiles não pode ser generalizada, se não invocando tradições ou posições relativamente estáveis tanto daqueles que desfilam, quanto daqueles que assistem. Quando existe a pretensão de repetir periodicamente essa forma de exibição, é necessário investir, como fez a Tipográfica Gutemberg em caso já mencionado, na confecção de um estandarte para que as pessoas que desfilam não sejam percebidas apenas como um somatório de indivíduos, mas como os que atenderam ao chamado do grupo dirigente de uma mutual. Quanto maiores os recursos de uma mutual, mais elementos são exibidos, como pode acontecer com fitas, distintivos, peças de vestuário, bandas de música. Mas cada um desses elementos pode ter outros usos – mesmo que sejam, como já mencionei no capítulo 3, os de uso interno –, ao passo que estandartes só fazem sentido quando de exibições na forma de desfiles. Estandartes simbolizam a capacidade da entidade de se exibir, e isso tanto é verdadeiro que, em Florianópolis, quando o Clube Recreativo União Operária deixou de funcionar, pediu para a Liga Operária Beneficente guardar seu estandarte, situação noticiada no jornal da última associação com o título "Honroso depósito".¹⁴

Erigir monumentos é mais dispendioso e, normalmente, demanda um empenho continuado para arrecadar os fundos necessários. Mas, ao invés dos monumentos demarcarem um momento no tempo, o fazem em um local no espaço, que pode perdurar, tal como pretendem que perdure a associação que o construiu. Mais do que isso, um monumento depende de negociações com o Estado para definir o local de sua construção e caráter de doação por parte das mutuais, com o objetivo de criar um vínculo material entre doadores e receptores. É claro que o ato de doação e o objeto doado podem ser motivo de discórdia, mas os ânimos podem serenar pela capacidade desses símbolos serem interpretados à vontade do assistente. Não obstante, a idéia e a oportunidade têm que ser adequadas, porque

¹³ JARMAN, Neil, BRYAN, *Dominic. From Riots to Rights: Nationalist Parades in the North of Ireland*. Centre for the Study of Conflict, University of Ulster at Coleraine, Nov. 1997, p. 4. Capturado em 14 jun. 2004. Disponível para download: <http://www.conflictresearch.org.uk/publications/porppubs/riotstorights.pdf> Observação semelhante sobre as diferentes interpretações dos desfiles também pode ser encontrada em texto sobre as mutuais italianas da cidade norte-americana de Reading: SAVERINO, Joan. *Italians in Public Memory: Pageantry, Power, and Imagining the Italian American, 1923-1940*. Capturado em 26 jun. 2000. Online. Disponível na Internet: http://www.balchinstitute.org/html/faculty_forum.html/Saverino.htm.

¹⁴ *O Operário*. Florianópolis, 5 fev. 1901, p. 2 (BPESC).

devem ter a capacidade de seduzir os que vão pagar por sua execução: se a estátua do casal Garibaldi ainda está na praça homônima de Porto Alegre, o monumento a Pinheiro Machado, que grupos italianos também pensavam em doar, ao que me consta, jamais foi construído.¹⁵

A facilidade com que se pode indagar do êxito na modelagem das mutuais como interlocutoras é inversamente proporcional à segurança de evidências encontradas. É verdade que o Hilfsverein, em 1891, tentou intermediar a relação de uma viúva (provavelmente não-sócia) com a intrincada máquina governamental destinada a fixar colonos, mas não há registros mais detalhados do caso, tampouco da resolução, se houve.¹⁶ Eventos como esse, se submetidos a uma apressada interpretação, revelariam a capacidade das mutuais de se apresentarem como interlocutoras representando o grupo étnico e mediando sua relação com as instâncias do Estado brasileiro. A versão otimista de uma rede de associações voluntárias capazes de promover e fomentar a cidadania pode ser contraposta, no entanto, a uma versão capaz de destacar as perversidades da dimensão associativa:

"Al promover el apego de los inmigrantes por los valores, la cultura y los problemas de su medio originario[,] no se hacía otra cosa que desviar su atención de los conflictos inherentes al medio de recepción, aumentando la capacidad mediadora de las instituciones y, por ende, de los sectores sociales que las dirigen".¹⁷

Qual das versões está correta, ou, pelo menos, é aplicável ao caso rio-grandense: a otimistas ou a pessimista? Eis aqui um dos limites deste trabalho, assim como de qualquer outro que identifica clivagens entre grupos dirigentes e associados, porque a capacidade de generalização é ínfima quando o suposto agente da procurada estratégia pública (a mutual) é dissolvido na heterogeneidade e dos interesses materiais e espirituais.

¹⁵ Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis – 26 ago. 1913 e 11 maio 1917 (maço 57, env. 6; maço 58, env. 7 – BPP). Como previsível, o argumento sobre doação proveio de: MAUSS, Marcel. *Essai sur le don*. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. [Chicoutimi?]: s/ed, 2002 [Edição eletrônica disponível para download em: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html (Dans le cadre de la collection: "Les classiques des sciences sociales")].

¹⁶ Requerimentos – Terras-colonos – 1891 (Maço 270-AHRS).

¹⁷ MARQUIEGUI, Dedier Norberto. Asociacionismo, liderazgo étnico e identidad: un enfoque comparado (Luján, 1876-1920). *Studi Emigrazione*. Roma, v. XXXI, n. 115, 1994, p. 458.

9.2 - O CONCERTO DE INTERESSES

Encerrei o sub-capítulo anterior desconfiado que os critérios de fechamento não seriam instrumentos eficientes para a implementação de estratégias públicas, e não quero começar estes próximos dois sub-capítulos afirmando que os únicos fechamentos adequados seriam os classistas. No entanto, é patente que os "interesses contra terceiros", que caracterizariam as estratégias públicas, são de mais fácil identificação e concerto quando existe algum tipo de homogeneidade interna à mutual. Qualquer critério de fechamento leva a algum tipo de homogeneidade, mas quando essa homogeneidade se pauta exclusivamente por um sentimento de pertencimento a uma comunidade que partilha valores, os interesses eventualmente concertados dificilmente excedem os interesses espirituais explícitos já nos critérios de fechamento. Desse modo, nada há para se surpreender que as mutuais étnicas se empenhem na defesa das virtudes do grupo étnico, tal como também acontece com mutuais classistas. A questão é saber como é possível emergirem outros interesses, que não os previsíveis.

Ao contrário do que possa parecer, o tema não é só o do limite do exercício político das sociedades de socorros mútuos, mas o de sua capacidade de fazer coincidir os interesses dos membros com os interesses da associação:

"... what we see is that as institutional actors, fraternal appear to influence politics in one direction, while as social actors their influence may have been in the exact opposite direction. Thus, membership organizations such as fraternal must be understood as performing multiple roles".¹⁸

Uma das maneiras de fazer coincidir interesses de associados e de associações é por meio de atos retóricos dos grupos dirigentes que moldam os interesses dos membros. A alternativa não excludente envolve a necessidade de explicitar e cumprir regras de decisão que, como já mencionei no capítulo 5, costumam estimular a participação e adotar um mecanismo interno de decisão supostamente democrático. Aqueles eventos relativos ao processo de eleição ou de participação em assembleia geral, já tratados no mesmo capítulo 5, não esgotam, contudo, o caráter "político" das mutuais, fenômeno tampouco esgotado pela relação com o Estado ou com grupos propriamente políticos, tal como procurei evidenciar ao longo dos capítulos 6, 7 e 8. Como já mencionei, não sou dos que pensam que "tudo é político", mas o processo de concertar interesses no interior das sociedades de

¹⁸ GLENN, Brian J. Fraternal rhetoric and the development of the U.S. Welfare State. *Studies in*

socorros mútuos depende de procedimentos capazes de fazer com que os que tenham sido enunciados sejam objeto de deliberação. Na prática, isso implica encontrar meios para definir quais os interesses legítimos de serem implementados por meio da mutual, para garantir o compromisso dos associados com as decisões e para obter êxito no pleito desses interesses.

No entanto, a definição das mutuais como entidades que atendem a estratégias privadas faz com que, tendencialmente, uma vez utilizados, os meios não sejam incorporados ao aprendizado acerca da implementação da estratégia pública. Pensar as mutuais dessa forma é um pouco paradoxal, mas apenas revela um nova forma das tensões existentes nessas entidades. Alguns elementos prévios já bloqueiam a busca desses meios, como declarações de neutralidade política e religiosa que, semelhantes às declarações do sindicalismo (tratadas no capítulo 8), separariam as crenças dos membros entre as privadas e as adotadas também pelas mutuais. Será possível definir, portanto, as sociedades de socorros mútuos como associações capazes de implementar estratégias públicas? Ocorre que, como venho insistindo, a tensão entre a definição daquilo que é privado e daquilo que é público não necessariamente coincide com a definição do que é interesse material e daquilo que é interesse espiritual nas entidades.

Quando uma mutual, seja de que tipo for, assume uma declaração de neutralidade política, ela apenas define que não são legítimos os pleitos de interesses espirituais que envolvam tal ou qual partido político; isso não significa que todos os interesses espirituais sejam vetados, porque, se assim fosse, dificilmente se encontraria esse tipo de declaração em mutuais étnicas, por exemplo. De outra parte, é interessante ver a forma adotada pelos estatutos de algumas mutuais de funcionários públicos, como a União dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, cujos estatutos de 1936 definem em seu artigo 3º, § 3º, que não admitiria "discussões desse gênero [políticas ou religiosas] em suas sedes, salvante no interesse da classe", disposição semelhante àquela adotada pelo artigo 46º dos estatutos da mutual municipal pelotense de funcionários públicos no mesmo ano. Nos dois casos, a discussão sobre política é admitida quando se delibera sobre os interesses materiais dos associados, e é provável que a fórmula adotada no Rio Grande do Sul apenas fosse mais explícita em alguns estatutos do que ocorria em outras partes, porque a Associação Beneficente dos Empregados da Inspetoria

Federal de Portos, Rios e Canais, com sede no Rio de Janeiro, por exemplo, trazia no artigo 44º de seus estatutos que era dever do membro "Não obstar o bom funcionamento das Assembléias (...) com discussões de assuntos políticos, religiosos, desportivos, ou que não sejam diretamente ligados aos interesses sociais". Tal prescrição parece ser mais uma salvaguarda contra usos clientelares da entidade do que uma proibição efetiva desses assuntos; como salvaguarda, seu uso será provavelmente definido pela diretoria quando o debate dos temas elencados prejudicar a deliberação em cada momento necessária.

Quando, no capítulo 4, comparei finalidades de mutuais de São Paulo e Rio Grande do Sul, destaquei alguns elementos que permitiriam a implementação de estratégias públicas na região meridional, talvez de forma mais pronunciada do que na outra região. Em que pesem os poucos casos e estatutos de entidades encontrados para o Rio Grande do Sul, que roubam parte da consistência de uma comparação com São Paulo, há marcantes diferenças entre o encontrado por Tânia de Luca e o que encontrei em meu universo empírico.¹⁹ Em primeiro lugar, a inexistência, no inventário para São Paulo, de mutuais de militares, que não são exatamente de "funcionários públicos", mas que teriam pontos semelhantes por tomarem como empregador o próprio Estado. No Rio Grande do Sul (sem mencionar a Sociedade Philantrópica, para a Guarda Nacional, que não pode ser exatamente qualificada como constituída de militares e que foi fundada sob provável iniciativa da Província em 1867), encontram-se casos como o do Montepio Militar, fundado em 1881, ao qual se acrescentam outras mutuais de oficiais criadas no século XX – inclusive o Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército, ainda hoje existente. Por outro lado, não encontrei no Rio Grande do Sul entidades de filiação compulsória para o funcionalismo, indicando que, diferente de São Paulo, não foi esse tipo de associação utilizada para a assistência desses trabalhadores. Diferença também há no padrão rio-grandense de constituir mutuais genéricas para o funcionalismo – e não restritas a tal ou qual órgão, como seria em São Paulo –, padrão que teria efeitos tanto na capacidade de garantir o atendimento aos interesses materiais dos associados, quanto a implementação de estratégias públicas, mais fáceis quanto maior o número de associados.

¹⁹ LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. O mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990, p. 99-119.

Tânia de Luca também atenta para a possibilidade das mutuais de funcionários públicos servirem como associações de tipo sindical, e encontra alguns casos em que os estatutos indicam esse desejo.²⁰ Se a comparação sobre a forma de organização indica maiores probabilidades de isso ocorrer no Rio Grande do Sul, fica a pergunta: ocorreu?

Ao contrário de outras respostas que venho dando a perguntas que faço, agora é possível identificar estratégias públicas. Tanto militares, quanto funcionários públicos civis implementaram estratégias públicas ao longo do período aqui abordado, e agora é necessário verificar o peso das mutuais nesses eventos. Um momento em que a representação de interesses é feita pelas mutuais, precisamente por causa da proibição de constituição de sindicatos entre funcionários públicos, é o da eleição de deputados classistas para a constituinte de 1933. Embora algumas prováveis mutuais também tivessem nomeado delegados-eleitores para a constituição da deputação classista de empregados (como as “Benef. dos Mestres e Marinheiros” e “Benef. do Fumo”, de Belém do Pará, ou as “Benef. dos Op. em Fáb. de Papel” e “Benef. Op. Fab. de Tecidos de Santana”, no estado do Rio de Janeiro, o “Centro Benefic. dos Ferroviários da Leopoldina”, a “Assoc. Benef. de Op. Cinematografistas”, do Distrito Federal), quase todos os deputados-eleitores do funcionalismo público representavam associações, caixas, clubes e sociedades “benéficas” (isto é, mutuais) desses trabalhadores, inclusive as duas do Rio Grande do Sul, a Sociedade Benéfica União Telegráfica e a Sociedade Benéfica União Postal de Porto Alegre.²¹ Embora não tenha encontrado os estatutos da União Postal, a União Telegráfica é uma entidade que às vezes tenho mencionado porque encontrei alguns estatutos e relatórios, e ambos são interessantes. Nos estatutos de 1916 e de 1921, em nenhum momento aparece qualquer finalidade da associação relacionada à implementação de estratégias públicas: sequer a promoção de “união e solidariedade” entre os associados consta nesses documentos. A prescrição mais próxima disto está incluída no estatuto de 1921, entre as atribuições do Presidente descritas no artigo 38º, §5º, qual seja, a de fazer “reconhecer” a entidade pela Diretoria Geral dos Telégrafos. Contudo, é difícil

²⁰ *Ibidem*, p. 117-118; v. também: CONIFF, Michael L. Voluntary associations in Rio, 1870-1945. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. V. 17, n. 1, feb. 1975, p. 67.

²¹ BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, 2001, Anexos.

interpretar o parágrafo, porque sua justificativa, como, de resto, todo o estatuto, está orientada para a satisfação do interesse material pelo pecúlio, uma vez que o reconhecimento seria necessário "sobretudo para o efeito das consignações e descontos em férias e folhas". Um elemento importante nesses estatutos de 1921 é que foi suprimida a assembléia geral, provavelmente já em 1918, como aparece em relatório, ainda que a diretoria seja eleita pelo voto enviado por correspondência. O modelo da organização é de uma entidade sem instâncias decisórias democráticas, e destinada unicamente à satisfação dos interesses materiais de associados. O relatório de 1918, no entanto, revela uma entidade sem "travas na língua", porque menciona os baixos salários do funcionalismo e ainda comenta com ironia a demora entre a aposentadoria dos telegrafistas e o pagamento dos valores devidos pelo Estado, interregno no qual a União Telegráfica pagaria a metade do previsto como valor devido pelo empregador,

"... livrando [os telegrafistas] generosamente da provável penúria a que os reduziria certamente a magnanimidade da administração pública, que aproveita todo o esforço e todo o vigor da mocidade de seus empregados, mas não os socorre e aos seus herdeiros".²²

Ignoro outros momentos da trajetória da entidade, mas quando a situação mais improvável – isto é, a de ausência de contato físico entre os associados a uma entidade exclusivamente destinada à satisfação de interesse material – ainda revela a capacidade de organização para escolher deputado-eleitor e retórica de combate ao patronato, há motivos para supor que interpretações sobre a "acomodação" do funcionalismo público resultem de uma falta de documentação capaz de revelar as estratégias desses trabalhadores. Um dos motivos que provavelmente incomodava o funcionalismo público regional e dos municípios sobre os quais encontrei registros é a inexistência de montepios específicos. Mesmo que eventualmente houvesse, desde o século XIX, alguns incentivos para ingresso em entidades nacionais, como visto no capítulo 6, nunca foi criado um específico para os funcionários municipais ou estaduais, que só passaram a contar com mecanismo estatal a partir de 1931. Não obstante, desde que passou a ser subvencionada pelo Estado, entre 1923 e 1929, a Sociedade Amparo Mútuo dos Empregados Públicos Estaduais e Municipais absorveu de 70,59% a 96,53% dos valores destinados a sociedades de socorros mútuos. A mesma entidade, quando pedia subvenções diretas aos Municípios de

²² RELATÓRIO da Sociedade Beneficente União Telegráfica do ano 1918. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919, p. 3-5 (BN).

Porto Alegre, acrescentava a lista nominal dos funcionários daquela instância estatal que eram associados. Não teve tanta sorte a Sociedade Beneficente União Municipal, de Porto Alegre, cujo pedido de subvenção em 1912 contou com pareceres divergentes. O da Comissão de Petições e Reclamações, favorável ao pedido, destacava a inexistência de um montepio, avaliava positivamente o fato da entidade ser composta exclusivamente de municpários e ter “fins única e absolutamente beneficentes”. Já a Comissão de Orçamento era contrária, pois o pedido provinha “de uma sociedade de socorro mútuo, com o intuito somente de beneficiar as pessoas dos seus associados ou de suas famílias, e não com o intuito de beneficiar as classes desvalidas da sociedade”. É possível que isso tenha selado o destino da sociedade, porque aquele que ocupava o cargo de presidente em 1912 é um dos municpários sócios da Sociedade Amparo Mútuo dos Empregados Públicos Estaduais e Municipais em 1923.²³

É verdade que, quando não havia montepio com contribuição compulsória do empregador, a criação de uma sociedade de socorros mútuos entre funcionários públicos procurava garantir a cada ano sua subvenção. Mas é interessante perceber que a Amparo Mútuo, criada em 1915, resultou de uma frustrada campanha pela criação do montepio estadual, mas só passou a perceber receita do empregador quando da conjuntura de renhida disputa eleitoral e insurreição dos anos 1922-1923. Tanto a inexistência de montepios, quanto a não-subvenção à União dos Funcionários Municipais em 1912 e da Amparo Mútuo até 1922, atestam que as instâncias estatais do Rio Grande do Sul por muito tempo evitaram comprar a lealdade do funcionalismo com formas de previdência. Há motivos para crer que a lealdade, se obtida, provinha exclusivamente de interesses espirituais, uma vez que o jornal *O Paladino*, editado entre 1908 e 1912, praticamente só argumentava dessa forma na campanha para obtenção do montepio, cobrindo de louvores os governantes estaduais do Rio Grande do Sul, noticiando entidades semelhantes para o funcionalismo estadual em Sergipe e Pernambuco, e, quando já pessimista com a campanha, invocava o orgulho estamental: “começam os funcionários a compreender que **é melhor perder tudo, mas manter a honra** na luta pela vida”.²⁴

²³ Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de auxílios de verbas. Instituições assistenciais, 1894-1929 (AHMPA – 1.11.1.6.1.1): correspondências de 20 out. 1912, 11 out. 1915, 22 out. 1923, 30 out. 1924, 3 mar. e 19 out. 1925, 27 nov. 1926, 28 set., 4 e 12 nov. 1928.

²⁴ *O Paladino*. Porto Alegre, 1908-1912 (MCSHJC). Os trecho citado pertence à edição de 15 jan. 1909, p. 1 e o grifo é do original.

Mas a representação de interesses pelas mutuais do funcionalismo público não se restringia a pedidos de subvenções, uma vez que isso não as diferenciava das demais sociedades de socorros mútuos, quando muito por utilizar argumentos de outra natureza. Embora não fosse composto exatamente de funcionários públicos, o Montepio Militar em 1881 já tinha por objetivo o pleito de direitos descumpridos pelo poder público, uma vez que um de seus cargos de diretoria previsto pelos estatutos (Cap. VII, art. 14, §2º) era o de “promotor”, a quem cabia “promover (...) os interesses das viúvas e órfãos a que houver de pertencer (...) o meio soldo que lhe competir por lei”. Se mesmo mutuais que não tinham por objetivo a defesa de interesses, como a União Tipográfica, agiam neste sentido, é possível que o Montepio Militar também o fizesse, ainda que seja necessário verificar até que ponto é a entidade o instrumento para exercer pressão. Para o caso do Montepio Militar, talvez não fosse, porque antes de sua criação já circulava no Rio Grande do Sul um periódico específico “consagrado aos interesses militares” capaz de criticar o desprestígio do Exército e tecer comentários inamistosos sobre uma proposta de imposto de 20% sobre os vencimentos do funcionalismo público: “sobre os ricos é que deve pesar tal imposto”.²⁵

Como já antes dizia, interpretações sobre a acomodação do funcionalismo talvez estejam estribadas na ausência de fontes, e as mutuais podem fornecer informações necessárias (não sei se suficientes) para matizar tais interpretações. De qualquer maneira, mesmo que minha pesquisa não tenha sido feita exclusivamente sobre o funcionalismo, foi possível encontrar alguns casos de pleito de direitos, ambos por parte de sociedades de socorros mútuos, e ambas de municipais. Em um pedido de subvenção direta em 1936, a Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre, assumindo-se como representante de classe, apresenta suas receita e despesa, acrescentando em tom acre:

“Releva ainda salientar que mais da metade dos nossos sócios [então em número de 600, ALSJ] são operários e agentes do tráfego, pessoal que por sua condição de trabalho, às intempéries, sofrem as conseqüências naturais dessa situação, pois quando mais vão precisar de seus vencimentos, é quando o regulamento da Prefeitura manda descontar o terço dos ordenados, cabendo, então, à Associação cobrir essa diferença (...). Dessa forma, a Associação presta, indiretamente, seu auxílio aos próprios cofres da Prefeitura, pois, outras fossem as disposições em vigor, não nos encontraríamos em tal contingência”.²⁶

²⁵ *Alvorada*. Rio Grande, 1 mar. 1879, p. 1 e 6 (MCSHJC).

²⁶ Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de auxílios de verbas. Instituições assistenciais e religiosas, 1936-1937 (AHMPA – 1.11.1.6.1.1): correspondência de ? out. 1936.

O argumento do interesse público também aparece no primeiro relatório da União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul, que pleiteava a padronização dos estatutos dos municipais e o “reajustamento e revisão dos quadros do funcionalismo”. Os trabalhadores justificavam o primeiro como um procedimento racional contrário às “praxes e imposições de caráter convencional”, mas, antes de se manifestarem conflitos com administrações municipais, já o governo federal marcava prazo para a criação desses estatutos do funcionalismo público. O segundo pleito vinha sendo debatido com o governo estadual e se justificava porque viria adequar a “ascendência orçamentária”, o “custo de vida” e a “representação social nos diversos setores do Estado”. Não custa lembrar que esse pleito ocorria em plena ditadura do Estado Novo, encaminhado por uma sociedade de socorros mútuos com 3257 sócios, cujo âmbito regional era superior ao de seus empregadores (municípios) e que ainda articulava a criação de uma Federação Nacional das Associações de Municipais.²⁷

Existem semelhanças e diferenças nas estratégias públicas do funcionalismo estatal e dos comerciários (caixeiros). Ambos seriam facilmente incluídos entre os setores médios, também por supostamente contarem com um saber técnico que permitiria o exercício da atividade e a ascensão na carreira. As diferenças provêm do caráter dos oponentes no pleito de interesses (Estado num caso e agentes privados no outro) e do perfil das mutuais constituídas por cada grupo. Os Clubes Caixeirais constituídos em várias cidades do Rio Grande do Sul, muitos ainda hoje existentes, podem ter perdido seu caráter mutual e seu critério de fechamento, mas creio poder afirmar que as atividades de sociabilidade seguiram, ao passo que não há evidências de mutuais do funcionalismo estatal que priorizassem o contato intersubjetivo, a ponto de, em alguns casos, não existir sede alguma.²⁸ Outra diferença também pode ser vista no mais freqüente interesse pleiteado pelos caixeiros: o descanso (no mais das vezes, semanal) obtido por meio do “fechamento de portas” dos estabelecimentos comerciais. As mutuais foram muito importantes no fechamento de portas, e sua criação nos municípios de Pelotas, Porto Alegre, Bagé,

²⁷ UNIÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório do primeiro biênio social: 10-3-1939 – 10-3-1941. Santa Maria: [Comercial?], s.d., p. 20-23 (BPP).

²⁸ Os parágrafos a seguir, largamente baseados no estudo de Paulo Cesar Borges DUARTE (*Despachando no balcão: caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*). Porto Alegre, 2001. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 2001) me permitiram assinalar referências bibliográficas ou fontes quando fossem outras.

Santa Maria, Livramento, Cachoeira, São Gabriel, Uruguiana e Rio Grande coincide com a existência de demandas pelo fechamento. O único caso que conheço no qual o Clube Caixeiral (ou variantes desse nome) não está associado à estratégia pública é o de Passo Fundo, porque, aparentemente, a denominação já havia se consolidado como referência a clubes de sociabilidade, de forma que foi o adotado pela mutual italiana quando da nacionalização.²⁹

A despeito da semelhante denominação, há diferenças na forma adotada por cada uma dessas mutuais de caixeiros, e mesmo variações ao longo do tempo, diferenças que podem ser reduzidas a dois elementos também adequados para comparações com as mutuais do funcionalismo estatal. O primeiro desses elementos é que, considerada a natureza da reivindicação, ela se realiza por meio do Estado, primeiro na forma de um texto legal e, depois, pela fiscalização do cumprimento da norma de fechamento de portas. Para o período imperial, os caixeiros deveriam obter o fechamento em três momentos sucessivos: o do acordo (fosse qual fosse a natureza da pressão) com os comerciantes; a incorporação do acordo no Código de Posturas municipal; a ratificação da alteração do Código de Posturas no legislativo provincial. Em qualquer desses três momentos, grupos contrários à reivindicação poderiam agir, e o descumprimento da norma devido à ausência de fiscalização também poderia sobrevir. Com isso, em qualquer desses três (ou quatro, contando com o momento da fiscalização) momentos, a existência de uma associação estável é instrumento importante para a realização do fechamento. Entre 1884 e 1888, 19 leis provinciais dispunham sobre o fechamento de portas, mas a distância entre o texto legal municipal e regional poderia variar de alguns meses – como foi em Porto Alegre que durou do final de 1883 a março de 1884 – a alguns anos – como foi em Pelotas, que durou de 1880 a 1886, com uma aprovação provisória pelo Presidente da Província, ou 1888, com a aprovação pela Assembléia Legislativa. Em São Gabriel, a derrota dos caixeiros em âmbito municipal não foi suficiente, porque obtiveram vitória em âmbito provincial, ao passo que em Cachoeira [do Sul], não houve aprovação provincial. Já relatei que os primeiros anos da República são politicamente tensos no Rio Grande do Sul, e, para algumas cidades onde teria havido o fechamento de portas, tal medida foi sendo revogada, a ponto dos caixeiros de Pelotas manterem a demanda sem, contudo,

²⁹ D'ÁVILLA, Ney Eduardo Possapp. *Caixeiral Campestre Tennis Clube, 1901-2001*. Passo Fundo: Imperial Artes Gráficas, 2001, p. 50-52.

considerarem imprescindível o texto legal – que avaliavam difícil obter: bastava o costume.

No capítulo 7 já dei alguns exemplos das relações que as mutuais de caixeiros mantiveram com políticos no Rio Grande do Sul, e isso não era diferente no Rio de Janeiro, onde a Associação dos Empregados do Comércio contava com 4 consócios no legislativo municipal quando do debate do fechamento de portas em 1911-1912, ou em São Paulo, onde o Grêmio do Comércio rapidamente se alinhou, quando de sua fundação em 1888, a um político provincial.³⁰ O que é diferente, contudo, é o envolvimento das sociedades de socorros mútuos na implementação precoce dessa estratégia pública, afirmação que pode ser ressaltada pela minha incapacidade de encontrar fontes e bibliografia para todo o Brasil, mas que é flagrante quando se constata a quase inexistência da demanda pelo fechamento de portas em relatórios de diferentes entidades em outras cidades brasileiras, com exceção de Manaus em 1908.³¹ A precocidade da estratégia pública e da manutenção da conquista é tal que a cidade de Pelotas, devido a seu Clube Caixeiral, chegou a ser referida como a "Covadonga da liberdade do caixeiro em todo o Brasil", uma vez que o fechamento de portas foi obtido por mobilização na passagem de 1879 para 1880, enquanto, no Rio de Janeiro, uma postura municipal de 1880 foi logo revogada.³²

³⁰ POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixeirais e o "fechamento de portas" no Rio de Janeiro (1850-1912). *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 130-131; LUCA, *op. cit.*, p. 79.

³¹ ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Quarto Relatório concernente ao ano de 1910*. Manaus: Livraria Clássica, 1910, p. 12; RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Pará referente ao exercício de 1909-1910. Belém: Typ a vapor da Livraria Gillet, 1910; SOCIEDADE HUMANITÁRIA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO PAULO. *19º Relatório apresentado à assembléia geral de 26 de janeiro de 1908 pelo seu Presidente Lucio Moreira de Mello*. São Paulo: Duprat e Comp., 1908; RELATÓRIO da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio da Cidade de Santos. [Santos]: Typographia da Gazeta de Santos, 1883; RELATÓRIO da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio da Cidade de Santos. [Santos]: Typographia Brazil, 1917; RELATÓRIO da Associação Curitibana dos Empregados no Comércio. Curitiba: Typographia Júlio Koch, 1899; ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PERNAMBUCO. *Relatório apresentado em Assembléia Geral de 28 de Janeiro de 1912*. Recife: Imprensa industrial, 1912; RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imp. H. Lombaerts e Cia, 1895; RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. da Papelaria Ribeiro, 1903.

³² MORALES, Manuel. Memória. In: CLUB CAIXEIRAL. *Relatório das gestões de 1926 e 1927 apresentado pelo Presidente Germano Duarte*. Pelotas: Universal, 1928, p. 40; POPINIGIS, *op. cit.*, p. 113. A Batalha de Covadonga ocorreu em um sítio asturiano onde teria simbolicamente começado a reconquista espanhola aos muçulmanos, ainda no século VIII, uma vez que resultou em fragorosa derrota militar dos invasores. Como é fácil supor, o autor da metáfora era um caixeiro espanhol.

É verdade que nem todas as leis de fechamento de portas no Rio Grande do Sul dependeram da existência de mutuais de caixeiros, porque o panorama dos primeiros anos da República é muito variado: não há indícios de existência de uma demanda implementada por qualquer associação voluntária nos municípios de São Jerônimo ou de Federação (Arroio Grande), ainda que o fechamento de portas ocorresse na forma prescrita pelos atos n. 185, de 15 de abril de 1890 e n. 63, de 27 de janeiro de 1891. Nesses casos, o texto legal não provinha da implementação de estratégia pública, sendo provável que decorresse da manutenção de tradições. No entanto, quando existe o movimento por parte dos caixeiros pelo fechamento de portas, a estratégia pública estaria melhor configurada do que, por exemplo, no caso do funcionalismo estatal, porque, neste segundo caso, o terceiro contra o qual se representam interesses só pode ser o Estado, mas este só será um "terceiro" quando se concebe a existência de uma esfera pública, perante a qual as mutuais se apresentam como representantes e interlocutoras. Já no caso dos caixeiros, sequer é necessário supor a existência dessa esfera pública, porque o Estado, ele próprio, seria o interlocutor perante o qual se apresenta a demanda caixeiral. Nos dois casos, as mutuais se dirigem ao Estado, mas só no caso dos caixeiros é possível adequar o evento de forma precisa ao modelo de uma estratégia pública.

O segundo elemento em comum das mutuais de caixeiros é o da definição estamental. Para ser mais preciso, os caixeiros têm dúvidas acerca da correta definição de si próprios, porque sua situação de classe, sobretudo quando em confronto com o patronato, não permite que se pensem facilmente como iguais àqueles que são contrários ao fechamento de portas, mas a retórica freqüentemente adotada é a que indica como profissão o "comércio". Com essa definição estamental, "comércio", há sempre dúvidas sobre o que fazer com os comerciantes, se devem ser associados e se devem ter direitos políticos nas entidades. Essa é uma decisão mais grave ainda para caixeiros, cujas expectativas e possibilidades de ascensão social tendem a levá-los para a posição de comerciantes. Pôr em relevo essa característica da profissão pode despir um pouco da desconfiança que posso ter causado no leitor sobre o quão democráticas seriam as mutuais, quando não conferem direitos políticos internos a todos os sócios: os Clubes Caixeirais de Porto Alegre e Pelotas, por exemplo, permitiam a associação de comerciantes, mas não o exercício de cargos, com exceção daqueles que ascenderam socialmente em meio ao mandato. A restrição do acesso aos direitos políticos para certos membros se

torna um instrumento para permitir o concerto de interesses. Não obstante, é patente que o concerto de interesses não é apenas um fenômeno interno à mutual, porque supõe esse concerto também com comerciantes. Para Pelotas, segundo o estudo mencionado, os principais opositores ao fechamento de portas eram os pequenos comerciantes varejistas, não os grandes, e vários desses últimos obtiveram posições de honra no Clube Caixeiral.

Fosse esta uma pesquisa específica sobre caixeiros, claudicaria minha argumentação na falta de maiores evidências. Para minha felicidade, existem algumas pesquisas sobre esses trabalhadores, e todas coincidem na avaliação de que há um esforço por parte dos caixeiros de construir um discurso em que os casos de conflito com o patronato não se cobrem de tintas vermelhas, inclusive pelo esforço em demarcar a diferença dos comerciários para os operários.³³ Esses últimos são os "outros", ao passo que o "nós" oscilaria entre a incorporação ou não dos comerciantes. Dizer que o discurso oscila, ou que é apropriado de formas diferentes por diferentes setores sociais, ou ainda que é um recurso racionalmente utilizado pelos agentes sociais são todos argumentos que tentam dar conta de uma situação de classe que não coincide com as formas de representação dos conflitos daí decorrentes. Pouca diferença existe quando substituo o interesse de pesquisa acerca da "identidade" caixeiral por afirmações concernentes à pretensão estamental das mutuais. Mas penso que a substituição é mais adequada para alguns eventos sobre os quais o volume da bibliografia ainda não foi suficiente. O primeiro desses eventos é, na verdade, um conjunto deles com nomes também semelhantes ou em comum: as Associações dos Empregados no Comércio. No Rio Grande do Sul, elas coexistiram com Clubes Caixeirais em Porto Alegre e Rio Grande e, a julgar pela documentação encontrada, não estavam tão interessadas no fechamento de portas, mas na capacidade de exercer pressão em benefício da atividade lucrativa no comércio, seus diretores amiúde eram comerciantes e mantinham – à semelhança da homônima do Rio de Janeiro – um mecanismo interno de decisão que não era o das Assembléias Gerais, mas das Assembléias Deliberativas, fazendo com que as diretorias fossem eleitas de forma indireta e limitando a capacidade de participação do associado comum. O mencionado estudo

³³ Além de DUARTE (*op. cit.*) e POPINIGIS (*op. cit.*), v. ainda ALVES, Francisco das Neves. *O trabalho é a luta divina* – um jornal de caixeiros em Rio Grande: fragmentos de vivências. In: *idem* (org.). *O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2001, p. 97-111.

de Popinigis, para o Rio de Janeiro, evidencia uma disputa pelo monopólio da representação dos comerciários entre a Associação dos Empregados do Comércio e as demais associações de caixeiros: existia o mesmo no Rio Grande do Sul? É verdade também que, logo nos primeiros tempos do Clube Caixeiral de Pelotas, se criou outra associação (Caixeiral dissidente, ou União do Comércio) que aceitava comerciantes com direitos políticos: por que não persistiu? Nas cidades onde havia as duas entidades, qual delas se empenhou pela sindicalização dos comerciários nos anos 1930? Questões como essas são relevantes para melhor evidenciar o caráter estamental do comércio, tal como interpreto os eventos – e, por isso, dizia que se esta pesquisa fosse específica sobre caixeiros, faltariam evidências porque faltaria mais investigação. O fato de haver concorrência entre casas comerciais e entre sociedades de socorros mútuos não significa que existam conflitos, nem interpõe problemas na definição estamental, uma vez que, mesmo dentro dos estamentos, existem disputas de prestígio.

Tomar a definição de "comércio" como característica do estamento explicaria melhor alguns artigos publicados no jornal do Clube Caixeiral Porto-Alegrense no final de 1885, artigos que advogam a necessidade de que os comerciantes lancem candidaturas para o parlamento nacional. A auto-definição do articulista permite identificar o caixeiro como aquele que pertence ao "grêmio comercial" e é capaz de utilizar esse recurso para obter ganhos em outras esferas:

"Os próprios comerciantes são os mais culpados, porque não sabem impor-se, elevando assim a distinta classe à que pertencem ao lugar que lhe compete de direito no banquete político-social de nossa terra.

Nós, porém, mais egoístas e dedicados a tudo que tende a melhorar o grêmio a que pertencemos, ergueremos sempre a nossa voz, fraca embora, em prol dessa justíssima causa".

Nas semanas seguintes, o tema volta à baila. No segundo artigo repetem-se alguns argumentos, mas acrescenta um tom de ameaça que, mais uma vez, demarca a diferença entre o caixeiro e o comerciante: "a explosão há de fazer-se um dia – ou por eles ou por nós". Na semana seguinte, em comentário à recepção favorável da proposta pelo jornal *Deutsche Zeitung*, de Porto Alegre, o jornal não deixa dúvida sobre a pretensão estamental, quando ignora a classe e o contrapõe ao partido: "o interesse partidário tudo sufoca em nossa terra, até mesmo a

dignidade e a honra, os dous preceitos santos que todo homem deve prezar acima de tudo".³⁴

O discurso que toma a pretensão estamental como um recurso em outras esferas poderia ser interpretado como um dos poucos disponíveis aos caixeiros mutualizados, mas é necessário algum tipo de cuidado com esse tipo de interpretação, porque, ao invés de explicar a crença, a toma como inexistente. Ouso afirmar que ela existe e é eficaz não só para obter o fechamento de portas, como para obter para as mutuais a simpatia (e as doações em dinheiro) de comerciantes que também acreditam pertencer ao estamento. O fato da pretensão estamental existir na forma de uma crença que não pode ser totalmente reduzida a um recurso material é mais claro quando se constata que os comerciantes que eventualmente buscam prestígio por meio das associações de caixeiros não estão mantendo uma conduta muito diferente daquela existente entre imigrantes endinheirados que se convertem em sócios protetores ou benfeitores de mutuais étnicas. E, talvez, o que ocorra com as Associações de Empregados do Comércio seja semelhante ao que ocorra em várias das mutuais étnicas, nas quais o padrão do associado seja "pobre" e o dos grupos dirigentes seja "rico". Permito-me, contudo, avançar na comparação para incorporar também as mutuais de funcionários públicos. Nelas também existe a pretensão estamental que toma forma quando certos políticos ou ocupantes de cargos eletivos são incorporados como sócios de diferentes categorias honoráveis. Mas existem problemas para esse tipo específico de mutuais. Enquanto, para as demais, constrói-se um modelo no qual cabem os "ricos", para as mutuais de funcionários públicos, é difícil construir esse modelo no qual os ocupantes de cargos eletivos pertenceriam ao mesmo estamento da burocracia; ademais, para as outras entidades, as doações obtidas desses membros honoráveis provém de fundos privados (a fortuna do endinheirado), ao passo que os ocupantes de cargos eletivos têm apenas algum poder sobre recursos públicos, não a capacidade de dispor deles como quiserem.

Há algumas perguntas com respeito às quais o esforço por evitar enunciar acaba por fazê-las prementes. Depois de verificar com alguma atenção casos de mutuais étnicas no primeiro sub-capítulo, e dois tipos de mutuais classistas neste, além de vários outros casos ao longo dos demais capítulos, duas questões precisam ser respondidas. A primeira dessas questões é: existem muitos ou poucos casos de

³⁴ Respectivamente: *O Athleta*. Porto Alegre, 22 nov., p. 1; 29 nov., p. 1; 6 dez. 1885, p. 1 (MCSHJC).

implementação de estratégias públicas por parte das sociedades de socorros mútuos? À pergunta simples, uma resposta desconsolada: não sei. Ocorre, como já havia começado a argumentar, que o caráter público de uma estratégia não é imediatamente assimilável aos binômios tratados no capítulo 5, que preferi consolidar como interesses materiais e espirituais. O fato das mutuais de funcionários estatais dirigirem correspondência a seu patrão, e este patrão manter arquivos que me são acessíveis, é o que me permite identificar a representação de interesses, mas, como também ressaltei, no capítulo 6, há dúvidas sobre o quão "público" é o Estado. O mesmo tipo de representação de interesses em empresas privadas, quando não há notícias de jornal, mobilizações, desfiles, greves, etc., talvez não seja uma estratégia que se perdeu para a historiografia (uma vez que nem sempre é isso que acontece), mas que seja uma estratégia (ou simplesmente uma forma de ação) também privada. Então, se alguns sócios da Beneficência Porto-Alegrense foram presos, a diretoria da entidade procurou os órgãos do Estado para soltá-los, mas sequer os motivos da prisão foram transcritos em ata, de qualquer modo não escritas para se converter em documento público...³⁵ Só por envolver o Estado, seria uma "estratégia pública implementada por mutual"? Penso que não, e a capacidade de definir o que é exatamente "público" é um requisito para definir quais eventos de representação de interesses podem ou não ser objeto de atenção numa tese como esta. Por sedutora que possa ser a idéia de uma esfera pública plebéia, caracterizada por um tipo social um tanto diferente do cidadão abstrato e autônomo, dotado de razão e integrante da esfera pública burguesa, valores existentes tanto nas mutuais quanto em outras associações voluntárias populares (inclusive sindicatos), tais como "moralidade", "honestidade", "respeitabilidade", "decência", "honra", "prestígio", etc., todos envolvem a impropriedade de isolar o que seja a vida privada. Se o argumento é válido, os momentos nos quais existem estratégias públicas são aqueles que mais revelam as tensões típicas das mutuais, que se pautariam pela promoção de valores de sociabilidade, mas operam segundo um contrato entre as partes. Resumindo o argumento, não sei se existem muitas ou poucas estratégias públicas de mutuais, porque não sei como definir o "público" em meu universo empírico, e o estudo desse

³⁵ Diretoria, 20 jun. 1858. LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860, *op. cit.*, fl. 42-43.

tipo de associação voluntária é capaz de produzir mais sombras do que o previsto sobre esse tema.

A segunda pergunta premente, talvez mais próxima do título deste sub-capítulo, é se há afinidade entre o concerto de interesses pelas mutuais e mecanismos democráticos. Boa parte da resposta já foi fornecida no capítulo 5, mas agora seria o caso de indagar se a estratégia pública depende de democracia. Minha resposta é negativa: a implementação de estratégia pública depende de legitimidade, e essa legitimidade não precisa ser, necessariamente, democrática. Já mencionei que a União Telegráfica e as Associações de Empregados no Comércio não eram exatamente "democráticas", e as últimas, freqüentemente, representam interesses. Se essas representações de interesses podem ser consideradas estratégias públicas, este é um tema que debati acima, mas a pergunta agora feita é de outra natureza. Afirmando que legitimidade é o necessário, porque daí pode provir a lealdade entre os membros, capaz de garantir a disciplina eficiente para a implementação da estratégia pública. Supor que o concerto de interesses é melhor efetivado em situações democráticas tenderia a ignorar algumas variáveis que esta tese não quis deixar de fora. A primeira delas é aquilo que Tocqueville definia como "interesse bem compreendido": quando existia, as associações voluntárias seriam elementos que poderiam fazer funcionar melhor a democracia, mas, quando da sua ausência, simplesmente não haveria associações voluntárias, e talvez os regimes democráticos não fossem eficientes. A relação supostamente necessária entre associações voluntárias e democracia seria mediada por essa concepção. O "interesse bem compreendido" não necessariamente coincide com o interesse material ou espiritual, ainda que o componente espiritual seja necessário. Creio haver demonstrado que a distinção entre um e outro tipo de interesse pode até mesmo ser borrada pela retórica dos grupos dirigentes, mas se evidencia no padrão de baixa participação nas instâncias decisórias. A segunda variável capaz de desvincular concerto de interesses e democracia diz respeito à definição do que é exatamente esse concerto. Na forma como o uso, a capacidade de concertar interesses supõe a identificação dos agentes envolvidos na transformação de certa situação. O caso dos caixeiros de Pelotas, a julgar pelo estudo feito, indicou sua capacidade de se aliar ao alto comércio – indiferente ao fechamento de portas – contra os varejistas – que eram contrários à demanda –, avaliando que os primeiros teriam maior prestígio junto ao Estado. Outro exemplo também passível de ser

indicado ocorreu em 1904, quando a Sociedade União Operária, de Rio Grande, encaminhou uma representação (ao Congresso?) acerca da abertura da Barra da Lagoa dos Patos. Essa era uma medida relevante não apenas para a cidade, como para o comércio nacional e internacional do Rio Grande do Sul, uma vez que isso permitiria a constância da navegabilidade marítima a partir do porto de Rio Grande. A Sociedade União Operária oficiou à Associação dos Empregados do Comércio, convidando-a para também assinar a representação, mas esta última respondeu educadamente que "já confiou a mãos competentes na Capital Federal a defesa dos interesses que se prendem a essa importante questão". Ocorre que a Associação dos Empregados no Comércio do Rio Grande encaminhou algumas cartas abertas (compondo, na verdade, um memorial) ao ministro da Viação e Obras Públicas acerca do tema, inclusive fazendo estudo de custos e denunciando corrupção nas obras, cuja transcrição do Relatório da entidade ocupou 23 páginas.³⁶ Ambas as entidades estavam interessadas na resolução do caso e ambas utilizaram seus recursos, mas é provável que os da Associação dos Empregados no Comércio fossem mais valiosos, inclusive pelo contato estreito com a entidade homônima do Rio de Janeiro e com deputados federais. Em suma, avaliando as condições, a Associação dos Empregados no Comércio preferiu não secundar a Sociedade União Operária, porque corria o risco de ser apenas mais uma associação voluntária liderada por uma mutual de operários, ao passo que julgava mais eficientes os seus contatos e o seu estudo para a consecução do objetivo.

O leitor deve estar notando que praticamente só estou trazendo exemplos de estratégias públicas por parte de mutuais de setores médios. Isso não resulta de falta de opções: ocorre que, por um lado, a abundante ação de Uniões e Ligas Operárias, por exemplo, está suficientemente coberta pela historiografia, e já forneci exemplos em capítulos anteriores; por outro lado, a julgar por avaliação recente, os historiadores do trabalho na América Latina não têm atentado nem para funcionários públicos, nem para setores médios, em geral.³⁷ Sinceramente, não creio que avancei muito neste tópico, apenas convidei a pensar "estratégias públicas" por meio de exemplos ainda pouco incorporados à historiografia.

³⁶ RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio Grande no ano de 1904. Rio Grande do Sul (sic!): Typographia da Livraria Rio-Grandense, 1905, p. 20-45.

³⁷ FRENCH, John. A História latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. *História-UNISINOS*. V. 6, n. 6, jul.-dez. 2002, p. 11-28.

9.3 – AS MUTUAIS E A PREVIDÊNCIA ESTATAL

Se as sociedades de socorros mútuos cumprem funções previdenciárias, são capazes de implementar estratégias públicas e não foram incorporadas quando da montagem da previdência estatal no Brasil, uma última pergunta se faz premente: por quê não houve protestos e resistência a essa montagem?

Causa surpresa a inexistência de praticamente nenhuma posição, por parte das sociedades de socorros mútuos, com respeito à montagem da previdência estatal no Brasil, uma vez que as entidades não hesitavam em solicitar subvenções diretas e indiretas e poderiam supor os efeitos da concorrência no mercado previdenciário gerados pela criação de um sistema compulsório de seguro social. Houve reações de mutuais à previdência compulsória em países como Inglaterra, Áustria, França e Chile. De um modo geral, a oposição nesses países argumentava que as formas de previdência estatal compulsórias iriam “undercut the whole principle of independent self-help, instituted state control, and would ‘pauperise’ society members”. Este último argumento também era utilizado por parte do movimento operário na Argentina, que recusava formas de previdência contributiva que onerassem os trabalhadores.³⁸ Por que não há praticamente registros desse tipo de reação no Brasil?

Não tenho a pretensão de esgotar a explicação, inclusive porque isso demandaria pesquisa em nível nacional ou, pelo menos, pesquisa para a cidade do Rio de Janeiro, onde seria possível melhor verificar a atividade de lobby junto ao governo federal. Dizê-lo dessa forma parece corroborar o caráter menor, usualmente atribuído a pesquisas cujo universo empírico as configuraria como “história regional do Brasil”. Chegando quase ao final desta tese, o leitor deve ter notado que o uso de um universo empírico regional, embora tenha limites em função da documentação disponível, freqüentemente construiu argumentos por meio de comparações sequer restritas ao Brasil. Dizendo em outros termos, como já deve ter ficado claro, esta tese **não** é sobre o Rio Grande do Sul, mas sobre uma forma de associação que existiu ou existe em vários países, como já exibi no capítulo 1. Mas estudar uma forma de associação voluntária não é possível quando não estão definidos inclusive

³⁸ Para os países antes mencionados, LINDEN, Marcel Van Der (ed.). *Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996, p. 50, 168-169, 215, 651-652. A citação provém da p. 169. Para a Argentina, v. ISUANI, Ernesto A. *Los orígenes conflictivos de la seguridad social argentina*. Buenos Aires: CEAL, 1985, p.110 e ss.; REINOSO, Roberto (comp.) *“Bandera proletaria”: selección de textos (1922-1930)*. Buenos Aires: CEAL, 1985, p. 89-93.

os limites de sua ação e os limites das generalizações, se enunciadas. Este último sub-capítulo trata exatamente de limites, algo que não é gratuito, porque todo estudo que termina define seus limites.

Deixando de lado esse tipo de consideração metodológica, retorno à questão: por que não houve resistência de mutuais à montagem da previdência estatal no Brasil? Alinho alguns fatores, na esperança de que os limites deste meu estudo não definam os limites de qualquer novo estudo sobre sociedades de socorros mútuos.

Um **primeiro fator** para explicar a inação das mutuais seria a inexistência de um meio de concertar os interesses das sociedades de socorros mútuos. Diferente de outros países onde havia federações e confederações, ou onde, mesmo se essas não existissem, havia congressos das sociedades de socorros mútuos, no Brasil nada disso aconteceu. Um dos motivos para tanto, como já mencionado no capítulo 6, é que as restrições às operações de seguros de vida alimentaram a tendência a não haver entidades nacionais. Perante uma legislação de caráter nacional, o encaminhamento de reivindicações – e mesmo o debate sobre a construção da previdência estatal – seria possível com uma rede de entidades também nacional ou com federações, confederações ou congressos de mutuais utilizados como um meio de pressionar o legislador. Tal rede não existiu, e é possível no máximo identificar intentos de sua constituição.

No que tange a congressos, o único que poderia ter ocorrido e cumprido esse papel seria o 2º Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social, que teve lugar no Rio de Janeiro, em julho de 1923. O Congresso teria sido presidido pelo deputado católico Andrade Bezerra e secretariado por Libânio da Rocha Vaz, qualificado por Zaidan Filho de “líder trabalhista do governo”. Não fui capaz de encontrar documentação oficial do Congresso que indicasse seus propósitos e forma de funcionamento, mas consta que, embora tratasse dos temas que aqui interessam, o resultado dos debates foi pífio – se é que houve algum. Não obstante, e mesmo que seu objetivo fosse apenas atrair parcelas das lideranças operárias do Distrito Federal e simular uma imagem internacional do Brasil como preocupado com o trabalho, o Congresso atraiu a atenção de muitas entidades, e é provável que fossem sociedades de socorros mútuos algumas que nele se inscreveram: Liga Protetora dos Empregados do Trocadero, Sociedade Concórdia Beneficente (Niterói), Centro Artístico Cearense, Centro União dos Calafates, Sociedade Espanhola de Beneficência, Grêmio dos Maquinistas da Marinha Civil, Sociedade

Protetora dos Operários, Beneficente Herva-matte, Beneficente dos Operários do Batel, Societá Vittorio Emannuell III, de Ahú, Liga dos Fundidores, Beneficente Estrela da Manhã e Beneficente Água Verde (estas últimas do Paraná), União Defesa Operária Muritiba, Sociedade União de Resistência Protetora dos Operários de São Félix, Sociedade União dos Operários de Cachoeira, Montepio dos Artistas de Itabuna (estas última da Bahia). É provável que a guerra civil então em curso no Rio Grande do Sul demovesse os representantes das entidades do estado de viajarem para o Congresso, e, afora os políticos que já se encontravam no Rio de Janeiro, só encontrei o nome de Júlio F. Nebel, aparentemente inscrito em caráter pessoal e proveniente de Santa Maria.

As informações sobre o Congresso são interessantes, porque corroboram aquilo que, no capítulo 6, enunciei como uma indecisão do Estado sobre a forma de conceber as sociedades de socorros mútuos. Ocorre que as únicas instituições de “previdência social” existentes no Brasil eram as Caixa de Aposentadorias e Pensões entre ferroviários, que, até 1926, não se efetivaram para os trabalhadores de empresas públicas, com exceção da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Portanto, as entidades que poderiam, de fato, debater os temas do Congresso não tiveram participação destacada em um evento que sequer fora por elas convocado. Isso se ratifica quando a Sociedade Classes Reunidas em Trabalhos de Mar e Terra, aparentemente reformista, telegrafava a Andrade Bezerra reclamando do horário de funcionamento diurno das atividades: “parecendo mesmo v. ex. não desejar cooperação deles [operários] lavramos nosso protesto tamanha desigualdade quando patriótico governo nosso país precisa colaboração todas as classes questões sociais”.³⁹ Para o Congresso de 1923, os estímulos à participação foram poucos e isso contrasta com a convocação feita às entidades de trabalhadores para indicarem um delegado a uma Conferência Internacional em outubro de 1919. Maurício de Lacerda recorda que, nessa ocasião, era necessário nomear uma delegação composta por quatro membros, um dos quais eleito pelas associações de

³⁹ Para o Congresso de Mutualidade e Previdência Social, v. *A Pátria*. Rio de Janeiro, 7 jul., p. 10, 14 jul., p. 4, 15 jul. 1923, p. 3 (MCSHJC) e Z Aidan Filho, Michel. O PCB e os sindicatos amarelos na Primeira República. In: *Comunistas em céu aberto: 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 87-89. Para as Caixas de Aposentadorias e Pensões entre 1923 e 1926, v. Manfrim Júnior, Moacyr. *Caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-1933)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998, p. 123 e *Idem*. A força da lei e o assistencialismo entre os ferroviários. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM, p. 6.

trabalhadores. Rapidamente, o governo, que contava com poucos interlocutores nas associações de tipo sindical – que em sua maior parte eram internacionalmente refratárias à Conferência –, chamou um “simulacro de eleições; a elas concorreram as sociedades operárias, em maior número, senão na sua totalidade, beneficentes ou de assistência, de natureza, portanto, civil e não sindical como seria exigível nos termos do Tratado”. Conquanto o autor relate a reunião ocorrida no Rio de Janeiro, é bem verdade que o Ministro da Agricultura, o rio-grandense Ildelfonso Simões Lopes, enviou correspondência sobre a escolha do representante operário a sociedades de socorros mútuos de outras partes do Brasil, inclusive do Rio Grande do Sul. A Príncipe di Napoli, em Caxias do Sul, possivelmente surpresa com o teor da correspondência que recebera, teria deliberado antes “falar com o Intendente a respeito deste assunto”, e não consta que o tema tenha voltado à baila na entidade. Já em Bagé, a União Operária – em consonância com a União Geral dos Trabalhadores, que era associação na órbita dos anarquistas – simplesmente declarou que não iria. O “simulacro” de eleições não levou à nomeação do candidato preferido pelo governo, tendo sido eleitos os deputados federais que se vinham notabilizando pela defesa dos trabalhadores, e isso porque os representantes das mutuais então reunidos eram “uma parcela da massa proletária e portanto operando com os seus sentimentos e pensamentos”.⁴⁰

A debilidade dos supostos congressos e concertos nacionais contrasta com redes de informações razoavelmente estáveis entre certos tipos de mutuais e é fácil encontrar esse redes em operação. É provável que a Associação Beneficente e Protetora dos Empregados Brasileiros da The Western Telegraph Company Limited, fosse uma associação nacional, e, como já mencionei, não há registros de que associações nacionais tivessem funcionamento semelhante ao das “orders” do mundo anglo-saxônico, quando havia instâncias de decisão em vários níveis. Se era uma associação nacional, é, portanto, improvável que houvesse instâncias decisórias locais no Rio Grande do Sul, mas a rede que ligava a entidade funcionou, uma vez que ela foi capaz de mobilizar seus membros para pressionar os parlamentares de seus estados pela aprovação do projeto de lei que criava Caixas de Aposentadorias e Pensões para os telegrafistas. O Presidente do Estado do Rio

⁴⁰ LACERDA, Maurício de. *Evolução legislativa do Direito Social brasileiro*. s/l: Ministério do trabalho, Indústria e Comércio, 1960, p 211-215; GARDELIN, *op. cit.*, p. 119; *A Dor Humana*. Bagé, 4 out. 1919, p. 4 (AMORJ).

Grande do Sul, Borges de Medeiros, recebeu dois requerimentos provenientes, um de Porto Alegre e outro do Rio Grande, solicitando seu apoio (e, portanto, sua orientação – ou ordem – para o voto da bancada federal).⁴¹ Redes também funcionavam entre caixeiros, o que não significa que as estratégias públicas fossem vitoriosas. Uma lei municipal no Maranhão (São Luiz?) em 1925 ou 1926 instituía placas numeradas para uso de caixeiros. A Associação dos Empregados no Comércio da cidade solicitou o protesto das co-irmãs contra a medida "vexatório dos nossos brios", e o Clube Caixeiral de Pelotas cumpriu sua função na rede, telegrafando ao Presidente do Estado do Maranhão e, mais tarde, recebendo resposta de que a medida foi vetada. O mesmo relatório da entidade dá conta do debate da lei de férias de comerciários, promovido pelo Conselho Nacional do Trabalho em 17 de junho de 1926: as regras da assembléia na Capital federal permitiam que se nomeasse um procurador, e o Clube Caixeiral nomeou a Associação dos Empregados no Comércio, especificando sua posição sobre o tema. Com a assinatura de lei de férias, cumprimentaram a co-irmã e o presidente Artur Bernardes, mas a felicidade durou pouco, porque o relatório do ano seguinte informa que:

"devo dizer-vos que não sabemos atribuir [a?] qual causa de falta de informações a respeito por parte do Conselho Nacional do Trabalho, pois que no mês de junho p.p. enviamos para este instituto a lista de 41 firmas comerciais de nossa cidade, bem como a relação de nossos empregados, e pedimos a respectiva legalização dos documentos enviados, e bem a nosso pesar, até findarmos nossa gestão, não tivemos a mínima informação a respeito, ignorando nós o motivo de tal silêncio".⁴²

Talvez seja possível afirmar que os caixeiros eram das categorias melhor organizadas no Brasil, porque a organização dessas redes de correspondência parece débil, comparada aos padrões atuais, ou mesmo a padrões contemporâneos no mundo, mas não era diferente a relação mantida pelas associações empresariais no país, inclusive para discussão dos mesmos temas.⁴³

Congressos inexistentes e redes com alguma atuação: resta saber se existem federações e confederações nacionais capazes de encaminhar o debate sobre

⁴¹ Requerimentos – Diversos – 1927 (AHRs, maço 364). No mesmo maço também existem requerimentos semelhantes da Associação Beneficente dos Sargentos do Exército e da Associação dos Guardas Aduaneiros de Porto Alegre, só que dispendo sobre plano de carreira e regulamentos, e não sobre previdência.

⁴² CLUB CAIXEIRAL. *Relatório das gestões de 1926 e 1927 apresentado pelo Presidente Germano Duarte. op. cit.*, p. 11-14 e 63.

⁴³ GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil 1917-

previdência estatal. Essas são muito mais raras – na verdade, só encontrei o que parece ser uma, da qual falo adiante, porque prefiro começar com outras federações. Encontrei alguns casos reunindo entidades étnicas, mas de diversos tipos e nem todas nacionais, ambos elementos que também dificultavam o encaminhamento de interesses específicos relacionados à montagem da previdência estatal. Assim, quando a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas buscou orientações frente à lei de nacionalização, só encontrou uma Federação das Associações Portuguesas no Brasil, fundada em 1931 quando do Primeiro Congresso dos Portugueses do Brasil, isto é, passados 90 anos depois da criação da primeira mutual portuguesa no Rio de Janeiro e 70 anos depois de existirem pelo menos 6 mutuais em 4 diferentes regiões do Brasil. O próprio esforço em obter um acordo regional de reciprocidade das Sociedades Portuguesas de Beneficência rio-grandenses só se efetiva três décadas depois da fundação das primeiras entidades.⁴⁴ Entre os italianos, cujas sociedades eram, em sua grande maioria, de socorro mútuo, houve pelo menos duas tentativas aparentemente infrutíferas de federação estadual, uma em 1890 e outra em 1911. Entre os espanhóis, houve a tentativa de criar uma federação brasileira em 1912, que malogrou, talvez, pela excessiva centralização de atividades em uma cidade como São Paulo, que sequer era a capital do país. Afora essa tentativa, houve a adesão da entidade porto-alegrense à União Iberoamericana de Madrid, em 1919 e uma tentativa de federação estadual em 1932. Com respeito a esse último caso, houve concordância de pelo menos quatro entidades do estado, mas mesmo assim ela não se concretizou. Entre os poloneses, cujas entidades raramente eram mutuais, chegou a existir em 1930 uma Federação estadual. Entre os teutos, havia no Rio Grande do Sul uma Federação das associações Alemãs (ou Liga das Sociedades Germânicas), fundada em 1886, mas a Associação das Caixas Funerárias e de Doença, restrita a Porto

1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 129, 180-181

⁴⁴ SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA. *Relatório relativo aos exercícios de 1º de julho de 1937 até 31 de dezembro de 1938*. *Op. cit.*, p. 3-5; LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2001, p. 94; LUCA, *op. cit.*, p. 14. SINTRA, Elmano de. *Sociedade Portuguesa de Beneficência: História da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio Grande, através de um século: 1859-1959*. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1959, p. 47. As, pelo menos, seis mutuais portuguesas são as Sociedades de Beneficência no Rio de Janeiro, São Paulo, três no Rio Grande do Sul e uma no Pará, todas fundadas antes de 1860. Sobre essa última, v. [VIANNA, Arthur]. *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*. Ampliação do resumo escrito por Arthur Vianna em 1904 e publicado no Jornal do Comércio. Publicação comemorativa do 60º aniversário da Sociedade. Belém: Livraria Gillet de Torres e Cia, 1914 (GPL).

Alegre, só teria funcionado enquanto durou seu jornal.⁴⁵ Dentro desse universo, teria sido possível pressionar na montagem do sistema estatal de previdência?

Não menciono ainda os caixeiros-viajantes, que constituíram uma federação, porque eles podem se adequar melhor ao estudo do próximo fator. No entanto, não deixo de assinalar que o concerto de interesses nacional foi implementado (não necessariamente vitorioso) quando da montagem da previdência estatal por um grupo de trabalhadores associado a uma mutual de âmbito nacional: os funcionários do Banco do Brasil, quando da criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários. Criado e regulamentado pelos decretos n. 24.615, de 9 de julho e n. 54, de 12 de setembro de 1934, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários levou alguns funcionários do Banco do Brasil a pedirem sua exclusão da Caixa de Pecúlios mantida pela Caixa de Previdência dos funcionários da empresa. A indefinição do caráter público ou privado da previdência estatal e da mutual permitia aos bancários do Banco do Brasil optarem, a partir de 26 de novembro de 1934, entre a inscrição no Instituto de Aposentadorias e Pensões e a inscrição ou manutenção na Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Isso levou a disputas judiciais, como a referente a três bancários que recusaram a inscrição no Instituto no prazo legal, mas que a obtiveram depois, levando a Caixa de Previdência a ser obrigada a depositar suas contribuições para que pudesse recorrer legalmente da decisão. Dentre os efeitos visíveis da criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões na mutual, posso indicar a necessidade de estudos atuariais, o empenho em fazer crescer a receita e, principalmente, a modificação do caráter democrático na Caixa de Previdência, uma vez que a alteração de estatutos poderia ser feita por dois terços dos associados até 1936, momento a partir do qual passaria a ser necessária a concordância da administração do Banco do Brasil.⁴⁶

⁴⁵ Para italianos: GARDELIN, *op. cit.*, p. 101 e 111; CINQUANTENARIO..., *op. cit.*, p. 395-396. Para espanhóis: VARGAS, *op. cit.*, p. 317-324 e REGLAMENTO de la Federación Española. São Paulo: Tipografia del Diario Español, 1916 (agradeço a Marcos Justo Tramontini por cópia deste último documento). Para os poloneses: GARDOLINSKY, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. Vol 5. Canoas: Regional, 1958, p. 98. Para a Federação das Associações Alemãs (ou Liga das Sociedades Germânicas) – para a qual há várias referências, v. especialmente CEM Anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999, p. 303-306. Para a Associação das Caixas Funerárias e de Doença, v. *Mitteilungsblatt des Verbandes deutscher Kranken- und Sterbekassen*. Porto Alegre, Okt. 1931-jul. 1934 (ABM).

⁴⁶ ESTATUTOS da Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1927; RELATÓRIO da Directoria da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Referente ao período de 1º de dezembro de 1934 a 31 de julho de 1935. Rio [de Janeiro]: Artes Gráficas, 1935; RELATÓRIO da Directoria da Caixa de Previdência dos Funcionários do

O **segundo fator** que ajudaria a explicar a ausência de reações das mutuais é que elas foram explícita e institucionalmente excluídas do rol dos grupos de pressão quando da montagem da previdência estatal. A menos que se tivessem transformado em sindicatos legalizados, quando então poderiam eleger representantes para as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões, as mutuais não tinham o status para debater a forma como se estruturaria a seguridade social no Brasil. Em parte, isso também era efeito da indefinição de seu caráter – se público ou privado –, indefinição que se acentua quando comparadas aos sindicatos legalizados da década de 1930.

Algumas mutuais, de fato, se transformariam em sindicatos legalizados ou se empenhariam em criá-los. Há vários registros de que sindicatos oficiais se teriam criado e/ou funcionavam em Uniões e Ligas Operárias. Segundo um relato, dos 14 sindicatos existentes na cidade de Rio Grande em 1934, 12 surgiram dentro da Sociedade União Operária, que dois anos antes havia telegrafado ao Inspetor Regional do Trabalho “pedindo autorização por escrito, para liderar o processo de sindicalização em Rio Grande, o que lhe foi concedido”. O único sindicato legalizado de São João do Montenegro em 1935, o de Marceneiros e Carpinteiros, também funcionava na Sociedade União Operária. Para Novo Hamburgo, as indicações são menos claras, mas consta que os primeiros sindicatos legais, criados em 1933, foram fundados pelos mesmos que 5 anos antes haviam tentado criar uma Liga Operária Hamburguesa e uma União Operária Beneficente. Em Caxias, não há maiores evidências acerca do caráter de mútuo socorro da União Operária criada em dezembro de 1931, mas dela se originaram 5 sindicatos oficiais.⁴⁷ Mas todos esses

Banco do Brasil. A ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária de 19 de setembro de 1936. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, s/d. (BRG).

⁴⁷ SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1941*. Santa Maria: Livraria Comercial, 1941, p. 18. Para referência de outros casos de transformação de mutuais em sindicatos, v. capítulo 1, nota 15. Para o caso de Rio Grande, v. LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937*. Porto Alegre, 1999. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) – IFCH, UFRGS, 1999, p. 435-436. Para Montenegro, *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 16, dez. 1935, p. 377-381. Para Novo Hamburgo: SAUL, Marcos Vinícios de Almeida. *Classe operária e sindicalismo no Rio Grande do Sul*. (Novo Hamburgo: 1945-1964). Santo Ângelo: FUNDAMES, 1988, p. 26-27. Para Caxias do Sul: KLEIN, Cleci Eulalia Fávoro. *De "Bairro Lusitano" a "Zona Tronca": a presença portuguesa em Caxias do Sul (1911-1931)*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História-PUCRS, 1984, p. 113-115. Para o mesmo tipo de fenômeno em Lages, Santa Catarina, só que em período posterior ao abordado por esta tese, v. ARRUDA, Arlete Aparecida Hildebrando de. *Centro Operário, primeira organização de trabalhadores de Lages, estado de Santa Catarina (comportamento político de trabalhadores)*. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UFRGS, 1983, p. 83-84.

casos apenas indicam a necessidade das sociedades de socorros mútuos adotarem outra personalidade jurídica se pretendessem intervir no debate da legislação previdenciária e na gestão das Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões.

Uma mutual criou sindicato, promoveu federação nacional e pressionou o Estado quando da montagem do sistema de previdência. A mutual de âmbito regional fundada em 1913, desde 1937 ou 1938 debatia se deveria ou não se transformar em sindicato. Um dos argumentos era o da necessidade legal de sua transformação, mas a proposta foi derrotada, sobretudo porque não havia tal necessidade. Na verdade, essa era também uma decisão que afetava as associações empresariais, uma vez que só com esse status legal era possível interferir e pressionar os órgãos do Estado. Contudo, por ser uma associação de trabalhadores, seria difícil a ela manter-se como regional, tal como foi permitido aos sindicatos patronais. A decisão tomada em 1938 ou 1939 foi a de "patrocinar" um sindicato, e já havia condições de registrá-lo, quando o Decreto-lei n. 1402, de 5 de julho de 1939, modificou a lei de sindicalização. Retomado o debate, a mutual também "patrocinou" a criação da Associação Profissional dos Empregados Viajantes e Vendedores do Comércio do Rio Grande do Sul, e, em 1941, aguardava a carta de sindicalização. Esse patrocinar nada mais é que manter a mutual como associação decisora, mas dotar o status legal para uma espécie de seção anexa da entidade. Já a Federação das Associações de Viajantes, Vendedores e Representantes Comerciais foi fundada em abril de 1938 e congregava 15, das 16 associações existentes no Brasil. O primeiro presidente da Federação foi um "consócio e presidente benemérito" da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes, e duas de suas atividades incluíram a pressão para retirada de um imposto na Paraíba (vitoriosa) e sugestões com respeito à reforma do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes. Mas teria sido a própria Sociedade, no Rio Grande do Sul, que pressionou para que o registro de salários junto ao IAPC incluísse também comissões e diárias, e não apenas a quota fixa paga pelo empregador. Com isso, se poderiam revisar os termos da relação que um estudo para o Mato Grosso encontrou para qualificar a organização dos trabalhadores: "Para a legalidade, o mutualismo. Para as conquistas, a resistência".⁴⁸ De qualquer modo, seria equivocado, contudo,

⁴⁸ SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1939*. Santa Maria: Livraria Comercial, 1939, p. 20-22 (IHGRGS); SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de*

crer que a legitimidade da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes proviesse de suas posições quanto à previdência estatal. Qualquer relatório da entidade, pelo menos aqueles aos quais tive acesso, dedica atenção a dois itens: o pecúlio e os "interesses da classe", no qual se relatam lutas contra impostos, negociações com os poderes públicos sobre o atendimento ferroviário, negociações com a própria Viação Férrea do Rio Grande do Sul sobre expedição de bagagem e cadernetas quilométricas. Desse modo, incorporar aos "interesses da classe" o debate sobre sindicalização ou previdência estatal era mais uma das atividades, e a posição da entidade em nível nacional permitia debater.

A deliberação foi a de "patrocinar" a fundação do sindicato, o que só foi feito em 1941, ainda que a decisão e a pressão sobre o poder público sobre a reforma do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários tenha sido promovida pela mutual, que tencionava, com o sindicato, ter apenas um braço legal para tanto.

O **terceiro fator** a explicar a ausência de reações das mutuais à montagem da previdência estatal é que as marchas e contramarchas desse processo não facultaram a elas a possibilidade de alimentarem expectativas consistentes acerca dos nichos possíveis da operação de securitização. Como afirma Marcel van der Linden, a criação de sistemas estatais de previdência em espaços onde existem mutuais coloca o problema da incorporação ou negação das entidades.⁴⁹ As hesitações na montagem desse sistema de previdência estatal no Brasil público – e, portanto, na relação deste com as atividades das mutuais – dificultaram a estas a avaliação sobre a forma de se posicionar frente ao fenômeno, tanto no que concerne à sua posição no mercado previdenciário, quanto no que concerne à pretensão de status na gestão das Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões.

Não quis entrar em muitos detalhes quando mencionei o debate sobre assistência médica na previdência estatal (v. supra, cap. 6), porque este é um sintoma claro do tipo de marcha e contramarcha que dificultou às mutuais encontrarem seu nicho no mercado previdenciário. Enquanto na Itália, a montagem da previdência estatal permitiu às sociedades de socorros mútuos se concentrarem

Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1941. Santa Maria: Livraria Comercial, 1941, p. 18 (BPP); OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Movimento Operário no Sul de Mato Grosso: avanços e recuos dos trabalhadores do Rio Paraguai – 1917-1926.* Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, PUCRS, 2000, p. 136. Para entidades empresarias e sindicalização, v. GOMES, *op. cit.*, p. 284.

na assistência à saúde,⁵⁰ no Brasil, a análise do debate dos anos 1930 não pode se restringir a das posições “contencionistas” e “não-contencionistas”, como pretendem Oliveira e Teixeira, porque médicos e sociedades de socorros mútuos esgrimmem argumentos e práticas que, mesmo não versando diretamente sobre a política pública, a tomam como referência explícita ou implícita. Tomo como referência explícita o artigo de Alexandre Moscoso, cuja proposta é a de que, ao invés das Caixas de Aposentadorias e Pensões manterem médicos, elas devem se pautar pela livre escolha de médicos por parte do paciente, que teria suas despesas pagas. E o justifica:

“... outros não terão o dissabor de sentir seus nomes repudiados, os seus serviços desprezados, as suas qualidades de profissional zeloso competente e idôneo menosprezadas, simplesmente porque são ‘médicos de caixa’.

Todas essas circunstâncias imponderáveis e imperceptíveis, não raramente conduzem o médico à descrença de sua nobre atividade, à desilusão do sacerdócio profissional, e que o tornam um eterno e simples empregado, sem maior estímulo ao estudo, ao objetivo máximo de todo médico – a elevação suprema e nobilitante da clínica independente, liberal e ativa”.⁵¹

Para o articulista, a profissão médica não poderia ser bem exercida por assalariados, e isto poderia indispor os esculápios mesmo contra sociedades de socorros mútuos. Raras foram as vezes em que essa demanda dos médicos foi atendida, e sequer o foi pelo sistema de previdência estatal no Brasil. Ainda em 1959, o médico Pálmyos Paixão Carneiro, representando a Associação Médica de Minas Gerais no II Congresso da Associação Médica Brasileira, reitera a reivindicação, avaliando que “a inclusão da Assistência Médica no organismo da Previdência fugia às normas técnico-científicas e passava a figurar como medida política necessária à cobertura do neologismo social então criado”.⁵²

Contudo, a indefinição sobre a cobertura de serviços médicos pela previdência estatal ao longo dos anos 1930 poderia levar as mutuais a se especializarem nessa cobertura e pressionarem para que não fosse oferecido pelas Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões. Não me consta que essa pressão tenha ocorrido, e penso que isso não ocorreu também porque a legalização de sindicatos – inclusive os de médicos – conferiu a esses profissionais uma

⁴⁹ LINDEN, *op. cit.*, p. 36-37.

⁵⁰ TOMASSINI, Luigi. Mutual Benefit Societies in Italy, 1861-1922. In: LINDEN, *op. cit.*, p. 264-265.

⁵¹ *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, n. 34, jun. 1937, p. 251-259 (a citação provém das p. 253-254).

⁵² CARNEIRO, Pálmyos Paixão. *Plano de organização da assistência médica no Brasil*. II Congresso da Associação Médica Brasileira. Belo Horizonte, 29 set. 1959, p. 25.

capacidade de pressão sobre o sistema estatal de previdência maior do que teriam as sociedades de socorros mútuos, isoladas como estavam. As referências implícitas à previdência estatal aparecem no cuidado com que as mutuais dispõem sobre assistência médica nessa década de indefinição. Essa é uma década na qual convergem três fenômenos a requererem atenção das entidades sobre socorros médicos: a indefinição sobre a assistência médica na previdência estatal, o monopólio de mercado dos médicos diplomados no Rio Grande do Sul e o desenvolvimento das especialidades médicas. Com respeito ao segundo fator, já mencionei (v. cap. 3) que até 1929, bastava pagar certas taxas para que alguém exercesse a profissão médica no Rio Grande do Sul, não sendo necessário o diploma universitário; consta que até 1938 as “contemporizações” permitiram a atividade de “práticos”.⁵³ O terceiro fenômeno, o do desenvolvimento das especialidades médicas, afetava as sociedades de socorros mútuos, que nem sempre tinham recursos para contratar médicos de diferentes especialidades para bem tratar os associados. Daí que, ao invés de remunerar os médicos das entidades a um valor fixo por tempo, a remuneração passava a ser por paciente atendido por médico independente conveniado. Isso tornava difícil a gestão orçamentária devido à incapacidade de prever a despesa. É bem verdade que as especialidades médicas no Rio Grande do Sul dos anos 1930 ainda não eram preponderantes, uma vez que os clínicos gerais ainda compunham cerca de 40% do corpo médico nos “estabelecimentos de assistência” em 1936. Contudo, dois anos antes, eram 45%, ao passo que os especialistas, que antes eram 30%, em 1936 eram 32%. Mesmo nesse período e amostra restritos, se verifica a tendência ao aumento do número de cirurgiões, “fisiologistas”, pediatras e “outras especialidades”.⁵⁴

É verdade que a legislação e mesmo a perspectiva de algumas entidades as fazia priorizar a atenção médica – e é flagrante o caso das Sociedades Portuguesas de Beneficência, especializadas na construção de hospitais. Mas as mudanças terapêuticas na medicina – tanto no que concernia à demanda por especialidades, quanto na administração de fármacos – tinha efeitos nas sociedades de socorros mútuos. A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas resolveu criar uma

⁵³ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*. Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889-1928. Santa Maria: Ed. da UFSM/ Bauru: EDUSC, 1999, p. 113 e 121.

⁵⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Sinopse estatística do estado*, n. 3. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Publicidade Americana, 1939, p 139.

farmácia de manipulação para baixar suas despesas, e isso se refletiu nos seus balanços, quando 15,18% de suas despesas gerais são destinadas aos fármacos em 1910 e 12,13% de suas receitas gerais provém da farmácia em 1926. O peso do custo com medicamentos também pode ser verificado nos registros da Sociedad Española de Socorros Mútuos, em Porto Alegre. Até 1903, as despesas com o pagamento de médicos são sempre superiores às despesas com fármacos, ao passo que em 1926, por exemplo, representam 43,25% dessas. Encetados esforços para construção de uma sede própria, os socorros foram suspensos, o que também fez diminuir o número de associados e adimplentes. Por isso, a diretoria debateu a volta da assistência médica, e o fez com a construção de uma “Policlínica”, aberta em 1936, com 5 especialidades e a clínica geral. A despeito do orgulho na solenidade de inauguração, a Policlínica funcionou até 1950, quando foi “provisoriamente” fechada para nunca mais abrir. Enquanto funcionou, mantinha equipamentos que eram utilizados – inclusive para sua clientela própria – pelos médicos, que, nesse caso, não cobravam honorários.⁵⁵ Possivelmente, a Sociedad Española apostava que a previdência pública no Brasil não viria a cobrir assistência médica, e era uma aposta justificada, considerando o que vinha sendo debatido. Com efeito, embora a montagem da previdência estatal pretendesse deixar a assistência médica e odontológica a cargo dos sindicatos, a incapacidade orçamentária de manter essas formas de assistência fê-los pressionar os Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões a oferecê-las, algumas vezes com êxito, como foi o caso dos bancários. Mas a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de Maio de 1943), em seu art. 514, prescrevia a assistência judiciária como dever dos sindicatos e, em seu art. 592, o dever de a utilizar da Contribuição sindical pelas entidades de empregados para o financiamento da assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica, concessão de auxílio-funeral e outros benefícios.⁵⁶

⁵⁵ RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência apresentado pelo seu presidente Gabriel castro em sessão de assembléia geral de 7 de agosto de 1910. Pelotas: Off. do Diário Popular, 1910, anexo 6; RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência relativo à gestão de 1º de julho de 1925 a 30 de junho de 1926, apresentado e aprovado em sessão de assembléia geral de 1º de agosto de 1926 pelo presidente J. B. Eça de Queiroz. Pelotas: Off. Graphics da A Guarany, 1926 (BPP). SOCIEDAD ESPAÑOLA DE SOCORROS MUTUOS DE PORTO ALEGRE. *Memória y cuentas generales, ejercicio 1936*. Porto Alegre: s.ed., [1936], p. 11, 21, 36 e ss. (anexo a: Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições sociais, 1936-1937 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.4 – Proc. n. 1134, 5 abr. 1937); VARGAS, *op. cit.*, p. 211-223.

⁵⁶ OLIVEIRA, Ana Lúcia. IAPB e Sindicato: duas estruturas interligadas. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. N. 13, nov. 1999, p. 141-151.

Um **último fator** não deve ser desprezado: os sócios das mutuais não eram necessariamente diferentes dos de outras associações. O significado dessa afirmação, que beira o senso comum, assume relevo na atenção a duas dimensões da montagem da previdência estatal. Se, como venho afirmando, as sociedades de socorros mútuos são melhor abordadas quando focalizados os interesses privados de seus membros, é evidente que um sistema estatal e compulsório de proteção social, que auferir parte de suas receitas de outros que não exclusivamente os beneficiários, é economicamente mais interessante para estes que a manutenção de entidades sustentadas exclusivamente por seus sócios. Outros não poderiam ser os motivos pelos quais, nos debates da seguridade social argentina por parte das mutuais, o fenômeno era qualificado como “la etapa superior de la Mutualidad”.⁵⁷ A segunda dimensão para a qual atento é que, sendo correta a afirmação de James Malloy de que “o trabalho (...), embora fosse capaz de articular demandas como pensões, por exemplo, não foi capaz de definir a implementação de tais demandas”, isso significaria que a inação das mutuais sobre a conformação da previdência estatal não diferia muito da atitude que os sindicatos mantinham perante a mesma política – ressalvado, contudo, o caso dos bancários.⁵⁸ Seria muito surpreendente que as sociedades de socorros mútuos demandassem alterações na previdência estatal, quando mesmo os sindicatos – que tinham status e meios legais e institucionais para tanto –, pouco o faziam.

⁵⁷ RECALDE, Héctor. *Beneficencia, asistencialismo estatal y previsión social*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991 vol. 2, p. 140 e ss.; MUNCK, Ronaldo. Mutual benefit societies in Argentina: workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, n. 30, 1998, p. 584.

⁵⁸ MALLOY, James M. *A política da previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p., p. 51; OLIVEIRA, IAPB... *op. cit.*

CONCLUSÃO

Esta tese começou com um problema e terminou com vários. É interessante o duplo sentido do verbo "terminar". Por um lado, o enunciado na Introdução acerca das condições para a implementação de estratégias públicas por parte das sociedades de socorros mútuos foi rapidamente dissolvido no capítulo 1, quando assinalai que a definição do fenômeno já é problemática, ao passo que a oferta de eventos (e fontes) e de bibliografia de apoio é simultaneamente pobre e vasta: pobre quando carece de definições operacionais; vasta quando o volume de informações é tal que admite várias circunscrições do fenômeno. No capítulo 2, procurei usar do que foi possível concluir no capítulo anterior para mapear a existência de sociedades de socorros mútuos no Rio Grande e definir as condições necessárias para essa existência. Mapeado o fenômeno no universo empírico a partir dos capítulos 1 e 2, procurei descrevê-lo no capítulo 3, evidenciando sobretudo seu caráter de securitização. Mas a bibliografia tratada no capítulo 1 me indicava ainda outra dimensão das sociedades de socorros mútuos: o que o tomava como expressão de sentimentos e compreensões de certos grupos sociais, e resolvi testar, no capítulo 4, o quanto a diferença nessas formas de compreensão do mundo social interferia no caráter das associações. O resultado obtido foi o de que as diferenças existentes entre grupos étnicos e classistas não eram suficientes para tomar as associações como fenômenos de tipo diferente, isto é, ainda era possível manter um estudo sobre as associações. No capítulo 5, procurei adentrar as associações, desconfiado de que as conclusões do capítulo anterior exageravam a semelhança das entidades: em parte sim, havia algum exagero, mas não o suficiente para abrir mão de identificar nas mutuais uma certa compreensão comum da organização social. Essa compreensão comum, descritível por meio do conceito de estamento, não era suficiente para explicar a conduta das entidades, uma vez que elas se pautavam por uma tensão entre a satisfação de interesses materiais e espirituais. O capítulo 6 adiciona um novo personagem, o Estado, personagem cuja atuação poderia ter evitado as indefinições do fenômeno, mas que raramente se ocupa com a reflexão jurídica sobre a natureza das mutuais. Frente à indefinição crônica sobre seu caráter, as entidades se mostram versáteis na manutenção de relações com grupos

políticos e religiosos, tal como evidencio no capítulo 7, ou com as correntes do movimento operário, tal como exibo no capítulo 8. Mas a versatilidade das mutuais não é suficiente para abrir um amplo leque de condutas capazes de serem qualificadas de "estratégias públicas", uma vez que são razoavelmente restritas as condições para a implementação dessas estratégias, dependentes todas, em alguma medida, da definição do caráter público das entidades.

Se é possível montar uma versão desta conclusão, na qual problemas de pesquisa são resolvidos, a outra versão usa do outro sentido da palavra "terminar". O capítulo 1 termina com dúvidas sobre a melhor definição do fenômeno e sobre qual o seu alcance. O capítulo 2 assinala que o mutualismo pode ser um fenômeno maior do que o definido, embora ponha também em dúvida o alcance do fenômeno. O capítulo 3 encerra com a constatação de que a definição do fenômeno pode ser apenas o efeito metodológico da pressuposição de sua existência, devido ao caráter fragmentário das informações. O capítulo 4 põe em relevo o fato de que semelhanças e diferenças entre tipos de grupos mutualizados não são óbvios, e podem resultar de uma opção metodológica do pesquisador de valorizar ou não aquilo que encontrou. O capítulo 5 talvez seja capaz de consolidar uma definição para as mutuais, mas a definição de grupo com pretensão estamental é apenas suficiente para evidenciar um tipo de tensão interna nesse tipo de associação. A tensão parece não ser exclusiva dos pesquisadores, quando se verifica no capítulo 6 que sequer os contemporâneos tinham uma idéia mais clara da definição sobre as mutuais. Os capítulos 7 e 8, que dariam conta da "versatilidade" política das mutuais, podem também ser pensados como utilizando um recurso retórico que define com uma positividade ("versatilidade"), aquilo que não passa de uma indefinição que sequer o pesquisador conseguiu resolver. O capítulo 9 encerra o estudo da implementação de estratégias públicas com a constatação de que, se o Estado é a variável independente, talvez seja de pouca valia o estudo de associações voluntárias.

Lembro o leitor que, no capítulo 1, já falava em versões otimistas e pessimistas sobre a sociedade civil: as duas versões desta conclusão corresponderiam, respectivamente, a cada pólo do par. A atenção metodológica que procurei manter em meu estudo poderia me levar a nada concluir – e confesso que corri o risco de assim fazê-lo. Digo-o porque a relação entre o texto com pretensões científicas e o real pode se pautar tanto pela ingenuidade (que se deve evitar),

quanto pela atenção metodológica que pode levar a uma postura obsessiva acerca da natureza do texto. Talvez, o único meio de escapar da ingenuidade metodológica e de um texto que nunca termina com seus problemas seja, de um lado, o reconhecimento dos limites de pesquisa e a conseqüente escrita em primeira pessoa; de outro, o equilíbrio irônico entre a capacidade de afirmar e a dúvida acerca das condições da afirmação.

Alguns anos atrás, um amigo confessou desejar escrever uma tese cuja frase final seria "Ou não". O equilíbrio irônico não me levou a tanto. Ou sim?

Fontes e Bibliografia

Documentação associativa

[DEUTSCHER Krankenverein], 1874. (AHRS– Requerimentos, Diversos, Maço 174).

[DEUTSCHER Krankenverein]. Ato de 18 de Dezembro de 1874, aprovando alguns artigos aditivos aos estatutos da sociedade alemã Deutscher Krankenverein, fundada nesta capital. RIO GRANDE DO SUL. *Coleção de actos, regulamentos e instruções expedidos pela Presidência da Província do Rio Grande do Sul no ano de 1874*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1877.

[DEUTSCHER Krankenverein]. Ato n. 23, de 11 de março de 1876 aprovando alguns artigos aditivos aos estatutos da sociedade alemã Deutscher Krankenverein, fundada nesta capital. [RIO GRANDE DO SUL.] *Coleção dos Actos expedidos pela Presidência de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1877.

[ESTATUTOS da Associação Beneficente das Classes Laboriosas Pelotenses]. Ato de 25 de setembro de 1880. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, 1886.

[ESTATUTOS da Caixa de Socorros Marquez de Pombal]. Ato n. 145 de 10 de outubro de 1882. [RIO GRANDE DO SUL]. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Off. Typ. de Carlos Echenique, 1908.

[ESTATUTOS do Hulfverein der Deutschen]. Ato de 31 de janeiro de 1880. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, 1886.

[ESTATUTOS da L'Union Française], 1884. (AHRS– Requerimentos, Diversos, Maço 214).

[ESTATUTOS da Sociedade Auxiliadora da Picada Dois Irmãos], 1862. (AHRS– Requerimentos, Diversos, Maço 99).

[ESTATUTOS da Sociedade Beneficência dos Artistas (Rio Grande)]. Ato de 20 de dezembro de 1880. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, 1886.

[ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Fraternidade Artística]. Ato de 3 de março de 1881. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, s/d.

[ESTATUTOS da Sociedade Comemorativa e Beneficente Giuseppe Mazzini-Quaraí], 1888. (AHRS– Requerimentos, Diversos, Maço 258).

[ESTATUTOS da Sociedade de Beneficência Brasileira União], 1861. (AHRS–Requerimentos, Diversos, Maço 98).

[ESTATUTOS da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense]. Ato de 7 de Maio de 1869 e Ato adicional aos Estatutos da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, feito de conformidade com o ofício da presidência de 4 de março de 1869. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos atos, regulamentos e instruções expedidos pelo Presidente da província do Rio Grande do Sul no ano de 1869*. Porto Alegre: Typographia Jornal do Comércio, 1876.

[ESTATUTOS da Sociedade de Beneficência Portuguesa, Bagé]. Ato de 6 de junho de 1871. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província do Rio Grande do Sul em 1871*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1877.

[ESTATUTOS da Sociedade Esperança Marítima], 1861. (AHRS–Requerimentos, Diversos, Maço 98).

[ESTATUTOS da Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Vitor Manuel II], 1881. (AHRS–Requerimentos, Diversos, Maço 198).

[ESTATUTOS da Sociedade Italiana de Mútuos Socorros "Victor Manuel 2º"]. Ato n. 3 de 27 de janeiro de 1882. [RIO GRANDE DO SUL]. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Of. Typ. de Carlos Echenique, 1908.

[ESTATUTOS da Sociedade Italiana União e Philantropia]. Ato de 4 de maio de 1877. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, Regulamentos e instruções expedidas pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 1877*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1881.

[ESTATUTOS da Sociedade Jaguareense de Beneficência]. Ato n. 174 de 2 de novembro de 1882. [RIO GRANDE DO SUL]. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Off. Typ. de Carlos Echenique, 1908.

[ESTATUTOS da Sociedade Philantropica] Ato n. 269 de 23 de novembro de 1867. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos atos, regulamentos e instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1867.

[ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência na Cidade do Rio Grande], 1861. (AHRS–Requerimentos, Diversos, Maço 98).

[ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência, Porto Alegre]. Ato n. 120 de 14 de dezembro de 1876. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1876*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1877.

[ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência, Rio Grande], 1881. (AHRS–Requerimentos, Diversos, Maço 198).

[ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência, Rio Grande]. Ato de 21 de janeiro de 1880. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, 1886.

[ESTATUTOS da Sociedade Umanitária], 1873. (AHRS–Requerimentos, Diversos, Maço 163).

[ESTATUTOS da Società Cooperativa delle Convenzioni Agricole-Industriali]. (reproduzido em: LIMBERGER, Emiliano J. K. Maragatos X cooperativa pioneira em Alfredo Chaves. In: COSTA, Rovílio (org.) *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 294-299).

[ESTATUTOS do Club Beneficente Harmonia dos Artistas]. Ato n. 9 de 4 de fevereiro de 1882. [RIO GRANDE DO SUL]. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Of. Typ. de Carlos Echenique, 1908.

[ESTATUTOS do Grêmio dos Artistas]. Ato n. 14 de 9 de fevereiro de 1882. [RIO GRANDE DO SUL]. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Off. Typ. de Carlos Echenique, 1908.

[ESTATUTOS do Handwerk Verein]. Ato de 2 de março de 1868. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1869.

[ESTATUTOS do Monte Pio Militar]. Ato de 30 de junho de 1881. [RIO GRANDE DO SUL]. *Coleção dos Atos, Regulamentos e Instruções expedidos pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1880*. Porto Alegre: Typ. do Conservador, s/d.

[ESTATUTOS do Pecúlio dos Empregados da Diretoria Geral da Fazenda Provincial]. Ato n. 107 de 5 de agosto de 1882. [RIO GRANDE DO SUL]. *Actos do Governo da Província do Rio Grande do Sul de 1882*. Porto Alegre: Off. Typ. de Carlos Echenique, 1908.

[EXTRATO de Estatutos da Sociedade Beneficente Africana]. *A Federação*, 19 ago. 1929, p. 8 (Anexo a: Sociedade União Operária, Porto Alegre, 27 dez. 1929. AHMPA: Câmara Municipal. 1.11.1.5.2.1.3 – Instituições assistenciais, educacionais e culturais 1924-1929).

[Extrato de] ESTATUTOS da Sociedade Polaca Águia Branca (Towarzystwo Polskie Białego Orła). *Jornal do Comércio*. Porto Alegre, 28 ago. 1905, p. 2 (MCSHJC).

ASSOCIAÇÃO dos Empregados no Comércio de Alegrete. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, 18 jul. 1935, p. 5.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PERNAMBUCO. *Relatório apresentado em Assembléia Geral de 28 de Janeiro de 1912*. Recife: Imprensa industrial, 1912 (BRG).

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PORTO ALEGRE. *Relatório, balanços e parecer da comissão de contas relativos ao biênio social de 1927-1928*. Apresentados à aprovação da Assembléia deliberativa em sessão ordinária de 14 de fevereiro de 1929 pelo Presidente sr. Armando R. de Oliveira. s.n.t. (IHGRGS).

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Quarto Relatório concernente ao ano de 1910*. Manaus: Livraria Clássica, 1910 (BRG).

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos*. Rio de Janeiro: Papelaria Mendes, 1904 (BRG).

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DE BANCOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Ordinária de 9 de agosto de 1929*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d Livraria do Globo, 1929 (BN).

ASSOCIAÇÃO GERAL DE AUXÍLIOS MÚTUOS DA E. F. D. PEDRO II. *Relatório do ano social de 1886*. Rio de Janeiro: Papelaria Gonçalves Mendes, 1887 (BRG).

ASSOCIAÇÃO Pelotense de Funcionários Públicos. *Regulamento da Caixa de Pecúlios*. Pelotas, jul. 1936 (datil.) (BRG).

BENEFICÊNCIA Portuguesa – seção feminina. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 24 jun. 1935, p. 18.

Beneficência Portuguesa. IHGPEL, pasta 119.

CAIXA de Socorros Pátria Luzitana. *Dous relatórios, 1908-1909*. Apresentados em assembléias gerais pelos respectivos presidentes. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Americana, 1910 (BN).

CLUB CAIXEIRAL [Pelotas]. *Relatório apresentado à Assembléia Geral de 25 de dezembro de 1904 pelo presidente Antonio Tronca Duarte*. Pelotas/Rio Grande: Oficinas da Livraria Comercial, s/d (BPP).

CLUB CAIXEIRAL. *Relatório da Gestão social de 1902*. Pelotas: Oficinas da Livraria Commercial, 1903.

CLUB CAIXEIRAL. *Relatório das gestões de 1926 e 1927 apresentado pelo Presidente Germano Duarte*. Pelotas: Universal, 1928.

CLUB CAIXEIRAL. *Relatório do Presidente Antônio Planella*. Apresentado em Assembléia Geral de 25 de dezembro de 1894. Pelotas: Livraria Americana, 1895, p. 3 (BPP).

CLUBE FÉLIX DA CUNHA. *Estatutos*. Cruz Alta: Oficinas Gráficas Irmãos Rössler, 1937 (AHRS, Legislação, cód. 876).

Clube Militar de Oficiais da Guarda Nacional - registro de sócios da Caixa de Beneficência 1923-1926. (AHRS– Arquivos particulares, Lata 47v, cód. 11)

ESTATUTO da Associação dos Funcionários Públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937 (AHRS, Legislação, cód. 877).

ESTATUTO da Sociedade Beneficente Feliz Esperança. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1897 (BPP).

ESTATUTO da Sociedade de Socorros Amparo Mútuo. Pelotas: Typographia da Livraria Americana, 1891. (BPP).

ESTATUTO da Sociedade Pradense de Mútuo Socorro. Fundada em 22 de Novembro de 1911. Antônio Prado: Typ. Cesa, 1942 (CD AIB-PRP).

ESTATUTO da Sociedades [sic!] Italiana Reunidas União Filantropia e Circolo Garibaldi. [Livro A-1, Fls 1, n. 1, em 11 out. 1902. FBL].

ESTATUTO da União dos Funcionários da Fazenda Estadual. Porto Alegre: Tipografia Santo Antônio do Pão dos Pobres, [1960?] (IHGRGS).

ESTATUTO das Sociedades Italianas Reunidas "Unione Filantropia e Circolo Garibaldi["] em Pelotas. [Livro A-1, Fls. 2, n. 004, em 29 maio 1903. FBL].

ESTATUTOS da "A Humanitária". Sociedade médica de socorros para os enfermos. Fundada em 1911. Porto Alegre: Mercantil, s/d [194?] (IHGRGS).

ESTATUTOS da Associação Beneficente "Regeneração". Instalada em 1 de julho de 1907. Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1907 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Associação Beneficente das Classes Laboriosas instalada em 10 de outubro de 1880. Pelotas: Livraria Americana, 1884. [Reproduzido em PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/Tchê!, 1992, p. 18-28].

ESTATUTOS da Associação Beneficente das Classes Laboriosas. Pelotas: Typ. a vapor do Correio Mercantil, 1880 (NPH).

ESTATUTOS da Associação Beneficente dos Empregados da Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais. Rio [de Janeiro]: Pap. Brazil, 1925 (BRG).

ESTATUTOS da Associação de Beneficência Mútua dos Engenheiros.. São Paulo: Typographia Brazil, 1912. (BRG)

ESTATUTOS da Associação de Seguro de Vida Amparo Mútuo. 4. Ed. Pelotas. Typographia da Livraria Americana, 1894 (BRG).

ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre. [Porto Alegre]: Typographia Mercantil, 1925 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lopes Tinoco, 1928. (BRG).

ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio. [Rio Grande?]: s. ed., [1933?]. (BRG)

ESTATUTOS da Associação dos Empregados no Comércio. Rio Grande: Livraria Oliveira Junior, [1930?]. (BRG).

ESTATUTOS da Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre – Capital do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Livraria Americana, 1923 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Associação dos Funcionários Públicos Civis. (iniciada em 9 de abril e instalada em 14 de julho de 1904). Aprovados em Assembléia Geral de 11 de setembro de 1904. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Associação dos Machinistas da Marinha Mercante. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1907 (BRG)

ESTATUTOS da Associação Geral de Auxílios Mútuos da Estrada de Ferro D. Pedro II. Rio de Janeiro: Typ de Leuzinger e Filhos, 1888 (BRG)

ESTATUTOS da Associação Pelotense de Funcionários Públicos. [Pelotas]: Oficina Gráfica A Universal, [1936] (BRG).

ESTATUTOS da Beneficência São-Borjense. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1901 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1927 (BRG).

ESTATUTOS da Caixa Montepio dos Funcionários do Banco Nacional do Comércio. Fundada em 9 de fevereiro de 1927. Porto Algre: Typographia do Centro, 1927 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Humanitária Associação de Auxílios Mútuos e Seguros de Vida aprovados em assembléia geral de 28 de dezembro de 1896. Rio de Janeiro: Oficina de obras do Jornal do Brasil, 1897 (BRG).

ESTATUTOS da Liga Internacional de Beneficência. Pelotas: Typ. do Arauto, 1909 (BPP).

ESTATUTOS da Liga Operária em São Borja. Monte Caseros: Establecimiento Tipografico Porvenir, 1904 (NPH, IHGRGS).

ESTATUTOS da Liga Operária Internacional. Aprovados em sessão de assembléia geral realizada em 11 de outubro de 1896. Porto Alegre: Tip. da Gazetinha, 1896 [reproduzido em PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/Tchê!, 1992, p. 62-67].

ESTATUTOS da Perseverança Brasileira: Associação de seguros mútuos e caixa econômica auxiliar. Rio de Janeiro: Typographia de Francisco Alves Souza, 1875. (BRG).

ESTATUTOS da Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários e Empregados Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul; Porto Alegre: Globo, [1918?] (BRG).

ESTATUTOS da Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários e Empregados Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d'A Federação, 1914 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários e Empregados Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul. Reformados pela Assembléia Geral em reunião extraordinária de 20 de Dezembro de 1920. Porto Alegre: Globo, s/d.

ESTATUTOS da Sociedade Anônima de Pecúlios e Dotes A Previsora. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Comércio, 1915 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Sociedade Beneficência dos Artistas. Fundada aos 5 dias do mês de Setembro de 1878. Instalada aos 25 de Março de 1879 na cidade do Rio Grande Província de S. Pedro do Sul (AHRs–Documentos diversos, D-11, manusc.).

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Feliz Esperança. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1897 (BPP)

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas. Pelotas: Off. Do Diário Popular, 1911. (BPP-NPH).

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente Protetora das Classes Laboriosas. Aprovados em sessão de Assembléia Geral de 16 de fevereiro de 1890. Rio Grande: Typ. do Artista, 1890 (NPH).

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União e Progresso. Porto Alegre: Typ. Wiedemann, 1908, art. 3 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União e Progresso. Porto Alegre: Typographia Santo Antônio do Pão dos Pobres, 1930 [anexo a: Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições sociais, 1936-1937 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.4 – Proc. n. 195, 19 maio 1936)].

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Filhos do Trabalho. Uruguaiana: Tip. A Nação, 1927 (BRG).

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Telegráfica. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921 (BRG).

ESTATUTOS da Sociedade Beneficente União Telegráfica. Porto Alegre: Livraria Americana, 1916 (BRG).

ESTATUTOS da Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho. Rio Grande: Typ. e Lith. do Bisturi, 1891. (BRG-NPH).

ESTATUTOS da Sociedade de Auxílios Mútuos União Operária. São Borja, 1905. (NPH, IHGRGS).

ESTATUTOS da Sociedade Maçonica de Pecúlios por Morte. Porto Alegre: s/ed., 1934 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Sociedade Musical Porto-Alegrense. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Americana, 1911 (IHGRGS).

ESTATUTOS da Sociedade Mutualidade da Companhia União Fabril. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1896 (AHRs–Estatística Maço 4).

ESTATUTOS da Sociedade Mutualidade dos Funcionários Municipais. Rio Grande: Oficinas do Rio Grande, 1935. (BRG).

ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Rio Grande. [Rio Grande]: Typ. do Echo do Sul, 1915 (BRG).

- ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência - Rio Grande. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1912 (BRG).
- ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Aprovados em sessão de Assembléia Geral extraordinárias [sic] de 11 e 25 de outubro de 1908. Porto Alegre: Typographia de Germano Gundlach & Cia, 1916 (IHGRGS).
- ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d' A Federação, 1930 (IHGRGS).
- ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre. Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1938 (IHGRGS).
- ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas. Pelotas: Imp a vapor do Correio Mercantil, 1894 (BPP).
- ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência na Cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1891 (BRG).
- ESTATUTOS da Sociedade Portuguesa de Beneficência na Cidade do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Typ. do Echo, 1881 (BRG).
- ESTATUTOS da Sociedade Pradense de Mútuo Socorro. Antônio Prado: [Tip. Cesa], 1942 (CD AIB-PRP);
- ESTATUTOS da Sociedade Protectora dos Artistas. Porto Alegre: Estabelecimento Typográphico de Gundlach & Becker, 1899 (IHGRGS).
- ESTATUTOS da Sociedade Protetora das Famílias. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1922. (BRG)
- ESTATUTOS da Sociedade Protetora das Famílias. Rio Grande: Typ. do Rio-Grandense, 1902. (BRG)
- ESTATUTOS da Sociedade Sul-rio-grandense. Aprovados em sessão de Assembléia Geral de 10 de setembro de 1926. Rio de Janeiro: Typ. d Jornal do Comércio, 1926 (BPP).
- ESTATUTOS da Sociedade União Caixeiral Jaguarense. Jaguarão: Oficinas d' A Situação, 1909. (BRG).
- ESTATUTOS da Sociedade União Comercial dos Varejistas. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1892 (AHRS–Estatística Maço 4).
- ESTATUTOS da Sociedade União Operária. Pelotas: Oficinas Typographicas a vapor da Livraria Comercial, 1908 (BPP).
- ESTATUTOS da Sociedade União Operária. Rio Grande: Typ. Do Diário do Rio Grande, 1903 (NPH).
- ESTATUTOS da União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul. Santa Maria: s/ ed. [1913?]. (BRG-BPP).
- ESTATUTOS da União dos Professores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Gundlach, 1936 (IHGRGS).
- ESTATUTOS de la Sociedad Española de Socorros Mutuos. [Porto Alegre, manusc., 1893, reproduzido em VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História da Cultura-PUCRS, 1979, p. 452-471].
- ESTATUTOS do Bürger-klub. Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições assistenciais e educacionais, 1893-1915 e 1916-1923 (AHMPA - 1.11.1.5.2.1.3).
- ESTATUTOS do Club Beneficente 24 de Maio. Aprovados em sessão de Assembléia Geral realizada em 8 de abril de 1908. Porto Alegre: Oficinas a Vapor da Livraria do Comércio, s/d.
- ESTATUTOS do Club Caixeiral Porto-Alegrense. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1928 (IHGRGS).
- ESTATUTOS do Club Caixeiral Porto-Alegrense. Porto Alegre: Typographia da Agencia Literária, 1889 (BRG).

- ESTATUTOS do Club Caixeiral Sul-rio-grandense. Rio Grande: s/ed., 1891 (BRG).
- ESTATUTOS do Clube Caixeiral da Cidade de Pelotas. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, [1880?]. (BRG).
- ESTATUTOS do Clube Caixeiral Porto-Alegrense. Porto Alegre: Typographia da Agência Litterária, 1889. (BRG).
- ESTATUTOS do Clube União. São Pedro: Oficinas Gráficas d'O Commércio, 1934 (AHRS, Legislação, cód. 875).
- ESTATUTOS do Congresso Operário. Pelotas: Typ. do Onze de Junho, 1889 (BPP, NPH).
- ESTATUTOS do Congresso Português 1º de Dezembro. Pelotas: Officina Typographica de Damião Moura, [1905] (BPP).
- ESTATUTOS do Gremio Typographico. Aprovados em assembléia geral no dia 2 de fevereiro de 1881. Pelotas: Typ. da Livraria Americana, 1881 (NPH).
- ESTATUTOS do Monte-pio da Família. São Paulo: Siqueira Salles e Cia., 1910 (BRG).
- ESTATUTOS do Monte-Pio Geral. Rio de Janeiro: Typ Imparcial, 1861 (BRG)
- ESTATUTOS do Sindicato dos Condutores de Veículos à Tração Animal. Rio Grande: s/ed., [191-] (NPH).
- ESTATUTOS e Regimento Interno do Centro Beneficente Espírita Allan Kardec. Fundado a 16 de janeiro de 1898. Aprovados em assembléia geral extraordinária de 14 de outubro de 1915. Porto Alegre: Livraria Americana, 1916 (IHGRGS).
- ESTATUTOS e Regulamento da S. Aliança Católica dos Operários Rio-Grandense de Porto Alegre (Sociedade de Seguros Mútuos). Fundada em 19 de março de 1912. Porto Alegre: Typographia da Livraria do Globo, 1915 (IHGRGS).
- EXCERTO de Estatutos [Sociedade Beneficente União Operária–Cruz Alta]. *Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 29 jul. 1935, p. 8;
- Extratos da Sociedade Uruguaya de Socorros Mútuos. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, 4 jul. 1935, p. 7.
- EXTRATOS dos Estatutos da Irmandade Bom Jesus I. *Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul*. ano I, n. 14, 18 jun. 1935, p. 8.
- EXTRATOS dos Estatutos da Irmandade Harmonia. *Diário Oficial do estado do Rio Grande do Sul*. ano I, n. 14, 18 jun. 1935, p. 5.
- Extratos dos Estatutos da Liga dos Católicos Polono-brasileiros. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, 8 jul. 1935, p. 3.
- LIVRO de Atas da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1856-1860 (Arquivos Particulares–AHRS, cod. 1, lata 49v).
- LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1867-1873. (Arquivos Particulares–AHRS, cod. 02, L 49v).
- LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1873-1883. (Arquivos Particulares–AHRS, cod. 03, L 49).
- LIVRO de atas das sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1884-1885 (Arquivos Particulares–AHRS, cod. 04, L 49).
- LIVRO de Documentos de Despesa da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1884-1885 (Arquivos Particulares– AHRS, cod. 19, L 51).
- LIVRO de Presenças às sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1886-1890 (Arquivos Particulares–AHRS, cod. 11, L 50).
- LIVRO de Presenças às sessões da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1890-1903 (Arquivos Particulares–AHRS, cód. 12, L 50).
- LIVRO de presenças em sessões de diretoria e Assembléia Geral da Associação Beneficente União Humanitária. Pelotas, 23 jan. 1922-1 dez. 1952. (BPP)

LIVRO de Propostas para Sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1884-1885 (Arquivos Particulares–AHRs, cod. 32, L 54v).

LIVRO de Receita da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense, 1884-1885 (Arquivos Particulares–AHRs, cod. 13, L. 50v).

LIVRO de Registro de matrícula de todos os sócios da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. 1856-1884 (Arquivos Particulares–AHRs, cod. 30, L 53v).

LIVRO de registro de sócios benfeitores da Sociedade Brasileira União Porto-Alegrense [sic!]. (Arquivos Particulares–AHRs, cod. 31, L 54v).

LIVRO de registro dos papéis arquivados na secretaria da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense (Arquivos Particulares–AHRs, cod. 43, L 55v).

REGLAMENTO de la Federación Española. São Paulo: Tipografía del Diario Español, 1916.

REGLAMENTO de La Sociedad "Union Slava" de Socorros Mutuos de La Asunción del Paraguay. Capturado em 30 abr. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.studiacroatica.com/libros/para/para01.htm>.

RELATÓRIO Anual da S. P. de Beneficência em Pelotas apresentado pelo seu Presidente Joaquim T. da Costa Leite em sessão de Assembléia Geral a 24 de Janeiro de 1886. Pelotas: Imp. a Vapor do Correio Mercantil, 1886 (BPP).

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral da S. Portuguesa de Beneficência de Pelotas. 18 de Maio de 1909, pelo Presidente Francisco Farias Guimarães. Pelotas: Imp. A Vapor do Correio Mercantil, 1910 (BPP).

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Geral da Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários Públicos Estaduais e Municipais do Rio Grande do Sul, pelo Diretor-Presidente Amaro Baptista em 20 de fevereiro de 1922–ano de 1921. Porto Alegre: Globo, 1922 (IHGRGS).

RELATÓRIO apresentado à digníssima Assembléia Geral da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Pelotas em 26 de julho de 1908 pelo seu presidente Francisco Farias Guimarães. Pelotas: Off. de Obras do Diário Popular, 1908 (BPP).

RELATÓRIO apresentado pela Diretoria da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Exercício 1923. Porto Alegre: Globo, 1924 (IHGRGS).

RELATÓRIO com que Francisco dos Santos Gesta, Presidente da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense reempossado em sessão de 25 de abril de 1898 demonstra o estado da mesma, durante o ano compromissal findo, à Assembléia Geral de 25 de abril de 1899. Porto Alegre: Typographia da Agência Literária, 1899 (IHGRGS).

RELATÓRIO da Amparo Mútuo Associação de Seguro de Vida. Pelotas: Livraria Americana, 1895 (BPP).

RELATÓRIO da Associação Curitybana dos Empregados no Comércio. Curitiba: Typographia Júlio Koch, 1899 (BRG)

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre. Administração de 1904. Porto Alegre: Globo, 1905 (IGHGRGS).

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Pará referente ao exercício de 1909-1910. Belém: Typ a vapor da Livraria Gillet, 1910 (BRG).

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro relativo aos anos de 1901-1902. Rio de Janeiro: Typ. da papelaria Ribeiro, 1903 (BRG)

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro relativo ao ano administrativo de 1894. Rio de Janeiro: Imp. H Lombateris e Cia. 1895 (BRG)

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Typ. da Papelaria Ribeiro, 1903 (BRG).

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio Grande no ano de 1903. Rio Grande do Sul: Typ. a vapor do Echo do Sul, 1904 (BRG).

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio Grande em 31 de dezembro de 1902. Rio Grande do Sul: Typ. da Livraria Rio Grandense, 1903. (BRG)

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio Grande no ano de 1904. Rio Grande do Sul: Typographia da Livraria Rio-Grandense, 1905 (BRG).

RELATÓRIO da Associação dos Empregados no Comércio do Rio Grande relativo ao ano de 1905. Rio Grande: Oficinas a vapor d'O Intransigente, 1906 (BRG).

RELATÓRIO da Caixa de Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil e da Caixa de Pecúlios apresentado em Assembléia Geral ordinária, realizada em 22 de março de 1930. Rio de Janeiro: s. ed., 1930 (BRG).

RELATÓRIO da Directoria da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. Referente ao período de 1º de dezembro de 1934 a 31 de julho de 1935. Rio [de Janeiro]: Artes Gráficas, 1935 (BRG)

RELATÓRIO da Directoria da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil. A ser apresentado à Assembléia Geral Ordinária de 19 de setembro de 1936. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, s/d. (BRG).

RELATÓRIO da Diretoria da Sociedade Portuguesa de Beneficência em Pelotas apresentado pelo seu presidente Antônio Lopes Rios em ASSEMBLÉIA Geral de 23 de Janeiro de 1887. Pelotas: Imp. A Vapor do Correio Mercantil, 1887 (BPP)

RELATÓRIO da S. P. de Beneficência apresentado à Assembléia Geral de 29 de Julho de 1900 pelo Presidente Antônio Pinto Rêgo Magalhães. Pelotas: Imp. a Vapor do Correio Mercantil, 1900, p. 7 (BPP).

RELATÓRIO da S. P. de Beneficência em Pelotas apresentado pelo seu Presidente Antônio Lopes Rios em Assembléia Geral de 23 de Janeiro de 1887. Pelotas: Imp. a Vapor do Correio Mercantil, 1887 (BPP).

RELATÓRIO da Sociedade Beneficente União Telegráfica do ano 1918. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919 (BN).

RELATÓRIO da Sociedade Beneficente União Telegráfica. De novembro de 1907 a outubro de 1908. Porto Alegre: Off. Gráficas da Livraria Americana, 1908 (BN).

RELATÓRIO da Sociedade de Beneficência União. Porto Alegre: Typographia da Gazetinha, 1897 [anexo a AHRS, Estatística, Maço 4].

RELATÓRIO da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio da cidade de Santos. Apresentado em sessão de Assembléia Geral de 1 de janeiro de 1883. Santos: Typographia da Gazeta de Santos, 1883 (BRG)

RELATÓRIO da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de Santos. Ano de 1916. Santos: Typographia Brazil, 1917. (BRG)

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência apresentado pelo seu presidente Gabriel Castro em sessão de Assembléia geral de 7 de agosto de 1910. Pelotas: Off. do Diário Popular, 1910 (BPP).

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre apresentado pelo seu presidente Comendador Antônio Francisco de Castro em sessão de Assembléia Geral em 15 de janeiro de 1909. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Livraria do Globo, 1909 (BN).

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência relativo à gestão de 1 de julho de 1925 a 30 de junho de 1926, apresentado e aprovado em Sessão de Assembléia Geral de 1º de agosto de 1926 pelo presidente J. B. Eça de Queiroz. Pelotas: Off. Graphics da A Guarany, 1926 (BPP).

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul 1893. Rio Grande do Sul: Typ. do Diário do Rio Grande, 1894 (BRG).

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul 1894. Rio Grande do Sul: Typ. do Diário do Rio Grande, 1893 [sic]. (BRG).

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul 1895. Rio Grande do Sul: Typ. do Diário do Rio Grande, 1896 (BRG).

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul 1896. Rio Grande: Typ. do Diário, 1897 (BRG).

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul apresentado em assembléia geral em 3 de maio de 1901. Rio Grande: Typ. do Diário, 1901 (BRG).

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul 1903. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1904 (BRG).

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul 1889. Rio Grande: Typ. do Diário, 1890 (BRG).

RELATÓRIO da Sociedade Portuguesa de Beneficência na cidade do Rio Grande do Sul 1892. Rio Grande: Typ. do Diário, 1893 (BRG).

RELATÓRIO da Sociedade União Operária de Rio Grande. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1903 (NPH).

RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo 1 Secretário no exercício do cargo de Presidente 2º Tenente Oscar Coelho de Castro em sessão de Assembléia Geral, em 16 de Julho de 1911, ao empossar seu sucessor no exercício do cargo. Julho de 1910 a Junho de 1911. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, 1911 (IHGRGS).

RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado pelo Presidente José de Carvalho em sessão de Assembléia Geral em 5 de Agosto de 1914, ao empossar a nova Diretoria. Julho de 1913 a Junho de 1914. Porto Alegre: Livraria Americana-Cunha, Tenzsch & C., 1914 (IHGRGS).

RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado por João de Oliveira Bandeira, Vice-presidente no cargo de Presidente em sessão de Assembléia Geral, em 18 de Julho de 1912, ao empossar seu sucessor no exercício do cargo. Julho de 1911 a Junho de 1912. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria Americana, 1912 (IHGRGS).

RELATÓRIO do Club Beneficente 24 de Maio apresentado por João de Oliveira Bandeira, Presidente. Em sessão de Assembléia Geral em [?] de Julho de 1913, ao empossar seu sucessor no exercício de seu cargo. Julho de 1912 a Junho de 1913. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo, 1913 (IHGRGS).

RELATÓRIO do Monte-Pio Geral da Economia dos Servidores do Estado 1893 a 1895. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894 (BPP).

RELATÓRIO do Monte-Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado. Apresentado à Assembléia dos contribuintes na ocasião da posse da directoria que tem de servir no biennio de 1849 a 1851. Rio de Janeiro: Typ do Diário de N. L. Vianna, 1849 (BRG).

SATZUNGEN des Verbandes deutscher Kranken -und Sterbekassen. *Mitteilungsblatt des Verbandes deutscher Kranken -und Sterbekassen*. Porto Alegre, okt. 1931, p. 1-2 (ABM).

SOCIEDAD ESPAÑOLA DE SOCORROS MUTUOS DE PORTO ALEGRE. *Memória y cuentas generales, ejercicio 1936*. Porto Alegre: s.ed., [1936] [anexo a: Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos prediais por instituições sociais, 1936-1937 (AHPA - 1.11.1.5.2.1.4 – Proc. n. 1134, 5 abr. 1937)].

SOCIEDADE Beneficente União Typographica Gutenberg. *Relatório da gestão de 17 de setembro de 1911 a 17 de setembro de 1912*. Apresentado à assembléia geral em 20 de setembro de 1912. Pelotas: Diário Popular, 1912 (NPH).

SOCIEDADE HUMANITÁRIA DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE SÃO PAULO. *19º relatório apresentado à assembléia geral de 26 de janeiro de 1908*. São Paulo: Duprat e Cia, 1908. (BRG)

SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA - Rio Grande. *Relatório da diretoria relativo ao biênio administrativo de Janeiro de 1923 a 31 de Dezembro de 1924, apresentado à Assembléia Geral, reunida em 25 de Janeiro de 1925, pelo presidente Manoel Pereira Braga*. Snt., p. 26-29 (BRG);

SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA. *Relatório relativo aos exercícios de 1 de julho de 1937 até 31 de dezembro de 1938*. Apresentado à assembléia geral pelo seu presidente Lino Saraiva d'Oliveira. Pelotas: A Universal, 1938 (BPP).

SOCIEDADE PORTUGUEZA DE BENEFICÊNCIA. *Relatório da Diretoria relativo ao biênio administrativo de janeiro de 1923 a 31 de dezembro de 1924*. Snt. (BRG).

SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1941*. Santa Maria: Livraria Comercial, 1941 (IHGRGS, BPP).

SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1925*. Santa Maria: Globo, 1925 (IHGRGS).

SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1928*. Santa Maria: Franco, 1928 (IHGRGS).

SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1930*. Santa Maria: Globo, 1930 (IHGRGS).

SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1939*. Santa Maria: Livraria Comercial, 1939 (IHGRGS).

SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1937*. Santa Maria: Livraria Comercial, 1937 (IHGRGS).

SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1943*. Santa Maria: Of. Gráf. Da Liv. Impressora, 1944 (IHGRGS).

SOCIEDADE UNIÃO DOS CAIXEIROS VIAJANTES. *Relatório apresentado pela Diretoria em sessão de Assembléia Geral realizada em 20 de setembro de 1933*. Porto Alegre: Gundlach, 1933 (IHGRGS).

STATUT des Deutschen Krankenvereins in Porto Alegre. Porto Alegre: Buchdruckerei von Cäsar Reinhard, [1907] (SOGIPA)

STATUTI della Societá Operaia Italiana di Mutuo Soccorso Stella D'Italia nella colonia Conte D'Eu. Porto Alegre: Gundlach, 1886 [reproduzido em MIGOT, Aldo F. *História de Carlos Barbosa*. Carlos Barbosa/Porto Alegre/Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa/ EST/ EDUCS, 1989. p. 651-663].

UNIÃO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório do primeiro biênio social, 10-3-1939-10-3-1941*. Santa Maria: [Comercial?], s/d. (BPP).

Jornais e revistas

A Defesa. Bagé, 28 ago. 1910/1 maio 1911 (NPH).

A Democracia. Porto Alegre. 1 maio 1905/12 ago. 1907. (NPH, IHGRGS, APERGS).

A Discussão. Pelotas, 1881/1887 (FBL).

A Dor Humana. Bagé, 1919/1920 (AMORJ, NPH).

A Evolução. Bagé, 2 fev. 1902/2 out. 1908 (NPH).

A Federação, 1885/1929 (AHMPA, MCSHJC, BPP AHMPA).

A Idéia. Pelotas. 10 nov. 1878- 2 mar. 1879 (BPP).

A Lucta. Rio Grande, 24 fev. 1924 (NPH).

A Luta. Pelotas, 1916. (NPH, AMORJ).

A Luta. Porto Alegre, 1906-1911/1918 (NPH, AMORJ).

A Noite. Porto Alegre, jan.-jun. 1914. (MCSHJC)

A Pátria. Rio de Janeiro, 7-27 jul. 1923 (MCSHJC).

- A Penna*. Pelotas, 6 jul.-30 nov. 1884 (BPP).
- A Reação*. Pelotas, jan.-mar. 1914 (BPP).
- A Sentinella do Sul*. Porto Alegre, 21 jul. 1867-3 maio 1868 (BPP).
- A Tribuna*. Pelotas, 1911 (BPP).
- A União*. Uruguaiana. 18 out. 1919/29 maio 1920 (AMORJ).
- A Vanguarda*. Porto Alegre, 3 out. 1914 (NPH).
- A Ventarola*. Pelotas, 24 jun. 1887 - 15 dez. 1889.
- A Vida*. Rio de Janeiro, 1914-1915. [Edição fac-similar]. São Paulo: Ícone, 1988.
- A Voz do Escravo*. Pelotas, 1881 (AHMPA).
- A Voz do Operário*. Porto Alegre, 1 abr. 1899 (NPH).
- A Voz do Trabalhador*. Orgam da Confederação Operária Brasileira. Coleção fac-similar de 71 números 1908-1915. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1985.
- A Voz do Trabalhador*. Porto Alegre, 11 ago. 1912 (NPH).
- Actualidade*. Porto Alegre, 19 mar. 1911/29 jan. 1916 (IHGRGS).
- Alvorada*. Rio Grande, 1 mar. 1879 (MCSHJC).
- Avante*. Porto Alegre, 17 jul. 1908 (NPH).
- Bisturi*. Rio Grande. 13 mar.-8 maio 1892 (BPP)
- Boletim do Ministério do trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, set. 1934-dez. 1940.
- Correio da Tarde*. Maceió, 16 set. 1922 (AHMPA).
- Correio do Povo*. Porto Alegre. 1906/1917 (MCSHJC).
- Correio Mercantil*. Pelotas, 1879/1914 (BPP, FBL).
- Crônica de Porto Alegre*. Porto Alegre, 1855 (BPE).
- Crônica Subversiva*. Rio de Janeiro, jun-out. 1918. [Edição fac-similar]. Osasco/São Paulo : Centro de Memória Sindical/ Arquivo do Estado de São Paulo, s/d.
- DEFESA Operária. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 mar. 1927, p. 6 (NPH 368-E).
- Democracia Social*. Pelotas, 1893 (NPH).
- Der freie Arbeiter*. Porto Alegre, 28 set. 1920/maio 1930 (FREG, MCSHJC, AHRs).
- Diário de Pelotas*. Pelotas, 1876/1882 (BPP, FBL)
- Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1935.
- Echo do Povo*. Porto Alegre, maio 1908/maio 1914 (MCSHJC).
- Echo Operário*. Rio Grande, 1897/1898 (NPH).
- El Picapedrero*. Montevideo, nov. 1918-nov. 1925 (BN-U).
- Emancipação*. Bagé, 30 jan. 1929 (NPH).
- Folha do Povo*. Santa Maria, 14 jul./24 set. 1920 (AMORJ).
- Gazeta de Alegrete*. Alegrete, 7 set. 1922 (AHMPA)
- Gazetinha*. Porto Alegre, 1892/1899 (AHMPA, MCSHJC).
- Intrépido*. Rio Grande, 1 maio 1910 (NPH).
- Jornal do Comércio*. Pelotas, 1880-1881 (BPP).
- L'Avvenire*. Porto Alegre, 7 mar. 1892/14 jan. 1893 (NPH, MCSHJC).
- LA MONTAÑA. Periódico socialista revolucionário – 1897. [Buenos Aires?]: Universidad Nacional de Quilmes, 1996.

- La Scintilla*. Porto Alegre, 22 nov. 1896. (NPH)
- Liberdade*. Porto Alegre, 10 jun. 1927 (MCSHJC).
- Martelo e Foice – Hammer und Sichel*. Porto Alegre, 7 jun. 1924/8 fev. 1925 (AMORJ, AHRS).
- Marui*. Pelotas, 4 jan.-8 ago. 1880 (BPP).
- Mitteilungsblatt des Verbandes deutscher Kranken -und Sterbekassen*. Porto Alegre, Okt. 1931-jul. 1934 (ABM).
- Nossa Voz*. Bagé, jul. 1923 (NPH).
- O Alfaiate*. Porto Alegre, 12 out. 1907 (NPH).
- O Alfaiate*. Rio de Janeiro. Jul. 1926 (AMORJ).
- O Amador*. Quaraí, 1 jan.-27 jun. 1896 (MCSHJC).
- O Athleta*. Porto Alegre, 1885/1886 (MCSHJC).
- O Automobilista*. Porto Alegre, 8 maio 1926 (MCSHJC).
- O Brasil*. Caxias, 7 set. 1922 (AHMPA).
- O Cabrion*. Pelotas, 1 fev. 1880-5 jun. 1881 (BPP).
- O Caixeiro*. Porto Alegre, 30 jun.-4 ago. 1878 (BPP).
- O Conciliador*. Porto Alegre, 17 out. 1858-25 dez. 1859 (MCSHJC).
- O Delta*. Revista mensal consagrada à ordem maçônica. Porto Alegre, 1916-1918 (BPE).
- O Diário*. Porto Alegre, jul.-out. 1911; 1912; nov. 1913 - jan. 1914; 1915- abr. 1917. (MCSHJC)
- O Direito*. Cruz Alta, 2 set. 1900 (NPH).
- O Exemplo*. Porto Alegre, 22 jan. 1893/26 ago. 1917 (MCSHJC, NPH, BN).
- O Independente*. Porto Alegre, 1906/1917 (AHMPA; IHGRGS).
- O Inflexível*. Porto Alegre, 1919 (MCSHJC).
- O Nosso Verbo*. Rio Grande, 1919/1920 (AMORJ).
- O Operário*. Cruz Alta, 1 dez. 1902 – 1 jan. 1903 (NPH).
- O Operário*. Orgam da Liga Operária de Santa Catarina. Capital, 15 set. 1900-2 abr. 1901, 1 fev. 1904-1 abr. 1904 (BPESC).
- O Operário*. Porto Alegre, 17 maio/6 dez. 1885 (NPH).
- O Operário*. Porto Alegre, 20 jan. 1889 (NPH).
- O Operário*. Rio Grande, 1 maio 1901 (NPH).
- O Paladino*. Porto Alegre, 1908/1912 (MCSHJC).
- O Pervigil*. Pelotas. 6 ago. 1882-13 maio 1883 (BPP).
- O Povo*. Rio Grande, 21 jun./4 nov. 1856 (BPP)
- O Productor*. Porto Alegre, 21 ago. 1889. (NPH).
- O Proletário*. Porto Alegre, 5 jul.-9 ago. 1896 (NPH).
- O Proletário*. Rio Grande. 28 jan. 1906 (NPH).
- O Rebate*. Pelotas, 5 abr.-31 dez. 1914 e ago. 1917 (BPP).
- O Sol Nascente*. Porto Alegre, 25 dez. 1925 (NPH).
- O Syndicalista*. Porto Alegre, 1919/1928 (APERGS, NPH).
- Opinião Pública*. Pelotas, jan.-mar. 1913, jan.-mar. 1914, 1917 (BPP).
- Radical*. Pelotas, 5 jan.-29 jun. 1890 (BPP).
- Zé Povinho*. Pelotas, 7 jan. 1. Jul. 1883 (BPP).

Outras fontes (inclui bibliografia informativa)

[LONER, Beatriz]. 3 Congresso Operário Brasileiro – Relato de Santos Barboza. *História em Revista*. Pelotas, v. 4, dez. 1998, p. 147.

1789. 14 De Julho! Discurso proferido por Carlos Fuhro no salão da Liga Operária de Pelotas, na ocasião da saagração civil da bandeira da Societé "Union Française" na noite de 14 de Julho de 1909. Rio Grande: Oficinas a vapor do O Tempo, 1909 (BPP).

ABAD DE SANTILLÁN, Diego. *La FORA: ideología y trayectoria*. 2 ed. Buenos Aires: Proyección, 1971.

Acredite é verdade. Capturado em 12 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://members.spree.com/business/oportunidade/1.htm>.

Administrativo/Dossiê Sociedade Amparo Mútuo (Memorial SOGIPA).

AITA, Carmen, AXT, Gunter, ARAUJO, Vladimir (orgs.) *Parlamentares gaúchos das cortes de Lisboa aos nossos dias: 1821-1996*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1996.

ALMANAK Administrativo Commercial e Industrial Rio-Grandense para 1873. Por Antônio de Azevedo Lima e Ignácio de Vasconcellos Ferreira. Ano I. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, [1872] (BPE).

ALMANAK Administrativo, Comercial e Industrial Rio-Grandense para 1874. Por Antônio de Azevedo Lima. Ano II. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio

Anuario da Província do Rio Grande do Sul para 1886. Publicado sob a direção de Graciano A. Azambuja. Porto Alegre: Gundlach, 1885 (AHRs).

Anuario da Província do Rio Grande do Sul para o ano de 1885. Publicado sob a direção de Graciano A. Azambuja. Porto Alegre: Gundlach, 1884 (AHRs).

ARAÚJO FILHO, Luiz. *O município de Alegrete*, Alegrete: Irmão Prunes/ Livraria O Coqueiro, 1907.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Togno Brusafraati/Tonho Queima frades*. Porto Alegre: EST, 1997.

BAKUNIN, Mikhail. *Socialismo e liberdade*. [São Paulo?]: Luta Libertária, s/d.

BARON D'Ourem. *Notice sur les Institutions de Prêvoyance au Brésil*. Communication faite au Congrès Scientifique Universel des Institutions de Prêvoyance lors de la Deuxième Session Quinquennale en 1883. Pau: Garet, 1883.

BARROS, A Buys de. Da natureza jurídica dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões. *Revista do Trabalho*. Rio de Janeiro, ano VI, n. 9, set. 1938, p. 373-374.

BECKER, D. João. *A questão operária*. Segunda carta pastoral de D. João Becker, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1914.

BECKER, D. João. *Pro ecclesia et Pontifice*. Terceira carta pastoral de D. João Becker, Bispo da Diocese de Florianópolis. Petrópolis: Vozes, 1911.

BELÉM, J. *História do município de Santa Maria 1797-1933*. Porto Alegre: Selbach, 1933.

BEM, Balthazar P. *Esboço de geografia médica*. Tese (Faculdade de Medicina de Porto Alegre), 1905.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

LUXEMBURG, Rosa. **Chapter VII: Co-operatives, Unions, Democracy**. Capturado em 5 fev. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://www.marxists.org/archive/luxembur/works/1900/ref-rev/ch07.htm>.

BIALET-MASSÉ, Juan. *Informe sobre el estado de las clases obreras argentinas a comienzos del siglo* (vol 2). Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1985,

Boletim do Grande Oriente do Brasil. S/l, ano 17, n. 9 e 10, nov. dez. 1892.

- BRASIL. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos Srs. Deputados. Quarto ano da legislatura. Seção de 1860. Tomo 1. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., 1860.
- BRASIL. Coleção de Leis e decretos. 1850-1940.
- BRASIL. *Falas do Trono*. Desde o ano de 1823 até o ano de 1889. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse estatística do Município de Porto Alegre*. Comemorativa do Bi-centenário de Porto Alegre. Porto Alegre: Globo, 1940.
- BRASIL. Relatórios do Ministério do Império 1860-1883. (Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/hartness/minopen.htm>).
- CAMOZATO, Benjamin C. (org.) *Grande Álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Cachoeira: Oficinas Graphics da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1922.
- CARONE, Edgar. *O P.C.B.* Vol. I, 1922-1943. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 41. O artigo citado, com os grifos do original, está em: *O Alfaite*. Rio de Janeiro. Jul. 1926, p. 3 (AMORJ).
- CARTA Pastoral de D. Francisco de Campos Barreto, Bispo de Pelotas. Apresentando o relatório de 1913. Pelotas: Livraria Comercial Meira & Cia, 1914.
- CEM Anos de Germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1999.
- CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nello Stato del Rio Grande del Sud: 1875-1925*. Porto Alegre/Roma: Globo/ Ministeri degli Affari Esteri, 1925.
- CODICE delle Società di Mutuo Soccorso e Associazioni Congeneri. Firenze: G Barbera, 1894.
- Congresso Operário de 1913. (AGCRJ – Cód. 41-2-22-A e 41-2-23-A).
- Cópias de relatórios de indagações policiais. Abr. 1918-jun. 1919. 1º distrito [Porto Alegre], fl. 326 (AHRS- Polícia, cód. 36).
- Correspondência das Associações de Beneficentes [sic] em resposta a questionário enviado à Diretoria Geral de Estatística, 1897 (AHRS – Estatística Maço 4).
- Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Instituições civis, 1892-1930 (BPP, Maços 56, 57, 58, 59, 60).
- Correspondência recebida pela Intendência Municipal de Pelotas – Consulados, 1894-1919 (BPP, Maço 86).
- Correspondência recebida pelo Diretor da Diretoria de Estatística, Duarte José Ribeiro, enviados por casas de saúde e asilos do Estado. 1890 (AHRS – Estatística Maço 4).
- CUNHA, Alberto Coelho da. *Apontamentos históricos sobre Pelotas*. Manusc. BPP-vol. 59, p. 51).
- CUNHA, Alberto Coelho da. *Síntese Histórica da Beneficência Portuguesa, Santa Casa de Misericórdia, Asilo de Órfãos Nossa Senhora da Conceição, Asilo de Órfãos São Benedito, Asilo de Mendigos*. Pelotas, [manusc.], s/d. (BPP - 612).
- DE BONI, Luis A. *Bento Gonçalves era assim*. Relatórios de autoridades italianas sobre os primórdios de Bento Gonçalves. Porto Alegre/Caxias do Sul/Bento Gonçalves: EST/Correio Riograndense/FERUI, 1985.
- Decreto n.º 2.675, de 20 de outubro de 1875*: Reforma a legislação eleitoral. Online. Disponível na Internet: http://www.cebela.org.br/txt/polit/socio/vol2/B_107.html.
- Do Projeto de Caixa Geral de Socorro e Outras Instituições para os Espíritas. *Revista Espírita*, jul. 1866. Capturado em 13 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.jhbaldin.com/caixageral.htm>
- Documentação dos Governantes, 1934-1940 (AHRS, Maços 72, 132).
- Encíclica **Humanum Genus** do Papa Leão XIII sobre a Maçonaria. Capturado em 20 dez. 2001. Online. Disponível na Internet: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18840420_humanum-genus_po.html.
- Encíclica **Rerum Novarum**. Del Sumo Pontífice León XIII Sobre la Situación de los Obreros. Capturado em 20 dez. 2001. Online. Disponível na Internet:

- http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_sp.html.
- FAGUNDES, Ligia *et al.* *Memória da indústria gaúcha - das origens a 1930*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade-UFRGS, 1987.
- FEE - Fundação de Economia e Estatística | População. Capturado em 10 maio 2004. Online. Disponível na internet: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_populacao_tabela_03.php?letra=D; *Relação de dados de qualidade de vida dos municípios do RS*. Capturado em 10 maio 2004. Online. Disponível na internet: <http://www.ufrgs.br/pdgs/DDADOS.html>.
- FRAINER, João (org.) *Álbum do Município de Erechim*. Erechim: Modelo, 1936.
- FREITAS, Bezerra de. *Legislação do trabalho e previdência social*. Rio de Janeiro: A Coelho Branco Fº, 1937.
- FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre, 1991.
- GERTZ, René (org.). *Karl von Koseritz: seleção de textos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- GERTZ, René E. (ed.). *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, 1989.
- GONÇALVES, Adelaide, SILVA, Jorge E. (orgs). *A imprensa libertária do Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- GOODOLPHIM, Costa. *A Associação: história e desenvolvimento das associações portuguesas*. Lisboa: Typographia Universal, 1876.
- GRAMSCI, Antonio. Un partido de masas. *L'ordine nuovo*. 5 out. 1921. Capturado em 4 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.marxists.org/espanol/gramsci/oct1921.htm>.
- Groschen Münzen*. Capturado em 17 fev. 2004. Online. Disponível na Internet: <http://www.muenzenlexikon.de/lexikon/g/pg181.html>.
- GUIA pública de Porto Alegre. 18. Ed. Porto Alegre: Hugo Müller, 1938.
- HALPERN, Josef Szulim. Entrevista em Porto Alegre, 1987-1988. ICJMC, n. 014.
- HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*. Porto Alegre: DC Luzzatto, 1986.
- HUNDERT JAHRE DEUTSCHTUM IN RIO GRANDE DO SUL 1824-1924. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924.
- III INTERNACIONAL COMUNISTA. *Manifestos, teses e resoluções do 3º Congresso*. São Paulo: Brasil Debates, 1989.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano II-1936. Rio de Janeiro: Tip. do Departamento de Estatística e Publicidade, 1936.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano VI – 1941/1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conselho Nacional de Estatística. *Anuário Estatístico do Brasil*. Ano V – 1939-1940. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Anuário Estatístico do Estado 1941*. 3. vol.: Situação social. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1941.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Departamento Estadual de Estatística. *Sinopse estatística do estado*, n. 3. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Publicidade Americana, 1939.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2. Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. *Estatística de 1923*. Rio Grande: Oficinas a Eletricidade do Rio Grande, 1925.

- IRMANAÇÃO 19 Clube de Leones. *Declaração de Irmanação Internacional de Amizade entre Clubes*. Capturado em 12 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.lions.org.br/circle/articulos/irmanaca.htm>.
- JACQUES, Major João Cezimbra. *A proteção ao operariado na República*. Sobre o problema das classes: Capitalistas, Burguesia e Proletariado. Rio de Janeiro: Aurora, 1918.
- JUNTA Comercial. Documentos não especificados (AHRS, cód. 79-81).
- KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1981
- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- LAPCHIK, Israel. Entrevista em Porto Alegre, 1987. ICJMC, n. 150, p. 23.
- League of Nations*. Capturado em 10 out. 2003. Online: <http://digital.library.northwestern.edu/league/>.
- Lei n.º 387, de 19 de agosto de 1846*: Regula a maneira de proceder às eleições de Senadores, Deputados, membros das Assembléias Provinciais, Juizes de Paz e Câmaras Municipais. Online. Disponível na Internet: http://www.cebela.org.br/txtpolit/socio/vol2/B_091.html e
- LENZ, Cristóvão. Memórias e vivências de um velho Brummer. In: *Memórias de Brummer*. Porto Alegre: EST/Nova Dimensão, 1997.
- LIMA, A. G. *Anuário-Indicador do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Of. Gráf. Livraria do Globo, 1927. (BPP)
- LIMA, Antônio de Azevedo. *Synopse Geográfica, Histórica e Estatística do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Estabelecimento Typographico de Gundlach, 1890.
- LIMA. Olympio de Azevedo. *Dados Estatísticos e outros apontamentos sobre o município de Porto Alegre, Capital do Estado*. s.n.t., 1912.
- LISTA Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre em o ano de 1880 (AHRS. Eleições - EL-01);
- LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 123-126.
- MAROTTA, Sebastián. *El movimiento sindical argentino: su génesis y desarrollo (1857-1914)*. V. 1. 2. Ed. Buenos Aires: Libera, 1975.
- MELLO, Tancredo Fernandes de. *O município de Santa Vitória do Palmar*. 2. Ed., Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992, p. 246.
- MIGOT, Aldo F. *História de Carlos Barbosa*. Carlos Barbosa/ Porto Alegre/ Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa/ EST/ EDUCS, 1989.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Serviço de Informações. *Atos oficiais*. Na Administração do Snr. Dr. Ildelfonso Simões Lopes. Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia Villas Boas & C., 1921.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. *Exposição que acompanha o Relatório apresentado ao Senhor Presidente da República, Doutor Getúlio Vargas pelo Ministro Agamemnon de Magalhães*. Rio de Janeiro, 1937, p. 107. Capturado em 02 abr. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u2307/000002.html>.
- MÜLLER, Hans. *Geschichte der internationalen Genossenschaftsbewegung*. Halberstadt: H. Meyers Buchdruckerei, 1924.
- MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Leis, decretos e actos de 1914 a 1931*. Pelotas: Of. Tip. do "Diário Popular", 1931.
- NETTO, José Cândido de Campos. *Montenegro*. Montenegro: s/ed., 1924.
- ODDONE, Jacinto. *Historia del socialismo argentino (1896-1911)*. Vols. 1 e 2, Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1983.
- ORNELLAS, Manoelito de. *Tupancyretan*. [2. Ed.] Tupanciretã: Empresa Gráfica e Editora Mercúrio, 1996.
- PARTIDO Trabalhista. Porto Alegre, 1925. (NPH)

- PEREIRA, José dos Santos. *Repertório Geral ou Recopilação alfabética das Leis Provinciaes, regulamentos, actos, instrucções dadas pela Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia da Estrella do Sul, 1864.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/Tchê!, 1992
- PETRY, Leopoldo. *O Município de São Leopoldo no ano do 1º Centenário da Independência do Brasil*. São Leopoldo: Rotermond, 1923.
- Polícia. Documentação avulsa. Porto Alegre. Transcrição de relatórios 3. Distrito. 1914-1917 (AHRS – Polícia. Documentação avulsa, cód. 48).
- Porto Alegre. Câmara Municipal. 1.11.1.5.2.3 – Instituições assistenciais, educacionais e culturais (1916-1923) correspondência de 14 nov. 1919 (AHMPA). Para Jaguarão:
- Porto Alegre. Conselho Municipal. Auxílio de verbas, 1894-1937 (AHMPA – 1.11.1.6).
- Porto Alegre. Conselho Municipal. Correspondência com instituições sociais, culturais, assistenciais, religiosas e privadas, 1894-1930 (AHMPA – 1.3.4).
- Porto Alegre. Conselho Municipal. Pedidos de isenção de impostos, 1893/1937 (AHMPA - 1.11.1.5.2).
- Porto Alegre. Registro de averiguações. 3. Distrito, 1913-1914 (AHRS–Polícia, cód. 49).
- PORTO ALEGRE. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Eng. Otávio Francisco de Rocha em 15 de outubro de 1927*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas d’A Federação, 1927, p. 301-303; PORTO ALEGRE. *Relatório do vice-intendente em exercício Alberto Bins*, 1928, p. 39 e 77 (AHMPA 2.1.2.1).
- PORTO ALEGRE. *Relatório do vice-intendente em exercício Alberto Bins*, 1928 (AHMPA 2.1.2.1).
- Processo-crime (Júri) n. 856. Réus: Ângelo Cavanellas e outros. Maço 53, Estante 29 e/c. 1917(APERGS).
- Processo-crime (Júri). Porto Alegre, n. 5203.1, Maço 294, Estante 29, 1915 (APERGS).
- Processo-crime. Porto Alegre. Sumário. N. 1834, Maço 75, Estante 33 e/c. 1895. Réus: Cesare Pelli, Virgilio Arzzani, Francisco Provenzano, Luis Mancusi, Mario de Candia, Giovanni Aita (APERGS).
- PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exm. Sr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração d’esta Província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-presidente, no dia 13 de abril do ano de 1868*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1868. (Relatório da Directoria do Arsenal de Guerra, Mapas 11 a 14) Online. Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1068/000002.html> e seguintes.
- PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exm. Sr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração d’esta Província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-presidente, no dia 13 de abril do ano de 1868*. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Comércio, 1868. (Relatório da Directoria do Arsenal de Guerra, Mapas 11 a 14) Online. Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u1068/000002.html> e seguintes.
- RECENSEAMENTO do Brazil de 1872 - Rio Grande do Sul. [Volume separado s.n.t.].
- REINOSO, Roberto (comp.) *“Bandera proletaria”: selección de textos (1922-1930)*. Buenos Aires: CEAL, 1985.
- RELATÓRIO apresentado à Assembléa Geral na Primeira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Negócios de Estado do Império Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1869, Anexo F
- RELATÓRIO do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p. 20. Capturado em 02 nov. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/883/000020.html>.
- Requerimentos, 1844/1929 (AHRS, Maços 88, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 106, 107, 114, 122, 125, 131, 132, 137, 138, 139, 144, 146, 152, 153, 155, 156, 160, 163, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180,

181, 182, 183, 185, 193, 198, 199, 214, 219, 222, 224, 234, 236, 237, 242, 246, 250, 258, 270, 280, 288, 301, 364).

RIO GRANDE DO SUL. Coleção de Leis e Decretos, 1854-1940.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello passou a administração de esta província ao Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha. 1º vice-presidente no dia 13 de abril do ano de 1868.* Porto Alegre: Typographia do Jornal do Comércio, 1868.

RIO GRANDE DO SUL. Repartição de Estatística. *[Originais do] Anuário [Estatístico de] 1928* (datil.) (FEE).

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul.* Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1921. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1922.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul.* Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1922. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, s/d.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul.* Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1923. Porto Alegre: Oficinas Gráficas d'A Federação, 1924.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul.* Organizado pela Repartição de Estatística. Ano de 1924. Porto Alegre: Oficinas Graphics d'A Federação, 1925.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada Operária.* Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

RODRIGUES, F. Contreiras. *A questão social e o Partido Democrático Nacional.* Rio de Janeiro: Typ. do Anuario do Brasil, 1928.

SCHRÖDER, Ferdinand. Die Gesellschaftskultur des Deutschtums in Südbasilien. *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien.* maio/jun. 1932, caderno n. 5/6, p. 48-49.

SINTRA, Elmano de. *Sociedade Portuguesa de Beneficência: História da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio Grande, através de um século: 1859-1959.* Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1959.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acórdãos (1950/1999). Processo RE-108120, 08 mar. 1988. Capturado em 17 maio 2000. Online. Disponível na Internet: <http://200.130.4.20/teor/it.asp?classe=RE&processo=108120>.

THADDEU, Vera Lúcia Trommer. *Transcrição das notícias compiladas no Correio do Povo no período 1920-1923 sobre a organização e as greves do operariado rio-grandense.* Trabalho de Graduação em História, IFCH-UFRGS, 1981, NPH 014-P); *Correio do Povo.* Porto Alegre, 9 mar. 1929, p. 8 (NPH 398-E);

V CONGRESO de la Internacional Comunista. Segunda parte. Cordoba {Argentina}: Pasado y Presente, 1975.

VASCO, Neno. *Concepção anarquista do sindicalismo.* [2. Ed.]. Porto Afrontamento: 1984.

Bibliografia e sítios da Internet

[VIANNA, Arthur]. *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará.* Ampliação do resumo escrito por Arthur Vianna em 1904 e publicado no Jornal do Comércio. Publicação comemorativa do 60º aniversário da Sociedade. Belém: Livraria Gillet de Torres e Cia, 1914.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do Capital Social: uma revisão crítica. *BIB.* Rio de Janeiro, n. 47, 1º sem. 1999, p. 65-79

ADAMI, João Spadari. *Caxias do Sul.* Caxias do Sul: Tipografia do Abrigo de Menores São José, 1957.

- ADAMI, João Spadari. *Caxias: a Pérola das Colônias*. [Caxias do Sul]: Typografia do O Momento, 1950.
- AIM-English version*. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível na Internet <http://www.aim-mutual.org/uk/index.htm>, 10 jan. 2004.
- AITA, Carmen Silva Aragones. *As relações de poder e o discurso moderno na república rio-grandense (1882-1898)*. Porto Alegre, diss. Mestrado em História do Brasil-PUCRS, 1994.
- ALBORN, Timothy. Senses of belonging: the politics of working-class insurance in Britain, 1880-1914. *Journal of Modern History*. V. 73, sep. 2001, p. 561-602.
- ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Porto Alegre, dissertação (mestrado em História do Brasil-PUCRS), 1996.
- ALVES, Francisco das Neves. *O trabalho é a luta divina – um jornal de caixeiros em Rio Grande: fragmentos de vivências*. In: *idem* (org.). *O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2001, p. 97-111.
- ALVES, Francisco das Neves. Os artistas e a questão da escravidão: um estudo de caso. In: *idem* (org.). *O mundo do trabalho na cidade do Rio Grande*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2001, p. 11-19.
- AMARAL, Giana Lange do. *O Gymnasio Pelotense e a maçonaria: uma face da história da educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva/Ed. Universitária/UFPel, 1999.
- AMARANTE, Zeli Maria do. *Raízes de Lagoa Vermelha*. Vol. II. Porto Alegre: EST, 1996.
- An open letter to so-called "gifting clubs" and their promoters*. Capturado em 17 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://anotherprozacmorning.homestead.com/25012000.html>.
- ANAPP - Associação Nacional da Previdência Privada. Capturado em 18 ago. 2000. On-line. Disponível na Internet: <http://www.anapp.com.br>.
- ANDRADE, Sílvia Maria Belfort de. *Classe operária em Juiz de Fora. Uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EdUFJF, 1987.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1988.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2000.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições e a revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.
- ARATO, Andrew. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil. Orientações para novas pesquisas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. n. 27, ano 10, fev. 1995, p. 18-27.
- ARHIN-TENKORANG, Dyna. *Health Insurance for the Informal Sector in Africa: Design Features, Risk Protection, and Resource Mobilization*. Paper prepared for Working Group 3 of the Commission on Macroeconomics and Health. Sep. 2001. Disponível para download em: http://www.cmhealth.org/docs/wg3_paper1.pdf.
- ARPINI, Elisa Moojen. Sociedade Cultural União Operário. In: KAUTZMANN, Maria Eunice Müller (coord.). *Montenegro de ontem e hoje*. Vol. 2. Porto Alegre: Pallotti, 1982, p. 236-240.
- ARRUDA, Arlete Aparecida Hildebrando de. *Centro Operário, primeira organização de trabalhadores de Lages, estado de Santa Catarina (comportamento político de trabalhadores)*. Porto Alegre, 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – IFCH, UFRGS, 1983.
- ATIM, Chris. *Etude de cas au Ghana*. Dakar, 1998. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/Etudes_3160722545_20335.DOC.
- AUBERT, Roger. A Encíclica Rerum novarum, ponto final de um lento amadurecimento. In: PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Da Rerum novarum à Centesimus annus*. São Paulo: Loyola, 1993, p. 7-28.
- ÁVILA ESPINOSA. Felipe Arturo. La Sociedad Mutualista y Moralizadora de Obreros del Distrito Federal (1909-1911). *Historia Mexicana*. México (DF), v. XLIII, n. 1, jul.-sep.1993, p. 117-154

- AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*. n. 39, 1997, p. 149-174.
- AZAMBUJA, Péricles. *História das terras e mares do Chuí*. Caxias do Sul: UCS/Porto Alegre: EST, 1978.
- AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.
- AZEVEDO, Thales de. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Cadernos de pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994.
- BABCHUK, Nicholas, THOMPSON, Ralph. The voluntary associations of negroes. *American Sociological Review*. V. 27, n. 5. Oct. 1962.
- BACIU, Dan. *Les mutualités roumaines: un succes croissant*. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/DiscoursComm_3211362034_8219.DOC
- BAILY, Samuel. Las sociedades de ayuda mutua y el desarrollo de una comunidad italiana en Buenos Aires, 1858-1918. *Desarrollo económico*. Buenos Aires, vol. 21, n. 84, ene.-mar. 1982, p. 484-514.
- BAK, Joan L. *Incorporating "The Proletariat" in Brazil's First Republic: Founding Moments in Rio Grande Do Sul, 1889-1892*. Paper prepared for delivery at the American Historical Association One Hundred Fourteenth Annual Meeting, Chicago, January 6-9, 2000.
- BAK, Joan Lamaysou. *Some antecedents of corporatism: State economic intervention and rural organization in Brazil*. The case of Rio Grande do Sul (1890-1937). s/l: tese de doutoramento (PhD)-Yale, 1977.
- BAK, Joan. Labor, community, and the making of a cross-class alliance in Brazil: the 1917 railroad strikes in Rio Grande do Sul. *Hispanic American Historical Review*, v. 78, n. 2, 1998, p. 179-227.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BANCAL, Jean. *Proudhon: pluralismo e autogestão*. Brasília: Novos Tempos, 1984.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Porto Alegre/ Caxias do Sul: EST/ UCS, 1978.
- BARON D'Ourem. *Notice sur les Institutions de Prêvoyance au Brésil*. Communication faite au Congrès Scientifique Universel des Institutions de Prêvoyance lors de la Deuxième Session Quinquennale en 1883. Pau: Garet, 1883.
- BARRAN, José Pedro. *Medicina y sociedad en el Uruguay del Novecientos*. 1: El poder de curar. Montevideo: Banda Oriental, 1993.
- BARRÁN, José Pedro. *Medicina y sociedad en el Uruguay del Novecientos*. Vol. 2: La ortopedia de los pobres. Montevideo: Banda Oriental, 1993.
- BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. *Aspectos institucionais e políticos da representação das associações profissionais, no Brasil, nos anos 1930*. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, 2001, Anexos.
- BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. *O movimento operário rio-grandense e a intervenção estatal: a FORGS e os Círculos Operários (1932-1935)*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (mestrado em História) - UFRGS, 1996.
- BARRÓN, Luis. *Liberales conservadores: republicanismo e ideas republicanas en América Latina*. Paper apresentado junto à Latin American Studies Association, em Washington DC, 6-8 set. 2001.
- BARROS, Carlos Pestana. The dynamics of mutualist movement in Portugal: a time series analysis. *Journal of Socio-Economics*. V. 30, 2001, p. 549-552.
- BASTOS, Maria Antonieta de Toledo. O universo do trabalho do imigrante em Itu-SP (1876-1930). *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 37-52, jul.-dez. 1997, p. 37-52.

- BATALHA, Cláudio H. M. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 43-66.
- BATALHA, Cláudio H. M. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 8, dez. 1997, p. 91-99.
- BATALHA, Cláudio H. M.. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de (org.) *História do marxismo no Brasil*. v. 2: os influxos teóricos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995, p. 11-44.
- BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje, 1990*. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990. p. 117-127.
- BECK, Hugo H.. *De Europa al Chaco: Colectividades, Mutualismo y Mantenimiento Cultural*. [Comunicación del] Instituto de Investigaciones Geohistóricas, disponível para download em <http://www.unne.edu.ar/cyt/humanidades/h-031.pdf>.
- BEIGUELMAN, Paula (org.) *Joaquim Nabuco*. São Paulo: Ática, 1982 (Grandes cientistas sociais 23).
- BEITO, David T. *From Mutual Aid to the Welfare State*. Fraternal Societies and Social Services, 1890-1967. Chapel Hill: The University of North Carolina, 2000.
- BEITO, David T. The "lodge practice evil" reconsidered: Medical care through fraternal societies, 1900-1930. *Journal of Urban History*. Beverly Hills, v. 23, n. 5, Jul 1997, p. 569-600.
- BEITO, David T.. Poor before Welfare. *The Independent Institute*. Capturado em 01 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.independent.org/tii/news/beforewelfare.html>.
- BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a Brazilian Ranching System, 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho*. 1º volume 1787-1930. Santa Maria: Palotti, 1958.
- BEN-AMOS, Ilana Krausman. Gifts and Favors: Informal Support in Early Modern England. *The Journal of Modern History*. n. 72, Jun. 2000.
- BERTONHA, João Fábio. Entre a bombacha e a camisa negra: notas sobre a ação do fascismo italiano e do integralismo no Rio Grande do Sul. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXIV, n. 2, p. 247-268, dez. 1998.
- BERTUCCI, Liane Maria. *Saúde: arma revolucionária. São Paulo – 1891-1925*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.
- BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário (Porto Alegre 1906-1911)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- BILSKY, Edgardo J. *La FORA y el movimiento obrero (1900-1910)*. V. 2. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1985.
- BIONDI, Luigi. Identidade de classe e identidade nacional entre solidariedade e conflito: socialistas e republicanos italianos na São Paulo do início do século XIX e suas relações com as associações patrícias e o nascente nacionalismo. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVI, n. 1, jul. 2000, p. 131-162.
- BIONDI, Luigi. Sociedades italianas de socorro mútuo e política em São Paulo, entre o século XIX e o século XX. *Travessia*. São Paulo, n. 34, maio-agosto 1999, p. 5-12.
- BJERG, María M. Identidad étnica y solidaridad en un grupo migratorio minoritario: un análisis de la "Sociedad Danesa de Socorros Mutuos", 1892-1930. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 4, n. 12, ago. 1989, p. 383-403.
- BLANCO RODRÍGUEZ, Juan A. Las asociaciones españolas en cuba: el asociacionismo castellano. Paper apresentado na LASA 2000 e disponível para download em: <http://136.142.158.105/Lasa2000/BlancoRodriguez.PDF>.

- BODEA, Miguel. *A greve geral de 1917 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre: Pró Arte, 1978.
- BOEIRA, Nelson. O positivismo no Rio Grande do Sul: questões pendentes e temas para pesquisa. In: RECKZIEGEL, Ana Luiz Setti, FÉLIX, Loiva Otero [orgs.] *RS: 200 anos*. Definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 237-246.
- BOLLAND, O Nigel. Current Caribbean research five centuries after Columbus – The Tainos by Irving Rouse/ A History of Barbados by Hilary M. Beckles/ The Maroons of Jamaica, 1655-1796 by Mavis C. Campbell/ Alabi's World by Richard Price/ and others. *Latin American Research Review*. V. 29, n. 3, 1994.
- BONAVIDES, Paulo, AMARAL, Roberto (orgs.) *Textos políticos da história do Brasil*. Capturado em 25 nov. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.cebela.org.br/txtpolit/>
- BOOKCHIN, Murray. *The spanish anarchists: The heroic years, 1868-1936*. New York: Free Life, 1977, p. 20-21.
- BORGES, Stella. Imigração italiana em região de fronteira: Dom Pedrito e Santa Vitória do Palmar. In: SULIANI, Antônio (org.) *Etnias e Carisma*. Poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 1056-1065
- BORGES, Stella. *Italianos: Porto Alegre e trabalho*. Porto Alegre: EST, 1993.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- Cadernos AEL. Sociedades operárias e mutualismo*. V. 6, n. 10/11, 1999.
- CAGGIANI, Ivo. *Sant'Anna do Livramento: 150 anos de história*. 1. vol. Sant'Anna do Livramento: ASPES, 1983.
- CAGGIANI, Ivo. *Sant'Anna do Livramento: 150 anos de história*. 3. vol. Sant'Anna do Livramento: Ed. do Museu da Folha Popular, 1986.
- CALLAGHAN, Brenda Doreen. *Death, Burial and Mutuality*. A Study of Popular Funerary Customs in Cumbria, 1700-1920. Phd Thesis History. University of Victoria [Canada?], 2000.
- CAPRARIIS, Luca de. 'Fascism for Export'? The Rise and Eclipse of the Fasci Italiani all'Estero. *Journal of Contemporary History*. New Delhi, V. 35, n. 2, 2000, p. 151-183.
- CARNEIRO, Pálmyos Paixão. *Plano de organização da assistência médica no Brasil*. II Congresso da Associação Médica Brasileira. Belo Horizonte, 29 set. 1959.
- CARNINO, Maria Isabel, PERSELLO, Ana Virginia. La reformulación del mercado de atención medica – Buenos Aires, 1920-1940. *Anuário 13 [Segunda época]*. Rosário, Escuela de História UNR, 1998, p. 343-367.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998
- CASTELUCCI, Aldrin A S. *Centro Operário da Bahia: Mutualismo e Jogo Oligárquico*. Comunicação apresentada no XXI Simpósio Nacional de História. Niterói, 2001.
- CASTELUCCI, Aldrin A. S. Centro Operário da Bahia: Mutualismo e Jogo Oligárquico. *Orbis. Ciência-Cultura-Humanidades*. N. 4, set. 2002. Capturado em 26 nov. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.orbis.ufba.br/artigo2.htm>.
- CATROGA, Fernando. *O céu da memória*. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos. Coimbra: Minerva, 1999.
- CHAVES, Larissa Patrón. [...] *Grandiosos mesmo foram os portugueses [...] a Sociedade de Beneficência de Bagé (1870 a 2002)*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em história do Brasil (PUCRS), 2002.
- CHEGUEM, Sonia Silveira. *Quaraí Histórico II*. [Quaraí?]: s.ed. 1991.
- CLUBE ESCANDINAVO NORDLYSET 1891-1991. *Os escandinavos no Brasil: um século de história*. São Paulo: Hamburg, 1991.

- COHEN, Jean L., ARATO, Andrew. *Sociedad civil y teoría política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- COLUSSI, Eliane Lúcia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- Concertation**. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível na Internet: http://www.concertation.org/Default_FrameSet.asp, 10 jan. 2004.
- CONIFF, Michael L. Voluntary associations in Rio, 1870-1945. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*. V. 17, n. 1, feb. 1975, p. 64-81.
- CONJUNTO Universitário Cândido Mendes. Centro de Memória Social Brasileira. *A assistência médica no Rio de Janeiro: uma contribuição para sua história no período de 1870-1945*. Rio de Janeiro, Centro de Memória Social Brasileira; 1980.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. *O italiano da esquina*. Imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991.
- COPSTEIN, Raphael. A primeira Associação Rio-Grandense de Imprensa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1995.
- CORBIÉRE, Emilio J. *Orígenes del comunismo argentino*. (El Partido Socialista Internacional). Buenos Aires: CEAL, 1984.
- CORDEIRO, Hésio. *As empresas médicas: as transformações capitalistas na prática médica*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- CORREA, Norma Elisabeth Pereira. *Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul: 1895-1926*. Porto Alegre, 1987. Dissertação Mestrado em Educação, UFRGS.
- CORUJA FILHO (Dr. Sebastião Leão). *Datas rio-grandenses*. Porto Alegre: Livraria do Globo/Secretaria de Educação e Cultura, 1962.
- COSTA, Firmina. *Contribuição ao estudo da História do Município de Júlio de Castilhos*. Júlio de Castilhos: Centro Cultural Francisco Salles, 1991.
- COSTA, Rovílio (org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998.
- COSTA, Sérgio. Categoria analítica ou *Passe-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de Sociedade Civil. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 43, 1. Sem. 1997, p. 3-25.
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Solidariedade x rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. *História-Unisinos*. V. 6, n. 6, 2002, p. 29-62.
- D'ÁVILLA, Ney Eduardo Possapp. *Caixeiral Campestre Tennis Clube, 1901-2001*. Passo Fundo: Imperial Artes Gráficas, 2001.
- DEVÉS VALDÉS, Eduardo. Orígenes del socialismo chileno (Fermín Vivaceta y el mutualismo en la segunda mitad del siglo XIX). *Cuadernos hispanoamericanos*. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana, mar. 1988, p. 31-48.
- DEVOTO, Fernando J. Las sociedades italianas de ayuda mutua en Buenos Aires y Santa Fe. Ideas y problemas. *Studi Emigrazione*. Roma, anno XXI, n. 75, set. 1984, p. 320-342.
- DEVOTO, Fernando J. Programs and politics of the first italian elite in Buenos Aires (1852-1880). In: GABACCIA, Donna R., OTTANELLI, Fraser M. (ed.). *Italian workers of the world*. S/I: University of Illinois, 2001. Capturado em 11 nov. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.press.uillinois.edu/epub/books/gabaccia/ch2.html>.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Alfa-Omega, 1977.
- DIEHL, Astor. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.
- DOHMS, Hermann Gottlieb. O Positivismo no Brasil. In: DREHER, Martin N. (org.) *Hermann Gottlieb Dohms: textos escolhidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DOSSE, François. *O Império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Bauru: EDUSC, 2003..

- DREYFUS, Michel. Les liens entre la mutualité et le mouvement ouvrier aux XIXe et XXe siècles. CENTRE d'histoire du travail (dir.). *Mémoires des solidarités*. Ramonville Saint-Agnes: Erès, 1997, p. 55-68.
- DRINOT, Paulo. Obreros e historiadores: Problemas y posibilidades en la investigación histórica del mundo obrero en el Perú. *Ciberayllu* [1997] (ISSN: 1527-9774). Capturado em 30 abr. 2000. Online. Disponível na Internet, http://ssu.agri.missouri.edu/andes/especiales/pd_obreros.html.
- DROR, David M. JACQUIER, Christian. Micro-insurance: extending health insurance to the excluded. *International Social Security Review*. v. 52, n. 1, 1999, p. 71-97.
- DROZ, Jacques (dir.). *História geral do socialismo*. V. 3. Lisboa: Horizonte, 1977.
- DROZ, Jacques (dir.). *História geral do socialismo*. V. 4. Lisboa: Horizonte, 1979.
- DROZ, Jacques (dir.). *História geral do socialismo*. V. 5. Lisboa: Horizonte, 1979.
- DROZ, Jacques (dir.). *História geral do socialismo*. V. 6. Lisboa: Horizonte, 1979.
- DUARTE, Eduardo (org.) *O Centenário da Colonização Alemã no Rio Grande do Sul 1824-1924*. Porto Alegre: Tipografia do Centro, [1946], p. 187-191.
- DUARTE, Eduardo. *Síntese histórica de Veranópolis: 1886-1950*. Veranópolis: Prefeitura Municipal, 1958.
- DUARTE, Paulo Cesar Borges. *Despachando no balcão: caixeiros de Pelotas e identidade social dos empregados do comércio do Rio Grande do Sul (1879-1904)*. Porto Alegre, 2001. Dissertação (mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 2001.
- DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *Caminhos operários nas Minas Gerais*. Um estudo das práticas operárias em Juiz de Fora e Belo Horizonte na Primeira República. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- ECO, Umberto. Elogio do Monte Cristo. In: *Sobre os espelhos e outros ensaios*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989, p. 140-141.
- EDWARDS, John Richard, CHANDLER, Roy. Contextualizing the process of accounting regulation: a study of nineteenth-century british friendly societies. *Abacus*. V. 37, n. 2, 2001, p. 188-216.
- EIZIRIK, Moysés. *Aspectos da vida judaica*. Caxias do Sul: EDUCS/Porto Alegre: EST, 1984.
- EMERY, J. C. Herbert. "Review of David T. Beito, *From Mutual Aid to the Welfare State: Fraternal Societies and Social Services, 1890-1967*", EH.Net, H-Net Reviews, August, 2000. Capturado em 8 jul. 2001. Online. Disponível na Internet. <http://www.h-net.msu.edu/reviews/showrev.cgi?path=24333965413269>.
- ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Associações rurais, sindicatos agrícolas e cooperativas. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre (PUCRS), v. XXII, n. 1, p. 103-119, jun. 1996.
- FALCÓN, Ricardo. *El mundo del trabajo urbano (1890-1914)*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1986;
- FARIAS, Damião Duque. *Em defesa da ordem*. Aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945). São Paulo: Hucitec, 1998, p. 196-197.
- FARINA, Geraldo. *História de Veranópolis*. Veranópolis: SMEC, 1992.
- FAUSEL, Erich. *Alberto Bins: o merlense brasileiro*. São Leopoldo: Rotermund, [195-].
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999.
- FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976.
- FERGS – Institucional – A FERGS. Capturado em 13 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.fergs.com.br/institucional/fergs.html>.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

- FERNANDEZ, Alejandro E. El mutualismo español en un barrio de Buenos Aires: San José de Flores (1890-1900). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 4, n. 13, dic. 1989, p. 609-642.
- FERREIRA, Marcelo Costa. Associativismo e contato político nas regiões metropolitanas do Brasil: 1988-1996. Revisitando o problema da participação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 14, n. 41, out. 1999.
- FERRONATO, Frei Luís. Paróquia de Lagoa Vermelha: 1938-1945. In: AMARANTE, Zeli Maria do. *Raízes de Lagoa Vermelha*. Vol. II. Porto Alegre: EST, 1996, p. 108-111.
- FLORES, Elio Chaves. No rastro dos gringos: italianos na Bagé oitocentista. *Veritas*. Porto Alegre, v. 37, n. 145, mar. 1992, p. 95-105.
- FOLEY, Michael W., EDWARDS, Bob. The Paradox of Civil Society. *Journal of Democracy*. V. 7, n. .3, 1996, p. 38-52. Capturado em 12 maio 2000. On-line. Disponível na Internet: http://muse.jhu.edu/journals/journal_of_democracy/v007/7.3foley.html.
- FORMENT, Carlos A La sociedad civil en el Perú del siglo XIX: democrática o disciplinaria. In: SABATO, Hilda (coord.) *Ciudadanía política y formación de las naciones*. Perspectivas históricas de América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 202-230.
- FORTES, Alexandre, “Buscando nossos direitos...” *Trabalhadores e organização sindical na Porto Alegre de 1933 a 1937*. Campinas, 1994. Dissertação (mestrado em História Social do Trabalho) - UNICAMP, 1994.
- FORTES, Alexandre. “Nós do Quarto Distrito...”: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Campinas, 2001. Tese Doutorado em História-UNICAMP.
- FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência: estratégias organizativas e mutualidade no movimento operário nas primeira metade do século XX. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 171-220.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre: Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1988.
- FRENCH, John D. *O ABC dos operários*. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo/São Caetano do Sul: HUCITEC/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995.
- FRENCH, John. A História latino-americana do trabalho hoje: uma reflexão autocrítica. *História-UNISINOS*. V. 6, n. 6, jul.-dez. 2002, p. 11-28.
- FUNDAÇÃO de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1991.
- GABACCIA, Donna L. Class, Exile, and Nationalism at Home and Abroad: The Italian Risorgimento. In: GABACCIA, Donna R., OTTANELLI, Fraser M. (ed.). *Italian workers of the world*. S/I: University of Illinois, 2001. Capturado em 11 nov. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.press.uillinois.edu/epub/books/gabaccia/ch1.html>.
- GAMM, Gerald, PUTNAM, Robert D. The growth of voluntary associations in America. In: ROTBERG, Robert I. (ed.). *Patterns of social capital*. Cambridge: Cambridge University, 2001, p. 173-219
- GANS, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, 1996. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História) – IFCH, UFRGS, 1996.
- GARCIA, Victor. *La Internacional obrera*. Madrid: Jucar, 1977.
- GARCÍA-BRYCE, Iñigo. Politics by peaceful means: artisan mutual aid societies in mid-nineteenth-century Lima, 1860-1879. *The Americas*. V. 59, n. 3, jan. 2003, p. 325-345.
- GARDELIN, Mario. *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias*. Porto Alegre: EST/Caxias do Sul: UCS/Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1988.

- GARDOLINSKY, Edmundo. Imigração e colonização polonesa. ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE. Vol 5. Canoas: Regional, 1958, p. 1-114.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GEISLER, Jorge. Proposta para o desenvolvimento de um modelo de prevenção à saúde baseado nos princípios do mutualismo. *Perspectiva Econômica*. São Leopoldo (UNISINOS), v. 30, n. 88, jan.-mar. 1995, p. 21-41.
- GELI, Patrício, PRISLEI, Leticia. Una estrategia socialista para el laberinto argentino. Apuntes sobre el pensamiento político de Juan B. Justo. *Entrepasados*. Revista de Historia. Buenos Aires, n. 4-5, fines de 1993, p. 21-39.
- GERTZ, René E. A eleição de 1907 nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, Antônio (org.) *Etnias e Carisma*. Poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001, p. 963-976.
- GERTZ, René E. Catolicismo social no Rio Grande do Sul: a União Popular. *Veritas*. Porto Alegre, v. 37, n. 148, dez. 1992, p. 553-579.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 51-55 (Documenta-SC, 1).
- GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1991.
- GERTZ, René. Um jornal anarquista em Porto Alegre: Der freie Arbeiter. *Veritas*. Porto Alegre, v. 35, n. 149, dez. 1990.
- GILL, Lorena Almeida. *“Clientelchicks”: os judeus da prestação em Pelotas (RS) 1920-1945*. Pelotas: Ed. Universidade Federal de Pelotas, 2001.
- GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do Littorio*. O fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlanda, 1994.
- GLADSTONE, David. *Laying the foundation of the Welfare state*. The growth of government – c1880-1914. London: Libertarian Alliance, 2000. Capturado em 2 mar. 2002. Online. Disponível para download: <http://www.libertarian.co.uk>.
- GLENN, Brian J. Fraternal rhetoric and the development of the U.S. Welfare State. *Studies in American Political Development*. V. 15 (Fall 2001), p. 220-233.
- GLENN, Brian J. Postmodernism: the basis of insurance. *Risk Management and Insurance Review*. V. 6, n. 2, 2003, p. 131-143.
- GLENN, Brian J. The shifting rhetoric of insurance denial. *Law & Society Review*. V. 34, N. 3, 2000, p. 779-808.
- GLENN, Brian J. Understanding mutual benefit societies, 1860-1960. *Journal of Health Politics, Policy and Law*. Durham, V. 26, n. 3, p. 638-651, Jun 2001.
- GODIO, Julio. *Historia del movimiento obrero latinoamericano*. México: Nueva Sociedad/ Nueva Imagen, 1983.(Vol 2 – Nacionalismo y comunismo, 1918-1930)
- GODIO, Julio. *Historia del movimiento obrero latinoamericano*. San José: Nueva Sociedad, 1985. (Vol 1).
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil 1917-1937. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- GONÇALVES, Adelaide, SILVA, Jorge E. (orgs.). *A imprensa libertária do Ceará (1908-1922)*. São Paulo: Imaginário, 2000,.
- GONZALES SIERRA, Yamandu. 1877: los dependientes de tienda reclaman. *Hoy es Historia*. Motevideo, n. 20, mar.-abr. 1987, p. 53-58.
- GORSKY, Martin. The growth and distribution of English friendly societies in the early nineteenth century. *Economic History Review*. V. LI, n. 3, 1998, p. 489-511.

- GRAZZIANO, Luigi. O Lobby e o Interesse Público. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 12, n. 35 Fev. 1997. Capturado em 7 jul. 2001. Online. Disponível na Internet. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300009&lng=en&nm=isso.
- GROSSO, Juan Carlos. Organizaciones y conflictos laborales en Mexico a fines del siglo XIX: el caso de los trabajadores textiles de Puebla. *Anuario. Escuela de História*. [Rosario (Argentina)], n. 14, segunda época, 1989-1990.
- GUESLIN, Andre. *L'invention de l'économie sociale: le XIX siècle français*. Paris: Economica, 1987
- GUISSET, Amadou. *Banque de données sur les mutuelles de santé et leurs structures d'appui: Mauritanie*. Dakar: Concertation, 2001. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/ Etudes_3209052670_16270.DOC.
- GUZINSKI, Maria Aparecida Magnante. *Política social para o idoso carente no Governo Borges de Medeiros – 1898-1928*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História (IFCH-PUCRS), 1995.
- GUZZO, Paulo Cesar, NETSON, Luiz. História da Sociedade Alfredo-Chavense – SOAL. In: COSTA, Róvilio (org.) *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 254-255.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1984.
- HACKETT, David G The Prince Hall Masons and the African American Church: The labors of Grand Master and Bishop James Walker Hood, 1831-1918. *Church History*. Chicago, v. 69, n. 4, dec. 2000. Disponível para download em <http://www.proquest.umi.edu>
- HAHNER, June. *Pobreza e política*. Os pobres urbanos no Brasil 1870-1920. Brasília: EdunB, 1993.
- HANAGAN, Michael. Review of Social Security Mutualism. *International Review of Social History*. V. 43, n. 3, 1998, p. 475-478.
- HARDMAN, Francisco, LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982
- HARRES, Marluza Marques. Trabalho, assistência e controle entre os ferroviários. Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1920-1942). *História-UNISINOS*. São Leopoldo, v. 6, n. 6, 2002, p. 219-250.
- HEINZ, Flávio M., HERRLEIN Jr. (orgs.) *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HERRLEIN JR., Ronaldo, DIAS, Adriana Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (org.). *Gaúchos e paulistas: dez escritos de história regional comparada*. Porto Alegre: FEE, 1996, p. 141-180.
- HERRLEIN JR., Ronaldo, DIAS, Adriana Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. *Ensaio FEE*. v. 14, n. 1. 1993, p. 255-298.
- HERRLEIN Jr., Ronaldo. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho no Rio Grande do Sul - 1920-1950. *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM.
- HERRLEIN Jr., Ronaldo. Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul: origens e primeira configuração, 1870-1920. *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM.
- HERRLEIN Jr., Ronaldo. Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul: origens e primeira configuração, 1870-1920. In: HEINZ, Flávio M., HERRLEIN Jr. (orgs.) *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 235-268.
- HILL, Julie. Customer Comments: Keeping customers loyal at Liverpool Victoria Friendly Society. *Managing Service Quality*. Bedford, V. 6, n. 4, 1996, p. 27-31.
- HIRSCHMAN, Albert. *O progresso em coletividade*. Experiências de base na América Latina. 2. Ed. Rosslyn: Fundação Interamericana, 1989.
- Histórico*. Capturado em 4 abr. 2002. On-line. Disponível na Internet: <http://www.mongeral.com.br/Historico01.htm>.

- HOFFMANN, Stefan-Ludwig. Democracy and Associations in the Long Nineteenth Century: Toward a Transnational Perspective. *The Journal of Modern History*. V. 75, June 2003, p. 269-299.
- HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850*. Porto Alegre: DC Luzzatto, 1986.
- HOWARD, Philip A. Creolization and integration: the development of a political culture among the Pan-Afro-Cuban Benevolent Societies, 1878-1895. In: HIM, Darlene, MACLEOD, J. (ed.) *Crossing boundaries: comparative history of Black People in Diaspora*. Bloomington: Indiana University Press, 1994.
- HUNT, Tristram. Back to the workhouse for America (how a group of historians influenced George W. Bush's domestic policy). *New Statesman*. 22 jan. 2001. Capturado em 10 jan. 2004. Disponível para download em: <http://www.findarticles.com>.
- IBARRA, Hernán. La historiografía del movimiento obrero ecuatoriano: un balance. In: ZUBILLAGA, Carlos (comp.). *Trabajadores y sindicatos en America Latina*. Reflexiones sobre su historia. Montevideo: CLACSO/CLAEH, 1989, p. 105-126.
- INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL. *Noções fundamentais de seguros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. Governing Body. Committee on Employment and Social Policy. 276th Session [Geneva, nov. 1999]: *Unemployment, social protection and crises: Trends and issues*. Capturado em 06 jul. 2000. On-line. Disponível na Internet <http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/gb/docs/gb276/esp-4-1.htm>.
- IOTTI, Luiza Horn. *O olhar do poder. A imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- IRUROZQUI, Marta. *Ciudadania y Clientelismo en Bolivia. los Artesanos de La Paz, 1880-1925*. Capturado em 2 jul. 2003. Online. Disponível na Internet: <http://www.ucm.es/info/cecal/encuentr/areas/politica/1p/irurozqui>.
- ISUANI, Ernesto A. *Los orígenes conflictivos de la seguridad social argentina*. Buenos Aires: CEAL, 1985.
- JAMES, Bob. *Craft, Trade or Mystery? Part One - Britain from Gothic Cathedrals to the Tolpuddle Conspirators*. Capturado em 27 mar. 2001. Online. Disponível na Internet: <http://www.takver.com/history/benefit/index.htm>.
- JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. *Comunicação e militância. A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923)*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História-PUCRS, 1990.
- JARMAN, Neil, BRYAN, Dominic. *From Riots to Rights: Nationalist Parades in the North of Ireland*. Centre for the Study of Conflict, University of Ulster at Coleraine, Nov. 1997, p. 4. Capturado em 14 jun. 2004. Disponível para download: <http://www.conflictresearch.org.uk/publications/porppubs/riotstorights.pdf>.
- KERSTING, Eduardo. Índícios em representações: denominações em torno da Colônia Africana. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 9, jul. 1998, p. 150-164.
- KIDD, Alan. Civil Society or the State? Recent approaches to the history of voluntary welfare. *Journal of Historical Sociology*. V. 15, n. 3, sep. 2002, p. 328-342.
- KIDD, Alan. The Liberal State: Civil Society and Social Welfare in Nineteenth Century England. *Journal of Historical Sociology*. V. 15, n. 1, mar. 2002, p. 114-119.
- KITTLESON, Roger Alan. *The problem of the People: popular classes and the social construction of ideas in Porto Alegre, Brazil, 1846-1893*. Madison, 1997. Tese (PhD-History) – University of Wisconsin, 1997.
- KLEIN, Cleci Eulalia Fávaro. *De "Bairro Lusitano" a "Zona Tronca": a presença portuguesa em Caxias do Sul (1911-1931)*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História-PUCRS, 1984.
- KLEIN, Herbert S. A Participação Política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880. *DADOS. Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol. 38, n. 3, 1995, p. 527-544.
- KONRAD, Diorge Alceno. *1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre. Dissertação de mestrado em história do Brasil-PUCRS, 1994.

- KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: Vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- KUSCHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LACERDA, Maurício de. *Evolução legislativa do Direito Social brasileiro*. s/l: Ministério do trabalho, Indústria e Comércio, 1960.
- LAGEMANN, Eugênio. *O Banco Pelotense e o sistema financeiro regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- LARGE, Stephen S. The Japanese Labor Movement, 1912-1919: Suzuki Bunji and the Yūaikai. *The Journal of Asian Studies*. Ann Arbor: May 1970. V. 29, n. 3, [p. 559-579?]
- LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. 3. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [1982].
- LEHNING, James R. Review of *Fraternity Among the French Peasantry: Sociability and Voluntary Associations in the Loire Valley, 1815-1914*. By Alan R. H. Baker. Capturado em 20 maio 2000. Online. Disponível na Internet: http://muse.com/journals/journal_of_interdisciplinary_history/v030/30.4lehning.html.
- LETOURMY, Alain. Les mutuelles de santé en Afrique: une protection sociale sans l'Etat? *Revue Française des Affaires Sociales*. 53ème année, n. 3-4, déc. 1999, p. 77-93.
- LIMBERGER, Emiliano J. K. Maragatos X cooperativa pioneira em Alfredo Chaves. In: COSTA, Rovílio (org.) *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST, 1998, p. 294-299.
- LINDEN, Marcel van der (ed.). *Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996.
- LINDEN, Marcel van der, LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999. Capturado em 1 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>.
- LLORDEN MIÑAMBRES, Moisés. La accion mutuo-social de las sociedades españolas de emigrantes: una explicacion historica del hecho. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, V. 9, n. 28, dic. 1994.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, STOTZ, Eduardo Navarro. Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. *Estudos Econômicos*. n. 15, 1985, p. 49-88.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2001.
- LONER, Beatriz Ana. A história operária no Rio Grande do Sul. *História-UNISINOS*. N. especial, 2001.
- LONER, Beatriz Ana. *A lenta construção de identidades em comum entre trabalhadores no final do Império*. Pelotas, Paper apresentado nas Jornadas de História do Trabalho, em nov. 2002.
- LONER, Beatriz Ana. *Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888 – 1937*. Porto Alegre, 1999. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) – IFCH, UFRGS, 1999.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe*. Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Editora UFPel/Unitrabalho, 2001.
- LONER, Beatriz Ana. *Entidades mutualistas negras*. [Pelotas], 1999. Comunicação apresentada no XX Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 1999, p. 4,
- LOPES, José Antonio Dias. *A cidade de Dom Pedrito*. Porto Alegre: Globo, 1972.
- LÓPEZ D'ALESSANDRO, Fernando. *Historia de la izquierda uruguaya: 1 – anarquistas y socialistas (1838-1910)*. 2. Ed. Montevideo: Carlos Alvarez, 1994.
- LÓPEZ D'ALESSANDRO, Fernando. *Historia de la izquierda uruguaya. La fundación del Partido Comunista y la división del anarquismo (1919-1923)*. Montevideo: Vintén, 1992.
- LÓPEZ, Antonio. *La FORA en el movimiento obrero*. Buenos Aires: Tupac, 1998

- LOSADA ALVAREZ, Abel F. Inmigracion y urbanizacion en Cuba en el primer tercio del siglo XX. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVI, n. 1, jul. 2000.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUCA, Tânia Regina de. *Mutualismo: um tema aberto*. Comunicação apresentada junto ao XIX Simpósio Nacional de História-ANPUH, em Florianópolis, 1999.
- LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. (O mutualismo em São Paulo). São Paulo: Contexto, 1990. (Série República).
- LUZURIAGA, Juan Carlos, ÁLVAREZ GILA, Óscar. El asociacionismo vasco en Uruguay: del mutualismo al nacionalismo. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVII, n. 1, jun. 2001, p. 121-141.
- MACHADO, Carmen. *O movimento operário e sindical no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937*. Porto Alegre, 1983. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFRGS, 1983.
- MAH, Harold. Phantasies of the Public Sphere: Rethinking the Habermas of Historians. *The Journal of Modern History*. N. 72, mar. 2000, p. 153–182.
- MALLOY, James M. *A política da previdência social no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MANFRIM JÚNIOR, Moacyr. A força da lei e o assistencialismo entre os ferroviários. In: *Primeiras Jornadas de História Regional Comparada*. 2000, Porto Alegre: Delnei Friedrich & Paulo Ribeiro, 2000. CD-ROM.
- MANFRIM JÚNIOR, Moacyr. *Caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários: um modelo previdenciário exclusivo (1923-1933)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARÇAL, João Batista. *Comerciários, fechem as portas para descansar*. A luta dos comerciários brasileiros pelo descanso semanal. Porto Alegre: [Impressão da editora Fotolettras], [1996?].
- MARÇAL, João Batista. *Os anarquistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UE Porto Alegre, 1995.
- MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo-Museu do Trabalho, 1985.
- MARIANO, Ibanes Oliveira. *A União Operária Leopoldense*. Monografia de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2001.
- MARIN, Jéri Roberto. *“Ora et labora”: o projeto de restauração católica na ex-colônia Silveira Martins*. Porto Alegre, 1993. dissertação mestrado (História-UFRGS), 1993.
- MARQUIEGUI, Dedier Norberto. Asociacionismo, liderazgo étnico e identidad: un enfoque comparado (Luján, 1876-1920). *Studi Emigrazione*. Roma, v. XXXI, n. 115, 1994, p. 427-460.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Algumas Reflexões Sobre os antecedentes do Estado Novo Português*. Capturado em 18 jan. 2002. Online. Disponível na Internet: <http://www.ifcs.ufrj.br/tempo/boletim1texto9.html>.
- MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: 55 anos de PCB*. Porto Alegre [Pallotti], 1989.
- MARX, C., ENGELS, F. *Obras escogidas*. Tomo II. Progreso: Moscú, 1986.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Tomo I Moscovo: Progresso/Lisboa: Avante!, 1982.
- MAUCH, Cláudia. Saneamento moral em Porto Alegre na década de 1890. In: ___ et al. *Porto Alegre na virada do século XIX*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade-UFRGS/Ed. ULBRA/Ed. UNISINOS, 1994, p. 9-24.
- MAUSS, Marcel. *Essai sur le don*. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. [Chicoutimi?]: s/ed, 2002 [Edição eletrônica disponível para download em: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html (Dans le cadre de la collection: "Les classiques des sciences sociales")].
- MAZZIERO, João Batista. Vagabundagem em São Paulo (1870-1920). *História e Perspectivas*. Uberlândia, n. 22, jan.-jun. 2000, p. 87-113.

- MERGEL, Thomas. Algumas considerações a favor de uma História cultural da Política. *História-UNISINOS*. V. 7, n. 8, 2003, p. 11-55).
- MIDOU, Kailou. *Banque de données sur les mutuelles de santé et leurs structures d'appui: Niger*. Dakar: Concertation, 2001. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: [http://www.concertation.org/ Docs/Documents/DOC/ Etudes_3209049754_14549.DOC](http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/Etudes_3209049754_14549.DOC).
- MIERES GÓMEZ, Gustavo. *El sector salud - 75 años de un mismo diagnóstico*. Parte II, cap. 1.2. Capturado em 06 abr. 2000. Online. Disponível na Internet: http://www.smu.org.uy/libros_sindicales/turenne/.
- MIGOT, Aldo F. *História de Carlos Barbosa*. Carlos Barbosa/ Porto Alegre/ Caxias do Sul: Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa/ EST/ EDUCS, 1989.
- MIRANDA, Carlos, A questão social e os círculos operários do Recife. *Clio: revista de pesquisa histórica* (UFPE). Recife, n. 16, 1996, p. 29-39. MOEHLECKE, Germano Oscar. *O Vale dos Sinos era assim*. São Leopoldo: Rotermond, 1978.
- MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. *Capital social e a Região Sul do Rio Grande do Sul*. Curitiba, 2002. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico-UFPR).
- MONTEIRO, Charles. *Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.
- MORAES FILHO, Evaristo de (org.) *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983 (Grandes cientistas sociais; 34).
- MORAES FILHO, Evaristo de Moraes. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al. História do marxismo no Brasil: v. 1: o impacto das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 15-45 .
- MORAES FILHO, Evaristo de. (org.). *O socialismo brasileiro*. Brasília: Ed. UnB, [1981?]
- MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 3. ed. São Paulo: LTr, 1986.
- MORAIS, Jorge Ventura de. “Novo” sindicalismo e democracia sindical: um teste e uma crítica ao modelo eleitoral. *Dados-Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, 1995, p. 545-579.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os Homens de Bem*. Experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre – 1858-1888. Porto Alegre: EST, 2003.
- MORTARI, Cláudia. Os Homens Pretos do Desterro: um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1841-1860). Porto Alegre, 2000. Dissertação (mestrado em História do Brasil), PPG -PUCRS, 2000.
- MOTTA, Roberto, SCOTT, Parry (org.). *Sobrevivência e fontes de renda*. Estratégias das famílias de baixa renda no Recife. Recife: Sudene/Ed. Massangana, 1983.
- MÜLLER, Liane Susan. “As contas do meu rosário são balas de artilharia” – *Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. Porto Alegre, 1999. Dissertação (História do Brasil) – IFCH, PUCRS, 1999.
- MUNCK, Ronaldo. Mutual benefit societies in Argentina: workers, nationality, social security and trade unionism. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, n. 30, 1998, p. 573-590.
- MURRAY John E. Social Insurance Claims as Morbidity Estimates: Sickness or Absence?. *The Journal of the Society for Social History of Medicine*. V. 16, n. 2, Aug. 2003, p. 225-245.
- NEKBY, Lena. *Pure Vs. Mutual Sick Insurance Societies. Evidence from Swedish Historical Data*. Stockholm, 10 sep. 2001. Capturado em 01 jul. 2004. Disponível para download na Internet: http://www.ne.su.se/paper/wp01_10.pdf.
- NGABA, Djimadoum, MONGBE NOCH, Guelmbang. *Banque de données sur les mutuelles de santé et leurs structures d'appui: Tchad*. Dakar: Concertation, 2001. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: [http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/ Etudes_3209052958_21003.DOC](http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/Etudes_3209052958_21003.DOC).
- NISHIDA, Mieko. From ethnicity to race and gender: transformations of black lay sodalities in Salvador, Brazil. *Journal of Social History*. V. 32, n. 2., Winter 1998, p. 329-348. Disponível na

- Internet. Consultado em 16 fev. 2004. Online: http://www.findarticles.com/cf_0/m2005/2_32/53449342/p1/article.jhtml.
- ODDONE, Jacinto. *História del socialismo argentino [1]*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1983.
- OFFE, Claus. A atribuição de status público aos grupos de interesse. In: *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- OFFE, Claus. Trabalho: categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 4, n. 10, jun. 1989.
- OLIU, Estela Abal, SEMBLAT, Isabel Ezcurra. *El Partido Nacional y la cuestión social: investigación histórica*. Montevideo: [Productora Grafica Ltda.], [1996?].
- OLIVEIRA, Ana Lúcia. IAPB e Sindicato: duas estruturas interligadas. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. N. 13, nov. 1999, p. 141-151.
- OLIVEIRA, Jaime Antônio de Araújo, TEIXEIRA, Sônia M. Fleury. *(Im)previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, João Viterbo. Vacaria, ontem, hoje e perspectivas de futuro. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA. *Raízes de Vacaria I*. VII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: EST, 1996.
- OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. *Movimento Operário no Sul de Mato Grosso: avanços e recuos dos trabalhadores do Rio Paraguai – 1917-1926*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – FFCH, PUCRS, 2000.
- OSPITAL, María Silvia, CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Construção de identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920). *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXV, n. 2, dez. 1999, p. 131-146.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas*. Representações e práticas acerca da cidadania em Porto Alegre (1889-1891). Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 2001.
- PACHECO, Ricardo de Aguiar. *O cidadão está nas ruas: a cidadania republicana em Porto Alegre (1889-1891)*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História-UFRGS.
- PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *O Trem da História*. A aliança PCB/CSCB/O Paiz: Rio de Janeiro, 1923/1924. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- PEREIRA, Nalde Jaqueline Corrêa. As origens de *O Artista* (1862-3). In: ALVES, Francisco das Neves, TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *A cidade do Rio Grande – estudos históricos*. Rio Grande: Universidade do Rio Grande/Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995, p. 121-131.
- PEREIRA, Ronaldo. Associações de classe profissionais e beneficentes do Rio de Janeiro (1860-1889). *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3, 1999, p. 191-211.
- PERROT, Michelle. O primeiro Primeiro de Maio na França (1890): nascimento de um rito operário. In: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1989.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os industriais da República*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os pobres da cidade: vida e trabalho 1880-1920*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1994.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/Tchê!, 1992.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *“Que a União Operária seja nossa pátria!”: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Edufsm/ Porto Alegre: Ed. Universidade-UFRGS, 2001.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. As associações beneficentes de socorros mútuos e a história do movimento operário. *Cadernos do ISP*. Pelotas, n. 11, p. 5-20, dez. 1997.

- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Comentários sobre a conferência História operária proferida pela Profa. Dra. Beatriz Loner. *História UNISINOS*. São Leopoldo, n. especial, 2001, p. 81-92.
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul. 1874-1940*. Porto Alegre: FAPERGS-Ed da Universidade-UFRGS, 1989.
- PETERSEN, Silvia. As greves no RS (1890-1919). In: DACANAL, José e GONZAGA, Sérgio (orgs.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 277-327.
- PFEIFER, Mark Edward. "Community", *Adaptation and the Vietnamese in Toronto*. Capturado em 29 maio 2000. Online. Disponível na Internet: <http://ceris.metropolis.net/virtual%20library/community/pfeifer2front.html>.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Política rio-grandense no II Império (1868-1882)*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul, 1974.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *Vida política no século XIX*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1991.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil 1889-1930*. Documentos. V. 1: o movimento operário. São Paulo Alfa-Omega, 1979.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: Formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978, p. 9-37.
- POPINIGIS, Fabiane. As sociedades caixerais e o "fechamento de portas" no Rio de Janeiro (1850-1912). *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 109-144.
- POPINIGIS, Fabiane. *Trabalhadores e patuscos: os caixeiros e o movimento pelo fechamento de portas no Rio de Janeiro (1850-1912)*. Campinas, 1998. Dissertação (mestrado em História) - IFCH-UNICAMP, 1998
- PORTELA, Vitorino de Carvalho, PORTELA, Manoel de Carvalho. *Cachoeira histórica e informativa*. [Cachoeira do Sul]: Tip. Portela, 1943.
- PORTER, Dorothy. The History of Public Health: Current Themes and Approaches *Hygiea Internationalis*. V. 1, n. 1, oct. 1999, p. 9-21. Capturado em 7 set. 2001. Online. Disponível para download: <http://www.ida.liu.se/ext/inhph/intern/ra/002/paper.pdf>.
- PORTER, Roy. Book Review: Sick, not dead: the health of British workingwomen during the mortality decline. *Bulletin of the History of Medicine* 72.1 (1998), p. 129-131. Capturado em 20 maio 2000. Online. Disponível na Internet: http://muse.jhu.edu/journals/bulletin_of_the_history_of_medicine/v072/72.1br_riley.html;
- POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo : Fundação Editora da UNESP, 1998.
- POZO ANDRÉS, María del Mar del, BRASTER, Jacques F. A. The Rebirth of the 'Spanish Race': The State, Nationalism, and Education in Spain, 1875–1931. *European History Quarterly*. V. 29, n. 1, p. 75-107. PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA. *Raízes de Vacaria I VII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da patrulha*. Porto Alegre: EST, 1996.
- Principais maçons da Loja Concórdia*. Capturado em 25 maio 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.italnet.com.br/concordia/macons.html>.
- PRISLEY, Leticia. Inmigrantes y mutualismo. La Sociedad Italiana de Socorros Mutuos e Instrucción de Belgrano (1879-1910). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 2, n. 15, abr. 1987, p. 29-55.
- PRZEWORSKI, Adam. Marxismo e escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 6, v. 3, fev. 1988, p. 5-25.
- PURVIS, Trevor, HUNT, Alan. Identity versus Citizenship: Transformations in the Discourses and Practices of Citizenship. *Social & Legal Studies*. V. 8, n. 4 1999, p. 457-482.
- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia*. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *O governo do Partido Republicano Rio-Grandense e a questão social*. Porto Alegre, 2000. Dissertação (mestrado em História) – IFCH/UFRGS, 2001.
- RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). *Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, p. 13-40.
- RAPANÖEL, Onésime. *Les Mutuelles pharmacies communautaires à Madagascar*. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/HTML/DiscoursComm_3161324927_21028.HTML.
- RECALDE, Héctor. *Beneficencia, asistencialismo estatal y previsión social*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1991.
- RECKZIEGEL, Ana Luíza Setti. A construção do Rio Grande do Sul republicano: a variável internacional. In: FÉLIX, Loiva Otero [orgs.] *RS: 200 anos*. Definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 123-129.
- REQUIER-DESJARDINS, D. *On some contributions on the definitions and relevance of social capital*. Working Paper, 2000.
- REZSOHAZY, Rudolf. *Histoire du mouvement mutualiste chretien en Belgique*. Paris/Bruxelles: Erasme, 1957.
- RICHARDS, Vernon. *Malatesta: vida e ideas*. 2. Ed. Barcelona: Tusquets, 1977.
- ROBALINO BOLLE, Isabel. *El sindicalismo en el Ecuador*. 2. ed. Quito: EDIPUCE, 1992, p. 81 e ss.
- ROCHA, Prudêncio. *A História de Cruz Alta*. Cruz Alta: Liderança de A. dal Forno, 1964.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RODRIGUES, Edgar. *Nacionalismo e cultura social. 1913-1922*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972.
- RODRIGUES, Edgar. *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.
- RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e conflito – Pesquisa histórica 1900-1935*. S.n.t.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1968.
- RODRIGUEZ BRAUN, Carlos. *Orígenes del socialismo liberal. El caso de Juan B. Justo*. IUDEM (Documento de trabajo 2000-5), 2000. Disponível para download em: <http://www.ucm.es/info/iudem/rbraun.DT00-5.pdf>.
- ROIO, Marcos del. *A classe operária na revolução burguesa*. A política de alianças do PCB: 1928-1935. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- ROMÃO, Frederico Lisbôa. *Na trama da história*. O movimento operário de Sergipe 1871 a 1935. Aracaju: Sindimina/Sindicato dos Bancários de Sergipe/Sindipema/Sindisan/Advocacia Operária, 2000.
- ROSA, Cláudia Regina Gomes da. *Jornal "O Templário": órgão da maçonaria em Pelotas*. Pelotas, 1997. Monografia (curso de Licenciatura em História-UFPel), 1997.
- ROSANVALON, Pierre. *La question syndicale*. Histoire et avenir d'une forme sociale. [Paris]: Calmann-Levy, 1988.
- RÜSEN, Jörn. La historia, entre modernidad y posmodernidad. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (dir.). *New history, Nouvelle histoire: hacia una nueva historia*. Actas. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1993, p. 119-137.
- RÜSEN, Jörn. Reflexão sobre os fundamentos e mudança de paradigma na ciência histórica alemã-ocidental. In: NEVES, Abílio Afonso Baeta, GERTZ, René E. (orgs.). *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/ICBNA, 1987, p. 14-40.
- SANTOS, Amílcar. *Seguro*. Doutrina, legislação, jurisprudência. S/l: Record, 1959.
- SANTOS, Andréia Albuquerque dos. *A Sociedade Italiana Pelotense*. Pelotas, Monografia de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História-UFPel, 2002.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e Justiça*. A política social na ordem brasileira. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

- SARRÍA, Nestor. Diagnóstico dos sistemas de saúde mutuais na América Latina. In: GEISLER, Jorge (org.). *Mutualismo: uma alternativa para a saúde*. Cadernos CEDOPE. Série Cooperativismo e desenvolvimento urbano e rural. Ano 9, n. 16, 1997.
- SAUL, Marcos Vinícios de Almeida. *Classe operária e sindicalismo no Rio Grande do Sul*. (Novo Hamburgo: 1945-1964). Santo Ângelo: FUNDAMES, 1988.
- SAVERINO, Joan. *Italians in Public Memory: Pageantry, Power, and Imagining the Italian American, 1923-1940*. Capturado em 26 jun. 2000. Online. Disponível na Internet: http://www.balchinstitute.org/html/faculty_forum.html/Saverino.htm.
- SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.
- SCHALLENBERGER, Erneldo. *O associativismo cristão no Sul do Brasil: a contribuição da Sociedade União Popular e da Liga das Uniões Coloniais para a organização e o desenvolvimento social sul-brasileiro*. Tese (doutorado em História do Brasil). PUCRS, 2001.
- SCHMEIL, Lilian. *Memórias da UBRO*. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1995.
- SCHMIDT, Benito Bisso. A diretora dos espíritos da classe: a “Sociedade União Operária” de Rio Grande (1893-1911). *Cadernos AEL. Sociedades operárias e mutualismo*. V. 6, n. 10/11, 1999, p. 147-169.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *O patriarca e o tribuno: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187?-1934) e Carlos Cavaco (1878-1961)*. Campinas. Tese (doutorado em História) – IFCH-UNICAMP. 2002.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS/EST, 1993.
- SCHUCH, Ângela Schumacher, CARLOS, Ione Maria San Martin. *Cachoeira do Sul em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.
- SERY, Jean Pierre, ORTIZ, Christine, OUATTARRA, Alexandre. *Banque de données sur les mutuelles de santé et leurs structures d'appui: Côte d'Ivoire*. Dakar: Concertation, 2001. Capturado em 10 jan. 2004. Online. Disponível para download em: http://www.concertation.org/Docs/Documents/DOC/Etudes_3209050356_8737.DOC.
- SIDDELEY, Leslie. The Rise and Fall of Fraternal Insurance Organizations. *Humane Studies Review*. v. 7, n. 2, Spring 1992. Capturado em 1 ago. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.iso.gmu.edu/~ihs/s92essay.html>.
- SILBERSTEIN, Carina F. de. Mutualismo y educación en Rosario: las escuelas de la Unione e Benevolenza y de la Sociedad Garibaldi (1874-1911). *Estudios Migratorios Latinoamericanos*. Buenos Aires, año 1, n. 1, dic. 1985, p. 77-97.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *"Povo! Trabalhadores!": tumultos e movimento operário (estudo centrado em Porto Alegre, 1917)*. Porto Alegre, dissertação (mestrado em História-UFRGS), 1994.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A Confederação Operária Brasileira e o Rio Grande do Sul (1913-1915). *Logos*. Canoas, v. 7, n. 1, p. 45-54, 1995.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. A Greve Geral de 1917 em Porto Alegre. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 5, p. 183-205, 1996.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Anarquismo e anarquistas no Rio Grande do Sul. In: FÉLIX, Loiva Otero; RECKZIEGEL, Ana Luiz. (Org.). *RS: 200 anos - Definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 277-289.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Condicionantes locais no estudo do socorro mútuo (Rio Grande do Sul, 1854-1889). *Revista Locus*, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 73-88, 1999.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. XXV, n. 2, p. 147-174, 1999.

- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. O anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-historiográfico. In: D'ANGELO, Ana Lúcia Velinho. (Org.). *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre: UE Porto Alegre, 1995, p. 151-159.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. O herói no movimento operário. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio Pereira (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 1998, p. 111-139.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. O Povo X der Pöbel. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. (Org.). *Alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994, p. 87-103.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Os sindicatos da Idade da Pedra. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 95-114, 2002.
- SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Quem construiu o calçamento da Rua da Praia? (E de outras tantas ruas do Cone Sul). In: D'ANGELO, Ana Lúcia Velinho. (Org.). *Histórias de Trabalho. Versão 1995*. Porto Alegre: UE Porto Alegre, 1996, p. 135-154.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos. Direitos e cultura de solidariedade, 1937-1968. São Paulo: HUCITEC/Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1995.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Filantropia e imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro: [Real e Benemérita Caixa de Socorros D. Pedro V?], 1990.
- SILVA, Maria Catarina da Maia, MIRCO, Carmen Helena Braz. A imigração polonesa no Rio Grande e a Sociedade Cultural Águia Branca. *Biblos*. Rio Grande, vol. 2, n. único, 1987, p. 17-40.
- SILVA, Maria Conceição B. da C. e. *A Sociedade Monte-Pio dos Artistas: um momento do mutualismo em Salvador*. Salvador, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 1981.
- SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *Sociedade Monte-Pio dos Artistas na Bahia*. Elo dos trabalhadores em Salvador. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998.
- SILVA, Pedro Ferreira da. *Assistência social dos portugueses no Brasil*. São Paulo: Arquimedes Edições, [1966].
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Ática, 1981.
- SIMÕES, Rodrigo Lemos, CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Diversidade e tensões: Porto Alegre no final do século XIX. *Estudos Ibero-americanos*. PUCRS, v. XXII, n. 1, p. 95-101, jun. 1996.
- SINTRA, Elmano de. *Sociedade Portuguesa de Beneficência: História da Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio Grande, através de um século: 1859-1959*. Porto Alegre: Of. Gráf. da Livraria do Globo, 1959.
- SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- SOARES, Mozart Pereira. *Júlio de Castilhos*. Porto Alegre: IEL, 1991.
- SOARES, Mozart Pereira. *Santo Antônio da Palmeira*. s.l: Bels, 1974.
- SOARES, Ubirathan Rogério. *A União Operária e a gênese da organização operária em Cruz Alta/RS – 1897-1930*. Monografia (curso de especialização em história do Brasil – UFSM), 1995.
- SOBOTKA, Emil. Organizações civis: buscando uma definição para além de ONGs e "terceiro setor". *Civitas - Revista de Ciências Sociais*. Ano 2, n. 1, jun. 2002, p. 81-95.
- SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA BRASILEIRA EM PORTUGAL. *Algumas notas a propósito de seu 93 aniversário*. Lisboa: Serviço de Propaganda e Expansão Comercial, 1961.
- SONEIRA, Abelardo Jorge. *Las estrategias institucionales de la Iglesia Católica (1880-1976)*. Buenos Aires: CEAL, 1989.
- SORDO CEDEÑO, Reynaldo. Las sociedades de socorros mutuos 1867-1880. *Historia Mexicana*. México (DF), v. XXXIII, n. 1, jul.-sep. 1983.
- SOYER, Daniel. Class Conscious Workers as Immigrant Entrepreneurs: The Ambiguity of Class among Eastern European Jewish Immigrants to the United States at the Turn of the Twentieth Century. *Labor History*, V. 42, N. 1, 2001, p. 45-59.

- SPALDING, Walter. *A Beneficência Portuguesa*. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha Ltda, 1954
- SPALDING, Walter. Os franceses no Rio Grande do Sul. In: BEUX, Armindo (org.). *Franceses no Rio Grande do Sul*. [Porto Alegre?]: Metrópole, [1976], p. 27-60.
- STAWINSKI, A V. *Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/Caxias do Sul: UCS, 1976.
- STUMPF, Léo, RANZOLIN, Conrado. *Monografia do Município de Getúlio Vargas*. S/l: Of. Gráf. Da Liv. e Tip Modelo, [1952?].
- SWIENCICKI, Mark A . Consuming brotherhood: men's culture, style and recreation as consumer culture, 1880-1930. *Journal of Social History*, v. 31, 1998.
- SZUCHMAN, Mark D., SOFER, Eugene. The state of occupational stratification studies in Argentina: a classificatory scheme. *Latin American Research Review*. v. XI, n. 1, 1976, p. 159-171.
- TAILLON, Paul Michael. "What we want is good, sober men:" masculinity, respectability, and temperance in the railroad brotherhoods, C. 1870-1910. *Journal of Social History*. V. 36, n. 2, p. 319-338, Winter 2002. *Taler Münzen*. Capturado em 17 fev. 2004. Online. Disponível na Internet: <http://www.muenzen-lexikon.de/lexikon/t/pt012.html>
- TAVARES, Mauro Dillmann. *O tempo dos compromissos: uma abordagem sobre as irmandades dos leigos católicos no Rio Grande do Sul (1861-1869)*. Pelotas, (monografia de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História-UFPel), 2004.
- TEIXEIRA, Amélia Rosa Sá Barreto. *A forma organizativa de auxílios mútuos: contestação ou adaptação*. Rio de Janeiro; 1982. Dissertação de mestrado (IUPERJ), 1982.
- TELLES, Leandro da Silva. *Heinz von Ortemberg: médico do Kaiser e de Santa Cruz do Sul*. Santa Cruz: APESC, 1980.
- TELLES, Leandro. *Do Hilfsverein ao Colégio Farroupilha, 1858-1974*. [Porto Alegre]: Associação Beneficente e Educacional 1858, 1974.
- THOMÉ, Lauro Nelson Fornari. *A colônia Guaporé: passado e presente*. S/l: Paulinas, [1967?].
- THOMPSON, Andres. Beneficencia, Filantropía y Justicia Social: el "tercer sector" en la historia argentina. In: *Idem* (comp.). *Público y privado. Las organizaciones sin fines de lucro en la Argentina*. Buenos Aires: Losada/ UNICEF, 1995, p. 25-35.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 1: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. 2: A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth: Penguin, [1976?].
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. De uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- TOMASSINI, Luigi. Il mutualismo in Italia. In: PROCACCI, Giovanna, TOMASSINI, Luigi, LABANCA, Nicola, et al. *Assistenzialismo e politiche di controllo sociale in Italia liberale e fascista*. [Quaderno dei risultati del progetto nazionale di ricerca MURST 'Strutture sociali, politiche di controllo e welfare in Italia e in Europa 1880-1980'], Siena, luglio 2001.
- TORRES, Luiz Henrique. O pensamento político de Félix Contreiras Rodrigues. *Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, PUCRS, 9-11 out. 2000. Porto Alegre: www.rgbdesigndigital.com.br, s/d, comunicacao47.pdf (CD-ROM).
- TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico*. Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989, p. 174.
- TRINDADE, Hélgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius [orgs.]. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119-191.

- TRINDADE, Héglio. O jacobinismo castilhisto e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In: ____ (org.) *O Positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Ed. da universidade-UFRGS, 1999, p. 137-151.
- TURNES UCHA, Antonio L., GIL Y PÉREZ, Juan Ignacio. *Ensayo sobre el pensamiento del Dr. Carlos María Fosalba en las postrimerías del siglo XX*. Capturado em 26 ago. 2000. Online. Disponível na Internet http://www.smu.org.uy/libros_sindicales/fosalba/
- UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS. **Mutualismo**. Capturado em 25 maio 2000. On-line. Disponível na Internet <http://www.ctt.pt/filatelias/emissoes/1997/mutualismo.stm>.
- VAGLIENTE, Pablo José. *Construyendo la esfera pública desde el asociativismo*. (Córdoba, 1850-1880). Palos de la Frontera, 2000. Tesis de Maestría en Historia Latinoamericana – Universidad Internacional de Andalucía, 2000.
- VALENTE, Silza Maria Pazello. *A presença rebelde na cidade sorriso*. Contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba 1890-1920. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- VARGAS, Francisco Furtado Gomes Riet. *Imprensa operária gaúcha: fontes na Biblioteca Riograndense*. Rio Grande, monografia de Bacharelado em História-FURG, 1999.
- VARGAS, Iolanda Guimarães. *História da Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos de Porto Alegre*. Porto Alegre, dissertação de mestrado em História da Cultura-PUCRS, 1979.
- VEBLEN, Thorstein. *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- VILLONE, JoAnna. *The Construction of Ethnic Identity Among Mexican-Americans in St. Paul, Minnesota in the Post-WWII Era*. (JSRI Working Paper n. 7, The Julian Samora Research Institute, Michigan State University, East Lansing, Michigan, dec. 1997). Capturado em 1 jul. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.jsri.msu.edu/RandS/research/wps/wp07.html>.
- VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários*. Mudança técnica e sindicalismo gráfico [São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912]. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- WBVINDO1. Capturado em 22 ago. 2000. Online. Disponível na Internet. <http://www.pcc.usp.br/Pesquisa/mutirão/>.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar*. Medicina, religião, magia e positivismo na República Riograndense – 1889-1928. Santa Maria: Ed. da UFSM/ Bauru: EDUSC, 1999.
- WEBER, Max. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. In: GERTH, H. H., MILLS, C. Wright (orgs.). *Ensaio de sociologia*. 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002, p. 212-225.
- WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. *Metodologia das Ciências Sociais*. Parte 2. São Paulo: Cortez/ Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992, p. 399-429.
- WEBER, Max. División del poder en la comunidad: clases, estamentos, partidos. *Economía y Sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, p. 682-694.
- WEBER, Max. *Economía y sociedad*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1992
- WEBER, Max. Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura: a polêmica com Eduard Meyer. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- WEISZ, George. Book Review: La maladie entre libéralisme et solidarités (1850-1940). *Bulletin of the History of Medicine* 70.3 (1996) 530. Capturado em 20 maio 2000. Online. Disponível na Internet: http://muse.jhu.edu/journals/bulletin_of_the_history_of_medicine/v070/70.3br_faure.html.
- WELLHOFER, E. Spencer. *Democracy and Fascism: Class, Civil Society and Rational Choice*. Paper presented at the European Consortium for Political Research Torino, Italy March 22-27, 2002. Capturado em 14 out. 2002. Disponível para download na Internet: <http://www.essex.ac.uk/ecpr/events/jointsessions/paperarchive/turin/ws7/Wellhofer.pdf>.
- WILLIAMS, Steven C. *Prelude for Disaster: The Politics and Structures of Urban Hygiene in Rio de Janeiro, 1808-1860*. Capturado em 29 jun. 2000. Online. Disponível na Internet: <http://www.glo.org/scw/dissertation/>

WILLIAMSON, John B., PAMPEL, Fred C. Ethnic politics, colonial legacy and old age security police: the Nigerian case in historical and comparative perspective. *Journal of Aging Studies*. V. 5, n. 1, 1991, p. 19-44.

WRIGHT, Charles R., HYMAN, Herbert H. Voluntary association memberships of american adults: evidence from national sample surveys. *American Sociological Review*. v. 23, n. 3, jun. 1958.

Z Aidan Filho, Michel. O PCB e os sindicatos amarelos na Primeira República. In: *Comunistas em céu aberto: 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989, p. 59-95.

ZANINI, Maria Catarina C. Ítalo-brasileiros: a revivificação da identidade étnica em Santa Maria-RS. *Travessia*. São Paulo, maio-ago. 1999.

ZUBILLAGA, Carlos, BALBIS, Jorge. *Historia del movimiento sindical uruguayo*. Tomo IV: Cuestión social y debate ideológico. Montevideo: Banda Oriental, 1992.

ZUBILLAGA, Carlos, BALBIS, Jorge. *Historia del movimiento sindical uruguayo*. Tomo II: Prensa obrera y obrerista (1878-1905) Montevideo: Banda Oriental, 1985.

ZUBILLAGA, Carlos. *Pan y trabajo*. Organización sindical, estrategias de lucha y arbitraje estatal en Uruguay (1870-1905). Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, [1996?].

Anexo 1: mutuais fundadas no Rio Grande do Sul (1854-1939)

Nome	Município	Início	Fim
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Porto Alegre	1854	1960
Sociedade Musical de Beneficência Porto Alegrense	Porto Alegre	1855	1873
Sociedade de Beneficência Porto Alegrense	Porto Alegre	1856	1938
Deutscher Krankenverein	Pelotas	1857	1914
Sociedade Portuguesa de Beneficencia	Pelotas	1857	1960
Sociedade Portuguesa D. Pedro V	Rio Grande	1857	1857
Deutscher Hilfsverein	Porto Alegre	1858	1960
Sociedade de Beneficência Rio Grandense	Rio Grande	1859	1859
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Rio Grande	1859	1960
Sociedade de Beneficencia Brasileira União	Porto Alegre	1860	1938
Sociedade Esperança Marítima	Rio Grande	1861	1861
Sociedade Protetora da Picada Dois Irmãos	São Leopoldo	1862	1924
Associação Protetora das Classes Laboriosas	Rio Grande	1865	1920
Deutscher Hilfsverein/Sociedade Beneficente Teuto Brasileira	Santa Maria	1866	1939
Sociedade Philantropica	Porto Alegre	1867	1868
Societé Française de Bienfaisance	Porto Alegre	1867	1897
Handwerk Verein	Rio Grande	1867	1867
Sociedad Española de Socorros y Beneficencia	Bagé	1868	1960
Deutscher Krankenverein	Porto Alegre	1869	1960
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Bagé	1870	1939
Società Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza	Bagé	1871	1960
Montepio São José	Jaguarão	1871	1939
Sociedade Umanitária	Camaquã	1873	1873
Sociedade Italiana Unione e Philantropia	Pelotas	1873	1873
Società Italiana di Mutuo Soccorso Unione e Benevolenza	Livramento	1875	1960
[Associação de socorros mútuos]	São Leopoldo	1875	1875
Sociedade Italiana de Socorro e Beneficência	Jaguarão	1876	1925
Sociedade de Socorros Mutuos Hespanhola	Uruguaiana	1876	1960
Società Italiana de Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele II	Porto Alegre	1877	1941
Società Italiana Reunite Unione e Filantropia e Circolo Garibaldi	Pelotas	1877	1938
Sociedade Beneficente 24 de Junho	Rio Pardo	1878	1904
Sociedade Beneficência dos Artistas	Rio Grande	1878	1881
Sociedad Española de Socorros Mutuos de Santana y Rivera	Livramento	1879	1960
Sociedade Italiana de Socorros Mutuos Unione e Beneficenza	Uruguaiana	1879	1939
Club Caixeiral	Pelotas	1879	1960
Caixa Funerária e Beneficente Santa Cruz [Deutscher Krankenverein]	Santa Cruz	1880	1939
Società Benevolenza	Santa Vitória	1880	1925
Associação Beneficente das Classes Laboriosas [Pelotenses]	Pelotas	1880	1914
Hulfsverein der Deutschen	Pelotas	1880	1900
Sociedade Beneficente Feliz Esperança	Pelotas	1880	1917
Sociedade Caixeiral União e Comércio	Pelotas	1880	1880
Grêmio dos Artistas	Porto Alegre	1881	1881
Sociedade Beneficente Amparo Mútuo Gemeinützinger Verein	Porto Alegre	1881	1960
Sociedade Monte Pio Militar	Porto Alegre	1881	1886
Grêmio Tipográfico	Pelotas	1881	1882
Sociedade Beneficente Fraternidade Artística	Pelotas	1881	1911
Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas	Pelotas	1881	1916
Sociedade Beneficente União	Rio Grande	1881	1911
União do Comércio	Rio Grande	1881	1881
Sociedade Italiana M. S. Regina Margherita	Bento Gonçalves	1882	1925
Sociedade Portuguesa de Beneficência	Livramento	1882	1921
Clube Caixeiral	Porto Alegre	1882	1938
Peculio dos Empregados da Fazenda Provincial	Porto Alegre	1882	1882
Caixa de Socorros Marquez de Pombal	Pelotas	1882	1940
Grêmio dos Guarda-livros	Pelotas	1882	1885
Sociedade Italiana de Mutuo Soccorso [Unione Italiana]	Alegrete	1883	1922

Clube Progresso Caixeiral	Bagé	1883	1940
Sociedade Protectora dos Artistas	Bagé	1883	1940
Sociedade Italiana de Mútuo Socorro Stella d'Italia	Garibaldi	1883	1941
Clube Caixeiral	Livramento	1883	1960
Bürgerklub	Porto Alegre	1883	1960
Sociedade de Beneficencia e Instrução Circolo Italiano Garibaldi	Pelotas	1883	1883
Società Cosmopolite de Socorros Mútuos L'Union Française	Pelotas	1884	1918
Società Italiana di Mutua Coperazione	Rio Grande	1884	1935
Umberto I	Santa Maria	1885	1925
Clube Caixeiral Gabrielense	São Gabriel	1885	1885
Sociedade de Beneficencia União Caixeiral	Uruguaiana	1885	1939
Société Française de Socours Mutuels	Uruguaiana	1885	1897
Musterreiter	Porto Alegre	1885	1960
Clube Beneficente 24 de Maio	Porto Alegre	1885	1941
Montepio Tipográfico	Porto Alegre	1885	1885
Società Italiana Reunite Unione e Philantropia e Circolo Garibaldi	Pelotas	1885	1960
Clube Caixeiral Alegretense	Alegrete	1886	1904
Clube Caixeiral Santamariense	Santa Maria	1886	1933
Società di Mutuo Socorso Amadeo di Savoia Duca degli Abruzzi	Santa Maria	1886	1925
Sociedade de Socorros Mútuos Previdência	Porto Alegre	1886	1891
Associação Tipográfica Gutemberg	Pelotas	1886	1887
Sociedade União e Fraternidade dos Operários Chapeleiros	Pelotas	1886	1888
Società Operaria di Mutuo Soccorso Principe di Napoli	Caxias	1887	1960
Sociedade Italiana de Mutuo Socorro Itaquiense	Itaqui	1887	1925
Sociedade Comemorativa e Beneficente Italiana Giuseppe Mazzini (Associação Recreativa e de Beneficência)	Quaraí	1887	1939
Club Beneficente Fructorianos	Pelotas	1887	1887
Congresso Operário	Pelotas	1887	1936
Camillo Cavour	Bento Gonçalves	1888	1925
Società Protettrice Di Cambisti Italiani	Porto Alegre	1888	1888
União Operária	Porto Alegre	1888	1891
Associação Tipográfica Beneficente e de Socorros Mútuos	Pelotas	1888	1888
Centro Cooperador dos Fabricantes de Calçados	Pelotas	1888	1888
Sociedade Beneficente Socorro dos Artistas	Pelotas	1888	1894
Sociedade Beneficente União Tipográfica Guttemberg	Pelotas	1888	1890
Sociedade União Comercial dos Varejistas	Rio Grande	1888	1941
?	Bento Gonçalves	1889	1892
Sociedade Operária de Mútuo Socorro Nossa Senhora da Saúde	Farroupilha	1889	1939
Sociedade Beneficente dos Estudantes Rio-grandenses	Porto Alegre	1889	1889
Liga Operária Industrial	Porto Alegre	1889	1889
Sociedade Beneficente Protetora dos Mecânicos	Porto Alegre	1889	1890
Sociedade Unione e Benevolenza	Pelotas	1889	1889
Club Caixeiral Sul Rio Grandense	Rio Grande	1889	1891
Sociedade de Mútuo Socorro de Nova Trento	Flores da Cunha	1890	1890
Associação de Beneficência	São Gabriel	1890	1890
Liga Operária	Porto Alegre	1890	1891
Grêmio Beneficente dos Marmoristas	Pelotas	1890	1890
Montepio da União Africana	Pelotas	1890	1903
Sociedade de Socorros Amparo Mútuo	Pelotas	1890	1924
Sociedade Beneficente Protetora das Classes Laboriosas	Rio Grande	1890	1960
Sociedade Cooperativa Filhos do Trabalho	Rio Grande	1890	1892
Sociedade Tipográfica Rio-Grandense	Rio Grande	1890	1890
Confederazione Italiana	Veranópolis	1891	1894
Sociedade Mortuária	Veranópolis	1891	1960
Sociedade Typographica Rio-grandense	Porto Alegre	1891	1904
Pedagógica Beneficente de Socorros Mútuos	Porto Alegre	1891	1895
Sociedade Progresso da Raça Africana	Pelotas	1891	1893
União dos Culinários	Pelotas	1891	1891
Liga Operária	Rio Grande	1891	1892
Società Fratellanza Italia	São Jerônimo	1892	1960
Società Coperazione Agricola	Veranópolis	1892	1894
Grêmio dos Artistas	Porto Alegre	1892	1892
Allgemeiner Arbeiterverein	Porto Alegre	1892	1928

Sociedade de Beneficência Rio Grandense	Porto Alegre	1892	1897
Sociedade de Socorros para Enfermos O Amparo das Famílias	Porto Alegre	1892	1892
Sociedade de Socorros Mutuos Cristóforo Colombo	Pelotas	1892	1892
Sociedade Italiana 20 de setembro	Pelotas	1892	1892
Sociedade Protetora das Famílias	Rio Grande	1892	1939
União Caixeiral Jaguarense	Jaguarão	1893	1934
Real Casa di Savóia	Veranópolis	1893	1894
Sociedad Española de Socorros Mutuos	Porto Alegre	1893	1960
Sociedade de Socorros Mútuos Proletários de Porto Alegre	Porto Alegre	1893	1893
Sociedade Italiana Princesa Elena di Montenegro	Porto Alegre	1893	1939
Sociedade União Operária	Rio Grande	1893	1960
Sociedade Geral de Socorros Mutuos	São Leopoldo	1894	1897
Societá Italiana Principe di Piemonte	Veranópolis	1894	1960
Associação Beneficente Protetora dos Artistas	Porto Alegre	1894	1910
Societá Fratellanza ed Unione Itálica	Cruz Alta	1895	1925
União Operária Palmeirense	Palmeira	1895	1939
Clube União Caixeiral	Quaraí	1895	1904
União Caixeiral Gabrielense	São Gabriel	1895	1940
Sociedade Beneficente Giuseppe Mazzini	Porto Alegre	1895	1938
Centro Español de Socorros Mútuos	Rio Grande	1895	1932
Clube Caixeiral	Rio Grande	1895	1895
Operária Protetora dos Artistas	Livramento	1896	1897
[Sociedade Beneficente] Liga Operária	Quaraí	1896	1939
Sociedade Artística Beneficente Santamariense	Santa Maria	1896	1897
Societá Italiana di Mutuo Soccorso Vittorio Emanuele Principe di Napoli	Santa Maria	1896	1933
Liga Operária Internacional	São Leopoldo	1896	1899
Associação Beneficente [Polonesa] Águia Branca	Porto Alegre	1896	1924
Sociedade Polonesa Águia Branca	Rio Grande	1896	1960
Liga Operária	Alegrete	1897	1898
Sociedade Mútua Proteção	Alegrete	1897	1907
Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense	Cachoeira	1897	1960
União Operária	Cruz Alta	1897	1939
Sociedade de Beneficência Rivadavia	Itaqui	1897	1897
Liga Operária	Livramento	1897	1897
Sociedade de Beneficência União dos Artistas	Uruguaiana	1897	1897
Sociedade Operária Sueca	Porto Alegre	1897	1897
Sociedade Beneficente União Particular	Pelotas	1897	1914
Sociedade de Socorros Mútuos entre Orientais	Pelotas	1897	1905
União Operária Internacional	Pelotas	1897	1909
Sociedade Protetora das Classes Proletárias	Rio Grande	1897	1898
Sociedade de Beneficência Alegretense	Alegrete	1898	1907
Sociedade União Operária	Bagé	1898	1939
Liga Fraternal dos Operários	São Gabriel	1898	1898
Circolo Democratico de Mutuo Soccorso di Operaio Italiano	Uruguaiana	1898	1898
União Protetora dos Operários	Uruguaiana	1898	1898
Cooperativa Tipográfica	Porto Alegre	1898	1898
Sociedade Austríaca de Beneficência	Porto Alegre	1898	1939
Sociedade Beneficente União Humanitária	Pelotas	1898	1952
Sociedade de Mútuo Socorro	Guaporé	1899	1916
Club Amparo e Recreio dos Artistas	Santa Vitória	1899	1911
Sociedade Beneficente União Operária	São Leopoldo	1899	1941
Unione Lucchese	Porto Alegre	1899	1901
Associação Beneficente dos Empregados no Comércio	Porto Alegre	1899	1938
Caixa de Socorros dos Empregados da Viação Férrea	Porto Alegre	1899	1922
Sociedade Caixa dos Operários Navais	Porto Alegre	1899	1899
Centro Operário 1. de Maio	Pelotas	1899	1900
Sociedade Beneficente Tipográfica Guttemberg	Pelotas	1899	1960
União Tipográfica	Rio Grande	1899	1899
Clube Caixeiral	Cachoeira	1900	1904
Sociedade União Operária 1o de Maio	Cachoeira	1900	1939
Sociedade Recreativa e Beneficente Nikolaj Kopernik	Encruzilhada	1900	1900
Sociedade Beneficente Cristoforo Colombo	Santa Maria	1900	1925
Associação Beneficente Umberto I	Porto Alegre	1900	1927

Sociedade Beneficente União Postal	Porto Alegre	1900	1939
Sociedade Beneficente União Telegráfica	Porto Alegre	1900	1939
Clube Caixeiral	Rio Grande	1900	1960
Clube Félix da Cunha	Júlio de Castilhos	1901	1939
Sociedade Vittorio Emanuele III	Montenegro	1901	1925
Società Jolanda Margherita di Savoia	Passo Fundo	1901	1938
Associação dos Sapateiros	Porto Alegre	1901	1901
Caixa Beneficente Funerária n. 1 - Navegantes	Porto Alegre	1901	1941
Sociedade Beneficente União Municipal	Porto Alegre	1901	1912
Associação dos Empregados no Comércio	Rio Grande	1901	1944
Sociedade União Protetora dos Trabalhadores da Alfândega	Rio Grande	1901	1920
San Giuseppe/Falegnami	Caxias	1902	1955
Vittorio Emanuele III	Caxias	1902	1921
Sociedade Beneficente dos Empregados da Viação Férrea	Santa Maria	1903	1939
Liga Operária	São Borja	1903	1903
Club União	São Pedro	1903	1934
Sociedade Henrique Sienkiewicz	Pelotas	1904	1939
Sociedade Mutualidade Republicana Pátria e Trabalho	Pelotas	1904	1904
Associação dos Empregados no Comércio	Alegrete	1905	1907
Sociedade de Auxílios Mútuos União Operária	São Borja	1905	1905
Caixa de Socorros Pátria Luzitana	Porto Alegre	1905	1910
União Operária Internacional	Porto Alegre	1905	1921
Sociedade União Operária	Pelotas	1905	1937
União Operária	Montenegro	1906	1960
Towarzystwo Napzrod	Porto Alegre	1906	1911
Caixa Funerária n. 2 Porto Alegrense	Porto Alegre	1906	1941
Sociedade Beneficente União dos Catraieiros	Rio Grande	1906	1906
Sociedade de Mútua Cooperación Uruguay	Rio Grande	1906	1908
Sociedade Cosmopolita de Mutuo Socorro José Garibaldi	Guaporé	1907	1941
Sociedade dos Alfaiates	Santa Cruz	1907	1907
Sociedade Beneficente Floresta Aurora	Porto Alegre	1907	1910
Sociedade Beneficente União	Pelotas	1907	1929
Sociedade de Socorros Mártires da Princesa do Sul	Pelotas	1907	1907
Sociedade União Rio Grandense	Pelotas	1907	1907
Associação dos Maquinistas da Marinha Mercante	Rio Grande	1907	1907
Sociedade de Socorros Mútuos dos Empregados da Capatazia da Alfândega	Rio Grande	1907	1907
Sociedade Beneficente dos Alfaiates	Bagé	1908	1913
Società Umberto I	Bento Gonçalves	1908	1925
Sociedade Amparo Mútuo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul	Santa Maria	1908	1939
Vittorio Emanuele III	Santa Maria	1908	1925
Auxiliadora Operária	São Leopoldo	1908	1909
Sociedade Beneficente União e Progresso	Porto Alegre	1908	1960
Sociedade Beneficente Caixa de Socorros Arealense	Pelotas	1908	1939
Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul	Pelotas	1908	1918
Sociedade Telegráfica Barão de Capanema	Pelotas	1908	1939
Sociedade União Operária	Dom Pedrito	1909	1933
Sociedade Operária Beneficente	Passo Fundo	1909	1939
União dos Estivadores	Porto Alegre	1909	1909
Sociedade União Operária 13 de Janeiro	Porto Alegre	1909	1941
Caixa Beneficente Navegantes	Porto Alegre	1909	1941
Liga Beneficente dos Pintores	Porto Alegre	1909	1941
Caixa de Socorros 1o de Maio	Pelotas	1909	1913
Liga Internacional de Beneficência	Pelotas	1909	1919
Sociedade Beneficente União dos Boleiros	Pelotas	1909	1909
Sociedade Beneficente Filantropia	Rio Grande	1909	1909
Società Mutuo Socorso Cristoforo Colombo	Caxias	1910	1925
Kranken[-unterstützung] Verein	São Leopoldo	1910	1910
Associação de Socorros Mútuos União Operária	São Luiz Gonzaga	1910	1921
Sociedade Beneficente Navegantes	Porto Alegre	1910	1941
União dos Correeiros	Porto Alegre	1910	1912
Sociedade de Socorros Mútuos Lealdade	Pelotas	1910	1910

Sociedade Protetora dos Padeiros	Pelotas	1910	1922
Sociedade Beneficente de Mútuo Socorro Vitor Emanuel III	Antonio Prado	1911	1941
Sociedade Beneficente Operária Jaguarense	Jaguarão	1911	1939
União Operária	Livramento	1911	1913
União Beneficente dos Pedreiros de Porto Alegre	Porto Alegre	1911	1911
Sociedade Musical Porto Alegrense	Porto Alegre	1911	1911
União dos Oficiais Sapateiros	Pelotas	1911	1912
Sociedade Beneficente União dos Alfaiates	Rio Grande	1911	1911
Sociedade Beneficente União dos Padeiros	Bagé	1912	1939
União Artística Beneficente	São Gabriel	1912	1940
Sociedade Amparo Mútuo dos Funcionários Públicos do Estado	Porto Alegre	1912	1960
Aliança Católica dos Operários	Porto Alegre	1912	1915
União Operária	Alegrete	1913	1920
Liga Operária Beneficente	Bagé	1913	1940
União Tipográfica	Bagé	1913	1913
Sociedade União Operária Beneficente	Caçapava	1913	1939
Sociedade Italiana Príncipe Umberto	Cachoeira	1913	1939
União Operária	Encruzilhada	1913	1913
Sociedade Mútuo Socorro São José	Guaporé	1913	1960
União Operária	Jaguarão	1913	1914
União Operária	Júlio de Castilhos	1913	1960
União Operária	Lagoa Vermelha	1913	1930
Deutscher Verein	Passo Fundo	1913	1938
União Operária	Rio Pardo	1913	1913
União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul	Santa Maria	1913	1939
União Operária Santamariense	Santa Maria	1913	1913
União Operária	Santiago	1913	1913
União Operária	General Vargas	1913	1913
União Operária	Taquara	1913	1913
União Operária	Uruguaiana	1913	1913
Grêmio de Oficiais Reformados	Porto Alegre	1913	1939
Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército	Porto Alegre	1913	1960
Sociedade [Católica] Beneficente União Operária Pelotense	Pelotas	1913	1928
Sociedade de Socorros Feliz Lembrança	Pelotas	1913	1917
Liga Operária Católica	Rio Grande	1913	1914
Sociedade Protetora dos Trabalhadores da Alfândega	Pelotas	1914	1915
Associação Beneficente dos Oficiais Aduaneiros	Rio Grande	1914	1915
Sociedade Recreativa e Beneficente Atlantico	Erechim	1915	1941
Sociedade Anônima de Pecúlios por Morte A Previsora	Porto Alegre	1915	1915
Sociedade Beneficente União dos Choferes	Pelotas	1916	1929
Sociedade Protetora dos Pintores	Pelotas	1916	1916
Sociedade Beneficente União Rio-grandense	Rio Grande	1916	1920
Sociedade Beneficente Syro Libanesa	Bagé	1917	1923
XX Setiembre	Guaporé	1917	1925
Caixa de Socorros Porto Alegrense	Porto Alegre	1917	1939
Sociedade Beneficente Rio-Grandense	Pelotas	1917	1917
Sociedade Beneficente União e Arte Rio-Grandense	Pelotas	1917	1917
Sociedade Mutualidade dos Funcionários Municipais	Rio Grande	1917	1923
Sociedade Beneficente Libanesa	Alegrete	1918	1941
Liga Operária Arroio Grandense	Arroio Grande	1918	1941
Sociedade Beneficente Classe dos Pedreiros	Rio Grande	1918	1918
Sociedade Beneficente Israelita	Santa Maria	1919	1939
União dos Artistas	Uruguaiana	1919	1921
Caixa Maçônica Protectora	Porto Alegre	1919	1926
Associação Polonesa de Auxílio Funeral	Porto Alegre	1919	1919
Liga Protetora das Operárias	Pelotas	1919	1922
Sociedade de Condução Fúnebre	Lajeado	1920	1939
Caixa Funerária São João II	Porto Alegre	1920	1941
Umberto I	Caxias	1921	1921
Umberto II	Caxias	1921	1925
Sociedade Beneficente 1o de Maio	São Gabriel	1921	1941
Sociedade Operária Beneficente Africana	Porto Alegre	1921	1929
Sociedade de Mútuo Socorro Benjamin Constant	Farroupilha	1922	1939

Sociedade Beneficente de Socorros Mútuos A Protectora	Porto Alegre	1922	1926
Caixa de Pecúlio dos Funcionários de Banco	Porto Alegre	1922	1939
Sociedade Beneficente União dos Operários Alfaiates	Pelotas	1922	1933
Sociedade Operária de Beneficência	Rio Grande	1922	1922
Associação Beneficente 11	Bento Gonçalves	1923	1923
Associação dos Funcionários Municipais de Porto Alegre	Porto Alegre	1923	1939
Sociedade Beneficente dos Serventes e Marinheiros da Alfândega	Rio Grande	1923	1923
Sociedade União Israelita	Rio Grande	1923	1936
União Beneficente dos Cortadores	Bagé	1924	1939
Arbeiter-Unterstützungs und Krankenkassen	Novo Hamburgo	1924	1924
Associação Operária Beneficente	Rosário	1924	1939
Sociedade Internacional Beneficente	Porto Alegre	1924	1924
União Operária 1o de Maio	Alegrete	1925	1941
Croce Rossa	Antonio Prado	1925	1925
Enrico Millo	Bento Gonçalves	1925	1925
Duca d'Aosta	Caxias	1925	1925
Società Istrutiva e Ricreativa	Erechim	1925	1925
Società Mutuo Socorso Unione e Fratelanza	Erechim	1925	1952
XX Setiembre	Erechim	1925	1936
Vittorio Emanuele III	Estação Sertão	1925	1925
Vittorio Emanuele III	Flores da Cunha	1925	1925
Príncipe de Piemonte	Guaíba/Mariana Pimentel	1925	1925
Princesa Giovanna Margherita di Savoia	Ijuí	1925	1925
Giuseppe Garibaldi	Jaguarão	1925	1925
Elena di Montenegro	Jaguari	1925	1925
Princesa Mafalda	Marcelino Ramos	1925	1925
Sociedade Beneficente União Filhos do Trabalho	Uruguaiana	1925	1939
Conte Verdi	Veranópolis	1925	1925
Sociedade Internacional Beneficente	Pelotas	1925	1925
União Beneficente dos Chauffeurs	Santa Maria	1926	1939
União Internacional dos Chaufferes	Uruguaiana	1926	1939
Associação dos Caixeiros Viajantes do Alto Taquari	Lajeado	1927	1939
União Operária Mútuo Socorro	Tupanciretã	1927	1939
Sociedade dos Funcionários do Ministério da Fazenda	Porto Alegre	1927	1927
Associação dos Guardas Aduaneiros	Porto Alegre	1927	1939
Defesa Operária	Porto Alegre	1927	1931
Mutualidade do Ferroviário	Porto Alegre	1927	1939
Sociedade Beneficente dos Empregados Federais do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1927	1939
União Operária Beneficente	Alegrete	1928	1928
Sociedade Beneficente dos Chauffeurs	Bagé	1928	1939
Sociedade Uruguaia de Socorros Mútuos	Bagé	1928	1939
Sociedade Beneficente Barão do Rio Branco	Encruzilhada	1928	1939
Associação dos Empregados no Comércio	Júlio de Castilhos	1928	1939
Associação dos Empregados no Comércio de Santa Maria	Santa Maria	1928	1940
União Operária Beneficente	São Gabriel	1928	1928
Associação dos Funcionários Públicos	Porto Alegre	1928	1960
Sociedade Beneficente dos Ferroviários de Rio Grande	Rio Grande	1928	1939
Sociedade Uruguaya de Socorros Mútuos	Rio Grande	1928	1935
Centro Operário Itaquense	Itaqui	1929	1939
Liga Operária Hamburguesa	Novo Hamburgo	1929	1929
Centro Social de Beneficência	Uruguaiana	1929	1939
Sociedade Mútua dos Serventuários da Alfândega de Porto Alegre	Porto Alegre	1929	1939
Sociedade Filantrópica Suiça	Porto Alegre	1929	1960
Sociedade Beneficente dos Carteiros da A. E. dos Correios de Pelotas	Pelotas	1929	1929
Sociedade Beneficente dos Empregados Públicos	Rio Grande	1929	1941
União dos Choferes	Cruz Alta	1930	1930
Sociedade Beneficente dos Empregados da Alfândega	Rio Grande	1930	1941
Associação dos Empregados no Comércio	Alegrete	1931	1935
União Operária de Caxias	Caxias	1931	1931
Sociedade Ferroviária de Auxílios Mútuos	Cruz Alta	1931	1939
Associação dos Ferroviários Sul-Rio-Grandense	Porto Alegre	1931	1939
União Operária Beneficente	Novo Hamburgo	1932	1932

Associação dos Empregados no Comércio e Indústria	Santo Ângelo	1932	1939
Caixa Funerária Sul-rio-grandense	Porto Alegre	1932	1939
Monte de Socorro Esperança	Porto Alegre	1932	1939
Sociedade Beneficente Israelita de Socorros Mútuos	Porto Alegre	1932	1960
Sociedade Beneficente Funerária Israelita Porto Alegrense	Porto Alegre	1932	1939
União e Luz Operária Russo-Branca e Ucraniana	Porto Alegre	1932	1935
[?]	Porto Alegre	1932	1937
Clube Sírio-Libanês	Santa Maria	1933	1933
Sociedade Beneficente Espanhola	Santa Maria	1933	1933
Sociedade Beneficente dos Empregados da Cia. São Jerônimo	São Jerônimo	1933	1939
Centro dos Oficiais Inativos da Brigada Militar	Porto Alegre	1933	1939
Sociedade Beneficente Brasil	Porto Alegre	1933	1939
Associação Beneficente dos Guardas da Alfândega de Rio Grande	Rio Grande	1933	1941
Sociedade Cooperativa dos Pescadores	Rio Grande	1933	1933
Associação Bageense de Funcionários Públicos	Bagé	1934	1940
Associação dos Operários	Bagé	1934	1935
Sociedade Beneficente União dos Cocheiros	Uruguaiana	1934	1939
Sociedade União Operária de Mútuo Socorro	Vacaria	1934	1960
Sociedade Maçonica de Pecúlios por Morte	Porto Alegre	1934	1934
Associação Pelotense de Funcionários Públicos	Pelotas	1934	1939
Clube Monte Berico	Farroupilha	1935	1939
Cooperativa dos Funcionários Públicos de São Gabriel	São Gabriel	1935	1939
Sociedade União Gabrielense Proletária Beneficente	São Gabriel	1935	1939
União dos Professores do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1935	1936
Caixa de Socorros Fragatense	Pelotas	1935	1935
Sociedade Alemã G.W.C	Erechim	1936	1936
Sociedade Nikolaia Kopernika	Erechim	1936	1936
Caixa Funerária São João	Porto Alegre	1936	1939
União Beneficente dos Carteiros Postais e Telegráficos	Santa Maria	1937	1939
Associação de Pecúlios do Comércio e Indústria Rio-grandense	Porto Alegre	1937	1939
Sociedade Libanesa Beneficente e Recreativa	Porto Alegre	1937	1937
Associação Beneficente dos Carroceiros	Alegrete	1938	1941
Sociedade Savóia de Socorro	Caxias	1938	1938
Sociedade Beneficente Operária	São Sepé	1938	1939
Sociedade Beneficente dos Empregados em Padarias	Porto Alegre	1938	1938
Caixa Beneficente dos Funcionários da Repartição Central de Polícia	Porto Alegre	1938	1960
União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul	Santa Maria	1939	1955
Sociedade Beneficente 13 de Maio	São Gabriel	1939	1939
Sociedade Pecúlio ao Aposentado dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1939	1939